



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

GRACIELLA FAICO FERREIRA

REGENERANDO AMANHÃS DESEJÁVEIS NAS UNIVERSIDADES:
Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental para o cultivo de sustentabilidades na
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



RIO DE JANEIRO
2022

GRACIELLA FAICO FERREIRA

REGENERANDO AMANHÃS DESEJÁVEIS NAS UNIVERSIDADES:
Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental para o cultivo de sustentabilidades na
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Linha de Pesquisa I – Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marta de Azevedo Irving

Coorientadora: Prof.^a Dra. Elizabeth Oliveira

RIO DE JANEIRO
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

F159r Faico Ferreira, Graciella
Regenerando amanhãs desejáveis nas
universidades: da Ecologia Social à Psicologia
Ambiental para o cultivo de sustentabilidades na
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Graciella
Faico Ferreira. -- Rio de Janeiro, 2022.
413 f.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving.
Coorientadora: Elizabeth Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2022.

1. Ecologia Social. 2. Sustentabilidade. 3.
Agenda 2030. 4. Psicologia Ambiental. 5.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. I. Irving,
Marta de Azevedo, orient. II. Oliveira, Elizabeth,
coorient. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Graciella Faico Ferreira

REGENERANDO AMANHÃS DESEJÁVEIS NAS UNIVERSIDADES:
Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental para o cultivo de sustentabilidades na
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa EICOS de Pós-Graduação, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada em 16 de setembro de 2022.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marta de Azevedo Irving, UFRJ

Coorientadora: Prof.^a Dra. Elizabeth Oliveira, UFRJ

Prof.^a Dra. Beatriz Takeiti, UFRJ

Prof. Dr. Fabio Rubio Scarano, UFRJ

Prof.^a Dra. Samira Lima da Costa, UFRJ

Prof.^a Dra. Celiane Camargo Borges, BUAS-Breda University of Applied Sciences

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio, FURB e IEA/USP

Prof. Dr. Cid Alledi, UFF



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Doutorado

Às 10:00 hs do dia 16/09/2022, a aluna **GRACIELLA FAICO FERREIRA** (registro nº 118122914), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Marta de Azevedo Irving, CPF nº 627.646.247-00 (orientadora e presidente da banca), Elizabeth Oliveira (coorientadora), CPF nº 307.930.174-91, Beatriz Akemi Takeiti, CPF nº 259.447.918-70, Fabio Rubio Scarano, CPF nº 327.059.211-68, Carlos Alberto Cioce Sampaio, CPF nº 045.112.818-40 e Cid Alledi Filho, CPF nº 751.495.757-04; membros suplentes: Samira Lima da Costa, CPF nº 017.646.317-81 e Celiane Camargo Borges, CPF nº 247.725.998-94. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado **“REGENERANDO AMANHÃS DESEJÁVEIS NAS UNIVERSIDADES: Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental para o cultivo de sustentabilidades na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”** foi: (X) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca

Orientador(a):

Marta de Azevedo Irving

Elizabeth Oliveira

Aluno(a):
 Graciella Faico Ferreira

Beatriz Akemi Takeiti

Fabio Rubio Scarano

Celiane Camargo Borges

Cid Alledi Filho

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Observações:

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Assinatura do Orientador

Data: ____/____/____

*À minha mãe, Leninha, in memoriam,
minha maior incentivadora, que celebrou comigo o ingresso no doutorado,
mas não pode estar presente, fisicamente, na defesa da tese.
Às mais de 650 mil pessoas mortas pela Covid-19, no Brasil, e suas famílias.
Em defesa do SUS, da ciência e da educação pública, gratuita e democrática.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o Autor da Vida, por Sua presente companhia, como fonte de luz, força, inspiração e sabedoria, me sustentando e concedendo sentido à minha existência.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao Instituto de Psicologia (IP) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, que fazem parte da minha história desde 2006. Às/aos docentes, discentes, colaboradoras/es e funcionárias/os (em especial, Ricardo, da secretaria do EICOS e Manoel, secretário do IP), pelo apoio em toda essa jornada para realizar uma formação acadêmica em um Programa de Pós-Graduação com visão engajada e relevante. O pioneirismo do EICOS em desenvolver pesquisas inovadoras diante dos desafios do mundo contemporâneo vem me encantando desde o primeiro período da graduação em Psicologia, na busca por superar as dificuldades para a produção de uma ciência comprometida com a construção de um mundo melhor para todos os seres humanos, não humanos e para a manutenção da vida no planeta.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa durante o período de realização deste doutoramento, e ao Programa de Internacionalização PrInt/CAPES pelas oportunidades de aprendizado e de expansão das possibilidades para produções internacionais, no âmbito do Projeto “Sustentabilidade e Transformação Social: Rumo à Agenda 2030”, ancorado no Programa EICOS.

À Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição na qual, desde 2011, tenho orgulho em servir, pelo incentivo para minha formação acadêmica, e inspiração para atuar na luta pela educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Às/aos colegas de trabalho, pelo suporte durante essa trajetória desafiadora desde a graduação, e em especial, à Tininha, Claudia, Amanda, Dona Sandra, Rosângela (*in memoriam*), Elaine, Tadeu, Waldyr, Paulo, Marcos, Silvana e equipe da DACQ, pelo apoio para conciliar vida acadêmica e profissional.

À querida Marta Irving, pela excelência na orientação para o desenvolvimento da tese, e pelo carinho, dedicação, confiança, incentivo, companheirismo, a quem tenho imensa admiração. Por acompanhar o meu amadurecimento, desde 2007, nas disciplinas do bacharelado, nos primeiros trabalhos de campo, nas ações do grupo de pesquisa, passando pela extensão, pelo TCC da graduação, mestrado até a conclusão do doutorado, nessa jornada acadêmica (ins)pirante. Agradeço também à Elizabeth Oliveira, coorientadora e madrinha acadêmica, pela parceria, amizade e generosidade, por me conduzir a uma escrita científica engajada e por compartilharmos o amor pela comunicação de questões socioambientais.

Aos membros da banca do exame de qualificação e/ou de defesa da tese de doutorado – Beatriz Takeiti, Samira Lima da Costa, Celiane Camargo Borges, Jacyara Nasciutti, Fabio Rubio Scarano, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Cid Alledi e Fred Tavares – agradeço por indicarem caminhos para o aprimoramento da pesquisa e para a redação do texto final.

À família GAPIS, Grupo de Pesquisa em Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade, uma verdadeira escola que, desde 2007, vem me possibilitando oportunidades de crescimento e desenvolvimento na área acadêmica, profissional e pessoal. Agradeço pela amizade, torcida, aprendizagem, incentivo, parceria, celebrações, cuidado, que contribuem para que o árduo processo de produção acadêmica tenha mais leveza e gentileza. À Marta, Beth, Cláudia, Marcelo, Edilaine, Nadson, Yasmin, Renata, Dayana, Thaianne, Vitória, Fernando, Cristiane, Gustavo, Kaarina, Joana, Hugo, Mariana, Maycon, Emília, Beatriz, Thaís, Maria Júlia, Érika, André, Lucas, Pedro, Vanessa, Frances, Eloíse, Flávia, Vânia, Iaci, Rodrigo, Larissa, Teresa, Cláudia Horta, e as/os demais integrantes que passaram pelo grupo ao longo dos anos, e que fazem parte, de algum modo, da minha formação.

Às/aos colegas do Laboratório Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis – LabMEMS/UFRJ, do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental – LOCUS, da Universidade Federal do Ceará, do Grupos de Trabalho “Psicologia, Sustentabilidade e Ética nas Práticas Institucionais - SustentaPsi” e “Psicologia Ambiental”, vinculados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa Ambiente (ABRAPA), da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), do GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) e do Programa UnB2030, pela inspiração nas leituras, trocas de informações, reuniões e encontros.

A todas as pessoas que assistiram às minhas apresentações sobre o tema da tese, nos inúmeros eventos acadêmicos que participei, contribuindo com informações e sugestões para o desenvolvimento da pesquisa. À Beth, Dayana, Cláudia, Yasmin, Renata, Marcelo, Fernando e demais pesquisadores que leram, revisaram e discutiram os capítulos da tese, os artigos e outros trabalhos acadêmicos, me apoiando neste processo de amadurecimento e de formação como pesquisadora.

Aos interlocutores da pesquisa, pessoas entrevistadas, ao GT2 Meio Ambiente, Áreas Verdes e Infraestrutura do Plano Diretor UFRJ 2030, e à equipe da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR2), que compartilharam experiências, aprendizados e inquietações sobre a UFRJ, instituição que amamos e para a qual compartilhamos amanhã desejáveis.

Às/aos parceiras/os da Terapia Comunitária Integrativa (TCI), à Psicóloga Cíntia, à instrutora de Pilates, Roberta, às professoras de dança, Vitória e Luana, à ajudante Fernanda,

fundamentais para a superação dos desafios no processo do doutorado, agravados pela Pandemia da Covid-19 e o seu enfrentamento pela gestão governamental do país. Nesse caminho de autocuidado, as Lives da Tetê e do Lucinho aqueceram o coração nos tempos de distanciamento físico, a Lei Natural dos Encontros e o Bala Desejo no momento de retomada do convívio social, e o Thiago Ávila com as demais formiguinhas do Movimento Bem Viver contribuíram ativamente para a manutenção de minha saúde física, mental e emocional.

Às amigas e aos amigos ao longo dessa trajetória. Às Amigas Impactantes, unidas e “graciellizando”, independente da distância física. Aos Submetid@s, “política pública social para a manutenção e conservação da nossa sanidade mental”. Ao GROT, da infância em Ubatuba para a vida toda, uma amizade que ultrapassa barreiras e oceanos.

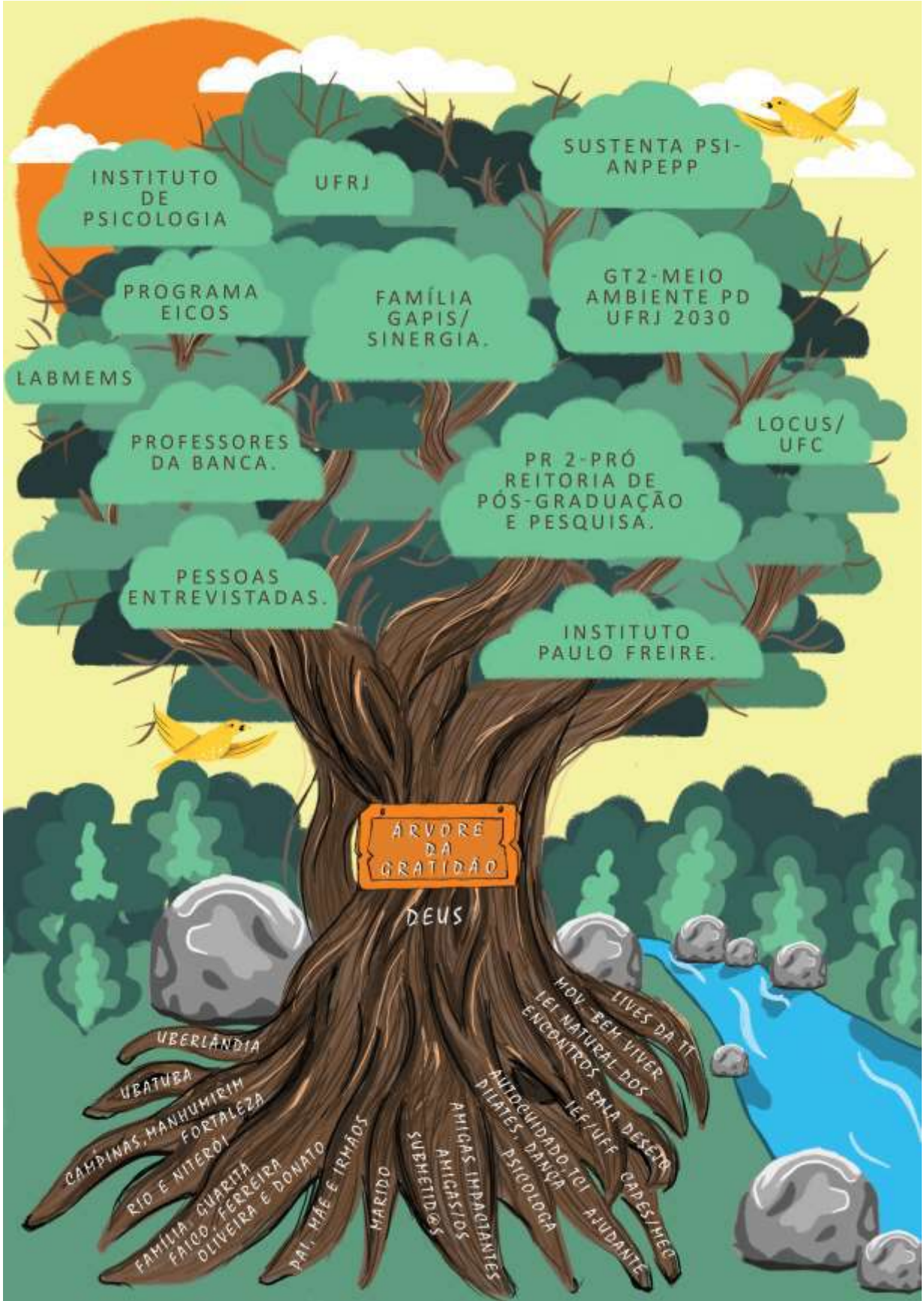
Ao pastor, psicólogo e amigo Remy Damasceno e sua esposa Silvéria, ao Ed René Kivitz, Fellipe dos Anjos, Henrique Vieira, Clemir Fernandes, Marco Davi, e demais pastores, bem como a Frente Evangélica pelo Estado de Direito e o Movimento Negro Evangélico, que me acolheram nesses tempos desafiadores enfrentados pela igreja no último período do governo federal no Brasil, me proporcionando uma visão ampliada sobre o cristianismo. Agradeço às irmãs e aos irmãos que intercederam para que eu continuasse firme no propósito.

Aos lugares onde vivi – Campinas-SP, Ubatuba-SP, Fortaleza-CE, Rio de Janeiro-RJ, Niterói-RJ – e minhas raízes mineiras (Uberlândia e Manhumirim), que influenciam minha visão de mundo, e me instigam na missão de seguir atuando pela questão planetária. Às famílias Guaritá, Faico, Oliveira, Donato, e toda a sua ancestralidade, que possibilitou a minha existência pela força e resistência dos nossos antepassados.

Ao meu amado esposo Iلسinho, amigo e eterno amor. Companheiro maravilhoso, o melhor marido do mundo, que me incentiva e impulsiona a conquistar todos os sonhos que nasceram no coração de Deus para a nossa vida. E às famílias Ferreira e Guedes, que recebi com a nossa união. Ao meu sogro Ilson, e sogra Ana Maria, que são como pai e mãe para mim, aos cunhados (Marcos e Rodrigo) e cunhadas (Lidiane e Flávia), como irmãos e irmãs.

À minha eterna mãe, Leninha (*in memoriam*, que nos deixou no primeiro ano do doutorado), exemplo de força, otimismo, esperança, resistência, resiliência, alegria, leveza, superação e amor, que carrego como herança em minha existência. Ao meu pai, Elzimar, e ao meu irmão, Bruno, por todos esses atributos também, pois continuamos sendo “nós quatro”! Agradeço por me inspirarem a ser uma pessoa melhor a cada dia, pela companhia, torcida, por me formarem, pelo que me tornei, e pelo apoio e carinho incondicional. Amo vocês!

Sou eternamente grata a todas/os que compartilham comigo os passos dessa trajetória, e espero sempre honrar com o meu trabalho, meu amor e com o meu propósito de vida.



(Ilustração idealizada por mim e elaborada por Ana Carolina Oliveira)

*Pois eu bem sei os planos que estou projetando para vós, diz o Senhor;
planos de paz, e não de mal, para vos dar um futuro e uma esperança.*
(Jeremias 29:11)

RESUMO

FAICO, Graciella Ferreira. Regenerando amanhãs desejáveis nas universidades: da Ecologia Social à Psicologia Ambiental para o cultivo de sustentabilidades na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A *policrise* civilizatória, traduzida pela emergência climática, pela perda de biodiversidade e pela crescente desigualdade social, foi acentuada pela *Pandemia da Covid-19*, enfatizando a necessidade de uma profunda transição rumo a sociedades sustentáveis. Na busca por respostas baseadas na articulação entre teoria e prática, a Ecologia Social emerge como um fértil terreno interdisciplinar, na reconexão entre sociedade e natureza. Para fazer frente a esses complexos desafios planetários, a Agenda 2030, pactuada em 2015, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Diante da necessidade de uma leitura crítica e propositiva dos ODS, as universidades desempenham um papel fundamental na produção de conhecimento aplicado e na promoção do diálogo com os demais segmentos da sociedade. Partindo dessas inspirações, a presente tese teve como objetivo investigar, a partir do terreno teórico de ancoragem da Ecologia Social, de que forma o compromisso de sustentabilidade vem sendo cultivado nas universidades brasileiras, considerando as projeções de caminhos desejáveis, no horizonte da Agenda 2030, tendo como campo empírico de observação a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O caminho metodológico da pesquisa, de cunho qualitativo, realizada entre 2018 e 2022, envolveu, sobretudo, levantamento bibliográfico e pesquisa documental sobre o tema em foco, além da observação participante nas instâncias formais de gestão da instituição, e da realização de entrevistas com interlocutores estratégicos do corpo social da UFRJ. Os resultados obtidos indicaram que, apesar dos retrocessos em políticas públicas no Brasil nos últimos anos, as universidades brasileiras vêm, progressivamente, avançando no debate sobre os ODS, mas inúmeros desafios precisam ainda ser enfrentados com esse direcionamento. Mas ironicamente, a UFRJ, a maior, mais antiga e uma das melhores do país em termos de desempenho acadêmico, ainda não parece ter “desabrochado” como a potência que poderia ser no campo da sustentabilidade. Apesar da ampla gama de ações engajadas, uma via essencial para tal seria a inserção do compromisso de sustentabilidade em sua estratégia institucional e configuração organizacional, de modo a possibilitar não apenas o seu reconhecimento nacional e internacional como referência nesse debate, mas, também, para apoiar a sistematização integrada das boas práticas em curso, atualmente ainda percebidas de forma fragmentada e dissociadas de uma visão prospectiva de médio e longo prazos. Mas são inúmeros os caminhos e potencialidades para que esse quadro seja revisto e para que a instituição possa assumir a sua liderança, no futuro, na construção de amanhãs desejáveis e sustentáveis para o país.

Palavras-chave: Ecologia Social; Sustentabilidade; Agenda 2030; Década da Ação; Universidades Brasileiras; Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFRJ.

ABSTRACT

FAICO, Graciella Ferreira. Regenerating desirable tomorrows in universities: from Social Ecology to Environmental Psychology for the cultivation of sustainability at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). Thesis (Doctorate in Psychosociology of Communities and Social Ecology), Institute of Psychology, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The civilizational *polycrisis*, translated by the climate emergency, the loss of biodiversity and the growing social inequality, was accentuated by the Covid-19 Pandemic, emphasizing the need for a profound transition towards sustainable societies. In the search for answers based on the articulation between theory and practice, Social Ecology emerges as a fertile interdisciplinary terrain, in the reconnection between society and nature. To face these complex planetary challenges, the 2030 Agenda, agreed in 2015, within the scope of the United Nations (UN), established 17 Sustainable Development Goals (SDGs). Faced with the need for a critical and purposeful reading of the SDGs, universities play a fundamental role in the production of applied knowledge and in promoting dialogue with other segments of society. Based on these inspirations, the present thesis aimed to investigate, from the theoretical ground of anchoring of Social Ecology, how the commitment to sustainability has been cultivated in Brazilian universities, considering the projections of desirable paths, in the horizon of 2030 Agenda, having as empirical field of observation the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The methodological path of the research, of a qualitative nature, carried out between 2018 and 2022, involved, above all, a bibliographic survey and documental research on the subject in focus, in addition to participant observation in formal instances of the institution's management, and conducting interviews with interlocutors of the UFRJ's social body. The results obtained highlighted that, despite the setbacks in public policies in Brazil in recent years, Brazilian universities have been progressively advancing in the debate on the SDGs, but numerous challenges still need to be faced with this direction. But ironically, UFRJ, the largest, oldest and one of the best in the country in terms of academic performance, still does not seem to have “blossomed” as the power it could be in terms of sustainability. Despite its wide range of engaged actions, an essential way to do would be the inclusion of the sustainability commitment in its institutional strategy and organizational configuration, in order to enable its national and international recognition as a reference in this debate. In addition, for support the integrated systematization of good practices in progress, currently still perceived in a fragmented way and dissociated from a medium and long-term vision. However, there are countless ways and potential for this framework to review and for the institution to assume its leadership in the future, in the construction of desirable and sustainable tomorrows for the country.

Keywords: Social Ecology; Sustainability; Agenda 2030; Decade of Action; Brazilian Universities; Federal University of Rio de Janeiro; UFRJ

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
GAPIS	Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade
ESG	Environmental, Social and Governance
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SiBI	Sistema de Bibliotecas e Informação
SGA	Sistemas de Gestão Ambiental
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

Lista de Quadros:

Quadro 1: Quadro referencial para fundamentar a pesquisa de Tese.	65
Quadro 2: Interlocutoras/es Institucionais entrevistadas/os.....	82
Quadro 3: Matriz Pedagógica sobre as bases da Ecologia Social, segundo Gudynas e Evia (1993).....	96
Quadro 4: Matriz-síntese sobre as correntes de influência no campo da Ecologia Social.....	110
Quadro 5: Matriz-Síntese das Instituições de ensino e centros de pesquisa de referência em Ecologia Social... ..	112
Quadro 6: Matriz-Síntese sobre os principais eixos e ações desenvolvidas nas Instituições de referência em Ecologia Social mapeadas nos EUA e na Europa.....	125
Quadro 7: Aspectos físicos e sociais dos níveis de ambiente na Psicologia Ambiental	150
Quadro 8: Temas Básicos em Psicologia Ambiental	154
Quadro 9: Matriz-síntese de resultados do GT-PA nos Simpósios Anpepp (2000 a 2020).....	156
Quadro 10: Postulados centrais da Ecologia Social.....	159
Quadro 11: Níveis de análise socioespaciais, por Moser (2018)	162
Quadro 12: Transposição da Ecologia Social para a Psicologia Ambiental	168
Quadro 13: Definição de sustentabilidade, com base em Gudynas (2019)	175
Quadro 14: Políticas públicas de sustentabilidade, intersetoriais e multidimensionais	176
Quadro 15: Fundamentos para a sustentabilidade do desenvolvimento em caráter Global.....	177
Quadro 16: Análise crítica das lacunas dos ODS, com base em Hidalgo-Capitán et al. (2018).....	194
Quadro 17: Contribuições dos Objetivos de Bem Viver (OBV) para a análise dos ODS	204
Quadro 18: Matriz-síntese sobre dispositivos internacionais de sustentabilidade em IES	233
Quadro 19: Instituições públicas de Ensino Superior no Brasil	248
Quadro 20: Classificação das universidades brasileiras no UI <i>GreenMetric Ranking</i> (2010-2021).....	251
Quadro 21: Instituições de Ensino Superior brasileiras participantes do THE <i>Impact Ranking</i> (2019-2022).....	257
Quadro 22: Representações de IES brasileiras por estados, nos dispositivos analisados	261
Quadro 23: Eventos relacionados à construção do Selo ODS IES e do Guia de Interseccionalidades.....	269
Quadro 24: Interface entre os eixos de análise e recomendações do GTSC A2030 para o ODS 4 (2018-2022). ..	294
Quadro 25: Iniciativas institucionais relacionadas aos ODS, pontuadas no PDI UFRJ 2020-2024	311
Quadro 26: Matriz-Síntese do Banco de Boas Práticas da 1ª MOVIP ODS da UFRJ.....	330
Quadro 27: Principais atividades realizadas, cursos e eventos de referência (2018-2022).....	394
Quadro 28: Matriz-Síntese sobre as palestras realizadas no ISOE entre 2012 e 2021	396
Quadro 29: Listagem de disciplinas oferecidas pelo <i>Institute of Social Ecology</i> (SEC), 2021/2022.	397
Quadro 30: Matérias sobre o contexto da Educação Superior no Brasil, selecionadas para a análise	398
Quadro 31: Marcos da UFRJ: “pré-história”, antecedentes e decretos de organização da instituição.....	404
Quadro 32: Atividades desenvolvidas no âmbito do GT2 PD UFRJ 2030.....	405

Lista de Figuras:

Figura 1: Desenho da Pesquisa.....	60
Figura 2: Fluxograma da Pesquisa.....	63
Figura 3: Ilustração do instrumento para imersão na rede social <i>Instagram</i>	79
Figura 4: Representação da visão holística, da interação do indivíduo com a comunidade e a natureza.	103
Figura 5: Correntes e inspirações para o campo da Ecologia Social	108
Figura 6: Coletânea de fotos associadas à história da Escola de Ecologia Social, na UCI, EUA.....	114
Figura 7: Coletânea de slides de Stokols (2018) sobre escolas de Ecologia Social no mundo.....	115
Figura 8: Slide de Stokols sobre a expansão da Ecologia Social e a Encíclica <i>Laudato Si'</i>	115
Figura 9: Pesquisas desenvolvidas pela <i>School of Social Ecology</i> UCI no mundo	116
Figura 10: Ilustração pedagógica da questão da Justiça Climática, defendida pelo ISE.	118
Figura 11: Eixos de expertise na <i>University of Natural Resources and Life Sciences</i> , da SEC	123
Figura 12: Homenagem à Prof ^a . Maria Inácia no V Congresso Brasileiro de Psicologia (V CBP).....	142
Figura 13: Relação indivíduo e ambiente em função de sua posição temporal e cultural	149
Figura 14: Conexões entre esferas natural, construída, sociocultural e cibernética do ambiente	160
Figura 15: Conectando as multiescalas de influências em sustentabilidade	164
Figura 16: Rio do Tempo sobre Sustentabilidade e as decisões internacionais da ONU	188
Figura 17: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ilustrados no modelo “bolo de noiva”	191
Figura 18: Objetivos de Bem Viver (OBV) em escala global	202
Figura 19: Salão do Fórum de Ciência e Cultura, UFRJ, na palestra de Krenak e Rolnik	211
Figura 20: Razões para o compromisso universitário com os ODS	228
Figura 21: Proposta de três ODS: Igualdade Racial (ODS18); Arte, Cultura e Comunicação (ODS19); e Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (ODS20).....	231
Figura 22: Relação entre os seis critérios do GreenMetric e os 17 ODS.....	241
Figura 23: Número de IES brasileiras por estado, no <i>ranking GreenMetric</i>	254
Figura 24: Brasil nas TOP 10 IES mais sustentáveis do mundo, no <i>GreenMetric</i> , em 2021	255
Figura 25: Número de IES por estado, mencionadas no <i>THE Impact Ranking</i>	261
Figura 26: Representação das IES brasileiras no <i>THE Impact</i> , <i>GreenMetric</i> e <i>STARS</i>	262
Figura 27: Representação das IES de referência em sustentabilidade, por região do Brasil	263
Figura 28: IES brasileiras de referência (federais, estaduais, privadas ou comunitárias)	263
Figura 29: <i>Amarílis Minerva</i> representando, na pesquisa, a flor símbolo do “Jardim da UFRJ”	298
Figura 30: Imagem do primeiro prédio da UFRJ, de 1792, e dos prédios da Escola Politécnica	300
Figura 31: Ilustração sobre a incorporação das ilhas para construção da ilha do Fundão	306
Figura 32: Organograma da UFRJ, no Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI UFRJ 2020-2024	310
Figura 33: Figura esquemática dos processos de Internacionalização da IES em Nível da Pós-Graduação	318
Figura 34: Marca comemorativa do centenário da UFRJ, versão colorida, tema da diversidade	361
Figura 35: Minerva de máscara de proteção e com a vacina, durante a <i>Pandemia da Covid-19</i>	363
Figura 36: Mulheres homenageadas pela UFRJ na Série “Nossas Honoris”.....	364
Figura 37: Proposta de releitura da Minerva pelo grupo de docentes negras/os da UFRJ.....	366

SUMÁRIO

1 PREPARANDO O TERRENO PARA O CULTIVO	19
1.1 Implicação na pesquisa: uma espiral para mover o arado na terra	26
1.2 Fertilizando o solo a partir das trilhas na Psicologia	42
1.3 Questão orientadora: delimitações do campo para o plantio	47
1.4 Objetivos: a escolha das sementes inspiradoras	51
1.5 Justificativas para cultivar hoje os amanhãs desejáveis	51
2 PERCURSO METODOLÓGICO: o processo de (irrig)AÇÃO no campo	57
2.1 Abordagem metodológica: a demarcação do desenho da investigação	60
2.2 Etapas da pesquisa: procedimentos adotados para irrigar o caminho trilhado	62
2.2.1 Levantamento bibliográfico	64
2.2.2 Pesquisa documental	66
2.2.3 Participação em eventos sobre a temática: crescimento do rizoma	68
2.2.4 Mapeamento das universidades de referência em sustentabilidade	72
2.2.5 Seleção do campo empírico: Universidade Federal do Rio de Janeiro	73
2.2.6 Observação Participante e imersão em redes sociotécnicas	75
2.2.7 Realização de entrevistas	80
2.2.8 Procedimentos éticos da pesquisa	83
2.2.9 Sistematização e análise das informações obtidas	85
3 DA ECOLOGIA SOCIAL À PSICOLOGIA AMBIENTAL: um terreno fértil para o futuro?	88
3.1 Conexões entre ambiente e sociedade: fundamentos de sustentação	91
3.1.1 Base conceitual inspiradora	92
3.1.2 Correntes de pensamento e marcos históricos	99
3.1.3 Instituições de Pesquisa e Centros de Referência	112
3.2 Lavrando a terra, a partir do Sul Global, para “SULear” o debate	129
3.2.1 A perspectiva da Ecologia Social Latino-americana	130
3.2.1 O enfoque brasileiro e o pioneirismo do Programa EICOS/UFRJ	135
3.3 Transposição do debate para a Psicologia Ambiental	146
3.3.1 Desenvolvimento desse campo no Brasil	151
3.3.2 Germinando conexões: Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental	158
4 SUSTENTABILIDADE: enraizando futuros no horizonte da Agenda 2030	170
4.1 Raízes da polissêmica noção de sustentabilidade	173

4.1.1 Policrise civilizatória: “Pandemia climática” e a “pedagogia do Antropoceno”	179
4.1.2 Desbravando esse debate no terreno da Psicologia Ambiental	182
4.2 <i>Agenda 2030</i> como rizoma global no pluriverso da Década da Ação	187
4.2.1 Dos ODS aos Objetivos de Bem Viver (OBV): imaginando o pós-2030	198
4.3 O futuro é ancestral: a <i>boniteza</i> dos inéditos viáveis para adiar o fim do mundo	207
5 UNI(pluri)VERSIDADES: regenerando mudas para futuros sustentáveis	217
5.1 Pluriversidades regenerantes no contexto da Década da Ação	221
5.1.1 A territorialização da <i>Agenda 2030</i> no contexto da educação superior	226
5.2 Instrumentos de colheita: dispositivos para avaliar práxis sustentáveis	233
5.2.1 As universidades brasileiras de referência: caminhos em construção	247
5.2.2 Brotando ODS em IES no Brasil: Tecnologia Social de raiz nacional	266
5.3 Iluminando os inúmeros desafios nacionais para nutrir a esperança	277
6 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: a colheita no jardim da pesquisa	296
6.1 O jardim de Minerva: aprofundando as raízes no campo da pesquisa	298
6.1.1 Da “pré-história” ao florescimento de seu primeiro centenário	299
6.1.2 O retrato da UFRJ: “uma universidade do tamanho de uma cidade”	308
6.1.3 Percepções, afetos e implicações: “a UFRJ por ela mesma”	319
6.2 Flores do <i>campus</i> : desabrochando compromissos de sustentabilidade	321
6.2.1 Afinal, o que é sustentabilidade? Polissemias e contradições de um termo complexo	321
6.2.2 Gestão sustentável na UFRJ: dos “ <i>Ps</i> ” à <i>práxis</i>	325
6.2.3 Ações de sustentabilidade na UFRJ	328
6.2.4 A UFRJ e o cumprimento dos ODS da Agenda 2030	333
6.3 As “ervas-daninhas”: desafios futuros diante de um presente insustentável	339
6.4 Sementes colhidas para cultivar uma UFRJ sustentável e regenerante	347
6.4.1 Imaginando “inéditos viáveis” na UFRJ para preparar novos plantios	348
6.4.2 A pluralidade de significados da Minerva e o desabrochar das Camélias	356
7 CONSIDERAÇÕES: lançando as sementes para os amanhã desejáveis	370
REFERÊNCIAS	379
ANEXOS	390
APÊNDICES	394

1 PREPARANDO O TERRENO PARA O CULTIVO



*Terra! És o mais bonito dos planetas,
 Tão te maltratando por dinheiro, Tu que és a nave, nossa irmã
 Canta! Leva tua vida em harmonia
 E nos alimenta com seus frutos, Tu que és do homem, a maçã
 Vamos precisar de todo mundo, Um mais um é sempre mais que dois
 Pra melhor juntar as nossas forças, É só repartir melhor o pão
 Recriar o paraíso agora, Para merecer quem vem depois
 Deixa nascer o amor, Deixa fluir o amor
 Deixa crescer o amor, Deixa viver o amor*
 (Beto Guedes. O Sal da Terra, Contos da Lua Vaga. 1981).

Para iniciar o cultivo da pesquisa, essa inspiração musical da epígrafe, sobre a Terra como o mais bonito dos planetas, ressalta a necessidade de um olhar atento e cuidadoso para essa “nave que nos alimenta com seus frutos”. Na Teoria de Gaia, a Terra é definida como um superorganismo vivo, sendo a vida responsável pela regulação do sistema planetário. Nessa perspectiva, as cosmovisões de povos ancestrais já afirmavam que tudo é natureza, o cosmos é natureza. Assim, a natureza, a humanidade e a subjetividade são compreendidas de maneira indissociável, sem hierarquia (GUATTARI, 1990; KRENAK, 2019; SCARANO, 2019).

Mas a ruptura na relação sociedade-natureza, que está na base da crise civilizatória, vem ampliando os debates sobre os riscos para o futuro da vida na Terra. Assim, cientistas, ativistas de movimentos sociais e a sociedade, em geral, vêm discutindo, cada vez mais, os impactos socioambientais em nossa *Casa Comum* (BOFF, 2003; FRANCISCO, 2015), *Gaia* (LATOURE, 2015; LOVELOCK, 2019; SCARANO, 2019), *Mãe Terra* (KRENAK, 2019), *Pachamama* (ZAFFARONI, 2017) e/ou *Terra-Pátria* (MORIN; KERN, 2000).

E entre essas referências, Antonio Nobre, um dos propagadores da Teoria de Gaia difundida, no Brasil, afirma que o diálogo com as cosmovisões indígenas, suas fábulas e poesias, ampliou o seu campo de visão da ciência e transformou a sua carreira de cientista. Em uma entrevista para a *National Geographic*, Nobre defende a conexão necessária entre conhecimento científico e saberes tradicionais como um ato de amor pela natureza, inspirado na relação de filho com a mãe: a Mãe Terra. Mas o cientista, que “fala das ciências da terra com amor”, alertou que todos os ecossistemas da Terra indicam sinais de falência: “o planeta está enfermo. É preciso ‘rejardiná-lo’” (CHAMORRO, 2021, online).

Nessa busca pela cura e regeneração da vida e dos ecossistemas da Terra, Scarano (2019) defende a fusão do debate da crise socioambiental planetária com o discurso do pós-modernismo. Considerando o projeto iluminista e da modernidade como origem dessas crises, o autor propõe o diálogo e a comunhão entre as artes, as culturas, as ciências e as tecnologias como caminho possível para a criação de novas ideias, com o intuito de conectar diferentes

visões de mundo. E essa via de regeneração socioambiental envolve “mutação” de atitude e de estado mental nos seres humanos, com um pensamento planetário, em convergência, consciência e transcendência. Assim, “a regeneração de Gaia passa por curar com vida e não vida a terra, as águas e o mar que nós, humanos, infectamos com os dejetos produzidos pelo nosso vazio espiritual. Implica plantar, limpar, cuidar. A cura se dá pelo amor” (SCARANO, 2019, p. 11).

Mas esses graves impactos causados pela ação humana ao sistema planetário vêm sendo caracterizados por cientistas como uma nova era geológica, denominada *Antropoceno*. Esse termo, cunhado no ano 2000 por Crutzen e Stoermer, ressalta as consequências do equívoco e da ilusão da dominação humana sobre o ambiente natural, sobretudo após a revolução industrial no século XVIII, e da “grande aceleração pós-1950”. A transgressão dos limites planetários vem, dessa maneira, causando um cenário preocupante vinculado à emergência climática, ao aumento do abismo social e à perda progressiva da biodiversidade. Cientistas afirmam ser esta a sexta onda de extinção da história, sendo a primeira causada pela ação humana, em uma velocidade possivelmente maior do que velocidade da ciência até para identificar novas espécies (LATOURET, 2020; VEIGA, 2019; SCARANO, 2019).

Essa convergência entre as crises do natural e do social indicam a falência do sistema capitalista (SCARANO, 2019). Como consequência, o termo *Capitaloceno* (IGLESIAS-RIOS, 2019; MOORE, 2016) vem sendo adotado nesse debate para alertar sobre as diferenças de responsabilidades na degradação socioecológica, ressaltando as assimetrias entre o Norte e o Sul Global e as disparidades entre as elites e o restante da população, em geral. E assim, a necessidade de se considerar os contextos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais nesse debate dirigido ao modelo de desenvolvimento vigente, colocando em xeque o sistema capitalista também em relação aos seus efeitos em termos de desigualdade social.

Para ampliar esse debate, outros conceitos derivados do Antropoceno vêm sendo propostos, como “Homentropoceno” (RAWORTH, 2014), “Plutoceno” (SOLÓN, 2019), “Lixoceno” (ARMIERO, 2021) e “Tecnoceno” (HORNBERG, 2015), colocando a responsabilidade pela crise planetária, respectivamente, na estrutura patriarcal do poder, na concentração de poder nas mãos da elite, e na lógica industrial tecnocientífica extrativista destrutiva. Assim, atrelados às dimensões relacionadas à classe, capital, gênero e raça/etnia, para marcar as assimetrias de poder. Ao questionar tais conceitos, a filósofa Donna Haraway (2016) propõe o termo *Chthuluceno* para qualificar uma dimensão horizontal na relação entre seres humanos e não-humanos, trazendo para o debate a importância do cultivo de afetos positivos e da disposição para a ação diante do cenário de colapso planetário. E assim, a

autora instiga a reflexão para a criação de conexões, visando o aumento de habilidades coletivas para responder aos desafios do nosso tempo.

Nesse contexto de busca por soluções diante das múltiplas crises contemporâneas (ecológica, climática, econômica, social, cultural, ética, política, psicológica, geopolítica etc.), a construção de caminhos possíveis para os problemas socioambientais deve ter origem nos próprios indivíduos e na sociedade como um todo (LEFF, 2006; MORIN; KERN, 2000). Dessa forma, o engajamento social nos âmbitos local e global representa, além de um desafio, um caminho possível para a proteção da natureza e para a transformação dos modos de vida na contemporaneidade, sobretudo em um cenário de *Pandemia da Covid-19*, e de um contexto geopolítico incerto (HARARI, 2020; JAPPE et al., 2020; MORIN, 2021; SANTOS, 2020).

Importante enfatizar que o contexto pandêmico resultou em um movimento na concentração de esforços da comunidade global para salvar vidas e meios de subsistência, delineando caminhos coletivos para um ponto de virada rumo a um mundo mais sustentável e inclusivo diante de demandas globais emergenciais, como as mudanças climáticas. E esse movimento vem se afirmando a cada dia como mais urgente, pois, de acordo com o relatório *Making Peace With Nature* (Fazendo as Pazes com a Natureza) (UNEP, 2021¹), do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (Pnuma), três grandes emergências mundiais são basilares nesse momento: a crise climática, a degradação da vida selvagem e, a poluição.

No referido relatório, se lança o alerta de que o mundo caminha na direção de um aquecimento de 3°C acima dos níveis pré-industriais nesse século, com um milhão de espécies ameaçadas de extinção, além de 90% da população mundial residindo em cidades com ar poluído, com consequências evidentes à saúde e ao bem-estar. Entre os dados alarmantes desse documento, vale mencionar a informação que a poluição do ar, da água e dos solos vem causando, em média, nove milhões de mortes ao ano, o que foi associado, simbolicamente, a um processo progressivo de erosão da humanidade². Assim, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, quando apresentou, publicamente, este relatório, alertou, ainda, que “A humanidade está travando uma guerra

¹ UNEP. *Making Peace With Nature*. Disponível em <https://www.unep.org/resources/making-peace-nature?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=19022021-ClimaInfo-Newsletter> Acesso em 20 jan. 2022.

² GELBERT, Laura. Ban: “não podemos decepcionar milhões de pessoas em extrema necessidade”. ONU News. Publicado em 4 abril 2016. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2016/04/1546521-ban-nao-podemos-decepcionar-milhoes-de-pessoas-em-extrema-necessidade>> Acesso em 09 mar. 2021.

contra a natureza (...). As consequências de nossa imprudência já são aparentes no sofrimento humano, perdas econômicas altíssimas e na erosão acelerada da vida na Terra”³.

Essa afirmação representa o ponto de partida para a preparação do solo da presente tese de doutorado, que adotou como terreno fértil de reflexão o campo da Ecologia Social, na busca por germinar sementes para o horizonte de 2030. Pactuada em 2015 no âmbito da ONU (UN, 2015), com o propósito prioritário da erradicação da pobreza, e outras urgências contemporâneas a Agenda 2030 representa, atualmente, o principal acordo global em curso para se repensar o modelo de desenvolvimento vigente. Sob o lema “não deixar ninguém para trás”, esse pacto global representa um dispositivo de políticas públicas globais que visa estabelecer diretrizes, por meio de 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) a serem alcançados até o ano de 2030. Na busca por contribuir para o equacionamento dos principais problemas contemporâneos, essa agenda consolida, assim, inúmeros desafios éticos para as sociedades humanas diante desse cenário de incertezas planetárias, agravado ainda mais pelo contexto da *Pandemia da Covid-19* e pelas inúmeras tensões geopolíticas que caracterizam a contemporaneidade.

Esse cenário de crise mundial sem precedentes vem dificultando o avanço na implementação dos ODS em todos os países do mundo, de acordo com dados publicados no *Relatório 2020 da Agenda 2030* (UN, 2020)⁴. Esse documento indica, ainda, que os esforços globais para o alcance dos ODS, que já eram insuficientes em 2019, com a crise social, sanitária e econômica, provocada pela *Pandemia da Covid-19*, tornou os objetivos dessa agenda ainda mais desafiadores. Além disso, considerando que a circulação do vírus não afeta todas as pessoas do mundo da mesma forma, as populações empobrecidas e vulneráveis são as mais atingidas por essa distopia global.

Assim, diante do cenário pandêmico, 2020 representou o ano estabelecido pela ONU para a contagem regressiva em busca do cumprimento dos ODS da Agenda 2030. Nesse sentido, o estabelecimento da *Década da Ação* (2020-2030), que tem como lema “dez anos para transformar o mundo”, representa um esforço global para a aceleração do processo rumo ao alcance dos ODS, que já não vinham avançando na velocidade necessária para a promoção das profundas transformações rumo a um novo modelo de sociedade, mesmo antes da crise sanitária e do contexto atual de instabilidade geopolítica.

³ ÉPOCA Negócios. Humanidade trava guerra suicida com o meio ambiente, diz secretário da ONU. ÉPOCA Negócios: Sustentabilidade. Publicado em 19 fev. 2021. Disponível em <<https://epocanegocios.globo.com/Sustentabilidade/noticia/2021/02/humanidade-trava-guerra-suicida-com-o-meio-ambiente-diz-secretario-da-onu.html>> Acesso em 09 mar. 2021.

⁴ <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/relatorio-da-onu-aponta-que-a-covid-19-esta--retardando--decadas.html>

Isso porque, de acordo com o *The World Inequality Report 2022*, a desigualdade socioeconômica tem alcançado níveis próximos aos registrados no início do século XX, período caracterizado pelo imperialismo ocidental. Sendo assim, em um contexto no qual 10% dos mais ricos detém 78% da riqueza global e metade da população possui apenas 2% desse total, não é possível alcançar os desafios do século XXI, tais como o enfrentamento da crise climática, sem uma redução efetiva nos níveis de desigualdade social (CHANCEL et al., 2022).

No caso brasileiro, em particular, os efeitos da *Pandemia* vêm aprofundando ainda mais o abismo social. Enquanto o país voltou para o mapa da fome, em um cenário de desemprego e inflação, o número de bilionários aumentou (DIEESE, 2021⁵), sendo a média de gastos de 2% da população brasileira o equivalente a 20% do consumo nacional. Assim, ao mesmo tempo em que grande parte da população precisou ingressar na fila das sobras no mercado para conseguir se alimentar, uma pequena parcela de brasileiros passou a aguardar na fila para comprar helicópteros, carros e imóveis de luxo (CARRANÇA, 2022)⁶.

Esses dados ilustram o insustentável modelo de desenvolvimento vigente adotado pelo país. E indicam, também, a necessidade de se refletir, criticamente, sobre as propostas expressas nos ODS para que esses estejam realmente voltados para as transformações necessárias, no sentido de uma sociedade sustentável.

Portanto, é fundamental uma análise crítica das contradições entranhadas nas raízes da Agenda 2030, conforme discute Scarano (2019), ao questionar a propriedade do tema “crescimento econômico” associado ao ODS8, uma vez que esse está na própria base da degradação da natureza e das injustiças sociais que caracterizam o contexto atual.

As controvérsias relacionadas à *Agenda 2030* foram também analisadas, criticamente, a partir da perspectiva do *Bem Viver*, sobretudo quanto às contradições envolvidas na associação do termo “desenvolvimento” ao qualificativo “sustentável”. Entendida como alternativa, sem se desconsiderar a importância institucional desse acordo internacional, a proposta dos *Objetivos de Bem Viver* (OBV) (HIDALGO-CAPITÁN et al, 2018), em contraposição aos ODS, poderia inspirar a busca por caminhos potentes para a territorialização da Agenda 2030, a partir da ótica latino-americana. A proposta dos OBV poderia contribuir, ainda, para se pensar caminhos rumo ao “amanhãs desejáveis”, com base

⁵ DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim de Conjuntura. Número 29. Junho e Julho de 2021. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>> Acesso em 30 jan. 2022.

⁶ CARRANÇA, Thais. 5 dados que mostram como brasileiros ricos passam bem pela pandemia. Folha de São Paulo. 21 jan 2022. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/5-dados-que-mostram-como-brasileiros-ricos-passam-bem-pela-pandemia.shtml>

em uma agenda global a partir do Sul Global, na busca por produzir “uma consciência coletiva na academia, nos movimentos sociais e nos protagonistas da cooperação internacional, o que permite propor uma nova Agenda Pós-2030, partindo de objetivos que nem estavam incluídos na Agenda 2030” (HIDALGO-CAPITÁN et al, 2018, p. 12). Assim, a academia se constitui como um importante e essencial ator social para potencializar essa consciência coletiva, rumo à caminhos mais sustentáveis para o futuro.

E no caso brasileiro, em particular, o *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (CABRAL; GEHRE, 2020) faz uma leitura a partir do contexto universitário e de demandas nacionais. Ao reimaginar a Agenda 2030, propõe outros três objetivos complementares aos 17 ODS previamente pactuados: *Igualdade Racial* (ODS18); *Arte, Cultura e Comunicação* (ODS19); e *Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais* (ODS20). Tendo como inspiração a *Década da Ação*, este Guia para a Educação Superior parte de articulações globais e de iniciativas locais, visando à territorialização dos ODS por meio de estratégias delineadas para engajar educadores, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e a sociedade civil no processo.

Com base nesses antecedentes, se parte do pressuposto de que as Instituições de Ensino Superior (IES) podem exercer um papel fundamental na promoção de um debate crítico e ético sobre sustentabilidade, no horizonte da Agenda 2030. E, também, influenciar a adoção de novas práticas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e reflexiva, e a atuação engajada, no contexto atual de crise planetária. Vale ressaltar, ainda, no contexto brasileiro, que as contribuições das universidades públicas para a sociedade têm adquirido destaque recente na mídia, em virtude de seu protagonismo no balizamento e no desenvolvimento de conhecimentos para o combate à *Pandemia da Covid-19* e suas inúmeras consequências.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos, em reflexão sobre “a universidade pós-pandêmica”, discute os desafios para as universidades públicas no contexto do neoliberalismo e do capitalismo mundial. Para ele, “poucas instituições estarão tão ameaçadas. Mas nenhuma será tão importante para ajudar as sociedades a pensar um mundo regido por novas lógicas. Mais: para transformar, a universidade precisará revolucionar-se” (SANTOS, 2020).

Diante dessa demanda urgente e revolucionária, a Ecologia Social emerge como um campo privilegiado para inspirar a presente tese de doutorado. Isso porque, segundo Murray Bookchin (1991, p. 6), uma das principais referências desse complexo campo interdisciplinar de conhecimento, “a atual sociedade capitalista precisa ser substituída por aquela que chamamos de sociedade ecológica, isto é, uma sociedade que implique nas radicais mudanças sociais indispensáveis para eliminar os abusos ecológicos”.

Essa visão de sociedade representa o fundamento para embasar a discussão sobre a noção de *sustentabilidade* na presente tese. Esse complexo, polissêmico e controverso debate deve, assim, transcender uma visão idealizada, operacional ou antropocêntrica. E, portanto, contribuir para a promoção de profundos questionamentos a respeito da desigualdade social, da injustiça ambiental, e do insustentável modelo de desenvolvimento, produção e consumo das economias capitalistas.

Além disso, a compreensão sobre o campo da sustentabilidade tende a ampliar o foco sobre as interações humanas e ambientais para contemplar também a dimensão temporal, a partir do princípio de solidariedade intergeracional (DINIZ; PINHEIRO, 2014), em sintonia com o provérbio indígena “Nós não herdamos a Terra dos nossos ancestrais; nós a tomamos emprestada dos nossos filhos”.

Essa perspectiva intergeracional de análise, alinhada ao debate crítico sobre sustentabilidade, encontra no contexto das universidades um campo potente para ser cultivado. Isso porque pode inspirar um corpo social atuante e influente em termos de estratégias e práticas voltadas para os desafios associados à Agenda 2030. Um caminho que tende a possibilitar uma formação humana, engajada e cidadã, voltada para a distribuição justa e equitativa da renda, com base no compromisso de conservação da biodiversidade e dos bens culturais, buscando a promoção de bem-estar e de qualidade de vida a todos os seres que habitam o planeta.

Para aterrar essa discussão na presente tese, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) emergiu como campo de investigação (entendidas as universidades enquanto ambientes organizacionais plurais), sobretudo considerando a celebração de seus 100 anos de existência em 2020, e o horizonte de 2030 também para o seu Plano Diretor, em processo de construção, com publicação prevista para o segundo semestre de 2022.

Diante desse breve panorama, o desenvolvimento da tese tem como inspiração simbólica o ciclo do cultivo. O campo da Ecologia Social representa o terreno fértil para a discussão da relação indissociável entre sociedade e natureza, e para a inspiração da leitura crítica sobre a polissêmica noção de sustentabilidade (IRVING, 2014). Os ODS, no contexto da Agenda 2030, por sua vez, ilustram as sementes que devem ser plantadas hoje para gerar os amanhãs desejáveis, fazendo florescer rizomas para fundamentar as reflexões interdisciplinares necessárias sobre a temática de sustentabilidade, no contexto das universidades. E nesse caso, a UFRJ, que tem a Minerva como símbolo da instituição, é simbolizada pela flor *Amarílis Minerva* (conhecida como Tulipa Brasileira), e representa o foco prioritário de análise. Com esse delineamento, os debates, que tiveram origem na etapa

da colheita da pesquisa, foram construídos no intuito de fazer florescer e gerar inspirações para outras pesquisas, como novas sementes para o futuro.

E na preparação do solo para introduzir a pesquisa, a trajetória de formação acadêmica e profissional, ilustrada, imagetivamente, como um movimento de espiral para mover o arado, e arejar a terra, constitui o ponto de partida. Assim, o processo que culminou no desenvolvimento dessa tese vem sendo drenado pelas premissas de sustentabilidade, alinhadas às perspectivas de fraternidade, solidariedade, justiça social, amor, esperança e paz, sendo essas algumas das bases de inspiração também da Agenda 2030.

Esse exercício de implicação na pesquisa teve como base a definição do Dicionário de Psicossociologia, que considera que “o objeto estudado nunca é, portanto, totalmente exterior ao sujeito que o observa, e não sai incólume dessa observação, como, aliás, o próprio observador” (AMADO, 2005, p. 281). Nesse verbete, o pensamento de Edgar Morin é mencionado, afirmando que “os maiores progressos das ciências contemporâneas se realizaram graças à reintegração do observador na observação” (AMADO, 2005, p. 281).

1.1 Implicação na pesquisa: uma espiral para mover o arado na terra

O retorno ao começo não é um círculo vicioso se a viagem, como bem diz a palavra trip hoje em dia, significa experiência de onde se volta transformado. Então, talvez, nós poderíamos aprender a aprender, aprender aprendendo. Então, o círculo poderia se transformar em um espiral em que o retorno ao começo é precisamente o que o afasta do começo.
(Edgar Morin, 2005, p. 36⁷)

A educação como base: nos primórdios, inspirações e aspirações

A obra infantil “Azul e Lindo: Planeta Terra, Nossa Casa” (ROCHA; ROTH, 1990) foi publicada, no Brasil, tendo como inspiração a Declaração Mundial sobre o Meio Ambiente Humano⁸ (UN, 1972). Envolvendo temáticas como responsabilidade intergeracional, consumo sustentável, ciência, política, povos tradicionais, entre outros temas, o eixo central do livro infantil está pautado no cuidado com o que, anos mais tarde, seria compreendido como a nossa Casa Comum (BOFF, 2003; FRANCISCO, 2015), Mãe Terra (KRENAK, 2019), Pachamama (ZAFFARONI, 2017), Gaia (LATOUR, 2020; LOVELOCK, 2019) ou Terra-Pátria (MORIN; KERN, 2000). Entre as profundas reflexões dessa publicação infantil, comecei a entender, ainda criança, que:

⁷ O método I: a natureza da natureza. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005

⁸ Documento final da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Disponível em <<https://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>> Acesso em 05 fev. 2022.

Tudo que a humanidade sabe hoje, toda a ciência, deve ser usada para descobrir novas formas de viver, para evitar todas as formas de desperdício e para combater todas as formas de poluição. Devemos, para isto, olhar mais para a natureza, procurar compreendê-la e aprender com ela. É preciso educar políticos, cientistas, professores e até os governantes, que deveriam olhar mais para os povos e os grupos que vivem com simplicidade, sabedoria e em harmonia com a natureza (ROCHA; ROTH, 1990, pp. 28-29).

O eco produzido por essas palavras fundamentou a compreensão, anos mais tarde, da indissociável relação entre indivíduo, sociedade e natureza (GUATTARI, 1990), e vem ressoando em reflexões e ações ao longo de minha trajetória de vida. E esse percurso percorrido pode ser ilustrado, simbolicamente, como um arado na terra, produzindo movimentos para arejar o solo e permeabilizá-lo, possibilitando o crescimento das raízes no processo da pesquisa, visto que “a implicação diz respeito ao que move o investigador, ao seu desejo em produzir algo naquele campo, em compreender uma determinada dinâmica e intervir nela” (TURATO, 2003 apud SOUZA; CARRETEIRO, 2016, p.32).

Com o sonho de ser cientista “quando crescer”, minha infância em Ubatuba-SP⁹ foi fortemente marcada pela cultura caiçara, por suas festas populares e pela história de povos originários. Além de possibilitar um intenso contato com a natureza, a cidade com o maior número de praias do litoral paulista tem quase oitenta por cento de seu território como unidades de conservação da Mata Atlântica. Além disso, a cidade é marcada pela presença do Projeto TAMAR e do Aquário de Ubatuba, projetos voltados à proteção da biodiversidade. Assim, as “muitas canoas” dessa cidade representam inspirações para navegar pelos mares do conhecimento, segundo valores adquiridos desde a infância para direcionar os caminhos rumo ao futuro.

A mudança de moradia para Campinas-SP, após concluir o ensino fundamental, representou a primeira experiência com a educação pública, quando também participei, com outros jovens, de um grupo autogestionado de teatro, sendo o mesmo, por vezes, premiado em festivais da região. Vale destacar, ainda, uma premiação recebida na Olimpíada Escolar de Matemática e o incentivo permanente de vários professores ao observarem o meu interesse pelo conhecimento. Essas são algumas das experiências que alimentaram o sonho de vivenciar a realidade da universidade pública, pela compreensão de sua relevância para a construção de uma sociedade mais justa.

Nessa trajetória, após a conclusão do Ensino Médio, a mudança para Fortaleza-CE proporcionou o meu primeiro contato com a educação pública em nível superior, no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Minha primeira participação em

⁹ Única cidade litorânea brasileira onde se cruza o Trópico de Capricórnio, Ubatuba tem seu nome originado do tupi, que significa “lugar de muitas canoas”: ubá = canoa, tuba = muitas.

eventos acadêmicos foi no *1º Encontro Intercontinental sobre a Natureza – O2*, em 2003, quando foi despertado o interesse em avançar no sentido de uma perspectiva interdisciplinar para a produção de conhecimento, diante das subjetividades envolvidas na relação sociedade-natureza. A participação nesse evento, que teve como objetivo a sensibilização da sociedade para as questões socioambientais, possibilitou os primeiros contatos acadêmicos com temas voltados à sustentabilidade, sobretudo relacionados aos debates indissociáveis sobre a proteção da biodiversidade e o combate às desigualdades sociais.

No ano seguinte, precisei interromper o curso de Ciências Sociais em função da mudança de moradia para o Rio de Janeiro. E, enquanto aguardava o vestibular para o ingresso em uma outra universidade pública, precisava me sustentar financeiramente, iniciando a vida profissional na área da educação, como professora de inglês, e em seguida, na parte administrativa de uma faculdade privada. Sendo a primeira secretária contratada na Faculdade Evangélica de Ciências das Assembleias de Deus (FAECAD), tive a oportunidade de participar de todo o processo de criação e consolidação da instituição. Atuando como Pesquisadora Institucional, em contato direto com o INEP/MEC, acompanhei todas as suas exigências, desde o credenciamento da faculdade e a autorização para o funcionamento dos cursos até o seu reconhecimento. Tive, também, algumas experiências como Secretária da Direção e da Coordenação do curso, além de apoiar a organização da Biblioteca, entre inúmeras outras atividades acadêmicas e administrativas, ao longo de quase cinco anos de atuação. Vale ressaltar, ainda, a minha participação na idealização do jornal informativo da FAECAD, que abordou, na matéria de capa de sua primeira edição, em abril de 2007, a temática de mudanças climáticas, o que permitiu introduzir, desde então, na instituição, a discussão sobre sustentabilidade.

Essa experiência profissional na área da educação superior influenciou a mudança na escolha do curso de graduação, com a aprovação no vestibular para Pedagogia, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e para Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No processo de decisão por um dos dois cursos, prevaleceu o interesse pela complexidade e a subjetividade humanas, além de inúmeras outras possibilidades de atuação engajada no campo psicossocial, o que justificou a escolha pela graduação em Psicologia.

Na universidade, a busca pela sintonia entre vida acadêmica e profissional

A graduação em Psicologia na UFRJ foi iniciada em 2006, enquanto trabalhava na FAECAD, sendo necessário conciliar trabalho e estudos ao longo da formação. Ainda no primeiro semestre, cursei a disciplina eletiva “Ecologia Social e Comunidades¹⁰”, oferecida na matriz curricular a estudantes do oitavo período. A atração pela temática e o encantamento pelo conteúdo das aulas motivou a minha participação, no período seguinte, como monitora dessa disciplina. E desde então, este campo vem se tornando um horizonte possível a ser trilhado na Psicologia, sobretudo rumo a temáticas abordadas pelo *Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS)* da UFRJ, o meu terreno de ancoragem nos anos seguintes.

E como um movimento em espiral, a Ecologia Social, campo da disciplina cursada no primeiro período da graduação, retorna como eixo fundamental da tese de doutorado, desenvolvida no Programa EICOS/IP/UFRJ (2018-2022). Esse ato de “retornar sempre ao início” representa, para Morin (2010), a complexidade do pensamento crítico sobre o próprio processo de pensar e dos seus métodos. Mas o centenário¹¹ francês afirma não ser esse um processo de círculo vicioso, e sim, uma espiral, que tende a ampliar o conhecimento adquirido a cada retorno, sendo o aprendizado um movimento para toda a vida. Se considerando como um “humanista regenerado”, na obra sobre um século de vida, Morin (2021) define a vida não apenas como sobrevivência, mas como uma “existência poética”. E assim, defende a necessidade de se resistir à dominação, à crueldade e à barbárie por meio da tomada de consciência sobre a complexidade humana, por meio de uma vida poética, com fé e em amor.

Tendo esse pensador como importante inspiração para guiar essa trajetória, ainda na graduação, durante a disciplina *Tópicos Especiais em Psicologia Social*¹², em 2007, foi reafirmado o interesse pelo debate sobre a relação sociedade-natureza, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Com a primeira experiência de pesquisa de campo, realizada para esta disciplina de graduação no *Parque Nacional da Tijuca (PNT)*, foi iniciada, também, a integração ao Grupo de Pesquisa, intitulado, à época, *Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (GAPIS)*¹³, vinculado ao Programa EICOS/IP/UFRJ.

¹⁰ Disciplina ministrada pela Dra. Tânia Barros Maciel, professora titular do Instituto de Psicologia da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da UFRJ.

¹¹ Edgar Morin, um dos maiores pensadores contemporâneos, celebrou o seu centenário em 8 de julho de 2021, publicando aos 100 anos a obra “Leçons d’un siècle de vie” (MORIN, 2021).

¹² Disciplina ministrada pela Dra. Marta de Azevedo Irving, professora titular do Instituto de Psicologia da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da UFRJ.

¹³ O nome atual do grupo é Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS).

A imersão no GAPIS, grupo interdisciplinar, interinstitucional e que tem como uma das premissas a interação entre graduação e pós-graduação, e a conexão entre ensino, pesquisa e extensão, constituiu e vem constituindo uma experiência fundamental em relação ao interesse mencionado e à ação engajada em pesquisa. A participação nesse grupo tem possibilitado a realização de inúmeros trabalhos de campo no *Parque Estadual da Ilha Grande* (PEIG) e no *Parque Nacional da Serra dos Órgãos* (PARNASO), onde os conteúdos teóricos adquiridos em sala de aula e nas reuniões de pesquisa vem sendo materializados. Outras atividades desenvolvidas no grupo, como a colaboração na organização de eventos acadêmicos, na produção de livros, vídeos pedagógicos e inúmeros projetos de pesquisa vem contribuindo para o fortalecimento de meu processo de formação enquanto pesquisadora engajada no campo socioambiental.

Na condição de bolsista do *Programa de Extensão Observatório de Áreas Protegidas e Inclusão Social* (OBSAPIS), por dois anos, foi possível, também, vivenciar diversas práticas pedagógicas, como atividades que ultrapassam os muros da universidade, em direção à interlocução mais ampla com representantes de vários segmentos sociais. Essas experiências, que serviram de base para minha formação acadêmica, permitiram, ainda, o compartilhamento de conhecimentos entre a universidade, o poder público e a sociedade em geral, possibilitando, assim, um processo de amadurecimento educativo, cultural, científico e de construção de cidadania.

A experiência extensionista possibilitou, entre outros aprendizados, a compreensão sobre a importância de se restituir à sociedade os investimentos direcionados à universidade pública. E ainda, sobre a luta coletiva para que esse tipo de oportunidade permaneça acessível a todas as pessoas, de modo que seja assegurada, também, a qualidade do ensino, sendo essas algumas das motivações para o desenvolvimento da presente tese. Com base nessas perspectivas, as ações no contexto do OBSAPIS contribuíram para ampliar a percepção de que as práticas orientadas por temas de grande relevância na contemporaneidade, como traduzido pelo campo da sustentabilidade, podem ter rebatimentos essenciais no processo de transformação social.

E parte dessa vivência na extensão, compartilhada por meio da apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos, internos e externos à UFRJ – como no 11º Congresso de Extensão da UFRJ¹⁴ e o VI Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (6CBEU)¹⁵, em

¹⁴ Trabalho “Programa OBSAPIS: Aproximando a academia, a sociedade e o poder público”

Belém-PA, ambos em 2014; no *XIII Congreso Latinoamericano de Extensión Universitaria*¹⁶, em 2015, em Havana, Cuba; e o *VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (7CBEU)*¹⁷, em Ouro Preto-MG, em 2016 – representa alguma das inspirações para essa tese.

Assim, a participação em inúmeros eventos nacionais e internacionais, ao longo da graduação em Psicologia, além dos cursos de capacitação realizados, vem contribuindo para inspirar minha trajetória acadêmica e profissional. E nesse contexto, vale destacar o curso *Questões Internacionais Contemporâneas: Meio Ambiente e o Impacto das Mudanças Climáticas*, vinculado ao Projeto “Universitários pela Paz”, em 2009, ministrado pelo *Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio)*¹⁸. Realizado no Palácio Itamaraty, uma década antes do ingresso no doutorado, esse curso possibilitou a imersão em temáticas cada vez mais urgentes na contemporaneidade. A interação com estudantes de diversas áreas de conhecimento durante o curso reafirmou a surpresa de ser a única representante da Psicologia nesses espaços de formação e debates, assim como ocorreu em inúmeros outros eventos acadêmicos sobre temas relacionados à sustentabilidade ao longo dessa trajetória.

E na busca por aprofundar o conhecimento para além da matriz curricular da graduação em Psicologia, a participação na disciplina Comunicação Ambiental¹⁹ possibilitou uma aproximação com a Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Como trabalho final dessa disciplina, o espaço educacional foi adotado para a realização da pesquisa de campo, na busca por investigar a Comunicação da Agenda 21 Escolar no contexto da *Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch (ETEAB)*. Reconhecida internacionalmente como uma das melhores escolas técnicas do Brasil, a ETEAB oferece cursos técnicos voltados para a área de Comunicação e Economia Criativa, sendo a única instituição pública na América Latina com essa vocação.

¹⁵ Artigo “Programa de Extensão OBSAPIS: Turismo, Governança e Áreas Protegidas” (IRVING; PENTEADO; FAICO, 2014) In: *6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - 6CBEU*, 2014, Belém - PA. Anais Comunicação Oral: Meio Ambiente. 2014. Disponível em <<http://www.6cbeu.ufpa.br/ebook/>>

¹⁶ Artigo “Áreas Protegidas e Inclusão Social: Uma história de 10 anos de extensão” (IRVING et al., 2015). *XIII Congreso Latinoamericano de Extensión Universitaria*, Havana, Cuba. Disponível em <<https://esdocs.com/doc/1221236/programa-cient%C3%ADfco---congreso-latinoamericano-de-extensi%C3%B3n>> Acesso em 09 fev. 2022.

¹⁷ Artigo “Programa OBSAPIS: um caminho possível para a articulação com a Política Nacional de Extensão Universitária?” (IRVING et al., 2016). Disponível em Anais do 7º CBEU. <https://cbeu.ufop.br/exibir_trabalho.php?id=3516> Acesso em 09 fev. 2022.

¹⁸ Primeiro escritório desse tipo criado pela ONU na América Latina.

¹⁹ Disciplina ministrada pelo Dr. Mohammed ElHajji, professor da Escola de Comunicação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da UFRJ.

O resultado da vivência na ETEAB foi apresentado em uma mesa-redonda na *Semana de Integração Acadêmica da UFRJ*²⁰, em 2008, e, a partir dela, o convite para participar como bolsista do *Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação da UFRJ* (PET/ECO). Nesse movimento em espiral, a comunicação para a sensibilização da sociedade sobre a temática da sustentabilidade no ambiente educacional e organizacional emerge como um dos maiores desafios a ser enfrentado nos dias de hoje para a construção de sociedades sustentáveis.

Mas a participação como bolsista no PET/ECO precisou ser interrompida em função da aprovação no concurso público para o *Conselho Regional de Corretores de Imóveis* (CRECI-RJ), no qual passei a atuar na Ouvidoria. O interesse em agregar à prática profissional os conhecimentos acadêmicos adquiridos até então culminou na elaboração de um Projeto de Responsabilidade Socioambiental para a organização. O *Projeto Creci Sustentável*, lançado em 2010 durante o *II Congresso Estadual de Corretores de Imóveis*, se constituiu como uma das inspirações para orientar o Plano de Gestão do Conselho para o triênio 2010-2012. Essa experiência instigou o meu interesse pelo campo de sustentabilidade também no ambiente organizacional, tema focal das pesquisas acadêmicas desenvolvidas posteriormente. A busca por compreender sustentabilidade no planejamento estratégico das organizações foi retomada assim também na pesquisa de tese, dirigida à decodificar a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Outro movimento em espiral nessa trajetória foi marcado pelo retorno de minha atuação profissional ao contexto da educação superior, com a aprovação no concurso público da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2011, para o cargo de Assistente em Administração. A vivência, por mais de uma década nessa instituição pública de ensino superior, se configura como outra importante inspiração para a pesquisa de tese de doutorado, que adotou o ambiente universitário como campo de investigação para a análise.

A realização do sonho de atuar no serviço público federal representou, também, a via ideal para a realização de novos projetos e desafios no plano da carreira em construção. A oportunidade de trabalhar em Niterói-RJ possibilitou a realização do estágio de Prática de Ensino em Psicologia, obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Psicologia na

²⁰ Trabalho “Agenda 21 Escolar: a comunicação como estímulo para participação social” In: *II Semana de Integração Acadêmica*, 2008, Rio de Janeiro. Anais da *II Semana de Integração Acadêmica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

UFRJ, no *Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho*²¹ (IEPIC), a primeira escola de formação de professores da América Latina. A vivência nesta tradicional instituição de ensino niteroiense, participando das aulas de Psicologia da Educação, e a supervisão de estágio, associada às disciplinas do curso de Licenciatura da UFRJ, permitiram lançar um novo olhar para o processo de ensino e aprendizagem, desta vez sobre a Educação Básica, em toda a complexidade envolvida no ensino público.

A experiência com a Licenciatura teve como resultado o trabalho “O ensino de psicologia na formação profissionalizante no Rio de Janeiro: os caminhos trilhados e os caminhos possíveis”. Essa pesquisa, realizada em parceria com a turma da disciplina Prática de Ensino em Psicologia da UFRJ²², recebeu prêmio de menção honrosa na *Jornada de Iniciação Científica da UFRJ*, sendo publicada na Edição Especial da *Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas* (CFCH) (FAICO et al., 2015). No ano anterior, a pesquisa “Sustentabilidade, uma via possível em Políticas Corporativas?” (FAICO, 2014), também recebeu o prêmio de menção honrosa nesse evento, sendo publicado nessa mesma revista. Essa pesquisa fundamentou a realização de minha Monografia de Conclusão da Graduação em Psicologia (FAICO, 2016).

A Pós-Graduação: consolidação de alguns dos sonhos desejados

Nesse movimento contínuo de capacitação acadêmica e profissional, participar da primeira turma do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em *Políticas Públicas e Gestão Governamental*, da Faculdade de Direito da UFF, representou uma nova oportunidade para a ampliação de conhecimentos sobre sustentabilidade na gestão pública. O trabalho de conclusão da especialização, intitulado “Políticas de Sustentabilidade na Administração Pública: um olhar a partir das vivências no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ)” (FAICO, 2015), propiciou a discussão sobre sustentabilidade na referida instituição, considerada como um dos órgãos públicos de referência na temática, no Brasil. Vale ressaltar que a realização da pesquisa de campo na *Divisão de Gestão Ambiental do TJRJ* (DIGAM) representou, de alguma forma, mais um giro na espiral desse percurso acadêmico e profissional. Isso porque, o tema da sustentabilidade em instituições públicas também foi

²¹ O IEPIC foi fundado em 1835, como a Escola Normal de Niterói (SOUZA, 2018). Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/17102>> Acesso em 05 fev. 2022.

²² Disciplina ministrada pela Profa. Dra. Diva Lúcia Gautério Conde, egressa do Programa EICOS e professora da Faculdade de Educação da UFRJ. Foi presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), e foi presidente do Conselho Regional do Rio de Janeiro (CRP-RJ).

adotado como foco da pesquisa no doutorado, sendo, no caso da tese, o campo empírico de investigação uma instituição pública de ensino superior.

Ao elaborar essas pesquisas, ao longo dessa trajetória, foi possível observar que a produção de conhecimento sobre sustentabilidade demanda uma compreensão de sua complexidade, envolvendo interfaces éticas e políticas (IRVING et al, 2014; IRVING, 2018). Assim, essa perspectiva acadêmica, orientada pela Psicossociologia e pela Ecologia Social enquanto ciências engajadas, vem representando uma importante motivação para a aproximação da pesquisadora com o Programa EICOS nesse percurso.

Isso porque, o envolvimento subjetivo do/a pesquisador/a com seu objeto de pesquisa, em oposição à ideia de isenção e de neutralidade na produção de conhecimento, pode ser discutido por Nasciutti²³ (1999) a partir da noção de implicação. A autora parte da premissa de que a preocupação com a ética e com o compromisso social deve atravessar pesquisadoras/es, principalmente da área social (CARVALHO, 2018).

Nasciutti (2010, p. 112) defende que pesquisadoras/es estão implicadas/os com o seu objeto de pesquisa “até a alma (no sentido estrito e lato da palavra)”. E esse processo pode ocorrer em três níveis:

Implicado pela sua **posição técnico-profissional**, ele planeja, elabora hipóteses, pesquisa sobre objetos psicossociais e analisa resultados a partir de uma posição social que não pode lhe ser indiferente, já que lhe assegura o poder de um saber. Implicado **existencialmente**, enquanto ser histórico, o pesquisador é sujeito de uma ideologia, de valores sociais e realiza julgamentos que lhe fazem olhar para a realidade que pesquisa sob uma certa ótica/ética. Implicado **psicoafetivamente**, ele “gosta” ou não da realidade social que apreende (tanto científica quanto vivencialmente), projeta nela e na interpretação que dela faz conteúdos de seu inconsciente, utiliza-a em seus mecanismos de defesa, investe-a de suas vontades conscientes (NASCIUTTI, 2010, p. 112, grifo nosso).

Nesse sentido, a implicação existencial e psicoafetiva com os temas discutidos no Programa EICOS foi despertada no primeiro período da graduação em Psicologia na UFRJ, quando cursava a disciplina Ecologia Social e Comunidades, em 2006. Ainda que tenha sido oferecida ao oitavo período na matriz curricular do curso, o interesse pelo tema conduziu a inscrição na disciplina. Após esse contato inicial, no semestre seguinte, a atuação como monitora para o suporte às aulas ministradas, ampliou o contato da pesquisadora com o campo da Ecologia Social e com o próprio EICOS.

²³ A Prof^a. Jacyara Nasciutti compôs o quadro de docentes do Programa EICOS, contribuindo para a sua consolidação, na busca por construir novas maneiras de pensar a Psicologia, no intuito de compreender a teia de relações entre o ser humano e o ambiente onde está inserido.

Apesar da familiaridade com o tema da Ecologia Social, pela aproximação ainda no primeiro período da graduação, Carvalho (2018) lamenta ser essa uma área de conhecimento ainda pouco conhecida. E embora a potencialidade desse campo para a análise de objetos de estudos complexos seja inegável, a “teia de relações do ser humano e a natureza na qual se insere e da qual é parte integrante, bem como seus significados e representações que podem orientar atitudes e comportamentos contrários ou favoráveis à sustentabilidade” ainda não foram difundidas de maneira suficiente (CARVALHO, 2018, p. 80).

Como forma de ampliar o conhecimento sobre Ecologia Social, a realização de eventos acadêmicos para divulgação científica representa um dos caminhos possíveis. Assim, nesse resgate histórico, vale mencionar a participação na equipe de Apoio Técnico do *II Encontro em Desenvolvimento e Sustentabilidade da Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ*. Realizado em 15 de agosto de 2007, no Salão Pedro Calmon do *Fórum de Ciência e Cultura* da UFRJ, o evento contou com o lançamento do livro “Natureza: Para pensar a ecologia” de Serge Moscovici, obra que representa um dos principais pilares que fundamentam as pesquisas em Ecologia Social no EICOS.

Ao longo dos anos, foram inúmeras as participações em eventos acadêmicos no âmbito do Programa EICOS, e, também, por meio do grupo de pesquisa *Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade* (GAPIS/UFRJ/CNPq)²⁴. Como um grupo interdisciplinar e interinstitucional, a participação no GAPIS, desde 2007, vem possibilitando o contato com atividades vinculadas às três dimensões da Educação Superior: o ensino, a pesquisa e a extensão, na inter-relação entre graduação e da pós-graduação.

Quase uma década depois, é importante mencionar outro evento no âmbito do EICOS: o *II Seminário Internacional Interdisciplinar Comunidades e Ecologia Social*, realizado em homenagem à professora Maria Inácia D’Ávila Neto, no *Colégio Brasileiro de Altos Estudos* (CBAE/UFRJ), em 27 de abril de 2016. Vale ressaltar que a participação na Comissão Organizadora do evento foi mencionada nos Agradecimentos do livro, “Inovações e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade” (MACIEL; SOUZA, 2018), publicado com base nas conferências proferidas no referido evento.

Com essa história pregressa com o Programa EICOS, antes mesmo de ingressar na pós-graduação, o ingresso no mestrado, em 2016, dez anos após o primeiro contato com esse Programa, simboliza um outro giro na espiral do processo de aprendizado. A aprovação na primeira colocação na seleção do mestrado no Programa EICOS permitiu que a trajetória da

²⁴ Grupo de Pesquisa coordenado pela professora Dra. Marta de Azevedo Irving

pesquisa pudesse ser trilhada na condição de bolsista, também colaborando com todas as demandas associadas à dinâmica do próprio Programa, como a elaboração de Relatórios Sucupira, o engajamento no Grupo de Trabalho de Visibilidade, a participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, e o engajamento no movimento estudantil #SomosEICOS, defendendo e divulgando o Programa dentro e fora da Universidade.

Além disso, a participação no GAPIS foi, também, intensa durante o mestrado, por meio da atuação em diversas frentes de trabalho e nas ações extensão. Como pós-graduanda, busquei, ainda, orientar e contribuir para a formação de estudantes de graduação, e colaborar com colegas da pós, buscando retribuir todo o apoio recebido enquanto graduanda e participante do grupo em anos anteriores.

A dissertação de mestrado, intitulada “Sustentabilidade Organizacional: uma análise pela lente caleidoscópica da Psicossociologia” (FAICO, 2018), reafirmou a dimensão que essa questão vem conquistando no ambiente de minha formação acadêmica no campo das Ciências Humanas e Sociais. E nesse exercício ficou clara, uma vez mais, a relação entre Psicologia e sustentabilidade, diante do contexto da crise civilizatória contemporânea. É importante mencionar, ainda, nessa breve retrospectiva, a oportunidade ímpar de inserção no *Programa EICOS*, que vem sendo ancorado, desde a sua origem, nos campos de Psicossociologia e Ecologia Social, de forma pioneira, no Brasil. Com origem em um laboratório de Psicologia Social Clínica da UFRJ, por meio da ação conjunta de uma equipe interdisciplinar, o Programa tornou-se uma *Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável*, em 1993, em razão do reconhecimento de sua visão inovadora com relação ao tema (IRVING et al 2014; MACIEL; SOUZA, 2018).

Tendo essa perspectiva inovadora como inspiração permanente, a aprovação na seleção do doutorado no Programa EICOS, novamente na primeira colocação, possibilitou a manutenção da bolsa da CAPES e, a continuidade das pesquisas nesse campo. Nesse contexto, foi possível dar continuidade, ainda, às ações em contribuição ao EICOS, como a participação na equipe de Internacionalização, para apoio direto ao Projeto “Sustentabilidade e Transformação Social: Rumo à Agenda 2030”, vinculado ao *Programa de Internacionalização da CAPES (PrInt)*²⁵. Isso porque, na proposta para o Edital do PrInt (Programa conduzido pela CAPES entre 2018 e 2022, mesmo período de desenvolvimento da

²⁵ O Programa EICOS foi escolhido entre diversos PPG's da UFRJ para compor o mosaico de especialidades necessárias para promover a internacionalização das universidades brasileiras, pelo Edital CAPES/PRINT nº 41/2017, Protocolo nº: 88887.311972/2018-00. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>> Acesso em 05 fev. 2022.

presente tese de doutorado), a UFRJ adotou como critério de seleção de projetos, a aderência à temática de sustentabilidade, estabelecida como eixo central para a triagem das pesquisas já desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação (PPG).

Somada a essa experiência de projetos de internacionalização, por meio das atividades do PrInt, o processo de construção do conhecimento na pós-graduação foi, também, complementado pela organização e da participação em eventos acadêmicos, nacionais e internacionais. Além da experiência em Cuba durante a graduação para a participação no *XIII Congreso Latinoamericano de Extensión Universitaria*, outros dois países foram visitados para a apresentação de pesquisas acadêmicas, como a Nicarágua e Peru, na América Latina.

No *XIV Congreso Latinoamericano y del Caribe de Extensión Universitaria y el 2do. Congreso Centroamericano de Compromiso Social*, na Nicarágua, em 2017, foi apresentado o trabalho “O papel da universidade no desenvolvimento local e sustentável: caminhos participativos para o Ecoturismo no Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro, Brasil²⁶”, que vem reafirmando a universidade como campo de interesse para pesquisa desde então, o que pode ser entendido como mais um giro nessa espiral da implicação na pesquisa. Nesse mesmo ano, para apresentar uma pesquisa sobre as conexões entre a formação em Psicologia e a Agenda 2030, foi apresentado o trabalho “*La formación en psicología en Brasil y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: posibles conexiones?*” no 6º Congresso da Associação Latinoamericana para a Formação e Ensino de Psicologia (ALFEPSI), em Lima, no Peru.

Além desses eventos internacionais, vale resgatar ainda, no âmbito nacional, a breve entrevista para a *TV PUC São Paulo*²⁷ durante o *I Simpósio de Psicologia e Compromisso Social*, organizado pelo *Instituto Sílvia Lane*, em 2017, ainda durante o mestrado, o que permitiu ampliar o alcance do trabalho apresentado no referido evento²⁸. Nesse mesmo ano, pude participar de outra entrevista durante a *11ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia*, organizada pelo *Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro*, concedida à Comissão Organizadora do evento²⁹.

Com relação aos eventos em âmbito local, o interesse em levantar questões sobre a própria UFRJ foi expresso durante o *Seminário a UFRJ faz 100 anos*, em 2017, como parte das atividades realizadas em celebração ao seu centenário. A pesquisa “Plano Diretor UFRJ

²⁶ Anais do evento disponível em <<https://cenida.una.edu.ni/ULEU/REC10L911.pdf>> Acesso em 26 jan. 2022.

²⁷ Entrevista a partir do minuto 6:00. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CefpK2kIyk8>> Acesso em 26 jan. 2022.

²⁸ Anais do evento disponível em <<https://xdocs.com.br/doc/anais-i-simposio-nacional-psicologia-e-compromisso-social-283q013eveo6>> Acesso em 26 jan. 2022.

²⁹ Entrevista com a coautora do trabalho, Elizabeth Oliveira, disponível em <<https://www.facebook.com/crprj/videos/1431568823598293>> Acesso em 26 jan. 2022.

2020 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: como alinhar essas agendas rumo à evolução desejada para uma universidade centenária?” (ANEXO E), enquanto ainda estava no mestrado, trouxe pistas importantes para a tese e despertou o interesse para a construção de um olhar “para dentro” da UFRJ no doutorado. E esse interesse foi materializado por meio da participação semanal, entre junho de 2020 e dezembro de 2021, em um dos Grupos de Trabalho para a construção participativa do Plano Diretor UFRJ 2030.

Além da participação em inúmeros eventos acadêmicos, como anteriormente mencionado, a atuação na equipe de organização dos Seminários de Extensão *Diálogos Sustentáveis*, desde 2015, no âmbito do GAPIS, viabilizou a experiência necessária para a construção direta do evento de Extensão³⁰ “Sustentabilidade e novos comportamentos rumo à Agenda 2030: RECICLA PSI”. Realizado em 2018, na Casa da Ciência da UFRJ, o evento teve como objetivo construir uma via de diálogo para integrar o pensamento acadêmico com ideias e práticas sustentáveis.

Por meio de seminários temáticos e de uma roda de conversa voltada ao público, em geral, sobre sustentabilidade, a programação contou com um cine-debate, tendo a participação de representantes do movimento social, além de três oficinas ministradas para colocar em prática as temáticas discutidas teoricamente. Ao longo do evento, ocorreu uma Feira de Trocas Solidárias e, a doação de mudas de hortaliças em troca de alimentos não perecíveis destinados a instituições de caridade, atividades essas que representaram importantes oportunidades para a interação afetiva entre os membros do grupo, interlocutores do movimento social, da gestão pública e demais participantes presentes no evento.

Vale ressaltar que, nesse movimento em espiral, a experiência do RECICLA PSI foi adotada como um exemplo registrado na fase de testes da Plataforma Selo ODS IES (ANEXO F), em 2021. Essa iniciativa, idealizada pelo Instituto Selo Social e pela Universidade de Brasília (UnB), está detalhada mais adiante, na tese, relacionada ao fato de que, por ter participado de todos os Encontros Regionais realizados pelo projeto, fui convidada a participar como representante do Estado do Rio de Janeiro na etapa de testes da Plataforma.

No RECICLA PSI foram materializadas, ainda, parcerias que estavam em construção até aquele momento, que culminaram na criação do *Grupo de Trabalho Psicologia, Sustentabilidade e Ética nas Práticas Institucionais* – GT SustentaPsi, no âmbito da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia* (ANPEPP). A organização do processo para a reunião do grupo na mais importante Associação de pós-graduação em

³⁰ Edital SigProj: RUA 2018-1 - Protocolo nº: 284769.1554.161902.19112017.

Psicologia do Brasil, durante o 17º Simpósio em Brasília, em 2018, gerou inúmeros desdobramentos e o estabelecimento dessa rede de pesquisadores no âmbito da ANPEPP. É importante mencionar, também, a aproximação, naquele momento, com o GT de Psicologia Ambiental, por meio da participação na atividade *ANPEPP do Futuro*, visando ampliar as redes de contato com pesquisadores atuantes nesse campo. Vale ressaltar que o 18º Simpósio da ANPEPP, realizado em 2020 de maneira remota, em função do contexto da Pandemia do Covid-19, teve como tema central “Justiça social e contextos sustentáveis: a transversalidade e a pesquisa em psicologia”, e como título da conferência de abertura “*Sostenibilidad, justicia social y su inclusión transversal en la intervención psicosocial*³¹”, assuntos relacionados à temática que vem orientando as pesquisas ao longo de minha trajetória acadêmica.

A ida para São Paulo para participar desse Congresso, considerado o maior evento de Psicologia do Brasil, no final do primeiro ano do doutorado, possibilitou ainda a leitura mais ampla sobre as interdisciplinaridades no campo da Psicologia. E, também, um encontro com temáticas de interesse direto para a presente pesquisa durante os minicursos durante o evento. A experiência nesse evento, para a participação na mesa-redonda *Sustentabilidade: diálogos e perspectivas a partir da psicologia*, está relatada no sexto capítulo da presente tese, no subcapítulo sobre as vivências no *Grupo de Trabalho Psicologia, Sustentabilidade e Ética nas Práticas Institucionais* (GT SustentaPsi), da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia* (ANPEPP).

No segundo ano do doutorado, é importante mencionar a participação no evento de recepção de novos alunos na Unicamp, em 2019, em Campinas-SP, cujo tema central foi a Agenda 2030, e que possibilitou um exercício preliminar para a pesquisa de doutorado. Os resultados dessa experiência foram apresentados no *VIII Seminário Diálogos para Práticas em Desenvolvimento Sustentável*, com enfoque na ação universitária à luz da Agenda 2030 (ANEXO A). Nesse mesmo ano, o resultado dessa imersão foi apresentado no *1º Congresso de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente*, evento paralelo à *49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, em João Pessoa-PB. Na ocasião, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente as principais referências brasileiras no campo da Psicologia Ambiental, participando de minicursos, palestras, oficinas e recebendo prêmio de menção honrosa. Além desse certificado (ANEXO B), recebi uma carta do Daniel Stokols, fundador da Escola de Ecologia Social da Universidade da Califórnia, Irvine, nos Estados Unidos,

³¹ Conferência de Abertura do Simpósio online da ANPEPP, de 2020, ministrada pelo Prof. Bernardo Jiménez-Domínguez, do *Centro de Estudios Urbanos da Universidad de Guadalajara*, México. <<https://www.simpósio2020.anpepp.org.br/programacao>> Acesso em 26 jan. 2022.

parabenizando os trabalhos premiados no evento, o que representou uma motivação ainda maior para continuar a pesquisa na busca pelos pontos de conexão entre Ecologia Social e Psicologia Ambiental.

Essa proximidade com pesquisadores desse campo da Psicologia foi ampliada com a filiação à *Associação Brasileira de Psicologia Ambiental (ABRAPA)*. Posteriormente, a aproximação com o *Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus)*, da *Universidade Federal do Ceará (UFC)*, representou mais uma volta na espiral, uma vez que foi no Ceará que tive a primeira experiência como estudante de universidade pública, conforme já mencionado nesse resgate histórico.

Diante das experiências relatadas, aquele sonho de “ser cientista” quando criança vem sendo construído no plano da realidade, com um passo de cada vez, no campo das Ciências Humanas e Sociais. E a cada passo dessa trilha cresce o desejo em poder compartilhar, ainda mais, esse conhecimento adquirido ao longo desses anos, na formação de futuras/os psicólogas/os, e assim, poder retribuir à Universidade Pública todo o seu investimento em minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

Inspirações para orientar novos ciclos rumo aos amanhãs desejáveis

Em uma entrevista para a TV Cultura³², em 1989, Paulo Freire lança uma mensagem às/aos jovens: “Primeiro, não deixem morrer em vocês os jovens que vocês estão sendo e os meninos e meninas que vocês foram. Segundo, por isso mesmo, não permitam matar em vocês a curiosidade permanente diante do mundo”.

E essa curiosidade se constituiu o elemento fundamental nesse processo de construção investigativa, convocando a imaginação, a intuição, as emoções, e a própria capacidade de criar pressupostos, pois, segundo Freire (1996):

[...] sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como gente e a que corresponde o dever de lutar por ele, o direito à curiosidade. Com a curiosidade domesticada posso alcançar a memorização mecânica do perfil deste ou daquele objeto, mas não o aprendizado real ou o conhecimento cabal do objeto. A construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de “tomar distância” do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo, de cindi-lo, de “cercar” o objeto ou fazer sua aproximação metódica, sua capacidade de comparar, de perguntar (FREIRE, 1996, p. 85).

³² Programa Matéria Prima, voltado para o público jovem, apresentado por Serginho Groisman, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Zx-3WVDLzyQ>>, acesso em 06 mar. 2021.

Portanto, o processo de construção de conhecimento expresso na presente tese teve como base as experiências vivenciadas no plano das escolhas acadêmicas e profissionais, que também devem orientar os próximos passos dessa jornada. Inspirada pelos lugares onde vivi ao longo dessa trajetória (São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro), a tese foi também ancorada em heranças culturais da família de Minas Gerais. E ainda, em cidades e países que tive a oportunidade de conhecer para participar de eventos acadêmicos (Chile, Cuba, Nicarágua e Peru), e demais países da América Latina visitados, que potencializaram a construção de minha identidade como mulher latino-americana. Vivendo atualmente em Niterói (RJ), única cidade brasileira fundada por um indígena³³, todo esse percurso multicultural fundamenta as inúmeras inquietações acadêmicas e profissionais, relacionadas ao campo da Psicologia e à temática da sustentabilidade, que representam inspirações para os próximos passos a serem trilhados na pesquisa e na vida pessoal.

E seguindo nesse movimento em espiral para construir a implicação na pesquisa, a primeira tentativa de iniciar outro ciclo ocorreu no Concurso Público para Professor Adjunto do Quadro de Pessoal Docente da UFF, em 2021, para a área específica Psicologia do Trabalho e Organizacional, onde assegurei a quinta colocação³⁴. Apesar de não ter sido selecionada, esse resultado impulsionou o desejo de seguir atuando no contexto da universidade pública, para continuar o processo de compartilhamento engajado de conhecimentos, tendo em vista a necessidade, cada vez maior, de inserção da temática da sustentabilidade na formação em Psicologia.

Diante de todo esse resgate histórico, a tese representa a materialização dessa trajetória de mais de 15 anos, tanto de atuação profissional no âmbito da educação superior (FAECAD e UFF), como de pesquisas sobre a temática da sustentabilidade, em uma leitura a partir da Psicologia. Fundamentada no campo da Ecologia Social, e também pela lente caleidoscópica da Psicossociologia (FAICO, 2018), essa investigação acadêmica vem sendo impulsionada, ao longo do tempo, pela busca por respostas, cada vez mais necessárias, para a urgência do contexto de crise civilizatória.

Com base nesse movimento em espiral, entre inspirações e implicações, alguns dos rastros deixados pelos passos trilhados na Psicologia, rumo à discussão sobre

³³ O índio guerreiro Arariboia, da tribo Temiminó, fundou Niterói após derrotar os franceses. A cidade é a única do Brasil fundada por um índio. Arariboia, foi um importante personagem, tanto para a história de Niterói, quanto para a história do Rio de Janeiro e da colonização portuguesa no Brasil. Disponível em <<https://www.atribunaj.com.br/niteroi-que-comecou-pelas-maos-dos-indios/>> Acesso em 25 jan. 2022.

³⁴ Processo Seletivo objeto do Edital nº 54/2020, em que faltaram apenas 0.3 décimos em uma nota e 0.5 décimos em outra nota para ficar entre os cinco aprovados do concurso.

sustentabilidade, estão ilustrados no próximo tópico, inspiração preliminar sobre as complexas questões contemporâneas.

1.2 Fertilizando o solo a partir das trilhas na Psicologia

*Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso.
Amo as gentes e amo o mundo.
E é porque amo as pessoas e amo o mundo
que eu brigo para que a justiça social
se implante antes da caridade.*
(Paulo Freire: o Andarilho da utopia, 1998).

Como mencionado no tópico anterior, as pesquisas sobre sustentabilidade vêm sendo construídas desde a graduação em Psicologia na UFRJ, cujo trabalho de conclusão abordou a análise das políticas de sustentabilidade em organizações brasileiras. Como desdobramento dessa primeira monografia, foi desenvolvida uma pesquisa documental exploratória, para a dissertação de mestrado no Programa EICOS, abordando a identidade organizacional de empresas consideradas como referência em sustentabilidade no Brasil, pela lente caleidoscópica da Psicossociologia. No doutorado, nesse mesmo Programa de Pós-Graduação, a investigação para o desenvolvimento da Tese partiu da Ecologia Social e de seus alinhamentos com a Psicologia Ambiental, para a leitura sobre sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES), compreendendo esses ambientes como organizações, e tendo como horizonte de análise a Agenda 2030.

Esse breve resgate da trajetória desenvolvida até aqui, em um caminho acadêmico essencialmente interdisciplinar, e trilhado a partir do campo da Psicologia, tem sido acompanhada por inúmeros questionamentos a respeito das conexões possíveis entre Sustentabilidade e Psicologia. Ao longo desse processo de desbravamento de um tema ainda não tão familiar na Psicologia brasileira, trilhando caminhos ainda pouco transitados, e, diante dessa temática instigante e cada vez mais necessária para se pensar o futuro da humanidade, o percurso tem se consolidado com base nessas inquietações.

E nessa jornada, as palavras de Dom Pedro Casaldáliga, em carta às formandas e aos formandos do curso de Psicologia da Universidade Gama Filho, (escrita em 1981, mas com temáticas tão atuais) também emergem como fonte de inspiração para se buscar a conexão entre a formação acadêmica, a atuação profissional e as crenças pessoais, segundo a visão ampliada de *religare*, para se pensar a relação entre indivíduo, sociedade e natureza:

Não esqueçam nunca que a Psicologia toca a alma humana. Mercadoria outra, matéria prima nascida do próprio alento do Deus vivo [...] vocês, como psicólogos, têm uma específica missão, escandalosamente espiritual, o homem não pode ser

máquina. Devolvam ao homem a sua condição livre e luminosa. Reconciliem a ciência dos gabinetes com a sabedoria do povo. Recuperem, para si, e para os irmãos, aquela Psicologia popular, ainda “natural”, humana ainda, que se expressa em comunhão com a natureza³⁵ (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO, 2020).

E nesse movimento em espiral, para elucidar a implicação na pesquisa, a vida de Sílvia Lane, relatada no livro “Uma obra em movimento” (SAWAIA; PURIN, 2018), instiga um olhar atento para a Psicologia latino-americana. Essa obra representa, assim, uma importante reflexão para se pensar sobre as veredas percorridas até aqui, e também sobre as trajetórias a serem trilhadas, que podem ter como uma das inspirações essa “grande dama da psicologia social brasileira”, como descrita por Jodelet, ao prefaciá-la obra. Os seus múltiplos percursos, fundamentados na promoção de uma psicologia comprometida com as complexas questões contemporâneas, levam em consideração a “importância da criatividade no exercício intelectual e na forma de agir sobre o mundo” (p. 6).

Esse compromisso social e ético no campo da Psicologia, no Brasil, está estabelecido no *Código de Ética do Psicólogo* (CFP, 2005), que deve orientar reflexões e práticas de profissionais da área, independentemente da abordagem ou do ambiente de sua inserção e atuação. Tendo como fundamento a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (UN, 1948) e os princípios da *Constituição Federal* (BRASIL, 1988), este Código, elaborado de maneira participativa, envolveu inúmeras/os psicólogas/os, e a sociedade em geral, para se discutir temas como ética, compromisso social e cidadania.

Como resultado deste processo participativo, o *Código de Ética do Psicólogo* foi concebido como um instrumento que transcende a representação de um conjunto de princípios e normas estáticas, passando a considerar, também, as constantes transformações das sociedades. Essa dinâmica social “líquida”, de acordo com Bauman (2001) demanda permanentes reflexões sobre este dispositivo de orientação da categoria profissional.

Nesse sentido, o referido *Código de Ética* se propõe, ainda, a inspirar as *Diretrizes Curriculares de Formação para os cursos de Psicologia*, de modo a contribuir para que o significado social desta profissão seja fortalecido e ampliado. Vale ressaltar que o Projeto de Resolução sobre as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação*

³⁵ Transcrição de trecho do documentário “Carta de Dom Pedro Casaldáliga a Psicologia”, produzido pelo grupo *Psicologia da descolonização e América Latina*, ligado à *Rede de Psicologia e Povos da Terra*. Publicado em: 21 de outubro de 2020. Disponível em <<https://www.crpsp.org/noticia/view/2628/crp-sp-indica-o-documentario-carta-de-dom-pedro-casaldaliga-a-psicologia>> Acesso em 05 fev. 2022.

em *Psicologia*³⁶ foi aprovado recentemente, no *Conselho Nacional de Educação*, em 2020. A construção desse documento representa o resultado de um amplo, democrático e participativo processo de revisão, iniciado em 2017, que envolveu a categoria profissional, além de docentes e discentes da área. Esse processo expressou o compromisso da formação de psicólogas/os a partir da reflexão contínua e crítica sobre a práxis nos contextos social, político, econômico e cultural.

Outro documento relevante, nesse contexto, é a Resolução do Conselho Federal de Psicologia CFP nº 013/2007 (CFP, 2017), que dispõe sobre o *Título Profissional de Especialista em Psicologia*, e define e especifica cada uma das 13 especialidades da área³⁷, de acordo com dados do website do Conselho Federal de Psicologia, obtidos em abril de 2022. Com relação às atribuições da/o Psicóloga/o Social, campo com aderência evidente ao contexto da presente Tese, essa Resolução estabelece que a/o psicóloga/o deve atuar a partir da compreensão da dimensão subjetiva de fenômenos sociais e coletivos, em perspectivas teóricas e metodológicas diversificadas, visando à problematização do campo e propondo ações voltadas para o âmbito social.

Assim, a/o especialista em Psicologia Social pode desenvolver “atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da Saúde, Educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social”³⁸ (CFP, 2007). Mas apesar da diversidade de campos de atuação em Psicologia, ilustrada pelas 13 opções de títulos de especialistas, a questão ambiental, indicada pelo termo “meio ambiente”, apenas foi mencionada especificamente na especialidade de Psicologia Social.

Buscando investigar essa diversidade de áreas de atuação de profissionais do campo da Psicologia, Macêdo *et al.* (2013) mencionam uma pesquisa realizada por um grupo de trabalho da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia* (ANPEPP), com o apoio do *Conselho Federal de Psicologia* (CFP). Essa pesquisa mapeou as diversas áreas de atuação de psicólogas/os no Brasil, e revelou a polivalência de funções e atividades

³⁶ Aprovação do texto da Resolução das diretrizes no âmbito do CNE, disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139201-pces1071-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>

³⁷ As especialidades concedidas atualmente são: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social; Neuropsicologia; Psicologia em Saúde; Avaliação Psicológica. Vale ressaltar que este título qualifica a formação do profissional, mas não se constitui como obrigatório para o exercício da profissão.

³⁸ Entre as atividades relacionadas ao especialista em Psicologia Social, “Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais (...), com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. Realiza estudo, pesquisa e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social” (CFP, 2007).

exercidas por estes profissionais. Segundo os autores, essa atuação está atrelada aos segmentos públicos, privados e do terceiro setor, o que indica a necessidade de ampliação da formação deste profissional, de modo a atender distintas inserções possíveis e às demandas contemporâneas de um mundo em constante transformação.

No entanto, apesar das múltiplas inserções possíveis, não foram localizadas nesse levantamento referências diretas sobre a atuação de psicóloga/os na área de gestão ambiental. Ainda assim, os referidos autores identificaram inúmeras potencialidades para a atuação de psicólogos em Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), sobretudo com relação aos profissionais especializados na área de Psicologia Organizacional. Esses sistemas estão ancorados em uma gestão integrada, que considera dimensões técnicas, administrativas e psicossociais. Os autores explicam, ainda, que o SGA vem sendo concebido nas organizações de modo a atender às exigências da legislação ambiental, às pressões sociais e econômicas que atingem as empresas, além de visar à garantia de competitividade nos negócios com a eliminação de possíveis perdas produtivas.

Esses sistemas de gestão integrada podem representar importantes oportunidades para as organizações, uma vez que configuram-se como espaços de interação social entre os fornecedores, as populações no entorno, os colaboradores e outros públicos. E, por essa razão, as organizações têm uma grande responsabilidade na disseminação de valores que podem influenciar mudanças sociais concretas, por meio da transmissão de uma imagem coerente e ética, capaz de associar a racionalidade organizacional às subjetividades das demandas sociais (DUARTE; TORRES, 2005).

Nessa perspectiva, a declaração internacional “A humanidade precisa de Psicologia”, afirma que “a ciência psicológica produz conhecimento sobre a origem e o desenvolvimento dos pensamentos, emoções e comportamentos, em suas dimensões individuais e sociais” (SBP, 2020). Esse fato permite que sua aplicação seja articulada a praticamente todas as áreas do conhecimento, e em diferentes contextos. Assinada por cerca de 60 associações de psicólogos/os em todo o mundo, diante da crise causada pelas consequências da *Pandemia da Covid-19*, a referida declaração dispõe, ainda, que os “determinantes sociais da saúde, como a educação, alimentação (...) são reconhecidos como Direitos Humanos fundamentais consagrados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (SBP, 2020).

Nesse debate, o campo da Psicologia Ambiental emerge, mais especificamente, como uma das vias possíveis para abordar temas como as consequências ecológicas das ações humanas, e as mudanças climáticas, em termos das questões psicológicas e comportamentais,

da relação entre a pessoa e a natureza, entre outros temas pontuados na publicação *Environmental Psychology: Enhancing Our World* (EP BROCHURE, 2018)³⁹.

O campo da Psicologia se insere, assim, potencialmente também no debate socioambiental, pela reflexão e pela práxis voltadas à produção de subjetividades, atitudes, e comportamentos de indivíduos e grupos em relação ao ambiente, sendo essas algumas das questões que instigam as/os psicólogas/os ambientais: O que impede as pessoas de se comportarem de uma maneira sustentável? O que é possível fazer para encorajar comportamentos ambientalmente responsáveis?

Esse breve panorama acerca do potencial de atuação de psicólogas/os no campo da sustentabilidade no plano das organizações instiga inquietações acerca do motivo pelo qual a noção de sustentabilidade não está ainda assimilado à práxis da Psicologia, sobretudo no âmbito organizacional.

Essas inquietações representam, portanto, algumas das motivações na busca por caminhos para investigar as potencialidades da práxis da Psicologia no campo da sustentabilidade, sobretudo no âmbito das organizações. E mais especificamente, no caso da presente tese, no ambiente das universidades brasileiras, considerando as projeções necessárias para um futuro desejável.

Para tal, no próximo tópico, a contextualização do campo de realização da presente pesquisa, expresso como um terreno de conexão entre as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências da Natureza. E nessa demarcação do tema, o caráter essencialmente interdisciplinar da Ecologia Social favorece a problematização e a leitura crítica da complexa noção de sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES). Tendo como um dos pontos de partida a atuação profissional por mais de uma década na UFF, e a inserção acadêmica por mais de quinze anos na UFRJ, foi possível observar que cada universidade representa um universo em si mesma, em função de suas complexidades, podendo ser denominada, por Boaventura Souza Santos como Pluriversidade. Portanto, foi necessário escolher entre uma delas para o campo de aterrissagem da investigação, sendo a centenária UFRJ a instituição adotada como ponto focal para o desenvolvimento da presente pesquisa, pelas razões que serão detalhadas a seguir.

³⁹ “Psicologia Ambiental: Melhorando Nosso Mundo” (em tradução livre), publicada em 2018, disponível em <<https://psiambiental.files.wordpress.com/2018/02/ep-booklet.pdf>> Acesso em 20 set. 2020

1.3 Questão orientadora: delimitações do campo para o plantio

*O futuro não é uma província que fica distanciada de mim,
pelo contrário, eu sou fazedor do futuro.*
(Paulo Freire, 1993).

Os critérios de definição do campo de pesquisa devem ser constituídos de maneira transparente e objetiva. Assim, “pesquisadores da área de Psicologia devem buscar a certeza de que os objetos de estudo definidos sejam algo que efetivamente exista e tenha relevância na vida das pessoas” (FERREIRA, 2014, p. 21). Esse exercício de definição do campo da pesquisa é conhecido como *validação ecológica* dos objetos de investigação. Esse termo, originalmente cunhado pelo psicólogo, de formação interdisciplinar, Egon Brunswik⁴⁰ em 1956, estabelece que os critérios para a escolha de um problema de pesquisa, no campo da Psicologia, devem ser definidos a partir do contexto da vida e das propriedades do ambiente (BRUNSWIK, 1995).

Tendo essa concepção como base, a aterragem teórica para a presente investigação foi orientada, inicialmente, pelo campo da Ecologia Social. Segundo Eduardo Gudynas e Graciela Evia (1993, p. 226), na obra *Ecología Social: manual de metodologías para educadores populares*, essa disciplina “estuda os sistemas humanos em interação com seus sistemas ambientais⁴¹” foi conceituada por. Tal definição, assim como demais verbetes essenciais para orientar debates nesse campo, encontra-se na Biblioteca Virtual⁴² da *Red Latinoamericana y Caribeña de Ecología Social* (RedLACES). Criada em 1989, no âmbito do *Centro Latinoamericano de Ecología Social* (CLAES), essa rede, assim como o próprio CLAES e a obra de Gudynas e Evia, representam importantes referências teóricas e metodológicas para fundamentar a pesquisa.

E para demarcar ainda mais esse terreno, diante da diversidade de correntes da Ecologia Social, como será discutido no capítulo teórico sobre esse complexo campo, buscou-se um alinhamento com a Psicologia Ambiental de abordagem transacionalista⁴³. Como um dos campos que influenciam e que são influenciados pela Ecologia Social, na presente tese buscou-se delinear caminhos para transpor esse debate para a Psicologia, campo de formação acadêmica e futura atuação profissional da pesquisadora.

⁴⁰ Um dos 100 cientistas cognitivos mais influentes do século XX. A ênfase de Brunswik no ambiente se reflete no desenvolvimento crescente da "ecologia psicológica", desenvolvida por Roger Barker a partir dos anos 1950. Disponível em <<http://www.brunswik.org/egon.html>> Acesso em 30 Ago. 2020.

⁴¹ Tradução livre de “disciplina que estudia los sistemas humanos en interacción con sus sistemas ambientales”.

⁴² Conceito de Ecologia Social, na Biblioteca Virtual do RedLACES. Disponível em <<http://www.ecologiasocial.com/biblioteca/GudynasEviaConceptoEcologiaSocial.htm>> Acesso em 05 fev. 2022.

⁴³ Entre as quatro perspectivas para o desenvolvimento da Psicologia Ambiental – individualista, interacionista, organísmica e transacionalista – esta última compreende pessoa e ambiente como aspectos de uma unidade holística de análise e não como partes ou elementos separados (FREIRE; VIEIRA, 2006)

Entre as razões para essa demarcação, vale destacar a leitura de Daniel Stokols, psicólogo ambiental e criador da *School of Social Ecology*⁴⁴, que em 1970, em sua abordagem dirigida à Ecologia Social, já enfatizava as transações entre as pessoas e os seus ambientes natural, sociocultural, construído e, mais recentemente, virtual. Na obra *Social Ecology in the Digital Age* (Ecologia Social na Era Digital) o psicólogo ressalta e fundamenta a relação direta entre esses dois campos do conhecimento (STOKOLS, 2018). Vale ressaltar que o debate sobre desenvolvimento sustentável, um dos principais desafios no século XXI, inspira ambos os campos de conhecimento.

Assim, a delimitação do campo teórico da tese partiu de esforços interdisciplinares de pesquisa, conduzidos por estudos críticos sobre a noção de sustentabilidade, fundamentados, inicialmente, pelo prisma da Ecologia Social, e no segundo momento, em alinhamento com a Psicologia Ambiental. Isso porque, conforme discutido anteriormente, esse debate vem ganhando proporções cada vez mais evidentes nas Ciências Humanas e Sociais e nas Ciências da Natureza, de modo a diluir as fronteiras entre os campos do saber, como argumenta Morin (2000). Além disso, a polissemia que envolve o termo sustentabilidade exige uma leitura sobre o seu sentido ético, político e de cidadania global. Assim, essa discussão transcende uma dimensão essencialmente ambiental e passa a abranger uma concepção de cidadania planetária (GADOTTI, 2008, 2011; IRVING, 2014; PADILHA et al, 2011).

No entanto, como observado ao longo desses anos de pesquisa, a apropriação do debate sobre sustentabilidade pelo viés econômico e de mercado vem mascarando a necessária reflexão sobre as complexidades envolvidas nesse tema. Esse processo de “desterritorialização da noção de sustentabilidade, a partir da condição de ‘cultura capitalística’ promovida pelas empresas e pela mídia no mercado de consumo” (TAVARES, 2014, p. 80) está na base do que Tavares (2014) denomina como “sustentabilidade líquida”. Inspirado pelo sociólogo Bauman (2001), o autor se fundamenta pela alusão da liquidez nas relações e nos acontecimentos que caracterizam a contemporaneidade. Esse debate ilustra a dificuldade conceitual relacionada ao uso do termo sustentabilidade, discussão que se torna ainda mais urgente quando se considera o modelo insustentável de desenvolvimento vigente.

Se transposto para o contexto brasileiro, esse debate adquire ainda novos contornos. Isso porque, apesar de seu papel central no plano internacional por sua condição de megadiversidade biológica e sociocultural, o modelo de desenvolvimento vigente vem aprofundando as desigualdades sociais e as injustiças ambientais. Diante desse cenário

⁴⁴ Escola de Ecologia Social, da Universidade da Califórnia, Irvine (UCI). Disponível em <<https://socialecology.uci.edu/pages/about-school>> Acesso em 05 fev. 2022.

desafiador, o engajamento político é essencial para a formação de cidadãos e cidadãs, conscientes de seus direitos e deveres (FERNANDES, 2020).

E entre as inúmeras vias possíveis para educação e engajamento dirigidas à sustentabilidade, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm papel essencial para a promoção da necessária transformação social com esse direcionamento. Tanto como organização, quanto como espaço de formação, as IES são fundamentais para a produção de conhecimento, e representam lócus privilegiados para o diálogo de saberes, na busca pelo fortalecimento de uma nova ética global (LEFF, 2012). Mas para tal, a formação acadêmica deve estar ancorada no compromisso de construção da cidadania, a partir da realidade de cada indivíduo, suas crenças, seus valores, sua cultura e seus modos de vida. Nesse sentido, Leff (2010) afirma que as universidades latino-americanas encontram-se na encruzilhada entre a globalização e a sustentabilidade, como será discutido no capítulo sobre as Instituições de Ensino Superior (IES) da presente Tese.

E para materializar o campo investigado no contexto das IES no Brasil, o ponto de partida foi a pesquisa exploratória previamente realizada a respeito das universidades brasileiras consideradas, em *rankings* internacionais, como referência em sustentabilidade. Entre os dispositivos analisados com esse objetivo, o pioneiro *Ranking Green Metric*⁴⁵, da Universidade da Indonésia, vem pontuando, anualmente, desde 2010, universidades em todo o mundo, com base em suas práticas e compromissos dirigidos à sustentabilidade. Nesse *ranking*, o Brasil obteve destaque em 2021, com a Universidade de São Paulo (USP) na 10ª colocação, entre as 956 instituições avaliadas. Importante mencionar, ainda com esse direcionamento, a publicação do e-book *Managing Sustainable Universities During Covid-19 Pandemic*⁴⁶ (Gerenciando universidades sustentáveis durante a Pandemia da Covid-19), pelo *Green Metric*, em 2021, com o objetivo de orientar práticas sustentáveis em IES diante do contexto da *Pandemia da Covid-19*, o que reafirma a importância do tema.

Outro instrumento internacional dirigido à sustentabilidade no âmbito universitário é o inglês *Times Higher Education (THE) Impact Rankings*⁴⁷, único a adotar os ODS da Agenda 2030 como indicadores de desempenho para avaliar o impacto socioambiental das universidades. Criado em 2019 como uma variação no tradicional *THE World University Ranking* (elaborado desde 2004), esse dispositivo pode contribuir para revelar novas métricas

⁴⁵ Green Metric. Disponível em <<https://greenmetric.ui.ac.id/>>. Acesso em 05 fev. 2022.

⁴⁶ Disponível em <<https://greenmetric.ui.ac.id/publications/ui-greenmetric-books/managing>> Acesso em 05 fev. 2022.

⁴⁷ Disponível em <<https://www.timeshighereducation.com/impactrankings>> Acesso 05 fev. 2022

e ajustes necessários à hierarquia global para as IES, que costumam ser classificadas apenas por critérios de produtividade acadêmica em pesquisa e ensino (BOTHWELL, 2019).

Vale mencionar, ainda, que, em virtude de suas contribuições significativas à sociedade, a *Universidade de Auckland*, na Nova Zelândia, foi considerada como a mais sustentável do mundo, em 2019 e 2020, pelo THE. Inspirada pela Agenda 2030, a referida instituição liderou uma proposta para que todas as IES da Nova Zelândia adotassem os ODS como diretrizes. A *Universidade de Auckland* contribuiu, também, em parceria com a *Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável* (SDSN, sigla em inglês), para a elaboração do documento “*Como começar com os ODS nas universidades*”, publicado em 2017. Uma nova edição desse e-book, como inspiração para a presente investigação, foi publicada em 2020, inspirada pela *Década da Ação: Acelerando a educação para os ODS nas universidades: um guia para universidades, faculdades e instituições de ensino superior e superior*.

Assim, a busca por adequar e territorializar esse debate ao contexto latino-americano e brasileiro, em particular, foi uma das principais motivações para a presente Tese. E ao longo da pesquisa, foram também identificadas inúmeras iniciativas brasileiras nesse sentido, que vem contribuindo para a delimitação desse campo de pesquisa ao contexto universitário. Entre as publicações levantadas com esse objetivo, destacam-se três e-books que também serviram de base para a delimitação da pesquisa: *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (CABRAL; GEHRE, 2020); *Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios* (SERAFINI; MOURA, 2021); e *Práticas para a Implementação da Agenda 2030 e dos ODS: Estudos de Caso em Instituições de Ensino* (MOURA; SERAFINI, 2021).

No intuito de definir a universidade a ser investigada, e para possibilitar a materialização, empiricamente, das questões desta Tese, esse levantamento realizado, associado ao próprio histórico profissional orientou a escolha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como campo de investigação.

Diante desse exercício de delimitação do campo, e da leitura crítica e interdisciplinar sobre o tema de sustentabilidade que permeia a presente investigação, a Tese se orienta pelas seguintes questões de pesquisa:

Como se expressa o compromisso de sustentabilidade no contexto das Instituições de Ensino Superior, no Brasil, no âmbito da Década da Ação, e tendo a Agenda 2030 como horizonte? E, de que forma esse compromisso se materializa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)?

1.4 Objetivos: a escolha das sementes inspiradoras

Objetivo Geral

Investigar, a partir do terreno teórico de ancoragem da Ecologia Social, de que forma o compromisso de sustentabilidade vem sendo cultivado nas universidades brasileiras, considerando as projeções de caminhos desejáveis no contexto da Década da Ação para a Agenda 2030, e tendo como campo empírico de observação a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Objetivos Específicos

- A) Problematizar, a partir do referencial da Ecologia Social, o campo complexo, polissêmico e controverso da sustentabilidade, no contexto universitário.
- B) Contextualizar o desempenho das universidades brasileiras com relação aos *rankings* internacionais de sustentabilidade em universidades.
- C) Investigar o contexto e indicar caminhos possíveis para a ação sustentável na UFRJ, na Década da Ação, tendo como horizonte a Agenda 2030.

1.5 Justificativas para cultivar hoje os amanhãs desejáveis

*Se soubesse que o mundo se acaba amanhã, eu ainda hoje
plantaria uma árvore.*
(Martin Luther King Jr.)

Como anteriormente situado, a trajetória acadêmica trilhada por meio da graduação e do mestrado no âmbito da Psicologia foi marcada por inúmeras indagações relacionadas ao envolvimento com a temática da sustentabilidade. Assim, a tese se justifica pela oportunidade de criar novas vias interpretativas para ancorar esse debate e para se buscar caminhos possíveis para potencializar reflexões e práticas sustentáveis em universidades públicas visando à transformação social, tendo como prisma a lente da Ecologia Social, na busca por suas interfaces com o campo da Psicologia Ambiental.

O reconhecimento de que a Psicologia, em geral, pouco considera a temática da sustentabilidade como campo para a atuação profissional e acadêmica está apoiada na escassez de pesquisas, no Brasil, relacionadas a essa interface. Essa lacuna revela importantes vias a serem problematizadas, principalmente diante da urgência da crise civilizatória no contexto da *Pandemia da Covid-19*.

Vale ressaltar que essa temática vem ganhando outros espaços de destaque, como, por exemplo, no caso da tese de doutorado “Cosmopolíticas da Terra: modos de existência e resistência no Antropoceno” (COSTA, 2020), que recebeu o Prêmio de Teses da Capes na Área de Filosofia, em 2020, com a defesa da necessidade de se pensar a crise ecológica também a partir de conhecimentos e práticas não ocidentais (PASSOS, 2020). Na Área de Psicologia, a temática ambiental também ganhou destaque em 2018⁴⁸, com duas teses recebendo prêmio de menção honrosa pela Capes – *“Futuro roubado”: banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas*, de Carmem Regina Giongo, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS; e, *Sítios Naturais Sagrados do Brasil: Inspirações para o reencantamento das áreas protegidas*, de Erika Fernandes-Pinto, no Programa EICOS/UFRJ – o que tende a reafirmar o reconhecimento dessa temática pela perspectiva das agências de fomento.

Um outro ponto relevante para a inovação da tese se refere ao reconhecimento dos efeitos da revolução tecnológica, em articulação com a crise climática e as incertezas geopolíticas, o que vem demandando um redirecionamento no processo de formação conduzido pelas universidades públicas. Essas incertezas têm efeitos diretos no conceito de trabalho e na projeção de cenários com esse objetivo. Nesse sentido, um estudo da Universidade de Oxford aponta que aproximadamente 47% dos empregos tendem a desaparecer nos próximos vinte anos, com o avanço da inteligência artificial. Esse fato, segundo Harari (2018), demanda um olhar atento tanto para as consequências do desemprego em massa e do aumento da desigualdade social, como, também, para os conteúdos a serem ensinados nas instituições envolvidas para preparar as pessoas para esse mundo de transformações aceleradas e sem precedentes, pautado por incertezas de toda ordem.

Assim, de que forma as universidades públicas brasileiras poderiam se preparar para esse futuro incerto, em um contexto em que, atualmente, 65% dos estudantes da educação básica irão trabalhar em empregos que ainda não existem, muitos dos quais, na linha dos denominados “empregos verdes”.

Com essa perspectiva, e considerando, ainda, o avanço da inteligência artificial, a Universidade de Minerva, na Califórnia, Estados Unidos, direciona o seu foco para o desenvolvimento de habilidades comportamentais. Nessa mesma linha, o Fórum Econômico

⁴⁸ Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/premios/premio-capes-de-tese/teses-premiadas/teses-premiadas-em-2018#:~:text=Tese%3A%20Raman%20Spectroscopy%20in%20MoS2%2Dtype%20Transition%2DMetal%20Dichalcogenides.&text=Tese%3A%20O%20soroban%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o,na%20aprendizagem%20e%20no%20desenvolvimento>>. Acesso em 13 mai. 2022.

Mundial listou as 10 habilidades fundamentais para o profissional do futuro, para se pensar a formação acadêmica para as próximas décadas. Essas habilidades são divididas em dois tipos – comportamentais e não técnicas – ou seja, a forma como se pensa, e não mais, o que se pensa. Assim, as habilidades técnicas, em razão dos avanços progressivos na tecnologia, terão que ser reaprendidas constantemente, como um aprendizado ao longo da vida. De acordo com o futurista Alvin Tofler, o analfabeto do século XIX não é mais a pessoa que não sabe ler e escrever, mas sim a pessoa que não tem a capacidade de aprender, desaprender e reaprender.

A presente pesquisa justifica-se, ainda, por sua contribuição potencial aos estudos sobre gestão sustentável em Instituições de Ensino Superior, por meio de subsídios que tende a gerar, para orientar a atuação engajada da instituição e de psicólogos/os, em particular, com relação ao tema. O conteúdo a ser produzido na tese pode também inspirar novos caminhos para a pesquisa acadêmica, e para a construção de um referencial teórico em apoio a profissionais formados em Psicologia que atuam no ambiente organizacional. Isto porque, no plano das organizações a temática da sustentabilidade vem se afirmando como essencial em seus discursos e práticas.

Entre os argumentos que apoiam a relevância da pesquisa nesse campo, vale ressaltar que a UFRJ é signatária da *Declaração de Talloires* (ULSF, 1990)⁴⁹, pactuada no âmbito da *Association of University Leaders for a Sustainable Future*. Essa associação tem o objetivo de apoiar os signatários da *Talloires* (mais de 500 reitores de universidades, em mais de 50 países) em ações de promoção de sustentabilidade no âmbito do ensino, da pesquisa, de operações e de divulgação no Ensino Superior. Assim, a tese tende a gerar subsídios aplicados também com esse objetivo.

Cabe acrescentar que a pesquisa exploratória previamente realizada reafirmou o destaque da UFRJ em importantes *rankings* internacionais e nacionais com relação ao desempenho das instituições de ensino superior. No âmbito internacional, ela vem sendo mencionada a partir de 2018 no *GreenMetric*, *ranking* sobre práticas sustentáveis nas universidades (GREENMETRIC, 2018); no *Webometrics Ranking of World Universities*, como a 2ª melhor universidade do Brasil; e, a 3ª melhor da América Latina, em 2019; e no *Times Higher Education* (THE) como a 12ª melhor universidade latino-americana em 2020. No contexto nacional, o *Ranking Universitário Folha* (RUF) classificou a UFRJ na primeira colocação do Brasil em 2016 e 2017, o segundo lugar em 2018, obtendo, em 2019, a terceira colocação.

⁴⁹ Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável, em tradução livre, disponível em <<http://ulsf.org/96-2/#Brazil>> Acesso em 14 de setembro de 2019.

Com relação a políticas de gestão pública sustentável, a UFRJ participa da Rede A3P, vinculada ao *Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*, promovido pelo *Ministério do Meio Ambiente (MMA)*. Nesse contexto, a *Divisão de Gestão Ambiental* da UFRJ se constitui como o setor responsável por implementar a A3P nas Ações da Prefeitura Universitária, de modo a buscar integrar essas práticas a toda a universidade. No entanto, o primeiro relatório parcial do *Plano de Logística Sustentável (PLS)* da UFRJ foi publicado apenas em janeiro de 2022⁵⁰, apesar desse instrumento ter sido instituído em 2012 para ser elaborado por todos os órgãos e entidades da Administração Pública no Brasil. Assim, a tese visa contribuir diretamente, para o desempenho da UFRJ, com relação à sua excelência em termos de sustentabilidade e como instituição de ensino superior de referência.

Assim, a própria participação, como membro externo desse GT de Meio Ambiente para o Plano Diretor 2030, desde julho de 2020, constitui mais uma justificativa para a condução da presente pesquisa, considerando a inserção no referido grupo, as possibilidades de ampliar as redes de contato, o acesso aos documentos estratégicos e aqueles ainda em elaboração, além da participação semanal nas reuniões, realizadas de maneira remota. Essa participação representa mais um movimento ilustrado pela espiral da implicação, considerando a participação, ainda em 2017, do evento preparativo para o centenário da instituição “UFRJ faz 100 anos”. Nesse evento, o trabalho “Plano Diretor UFRJ 2020 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: como alinhar essas agendas rumo à evolução desejada para uma universidade centenária?” (FAICO; OLIVEIRA; IRVING, 2017) (ANEXO E) foi apresentado como uma proposta para se pensar o futuro da UFRJ a partir desse importante documento institucional estratégico, em conexão com os ODS da Agenda 2030.

Outro movimento para tratar sobre a temática da sustentabilidade que merece destaque é o *Fórum Ambiental da UFRJ*, criado em 2018 com o objetivo de envolver a comunidade acadêmica, por meio de câmaras temáticas para pensar e promover iniciativas socioambientais no campus. É importante mencionar, também, a aprovação da UFRJ no Edital do *Programa de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PRINT)*, cujo eixo central é a temática da Sustentabilidade. Sendo assim, o envolvimento direto com as atividades relacionadas ao Projeto “Sustentabilidade e Transformação Social: Rumo à Agenda 2030”, vinculado ao Programa EICOS, representa mais uma das inspirações para a presente Tese.

⁵⁰ Disponível em <<https://ufrj.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>> Acesso em 13 mai. 2022.

Vale lembrar, ainda, que 2020 representa um momento simbólico, quando a UFRJ comemora o seu primeiro centenário. Esse ano marca, também, a metade do caminho a ser trilhado por essa pesquisa, e representa o início da contagem regressiva de 10 anos para o prazo do cumprimento dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), pactuados na *Agenda 2030*, denominada pela ONU como *Década da Ação*.

A proximidade desse prazo desperta uma reflexão crítica sobre o papel das universidades para o alcance das metas estabelecidas nessa agenda global, como foi, por exemplo, discutido durante o evento de recepção de novos estudantes na Unicamp, em 2019, que teve os *ODS* como eixos para todas as ações desenvolvidas, integrando a comunidade acadêmica, em um movimento de sensibilização sobre a temática da sustentabilidade.

Pelas razões apresentadas, esta pesquisa está ancorada no campo da Ecologia Social, e busca avançar no sentido de um debate crítico sobre a construção de sociedades sustentáveis a partir do reconhecimento do papel das universidades públicas com esse objetivo. Assim, o desenvolvimento dessa investigação tem vinculação direta com a Linha de Pesquisa I - *Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade* - do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS). A referida linha, que adota como inspiração a epistemologia da complexidade, de orientação sistêmica e fenomenológica, assim como as epistemologias críticas contemporâneas e Epistemologias do Sul, privilegia, como caminhos metodológicos, intervenções qualitativas e propõe uma pesquisa comunitária engajada, sendo essas algumas das inspirações da presente Tese.

Entre os 129 PPGs da UFRJ, contabilizados até o ano de 2018⁵¹, o EICOS se destacou no Edital para o *Programa de Internacionalização da CAPES* (PrInt) por sua consolidada atividade de cooperação internacional:

Como exemplo, citamos o PPG em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, que detém a única cátedra da UNESCO em um programa de psicologia do país, cujo tema é justamente desenvolvimento sustentável. Esse programa conta ainda com acordos assinados com 12 universidades da Europa, Estados Unidos e Canadá e participa do Consórcio MITRA (*Médiations Interculturelles, mobilités, identités, conflits*) do Programa Erasmus Mundus, financiado pela *Agence Executive d'Education, Audiovisuel et Culture* da União Europeia (PR2/UFRJ, 2018, p. 1⁵²).

⁵¹ Em 2020, o número de PPGs na UFRJ passou para 132, de acordo com o documento “A Pós-graduação e a Pesquisa na UFRJ em números”. Disponível em <https://posgraduacao.ufrj.br/pdfs/pos_em_numeros> Acesso em 05 fev. 2022.

⁵² Texto do recurso submetido pela Pró Reitoria de Pós-Graduação PR2/UFRJ, mencionando o Programa EICOS como um dos itens de destaque para justificar a aderência da instituição ao Edital CAPES-PrInt, em resposta ao parecer referente ao resultado preliminar da análise do Projeto Institucional de Internacionalização da UFRJ. Disponível em <https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/RecursoPrint_UFRJ_01set18.pdf> Acesso em 05 fev. 2022.

A inovação na adoção da temática da sustentabilidade como eixo central do PrInt representou uma importante pista para indicar caminhos para a pesquisa, que investigou, a partir do campo da Ecologia Social, as trilhas de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior, com enfoque na UFRJ. Ao reunir abordagens acadêmico-científicas multi/trans/interdisciplinares sobre questões decisivas para o futuro da humanidade, o eixo proposto pela universidade “está referenciado em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e nas práticas instituídas de suas conexões internacionais, a exemplo do lugar de destaque da instituição no Painel Internacional de Mudanças Climáticas” (PR2/UFRJ, 2018, p. 2). Assim, o Programa EICOS representou um dos PPGs da UFRJ contemplados com o PrInt, por meio do Projeto “Sustentabilidade e Transformação Social: Rumo à Agenda 2030”, que tem como objetivo a busca pela formação de redes de pesquisas internacionais, por ampliar ações de apoio à internacionalização na pós-graduação, e por promover a mobilidade de docentes e discentes com a finalidade de cooperação internacional.

E para a materialização desse caminho, o próximo capítulo da presente pesquisa parte da discussão sobre a relação entre sociedade e natureza, basilar para o campo da Ecologia Social, para um alinhamento com algumas perspectivas da Psicologia Ambiental. No capítulo seguinte, a polissêmica noção de sustentabilidade é discutida, criticamente, no contexto das organizações, e mais especificamente, das universidades. Nesse capítulo, a *Agenda 2030* é compreendida como um rizoma, cujos 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* devem ser percebidos como heterogêneos, mas indissociáveis e interconectados, conforme Deleuze e Guattari (1995).

Em seguida, o capítulo da metodologia parte do desenho da pesquisa para discutir cada etapa da realização da presente investigação. E com o objetivo de apresentar algumas das atividades realizadas nesse processo, o capítulo posterior é representado como um movimento de desabrochar, ilustrado pelo florescer das novas ideias a partir das oportunidades de compartilhar as produções elaboradas, para colher os frutos da pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: o processo de (irrig)AÇÃO no campo



*Plante uma boa semente
 Numa terra condizente que a semente dá
 Pegue e regue bem a planta
 Que nem praga não adianta, ela vai vingar
 Planta é como o sentimento
 Tem o seu momento, tem o seu lugar
 Regue bem seu sentimento
 Porque rega do momento não pode faltar
 Gente também é semente
 Tem que estar contente, tem que respirar*

(Toquinho e Vinícius de Moraes. [Planta Baixa](#), Acquarello. 1983)

Etimologicamente, metodologia significa o estudo dos caminhos. Com origem no grego (*méthodos* = caminho; *lógos* = estudo), esse termo traduz o caminho percorrido para a realização de uma pesquisa. E na presente tese, esse percurso metodológico é ilustrado pela imagem da irrigação no campo de investigação. A abordagem adotada e as etapas descritas nesse capítulo representam o ato de regar o solo para o processo de investigação acadêmica. E assim, preparar o cultivo para a colheita – os resultados da pesquisa – para que novas sementes sejam geradas, e, também, novos plantios, no futuro.

Nesse sentido, para além da compreensão sobre a complexidade estrutural do processo científico, os modos de se fazer ciência também devem ser problematizados, criticamente, por meio de questionamentos a respeito dos limites e das potencialidades inerentes às intervenções dessas práticas acadêmicas na realidade (DEMO, 1995).

Na pesquisa social, *metodologia* pode ser definida como o conjunto de meios (teóricos, conceituais e técnicos) desenvolvidos para a obtenção de fins (estudo de um objeto ou processo), associados à investigação científica. Os *métodos* representam os caminhos escolhidos para o levantamento de dados e para a realização da análise do objeto que se pretende investigar. Envolve, ainda, todas as operações e as atividades que possibilitam o conhecimento dos processos sociais. E as *técnicas*, por sua vez, referem-se aos procedimentos específicos para a coleta ou a produção de informações, visando à construção de conhecimentos (RUEDA, 1999).

Vale ressaltar, ainda, que o compromisso ético de pesquisadoras/es no processo de construção de conhecimento foi enfatizado pelo centenário Edgar Morin, na obra *Ciência com Consciência* (MORIN, 2010). Ao afirmar que “responsabilidade é [uma] noção humanística ética que só tem sentido para o sujeito consciente” (p. 117), o pensador francês defende a relevância de se pensar sobre o lugar e o papel da ciência na sociedade. Isso porque as

complexas inter-relações nesse contexto possibilitam a superação da visão clássica que costuma eliminar o sujeito e a consciência de pesquisadoras/es do processo científico.

Assim, esses questionamentos sobre a práxis da pesquisa instigam novas demandas sobre uma ética própria do conhecimento, que deve estar associada à ética cívica e humanística. E, não se pode desconsiderar as incertezas para que seja possível buscar as respostas adequadas para as questões de investigação. Portanto, Morin (2010) afirma que o caminho mais assertivo para orientar as pesquisas acadêmicas deve ser fundamentado por uma consciência crítica e política, de base científica.

Sendo assim, a elaboração de uma tese de doutorado constitui um processo de aprendizagem do/a pesquisador/a sobre a organização de suas ideias e sobre os dados utilizados para o estudo proposto. Com essa premissa, Eco (2016) afirma que a metodologia do trabalho pode chegar a ser até mais importante do que o próprio tema investigado em si, pois, dentre outras razões, possibilita que outras pessoas possam dar continuidade ao estudo.

Sob esse prisma, o filósofo italiano define seis etapas fundamentais para o que considera ser uma tese “útil”, que possa continuar dando frutos após a sua defesa: i) identificar um tema preciso; ii) recolher a documentação sobre o tema; iii) organizar esses documentos; iv) reexaminar o tema à luz da documentação obtida; v) organizar as reflexões; e vi) empenhar-se para que o texto seja compreendido, possibilitando que sejam feitas futuras consultas à documentação adotada, para que outras pessoas possam continuar o processo de investigação (ECO, 2016). Esse movimento na pesquisa parece estar em sintonia com a proposta em espiral, defendida por Morin (2010), para quem, a cada retorno ou ciclo, o conhecimento investigado é ampliado e aprofundado.

No campo da Ecologia Social, terreno de ancoragem da presente tese, a noção de ambiente é compreendida como um sistema heterogêneo, com significados simbólicos diversos. As relações humano-ambientais são distintas entre diferentes pessoas e ambientes. Sendo assim, um dos principais métodos para a investigação é o *processo interativo*, que parte da perspectiva de que cada pessoa tem uma “visão” própria do ambiente. E compartilhar as distintas “visões” permite um conhecimento mais amplo desse ambiente (GUDYNAS; EVIA, 1993).

A premissa de que cada pessoa possui um conhecimento sobre o seu ambiente possibilita, ainda, o redescobrimto compartilhado e participativo do ambiente. E, também, da forma como se interage com ele, por meio de uma participação profunda e reflexiva, que não desconsidera as relações de poder e as hierarquias nesse contexto. Por essa razão, o

grande desafio da Ecologia Social está relacionado à busca por uma verdadeira participação em sua práxis, desde a pesquisa até a ação (GUDYNAS; EVIA, 1993).

Nesse sentido, a práxis em Ecologia Social pode se desenvolver em diferentes âmbitos, como em bairros populares e residenciais, entre mulheres e homens, no contexto das organizações, entre docentes e discentes, dentre outros espaços, grupos e contextos sociais. No plano da práxis, grande parte do trabalho ocorre em ambientes institucionais ou organizacionais, como centros de pesquisa, universidades, igrejas, associações, entre outros locais (GUDYNAS; EVIA, 1993). Na presente pesquisa, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constitui o lócus prioritário da investigação.

Entre as inúmeras técnicas de levantamento de dados para as pesquisas nesse terreno de ancoragem, Gudynas e Evia (1993), na obra “Ecologia Social: Manual de metodologias para educadores populares”, mencionam a entrevista como uma das técnicas adotadas com maior frequência (sejam elas abertas, semidirigidas ou dirigidas). Além das entrevistas, a Observação Participante também integra o conjunto de técnicas adotadas para a realização da presente pesquisa, conforme a seguir descrito, com relação às etapas da investigação.

E para a sistematização das informações obtidas na práxis em Ecologia Social, torna-se fundamental a análise e a avaliação crítica das informações obtidas, para que seja possível a transmissão das experiências vivenciadas a outros grupos, por meio da devolutiva e da divulgação científica. Nesse caso, o processo de sistematização consiste em ordenar, classificar, analisar e interpretar os resultados da práxis, para compreender mais profundamente as atividades realizadas, de modo que seja possível aprimorá-las, futuramente (GUDYNAS; EVIA, 1993).

Por se situar na conexão do contexto socioambiental, a Ecologia Social demanda um processo de sistematização complexo, sendo fundamental o aprimoramento da articulação entre teoria e prática para a promoção da pesquisa e da reflexão, de modo a evitar generalizações, bem como, o mero “ativismo bem-intencionado”. Mas nessa sistematização, também não se pode deixar de considerar as motivações pessoais de pesquisadoras/es, os seus princípios, as resistências, as potencialidades e afetividades, como uma importante ferramenta para a construção da pesquisa, e, também como potente aliado para o próprio processo de autoconhecimento (GUDYNAS; EVIA, 1993). Essa abordagem envolve, ainda, a análise da implicação na pesquisa, importante recurso adotado também no campo da Psicossociologia, como já contextualizado no capítulo de Introdução da presente tese.

Inspirado por essas orientações teórico-metodológicas, o presente capítulo está dividido em duas partes principais. O primeiro tópico está voltado para a abordagem

metodológica do estudo, apresentando o desenho que delinea a pesquisa. E a segunda parte apresenta as etapas metodológicas adotadas para a investigação, partindo do Fluxograma da pesquisa para a descrição de cada etapa realizada.

2.1 Abordagem metodológica: a demarcação do desenho da investigação

O processo de planejamento e desenvolvimento da presente tese teve como fundamento inúmeros referenciais teóricos e metodológicos relacionados ao tema central da pesquisa. E a imersão nessas referências contribuiu para o exame e a organização da investigação, na busca por atender ao objetivo geral da tese, de *investigar, a partir do terreno teórico de ancoragem da Ecologia Social, de que forma o compromisso de sustentabilidade vem sendo cultivado nas universidades brasileiras, considerando as projeções de caminhos desejáveis no contexto da Década da Ação para a Agenda 2030, e tendo como campo empírico a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*.

Para alcançar a complexidade que envolve o tema em foco, o caminho interdisciplinar indicado por Vasconcelos (2007) emergiu como inspiração, considerando a necessidade de se realizar uma leitura ampliada e dinâmica das questões envolvidas na pesquisa, de modo a se buscar novas perspectivas para a sua compreensão. Assim, o desenho da pesquisa, que apresenta uma visão geral da investigação proposta, e também estabelece uma relação entre as etapas do processo de levantamento de dados e cada um dos objetivos específicos definidos, está ilustrado na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com relação à escolha do tema da investigação, a presente tese segue as quatro regras definidas por Eco (2016). A primeira delas está relacionada aos interesses de quem vai conduzir a pesquisa, que já foi ilustrada no subcapítulo dedicado à implicação na pesquisa, na Introdução dessa tese. Essa primeira regra, relacionada ao envolvimento pessoal de pesquisadoras/es, foi também discutida por Günther (2006, p. 203) para quem não se pode desconsiderar o aspecto emocional de pesquisadoras/es com o tema de pesquisa, bem como a “influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados”. Nas pesquisas qualitativas, especificamente, esse psicólogo ambiental de referência defende que os valores fazem parte da vida humana, portanto, não há como negá-los. Assim, o autor considera a importância de se questionar a forma de se lidar com estas influências na pesquisa, tendo em vista a necessidade de se considerar as variáveis do contexto, e do aprofundamento dos pressupostos teóricos relacionados ao tema investigado.

A segunda regra de Eco (2016) para a escolha do tema da pesquisa refere-se à acessibilidade das fontes de consulta, ou seja, o autor considera importante que essas fontes sejam acessíveis ao/à pesquisador/a para viabilizar a realização do estudo. A terceira regra refere-se ao alcance cultural da proposta. E, a quarta regra incide sobre o alcance do quadro metodológico com relação à experiência de pesquisadoras/es. Essas três últimas regras de Eco (2016), contempladas de maneira implícita no subcapítulo da implicação na pesquisa, serão melhor detalhadas nos próximos tópicos desse capítulo dedicado ao percurso metodológico adotado para a construção da tese.

Com relação ao enquadramento da investigação, a proposta da tese foi construída em um caráter exploratório-descritivo, baseada em uma abordagem qualitativa (GIL, 2008). A escolha pela pesquisa exploratória se justifica pela abrangência e a complexidade que envolvem a reflexão sobre sustentabilidade. O caráter descritivo, por sua vez, se propõe à observação, à classificação, à análise e à interpretação dos dados para se materializar a pesquisa, com base em técnicas padronizadas para o alcance dos objetivos da pesquisa.

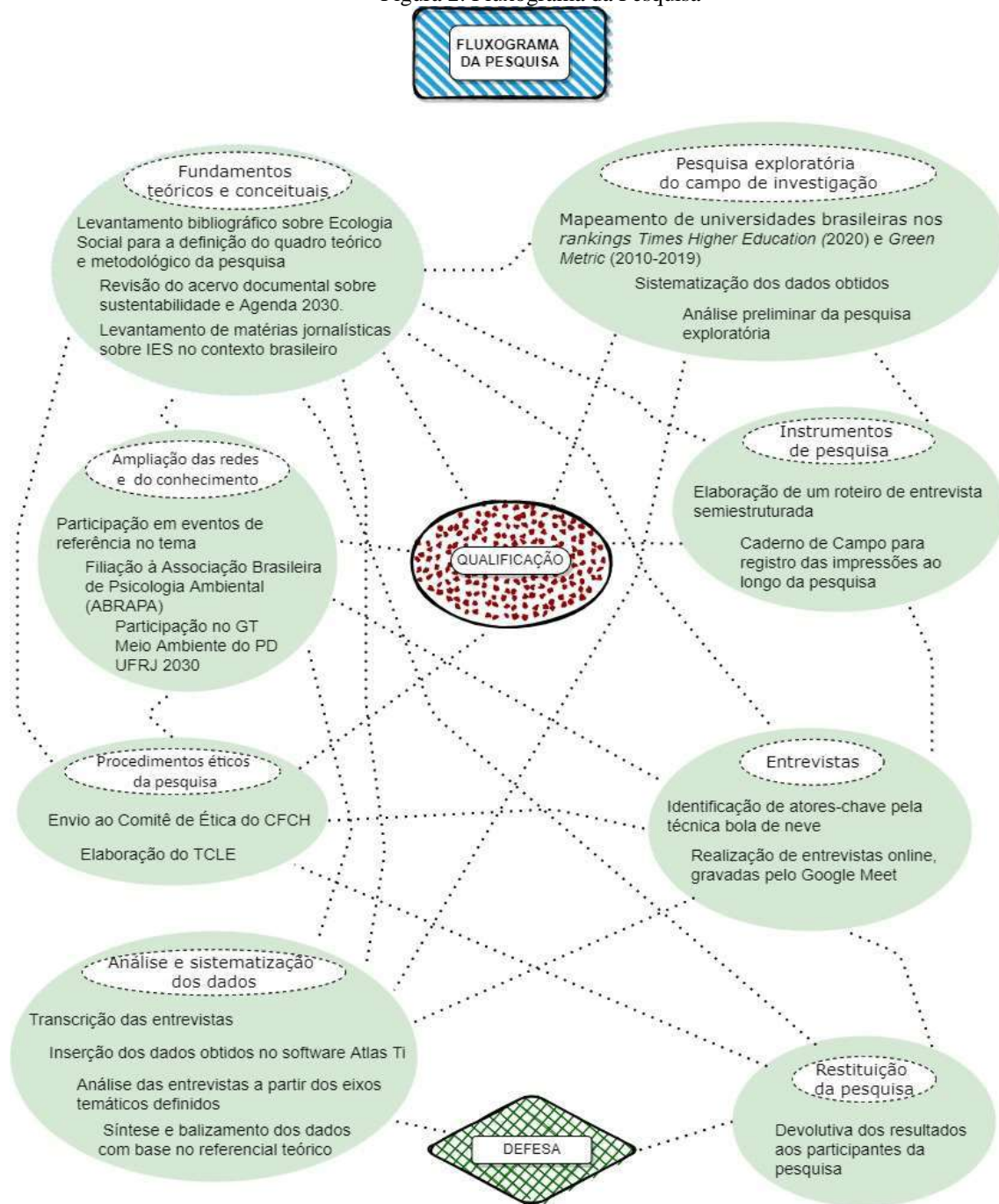
Considerando essa perspectiva da complexidade como pano de fundo, e na busca pelo desenvolvimento de uma “Ciência com consciência” (MORIN, 2010), a presente pesquisa parte de uma abordagem qualitativa para investigar o contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), como *locus* para a promoção do compromisso de sustentabilidade, sendo a *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ) o campo empírico para a presente investigação. Diante dessa apresentação sobre a abordagem metodológica, serão detalhadas, a seguir, as etapas da pesquisa.

2.2 Etapas da pesquisa: procedimentos adotados para irrigar o caminho trilhado

As etapas para a realização da pesquisa estão apresentadas e discutidas nesse subcapítulo, desde o levantamento bibliográfico, documental e de matérias jornalísticas sobre o tema, passando pelo mapeamento das Instituições e Centros de Pesquisa, nacionais e internacionais, no âmbito da Ecologia Social, e das IES brasileiras presentes em *rankings* globais de sustentabilidade, até se chegar ao contexto da UFRJ como campo empírico para a investigação. E a tese está formatada de acordo com a oitava edição do *Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Acadêmicos*, publicado pelo *Sistema de Bibliotecas e Informação* (SiBI), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2022.

O Fluxograma da Pesquisa está apresentado na Figura 2, a seguir:

Figura 2: Fluxograma da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Importante mencionar nesse Fluxograma que os caminhos pontilhados traduzem que o trajeto, para muitas dessas etapas, não foi linear e nem sequencial, mas se constituiu como um movimento, por vezes, espiral, como a própria trilha apresentada na implicação na pesquisa, inspirada em Morin (2010). Com base nesse fluxograma, as etapas da presente investigação estão detalhadas a seguir.

2.2.1 Levantamento bibliográfico

A primeira etapa metodológica compreendeu o levantamento e a seleção, para a leitura crítica, da literatura especializada sobre o tema proposto, com o objetivo de se construir o quadro referencial sobre Ecologia Social para a fundamentação teórica e conceitual da pesquisa. Essa etapa, segundo Vasconcelos (2007), possibilita uma cobertura ampla dos fenômenos, para que seja possível a comparação de dados e dos resultados obtidos, além de ampliar as perspectivas de investigação.

Os artigos e a base do referencial teórico adotado foram consultados no período entre março de 2018, ano de ingresso no doutorado, até dezembro de 2021, quando foi encerrado o processo de levantamento bibliográfico. Selecionados com base em sua relevância e adequação à temática da investigação, esse material foi levantado na busca por problematizar a relação entre sociedade e natureza no contexto contemporâneo, bem como a polissêmica noção de sustentabilidade no âmbito das organizações, e, mais especificamente, nas Instituições públicas de Ensino Superior brasileiras.

Assim, as produções científicas relacionadas, sobretudo, à Ecologia Social em suas conexões possíveis com a Psicologia Ambiental, a reflexão sobre sustentabilidade e seus desdobramentos nas Instituições de Ensino Superior foram consultadas em livros, teses, dissertações, monografias, artigos em periódicos e publicações em anais de eventos científicos. Algumas fontes bibliográficas foram também localizadas nas redes sociais, sendo a grande maioria dessas fontes nas páginas oficiais da internet. Também foram consultados filmes e documentários relacionados à temática investigada, para inspirar a discussão.

Entre as bases de dados consultadas na internet, além do *Google Acadêmico*, do *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, e das Plataformas *Academia.edu* e *ResearchGate*, foi também utilizado o *Portal de Periódicos da CAPES*, por meio da denominada *Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)*. Provida pela *Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)*, a CAFe permite o acesso a inúmeros serviços do Portal a pesquisadoras/es vinculadas/os às instituições brasileiras de ensino superior, sem a necessidade de reconhecimento de IP dos computadores do campus. Essa ferramenta possibilita a ampliação do escopo na busca por referências, sobretudo em tempos de distanciamento físico em razão da *Pandemia do Covid-19*. É importante ressaltar, nesse contexto, que esse conteúdo exclusivo, de periódicos restritos, cujo acesso é viabilizado pelo *Portal da CAPES*, de acordo com informações da RNP, em 2021, vem sendo oferecido a mais de duzentas universidades e institutos de educação brasileiros. Importante mencionar que a

procura para a utilização dessas ferramentas tem aumentado, consideravelmente, por conta do trabalho acadêmico remoto (CAPES, 2021), resultante das restrições sanitárias dos últimos meses.

Na pesquisa bibliográfica, é importante destacar, a obra *Ecología Social*, de Gudynas e Evia (1993), de origem uruguaia, concebida no âmbito do Centro Latino-americano de Ecologia Social (CLAES). E, também, o livro *Social Ecology in the Digital Age*, do psicólogo ambiental Daniel Stokols (2018), por sua aderência e atualidade com relação ao tema em foco. Além dessa busca por um alinhamento com o campo da Psicologia Ambiental, o livro *Discursos Sustentáveis*, do sociólogo ambientalista mexicano Enrique Leff (2010), representou uma importante referência para a construção teórica do campo da Ecologia Social no contexto Latino-americano, adicionalmente às produções do CLAES. Vale destacar ainda, nesse levantamento, o capítulo de Leff (2010) dedicado ao tema da sustentabilidade nas universidades latino-americanas. Outras referências nesse debate estão também sintetizadas relacionadas na Matriz-síntese sobre o Quadro Referencial adotado, no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Quadro referencial para fundamentar a pesquisa de Tese.

Temas	Autoras/es
Ecologia Social	BOOKCHIN, 1991, 2020; FRANCISCO, 2015; GUATTARI, 1990; GUDYNAS, 1995, 1999; GUDYNAS; EVIA, 1993; IRVING et al, 2014; KRENAK, 1999, 2019, 2020; MORIN; KERN, 2000; MORIN, 2015; MOSCOVICI, 2007; SHIVA, 2003; ZAFFARONI, 2017.
Psicologia Ambiental	CAVALCANTE; ELALI, 2011, 2018; GÜNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2014; MOSER, 1998; OSKAMP, 2000a, 2000b; PINHEIRO, 1997; POL, 2003; RAVEN, 2001; SBP, 2020; STOKOLS, 1978, 1995, 2018; SWIM, 2011.
Sustentabilidade	BOFF, 2003, 2014; IRVING, 2014; IRVING; OLIVEIRA, 2012; LATOUR, 2015, 2020; LEFF, 2009, 2010, 2012; SACHS, 2008; TAVARES, 2014; VEIGA, 2008, 2010, 2017.
Sustentabilidade organizacional	ALMEIDA, 2007; BANERJEE, 1999, 2008, 2011; ELKINGTON, 2018; IMPERADOR; SILVA, 2018.
Agenda 2030 em IES	CABRAL; GEHRE, 2020; SDSN, 2017, 2020; SERAFINI; MOURA, 2021; MOURA; SERAFINI, 2021.
Sustentabilidade em Universidades	CHAUÍ, 2001; FISCHMAN, 2012; LEFF, 2010; SANTOS, 2011, 2019; SANTOS; MENESES, 2010; SDSN, 2017; SGUISSARD, 2009.
Educação para sustentabilidade	FREIRE, 2016, 2019; GADOTTI, 2008; LOUREIRO, 2012; MORIN, 2000; 2019; SILVA; ALVES, 2018.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No plano global, outro destaque desse levantamento, para inspirar a discussão proposta, foi a publicação *Como começar com os ODS nas universidades* (SDSN, 2017), organizada pela *Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável* (SDSN, sigla em inglês), que constituiu um dos pontos de partida para a presente investigação. A leitura crítica desse e-book buscou uma territorialização dos Objetivos da Agenda 2030 ao contexto latino-

americano, rumo a caminhos sustentáveis para as universidades brasileiras. Três anos após essa produção, a SDSN publicou a obra *Acelerando a educação para os ODS nas universidades: um guia para universidades, faculdades e instituições de ensino superior e terciárias* (SDSN, 2020), atualizando a edição anterior para o contexto da Década da Ação para acelerar o alcance dos ODS, e complementando com exemplos de experiências positivas sobre a Agenda 2030 em universidades ao redor do mundo.

No caso brasileiro, em particular, as obras *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (CABRAL; GEHRE, 2020), *Integrando os ODS em Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios* (SERAFINI; MOURA, 2021) e *Práticas para a Implementação da Agenda 2030 e dos ODS: Estudos de Caso em Instituições de Ensino* (MOURA; SERAFINI, 2021) representaram as bases para o debate sobre o tema em foco.

2.2.2 Pesquisa documental

A metodologia adotada para a realização da investigação envolveu, também, pesquisa documental em fontes institucionais e relatórios técnicos voltados à temática da sustentabilidade, em toda sua complexidade. E, também, aos Objetivos da Agenda 2030 na Década da Ação, sobretudo no contexto brasileiro. E assim como na etapa anterior, os materiais da pesquisa documental foram consultados entre março de 2018, ano de ingresso no doutorado, até dezembro de 2021, quando foi encerrado o processo de levantamento de dados.

Mas embora o período 2018-2022 tenha sido o recorte temporal para a pesquisa, o processo analítico partiu da origem e dos antecedentes desse debate, que vem ganhando destaque global desde a década de 1970, tais como a *Declaração de Estocolmo* (ONU, 1972), que completou 50 anos em 2022, e o *Relatório Brundtland* (Nosso Futuro Comum) (ONU, 1987), quando foi estabelecido o controverso conceito de desenvolvimento sustentável.

No plano internacional, foram investigadas inúmeras bases de documentos e sites na internet, tanto de organizações governamentais como não governamentais, que representam importantes marcos no debate global sobre sustentabilidade, e envolvem a temática da Agenda 2030, com destaque para a *Organização das Nações Unidas* (ONU) e a *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* (UNESCO).

No contexto nacional, em particular, além dos *websites* do *Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil* (UNIC Rio) e do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA), as edições do Relatório Luz, publicadas pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030), entre 2017 e 2022, representaram importantes referências para consulta com relação aos ODS, considerando as estratégias, os planos e os

programas nacionais voltados à sustentabilidade para o desenvolvimento no Brasil, no horizonte da próxima década.

Também foram pesquisadas algumas políticas públicas com foco em gestão sustentável no ambiente organizacional, considerando a sua relevância para as IES públicas brasileiras, e para a UFRJ. Mais, especificamente, a *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*⁵³, concebida como um programa de caráter voluntário em 1999, premiado pela Unesco, em 2002, pelos resultados positivos de sua implementação, e instituído em 2020 pela Portaria MMA N° 326/2020. Por outro lado, o *Plano de Logística Sustentável (PLS)* foi instituído em 2012 como uma ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação, para toda a Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais, de acordo com a Instrução Normativa N° 10/2012 do MPOG, devendo o PLS ser publicado semestralmente nos sites dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas e os resultados alcançados, com base em indicadores.

Com o objetivo de ampliar essa pesquisa para as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, foram consultados três dispositivos concebidos por organizações internacionais, no intuito de mensurar práticas consideradas como sustentáveis em IES no âmbito global: *Sustainability Tracking, Assessment & Rating System (STARS)*, *Times Higher Education Impact Ranking (THE)*, e *Universitas Indonesia GreenMetric*. Tais dispositivos serão descritos adiante, no tópico sobre o mapeamento das IES brasileiras de referência em sustentabilidade, e detalhados no Capítulo 4, sobre universidades.

Com base nesses dispositivos internacionais, foi elaborado o mapeamento das IES brasileiras mencionadas nestes instrumentos. Por meio da análise desses documentos, buscou-se delinear uma visão geral sobre as práticas desenvolvidas nessas instituições, de modo a identificar padrões e potenciais inovadores para a ampliação dessas experiências para outras universidades no país.

E com o objetivo de contextualizar empiricamente a pesquisa, foram também levantados documentos relacionados ao caso investigado: a centenária Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além da página oficial da instituição na internet e de seu *Plano Diretor 2010-2020*, foram consultados alguns relatórios e documentos relacionados ao processo de elaboração do Plano Diretor 2020-2030. Entre os documentos da Instituição, destaca-se o relatório de submissão da proposta ao Edital do Programa de Internacionalização

⁵³ Mais informações sobre a A3P em <http://a3p.mma.gov.br/historia/>

(PrInt), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo tema central foi Sustentabilidade, como anteriormente situado.

Nesse levantamento documental, para possibilitar projeções para os “amanhãs desejáveis”, foi necessário o acompanhamento sobre o “hoje real”, no Brasil. Por meio do mapeamento de matérias jornalísticas em mídias digitais brasileiras sobre as IES brasileiras no tempo presente, foi possível uma visão geral sobre o contexto da educação pública em nível superior, no Brasil.

Esse levantamento das matérias jornalísticas, realizado via internet, pelo buscador Google, foi realizado de modo a identificar de que forma o contexto da Educação Pública brasileira vem sendo expresso na cobertura das mídias digitais, no Brasil. Para tal, ao longo da pesquisa do doutorado, buscou-se acompanhar as matérias veiculadas sobre o tema da tese, no Brasil, e essas foram sistematizadas em uma planilha do *Excel*, tendo sido as buscas orientadas pelo uso dos termos-chave, em português – universidades, instituições de ensino superior, educação pública, educação superior – no período entre janeiro de 2019 a abril de 2022, momento de transição no plano de políticas públicas federais, no Brasil.

No mapeamento realizado, foram selecionadas 64 matérias jornalísticas, veiculadas por 30 mídias digitais brasileiras. Vale ressaltar que um mesmo tema foi noticiado por diferentes mídias, sendo necessária a seleção de apenas uma mídia por tema, para que fossem evitadas informações duplicadas. Nesse universo, 45 matérias derivaram de veículos de comunicação de massa, sete de produção independente, sete portais de universidades e demais instituições científicas e quatro websites governamentais.

2.2.3 Participação em eventos sobre a temática: crescimento do rizoma

Com o objetivo de ampliar as redes de contato com organizações vinculadas à temática da presente pesquisa, desde o início do doutorado, em 2018, a participação em eventos de referência, regionais, nacionais e internacionais constituiu também uma etapa metodológica, conforme pode ser observado no Apêndice A.

A participação nesses eventos de referência representou grande inspiração para a condução da pesquisa de tese. Assim, o primeiro ano do doutorado foi marcado não apenas pela participação em eventos de relevância, mas também pela atuação direta na organização de seminários relacionados à temática investigada. Entre as atividades realizadas, vale destacar o evento *Sustentabilidade e novos comportamentos rumo à Agenda 2030: RECICLA PSI*, organizado pelo Grupo de Pesquisa GAPIS em junho de 2018. Essa ação de Extensão

Universitária reafirmou a importância da relação entre universidade e sociedade, em geral, por meio da ativa participação do público externo, sobretudo do entorno do campus.

Outro destaque, ainda em 2018, envolveu a participação ativa na criação do Grupo de Trabalho *Psicologia, Sustentabilidade e Ética nas Práticas Institucionais: SustentaPsi*, no âmbito da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)*. A organização do processo para a reunião do grupo, durante o 17º Simpósio em Brasília, envolveu também o estabelecimento dessa rede de pesquisadores no âmbito da ANPEPP, de maneira sistemática, nos anos seguintes. É importante mencionar, também, nessa ocasião, a aproximação com o GT de Psicologia Ambiental, por meio da atividade ANPEPP do Futuro, o que viabilizou a ampliação das redes de contato com pesquisadores atuantes nesse campo, e também contribuiu, desde então, para a construção teórica da tese.

No segundo ano do doutorado, a participação no evento de recepção de novos alunos na Universidade de Campinas (UNICAMP), em 2019, em Campinas-SP, cujo tema central e estratégico foi a Agenda 2030, possibilitou um exercício preliminar nesse complexo terreno empírico das universidades brasileiras. Os resultados dessa experiência também foram apresentados no *VIII Seminário Diálogos para Práticas em Desenvolvimento Sustentável*, com um enfoque na ação universitária à luz da Agenda 2030. Assim, a pesquisa intitulada “Agenda 2030 no contexto universitário: a experiência de acolhida de novos estudantes da UNICAMP em 2019/1” (ANEXO B) foi apresentada no auditório do Centro Cultural da Justiça Federal, no Rio de Janeiro, em 2019, como uma etapa essencial para o amadurecimento da tese.

A vivência na *Calourada da UNICAMP* resultou, também, no trabalho “A ação universitária à luz da Agenda 2030: uma leitura pela lente da Psicologia Ambiental”. Apresentado no *1º Congresso de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente*, evento paralelo à *49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, realizado em João Pessoa-PB, esse trabalho, como anteriormente mencionado, foi premiado com uma menção honrosa (ANEXO C), e uma carta de reconhecimento e congratulações pela referida premiação (ANEXO D), do professor emérito da *Escola de Ecologia Social, do Departamento de Ciência Psicológica, da Universidade de Irvine, na Califórnia (UCI)*, nos Estados Unidos. Assim, cada um desses eventos representou uma etapa para a construção dos argumentos defendidos nessa tese.

Vale ressaltar que a participação nesse evento de referência possibilitou a ampliação do contato com pesquisadoras/es do campo da Psicologia Ambiental, aproximação essa iniciada no ano anterior, durante o Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

Graduação em Psicologia (ANPEPP), em Brasília. Assim, a filiação à Associação Brasileira de Psicologia Ambiental (ABRAPA), em 2020, representou mais uma oportunidade de compartilhamento de conhecimentos, que certamente inspiram o desenvolvimento da presente pesquisa, no intuito da transposição teórica da ancoragem inicial, na Ecologia Social, para a sua decodificação no campo da Psicologia Ambiental.

Ainda em 2019, é importante destacar a participação no *XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU)*, em Florianópolis-SC, cujo tema central foi “Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea”. Esse evento foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por intermédio do *Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU)*, do Brasil, da *Asociación de Especialistas em Gestión de la Educación Superior (AEGES)*, entre outras instituições envolvidas, e representou mais uma importante oportunidade para a ampliação nas redes de conhecimento sobre a temática investigada.

Além das experiências mencionadas, a colaboração, como uma entrevistada na matéria jornalística “Educação Ambiental: sustentabilidade também se aprende na escola”, publicada em junho de 2019 na *Revista Veiga + Sustentabilidade*⁵⁴, representou, também, uma via para a reflexão sobre os temas pesquisados.

Além disso, a participação no curso “Cultura de Paz: estratégias de transformação social em bases não-violentas”, ministrado pelo *Instituto Shanti Brasil*, chancelado pelo Consulado da Índia, em 2019, contribuiu, também, como fonte de inspiração para a escrita da tese, sendo destaque nessa formação alternativa a participação de pessoas do movimento social na reflexão coletiva. O conteúdo ministrado nesse curso envolveu temas como Direitos Humanos, Desigualdade Social, Gestão de Conflitos, Comunicação Não-Violenta, Consumo Responsável, Felicidade Interna Bruta, Vida em Comunidade, Educação para a Paz, entre outros assuntos sintonizados com a presente pesquisa, sobretudo com relação à Meta 4.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme transcrita a seguir,

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

⁵⁴ A matéria pode ser acessada pelo link <<https://veigamaissustentabilidade.home.blog/2019/06/13/educacao-ambiental-sustentabilidade-tambem-se-aprende-na-escola/>>.

No ano de 2020, o 18º Simpósio da ANPEPP, realizado de maneira remota em função da Pandemia do Covid-19, teve como tema central “Justiça social e contextos sustentáveis: a transversalidade e a pesquisa em psicologia”. Essa temática foi recebida com entusiasmo por membros dos GTs SustentaPsi e de Psicologia Ambiental, considerando a temática da sustentabilidade como eixo central do principal evento da Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia no Brasil. A conferência de abertura teve como título “*Sostenibilidad, justicia social y su inclusión transversal en la intervención psicosocial*”, ministrada pelo professor Bernardo Jiménez-Dominguez, do Centro de Estudios Urbanos da Universidad de Guadalajara, no México⁵⁵.

Importante mencionar, nesse contexto, que o VI Seminário Novos Horizontes⁵⁶, um fórum de discussão sobre a pós-graduação brasileira em psicologia, realizado como uma ação conjunta entre a ANPEPP e a área da Psicologia da CAPES, no ano de 2019, teve como tema “Ciência, Sustentabilidade e Democracia: horizontes da política científica no Brasil”. Assim, foi possível observar uma aproximação da temática da sustentabilidade aos principais da pós-graduação e pesquisa em Psicologia no Brasil, de modo a instigar inquietações e reflexões a partir desse campo cada vez mais urgente.

Ainda em 2020, a participação no curso *Abordagens e Metodologias Participativas Socioambientais*, curso de extensão de iniciativa do *Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus)*, da *Universidade Federal do Ceará (UFC)*. Esse curso representou uma oportunidade de aproximação com discussões e pesquisas no campo da Psicologia Ambiental, e culminou na participação na equipe de organizadores do E-book “Sonhos na Pandemia” (BOMFIM et al., 2022), simbolizando sementes potentes para o cultivo da tese.

É importante mencionar, ainda, que a participação ativa, desde 2015, nos Seminários de Extensão Diálogos Sustentáveis, organizados pelo GAPIS, se traduziu como uma oportunidade para a aproximação entre universidade e sociedade, com relação a temas vinculados à Agenda 2030. Por meio da promoção de um debate interdisciplinar, nesse contexto, tem sido possível construir uma interação dialógica entre a universidade e outros setores da sociedade sobre as questões relacionadas ao tema da sustentabilidade, frente aos inúmeros desafios contemporâneos.

Também tendo sustentabilidade como temática orientadora, o engajamento na gestão de um dos Projetos vinculados ao Programa de Internacionalização (CAPES/PrInt) da UFRJ, como voluntária, representou uma outra importante atividade desenvolvida durante o processo

⁵⁵ Conferência disponível em <<https://youtu.be/scsclvubdhw>> Acesso em 01 mai 2022.

⁵⁶ <https://www.anpepp.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=755> Acesso em 01 mai 2022.

do doutoramento. Essa atividade contribuiu para ampliar as perspectivas para se refletir sobre os desafios para a internacionalização das universidades brasileiras, e sobre a inserção da temática da sustentabilidade como eixo central e interdisciplinar para orientar práticas em diferentes áreas do conhecimento nas IES.

2.2.4 Mapeamento das universidades de referência em sustentabilidade

Como mencionado no subitem anterior, na pesquisa exploratória foram identificadas três principais organizações internacionais responsáveis por elaborar dispositivos para mensurar sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES): *UI GreenMetric World University Rankings*; *Sustainability Tracking, Assessment & Rating System (STARS)*; e *Times Higher Education Impact Rankings*⁵⁷.

O *STARS* se constitui como uma ferramenta de autoavaliação para orientar as universidades a verificarem o seu próprio desempenho com relação às práticas sustentáveis. O *THE* e o *GreenMetric*, por sua vez, são *rankings* elaborados por instituições de referência na temática. Mas, de maneira distinta ao *THE*, que passou a adotar os 17 ODS como indicadores apenas a partir de 2018, por meio do *Impact Ranking*, o *GreenMetric*, desde a sua origem, em 2010, vem adotando seis critérios de sustentabilidade (Infraestrutura; energia e mudanças climáticas; resíduos; água; transporte; educação e pesquisa) para orientar, anualmente, o seu *ranking* mundial de IES.

Os dados dessas organizações internacionais foram consultados para a realização do mapeamento das universidades brasileiras de referência em cada um deles. O recorte temporal adotado para esse levantamento, no *GreenMetric*, foi o período de 2010 (ano da criação do *ranking*) a 2021, última edição publicada no período da tese (Quadro 20). No caso do *THE*, o seu primeiro *ranking* foi publicado em 2018, mesmo ano em que foi iniciada a presente pesquisa. Portanto, foram analisados os dados de 2018 a 2022, por ser esse o período com dados disponíveis por esse dispositivo, que adotar os ODS como indicadores (Quadro 21).

No caso das universidades que constam na lista do *STARS* (elaborada desde 2006), a pesquisa foi realizada considerando os dados disponíveis no ano de 2021, visto que, diferente dos dois casos anteriores, não se trata de um *ranking* publicado anualmente, mas de um dispositivo de avaliação de desempenho. Com uma estrutura para a integração de sustentabilidade ao planejamento e desenvolvimento das IES, a classificação ou pontuação

⁵⁷ Disponíveis em <<http://greenmetric.ui.ac.id/>>, <<https://stars.aashe.org/>> e, <<https://www.timeshighereducation.com/>>, respectivamente.

STARS pode ser incorporada ao plano estratégico como um indicador de progresso em direção a práticas sustentáveis.

Para a análise desses dispositivos, um panorama global foi traçado, inicialmente, para que se pudesse ter uma visão geral das universidades consideradas como as mais sustentáveis do mundo. Em seguida, neles foi realizado o mapeamento das IES brasileiras de referência.

2.2.5 Seleção do campo empírico: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Considerando a implicação na pesquisa e a inserção há mais de 15 anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde a graduação até o doutorado, essa IES se constituiu como o campo empírico escolhido para a presente investigação. Nesse sentido, vale acrescentar, também, o momento simbólico e histórico para a instituição, que em 2020 celebrou o seu primeiro centenário, sendo essa a maior e mais antiga universidade federal do Brasil, como detalhado, posteriormente, no capítulo dedicado à UFRJ.

Importante mencionar que a instituição figura entre as 52 universidades brasileiras⁵⁸ signatárias da *Declaração de Talloires*, pactuada no âmbito da *Association of University Leaders for a Sustainable Future* (ULSF), que tem como objetivo a promoção de ações sustentáveis em universidades. Além disso, a UFRJ também vem se destacando em importantes *rankings* nacionais e internacionais sobre o desempenho das instituições de ensino superior, tais como o *GreenMetric*, a partir de 2018; o *Times Higher Education* (THE) como a 12ª melhor universidade latino-americana em 2020; o *Webometrics Ranking of World Universities*, como a 2ª melhor universidade do Brasil e, a 3ª melhor da América Latina em 2019; além do *Ranking Universitário Folha* (RUF), na primeira colocação do Brasil em 2016 e 2017, no segundo lugar em 2018 e, em terceiro lugar, em 2019.

A UFRJ também está entre as 36 universidades brasileiras aprovadas no Edital do *Programa de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES/PRINT), cujo eixo central é a temática da Sustentabilidade. Nesse contexto, o Programa EICOS, onde está ancorada essa tese, foi selecionado entre os Programas de Pós-Graduações da UFRJ aprovados, com o Projeto “Sustentabilidade e Transformação Social: Rumo à Agenda 2030”. Entre 2020 e 2022 esteve também envolvido com o *Programa de Cátedras do Colégio Brasileiro de Altos Estudos* (CBAE), do *Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ* (FCC), estabelecido em comemoração aos 100 anos da instituição. A *Cátedra de Meio Ambiente e Sustentabilidade Bertha Becker*, alinhada aos objetivos do *Programa de Cátedras*

⁵⁸ Lista completa das universidades brasileiras disponível em <<http://ulsf.org/96-2/#Brazil>>

do CBAE/FCC, buscou estabelecer uma rede de pesquisadores de alto nível nessa temática, para orientar, futuramente, a elaboração do documento "Propostas para o Brasil", para se pensar o futuro da UFRJ e as suas contribuições para o país.

Vale ressaltar, ainda, que a UFRJ participa da Rede A3P, vinculada ao *Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*, promovido pelo *Ministério do Meio Ambiente (MMA)*. Além disso, participa do Fundo Verde de Desenvolvimento e Energia para a Cidade Universitária da UFRJ, criado pelo Decreto Estadual N° 43.903/2012. Esse Fundo recebe recursos oriundos da isenção do imposto ICMS, cobrado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, sobre a conta de energia elétrica do campus da Cidade Universitária. Essa receita vem sendo revertida para projetos de melhoria da mobilidade, uso da energia a partir de fontes alternativas, redução do consumo de água e monitoramento de indicadores no campus. E ainda, para o financiamento de bolsas de pesquisa, sendo a participação estudantil essencial para estimular a inclusão do tema da sustentabilidade na formação de futuros profissionais⁵⁹.

Outro movimento institucional nesse contexto, que justifica a escolha da UFRJ como campo empírico de investigação, é o *Fórum Ambiental da UFRJ*, criado em 2018, com o objetivo de envolver a comunidade acadêmica em ações sustentáveis. Esse Fórum é constituído por câmaras temáticas, entre as quais: *Comunicação; Educação Socioambiental; Legislação e Normas; Qualidade de vida no Ambiente Universitário; Biodiversidade e Geodiversidade; Recursos Ambientais (Energia); Recursos Ambientais (Hídricos); e Resíduos*.

Assim, a UFRJ representa um privilegiado caso de investigação, não apenas por sua importância nacional, mas também pelo momento da pesquisa, considerando, sobretudo, a celebração de seu primeiro centenário em 2020. Vale destacar, também, entre outras razões, a temática da sustentabilidade como eixo central do Programa Institucional de Internacionalização (PII/UFRJ), vinculado ao Programa CAPES PrInt, com duração entre 2018 e 2022, mesmo período de realização da presente tese. E ainda, a criação do Fórum Ambiental da UFRJ em 2018, a elaboração de seu primeiro Plano de Logística Sustentável, publicado em 2022, e os esforços de construção de seu Plano Diretor UFRJ 2020-2030, que está detalhado no tópico a seguir.

⁵⁹ Mais informações sobre o Fundo Verde da UFRJ disponíveis em <<http://fundoverde.ufrj.br/>>

2.2.6 Observação Participante e imersão em redes sociotécnicas

A práxis em Ecologia Social envolve variadas metodologias e técnicas participativas para a obtenção de dados, entre as quais a Observação Participante. Compreendendo participação como um conceito plural, dinâmico e heterogêneo, para a ecologia social, essa noção representa um espaço de interação em um sistema social, que inclui encontros pessoais, discussões, comportamentos verbais e não-verbais, etc. E os procedimentos participativos buscam, em um trabalho conjunto com as comunidades, melhorias na qualidade de vida, sendo a participação popular uma poderosa ferramenta de transformação social. Importante mencionar, ainda, que a participação não é constante em todo o processo de pesquisa, mas pode se dar no início, durante ou ao final da práxis (GUDYNAS; EVIA, 1993).

Ao fazer uma distinção entre estilo de participação superficial e profundo, Gudynas e Evia (1993) descrevem o primeiro, com base em Pedro Demo e Paulo Freire, como uma postura messiânica, em que o/a pesquisador/a até está interessado na participação, no entanto, partem apenas de seu conhecimento, sem considerar a escuta de participantes, dos grupos nem buscam conhecer suas cosmovisões. O segundo estilo, por sua vez, visa redescobrir o conjunto de componentes ambientais e sociais, construídos e naturais, escutando as pessoas e considerando todos os conhecimentos como válidos, pois:

A práxis da ecologia social baseia-se em um estilo de participação profunda baseado em uma ética de respeito à vida (...) de passividade ou falta de sensibilidade aos problemas locais. Pelo contrário, uma verdadeira falta de envolvimento começa quando as opiniões dos outros não são aceitas. Aceitar isso e respeitar os outros é muitas vezes uma tarefa difícil e desconfortável (GUDYNAS; EVIA, 1993, p. 184, em tradução livre)⁶⁰.

Com base nesse referencial, a participação na construção do Selo ODS IES, voltado para a promoção de sustentabilidade e o compartilhamento de práticas sustentáveis em IES, envolveu cinco Encontros Regionais online, voltados ao levantamento de propostas para contextualizar essa certificação a partir da ampla diversidade nacional. Além desses eventos, foi registrada, ainda, a experiência de participar em um grupo menor, como representante de universidades do Rio de Janeiro, para uma fase de teste da Plataforma.

Considerando as projeções de futuro para a UFRJ como um dos objetivos da tese, a Observação Participante em reuniões de grupos de trabalho da instituição representou uma importante fonte de informação, inspiração e de aprendizado para a pesquisa. Vale destacar a

⁶⁰ *La praxis de la ecología social se apoya en un estilo de participación profundo basado en una ética de respeto por la vida (...) La aceptación de las visiones de los otros, y aun el retirarse ante las incompatibilidades, puede ser criticado como demostración de pasividad o falta de sensibilidad a los problemas locales. Por el contrario, una real falta de involucramiento comienza cuando no se aceptan las visiones de los otros. Aceptar esto y respetar a los demás es una tarea muchas veces difícil e incómoda*

participação no GT 2 do Plano Diretor UFRJ 2030, acompanhando suas reuniões semanais pelo período de um ano e meio. E também, participações pontuais na Câmara Temática de Qualidade de Vida, do Fórum Ambiental da UFRJ, e no apoio técnico ao GT Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, do Plano de Logística Sustentável da UFRJ, como estão detalhadas nesse tópico.

E entre as atividades realizadas nessa instituição, ao longo da pesquisa, vale destacar a ativa participação, entre junho de 2020 e dezembro de 2021, no Grupo de Trabalho Meio Ambiente, Áreas Verdes e Infraestrutura Urbana, do Plano Diretor UFRJ 2030. Denominado GT2, esse grupo foi criado para definir estratégias de recuperação dos ecossistemas e estabelecer diretrizes para o uso e a ocupação das áreas livres, visando à redução de impactos ambientais dos campi da UFRJ. Os resultados dessa imersão serão discutidos no capítulo sobre as “colheitas da pesquisa”.

A aproximação com o GT2 – *Grupo Temático Meio Ambiente, Áreas Verdes e Infraestrutura Urbana* – criado para a construção coletiva do *Plano Diretor UFRJ 2030*, ocorreu em março de 2020. E entre julho de 2020 e dezembro de 2021, a participação nas reuniões semanais, todas as quartas-feiras à tarde, via *Google Meet*, possibilitou um contato maior com as/os participantes que compõem esse GT, em um exercício de aproximação com o campo de pesquisa, diante das inúmeras dificuldades, e, também potencialidades, de uma pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais, em um contexto de *Pandemia da Covid-19*.

A composição desse GT envolve membros internos, como docentes e servidores/as técnicos vinculados/as à diferentes setores, como o Escritório Técnico da Universidade (ETU) e a Prefeitura Universitária (PU). E entre os membros externos, colaboram com as discussões no âmbito do GT2 docentes, integrantes de grupos de pesquisa e discentes de cursos de graduação, além de interlocutores do Parque Tecnológico e do Fundo Verde da UFRJ.

Nessa etapa, a primeira reunião do GT2 Meio Ambiente do PD UFRJ 2030 ocorreu, de modo remoto, no dia 19 de junho de 2020, na sequência da Live organizada pela Decania do CT intitulada “A sustentabilidade no serviço público: desafios e troca de experiências”⁶¹. E até dezembro de 2021 foram realizadas cinquenta e uma reuniões remotas, com a participação de inúmeros especialistas sobre a temática de sustentabilidade no contexto das universidades. Durante o processo, foi apresentado e discutido o panorama geral sobre as ações em curso dirigidas à temática socioambiental na UFRJ.

⁶¹ Página do Centro de Tecnologia da UFRJ no Youtube, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ptC014BMLhY>>

As reuniões, que ocorreram às quartas-feiras, entre 14h e 16h, por meio da ferramenta de videoconferência *Google Meet*, em razão da *Pandemia do Covid-19*, foram organizadas contando com a exposição de especialistas atuantes em grupos de pesquisa ou setores da UFRJ, envolvidos com temáticas relacionadas ao GT. Nessa dinâmica, sempre foi destinado tempo para discussão entre as/os participantes, de modo que insumos pudessem ser levantados para a construção coletiva do Plano Diretor 2030.

Importante mencionar, ainda, nessa dinâmica, a participação do GAPIS na reunião do Comitê do Plano Diretor, grupo que reúne todos os coordenadores dos GTs do PD UFRJ 2030. No dia 14 de outubro de 2020, e contando com a presença do Vice-Reitor da UFRJ, foram apresentados os insumos levantados a partir da produção acadêmica do Grupo de Pesquisa GAPIS e propostas oriundas da Cátedra de Meio Ambiente e Sustentabilidade do CBAE/FCC/UFRJ para o futuro da instituição, no horizonte da Agenda 2030. Fundamentada pela polissêmica noção de sustentabilidade, essa exposição teve como objetivo apresentar os ODS como uma inspiração possível para o Plano Diretor UFRJ 2030, considerando a confluência de ambos os documentos no horizonte da próxima década.

A Observação Participante nessas reuniões constituiu, assim, uma das estratégias metodológicas adotadas na pesquisa, com registro em caderno de campo (BEAUD; WEBER, 2007). Vale ressaltar, ainda, que

As notas de campo são um elemento fundamental para qualquer trabalho em Ecologia Social. Elas não são um fim em si mesmos, mas um instrumento da *práxis*. Esses registros serão fonte e referência contínua na avaliação do trabalho (...) Um trabalho de campo correto pode ter pouco ou nenhum valor se as experiências não forem devidamente registradas. As notas de campo devem atender a uma série de características essenciais, a saber: devem ser escritas, completas, precisas e detalhadas; depois de ter escrito as notas, esses novos pontos que são lembrados devem ser adicionados; e deve ser lido e revisado com o referenciador (GUDYNAS; EVIA, 1993, pp. 147-148, em tradução livre)⁶².

Considerando o contexto remoto, as informações relevantes para a presente pesquisa, além de anotadas diretamente no computador, também foram registradas a partir das conversas na ferramenta de bate-papo do *Google Meet*, e das telas dos slides das apresentações, capturadas e salvas em um documento específico para esse fim, em um arquivo de *Google Slides*, em uma nuvem do *Google Drive*.

⁶² *Las notas de campo son un elemento fundamental para cualquier trabajo en ecología social. No son un fin en sí mismas, sino un instrumento en la praxis. Estos registros serán fuente y referencia continua en la evaluación de los trabajos (...) Un correcto esfuerzo de trabajo de campo puede resultar de nulo o escaso valor si las experiencias no son registradas adecuadamente. Las notas de campo deben reunir una serie de características esenciales, a saber: deben ser escritas, completas, precisas y detalladas; después de haber escrito las notas, se deben agregar aquellos nuevos puntos que se van recordando; y deben ser leídas y revisadas con el referenciador*

Com relação às anotações e registros de pesquisadoras/es, ou agentes externos, durante a Observação Participante,

Os comentários do agente externo devem ser escritos e identificados como tal, e devem incluir comentários pessoais, sentimentos, intuições, preconceitos, ideias para o futuro, etc. (...) Em seguida, comentários avaliativos sobre o que aconteceu no campo, incluindo experiências, deve ser incluído o afetivo pessoal do agente externo. As características das pessoas devem ser descritas, prestando atenção ao que dizem, como dizem, que significados tem, como tentam influenciar os outros através de sua aparência e comportamento, etc. Os detalhes acessórios do diálogo devem ser registrados, especialmente a comunicação não verbal (GUDYNAS; EVIA, 1993, pp. 148-149)⁶³.

Outra fonte de informações para a tese foi o acesso à pasta no *Google Drive* do GT2, contendo todas as atas das reuniões realizadas pelo grupo, e os insumos enviados por especialistas, como trabalhos acadêmicos e demais referências sobre a temática.

Para complementar as pesquisas bibliográfica, documental e de matérias jornalísticas, foi desenvolvida uma estratégia de levantamento de dados por meio da imersão em redes sociotécnicas. Com o avanço da tecnologia e no contexto de restrição sanitária que caracterizou a Pandemia da Covid-19, essas redes, constituídas por pessoas e grupos sociais de variados setores, possibilitam a interação, a comunicação e o compartilhamento de demandas da sociedade, além de se constituírem em ambientes para “trocar informações, experiências, propor soluções, contribuindo para uma melhor gestão da coisa pública” (LIMA; AMARAL, 2017, p. 661).

Essa imersão foi realizada com o intuito de uma aproximação com as organizações envolvidas na temática da pesquisa e, também, para inspirar formas alternativas e acessíveis de comunicação e de divulgação científica. Isso porque, as redes sociotécnicas se constituem como uma complexa rede de interações, que formulam conhecimentos a partir da realidade, e são caracterizadas pela heterogeneidade, possibilitando conexões compostas por pontos de convergências, e, também de bifurcações (LIMA; AMARAL, 2017).

Com base nessa inspiração, a rede social *Instagram* foi adotada como uma das ferramentas utilizadas para o levantamento de dados complementares para a pesquisa, com o objetivo de ampliar e manter constantes as atualizações sobre os debates realizados no âmbito da sustentabilidade em IES. E, também, para observar a forma pela qual a temática da Agenda 2030 vem sendo discutida por organizações envolvidas no tema. Assim, uma página

⁶³ *Los comentarios del agente externo se deben escribir e identificar como tales, y deben incluir comentarios personales, sentimientos, intuiciones, preconceptos, ideas a futuro, etc (...) Seguidamente, se deben incluir comentarios evaluativos sobre lo sucedido en el campo, incluyendo las vivencias afectivas personales del agente externo. Se deben describir las características de las personas, prestando atención a lo que dicen, cómo lo dicen, qué significados tiene, cómo intentan influir sobre otros por medio de su aspecto y de su comportamiento, etc. Se deben registrar detalles accesorios al diálogo, en especial la comunicación no-verbal*

específica para a realização da pesquisa nessa rede social foi criada, em julho de 2020, denominada @uni.2030, como reproduzido na Figura 3, a seguir:

Figura 3: Ilustração do instrumento para imersão na rede social *Instagram*



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2022)

Para compor o grupo de páginas pesquisadas, foram inseridas, na ferramenta de busca do *Instagram*, as seguintes palavras-chave – agenda 2030, ODS, universidade, sustentável, sustentabilidade, “ecologia social” e “psicologia ambiental” – nos idiomas português, inglês e espanhol. Nesse percurso, até dezembro de 2021, haviam sido registrados cento e quarenta perfis relacionados aos termos pesquisados.

Vale ressaltar que os temas pesquisados por meio dessa ferramenta de busca representaram uma tendência de algoritmo nessa rede social, de modo que o próprio *Instagram* passou a enviar notificações com sugestões de páginas relacionadas às temáticas pesquisadas. Essa ferramenta possibilitou a ampliação da rede representada pelo banco de perfis relacionados aos assuntos de interesse da tese, de modo a estar em constante atualização das páginas e das publicações dos conteúdos relacionados ao tema da pesquisa.

É importante mencionar, ainda, que o perfil criado permaneceu fechado para seguidores até o Exame de Qualificação desse projeto de tese de doutorado, que inicialmente teve apenas o intuito de formar um banco de dados para concentrar as informações de perfis das organizações relacionadas à temática da pesquisa no *Instagram*. Mas após a Qualificação, e observando um movimento cada vez maior de ocupação das redes sociais por pesquisadoras/es interessados em ampliar a divulgação da ciência em espaços alternativos, esse instrumento passou a ser adotado como um diário de pesquisa. Nesse sentido, após a defesa da tese, o perfil foi mantido, não apenas para continuar o banco de dados de páginas vinculadas ao tema da tese, mas também para a produção e o compartilhamento de conteúdo, como uma forma de restituição contínua da pesquisa, por meio de uma linguagem lúdica e acessível, representada pela imagem do cubo mágico com os símbolos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no perfil da página.

Vale ressaltar que, com esse perfil, foi também observada a criação de várias páginas no Brasil para tratar sobre o tema, como a @ecouniversidade e o @praticasods, sendo essa última específica sobre a Agenda 2030, e criada no mês anterior à concepção da página da presente pesquisa, pelas pesquisadoras @paulaserafini e @jessicamoraismoura. Importante mencionar, ainda, que as responsáveis por esse perfil organizaram dois livros, ambos publicados em 2021, sobre ODS em IES.

Outra consideração importante, nesse contexto, se refere ao caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A página @agenda2030nauerj teve destaque nesse levantamento por seu engajamento na divulgação de ações com esse objetivo. Entre as publicações divulgadas nesse contexto, vale destacar o livro *Agenda 2030 na UERJ e UERJ na Agenda 2030*, além da promoção de um curso online sobre a Agenda 2030, a divulgação do Selo ODS IES, projeto idealizado no âmbito da Universidade de Brasília (UnB) (detalhado posteriormente) e, a divulgação e participação ativa nos preparativos para o evento RIO+30.

2.2.7 Realização de entrevistas

Essa etapa metodológica se refere ao planejamento e à elaboração dos instrumentos para a realização das entrevistas e, também, ao mapeamento para identificar as/os interlocutoras/es institucionais estratégicas/os a serem entrevistadas/os na pesquisa.

Com esse enfoque, o levantamento de dados para a pesquisa foi planejado para ser realizado por meio de entrevistas. No campo da Ecologia Social, essa técnica é adotada com frequência em pesquisas qualitativas, e pode complementar outras técnicas, como a observação participante. Entre os diferentes tipos, existem entrevistas *abertas* (quando a/o entrevistada/o guia a conversa e o/a entrevistador/a apenas intervém para fazer perguntas para ampliar o debate), entrevistas *semidirigidas* (quando o/a entrevistador/a faz perguntas a partir de suas hipóteses e para deixar alguns pontos mais evidentes no discurso da/do entrevistada/o), e entrevistas *dirigidas* (quando o/a entrevistador/a faz perguntas concretas para obter uma série predeterminada de dados, como uma anamnese, por exemplo) (GUDYNAS; EVIA, 1993).

Para a presente pesquisa, foi adotada a entrevista semidirigida, ou semiestruturada. Porém, considerando a necessidade de distanciamento físico, em razão do contexto da *Pandemia da Covid-19*, essa técnica precisou ser adaptada. Assim, as entrevistas, inicialmente planejadas para ocorrerem presencialmente, foram realizadas de maneira remota, por meio de

videoconferências, via *Google Meet*. Essa ferramenta virtual viabilizou que as entrevistas pudessem ser gravadas, em áudio e vídeo, com o prévio consentimento e autorização das/os entrevistadas/os, para posterior transcrição e análise dos dados.

Essa necessidade de adaptação, por um lado, restringiu a possibilidade de observações *in loco* durante o processo, pelo distanciamento físico imposto pela restrição sanitária. Porém, por outro lado, permitiu um acesso maior na seleção de participantes, considerando que cada parte envolvida – entrevistadora e entrevistada/o – participou da entrevista por intermédio de seus próprios equipamentos de videoconferência e internet, sem a necessidade de deslocamento para esse fim.

Essa possibilidade de gravação em audiovisual possibilitou o registro não apenas da expressão verbal, mas também, de expressões não-verbais captadas pela câmera da videoconferência. Nesse sentido, entre as vantagens e limitações da técnica de entrevista, discutidas por Gudynas e Evia (1993), sobre a restrição de expressões não-verbais nos registros das entrevistas, nesse caso da gravação da videochamada, é possível um olhar mais atento para o registro dessa forma de comunicação corporal das informações que a câmera pode captar. Outras limitações da técnica de entrevista, mencionadas pelas referências em Ecologia Social, estão relacionadas às variáveis do/a entrevistador/a e do/a entrevistado/a, como o estado de ânimo e o ocultamento intencional de informações, que podem influenciar a análise dos dados. Os autores ressaltam, ainda, que não se deve tomar como garantidos todos os significados do discurso, mas estes devem ser adotados para contribuir para as discussões na pesquisa.

É importante mencionar, ainda, que, ao longo da pesquisa, os caminhos para orientar a escolha de interlocutoras/es institucionais estratégicas/os foram delineados a partir da participação em reuniões de grupos de trabalho da UFRJ. A seleção de entrevistadas/os partiu da imersão em reuniões voltadas para se pensar o futuro da UFRJ, como os Grupos Temáticos (GTs) criados para discutir a construção do Plano Diretor 2030 (PD 2030), além do Grupo sobre Qualidade de Vida do primeiro Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFRJ, publicado em 2022, da Câmara Temática de Qualidade de Vida no Ambiente Universitário, do Fórum Ambiental da UFRJ. E ainda, da Cátedra de Meio Ambiente e Sustentabilidade, do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) e do apoio a um dos Projetos do Programa de Internacionalização CAPES/PrInt, coordenado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Essa participação em diferentes atividades possibilitou a identificação de interlocutores institucionais potenciais das instâncias acadêmicas estratégicas, como sistematizado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Interlocutoras/es Institucionais entrevistadas/os

Nº	Instância Institucional	Identificação*	Duração
1	Representante da Comissão Técnica de Urbanismo e Meio Ambiente (PD 2030) e Escritório Técnico Universitário (ETU)	Jasmin (A6)	43 min
2	Coordenadora do GT1 - Diretrizes e Parâmetros Urbanos e Arquitetônicos (PD 2030)	Violeta (A1)	100 min
3	Coordenadora do GT 2 - Meio Ambiente, Áreas Verdes e Infraestrutura Urbana (PD 2030)	Hortênsia (A2)	40 min
4	Coordenador do GT 3 - Mobilidade e Transporte (PD 2030) e da Câmara Temática de Qualidade de Vida do Fórum Ambiental	Lírio (A3)	45 min
5	Coordenadora do GT 4 - Patrimônio e Cultura (PD 2030)	Lis (A4)	52 min
6	Coordenador do GT 5 - Segurança (PD 2030)	Alisson (A5)	30 min
7	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PR2	Açucena (B1)	67 min
8	Coordenadora do Programa de Gestão de Indicadores de Desempenho (GID), vinculado à PR2	Daisy (B2)	38 min
9	Responsável pelo THE Impact Ranking, vinculado à PR2	Flora (B3)	92 min
10	Difusão da Ciência e <i>GreenMetric</i> , vinculado à PR2	Antúrio (B4)	58 min
11	Coordenadora do Núcleo de apoio a políticas de pós-graduação e pesquisa (NAPS) e do Programa de Internacionalização (PrInt), vinculados à PR2	Azaleia (B5)	35 min
12	Decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN/UFRJ)	Ivy (B6)	85 min
13	Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação (PPG-CiAC Macaé)	Angélica (C1)	83 min
14	Diretora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE)	Rosa (C2)	105 min
15	Cátedra Aloísio Teixeira - Universidade do Futuro	Margarida (C3)	60 min
16	Cátedra João Barbosa Rodrigues - Futuros Regenerativos	Gerânio (C4)	69 min
17	Cátedra Bertha Becker - Meio Ambiente e Sustentabilidade	Melissa (C5)	68 min
Tempo total de entrevistas – aproximadamente 18 horas		1070 min	

Fonte: Elaborada pela autora (2022). *Categoria A: espaços consultivos; Categoria B: espaços de gestão; e Categoria C: espaços de Ensino, Pesquisa e Estudos Avançados.

As/os interlocutoras/es institucionais estratégicas/os foram identificadas/os a partir de nomes de flores, seguindo a inspiração do ciclo da vida que inspira toda a tese. O roteiro semiestruturado para a realização de entrevistas foi elaborado com base nos objetivos gerais e específicos da tese, e por uma pergunta inicial, elaborada como uma forma de apresentação preliminar, no intuito de traçar o perfil de cada entrevistada/o. Com base em sua própria narrativa, de maneira breve, suas trajetórias e vivências na universidade foram relatadas, possibilitando a percepção de um mergulho, de alguma forma, em suas próprias histórias, tendo acesso aos seus atravessamentos na instituição. Essa reflexão preliminar sobre o

passado pode ter inspirado reflexões sobre as questões voltadas para os objetivos da pesquisa, a respeito da situação da universidade no tempo presente, de modo a inspirar projeções de futuros desejáveis e sustentáveis para a UFRJ.

Essa questão inicial não teve como objetivo abordar “histórias de vida”, no sentido clássico da pesquisa, visto que o roteiro semiestruturado teve uma direção prévia para orientar a entrevista. Mas essa primeira pergunta, pensada como um quebra-gelo e um meio para traçar o perfil de cada interlocutor/a, acabou se revelando como uma oportunidade de conexão entre entrevistadora e entrevistadas/os. Esse estímulo inicial foi realizado, também, com o intuito de que a conversa acontecesse de maneira mais dialogada, informal e menos “arbitrária” do que quando são feitas apenas “questões pré-formadas” a serem respondidas de maneira mais objetiva. Com isso, foi possível observar certo nível de afetividade com a UFRJ, e com suas próprias trajetórias na instituição. Este momento preliminar possibilitou, ainda, uma maior autonomia para entrevistadas/os escolherem o que relatar ou incluir em suas narrativas, diante de longas trajetórias, a maioria com décadas de envolvimento com a UFRJ.

Vale ressaltar que o roteiro foi elaborado e as entrevistas conduzidas com base nas orientações estabelecidas pela Resolução 466/2012, que dispõe sobre as diretrizes éticas de pesquisas que envolvem seres humanos, e a Resolução 510/2016, com normas específicas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, do *Conselho Nacional da Saúde* (CNS). No tópico a seguir serão apresentados demais cuidados éticos adotados para a realização da pesquisa.

2.2.8 Procedimentos éticos da pesquisa

Após a aprovação no Exame de Qualificação (dezembro de 2020) e a realização dos ajustes no texto, com base nas considerações da Banca avaliadora, o projeto da pesquisa de tese foi encaminhado ao *Comitê de Ética em Pesquisa* (CEP) do *Centro de Filosofia e Ciências Humanas* (CFCH/UFRJ), de modo que as entrevistas pudessem ser realizadas apenas após o parecer favorável do CEP.

E entre os procedimentos necessários para a submissão do projeto de tese ao Comitê de Ética do CFCH, foi realizada a inserção dos dados da pesquisa na Plataforma Brasil. Mas por conta da *Pandemia da Covid-19*, foram criadas novas normativas para a realização de pesquisas no contexto remoto. Para essa atualização, e de modo a aprender sobre detalhes do processo, participei de uma Oficina online, oferecida pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre os procedimentos éticos em pesquisa e a Plataforma Brasil, em abril de 2021.

Também fiz reuniões periódicas com outra doutoranda do Programa EICOS para que pudéssemos compartilhar os aprendizados obtidos nessa etapa fundamental na pós-graduação. E após um longo processo de aprendizado para inserir as informações da pesquisa de tese na Plataforma Brasil, da melhor forma possível, o projeto foi aprovada pelo Comitê de Ética do CFCH sem ressalvas, na primeira e única avaliação.

Além de seguir as orientações das Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016 para elaborar o roteiro de entrevistas nas, o *Registro de Consentimento Livre e Esclarecido* (RCLE), foi elaborado com base nas orientações do CEP do CFCH/UFRJ atualizadas pelo contexto da *Pandemia da Covid-19*. Com base no modelo disponível na página oficial do *Centro de Filosofia e Ciências Humanas* (CFCH/UFRJ), atualizado em agosto de 2020, pelo *Comitê de Ética*, o RCLE foi documentado por meio de um Formulário online, disponível no link <https://forms.gle/jaNra7m4A7Wdj5iT7>. Esse dispositivo foi encaminhado às/aos entrevistadas/os, individualmente, via e-mail. O acordo com os termos do RCLE foi considerado por meio do preenchimento e envio das informações pessoais neste documento eletrônico. E a concordância neste documento foi arquivada junto com todas as informações e registros dos participantes da pesquisa. A confirmação de assinatura no RCLE também foi para o e-mail do participante, que foi solicitado a guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico, para o seu próprio registro.

O *Registro de Consentimento Livre e Esclarecido* (RCLE) foi apresentado às/aos entrevistadas/os previamente à realização das entrevistas, simultaneamente aos esclarecimentos sobre a investigação, como os objetivos, o direito à espontaneidade e à liberdade, o sigilo das informações, a privacidade, a confidencialidade, e os benefícios do estudo.

De acordo com o documento “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep/CNS), em 24 de fevereiro de 2021, o convite para participação na pesquisa foi realizado de maneira individual, de modo a assegurar a privacidade das/os participantes. Nesse convite, foi informado que antes de responder às perguntas da entrevista, foi apresentado à/ao participante o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) para a sua anuência.

Foi garantido a cada entrevistada/o o direito de não responder a qualquer questão, sem a necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também, o mesmo, se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos. As entrevistas ocorreram com privacidade, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, sendo gravadas, por meio de

autorização prévia, para transcrição. Somente a pesquisadora e suas orientadoras têm acesso aos dados da entrevista, que estão armazenados em pastas protegidas com senhas, de modo a assegurar a confidencialidade e evitar riscos de violação. A duração de cada entrevista foi em média, entre meia hora e uma hora e meia, seguindo um roteiro semiestruturado, com o objetivo de apreender as percepções de participantes sobre a temática da pesquisa: sustentabilidade em universidades brasileiras e a construção de futuros desejáveis.

Nesse processo, é importante ressaltar, também, o compromisso com a restituição da pesquisa após a defesa da tese de doutorado, de modo a assegurar o retorno sobre os resultados a todas as pessoas que participaram da pesquisa, buscando retribuir, com gratidão, pelo tempo dedicado e investido na realização da presente investigação.

Após a defesa da tese, os resultados da pesquisa serão, também, divulgados em eventos acadêmicos e em artigos científicos. Ao final da pesquisa, uma cópia impressa da tese de doutorado será arquivada no Programa EICOS/UFRJ, e cópias digitais serão disponibilizadas na página oficial do referido programa de pós-graduação, e em bibliotecas da UFRJ. A versão digital estará disponível, ainda, na página pessoal do portal Academia.edu do Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS) e na página pessoal da pesquisadora responsável. Também estão previstos encontros para a restituição da pesquisa, dirigidos ao público interno para a devolução dos resultados, e uma cópia da tese será entregue à Reitoria da UFRJ, como contribuição ao planejamento estratégico da instituição, no horizonte da Agenda 2030.

2.2.9 Sistematização e análise das informações obtidas

Para a interpretação dos dados obtidos sobre as matérias jornalísticas, a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) foi adotada como técnica, que será detalhada na etapa de análise dos resultados da pesquisa, adiante. Mas vale ressaltar que foram adotadas três categorias analíticas, definidas a priori, que guiaram a pesquisa: a) principais avanços; b) principais retrocessos; e c) possíveis recomendações para a superação dos desafios relacionados aos compromissos de sustentabilidade nas IES brasileiras para o alcance dos Objetivos da Agenda 2030. Para tal, os dados foram analisados à luz do Relatório Luz produzido pelo *GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030 no Brasil* (GTSC A2030).

A análise dos dados obtidos foi sistematizada com base na adaptação das técnicas de *Análise de Conteúdo*, de Bardin (2016), de modo a indicar os caminhos possíveis para a

promoção de compromissos de sustentabilidade em IES, visando à construção de sociedades mais sustentáveis.

Na etapa de análise de dados, foi realizada a sistematização das informações levantadas ao longo do processo de investigação, a serem analisadas a partir de quatro eixos temáticos preliminares, também abordados no roteiro de entrevista: a) Relação com a universidade; b) Relação com a temática da sustentabilidade; c) Relação entre universidade, sustentabilidade e sociedade; d) Visão do presente e projeções de futuro.

A análise foi baseada no levantamento bibliográfico e documental sobre sustentabilidade em universidades, fundamentada pela lente da Ecologia Social e da Psicologia Ambiental. E ainda contará com o material transcrito das entrevistas a serem realizadas com os interlocutores que serão selecionados.

Com base no referencial teórico-metodológico de Bardin (2016), serão realizadas adaptações dos métodos e das técnicas da Análise de Conteúdo para que seja possível interpretar as informações contidas nos documentos das instituições e nas entrevistas realizadas e transcritas. Esses dados serão categorizados e analisados a partir de eixos fundamentados no quadro teórico referencial, com o objetivo de gerar uma reflexão crítica a respeito da compreensão sobre a forma como as universidades de referência no Brasil expressam a noção de sustentabilidade, por meio de uma leitura crítica e interdisciplinar pela lente da Ecologia Social e da Psicologia Ambiental.

A sistematização dos dados foi realizada com base na fundamentação teórica alcançada com a pesquisa bibliográfica e documental, e com o apoio do software ATLAS.ti para dar suporte ao processo de Análise de Conteúdo. Desenvolvido pela *Scientific Software Development*, na Universidade Técnica de Berlim (Alemanha), o programa foi projetado para a realização de análise qualitativa, possibilitando o gerenciamento de grandes volumes de dados textuais. Vale ressaltar que a sigla ATLAS significa *Archivfuer Technik, Lebenswelt und Alltagsprache*, que, em tradução livre, pode ser interpretada como “arquivo para tecnologia, o mundo e a linguagem cotidiana”, e a sigla “TI” é composta por *Text Interpretation*, que, em português significa “interpretação de texto”.

Com o uso do programa, é possível criar categorias e subcategorias, registrar e acompanhar comentários, notas, análises preliminares, entre outras inserções de informações, permitindo uma visualização mais ampliada das perspectivas interpretativas. O software também possibilita a realização de diferentes tipos de análise de dados textuais, como a lexicografia básica (cálculo da frequência de palavras), até análises multivariadas

(classificação hierárquica), além de organizar a distribuição do vocabulário de maneira compreensível e visualmente clara (nuvem de palavras).

Assim, o software pode contribuir, na análise dos dados da pesquisa, por meio da organização das anotações e comentários, geração de relatórios, criação de tabelas, matrizes, nuvens de palavras, entre outras possibilidades. Mas é importante ressaltar que o programa, por si só, não é capaz de gerar resultados prontos, e sim, auxiliar nas atividades de análise dos dados qualitativos, de maneira mais eficaz e realizada em menor tempo, podendo potencializar os resultados da pesquisa, com a ampliação do alcance e da profundidade das análises.

Assim, os dados obtidos com as entrevistas com as/os participantes da pesquisa, serão analisados de maneira profunda, possibilitando uma leitura ampliada sobre a perspectiva da comunidade acadêmica com relação ao papel das universidades para imaginar e criar outros mundos possíveis.

3 DA ECOLOGIA SOCIAL À PSICOLOGIA AMBIENTAL: um terreno fértil para o futuro?



🎵 Para ouvir “Herdeiros do Futuro” 🎵

*Será que no futuro haverá flores?
Será que os peixes vão estar no mar?
Será que os arco-íris terão cores?
E os passarinhos vão poder voar?
Será que a terra vai seguir nos dando
O fruto, a folha, o caule e a raiz?
Será que a vida acaba encontrando
Um jeito bom da gente ser feliz?*

(*Herdeiros do Futuro* - Toquinho e Elifas Andreato, 2002).

Os sonhos fertilizam o futuro. Por essa razão, é fundamental que sejam preparados terrenos para semear futuros de esperança. Como um lugar a ser habitado para “além dessa terra dura” (KRENAK, 2019, p. 65), o sonho, pela perspectiva de povos ancestrais, quando percebido em conexão com o mundo que partilhamos, permite o contato com a prática de sonhar com outros mundos possíveis, a serem salvaguardados para as próximas gerações. Portanto, para se criar o futuro, que está sendo gestado neste mundo grávido de outro mundo, devem ser viabilizados os meios para deixá-lo nascer. E o parto deve ser agora (DEHEINZELIN, 2012; GADOTTI, 2011; KRENAK, 2019; MORIN, 2021; RIBEIRO, 2022; SCARANO, 2019).

Esse senso de urgência, discutido por inúmeras/os pensadoras/es contemporâneas/os, foi também abordado no livro “Desejável Mundo Novo: vida sustentável, diversa e criativa em 2042” (DEHEINZELIN, 2012). Elaborado com base em uma metodologia colaborativa para a criação de um acervo *online* de futuros desejáveis⁶⁴, a obra foi idealizada para polinizar visões de futuros no imaginário coletivo. Lala Deheinzelin, uma das fundadoras do *Núcleo de Estudos do Futuro* da PUC-SP⁶⁵ (em 2004), e do *Movimento Crie Futuros* (em 2008), apresenta sua publicação como um “livro inspiracional. Ele mostra o futuro que está nos desejos das pessoas de diversas idades, origens e formações” (DEHEINZELIN, 2012, p. 5). Assim, a mobilizadora sociocultural, e uma das principais futuristas da América Latina, afirma que o futuro se constitui como fruto dos sonhos do passado e das escolhas do presente.

A referida publicação foi lançada e distribuída durante a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (Rio+20), em 2012, no Rio de Janeiro. Na busca

⁶⁴ WIKIFUTUROS. Movimento Crie Futuros: Criar, Compartilhar e Editar Futuros Desejáveis. Disponível em <http://criefuturos.com/o_que_e_esta_wiki> Acesso em 20 set. 2021.

⁶⁵ Núcleo de Estudos do Futuro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em <<https://www5.pucsp.br/catedraignacysachs/nef.html>> Acesso em 20 set. 2021.

por incentivar o público a criar seus próprios futuros, a distribuição da obra⁶⁶, em português, inglês e coreano, na Cúpula dos Povos, teve também como objetivo inspirar lideranças globais na tomada de decisão, apontando caminhos e possibilidades para promover estilos de vida sustentáveis. No entanto, uma década após esse importante evento internacional, quando ocorrem os preparativos para a Conferência Rio+30, em 2022⁶⁷, no Rio de Janeiro, o mundo encontra-se sob os efeitos de uma crise sanitária considerada como o maior desafio do século XXI – a *Pandemia da Covid-19* (ONU, 2020)⁶⁸ – fato que será abordado, inevitavelmente, e de maneira transversal, ao longo da presente tese.

Essa crise sanitária compõe a megacrise contemporânea, definida por Morin (2021) como a soma das crises políticas, econômicas, sociais, ecológicas, nacionais e planetárias, que se sustentam mutuamente, interligadas de modo complexo, no sentido original do termo *complexus*: “o que é tecido junto”. Para o pensador francês que, no ano de seu centenário, publicou um livro sobre a Pandemia, o futuro imprevisível está em gestação hoje. E o seu desejo é que esse nascimento ocorra para a regeneração da política, a proteção do planeta e a humanização da sociedade. Para tal, Edgar Morin, considerado como um dos maiores intelectuais vivos e em atividade, argumenta sobre a necessidade de mudarmos de via, e dos modos de vida.

Diante desse debate complexo, e tendo a *Pandemia da Covid-19* como exemplo pedagógico para ilustrar essa megacrise, a Ecologia Social, que tem como principais fundamentos a indissociabilidade entre ambiente e sociedade, e entre teoria e prática, se constitui como um campo fértil para a realização de leituras críticas e interdisciplinares a respeito do futuro da vida no Planeta. Esse campo do conhecimento parte de discussões sobre o contexto da megacrise, decorrente do sistema capitalista, fundamentado na perspectiva de um consumo infinito, a partir de uma produção que depende de uma natureza finita. Baseia-se, ainda, no reconhecimento da concentração de riquezas para poucos, por meio da exploração da grande maioria da população. Esse sistema desigual, que vem orientando o modo de vida insustentável da sociedade ocidentalizada, demanda um processo de regeneração da natureza e de transformação social para a construção de sociedades

⁶⁶ A obra foi distribuída durante a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países, quando a pesquisadora adquiriu os seus exemplares diretamente com a autora, Lala Deheinzelin.

⁶⁷ Para organizar iniciativas e eventos relacionados à Conferência Rio+30 e ao bicentenário da independência do Brasil no ano de 2022, foi instituída a Autoridade do Desenvolvimento Sustentável no Estado do Rio de Janeiro (Decreto Nº 47.727, de 16 de agosto de 2021).

⁶⁸ ONU News. Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>> Acesso em 12 set. 2021.

sustentáveis (BOOKCHIN, 1989, 2010; GUDYNAS; ACOSTA, 2011; IRVING; OLIVEIRA, 2012; KRENAK, 2020; MORIN; KERN, 2000; MORIN, 2021; SCARANO, 2019).

Esse debate sobre a megacrise civilizatória, que demanda uma análise essencialmente interdisciplinar, se constitui como um dos temas centrais das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linha I (*Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade*) do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ). Por meio de referenciais do campo da Ecologia Social, a partir do viés da “ciência com consciência” (MORIN, 2010), esse capítulo foi elaborado com o intuito de fundamentar as bases para o engajamento na discussão sobre o papel das universidades públicas no processo de transformação social (SANTOS, 2011).

E para o cultivo nesse campo, foi delineado um percurso histórico e conceitual da Ecologia Social no primeiro subcapítulo, apresentando correntes de pensamento e algumas das principais referências e premissas fundamentais para problematizar a discussão sobre sustentabilidade ao longo da presente tese. Posteriormente, o mapeamento das Instituições de Pesquisa e Ensino em Ecologia Social indicou um panorama sobre esse campo e a construção de conhecimento na área, desde a sua origem até as abordagens mais recentes.

O segundo subcapítulo foi construído com base em uma imersão teórica no campo da Ecologia Social pela perspectiva do Sul Global, e um balizamento conceitual sobre a complexa e polissêmica noção de sustentabilidade, partindo de importantes pensadoras/es que podem inspirar esse campo. Em seguida, o *Centro Latino-americano de Ecologia Social* (CLAES) e a *Rede Latino-americana e Caribenha de Ecologia Social* (RedLACES), criados em 1989, foram apresentados de modo a ressaltar a importância das redes de pesquisa e da articulação de ciências, com o diálogos de saberes, para a produção de um conhecimento engajado, com uma práxis ética a serviço da vida.

O terceiro e último subcapítulo parte de um resgate histórico sobre a construção do pioneiro campo da Ecologia Social no âmbito do Programa EICOS, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ), também criado no ano de 1989. Considerando a celebração de trinta anos do EICOS⁶⁹ no período de desenvolvimento da presente pesquisa, foi realizado um levantamento das dissertações e teses defendidas no Programa, no período entre 1993 e 2021. Os resultados obtidos foram sistematizados com o

⁶⁹ Das três décadas do Programa EICOS, a pesquisadora manteve contato com o Programa, de alguma forma, por mais da metade desse tempo, iniciando com a participação na disciplina *Ecologia Social e Comunidades*, cursada no primeiro período da graduação em Psicologia, em 2006, conduzida pela Prof.^a Tânia Maria de Freitas Barros Maciel, até o doutorado realizado no Programa, concluído em 2022, somando-se dezesseis anos de relações com o EICOS.

objetivo de identificar as principais temáticas abordadas no EICOS, o que pode indicar uma visão geral sobre a construção da Ecologia Social no Brasil. E assim, apontar vias interdisciplinares para discussões sobre sustentabilidade no contexto das universidades, pela lente da Ecologia Social, visando projetar caminhos possíveis rumo a amanhã desejáveis para a UFRJ.

3.1 Conexões entre ambiente e sociedade: fundamentos de sustentação

*Não há **utopia** verdadeira fora da tensão entre a **denúncia** de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o **anúncio** de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa **denúncia** e esse **anúncio**, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da **produção do futuro** antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de **sonho** se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua.*
(Paulo Freire, Pedagogia da Esperança, 1992, p. 126, grifo nosso)

De modo a sustentar a discussão sobre sustentabilidade na presente tese, esse subcapítulo se inicia com o resgate histórico e a base conceitual sobre Ecologia Social. Em seguida, com a contextualização das correntes de pensamento e de referência nesse campo, são apresentadas as suas premissas fundamentais, concluindo essa imersão com o mapeamento das instituições de ensino/pesquisa em Ecologia Social, internacionais e nacionais.

Para esse debate, parte-se do princípio de que os graves problemas socioambientais contemporâneos são decorrentes da postura de dominação do ser humano sobre a natureza e sobre o próprio ser humano. E que a degradação da sociobiodiversidade no plano global, a emergência climática, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais demandam a busca por novos caminhos para a educação e a pesquisa, com base em uma práxis a serviço de todas as formas de vida, seja humana ou não humana.

Assim, o campo da Ecologia Social emerge como essa proposta de práxis alternativa, por meio de uma postura ética na busca por novos modos de investigação, de ação e de promoção de novas práticas sociais, reconhecendo a indissociável relação entre sociedade e ambiente (GUDYNAS; EVIA, 1993).

Esse campo compreende a complexidade dos processos de transição e de transformação societal nessa relação, considerando o contexto de sociedades nômades, agrárias, industrializadas e, mais recentemente, aquela que vem se estabelecendo na era digital. Assim, a Ecologia Social, como uma ciência interativa para um mundo complexo, vem se dedicando à leitura crítica dos problemas socioambientais atuais e futuros, por meio de uma abordagem transdisciplinar na discussão sobre sustentabilidade (STOKOLS, 2018).

Diante desse complexo debate sobre sustentabilidade e a relação entre ambiente e sociedade, a cultura (estabelecida por significados simbólicos atribuídos por seres humanos para os elementos do ambiente), tanto pode representar a raiz antropocêntrica de dominação da natureza, como pode, por outro lado, contribuir para germinar as sementes para as necessárias transformações sociais. E essas sementes de mudanças, quando encontram-se em convergência entre tradições ocidentais e culturas ameríndias, por exemplo, podem confluir em uma reconciliação do ser humano com a natureza, e dos seres humanos entre si. Essa visão, além de denunciar os limites do modelo insustentável de vida na sociedade atual, também pode indicar futuros possíveis, como “*una utopía movilizadora*”, pois, segundo Gudynas e Evia (1993, p. 14), “*La ecología social es uno de los caminos hacia esa utopía*”⁷⁰

3.1.1 Base conceitual inspiradora

Para iniciar esse debate, é importante que se resgate a emblemática Carta do Cacique Seattle (1768-1866), reconhecida mundialmente como uma das primeiras inspirações para o movimento ambientalista. Datada de 1854, a referida carta foi enviada pelo chefe do povo *Duwamish* ao Presidente Franklin Pierce, dos Estados Unidos, como resposta ao comunicado sobre o seu desejo de compra de suas terras. A partir do estranhamento sobre essa atitude, o líder indígena questionou o presidente estadunidense se seria possível comprar ou vender o calor da terra, o frescor do ar ou o brilho das águas, visto que o seu próprio povo não possuía esses elementos, mas os considerava como sagrados. O Cacique Seattle afirmou, ainda, nessa carta de referência, que “Nós somos parte da terra e ela é uma parte de nós (...) a terra não pertence a ninguém, nós pertencemos a ela. Seu destino é um para nós (...) Nós amamos esta terra como um recém-nascido ama a batida do coração de sua mãe” (KRENAK, 2021, pp. 1, 2).

Essas cosmovisões de povos originários precisam estar, cada vez mais, no centro das discussões socioambientais, devido a sua importância, em termos da sabedoria ancestral, do respeito e do cuidado com o planeta. Isso porque “para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores” (FRANCISCO, 2015, p. 120). Nesse sentido, as tradições culturais, sobretudo de povos originários, segundo Leff (2009), podem representar um importante ponto de partida para orientar o debate no campo da Ecologia Social.

⁷⁰ “uma utopia mobilizadora. A ecologia social é um dos caminhos para essa utopia” (GUDYNAS; EVIA, 1993, p. 14, em tradução livre).

Mas essa Carta do Cacique Seattle, que pode ser considerada como um dos primeiros documentos inspiradores para o campo da Ecologia Social, foi escrita na década anterior à formalização acadêmica do próprio termo *ecologia*. Grafada pela primeira vez, no âmbito das ciências naturais, em 1869⁷¹, pelo biólogo germânico Ernest Haeckel, essa terminologia foi estabelecida para traduzir o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente onde estão inseridos. Mas em seus primórdios, a Ecologia não tinha como premissa a indissociabilidade entre o ser humano e a dinâmica da natureza (GUDYNAS; EVIA, 1993; MOSER, 2018; STOKOLS, 2018; WALDMAN, 2018), o que já estava expresso na própria Carta do Cacique Seattle. O termo Ecologia, na origem, também não envolvia o debate sobre aspectos simbólicos e políticos dessa relação.

Assim, *Ecologia* (*Ökologie*), como um termo moderno, se baseou nas raízes do antigo idioma grego, *oikos* significando casa, e *logos*, estudo. Assim, Ecologia é entendida como o “Estudo da Casa”. Mas na Grécia antiga, o termo *oikos* também poderia corresponder a um grupo social autossuficiente em produção e consumo. Esse termo envolve, portanto, desde a sua origem, ainda que veladamente no início, relações de poder, contradições sociais e oposições político-econômicas. Nesse sentido, a associação do termo Ecologia apenas à ideia de conservação da natureza, no início do debate acadêmico sobre o tema, acabou por ofuscar o contexto sociocultural originário da palavra, que sinaliza para a necessidade de compreensão da natureza com base em suas múltiplas interações socioambientais (WALDMAN, 2018).

Com base nessa perspectiva, a Ecologia nasce na fratura entre as ciências naturais e as ciências humanas. E a Ecologia Social emerge na busca pela superação dessa fratura, com o papel de alertar cientistas da natureza sobre o componente social, assim como para ressaltar as questões dessa dinâmica não apenas diretamente ligadas ao ser humano a cientistas sociais. Para tal, reconhece como essencial os aportes de inúmeras correntes de pensamento, como a ecologia urbana, a ecologia humana, a ecologia política, a antropologia ecológica, a psicologia ambiental, a economia, a geografia, a filosofia, a ecologia profunda (GUDYNAS; EVIA, 1993), entre outras influências, como será discutido posteriormente nesse subcapítulo.

Um dos princípios que orientam o campo da Ecologia Social está relacionado à responsabilidade geracional, conforme documentado em um discurso oficial, ainda no início do século XX. Em uma declaração ao Congresso Nacional, em 1901, o presidente dos Estados Unidos à época, Theodore Roosevelt, mencionou que as ações desencadeadas em um dado

⁷¹ O ano exato da publicação varia de acordo com a referência, sendo 1869, mencionado por Gudynas e Evia (1993), 1866 por Stokols (2018) ou 1886, segundo Waldman (2021).

momento afetam não apenas as gerações do presente, mas também as futuras gerações. Essa noção de solidariedade (inter/intra)geracional, cada vez mais discutida no debate internacional, impulsionada por jovens ativistas pela justiça climática e ambiental, será melhor aprofundada no próximo capítulo da presente tese. Esse princípio de respeito e ética com as próximas gerações, envolvendo os impactos das decisões tomadas no longo prazo, tem como base o provérbio de povos tradicionais, de que “não herdamos a terra de nossos pais, nós a tomamos emprestada de nossos filhos” (ENGELMAN, 2013, p. 5).

Mas o fato é que, quase uma década após esse discurso de Roosevelt, foi iniciado um movimento alternativo na Escola de Chicago, no âmbito da Sociologia Urbana, envolvendo o debate sobre a relação entre os seres humanos entre si e entre eles e a natureza. Criado como um novo campo transdisciplinar de conhecimento, o termo Ecologia Humana foi mencionado pela primeira vez por Ellen S. Richards, em 1907, no livro *Sanitation in Daily Life*. Com enfoque na Ecologia Urbana, e baseado em conceitos como competição, simbiose (solidariedade) sucessão e estabilidade (sustentabilidade) da própria Ecologia, esse campo teve como fundamento a clássica obra de Robert Park, publicada em 1915, intitulada “A cidade: sugestão para a investigação do comportamento humano no ambiente urbano” (GUDYNAS; EVIA, 1993; STOKOLS, 2018). No entanto, a raiz naturalista dessa abordagem, privilegiando a perspectiva biótica em detrimento da social, além da adoção de métodos estatísticos de pesquisa das “ciências duras”, à época, distanciou a Ecologia Humana das Ciências Sociais (FIGUEIRÓ, 2018).

Com inspiração nesse campo, a Ecologia Social passou a ganhar espaço no âmbito da Sociologia no fim da década de 1940, ainda que de modo restrito ao debate sobre estruturas socioespaciais e aspectos biológicos e simbióticos da sociedade. No Dicionário de Sociologia de 1949, Ecologia Social foi definida por Fairchild como “o ramo das ciências que trata da estrutura espaço-funcional das áreas de habitação humana e da distribuição espacial dos traços ou complexos sociais e culturais” (CARVALHO, 2005, p. 51).

Nesse mesmo ano, em um outro dicionário de Sociologia, Junior e Conte definiram Ecologia Social como “o estudo de uma sociedade em relação ao meio (...) é o estudo que repousa sobre a ideia de que todos os fenômenos da vida social são suscetíveis de se exprimir por relações de posição” (CARVALHO, 2005, p. 51). Nessas duas definições iniciais, a perspectiva da Ecologia Social era ainda restrita às relações do ser humano com o espaço em que habita, com foco prioritário aos aspectos físico e geográfico do debate, do que propriamente nos processos culturais relacionados à ação política e transformadora do ambiente.

Posteriormente, na década de 1950, a diferença entre Ecologia, Ecologia Humana e Ecologia Social foi estabelecida por Fontoura (1955), sendo, a primeira, definida como a ciência que estuda as relações entre os seres e o meio. A Ecologia Humana, por sua vez, foi interpretada como o campo de estudos da relação entre os indivíduos e o ambiente, enquanto a Ecologia Social foi demarcada pela abordagem das relações entre os grupos sociais e o meio em que vivem. No entanto, essa diferenciação foi considerada por Carvalho (2005, p. 51) como “bastante simplista, como se tal terminologia se referisse apenas aos agentes ou ao número destes e suas relações com o meio ambiente”, reduzindo a complexidade do debate.

Do início dos anos 1960 até o fim da década de 1970, a conceituação da Ecologia Social permaneceu restrita a aspectos biossociais na sociedade, mas, por influência da Sociologia da Escola de Chicago, passou a adotar outros termos específicos de estudo ecológicos. Assim, a Ecologia Social, segundo o Dicionário de Sociologia da Editora Globo, de 1961, “limita-se ao estudo dos aspectos biológicos e simbióticos da sociedade, quer dizer, da competição e luta pela sobrevivência e perpetuação” (CARVALHO, 2005, p. 52).

Ainda que essas definições sejam vistas como incompletas e obsoletas, é importante mencionar o desenvolvimento do conceito, que nasceu com base em questionamentos no âmbito da biologia e geografia, e vem tendo o seu espectro conceitual progressivamente ampliado, de tal modo que, atualmente, os desafios para sua compreensão e para as suas implicações estão relacionados ao uso abusivo do termo. Isso porque, Ecologia Social vem sendo adotada “para a designação de inúmeras práticas e postulados teóricos que se aplicam desde os cursos de cunho esotérico (...) terapias alternativas (...) chegando até à realização de rigorosas pesquisas científicas” (CARVALHO, 2005, p. 52).

O centenário Murray Bookchin (1921-2006) parte da indissociabilidade entre as preocupações sociais e ecológicas para defender que a ideia de dominar o mundo natural representa um mito enraizado nas relações de dominação entre as pessoas. E esse mito tem como origem o colapso das antigas sociedades tribais da Europa e do Oriente Médio.

Criador da *School of Social Ecology*, na Califórnia, EUA, em 1970, o psicólogo ambiental Daniel Stokols define a Ecologia Social como o estudo das relações entre as pessoas e seus ambientes, a partir de uma perspectiva ampla e interdisciplinar, priorizando os contextos social, psicológico, cultural e institucional das relações pessoas-ambiente. E se concretiza por um escopo mais amplo do que a Ecologia Humana, descrita pelo autor como o estudo das relações entre as pessoas e seus ecossistemas urbanos, com ênfase nos processos biológicos e econômicos de adaptação e distribuição espacial dos problemas de saúde e comportamentais (STOKOLS, 2018).

Mas nessa retrospectiva, foi somente a partir da década de 1980 que esse campo do conhecimento se consolidou de maneira mais efetiva no plano acadêmico, discutindo criticamente o modo insustentável da vida ocidentalizada contemporânea, e também os conflitos distributivos em razão da desigualdade de acesso aos recursos e às condições de vida (FIGUEIRÓ, 2018). Nesse período, a Ecologia Social passou a ser definida segundo dois postulados fundamentais: a) a natureza deve ser considerada como um dado da cultura, em um processo de interação entre o sociocultural; b) as ações voltadas para o desenvolvimento, seja de conservação ou de alteração no ambiente, não devem se dissociar o ser humano, a comunidade local, e a dinâmica cultural (MOREIRA, 2004).

Na concepção de Gudynas e Evia (1993), no entanto, o que pode delimitar a Ecologia Social de outras influências e campos do conhecimento se relaciona ao seu objeto de estudo. Diferenciando-se das Ciências Naturais (Ecologia Animal e Vegetal), o objeto da Ecologia Social está voltado para os sistemas humanos, em interação com os sistemas ambientais. No plano das Ciências Humanas, a distinção está relacionada à forma como o ambiente (natural e construído) é delimitado em sua práxis, conforme sistematizado, pedagogicamente, no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Matriz Pedagógica sobre as bases da Ecologia Social, segundo Gudynas e Evia (1993)

Estudo das interações:		Elementos	Processos
Sistemas humanos		Mulheres, homens, crianças, idosos... Pessoa, conjunto de pessoas, grupos, nações ou conjunto de nações...	Inter-relação com os Processos associados aos Sistemas ambientais
Sistemas ambientais	Subsistema humano	Demais pessoas ou grupos, diferentes dos que já fazem parte dos sistemas humanos, e que estão na inter-relação.	Culturais, políticos, religiosos...
	Subsistema construído	Casas, ruas, cidades, áreas cultivadas, paisagens modificadas pelo ser humano	Crescimento urbano, uso do solo...
	Subsistema natural	Rios, montanhas, fauna, flora, solo, ar...	Degradação, extinção animal, uso do solo...

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Gudynas e Evia (1993).

Essas inter-relações entre o comportamento individual e coletivo, e o contexto físico, institucional e sociocultural em que os comportamentos se manifestam, passaram a ser compreendidas como a base fundamental da Ecologia Social, a partir dos anos 2000. De acordo com a *Encyclopedia of the City* (CAVES, 2005), desde então, a perspectiva interdisciplinar e holística desse campo tem sido adotada em pesquisas sobre problemas sociais e políticos no âmbito das Ciências Sociais e Comportamentais, representando uma evolução desde a proposta da Ecologia Humana, pelo fato de colocar uma ênfase maior nos contextos socioculturais e institucionais envolvidos.

Pode-se afirmar, ainda, que o alvo de investigação da Ecologia Social está voltado para as inter-relações estabelecidas e/ou desenvolvidas (afetos, vínculos, conflitos,

familiaridades e estranhamentos) entre o ser humano, o ambiente, e os fenômenos geradores e decorrentes destas relações (FIGUEIRÓ, 2018).

Nessa retrospectiva, importante mencionar que, uma década após essa definição, a Encíclica Papal *Laudato Si*⁷² (FRANCISCO, 2015) foi publicada, em 2015, versando sobre os cuidados com a Casa Comum, como uma crítica ao consumismo e ao insustentável modelo de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Esse documento oficial do Vaticano representa um marco para impulsionar a reflexão sobre questões socioambientais na doutrina social cristã, abordando temas como a emergência climática e a conservação da biodiversidade. Essa Carta também representa uma resposta à comunidade científica, aos meios de comunicação e às lideranças políticas e econômicas, sensibilizando-as sobre a necessidade de engajamento social para pressionar a liderança global sobre os cuidados com o planeta.

No capítulo dedicado à defesa de uma “Ecologia Integral”, envolvendo as dimensões ambientais, sociais, econômicas, culturais da Ecologia, além da denominada Ecologia da Vida Cotidiana, do princípio do bem comum e da justiça intergeracional, se reafirma, nesse documento, que tudo está interligado. E, sendo assim, essa interdependência de tempo e espaço para a compreensão da complexidade do planeta demanda uma nova via para a construção de conhecimento para a vida em sociedade. Para Francisco (2015),

Se tudo está relacionado, também o estado de saúde das instituições de uma sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida (...) neste sentido, a ecologia social é necessariamente institucional e progressivamente alcança as diferentes dimensões, que vão desde o grupo social primário, a família, até à vida internacional, passando pela comunidade local e a nação. Dentro de cada um dos níveis sociais e entre eles, desenvolvem-se as instituições que regulam as relações humanas (FRANCISCO, 2015, pp. 116-117).

E para ampliar esse engajamento do Vaticano, em maio de 2020, foram lançados os sete *Laudato Si Goals*, objetivos que pretendem inspirar um novo entendimento sobre desenvolvimento, no respeito pela vida e pelo ambiente.

Considerado como um tratado de Ecologia Social, a encíclica papal foi elaborada com base em referências latino-americanas, como o brasileiro Leonardo Boff, e liderada pelo Papa Francisco, que é Argentino. Esse documento fundamental do Vaticano parte dos diferentes olhares, valorizando a perspectiva do Sul Global para a proposição de soluções para os problemas contemporâneos.

Essa perspectiva integrada e interdependente de abordagem do desenvolvimento foi traduzida por Stokols (2018) na obra *Social Ecology in the Digital Age*, que menciona a

⁷² FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica *Laudato Si*. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

Encíclica *Laudato Si* entre as referências do debate. Em sua abordagem para Ecologia Social, Stokols (2018, p. 41) a diferencia das demais por enfatizar as transações entre as pessoas e seus ambientes natural, sociocultural, construído e virtual, em múltiplas escalas. A inclusão do virtual no debate, e a combinação de influências do ambiente físico e da cybersfera na experiência humana, em relação à saúde, ao espectro de comportamentos possíveis e ao compromisso de sustentabilidade representam as questões críticas para a Ecologia Social contemporânea.

Mas a definição mais recente de Ecologia Social foi publicada no “Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento”. Organizada por Kothari *et al.* (2021), sendo essa obra considerada como uma enciclopédia de alternativas sistêmicas ao modelo de desenvolvimento atual. Esse dicionário expressa a confluência de uma diversidade de vozes, práticas, projetos, culturas e cosmovisões, no sentido de um mosaico “dos cinco continentes e dos mares do mundo”, como um “abraço da Terra”.

E entre os inúmeros verbetes traduzidos no dicionário, a Ecologia Social é circunscrita tendo como inspiração o centenário Bookchin, “um dos primeiros pensadores do Ocidente a identificar o imperativo de crescimento do capitalismo como uma ameaça fatal à integridade dos ecossistemas vivos” (TOKAR, 2021, p. 292).

Esse verbete é inspirado, ainda, em influências de indígenas dos Estados Unidos, e de escolas da Teoria Social Crítica, entre elas o Feminismo Ecológico. Com base em princípios sociais igualitários, comuns em culturas indígenas do passado e também atuais, são estabelecidas as diretrizes para a renovação da ordem social. Pautadas na noção de interdependência, de reciprocidade, de unidade na diversidade e de ética da complementaridade, se pretende buscar um equilíbrio de papéis dos diversos setores sociais. Por meio do reconhecimento da democracia direta, a Ecologia Social vem se consolidando, cada vez mais, como um campo de referência na academia, na política e para inúmeros movimentos sociais ao redor do mundo, incentivando a uma práxis que visa “desafiar o *status quo* e a promover visões transformadoras de futuro” (TOKAR, 2021, p. 294).

No plano aplicado, os ecologistas sociais vêm buscando uma renovação da tradição utópica do pensamento ocidental, por meio da combinação de conceitos teóricos e a práxis política. Assim, as ecotecnologias para a produção de alimentos, energia e demais necessidades humanas, aliadas aos princípios de construção verde, redesenho urbano, design ecológico, permacultura, vêm, também, contribuindo para possibilitar uma visão mais integral do mundo natural, sem desconsiderar a necessidade de mudança nos modos de vida atuais. Nesse sentido, “os seres humanos podem participar da natureza de maneiras criativas e

mutuamente benéficas enquanto procuram superar os legados históricos de abuso e destruição” (TOKAR, 2021, p. 295).

E em uma projeção sobre o futuro da Ecologia Social, John Clark (2000) prevê pesquisas voltadas para o desenvolvimento dos sistemas econômicos, políticos e tecnológicos globais, e também, dirigidos à avaliação de suas consequências sociais e ecológicas. Em sua previsão, Clark aborda que:

O projeto de uma Ecologia Social certamente ganhará impulso com a crescente conscientização da crise ecológica global e a deterioração dos laços da comunidade humana. No entanto, será movido e inspirado principalmente por sua fé ecológica afirmativa – por seu amor pela humanidade em todas as suas expressões magníficas, sua admiração pelas diversas manifestações da vida na terra e sua admiração pelo mistério do ser. Também aprenderá a aceitar as limitações humanas e a dimensão trágica da história e deixar de lado as ilusões do progressismo superficial, da fantasia revolucionária e do heroísmo Prometéico. Encontrará esperança antes em uma visão da comunidade humana – livre de sua busca pela dominação de si, dos outros, dos objetos, da natureza – realizando seu próprio bem participando e contribuindo para o bem da comunidade maior de vida. Ao buscar essa visão, a Ecologia Social realiza seu significado mais profundo como uma reflexão sobre o lar da terra, uma reflexão que revela nosso lugar como companheiros em nossa jornada comum (CLARK, 2000, p. 23, em tradução livre).

Partindo do pensamento de Bookchin, Clark (2000) aborda o estágio de rápida transformação, autorreflexão e expansão dos horizontes teóricos da Ecologia Social. Destaca, ainda, a necessidade de ampliar a conexão entre esse campo e demais correntes de pensamento, na busca por uma abertura para diálogos criativos com outras ecofilosofias. E duas décadas após essa publicação de Clark (2000), essa presente tese se constitui como mais uma contribuição nesse campo, na busca por correntes de pensamento que possam dialogar de maneira criativa para se pensar caminhos para os “amanhãs desejáveis”, como será discutido no próximo tópico.

3.1.2 Correntes de pensamento e marcos históricos

Diante do resgate histórico discutido anteriormente, sobre a construção da base conceitual que orienta a Ecologia Social, cuja origem se remete ao contexto de questionamentos no campo das Ciências Naturais e Sociais, nesse subcapítulo pretende-se desenvolver um exercício de sistematização da diversidade de correntes de pensamento na delimitação desse campo. Vale ressaltar que a tentativa de definir esse campo, essencialmente transdisciplinar e complexo, pode indicar linhas tênues entre a Ecologia Social e as correntes que a influenciam e são influenciadas por ela, sobretudo com a Ecologia Humana e a Ecologia Política, por exemplo.

Essa diversidade de abordagens, de temas de debate e suas inter-relações foi também discutida por Carvalho (2005):

À medida que a história da Ecologia Social puder ser contada, e sua natureza complexa e interdisciplinar for melhor esclarecida, entenderemos com uma maior profundidade não apenas o quanto esta influenciou, foi influenciada e tem influenciado diferentes campos de conhecimento que se dedicam ao estudo aprofundado do meio ambiente e suas dimensões, mas também como esta se tornou um dos únicos campos do saber humano com condições de captar e compreender a multicausalidade entre as relações natural, cultural e social que determinam mudanças socioambientais e influenciam a qualidade de vida dos habitantes deste planeta (CARVALHO, 2005, p. 64).

Vale ressaltar, nesse debate, no contexto dessa tese, a expressão “habitantes deste planeta” compreende todas as formas de vida, sejam humanas ou não humanas.

Assim como Carvalho (2005), mencionado na citação anterior, Figueiró (2018) também destacou essa diversidade de campos de conhecimento. Nesse sentido, diante do constante diálogo e das inter-relações entre as diferentes disciplinas, no processo de construção da Ecologia Social,

outras incursões epistemológicas foram importantes para a constituição de um novo campo de pesquisa efetivamente transdisciplinar envolvendo a relação sociedade-natureza (ainda que, muitas vezes, com conflitos e ruídos epistêmicos), como a antropologia ecológica de Julian Steward (STEWART, 1955), a psicologia ambiental de Roger Barker (BARKER, 1968), o ecossocialismo de James O'Connor (O'CONNOR, 1998), a economia ecológica de Nicholas Georgescu-Roegen (GEORGESCU-ROEGEN, 1976), a ecologia profunda de Arne Næss (NÆSS, 1989) e o ecoanarquismo de Murray Bookchin (BOOKCHIN, 1982) (FIGUEIRÓ, 2018, p. 76).

Em termos de correntes de pensamento que vêm demarcando esse campo, a visão de Murray Bookchin (1921-2006) representa o principal ponto de partida. Para esse precursor do campo da Ecologia Social, os problemas ambientais estão profundamente enraizados aos problemas sociais, sendo suas consequências interligadas. Assim, afirma que os danos ecológicos, em geral, espelham os problemas sociais, e o que acontece com o planeta tem rebatimentos em quem nele vive. Essa perspectiva integrada de Bookchin parece dialogar com as denominadas Epistemologias do Sul Global e com as cosmovisões de povos originários, também expressa na Carta do Cacique Seattle, anteriormente contextualizada. Sendo assim, o sentido de dominação da natureza tem como origem a dominação do humano sobre o próprio ser humano, como também discutido por Gudynas e Evia (1993, p. 11). Para Bookchin (1991, p. 6), “nenhum dos principais problemas ecológicos que enfrentamos hoje podem ser resolvidos sem uma profunda mudança social”.

Mas para melhor contextualizar o seu pensamento, é importante abordar a sua própria trajetória, a partir de fontes diversas, como uma publicação na Revista Jacobin, em 30 julho de 2021, quinze anos após o seu falecimento, em 2006⁷³ (WHITE, 2021), inspirada em sua biografia *Ecology Or Catastrophe: The Life of Murray Bookchin* (Ecologia ou Catástrofe: A Vida de Murray Bookchin), de autoria de Janet Biehl, colaboradora, editora e sua parceira por 20 anos. E ainda, o material disponível sobre o curso *A Ecologia Social de Bookchin*⁷⁴ (ITHA, 2021), além dos debates durante a *Conferência 100 anos de Murray Bookchin*⁷⁵ (TRISE, 2021).

Nascido em 1921, em uma família de judeus russos, forçados a migrar para Nova Iorque em razão do fracasso da revolução de 1905, Bookchin teve a infância marcada por histórias de revolucionários, sendo claramente influenciado por sua avó, integrante do *Partido dos Socialistas Revolucionários*, da Rússia. Inserido no contexto da Grande Depressão, com a Crise de 1929, em Nova Iorque, Bookchin foi abandonado pelo pai, enfrentando dificuldades financeiras com sua mãe para sobreviver, dependendo de cozinhas públicas para se alimentar, chegando a viver, por um período, nas ruas, por dificuldade de acesso à moradia. A articulação com outros imigrantes da cidade, a educação política e a participação em uma organização de jovens militantes contribuiu, assim, para seguir o seu caminho adulto em sindicatos e em partidos políticos socialistas e, posteriormente, anarquistas (WHITE, 2021).

Conciliando ativismo político e pesquisa acadêmica em toda sua trajetória, é considerado como um dos pioneiros no debate socioecológico em função de seu artigo intitulado *The Problem of Chemicals in Food* (O Problema dos Químicos na Comida), publicado em 1952, sobre a relação entre os problemas socioambientais e as contradições do capitalismo. Dez anos após essa obra, publicou, também, o livro *Our Synthetic Environment* (Nosso Ambiente Sintético) sobre a abundância do pós-guerra, como resultado do processo de degradação ambiental. Vale ressaltar, ainda, que essa obra foi publicada seis meses antes da obra de referência do debate socioambiental de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que se tornou mundialmente conhecida como um marco do movimento ambientalista (ITHA, 2021; TRISE, 2021; WHITE, 2021).

⁷³ “Ecologia Ou Catástrofe: A Vida de Murray Bookchin”, em tradução livre, obra de Janet Biehl, publicada em 2015, com um resumo publicado em 2017 no periódico *Ecopsychology*, disponível em <<https://www.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/eco.2017.0028?journalCode=eco>>.

⁷⁴ Curso oferecido pelo *Instituto de Teoria e História Anarquista* (ITHA), em outubro e novembro de 2021. Informação disponível em <<https://ithanarquista.wordpress.com/2021/09/21/minicurso-a-ecologia-social-de-murray-bookchin/>> e aulas disponíveis em <<https://youtu.be/j9caplbcbs>>

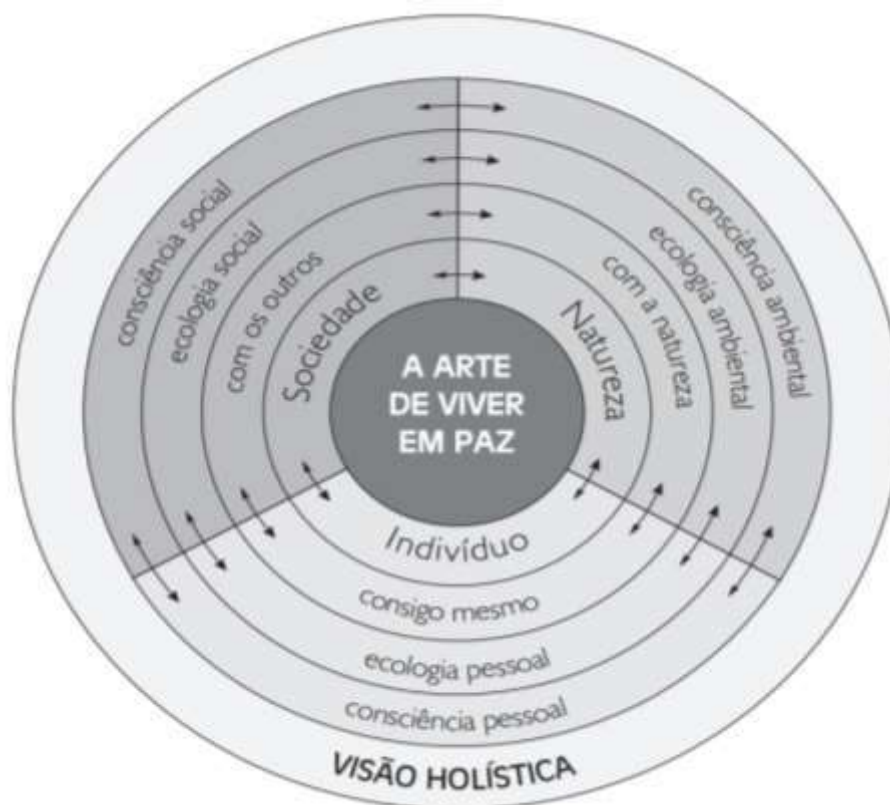
⁷⁵ Organizado pelo *Transnational Institute of Social Ecology* (TRISE). Disponível em <<https://youtu.be/7-AgB1h90A8>> Acesso em 29 set. 2021.

Ainda nessa década, em 1965, Bookchin publicou *Crisis in Our Cities* (Crises em nossas cidades), associando as crises do ambiente urbano às crises do ambiente natural. No entanto, seus livros não tiveram o impacto esperado e necessário à época, não chamaram a atenção do público, em geral, nem da esfera acadêmica, apesar da grande circulação na imprensa alternativa dos ensaios *Ecology and Revolutionary Thought* (Ecologia e Pensamento Revolucionário), em 1964, e *Towards a Liberatory Technology* (Rumo a uma Tecnologia Libertadora), em 1965. Isso porque a sua linha de pensamento era percebida com ressalvas e resistências, e sua figura chegou a ser associada a um “Smokey the Bear”, personagem educativo utilizado para sensibilizar jovens sobre as salvaguardas socioambientais. Assim, esse teórico e ativista só teve espaço no contexto mais radical da contracultura, à época. Mas a produção de inúmeros livros e artigos lhe garantiu a cadeira de professor, no plano acadêmico, integrando, também projetos no extramuros da academia. Alguns anos depois, fundou o *Institute For Social Ecology* (ISE), em 1974, em Vermont, nos Estados Unidos, com a parceria do antropólogo Dan Chordokoff, organização que permanece em funcionamento atualmente (WHITE, 2021).

Pioneiro em apontar a emergência climática como problema definidor da época em curso, na década de 1970 já criticava a ideia de ambientalistas que defendiam a “natureza selvagem”, compreendendo que o futuro demandaria uma nova visão ecológica das cidades, a partir de uma Ecologia Urbana Social. Ao reconhecer a indissociabilidade entre história social e história natural, Bookchin defendia ser enganosa a tendência de generalização da culpa pela crise socioambiental produzida pelo capitalismo. E assim, argumentava que a Ecologia Social deveria rejeitar a visão misantrópica (repulsa ou aversão à humanidade) de que humanos são “degradadores ambientais”. Defendia o reconhecimento do papel da humanidade para administrar de maneira criativa a própria Terra (WHITE, 2021).

E entre as premissas defendidas por Bookchin, a noção de “totalidade” constitui uma referência e representa, para o autor, um complexo de estruturas, relações e mediações para possibilitar uma diversidade de formas com características únicas. Segundo Figueiró (2018), essa noção de totalidade poderia ser relacionada ao paradigma holístico sistematizado por Pierre Weil, em 1993, que indica ser a unidade o resultado da conexão entre a escala do indivíduo, da comunidade e da natureza, conforme pedagogicamente apresentado na Figura 4, a seguir:

Figura 4: Representação da visão holística, da interação do indivíduo com a comunidade e a natureza.



Fonte: Weil (1993, p. 41)

Com uma trajetória pioneira no debate crítico sobre sustentabilidade, à época, Bookchin, que faria 100 anos em 2021, e faleceu em 2006, deixa um legado fundamental a ser preservado independentemente de compartimentos “vermelhos”, “pretos” e “verdes”. White (2021) faz referência a essas cores por sua atuação política plural e pulsante em uma perspectiva marxista, em um primeiro tempo e, em seguida, associada ao anarquismo (se tornando ele um dos principais nomes dessa corrente ideológica), mas também por suas contribuições no campo da ecologia. Ao romper com o anarquismo em 2002, passou a se autodenominar comunalista, deixando o seu pensamento ecológico registrado em inúmeras obras, como *Post-Scarcity Anarchism* (1971); *Towards an Ecological Society* (1980); *The Ecology of Freedom* (1982); *The Philosophy of Social Ecology* (1995); e *Re-Enchanting Humanity* (1995), entre inúmeras outras referências disponíveis no *website* do *Institute For Social Ecology* (ISE)⁷⁶.

Essa crítica radical relativa à busca desenfreada por tecnologia, produção e consumo, sem considerar valores éticos e custos socioambientais também está presente no campo da Ecologia Profunda, outra corrente que parece ter influenciado o campo da Ecologia Social. Nesse contexto, alguns dos seus princípios estão relacionados à visão sistêmica e

⁷⁶ Obra completa disponível em <<https://social-ecology.org/wp/learn/published-books/>>

interdependente da natureza, e o reconhecimento do valor de todos os seres vivos, independentemente de seu valor utilitário ou financeiro. Além disso, Carvalho (2005, p. 41) afirma que “forçou-se a natureza quase ao ponto de ruptura; assim, a ecologia veio a ser o grito que se chama revolução”, citando as palavras de Donald Woster (1985) sobre a perspectiva crítica e revolucionária da Ecologia Profunda a respeito da relação entre a humanidade e o planeta.

O Ecofeminismo representa mais uma corrente de pensamento que contribuiu com importantes reflexões para a Ecologia Social, com foco em três pontos principais: a) o profundo questionamento das inter-relações sociais, denunciando posturas preconceituosas (racismo, sexismo e antropocentrismo), dominadoras (patriarcado), autocráticas (desigualdade na participação política) e sexistas (exploração de mulheres); b) a busca por alternativas viáveis para os problemas no contexto de crise civilizatória, como o consumismo, o individualismo, a crise de valores, as desigualdades sociais, a violência, a destruição socioambiental, o modelo capitalista de desenvolvimento, entre outros desafios; c) uma perspectiva inovadora da restauração das conexões entre razão e emoção, por meio da fruição e do reconhecimento da beleza da natureza, como uma grande mãe a ser respeitada, substituindo o sentido de patriarcado pelo igualitarismo interdependente entre mulheres e homens. Esse olhar renovador pretendeu transformar tanto o Ecologismo como o próprio Feminismo (CARVALHO, 2005).

Esse debate sobre as lutas pela desconstrução e reconstrução do conceito de natureza com base no ecofeminismo também pode ser compreendido a partir do pensamento denominado como “monocultor hegemônico”, por Vandana Shiva, física, ativista ambiental e defensora da soberania alimentar. Segundo essa importante referência para o Ecofeminismo, antes de ser um modo de produção, a monocultura constituiu uma forma de pensamento, que simplifica, homogeneiza e destrói a diversidade da vida (FIGUEIRÓ, 2018). Segundo Shiva (2020), “a criatividade e a produtividade das mulheres são os fundamentos dos sistemas de conhecimento e das economias, apesar de ser invisíveis aos olhos do patriarcado capitalista”.

Essa denúncia ao sistema capitalista também encontra espaço nas conexões entre a Ecologia Social e o Ecosocialismo, outra corrente de influências voltada à construção de sociedades sustentáveis e à visão da natureza não banalizada como mercadoria. Assim, o progresso não pode desconsiderar a desigualdade social e a fragmentação do conhecimento, mas valorizar a diversidade cultural, a igualdade de direitos sociais e a promoção de sustentabilidade socioambiental (CARVALHO, 2005).

O Ecosocialismo associa aspectos do marxismo, do socialismo, de políticas partidárias “verdes” e da alter-globalização, e acusa o capitalismo neoliberal como o responsável pela exclusão social, pelo empobrecimento, e pela degradação ambiental. Portanto, o dismantelamento do capitalismo e do Estado, visando à propriedade coletiva dos meios de produção pelos produtores, seria um caminho possível para a restauração do bem comum (TRANNIN, 2011).

Vale ressaltar, ainda, que os princípios filosóficos do Ecosocialismo são também compartilhados pela Ecologia Política. Incorporando ideais de uma perspectiva socialista descentralizada, essa vertente de pensamento, com importantes relações com a Ecologia Social, se constitui como uma via não autoritária e nem produtivista para se pensar a relação sociedade-natureza, o que a aproxima do socialismo utópico e de correntes anarquistas e libertárias. Assim, a Ecologia Política, além de ser compreendida como um campo acadêmico de produção de conhecimento crítico, também se estabelece como “um movimento político e cultural de intersecção de feministas, ambientalistas, pacifistas, libertários e defensores dos direitos humanos e da justiça social” (FIGUEIRÓ, 2018, p. 77).

A natureza da Ecologia Política, centrada em pensamentos, ações e na postura ética de respeito a todas as formas de vida no planeta, “descoloniza o conhecimento e a formação de novos pensadores, na medida em que a educação convoca o indivíduo a deslocar-se da formação intelectual estritamente passiva e reflexiva para a construção de atitudes transformadoras” (FIGUEIRÓ, 2018, p. 78). Assim, compreende a totalidade do ser e de suas relações, contrariando a ideia de uma educação voltada para os jovens como uma engrenagem dos mecanismos de produção.

Pelas razões mencionadas, a Ecologia Política se difunde como uma “interdisciplina”, aliando organização política da sociedade e a compreensão das dinâmicas da natureza com as formas históricas de geração das desigualdades. Esse território pulsante de reflexão se constitui no encontro de disciplinas, pensamentos, éticas e movimentos sociais, questionando os modos de vida da sociedade contemporânea, que têm desnaturalizado a natureza e naturalizado as desigualdades sociais. Portanto, “a ecologia política se localiza em um território metadisciplinar a partir do qual as questões ambientais podem ser recodificadas e reinterpretadas no contexto da integração entre a natureza, a cultura, a economia e a política” (FIGUEIRÓ, 2018, p. 78). Assim, tanto a Ecologia Política, como a Ecologia Social, partem de uma análise ética e crítica do projeto de sociedade pautada em um modelo de desenvolvimento dependente da exploração irresponsável da natureza.

No entanto, é também importante enfatizar uma tendência de despolitização do debate socioambiental, a partir dos anos de 1990, por meio da crença otimista no mercado, e da fé na tecnologia para a resolução dos problemas ecológicos, sem que se invista em uma mudança profunda nos modos de vida da sociedade. Contrários a essa falácia, os campos da Ecologia Social e da Ecologia Política buscam “representar uma espécie de ‘última chance civilizacional’ de reencantar as sociedades e promover através de um paradigma até então nunca visto, um conjunto de novas posturas, atitudes e comportamentos” (CARVALHO, 2005, p. 151) na relação da humanidade para/com a natureza.

O “desencantamento do mundo”, que a civilização contemporânea vem consolidando por meio da economia e dos interesses do mercado, em detrimento das demais condições de existência, foi também discutido por Serge Moscovici (1928-2014)⁷⁷. Segundo essa importante referência no campo da Ecologia Social e Política, a natureza deve ser apropriada pela cultura para o “reencantamento do mundo”. E assim, promover novas vias para a articulação entre o ser humano, a sociedade e a natureza (MOSCOVICI, 2007).

Em sua autobiografia, intitulada *Chronique des années égarées* (Crônica dos anos errantes), publicada em 1997, Moscovici descreve o sofrimento vivido durante a guerra, que marcou profundamente sua vida. Sua vivência como refugiado influenciou a sua leitura de mundo, como narrado no documentário *Moscovici, Natureza e Sociedade*, produzido pelo Programa EICOS⁷⁸. Nesse testemunho, o psicólogo social aborda temáticas como a conexão da natureza com a cultura e questões sociais envolvidas, além de comentar sobre sua trajetória pessoal e vida acadêmica. Uma década após a publicação de sua autobiografia, em 2007⁷⁹, foi lançado no Brasil o seu livro “Natureza: para pensar a Ecologia”, publicado pelo Programa EICOS.

⁷⁷ Nascido em família de origem judaica, na Romênia, Moscovici foi expulso da escola em 1938 pela lei antissemita. Dez anos depois, migra como refugiado político para Paris. Formado em Psicologia, teve como disciplina favorita “Psicologia da vida social”. Recebeu o diploma da Escola Prática de Altos Estudos, com uma tese sobre a ciência, o conhecimento e a natureza.

⁷⁸ Entrevista realizada em 2008, pelas professoras Tânia Maciel e Inácia D’Ávila, em Paris. Edição: Cecília Figueiredo, Narração: Eliana Ribeiro, Roteiro: Maria Inácia D’Ávila. Disponível em <<https://labimagenseicos.wordpress.com/2014/08/20/moscovici-natureza-e-sociedade/>>

⁷⁹ Em 2007 foi criado o Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social Serge Moscovici na UnB (<http://www.centromoscovici.unb.br/apresentacao/historia>), quando esteve no Brasil para receber o título de Doutor Honoris Causa na UnB. Nesse mesmo ano, Moscovici assinou um acordo permitindo a difusão da totalidade de suas publicações no site *Les Classiques des Sciences Sociales* (http://classiques.uqac.ca/contemporains/moscovici_serje/moscovici_serje.html). Para ampliar e apoiar a difusão de sua obra no plano internacional, foi formada a Rede Mundial de Serge Moscovici (REMOSCO) (<http://remosco.hypotheses.org/>), com sede na *Fondation Maison des Sciences de l’Homme* (FMSH), em 2014, na França. E em 2016 foi criada a Cátedra Franco-Brasileira Serge Moscovici (<http://www.fcc.org.br/fcc/catedra-franco-brasileira/apresentacao>), com o objetivo de fortalecer as cooperações científicas em uma perspectiva psicossocial das representações sociais, com um debate interdisciplinar.

Também na conexão com as bases da Ecologia Social, os caminhos da cartografia da subjetividade, de Félix Guattari (1930-1992) representam alternativas interessantes rumo à transformações micropolíticas. O psicanalista e filósofo compreende o pensamento como uma ferramenta de luta social, partindo da noção de *ecosofia* para discutir sobre a sociedade e suas formas de semiotização coletiva na relação com a natureza, firmando as bases para elaborar suas “Três Ecologias” (GUATTARI, 1990).

Segundo Guattari (1990), os modos de vida e de produção da existência humana, no momento histórico atual, se constituem como uma problemática contemporânea que conduzem ao contexto de crise civilizatória. Portanto, torna-se fundamental considerar a possibilidade de se existir em contextos mais justos, éticos e que proporcionem formas de se reinventar novos modos de se viver, de maneira sustentável ecologicamente, também sintonizadas com o reconhecimento das profundas desigualdades sociais e das populações empobrecidas, para se buscar práticas coletivas e democráticas na luta por qualidade de vida e justiça social.

Ao acrescentar a dimensão subjetiva nessa relação indissociável entre sociedade e natureza, Guattari (1990) propõe uma articulação ético-política para se promover o engajamento efetivo da sociedade em causas de interesse coletivo. Ressaltando a necessidade de transformação do sistema econômico-capitalista vigente, baseado na produção de desejos para impulsionar o consumismo, o psicanalista francês acredita que não existe resposta à crise ecológica que não seja uma mudança profunda de valores em escala planetária. Assim, o referido filósofo e militante defende uma revolução política, social e cultural para reorientar os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Para ele, esta revolução deverá envolver não apenas as relações de forças visíveis em grande escala, mas também incluir os domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência e do desejo.

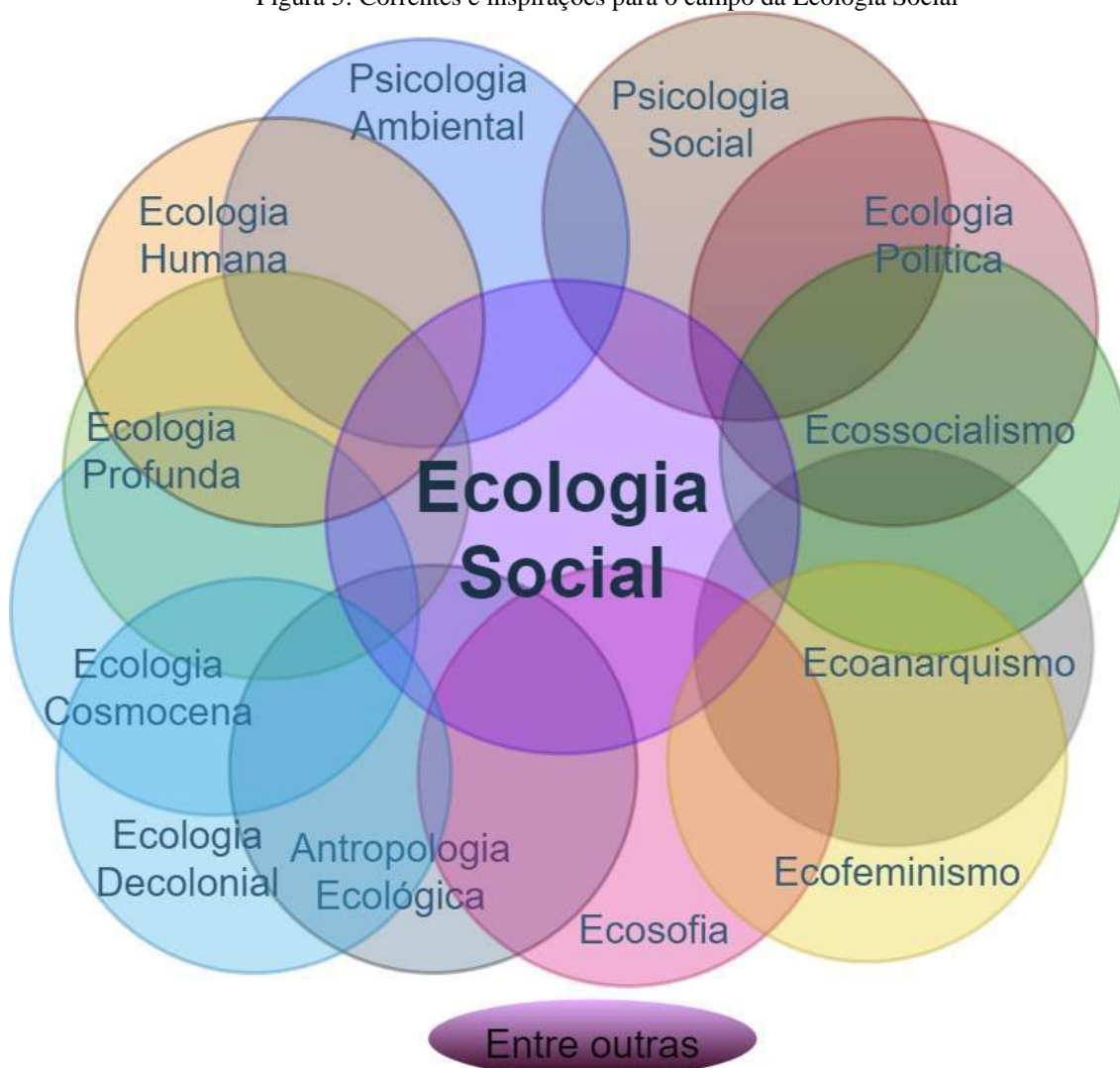
Essa crítica ao processo ininterrupto de criação de necessidades e desejos pela via do mercado, gerados pelo binômio produção/consumo, segundo Edgar Morin (2015), origina uma engrenagem de novos prazeres e satisfações, transformando o consumo em consumismo, sendo este um produto e também um elemento produtor da civilização ocidental. Mas, devido à universalização, cada vez maior, dessa “intoxicação consumidora”, o pensador francês defende vias reformadoras que busquem o equilíbrio do consumo, inspirado por culturas e conhecimentos tradicionais. Esse importante autor para a presente tese propõe a educação como um caminho para problematizar o que denomina como “intoxicação civilizacional”.

Vale ressaltar que a presente tese celebra o centenário de três importantes referências, em 2021 – Edgar Morin, Murray Bookchin e Paulo Freire – tecidas com elementos diferentes

e outros interdependentes. Considerado como um dos maiores pensadores vivos e em atividade, Morin vem ministrando palestras e publicando livros no ano de seu centenário, como o *Lições de um século de vida* (MORIN, 2021)⁸⁰, sendo homenageado por inúmeras organizações ao redor do mundo. Até uma história em quadrinhos⁸¹ sobre sua biografia foi criada, publicada no *website* dedicado a sua vida e obra.

Com base nas complexidades das discussões conduzidas até aqui, sobre o percurso histórico, as doze principais correntes de influências para a Ecologia Social, as aproximações e inspirações desse campo foram ilustradas em um *Diagrama de Venn*, e estão expressas na Figura 5, a seguir:

Figura 5: Correntes e inspirações para o campo da Ecologia Social



Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base nas referências que fundamentam a tese.

⁸⁰ Mais informações disponíveis em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/609920-prestes-a-completar-100-anos-edgar-morin-percorre-os-equivocos-de-sua-vida-em-novo-livro>>

⁸¹ HQ Edgar Morin, disponível em <<https://emorin.com.br/hq-em-portugues/>>

A diversidade dessas correntes, influências e vieses de aproximações e de inspirações para esse campo envolve uma pluralidade ampla e até alguns pontos antagônicos, que se cruzam e se complementam de maneira dinâmica e fluida, podendo desencadear inúmeros desdobramentos. Vale ressaltar que todas as vertentes mencionadas convergem e estão alinhadas ao objetivo de denunciar as falhas e as limitações do projeto insustentável da sociedade contemporânea no contexto de crise civilizatória, independentemente do percurso epistemológico adotado para orientar os seus caminhos. Cada uma dessas abordagens pode se desdobrar em inúmeras outras perspectivas analíticas, tendências e visões de mundo, sendo delimitadas por linhas tênues. Mas, de uma forma geral, e para fins de uma maior compreensão dos argumentos defendidos, as principais correntes identificadas estão pedagogicamente sistematizadas no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4: Matriz-síntese sobre as correntes de influência no campo da Ecologia Social

	Correntes	Origem	Referências	Algumas das tendências	Fundamentos	Propostas	Princípios
1	Ecologia Social proposta por Bookchin EUA e Canadá, Ecoanarquismo	1962, na obra <i>Our Synthetic Environment</i>	Murray Bookchin, Diretor emérito e cofundador do <i>Institute For Social Ecology</i> (ISE), nos EUA, e uma importante referência para movimentos sociais, políticos e para o ecoanarquismo.	A crise ambiental é o resultado da organização hierárquica do poder e da mentalidade autoritária, enraizada nas estruturas da sociedade. É caracterizada, ainda, pela ideologia ocidental de dominação da natureza pelo ser humano.	Relação direta entre problemas ecológicos e sociais, sendo a crise ambiental como um resultado direto do sistema capitalista.	Construção de uma nova sociedade, por meio da reconstrução social a partir de conceitos ecológicos, para eliminar as formas de hierarquias, incentivar democracias e romper com a lógica de dominação da natureza.	Redução do consumismo e adoção de valores éticos para estimular a harmonia e o equilíbrio entre seres humanos e a natureza.
2	Ecologia Social Europeia Egon Becker ISOE Alemanha – Europa	1989, criação do ISOE					
3	Psicologia Ambiental Daniel Stokols EUA						
4	Psicologia Social Moscovici						
5	Ecologia Social na América Latina CLAES Eduardo Gudynas						
6	Ecologia Cosmocena						
7	Ecologia Decolonial						
8	Antropologia Ecológica						
9	Ecologia Social no Brasil Programa EICOS Brasil						
10	Ecologia Humana						
11	Ecologia Profunda (<i>Deep Ecology</i>)	Anos 1970	Arne Næss (filósofo norueguês), Jonh Seed, George Sessions, Bill Deval, Pat Fleming, John Clark e Fritjof Capra.	a) Escola filosófica sobre a relação entre ser humano e natureza; b) base para ações de movimentos sociais; c) percepção ampla, mística ou espiritual de pertencimento ao cosmos.	Orientada para uma mudança no estilo de vida, voltado para uma perspectiva ecológica e radical.	Nova percepção da existência e do papel dos seres humanos no ecossistema planetário, interligados formando uma Teia da Vida.	Ecocentrismo ou Biocentrismo. Princípios éticos voltados para todas as formas de vida no Planeta.
11	Ecofeminismo	Anos 1970	Françoise d'Eaubonne (pensadora francesa),	a) Clássico (visão mais radical), b) Espiritualista (visão mística,	Crítica à dominação patriarcal de	Celebração da vida e valorização da força da	Resgate da imagem da natureza como

			Vandana Shiva (física e filósofa indiana), entre outras.	Filosófica-religiosa) e c) Construtivista (valorização do saber tradicional e da prática cotidiana das mulheres para a conservação).	mulheres e da natureza, em uma relação de abuso, desrespeito.	natureza, com práticas coletivas de reconexão.	Mãe Terra, símbolo da vida e da esperança, a ser conservada.
12	Ecologia Política Leff						
13	Ecosofia Guattari						
14	Ecosocialismo (Ecomarxismo, Socialismo Ecológico, Socialismo Verde, Ecologia Socialista)	Se fortalece a partir dos anos 1990	Michael Löwy, pensador marxista brasileiro radicado na França. Tem como inspiração exemplos, como Chico Mendes.	Socialismo como caminho para sustentabilidade, pois o ambiente não pode pertencer a alguém (indivíduo, grupo, empresa e nem a uma espécie). A natureza não pode ser tratada como mercadoria.	A responsabilidade pela crise, embora comum, deve ser diferenciada entre ricos e pobres, e entre as empresas poluidoras.	Ecologismo como instrumento de afirmação da cidadania para impulsionar mudanças sociais.	Sustentabilidade é incompatível com capitalismo neoliberal e socialdemocrata. Contrário ao ecocapitalismo.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Carvalho (2005), Figueiró (2018) e Trannin (2011).

Entre essas e outras incursões epistemológicas fundamentais para a configuração da Ecologia Social, a Psicologia Ambiental se constitui, também, como um eixo essencial na presente tese, e orienta as discussões do próximo capítulo. Mas são diversas as inspirações para o delineamento da Ecologia Social, conforme discutido por Carvalho (2005) como correntes que, de alguma forma, iluminam as produções desenvolvidas no âmbito do Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), e será discutido no último tópico desse capítulo.

Mas foram identificados preceitos básicos para definir Ecologia Social, que serão apresentados no próximo tópico para orientar o debate na presente pesquisa. Pautadas na multidimensionalidade de tensões de ordem sociocultural, político-econômica e psicossubjetiva, essas premissas decorrem de um modelo insustentável de civilização, na busca por meios de enfrentamento, de maneira consciente, crítica e participativa.

3.1.3 Instituições de Pesquisa e Centros de Referência

Esse subcapítulo parte da busca pela ampliação do debate sobre as potencialidades da lente interdisciplinar da Ecologia Social, para ilustrar as principais temáticas relacionadas a esse campo complexo. No intuito de complementar a abordagem teórica, previamente apresentada, se buscou um olhar atento dirigido às Instituições de ensino e aos centros de Investigações em Ecologia Social, de referência, terreno teórico de ancoragem da tese. Os resultados dessa imersão, estão sistematizados no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5: Matriz-Síntese das Instituições de ensino e centros de pesquisa de referência em Ecologia Social

Instituição	Ano	Localidade	Links de acesso aos seus <i>websites</i>
<i>School of Social Ecology</i> , UC Irvine	1970	Califórnia, EUA	https://socialecology.uci.edu/ https://uci.edu/academics/social-ecology.php
<i>Institute for Social Ecology</i> (ISE)	1974	Canadá e EUA	https://social-ecology.org/wp/
Núcleo de Ecologia Social (NESO) do Laboratório Nacional de Engenharia Civil	1984	Portugal, Lisboa	Não tem site. Plano Estratégico do NESO de 2009-2012 disponível em http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/handle/123456789/1000326
Centro Latino-Americano de Ecología Social (CLAES)	1989	Uruguai	https://ambiental.net/sobre-claes/
Rede Latino-americana y Caribeña de Ecología Social (RedLACES)	1989	Uruguai	https://ecologiasocial.com/ https://ecologiasocial.com/red-de-ecologia-social/
Programa EICOS/UFRJ	1989	Brasil, Rio de Janeiro	http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/
<i>Institute for Social Ecological Research</i> (ISOE)	1989	Alemanha, Frankfurt	https://www.isoe.de/en/institute/history/ https://www.greentalents.de/isoe.php
Toplumsal Ekoloji Grubu / Istanbul Social Ecology Group	1995	Turquia, Istanbul	https://www.ekoloji.org/te-grubu-hakkinda/istanbul-sosyal-ekoloji-grubu

Social Ecology Programs at the University of Western Sydney	1996	Australia, Sydney	https://www.westernsydney.edu.au/future/study/courses/postgraduate/master-of-education-social-ecology
Instituto Ecosocial	2002	Brasil, São Paulo	https://ecosocial.com.br/
SEEDS: Social Ecology Education Demonstration School	2005	EUA, Washington	https://www.opengreenmap.org/pt-br/greenmap/social-ecology-worldwide/seeds-social-ecology-education-demonstration-school-14583
Transnational Institute for Social Ecology (TRISE)	2013	Grécia	http://trise.org/ https://youtu.be/7-AgB1h90A8
Institut d'Écologie Sociale et de Communalisme (IESC) / Institute of Social Ecology and Communalism (ISEC)	2020	França	http://trise.org/2020/03/12/founding-of-the-social-ecology-and-communalism-institute-iesc-in-france/
<i>Institute of Social Ecology (SEC), Universität für Bodenkultur Wien</i>	-	Áustria, Viena	https://boku.ac.at/en/wiso/sec https://boku.ac.at/en/about-boku https://www.sume.at/iff
Social Ecology Lab, Stanford University, Califórnia	-	Califórnia, EUA	https://socialecology.stanford.edu/
Resilient Social-Ecological systems, University of Tasmania	-	Australia, Tasmania	https://www.utas.edu.au/built-digital-natural/geography-and-spatial-sciences/research/resilient-social-ecological-systems
European Social Ecology Institute	-	Europa	http://www.europeansocialecologyinstitute.org/
Social-Ecological Resilience for Sustainable Development - Master's Programme	-	Estocolmo, Suécia	https://www.su.se/english/search-courses-and-programmes/nsrho-1.411500?open-collapse-boxes=program-detail
Instituto de Estudos da Religião (ISER) - Setor de Ecologia Social	-	Brasil, Rio de Janeiro	Não foram encontradas informações sobre o Setor no <i>website</i> oficial do ISER

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Carvalho (2005), Stokols (2018), ISE (s.d.) e demais pesquisas na internet.

Entre as dezenove instituições previamente mapeadas, sete encontram-se no continente europeu, cinco estão localizadas na América Latina, quatro estão na América do Norte, duas na Austrália e uma na Turquia. De acordo com o mapeamento realizado, as Instituições de Ensino e Pesquisa de referência em Ecologia Social começaram a ser criadas na década de 1970, nos EUA. Mas a partir dos anos 1980 se espalharam pela Europa e pela América Latina, e nos anos 1990, pelo Oriente Médio e Oceania.

No contexto internacional, a pioneira *School of Social Ecology*, criada em 1970 na Universidade da Califórnia, EUA, foi concebida pelo psicólogo ambiental Daniel Stokols, Professor Emérito de Ecologia Social nos *Departamentos de Psicologia e Comportamento Social e Planejamento, Política e Design*. Stokols relata sua jornada pessoal, acadêmica e as origens da Escola, na obra “*Social Ecology in a Digital Age: Solving Complex Problems in a Globalized World*” (Ecologia Social na Era Digital: resolvendo problemas complexos em um

mundo globalizado). Publicado em 2018, esse livro recebeu o prêmio *Society for Human Ecology's 2018 Gerald Young Book Award*⁸².

A cronologia da criação da Escola de Ecologia Social, na UCI foi, também, mencionada na palestra *Social Ecology: Integrative Science for a Complex World*⁸³ (Ecologia Social: Ciência Integrativa para um Mundo Complexo). Nessa palestra, ministrada no *Institute for Social Ecological Research (ISOE)*, da Alemanha, em fevereiro de 2018, quando Stokols apresentou a sua trajetória na construção desse Programa e da Escola, conforme ilustrado na Figura 6, a seguir:

Figura 6: Coletânea de fotos associadas à história da Escola de Ecologia Social, na UCI, EUA.



Fonte: STOKOLS (2018, slides 31 e 32)

Na referida palestra, no âmbito da série de seminários *ISOE-Lecture: Knowledge for transitions towards sustainable development* (Conhecimentos para Transições Rumo ao Desenvolvimento Sustentável), Stokols (2018) mencionou, também, alguns centros de pesquisa de referência em Ecologia Social no mundo. Além das Escolas de Ecologia Social de Estocolmo, Frankfurt e Vienna, foram, também, enfatizadas na ocasião, a Universidade de Western Sydney, na Austrália, o Centro Latino-Americano de Ecologia Social (CLAES), no Uruguai e, o Instituto de Ecologia Social, em Vermont, no nordeste dos EUA, conforme coletânea de slides na Figura 7, a seguir:

⁸² Disponível em <<https://www.societyforhumanecology.org/awards>> Acesso em 20 set. 2021.

⁸³ “Ecologia Social – Ciência integrativa para um mundo complexo”, Disponível em: <https://www.isoe.de/fileadmin/Edit/PDF/Lehre/ISOE-Lecture/Stokols_ISOELecture_slides.pdf>

Figura 7: Coletânea de slides de Stokols (2018) sobre escolas de Ecologia Social no mundo



Fonte: STOKOLS (2018, slides 56 e 57)

Esses e os demais centros de pesquisa de referência em Ecologia Social previamente apresentados no Quadro 5 serão melhor detalhados ao longo desse subcapítulo. Em sintonia ao conteúdo abordado no capítulo teórico da presente tese, na palestra ministrada por Stokols (2018), também foi mencionada a tendência de ampliação desse campo, globalmente, e a Encíclica *Laudato Si'* (FRANCISCO, 2015), do Vaticano, publicada em 2015, como referência da Ecologia Social, conforme registro do slide ilustrado na Figura 8, a seguir:

Figura 8: Slide de Stokols sobre a expansão da Ecologia Social e a Encíclica *Laudato Si'*



Fonte: STOKOLS (2018, Slide 55)

Relevante enfatizar, ainda, a participação de Stokols na Convenção da Divisão 34: *Society for Environmental, Population, and Conservation Psychology* (Sociedade de

Psicologia Ambiental, Populacional e da Conservação), da Associação Americana de Psicologia (APA). Realizado em agosto de 2021, o evento contou com uma palestra de Stokols intitulada *Contextual Influences on Theory Development and Research in Environmental Psychology: From the Great Acceleration to the Anthropocene*⁸⁴ (Influências Contextuais no Desenvolvimento de Teorias e Pesquisas em Psicologia Ambiental: da Grande Aceleração ao Antropoceno⁸⁵). O pesquisador foi, também, o conferencista principal no XVI Congresso de Psicologia Ambiental da Associação Ibérica de Psicologia Ambiental (PSICAMB)⁸⁶, em abril de 2022, o que reafirma o seu papel na consolidação da Ecologia Social e na construção da base conceitual da Psicologia Ambiental.

A *School of Social Ecology* vem, também, realizando inúmeras pesquisas ao redor do mundo, conforme o mapeamento disponível em seu *website*, ilustrado na Figura 9, a seguir:

Figura 9: Pesquisas desenvolvidas pela *School of Social Ecology* UCI no mundo



Fonte: *Website* oficial da Escola de Ecologia Social, da UC Irvine (2022, online⁸⁷).

Nesse mapeamento, até julho de 2022, apenas duas pesquisas haviam sido registradas nesse campo na América do Sul, no entanto, nenhuma no Brasil. Na região, um dos estudos identificados estava em desenvolvimento no Paraguai, sendo Richard Matthew responsável pela investigação, em Planejamento Urbano e Políticas Públicas, no Programa de Erradicação da Pobreza, do Programa *Poverty Stoplight*⁸⁸. E uma outra pesquisa foi registrada no Chile, liderada por Roxane Cohen Silver, especialista em Psicologia e Comportamento Social, que

⁸⁴ Programação completa do evento disponível em <<https://www.apadivisions.org/division-34/about/resources/convention-program-2021.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2022.

⁸⁵ O termo Antropoceno se popularizou no ano 2000, após ter sido adotado por Paul Crutzen, em um encontro do Programa Internacional Geosfera-Biosfera para denominar o período em que a humanidade teria assumido o protagonismo de maior força da Terra, gerando depósitos geológicos resultantes da ação humana, de modo diferente da que determina o Holoceno.

⁸⁶ Disponível em <<https://www.congressopsicamb2021.pt/>> Acesso em 12 fev. 2022.

⁸⁷ Pesquisas internacionais: Disponível em <<https://socialecology.uci.edu/se-research-map>>

⁸⁸ <https://www.povertystoplight.org/>

vem estudando a temática de trauma e enfrentamento em relação às reações psicológicas em situações de desastres, como terremotos, por exemplo.

Outras pesquisas desenvolvidas no âmbito da *School of Social Ecology* foram, também, mapeadas, ao redor do mundo, sendo algumas relacionadas à área da Psicologia, envolvendo temas de interface como educação, desenvolvimento emocional, políticas públicas, conflitos, violência, entre outros. Para desenvolver todos esses projetos nos países assinalados no mapa da Figura 9, a Escola de Ecologia Social, da UC Irvine, busca promover pesquisas interdisciplinares, capacitações e divulgação científica, atuando em áreas jurídicas, políticas e socioambientais nas comunidades do entorno da Escola e, na sociedade, em geral.

E seguindo o mesmo mapeamento, também na década de 1970 foi criado o *Institute for Social Ecology* (ISE)⁸⁹. Fundado por Murray Bookchin, em 1974, em Vermont, EUA, o ISE representa a segunda instituição mais antiga identificada na pesquisa em Ecologia Social. Esse instituto foi criado para oferecer cursos pioneiros em Ecologia, em associação aos temas de urbanismo, feminismo, arte ativista e comunitários. Em geral, o público do ISE envolve intelectuais, professoras/es, ativistas, artistas, tecnólogas/os, entre outras inserções associadas à “carismáticas e sonhadoras utópicas”, se tornando esse instituto, um núcleo de uma onda de ativismo político nos anos de 1970 e 1980, nos EUA (WHITE, 2021).

De acordo com informações em seu *website* oficial, o ISE vem, há mais de 45 anos, oferecendo programas educacionais de base comunitária e assistência organizativa a movimentos sociais e políticos, por meio do compromisso de mudança social ecologicamente orientada, centrada na própria comunidade. E assim, defende uma Ecologia Social pautada em dois preceitos: 1) Crítica radical e coerente dos modelos social, políticos e antiecológicos atuais; 2) Abordagem reconstrutiva, ecológica, comunitária e ética da sociedade.

Como pioneiro na adoção de abordagens ecológicas para a produção de alimentos, tecnologias alternativas e design urbano, o ISE vem atuando, desde a sua origem, contra as injustiças globais e as biotecnologias insustentáveis, construindo alternativas baseadas na própria comunidade, na busca por uma via de transformação social. Ao defender o potencial humano para a evolução natural e social, o ISE visa apoiar a construção de comunidades livres de desigualdade social e degradação ecológica, do autoritarismo e do globalismo corporativo, na busca por uma sociedade humana, ecológica e libertadora.

Atualmente, o referido Instituto vem realizando, entre outras atividades, cursos online, sobre as temáticas: “Ecologia, Democracia e Utopia”, “A filosofia e as políticas da Ecologia

⁸⁹ Disponível em <<https://social-ecology.org/wp/>>

Social”, “Teoria Crítica da Escola de Frankfurt”, “Compreendendo o antisemitismo”, “Repensando a Transformação Social” e “Justiça Climática e Alimentar”. Os conteúdos dessas iniciativas partem do reconhecimento da crise civilizatória, causada pelo modelo de dominação de estruturas capitalistas de racismo e colonialismo, valorizando a potência dos movimentos sociais para o desenvolvimento de respostas a esses problemas, baseadas na própria comunidade. E nesse contexto, no ISE, a Justiça Climática representa uma preocupação central, conforme ilustrado na Figura 10, a seguir:

Figura 10: Ilustração pedagógica da questão da Justiça Climática, defendida pelo ISE.



- 1) Sem militarização
- 2) Água potável pública
- 3) Vizinhanças seguras
- 4) Sem combustível fóssil
- 5) Comunidades resilientes
- 6) Diversidade de linguagem
- 7) Artistas engajados
- 8) Orgulho da União
- 9) Sobrevivência indígena
- 10) Educação de Qualidade
- 11) Acesso a todos os corpos
- 12) Liberdade para amar
- 13) Trabalho justo
- 14) Liderança feminina
- 15) Inconformidade de gênero
- 16) Igualdade Racial
- 17) Ar limpo
- 18) Direito dos imigrantes
- 19) Segurança habitacional
- 20) Abolição das prisões
- 21) Conservação de áreas protegidas
- 22) Serviço de saúde universal

Fonte: *Institute for Social Ecology (ISE)*⁹⁰ (s.d., com legenda na lateral, em tradução livre)

Além da promoção de cursos e seminários⁹¹, o ISE realiza, também, anualmente, uma imersão em Ecologia Social, reunindo acadêmicos, ativistas e docentes de diversos campos do conhecimento, no plano internacional, durante uma semana, para vivenciar processos de transformação socioecológica na teoria e na prática. Por meio de aulas, seminários, *workshops* e viagens de campo, as/os participantes dessa iniciativa se familiarizam com os fundamentos

⁹⁰ <<https://social-ecology.org/wp/learn/online-courses/>>

⁹¹ Adaptados ao modelo remoto por conta da *Pandemia da Covid-19*, os seminários, com vídeos interativos, palestras e fóruns de discussão envolveram participantes de todo o mundo.

da Ecologia Social e os aplicam a uma variedade de questões contemporâneas, como uma experiência de educação radical, estratégia política e visão utópica.

Tendo como foco os movimentos anticapitalistas, voltados para a justiça alimentar e, a justiça climática de base, o ISE vem, também, organizando uma extensa biblioteca *online* de textos relacionados à Ecologia Social, em vários idiomas, além de vídeos⁹² e publicações pedagógicas, histórias em quadrinhos⁹³, além da publicação *Harbinger: A Journal of Social Ecology*, sobre o desenvolvimento político e teórico desse campo. Essas produções traduzem as ideias centrais da instituição, reafirmando que “a crise ecológica é uma crise social”.

Importante mencionar que, após a criação dessas duas instituições (*School of Social Ecology* e *Institute for Social Ecology*), por duas importantes referências desse campo nos EUA (Daniel Stokols e Murray Bookchin, respectivamente), na década de 1970, a Ecologia Social vem se expandindo, significativamente, desde os anos de 1980, sobretudo, em países europeus e latino-americanos.

Na Europa, em particular, fundado em 1984, em Lisboa, Portugal, o *Núcleo de Ecologia Social* (NESO) representa uma unidade de pesquisa integrada ao Departamento de Edifícios do *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*⁹⁴ (LNEC). Como uma instituição pública de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico de referência em Portugal, o LNEC representa um dos maiores laboratórios de engenharia civil do mundo. Com a missão de desenvolver estudos no âmbito da Ecologia Social associada ao habitat urbano e aos sistemas naturais, a atuação do NESO-LNEC está voltada para a consolidação teórica e metodológica da Ecologia Social⁹⁵.

Assim, no NESO se busca promover parcerias intra e interinstitucionais para a formação técnica e acadêmica, e para a divulgação científica, além de projetos de pesquisa nesse campo. Vale ressaltar, ainda, na equipe de pesquisadores do NESO, o psicólogo Luís Soczka, referência em Psicologia Ecológica e Ambiental, na origem de publicações emblemáticas sobre o tema, como “Ecologia Social do Risco Psicológico em Meio Urbano”

⁹² Disponível em <<https://social-ecology.org/wp/media/youtube/>> Acesso em 20 set. 2021.

⁹³ História do ISE e da Ecologia Social em Quadrinhos, em inglês ou espanhol. Disponível em <<https://social-ecology.org/wp/media/institute-for-social-ecology-comic/social-ecology-comic-in-spanish-en-espanol/>> Acesso em 20 set. 2021.

⁹⁴ Criado em 1946 com o propósito de investigação e de transferência de Conhecimento e Tecnologia, o LNEC tem intervenções em todos os continentes por meio de inúmeros estudos e pareceres, tais como o estudo do alargamento da praia de Copacabana, por exemplo. Mais informações disponíveis em: <<http://www.lnec.pt/pt/>>. Acesso em 20 set. 2021.

⁹⁵ Trabalhando de forma inovadora e estruturada, com foco na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a biodiversidade brasileira foi reconhecida em estudos, pelo NESO, como decisiva para o equilíbrio ambiental, em nível global. <<http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/handle/123456789/1000326>>

(SOCZKA, 1988), “A Perspectiva Ecológica em Psicologia”⁹⁶ (SOCZKA, 1989), e “As Raízes da Psicologia Ambiental” (SOCZKA, 2005), entre outras produções acadêmicas disponíveis no *website* da Livraria do *Laboratório Nacional de Engenharia Civil* (LNEC)⁹⁷.

Ainda na Europa, em Frankfurt, na Alemanha, o *Institute for Social Ecological Research* (ISOE) foi criado em 1989⁹⁸, por Egon Becker e demais colaboradores, importante referência nesse campo do conhecimento. Em uma publicação sobre os trinta anos do ISOE, celebrados em 2019, se resgata o histórico da trajetória do Instituto em sua pesquisa transdisciplinar. Com origem no *Grupo de Pesquisa de Ecologia Social*, criado sob demanda do governo da Alemanha para a realização de uma experiência em Ecologia Social, o ISOE passou a atuar, também, em projetos para a Prefeitura de Frankfurt, o *Greenpeace*, a UNESCO, o Ministério da Educação e do Meio Ambiente da Alemanha, entre outros órgãos governamentais e não governamentais.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo ISOE envolvem temáticas como reciclagem, uso da água, empreendimentos habitacionais, estilo de vida sustentável, processos migratórios, emergência climática, padrões de consumo, mobilidade urbana sustentável, entre outros temas relacionados ao compromisso de sustentabilidade. Vale ressaltar, nesse resgate histórico, o prêmio *Swiss Transdisciplinarity Award*, recebido no ano 2000 pela instituição, pelos excelentes projetos de pesquisa transdisciplinares nela desenvolvidos.

Nessa cronologia, em 2009, a Ecologia Social passou a se tornar, também, um campo de estudos do Programa de Mestrado em “Ciências Ambientais” na *Universidade Goethe*, em Frankfurt. Em 2012, o ISOE integrou, também, a coautoria do memorando sobre o desenvolvimento da pesquisa socioecológica na Alemanha, documento intitulado *Understanding – Evaluating – Shaping. Transdisciplinary Knowledge for a Sustainable Society* (Entendendo - Avaliando - Modelando. Conhecimento Transdisciplinar para uma Sociedade Sustentável). Nesse mesmo ano, no âmbito do ISOE, foi publicado o livro “*Methods for Transdisciplinary Research*” (Métodos para Pesquisa Transdisciplinar). E em celebração pelo seu 25º aniversário, em 2015 foi lançado o livro intitulado *Social Ecology: Outline of a Science of Societal Relations to Nature* (Ecologia Social: Esboço de uma Ciência das Relações Sociais com a Natureza)⁹⁹.

⁹⁶ Publicado em 1989, e segunda edição em 2012.

⁹⁷ Website oficial da Livraria do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) http://livraria.lnec.pt/eng/php/pesquisa.php?p=link&tipopesq=cod_ent_activ_tipo&codigo=1020&pesq=SOCZKA,Lu%C3%ADs

⁹⁸ Mesmo ano de criação do Programa EICOS (Brasil), e do CLAES e do RedLACES (Uruguai).

⁹⁹ Publicação disponível em <<https://paperzz.com/doc/7611889/--institut-f%C3%BCr-sozial>>

E desde 2012, vem sendo realizadas palestras anuais nesse Instituto, intituladas *ISOE-Lecture: Knowledge for Transitions Towards Sustainable Development*, a partir da premissa do conhecimento transdisciplinar como uma pré-condição para o desenvolvimento sustentável. Partindo do princípio de que a ciência como um todo e, as universidades em particular, devem internalizar a temática das transições socioecológicas como tópico fundamental de pesquisa, as palestras promovidas pela instituição estão pautadas em questões como: Quais as pesquisas necessárias sobre sustentabilidade, e qual deve ser a sua relação com a sociedade, a economia e a política para o enfrentamento dos desafios socioecológicos globais do futuro? Quais as implicações para as universidades envolvidas com o compromisso de desenvolvimento sustentável? Existiria uma “ciência sustentável”? E como mudar o sistema científico para apoiar as transições necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável? Com esse direcionamento, as palestras realizadas, desde 2012 (incluindo a do psicólogo ambiental Daniel Stokols, em 2018, conforme mencionado anteriormente, apresentando alguns de seus slides), estão sistematizadas no Quadro 24 (APÊNDICE C)¹⁰⁰.

Como um dos principais institutos independentes de pesquisa em sustentabilidade, o ISOE vem desenvolvendo, assim, as bases científicas e conceituais nesse campo, orientadas para o futuro, no contexto da política, da ação da sociedade civil e, da economia (regional, nacional e internacional) na busca por soluções sustentáveis para as questões contemporâneas complexas. Esse processo se efetiva por meio de uma abordagem direcionada a casos concretos, diante de problemas globais urgentes, como a escassez de água, a emergência climática, a perda de biodiversidade entre outros temas.

Para a difusão dos resultados das pesquisas desenvolvidas para o público acadêmico e para a sociedade, em geral, além de publicações, são também realizadas consultorias técnicas e debates públicos. Por meio de um posicionamento crítico, o ISOE busca evitar que as soluções de hoje se tornem problemas no amanhã. Dessa forma, os objetivos da instituição são flexíveis e compreendem a interpretação das mudanças necessárias para os desenvolvimentos possíveis e desejáveis, com base na *práxis*, no âmbito das ciências naturais e sociais.

Uma outra instituição de referência internacional em Ecologia Social, mapeada na presente tese, foi o *Institut für Soziale Ökologie*, também denominado Institute of Social Ecology (SEC), da *Universität für Bodenkultur Wien*, em Viena, na Áustria. Como uma subdivisão da Faculdade de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Klagenfurt, o SEC,

¹⁰⁰ As informações sobre as apresentações e os slides utilizados por palestrantes estão disponíveis no website do ISOE. Disponível em <<https://www.isoe.de/en/teaching/isoe-lecture/>>

da *University of Natural Resources and Life Sciences, Vienna (BOKU)*¹⁰¹ tem como fundadora a Marina Fischer Kowalski. Esse Instituto tem uma vasta experiência no desenvolvimento da base conceitual nesse campo, e de indicadores para monitorar os aspectos biofísicos do desenvolvimento econômico, atuando, ainda, em consultoria dirigida às políticas públicas para o Governo austríaco, a OCDE e inúmeras ONGs. A pesquisa e o ensino no Instituto se dirigem à inter-relação entre os sistemas sociais e naturais, no contexto do desenvolvimento sustentável, sendo baseados em quatro eixos principais (i) metabolismo da sociedade, (ii) mudança do uso da terra e intervenção humana nos sistemas naturais, (iii) história ambiental e evolução cultural e (iv) estudos de transição. Com base nesses eixos, as disciplinas¹⁰² oferecidas pelo Instituto estão sistematizadas, em sua tradução para o português, no Quadro 25 (APÊNDICE D).

Nessa instituição vêm sendo, ainda, desenvolvidas, inúmeras pesquisas para apoiar a consolidação das premissas de sustentabilidade nos relacionamentos interpessoais nessa dinâmica, e no reconhecimento de problemas e desenvolvimento de soluções voltadas às demandas do contexto contemporâneo, tais como mudanças climáticas, escassez de recursos e segurança alimentar, entre outros tópicos. Os trabalhos científicos em desenvolvimento estão associados a seis eixos e/ou de expertise, abordados de maneira interdisciplinar, e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, conforme esquematizado na Figura 11, a seguir:

¹⁰¹ Disponível em <<https://boku.ac.at/en/about-boku>> Acesso em 20 set. 2021.

¹⁰² Disponíveis em <<https://boku.ac.at/en/wiso/sec/courses>> Acesso em 20 set. 2021.

Figura 11: Eixos de expertise na *University of Natural Resources and Life Sciences*, da SEC



Fonte: Traduzido de SEC - BOKU (2021)¹⁰³, em tradução livre.

Para aprofundar as discussões sobre esses temas contemporâneos, a edição especial do periódico *Sustainability*, intitulada *Social Ecology. State of the Art and Future Prospects* foi publicada em 2017, como resultado de uma parceria entre o ISOE (*Institute for Social Ecological Research*, na Alemanha), e o SEC (*Institute of Social Ecology*, na Áustria), envolvendo a sistematização da base teórica e metodológica inspiradora nesse campo. Na referida publicação foi reafirmada a relevância da abordagem inter e transdisciplinar para se discutir a temática de sustentabilidade. Mas os organizadores dessa publicação afirmam ter sido essa via contestada no início do processo, por inúmeras resistências no plano acadêmico, embora seja, atualmente, amplamente aceita e difundida.

Tanto o ISOE quanto o SEC representam institutos engajados no desenvolvimento de teorias e métodos transdisciplinares para abordar o campo da sustentabilidade, e vem apoiando pesquisas empíricas com foco na estrutura sistêmica das mudanças impulsionadas pela crise do modelo de desenvolvimento vigente, baseado na cisão entre sociedade e natureza. Assim, as abordagens da Ecologia Social conduzidas por essas instituições de referência, em Frankfurt e em Viena, tendem a ser complementares, admitindo uma ampla variedade de perspectivas para se discutir os desafios contemporâneos.

¹⁰³ Disponível em <<https://www.yumpu.com/en/document/read/65753663/facts-figures-2020-2021>> Acesso em 19 set. 2021.

Na edição especial do periódico *Sustainability*, anteriormente apresentada, entre os artigos publicados, vale, também, mencionar o “*Challenges for Social-Ecological Transformations: Contributions from Social and Political Ecology*” (Görg et al., 2017), que aborda, a partir de uma reflexão crítica, as estruturas estatais enraizadas, sobretudo no contexto do Estado pós-colonial. Ao mencionarem os desafios recentes do desenvolvimento na América Latina, os autores discutem, ainda, criticamente, a perspectiva de curto prazo dos governos e da indústria extrativista, em contraposição à perspectiva de longo prazo que caracteriza a dinâmica de povos indígenas, de agricultores tradicionais, e de outros grupos sociais que sofrem com os impactos negativos do neoextrativismo, e que têm os seus modos de vida impactados pela dinâmica atual¹⁰⁴.

Esse breve mapeamento realizado sobre as instituições de referência no “Norte Global” parece indicar que o campo da Ecologia Social vem se afirmando como essencial para a decodificação da complexidade dos problemas contemporâneos associados ao debate sobre sustentabilidade. Ao adotar como principal inspiração a interdisciplinaridade como via e, a relação entre teoria e prática como premissa, essas instituições vêm apropriando a discussão sobre o contexto de crise civilizatória envolvendo o antropoceno, a justiça ambiental e a emergência climática, entre outros temas. O Quadro 6, a seguir, busca sistematizar, pedagogicamente, os principais temas abordados pelas Instituições de referência internacional em Ecologia Social:

¹⁰⁴ Essa perspectiva tem origem no modo de produção do Norte Global, reafirmando os preços elevados de matérias-primas como base do neoextrativismo e um campo de investimento para o capital superacumulado, denominado por alguns como a “financeirização da natureza”

Quadro 6: Matriz-Síntese sobre os principais eixos e ações desenvolvidas nas Instituições de referência em Ecologia Social mapeadas nos EUA e na Europa

Temas	School of Social Ecology, UC Irvine, California, EUA	Institute for Social Ecology (ISE), Vermont, EUA	Institute for Social Ecological Research (ISOE), Alemanha	Institute of Social Ecology (SEC), Austria
Antropoceno	Palestra de Stokols intitulada <i>Contextual Influences on Theory Development and Research in Environmental Psychology: From the Great Acceleration to the Anthropocene</i> . (Em agosto de 2021, na Div. 34 da APA)	-	Palestra “Pesquisa transdisciplinar em uma nova era geológica? O Debate Antropoceno”, em 2015/2016.	Disciplina “Ecologia Social do Antropoceno”
Descolonização e discriminações, conflitos e relações interculturais	Projeto sobre Política e planejamento urbano em áreas de conflito (África do Sul, Israel, Líbano, Espanha, Bósnia-Herzegovina, Irlanda, Chipre). Projeto Ambiente, conflito e construção da paz, (Paquistão). Projeto capitalismo do desastre e ambientes de mediação de conflitos (Nepal).	Curso online Compreendendo o antisemitismo: raízes históricas e relevância contemporânea	Palestra “Descolonizando a Ecologia: Justiça Ambiental Além dos Conceitos Ocidentais Dominantes da Natureza”, em 2018/2019.	Não foram identificadas disciplinas diretamente relacionadas a esse tema.
Justiça Climática e Ambiental	Projeto Reações psicológicas, resiliência e vulnerabilidade em casos de desastres (Chile e Indonésia). Projeto Relação entre mudanças climáticas e saúde pública (Malawi).	Curso online “Justiça Climática e Alimentar”	Palestra “Descolonizando a Ecologia: Justiça Ambiental Além dos Conceitos Ocidentais Dominantes da Natureza”, em 2018/2019.	Disciplinas “Política de clima e recursos”, “Justiça ambiental e climática”
Segurança e soberania alimentar	Projeto sobre erradicação da pobreza (Paraguai)	Curso online “Justiça Climática e Alimentar”	-	Disciplinas “Biomassa e o sistema alimentar global”, “Agricultura e uso da terra”
Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	Projeto sobre Paz após conflitos e desenvolvimento sustentável (Ruanda). Projeto sobre Motivação e emoção de empresas na transição para sustentabilidade (Finlândia). Projeto sobre política de gestão de água e desenvolvimento sustentável (Austrália).	-	Palestras “Processos de conhecimento sustentáveis. A universidade continuará sendo um lugar privilegiado para a ciência?” em 2012/13, “O que é - o que deveria ser. Ciência sustentável e sua relação com o mundo”, em 2013/14 e “Ignorância na sociedade do conhecimento: sobre	Disciplinas “Coragem para buscar sustentabilidade”, “Experimentando e refletindo sustentabilidade”, “Ecologia social e desenvolvimento sustentável”, “Elaborando projetos interdisciplinares na ciência da sustentabilidade”, “História Ambiental e Desenvolvimento

			o papel das experiências reais para o desenvolvimento sustentável”, 2016/17.	Sustentável”, “Ecologia social: sustentabilidade das interações sociedade-natureza”
Teorias da Ecologia Social	-	Curso “A filosofia e as políticas da Ecologia Social”	Palestra “Ecologia Social – Ciência integrativa para um mundo complexo”, por Stokols, 2017/2018.	Disciplinas “Métodos de ecologia social”, “Noções básicas de ecologia social”
Desafios para a Transformação social	Todos os projetos listados	Curso online “Repensando a Transformação Social”	Palestra “O que é - o que deveria ser. Ciência sustentável e sua relação com o mundo”, em 2013/2014.	Disciplinas “Transformações socioecológicas” e “Fronteiras na ecologia social e transformações da sustentabilidade”
Uso sustentável de recursos	Projeto sobre a relação entre água e energia na região do semi-árido (Israel)	-	Palestra “Discursos de crise e securitização da água: pesquisa sobre relações de natureza social usando o exemplo do projeto WaterPower”, em 2014/2015	Disciplinas “Uso de recursos e mercados de recursos”, “Ecologia política do uso de recursos”, “Uso sustentável de recursos”

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos *websites* oficiais das instituições de Ecologia Social.

Além dessas instituições europeias e norte-americanas, a *Universidade de Western Sydney* (UWS), na Austrália, oferece, também, um curso de Ecologia Social, criado pelo professor Stuart Hill, voltado para a relação entre o pessoal, o social, o ambiental e o espiritual, sendo esses os temas-chave da referida formação, e as habilidades a serem desenvolvidas com esse direcionamento¹⁰⁵:

Os temas-chave incluem compreensão socioecológica, aprendizagem transformadora, imaginação aplicada, educação e advocacia ambiental, ação comunitária, eco-psicologia e mudança cultural, perspectivas de descolonização para a justiça social e pesquisa para futuros sustentáveis. Desenvolve habilidades em compreensão socioecológica, pensamento crítico, liderança, criatividade e comunicação, aplicadas ao ambiente profissional e/ou comunitário (Western Sydney University, Master of Education Social Ecology, tradução livre)

Vale ressaltar que a UWS alcançou o primeiro lugar no *THE Impact 2022*, um *ranking* elaborado para avaliar o impacto das universidades em relação aos Objetivos de

¹⁰⁵ Key themes include social-ecological understanding, transformative learning, applied imagination, environmental education and advocacy, community action, eco-psychology and cultural change, decolonising perspectives for social justice, and researching for sustainable futures. Develop skills in social-ecological understanding, critical thinking, leadership, creativity and communication and apply these to your workplace and/or Community. Disponível em: <<https://www.westernsydney.edu.au/future/study/courses/postgraduate/graduate-certificate-in-education-social-ecology>> Acesso em 20 set. 2021

Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030¹⁰⁶. De acordo com o THE, essa instituição conquistou o topo do *ranking* voltado para os ODS, pela primeira vez, em 2022:

A universidade obteve uma pontuação particularmente alta no ODS 6 (água limpa e saneamento) e no ODS 12 (consumo e produção responsáveis). A universidade priorizou pesquisas em áreas relacionadas ao ODS 4 (educação de qualidade), ODS 13,14 e 15 (relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade), ODS 3 (boa saúde e bem-estar) e ODS 11 e 12 (cidades e comunidades sustentáveis, e consumo e produção responsáveis). Uma série de iniciativas importantes também foram introduzidas no campus para aumentar sua sustentabilidade, incluindo a implementação de um estacionamento piloto movido a energia solar no campus de Kingswood, compensando a pegada de carbono de viagens internacionais e instalando mais estações de carregamento de veículos elétricos no campus (THE, 2022, online, em tradução livre).

No entanto, no *website* da UWS é informado que o curso de Pós-Graduação em Ecologia Social não foi oferecido no ano de 2021, sem que fosse apresentada a justificativa para tal. Ainda assim, algumas informações sobre esse curso foram encontradas em outro *website*¹⁰⁷ (que consta como desatualizado), porém, dispõe de conteúdos relevantes sobre a perspectiva de Ecologia Social oferecida pelo curso.

Com origem em meados da década de 1980, na comunicação social, a Ecologia Social na UWS foi iniciada na Faculdade de Agricultura e Desenvolvimento Rural, voltada para a educação de adultos em ambientes sociais e comunitários. Mas a busca por incorporar o pensamento ecológico e a preocupação com questões ambientais contribuiu para que a temática da sustentabilidade se difundisse também para os demais cursos da instituição. Assim, a Ecologia Social passou a ser inserida em cursos de graduação, como, por exemplo, nas disciplinas Desenvolvimento Comunitário e Mudança Organizacional, Educação Ambiental, Advocacia, Psicologia Ecológica e Mudança Cultural, entre outras. E, também se consolidou como disciplina em Programas de pós-graduação, como o Mestrado em Ciências Aplicadas em Ecologia Social, Especializações em Educação Ambiental, Desenvolvimento Organizacional, Psicologia Cultural: Estudos Junguianos, Complexidade e Criatividade.

Considerada como uma meta-disciplina emergente, a Ecologia Social na UWS busca oferecer uma via sofisticada e crítica para a geração de uma teoria holística, com uma compreensão profunda e uma ação eficaz e responsável nesse campo. Sua perspectiva teórica tem como base:

a filosofia aplicada (razão crítica, ética, visões de mundo, imaginação), experiência pessoal (postulação, ação, reflexão, contemplação), fontes e sistemas de conhecimento disciplinar, cultural e contextual (educação, particularmente

¹⁰⁶ Mais informações sobre esse dispositivo, adotado na presente tese para o mapeamento das universidades brasileiras de referência, estão abordadas no capítulo cinco, sobre os instrumentos de colheita da pesquisa.

¹⁰⁷ Informações sobre o curso de Ecologia Social <<https://www.zulenet.com/see/chair.html>>

ecológica), pensamento e espiritualidade. A Ecologia Social enfatiza ações e práticas reflexivas que integram preocupações e possibilidades pessoais, sociais, políticas e ambientais. Seus objetivos incluem bem-estar e saúde, no sentido mais amplo, equidade e justiça social, e a promoção de relacionamentos mutualistas e de cuidado, aprendizado organizacional, mudança co-evolutiva e sustentabilidade ecológica. (HILL, n.d., online, em tradução livre)

Com base nessa perspectiva, a Ecologia Social na UWS está voltada para a aprendizagem e a mudança transformadora, por meio do redesenho e da reconceitualização de teorias, disciplinas, perfis profissionais, instituições, além de promover a facilitação dos processos de desenvolvimento pessoal, social, e de mudanças políticas e ambientais. Ao mesmo tempo em que enfatiza um pensamento global, incentiva, também, ações locais e significativas, de modo a compartilhar e celebrar visões, processos e resultados voltados à rápida disseminação dessas práticas para a sociedade, em geral¹⁰⁸.

Considerando ser a Austrália um país situado no hemisfério Sul, mas com status de país do “Norte Global”, assim como os EUA e os países europeus, o desafio, a partir daqui, seria situar as instituições de referência em Ecologia Social do denominado “Sul Global”¹⁰⁹.

Esse debate tem como referência a compreensão de “Norte Global” e de “Sul Global”, com base em pensadores como Boaventura de Sousa Santos (2011), a partir da obra “Epistemologias do Sul” (SANTOS; MENEZES, 2011) e Edgar Morin (2012), com a publicação resultante do encontro internacional “Para um Pensamento do Sul” (2012). Além desses pensadores, vale ressaltar, como inspiração para esse debate, “os antropólogos sul-africanos Jean e John Comaroff (2011) e a socióloga australiana Raewyn Connell (2007) que se dedicaram ao tema.” (CAIXETA, 2014, n.d., online).

Com base nessa perspectiva, as instituições latino-americanas, identificadas no mapeamento realizado na presente pesquisa – *Centro Latino-Americano de Ecologia Social* (CLAES) e, a *Rede Latino-americana e Caribenha de Ecologia Social* (RedLACES) – serão apresentados no próximo tópico. Em seguida, o Programa EICOS (também a ancoragem da tese) será discutido em maior detalhe para contextualizar o caso brasileiro em Ecologia Social.

¹⁰⁸ Na UWS está sediado o Grupo de Pesquisa em Ecologia Social (Social Ecology Research Group - SERG).

¹⁰⁹ Isso porque, apesar de esses países estarem situados ao Sul da Linha do Equador, não são compreendidos “pelo sentido denotativo, o que, nesse debate, devem assumir seu significado conotativo, já que [Austrália e Nova Zelândia] são sinônimos de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, respectivamente” (CAIXETA, 2014, n.d., online).

3.2 Lavrando a terra, a partir do Sul Global, para “SULear” o debate



*E fez o criador a natureza, fez os campos e florestas, fez os bichos, fez o mar
 Fez por fim, então, a rebeldia, que nos dá a garantia que nos leva a lutar
 Pela Terra, Terra, Terra, Terra
 Madre terra nossa **esperança** onde a vida dá seus frutos o teu filho vem cantar
 Ser e ter o **sonho** por inteiro, ser sem-terra, ser guerreiro, com a missão de semear
 À Terra, Terra, Terra, Terra
 Mas apesar de tudo isso o latifúndio é feito um inço que precisa acabar
 Romper as cercas da ignorância que produz a intolerância
 Terra é de quem plantar*

(O Teatro Mágico, Canção da Terra, do álbum Sociedade do Espetáculo, 2011).

Para *SULear*¹¹⁰ a leitura sobre o campo da Ecologia Social, esse subcapítulo parte da inspiração de que “devemos buscar a reconciliação com o nosso passado nacional e continental, recuperar nossas raízes culturais (...) reinventar um presente e um futuro sustentável na cartografia da globalização” (MACIEL, 2006, p. 13). Essa citação de Edgar Morin, pensador centenário que celebrou seus 101 anos de idade em 2022, é mencionada na apresentação da obra “Caminhos para o Desenvolvimento – Século XXI”, publicada no âmbito do Programa EICOS, em 2006¹¹¹.

O “Sul Global”, no pós-Guerra Fria, refere-se aos países emergentes. Nesses tempos em que o mundo deixou de ser dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), passou a ser ressignificado por meio da divisão entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia). Nesse sentido, a divisão geográfica estabelecida pela linha do Equador passou a ressaltar a separação ideológica no cenário de desenvolvimento, reivindicando maior equidade de poder e mais representatividade na produção de conhecimento (CAIXETA, 2014; SANTOS; MENEZES, 2011; MORIN, 2012).

Com base nessa inspiração, esse capítulo aborda referências da Ecologia Social a partir de uma perspectiva do “Sul Global” como uma via para a reconciliação com o passado continental. A discussão proposta está concentrada no contexto da América Latina, pelo fato de não terem sido identificados, no mapeamento realizado, institutos de Ecologia Social no continente africano e nem em outros países localizados no denominado “Sul Global”. E assim,

¹¹⁰ A discussão sobre “SULear e NORTEar” parte de representações simbólicas e conotações ideológicas envolvidas no termo “nortear”, para problematizar a adoção do verbo com o sentido de orientar, dirigir e guiar. Esse debate foi abordado na oitava edição da Revista Série Documenta, publicada em 1997 pelo Programa EICOS/Cátedra UNESCO (CAMPOS, 1997).

¹¹¹ Ano de ingresso da pesquisadora na UFRJ e do primeiro contato com o Programa EICOS e com a disciplina Ecologia Social e Comunidades.

nesse subcapítulo se busca “reconciliar com o passado nacional em busca de raízes culturais”, seguindo o conselho do pensador centenário mencionado por Maciel (2006, p. 13), apoiado por referências latino-americanas para fundamentar os argumentos da tese.

As origens e os fundamentos dessa perspectiva do “Sul Global”, nesse subcapítulo, partem de um breve histórico sobre o *Centro Latino-Americano de Ecologia Social* (CLAES) e a *Rede Latino-americana e Caribenha de Ecologia Social* (RedLACES), identificados no mapeamento de instituições voltadas para o ensino e a pesquisa nesse campo do conhecimento, apresentado no subcapítulo anterior.

Nessa transposição do debate ao contexto nacional, o Programa EICOS emerge como pioneiro no Brasil, no mapeamento realizado sobre as instituições voltadas para o campo da Ecologia Social de referência internacional. Com relação às demais instituições localizadas no Brasil, o *Instituto Ecosocial*, se constitui de uma rede de profissionais que atuam no contexto empresarial, com base Filosófica Antroposófica, não sendo foco da presente tese. Quanto ao ISER (*Setor de Ecologia Social*), não foram encontradas informações atualizadas sobre o seu funcionamento no *website* da Instituição. Mas é importante pontuar, no âmbito do ISER, o livro “Ecologia, Religião, Sociedade, Comunicações”¹¹², publicado em 1992, integralmente disponível no site, com capítulos de autoria de Leonardo Boff e Samyra Crespo¹¹³, entre outras referências que inspiram, complementarmente, o campo da Ecologia Social no Brasil.

3.2.1 A perspectiva da Ecologia Social Latino-americana



*Soy lo que sostiene mi bandera, La espina dorsal del planeta es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre, El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡joye!*
(Latinoamerica, Calle 13 Feat. Totó La Momposina, Susana Baca & María Rita, 2010)¹¹⁴

A Ecologia Social de perspectiva latino-americana tem como base o respeito pela diversidade e a busca pela construção de um presente e de um futuro melhor para todas as formas de vida. Nesse campo, a conexão entre teoria e prática (que remete ao conceito de *práxis*), integra, também, componentes vivenciais e afetivos das inter-relações entre seres humanos entre si e entre os outros seres não humanos e demais elementos do ambiente (GUDYNAS; EVIA, 1993).

¹¹² Ecologia, Religião, Sociedade, Comunicações do ISER, nº 43, ano 11, 1992, 58p. Disponível em <<https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-43.pdf>>. Acesso em 29 set. 2021.

¹¹³ A ambientalista e pesquisadora publicou em 2021 o livro “Conta quem viveu, escreve quem se atreve” <<https://envolverde.com.br/conta-quem-viveu-escreve-quem-se-atreve/>>

¹¹⁴ “Eu sou o que segura minha bandeira, A espinha dorsal do planeta é minha cordilheira. Eu sou o que meu pai me ensinou. Quem não ama sua pátria não ama sua mãe, Eu sou América Latina, Um povo sem pernas, mas que caminha, hey!” (Música Latinoamerica, Calle 13, em tradução livre)

Nesse sentido, para uma abordagem latino-americana da Ecologia Social, a reflexão e a ação nesse campo têm como pressuposto o respeito e a manutenção de todas as formas de vida, e a conservação dos sistemas ecológicos, como um todo. A Ecologia Social latino-americana amplia o compromisso de fomentar práticas que “*permitan nuevos estilos de desarrollo que no pasen por la destrucción de los recursos naturales, la acumulación en unos pocos, o la consideración de unos hombres como meros recursos a ser utilizados*” (GUDYNAS; EVIA, 1993, p. 193), devendo esses recursos serem aproveitados em benefício da maioria das pessoas.

Segundo Gudynas e Evia (1993, p. 21), a Ecologia Social se constrói a partir de “*tres dimensiones básicas de la praxis*”: a) a investigação científica; b) a integração entre ação e promoção nesse campo; c) o compromisso de que a pesquisa e a prática sejam efetivadas a partir de uma postura ética de respeito por todas as formas de vida. A partir dessas três dimensões, são estabelecidos quatro postulados centrais que caracterizam o campo da Ecologia Social na perspectiva latino-americana, conforme sistematizado no Quadros 6:

Quadro 6: Postulados centrais para a Ecologia Social na perspectiva latino-americana

Características	Axiomas centrais da Ecologia Social	Descrição
Interação	O ser humano interage intensa e continuamente com o ambiente. Nem um nem outro podem ser estudados isoladamente, pois os aspectos de sua estrutura e funcionamento se determinam mutuamente.	O papel da Ecologia Social não se restringe a apenas afirmar a interação do ser humano com o ambiente, mas, também, em investigar de que modo se concebem e se delimitam esses dois termos.
Dinamicidade	A interação entre os sistemas humanos e ambientais é dinâmica e se desenvolve no tempo e no espaço.	Tanto sistemas humanos como sistemas ambientais resultam de um processo histórico. Não podem ser estudados separadamente.
Interdependência	A delimitação do ambiente depende de como o sistema humano é definido.	Os significados do ambiente são atribuídos conforme a cultura, a biografia, e os elementos ambientais vivenciados individualmente.
Complexidade e Heterogeneidade	O ambiente é complexo e heterogêneo no tempo e no espaço.	O ser humano atribui significado ao ambiente e o interpreta continuamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), inspirada em Gudynas e Evia (1993, pp. 19-21), tradução livre.

Desses axiomas centrais são derivados “*axiomas auxiliares de la Ecología Social*” (GUDYNAS; EVIA, 1993, p. 22), relativos à metodologia, à ética e à aplicação do conhecimento, compreendendo a emergência de uma nova *práxis*, que envolve tanto a ação como a reflexão, como sistematizado no Quadro 7:

Quadro 7: Axiomas auxiliares da Ecologia Social na perspectiva latino-americana

Axiomas auxiliares da Ecologia Social sobre os métodos, ética e aplicação do conhecimento	
Axiomas metodológicos	Os sistemas ambientais não podem ser estudados isoladamente dos sistemas humanos, portanto, não deveria haver uma ciência social dissociada de uma ciência ecológica.
	Não existe prática social distinta de prática ambiental. O trabalho ambiental é ao

	mesmo tempo trabalho social.
	A dinâmica dos processos necessita ser resgatada, o que requer uma ênfase nas histórias dos seres humanos e dos ambientes.
	Como qualquer pessoa ou grupo desenvolve interações peculiares com seu meio, o estudo dessas relações deve necessariamente ser empreendido com a participação das pessoas envolvidas.
Axiomas éticos	Se reconhece valores intrínsecos em outros seres vivos (plantas, animais) e nos seres não vivos (rochas, solo, ar, rios...).
	Devem ser respeitadas as formas pelas quais qualquer pessoa conhece e sente o ambiente com o qual interage.
	Os resultados da pesquisa são eticamente neutros, mas não em seus pontos de partida, no processo de pesquisa ou no uso desses resultados.
Axiomas sobre a aplicação do conhecimento	A tecnologia deve ser aplicada em escala humana, promovendo o desenvolvimento humano e de acordo com a dimensão e objetivo do problema a ser enfrentado.
	A aplicação do conhecimento deve ser também equitativa, social e ecologicamente sustentável, reconhecendo os valores do entorno.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Gudynas e Evia (1993, p. 22, tradução livre).

Para as pesquisas realizadas no âmbito da Ecologia Social latino-americana, essas premissas tendem a ser essenciais. Tendo como base a perspectiva analítica anteriormente apresentada, a obra de Gudynas e Evia (1993) envolve por dez capítulos, que abordam: a) O conceito de Ecologia Social; b) Áreas da Ecologia Social; c) Conceitos básicos; d) A práxis da Ecologia Social; e) Técnicas; f) Sistematização; g) Divulgação e disseminação; h) Estilos de participação; i) As dimensões da práxis; e j) Desafios da Ecologia Social. E ao final, a obra apresenta, ainda, um glossário com os principais termos desse campo do conhecimento.

Publicado no âmbito do *Centro Latino-americano de Ecologia Social (CLAES)*¹¹⁵, o referido livro apresenta os conceitos básicos da Ecologia Social e as principais metodologias adotadas em sua *práxis*. Por envolver uma significativa abrangência analítica e conceitual para o campo da Ecologia Social, essa obra se tornou, rapidamente, uma referência para pesquisadores envolvidos nessa discussão, especialmente, para aqueles com perspectivas analíticas alinhadas à educação e à prática de organizações cidadãs.

Com sede em Montevideu, no Uruguai, o CLAES foi fundado em 1989, como uma organização não governamental dedicada à pesquisa, à prática e à promoção da Ecologia Social. Reconhecendo o vínculo indissociável entre os grupos humanos e o ambiente, o Centro aborda os problemas socioambientais, a partir do compromisso ético com a defesa da vida e a promoção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

O CLAES é constituído por uma equipe interdisciplinar, e seus membros vêm atuando em diferentes espaços institucionais, tais como a *União Internacional para Conservação da Natureza*, conhecida pelas siglas UICN e IUCN, o Programa das Nações Unidas para o Meio

¹¹⁵ Essa obra constitui uma versão corrigida da obra “La praxis por la vida: introducción a las metodologías de la Ecología Social”, de mesma autoria, publicada dois anos antes, em 1991, no âmbito do CLAES. Disponível em <<https://ambiental.net/sobre-claes/>> Acesso em 16 ago. 2021.

Ambiente (PNUMA) e o Ministério do Meio Ambiente do Uruguai, por exemplo. As linhas de trabalho do CLAES articulam-se em torno da temática ambiente e desenvolvimento, em eixos específicos¹¹⁶, como: a) recursos naturais e biodiversidade; b) agricultura e gestão de terras; c) economia, integração latino-americana e comércio internacional; d) democracia e direitos humanos; e) globalização.

Vale enfatizar que, também no ano de 1989, foi criada a *Rede Latino-americana e Caribenha de Ecologia Social (RedLACES)*¹¹⁷, no âmbito do CLAES, que se consolidou como espaço de referência para instituições e indivíduos interessados em Ecologia Social e Humana, a partir de diversas experiências e áreas de conhecimento.

De acordo com informações disponíveis no *website* da RedLACES, o conceito de Ecologia Social é abordado a partir de uma longa trajetória, que pode ser rastreada desde a origem da Ecologia Humana, na escola de Robert Park, na Escola de Chicago, em 1915, como discutido no subcapítulo anterior. No entanto, a RedLACES não defende uma posição teórica sobre as demais abordagens, mas busca promover uma ampla divulgação das diversificadas perspectivas nesse campo, de modo a fortalecer todas as abordagens em curso, relacionadas à Ecologia Social. Essa pluralidade epistêmica decorre da abrangência do CLAES, envolvendo os campos da Ecologia Humana, Ecologia Política, Antropologia Ecológica, Sociologia Ambiental, Economia Ecológica, Biologia da Conservação, Educação Ambiental, entre outros relacionados ao debate socioambiental.

Considerando a Ecologia Social como o estudo e as práticas nas relações dos grupos humanos e seu ambiente, essa perspectiva do CLAES e de demais autores que constituem o suporte teórico para o presente subcapítulo. Para a abordagem latino-americana, as atividades de ação e promoção no campo da Ecologia Social têm como pressuposto o respeito e a manutenção de todas as formas de vida, e a conservação dos sistemas ecológicos, como um todo, de maneira biocêntrica, e não antropocêntrica.

Assim, na Ecologia Social latino-americana se amplia o compromisso de fomentar práticas que “permitam novos estilos de desenvolvimento que não passem pela destruição dos recursos naturais, pela acumulação em poucos ou pela consideração de alguns homens como meros recursos a serem utilizados” (GUDYNAS; EVIA, 1993, p. 193, em tradução livre), devendo esses recursos serem aproveitados em benefício da maioria das pessoas.

¹¹⁶ Vale ressaltar que para cada uma dessas áreas temáticas foi criado um website para difusão de informações, hospedados nesse endereço <https://ecologiasocial.com/>.

¹¹⁷ Disponível em <<https://ecologiasocial.com/red-de-ecologia-social/>> Acesso: 16 ago. 2021.

Para construir novos elos na relação sociedade e natureza, a educação é apontada como pilar fundamental. Com esse compromisso, na obra “Formação de professores: ensino, linguagens e tecnologia”, organizada por Marcos Alves e Valeria Bortoluzzi, o capítulo “A Ecologia Social na América Latina e o papel da universidade: um reencontro com a ética primitiva” (FIGUEIRÓ, 2018) aborda o paradoxo da complexidade ambiental. Apesar do avanço, cada vez maior, de técnicas e métodos de gestão ambiental em cursos e profissões voltadas à decodificação da relação sociedade-natureza, os níveis de degradação do planeta continuam a crescer exponencialmente. Isso porque, em geral, essas formações tendem a estar mais voltadas ao mercado produtivo, orientado pelo capitalismo.

Sendo assim, uma educação qualificada como ‘ambiental’ deve transpor apenas a culpabilização por ações individuais, para apontar alternativas aos sistemas de produção e de consumo insustentáveis, para, assim, tecer caminhos para uma nova relação e integração da humanidade com o ambiente. Para Figueró (2018), as “tecnologias verdes” são questionadas, como uma “panaceia”, representando apenas “cortinas de fumaça” para a manutenção do modo de produção e de consumo capitalista, com “fachada sustentável”, o que não impede o avanço rumo ao colapso socioambiental sem precedentes na história. Para o autor,

as instituições de ensino têm servido como correia de transmissão de uma cosmovisão ilustrada que continua apostando na fragmentação e especialização do conhecimento e no desenvolvimento tecnicista como alternativas ao enfrentamento da realidade. Reverter este quadro pressupõe, antes de mais nada, compreender as razões que nos trouxeram até aqui, a fim de organizar uma nova e transformadora forma de conceber e intervir na realidade. A Ecologia Social, enquanto campo transdisciplinar de construção de um pensamento holístico, pode ser um dos caminhos para esta transformação (FIGUEIRÓ, 2018, pp. 52-53)

A interpretação da relação sociedade-natureza, pela tradição da cosmogonia latino-americana, ressalta aspectos da cultura, da subjetividade, do humano, da horizontalidade social, da propriedade comunitária e do respeito à natureza como sujeito de direitos. Essa abordagem se aproxima a Ecologia Política e das ideias coletivas e libertárias de Bookchin (1982). Assim, para Figueiró (2018):

talvez em nenhum outro território do planeta as ideias da ecologia política tenham encontrado solo tão fértil para germinar quanto na América Latina, onde o histórico de pilhagem, a complexidade cultural de uma sociedade tão diversa e a demanda cada vez mais urgente pela construção de um modelo autônomo de desenvolvimento encontraram eco em um campo do pensamento que não apenas denuncia os interesses envolvidos na separação entre a humanidade e a natureza, mas que, também, compreende a necessidade de buscar a sua reconciliação e transcende-la, na perspectiva do retorno a uma “ética primitiva”. Esta, em que pese a radicalidade (necessária) da ruptura apontada, em nada se assemelha a voltar a uma vida primitiva, e sim a uma sociedade onde o amor e o respeito à natureza prevaleçam sobre a sociedade de consumo tout court, que identifica a felicidade com a acumulação de mercadorias e de capital; uma sociedade onde a tecnologia seja adaptada às características e limites da natureza, e não à necessidade crescente de

incremento da produtividade; uma sociedade onde o “outro” não seja aquele que disputa e divide, mas sim aquele que soma, colabora e fortalece (FIGUEIRÓ, 2018, pp. 79-80).

Com o resgate da abordagem latino-americana, se pretendeu, nesse subcapítulo, uma breve reflexão sobre a Ecologia Social pela perspectiva “do Sul Global”. Vale ressaltar que a proposta de “SULear e NORTEar”, foi discutida na oitava edição da Revista Série Documenta, publicada ainda em 1997, pelo Programa EICOS/Cátedra UNESCO, a partir das representações simbólicas e as conotações ideológicas envolvidas no termo “nortear”, para problematizar a adoção do verbo com o sentido de orientar, dirigir e guiar (CAMPOS, 1997). Com essa inspiração, e com origem nos anos de 1990, o Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) será detalhado, a seguir, como referência em Ecologia Social no caso brasileiro.

3.2.1 O enfoque brasileiro e o pioneirismo do Programa EICOS/UFRJ

*A Casa Comum nossa santa morada, de todos os seres viventes da Terra.
A mãe soberana sempre ameaçada, há muros, fronteiras, trincheiras e guerras.
O mundo agredido, ferido de morte, sem rumo, sem sorte, migrantes se vão.
Povo que caminha buscando morada, a terra sagrada com paz, vida e pão.
(...)*

*Integra e protege toda a natureza, acolhe, promove quem ficou para trás.
Os novos caminhos das gentes futuras superam culturas de morte e de dor.
Terão de surgir novas comunidades, valores, verdades, preceitos de amor.
E quando brotarem os justos direitos, cuidado, respeito pela Criação,
Um mundo de paz que a luz irradia será moradia de toda nação.
Se os ventos soprarem em novos horizontes, rios, mares, fontes podem respirar.
Os seres humanos serão mais família e a Casa Comum, toda a Terra será.*



(Nossa Casa comum, música que embalou a 21ª Assembleia Geral da Cáritas Internacional, composição do brasileiro, José Magalhães de Sousa, 2019).

Eikos. Esse termo, alternativo ao vernáculo grego *oikos*, pode ser traduzido, na língua portuguesa, como casa, habitação, lar ou moradia, e está na origem etimológica da palavra *ecologia* (*Ökologie*), que se refere ao estudo da natureza com base em suas múltiplas interações. Nesse sentido, a complexidade e a multiplicidade de conexões que envolvem a questão socioambiental contemporânea demandam uma leitura interdisciplinar para o alcance dos sentidos mais profundos do debate sobre ecologia (WALDMAN, 2018).

Diante da complexidade desse debate, o *Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social* (EICOS), um ícone na construção desse campo no contexto brasileiro, foi criado no *Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (IP/UFRJ) em 1989, como o primeiro programa interdisciplinar de pós-graduação do país a debater a temática da sustentabilidade pelo prisma desse campo de

conhecimento. Reconhecido pela CAPES, em nível de mestrado no ano de 1992, e de doutorado em 2001, o Programa vem contribuindo, desde a sua origem, para a construção da Ecologia Social brasileira. Por meio de uma perspectiva original, engajada, crítica e sensível ao cenário de desigualdades sociais que caracteriza o contexto latino-americano, e brasileiro em particular, o Programa EICOS tem se constituído como um espaço acadêmico inovador para o desenvolvimento de pesquisas inovadoras na busca por soluções práticas para problemas socioambientais, sobretudo a partir de uma perspectiva local e comunitária (MACIEL; SOUZA, 2018).

Entre as pesquisas e intervenções que inspiraram a criação do Programa EICOS, o *Projeto Sinuelo* (1981-1988), na região do Pantanal mato-grossense, se dirigiu a colocar em relevância os padrões culturais em comunidades tradicionais como importantes vetores para a proteção da natureza. A equipe interdisciplinar, criada para formatar e integrar o projeto, precisava receber uma formação para atuar nas comunidades. Para tal, com base em elaborações teórico-práticas inovadoras para o contexto à época, foi criado em 1989, o programa interdisciplinar de pós-graduação denominado “Teoria e Prática em Comunidades”, no Instituto de Psicologia da UFRJ, mesmo ano de criação do CLAE e da RedLACES, apresentados no subcapítulo anterior. No ano de 1992, essa pós-graduação passou a ser denominada *Estudos Interdisciplinares de Comunidades e de Ecologia Social* (EICOS) (CAMPOS, 2018, IRVING et al, 2014).

A equipe do *Projeto Sinuelo* trabalhou com Joffre Dumazedier, um dos fundadores do movimento de educação popular "povo e cultura", na França. A partir de suas experiências com o contexto francês, o projeto foi inspirado na Teoria da Decisão, pautada na indissociabilidade entre conhecimento e ação, e entre teoria e prática. Fundamentado em dois eixos – natureza e cultura – que posteriormente representariam as bases fundadoras do EICOS, o projeto foi orientado pela perspectiva de desenvolvimento sociocultural, em conexão com a questão ecológica, conforme transcrito a seguir:

- 1) as ações de desenvolvimento - sejam de preservação ou de mudanças no ambiente - não são possíveis se dissociadas da pessoa que nela habita e, por conseguinte, de sua dinâmica cultural.
- 2) o ambiente não pode ser concebido como dado isolado, mas como dado de uma cultura de comunidade, isto é, um processo de interação entre o sociocultural e a natureza, provocado pelo ser humano (IRVING et al, 2014, p. 104, tradução nossa).¹¹⁸

¹¹⁸ “1) *Les actions de développement – qu’elles soient de préservation ou des changements dans l’environnement – ne sont pas possibles si elles sont dissociées de l’homme qui y habite, et par conséquent, de sa dynamique culturelle.* 2) *L’environnement ne peut pas être conçu comme une donnée isolée, mais comme une donnée de la culture d’une communauté, c’est-à-dire comme un processus d’interaction du socioculturel et de la nature, engendré par l’homme.*”

Esse projeto de pesquisa e extensão, que posteriormente recebeu apoio da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) para a criação do *Laboratório de Psicologia Clínica* no Instituto de Psicologia (IP) da UFRJ, partiu do fundamento de que,

a Ecologia Social seria a área adequada para informar esses projetos, por propor a articulação entre a natureza e a cultura representada nas tradições, hábitos e costumes locais. O papel do psicossociólogo, nessa perspectiva, seria procurar conhecer essa cultura local e os laços que a mantém unida ao desenvolvimento da própria comunidade. A partir dessa compreensão, a abordagem do meio ambiente deve considerá-lo não como um dado isolado, mas como decorrente do próprio processo de interação entre cultura e natureza (CAMPOS, 2018, p. 33).

Com base nesses antecedentes, este Laboratório foi criado para reunir pesquisadoras/es interessadas/os na temática comunitária, possibilitando o desenvolvimento de diversas pesquisas. Alguns anos depois, esse laboratório passou a ser denominado *Laboratório de Ecologia Social*, “remetendo aos grupos caracterizados por uma organização comunitária ou definidos por uma comunidade de destinação ligada a um pertencimento de gênero, ou a diversas formas de vulnerabilidade” (JODELET, 2018, p. 46).

A partir desse breve histórico, as pesquisas desenvolvidas no Programa EICOS vêm envolvendo inúmeros temas voltados para o empoderamento comunitário e para a sua mobilização para a conservação ambiental e valorização cultural, tendo como destaque, ainda na origem, o papel das mulheres nesse contexto. E nessa trajetória, foram estabelecidos três eixos prioritários de pesquisa: comunidade e desenvolvimento, gênero e desenvolvimento e ética do desenvolvimento. Nestes três eixos, a leitura crítica da relação natureza-sociedade passou a representar um ponto fundamental para inspirar a pesquisa e a formação (CAMPOS, 2018; IRVING et al, 2014).

Essa abordagem, com todas as suas particularidades, tangenciando dimensões psíquicas do processo e a dimensão ambiental do debate, resultou em uma concepção inovadora e brasileira da Ecologia Social. Com base no tripé original *ecologia, feminismo e poder*, o Programa EICOS, a partir de uma visão teórico-prática, vem representando tanto um espaço de formação acadêmica quanto uma corrente de pensamento com rebatimentos em inúmeras instâncias internacionais. Assim, com o passar dos anos, também vem se tornando um espaço potente para o diálogo fértil entre os diferentes campos de conhecimento e setores da sociedade (IRVING et al, 2014; JODELET, 2018).

A articulação entre campos de saber e a conexão com perspectivas analíticas francesas, norte-americanas e latino-americanas vem reforçando o caráter inovador do Programa EICOS, que passou a sediar, a partir do ano de 1993, “a primeira ‘*Chaire Unesco*’ de

Desenvolvimento Durável da UFRJ, peça chave do projeto UNITWIN, primeira cátedra instalada pela Unesco na América Latina” (CAMPOS, 2018, p. 32). Essa iniciativa viabilizou, ainda, um amplo projeto de cooperação internacional e intrauniversitária sobre o tema das relações entre Ecologia e Desenvolvimento Cultural no âmbito comunitário. Em um dos primeiros relatos sobre a Cátedra, Vilson Carvalho, um dos colaboradores da equipe à época afirmou:

É difícil traduzir o que a conquista da Cátedra significou. Para começar, era considerado o maior título que o Instituto de Psicologia já havia abrigado e um dos maiores de toda a Universidade (...) Quase uma década após este feito, em 2002, tive a alegria de saber que a Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável – EICOS-UFRJ foi a única contemplada na área de Ciências Sociais e Humanas com o *Award Distinction Unitwin World Forum Unesco Chairs*, que premiou dezesseis dentre quase seiscentas Cátedras UNESCO existentes, pelo conjunto da obra e das pesquisas realizadas (CARVALHO, 2018, p. 76).

Assim, a Cátedra UNESCO/UFRJ, criada mediante convenção assinada em Paris, em 26 de outubro de 1993, como a primeira Cátedra em Desenvolvimento Durável da América Latina, teve como principal objetivo “promover a criação de redes interuniversitárias e de cooperação técnica-científica nesse domínio, com ênfase na dimensão cultural/social do desenvolvimento e na Ecologia Social” (D’ÁVILA, 1995, p. 10).

Essa perspectiva interdisciplinar inerente à própria denominação do Programa EICOS é expressa pela “riqueza da Psicossociologia, a complexidade da Ecologia Social e o uso de métodos e instrumentos inovadores, como o desenvolvimento de um banco de dados e de imagens para pesquisas em Psicologia” (CARVALHO, 2018, p. 81). Essa nova forma de se pensar e de se fazer ciência, não somente no âmbito da Psicossociologia, mas também no plano da própria Psicologia, aliada ao processo que caracterizou a criação do EICOS transcendeu os muros do IP/UFRJ e até mesmo da universidade, buscando a configuração de um espaço para a visibilização e o empoderamento de comunidades vulnerabilizadas e das minorias marginalizadas no plano da sociedade. Essa perspectiva representa a inovação do Programa desde a sua origem, com o objetivo de se tornar um centro de estudos e pesquisas interdisciplinares de referência no Brasil e no exterior (CARVALHO, 2018).

Por meio do rompimento dos limites e de modelos propostos por uma organização científica centrada em disciplinas e especializações, essa perspectiva transpõe a visão hierárquica e homogênea da ciência para contextualizar conhecimentos não lineares, complexos, heterogêneos, integrando a contribuição científica aos saberes e aprendizados de grupos sociais. Os temas complexos investigados no contexto do Programa EICOS, envolvendo fatores sociais, ambientais, políticos, econômicos, de saúde e de bem-estar, não

podem ser limitados por uma pesquisa disciplinar, nem devem desconsiderar a subjetividade na abordagem com as outras ciências (JODELET, 2018). De acordo com *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*, a temática da interdisciplinaridade foi definida na década de 1990 como uma forma original de produção de saber.

Nesse sentido, para a leitura do EICOS, não é possível conceber a interdisciplinaridade apenas “a um decálogo de boas maneiras, com os colegas e cientistas de outras áreas. Devemos expor-nos às suas dificuldades para que possamos melhor pensar as soluções de uma sociedade do futuro” (D’ÁVILA, 1995, p. 10). Com esse texto introdutório, o livro *Desenvolvimento Social: Desafios e Estratégias* foi publicado como resultado do *Seminário Internacional de Desenvolvimento Social*, promovido pela UNESCO e a UFRJ, no âmbito da Cátedra sediada no Programa EICOS, em 1994.

O evento contou com a participação de cientistas de referência, do Brasil e do exterior, como Darcy Ribeiro. E, também, com o aporte de diversas áreas do conhecimento, como Psicologia, Arquitetura, Sociologia, Economia, Biologia, Educação, Filosofia, Física, Geografia e Medicina. E a referida obra foi publicada com o objetivo de se tornar uma inspiração para o debate proposto e viabilizar o compartilhamento de saberes voltados para ao contexto social¹¹⁹ (D’ÁVILA, 1995).

Fundamentado por contribuições de inúmeras áreas do conhecimento, a partir de um compromisso dialógico e inovador, o Programa EICOS pode representar e materializar o debate da Ecologia Social no Brasil. Isso porque lança suas bases sobre um campo de interação entre as dinâmicas social e natural, entre o ambiente e a psique, de modo contínuo e indissociável, a partir de mecanismos complexos de interatividade. Assim,

no caso da Ecologia Social o Programa EICOS, ainda que se inspirando na contribuição de diferentes autores, propôs um campo interdisciplinar inteiramente novo de saberes e práticas voltado para uma análise complexa das relações entre humanidade e o meio ambiente como ninguém tinha proposto até então. Epistemologicamente se cunhou uma nova área de estudos cuja constituição só foi possível a partir de um Programa essencialmente interdisciplinar que sabia olhar determinadas questões de forma multidimensional envolvendo contribuições interativas de áreas como: Sociologia, da Antropologia, da Biologia, da Geografia e da Psicologia (CARVALHO, 2018, p. 78)

Portanto, a Ecologia Social se constitui como um campo híbrido, que recebe influências e, também influencia diferentes áreas do conhecimento, além de denunciar limites e falhas da Ciência Ecológica *stricto sensu*, que por muito tempo excluiu o papel do ser

¹¹⁹ O Seminário foi realizado como atividade preparatória para o United Nations World Summit on Social Development, realizado em 1995, em Copenhague, sendo a versão em inglês dessa publicação distribuída e discutida neste evento, entre as delegações de diversos países (D’ÁVILA, 1995).

humano e da diversidade cultural de seu universo. Assim, o objeto de estudo da Ecologia Social transpõe a dimensão física da natureza, para também abordar a dinâmica cultural, a análise das representações, dos sentimentos, e das motivações associadas a essa dinâmica. Aborda também as ideologias que têm conduzido a humanidade à destruição da natureza, e, conseqüentemente, a sua própria destruição (CARVALHO, 2018).

Com esses pressupostos e no sentido de ampliar o debate no campo da Ecologia Social no Brasil foi também criada a *Série Documenta*, no ano de 1993, como uma via para a discussão, envolvendo ensaios, artigos e demais produções de docentes, bem como a divulgação de eventos liderados no âmbito do Programa, tais como palestras, *workshops* e inúmeros seminários, alguns de alcance internacional.

A primeira edição da *Série Documenta*, intitulada *Ecologia, Feminismo e Desenvolvimento* reuniu alguns dos textos apresentados no *Seminário Internacional Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Realizado no ano de 1993, o evento contou com a participação de pesquisadores internacionais e nacionais de referência (como a Vandana Shiva, por exemplo), além de centros universitários e ONGs de diversos países (D'ÁVILA, 1997¹²⁰). A partir das discussões realizadas durante esse Seminário, foi reafirmada a necessidade de se repensar os projetos de desenvolvimento para o país, para almejar uma cultura de futuro mais equilibrado em termos social e de gênero, com base nos ideais do ecofeminismo. Nesse sentido, “na superação das dominações do mundo patriarcal que antagoniza homens e mulheres, ou a humanidade e a natureza, existe um movimento político-simbólico similar: o projeto autogestionário do futuro” (D'ÁVILA, 1997, p.24).

Além desse, outros complexos debates compuseram as edições da *Série Documenta*, a discussão liderada por André Lévy (1995)¹²¹, da Universidade de Paris VIII. O psicossociólogo, uma das principais referências nesse campo, abordou, na ocasião, o vínculo entre história individual e coletiva, discutindo em que medida a história de uma comunidade, grupo ou empresa estaria relacionada à história de indivíduos dessa própria coletividade.

Com base nessa construção teórica complexa, a Ecologia Social vem sendo construída e ressignificada por meio de inúmeros debates acadêmicos, mas, também, nas discussões de políticas públicas e nos movimentos sociais. Esse manancial teórico, com importantes

¹²⁰ D'ÁVILA, Maria Inácia. Ecofeminismo: horizontes contemporâneos. *Série Documenta*. Ano VI, Nº 08, 1997, p. 9-26.

¹²¹ Palestra ministrada na UFRJ, a convite do Programa EICOS. Após a exposição do conteúdo da palestra, foram também registradas, na referida publicação, as perguntas do público participante e as respostas do palestrante.

desdobramentos aplicados, tende, portanto, a representar uma lente pulsante e inovadora para a leitura da realidade contemporânea (IRVING et al, 2014; IRVING, 2018).

No Prefácio do livro, Muniz Sodré faz um resgate à origem etimológica da palavra grega *eikos*, homônima fonética à EICOS, ressignificando o nome do Programa: “Academicamente, *eikos* simboliza o caráter inalienável do vínculo humano com o seu território. Politicamente, um posicionamento sociopsicológico contra as barreiras à empatia e à compreensão do Outro” (MACIEL; SOUZA, 2018, n.p).

Após o Prefácio e a Apresentação, a primeira parte da obra é dedicada ao relato de pesquisadoras/es sobre o trajeto inovador trilhado pela professora Maria Inácia D’Ávila Neto¹²², que se confunde com a própria história do Programa EICOS. Denise Jodelet (2018) considera Inácia como uma psicóloga social original. Entre as metodologias inovadoras adotadas, a professora utilizava a gravação de vídeos como instrumento essencial para pesquisa participativa. Adotava, ainda, o “teatro do oprimido” como recurso para perceber a linguagem do corpo em suas pesquisas. Seu “Memorial”, escrito em 1995, representa um testemunho de sua história intelectual. Elaborado para o concurso para professora titular, o texto em formato de manifesto para uma prática humanista de pesquisa, abordou alguns pactos realizados enquanto pesquisadora e formadora:

pactos de poeta, alternando com os de revolucionária diante do cotidiano, imaginando ser possível reuni-los como sendo os de uma mulher-testemunha de seu povo e de suas raízes, de uma mulher-profeta de seu próprio futuro e o da humanidade, em um processo de solidariedade (JODELET, 2018, p. 53).

Ao definir Inácia como uma mulher batalhadora que lutou “pela conquista de uma nova área na Psicologia”, Carvalho (2018, p. 73) afirma que o modo como o Programa EICOS epistemologicamente desenvolveu a área da Ecologia Social, de forma diferente de autores associados a esse conceito, representa um dos maiores legados de Maria Inácia. Isso porque sua atuação estava pautada na busca constante pelo melhor para o desenvolvimento da

¹²² Formada na primeira turma da graduação em Psicologia da UFRJ, a homenageada iniciou sua carreira docente na Universidade de Brasília (UnB), na década de 1970, atuando como professora de Psicologia Social, e trabalhando em comunidades periféricas do Distrito Federal. A docente foi responsável, ainda, pelo reconhecimento do curso de Psicologia da UnB junto ao Ministério da Educação (MEC). Após concluir o Doutorado na França, retornou ao Brasil como docente do Instituto de Psicologia da UFRJ, onde atuou por 37 anos (1978-2015) (CAMPOS, 2018; MACIEL; SOUZA, 2018). Na UFRJ, Inácia foi Chefe do Departamento de Psicologia Social por seis anos (1982-1985 e 1992-1994) e Diretora do Instituto de Psicologia por oito anos (1994-2003). Além de criar e coordenar o Programa EICOS, conquistou a Cátedra Unesco Chair on Sustainable Development, no ano de 1993, em Paris. Maria Inácia coordenou, ainda, o pioneiro Laboratório de Imagens (EICOS/UFRJ), construído com o apoio da Unesco, adotando uma metodologia inovadora à época, por meio de um banco de dados de registros visuais, como vídeos, fotos e tecnologias digitais, para o trabalho com populações empobrecidas, sendo sua proposta metodológica referência na Europa e adotada pela Unesco (CAMPOS, 2018; CARVALHO, 2018).

Psicologia, para os processos psicossociais comunitários e para o melhor desempenho de soluções mais eficazes no combate à crise socioambiental contemporânea.

Diante desse breve histórico, vale ressaltar, também, uma homenagem à Prof^a. Maria Inácia no V Congresso Brasileiro de Psicologia: *Ciência e Profissão*¹²³ (V CBP), realizado em novembro de 2018, em São Paulo. O principal evento de Psicologia do Brasil contou com uma seção denominada “Homenagens Póstumas, personalidades da Psicologia”, conforme registrado nas Figura 12, a seguir:

Figura 12: Homenagem à Prof^a. Maria Inácia no V Congresso Brasileiro de Psicologia (V CBP)



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Entre os profissionais representativos para a Psicologia brasileira, a criadora do Programa EICOS foi uma das homenageadas no evento, por ser uma importante referência em Psicologia Social do desenvolvimento e sustentabilidade. E também, um destaque no campo dos Estudos Feministas no Brasil. Seu legado, com toda amplitude e qualidade, está fundamentado em suas ideias de justiça e não-violência, de cidadania universal, de direitos humanos, de solidariedade, e da potencialidade e criatividade dos laços comunitários (CAMPOS, 2018).

Diante dessa diversidade de temáticas, Campos (2018) afirma que

Esses trabalhos eram muito originais, na época (e creio que ainda hoje), por associar influências como a psicossociologia clínica francesa e a análise institucional de René Lourau e Georges Lapassade, de inspiração histórico-dialética; a crítica cultural da Escola de Frankfurt, na perspectiva de Theodor Adorno e Horkheimer; a psicanálise de Freud e Maud Mannoni e a antipsiquiatria; a teoria das representações

¹²³ Site do V CBP disponível em <<http://www.cienciaeprofissao.com.br/>> Acesso 06 ago. 2021.

sociais e sua sensibilidade às diferentes formas de apropriação dos significados socialmente construídos por indivíduos e grupos com inserções, valores e perspectivas sócias diferentes (CAMPOS, 2018, p. 23).

Além dessas referências, autores brasileiros, como Florestan Fernandes, também compõem essa síntese complexa e híbrida de culturas científicas, resultado da curiosidade intelectual e do engajamento em questões socioculturais de Maria Inácia, criadora do Programa EICOS. Essa perspectiva de vanguarda foi ressaltada por Darcy Ribeiro, quando ressaltou o preparo de Inácia para o diálogo do mundo universitário, que deve ser realizado de maneira mais objetiva, afirmando que “Sua característica que mais aprecio, além dessa formação, é o senso de problema, que lança seus olhos sobre os temas mais relevantes para a compreensão do nosso povo”. Assim, o trabalho de pesquisa, com teorias e com rigor metodológico e conceitual, tinha como provocação a condição de profunda desigualdade sociocultural (CAMPOS, 2018, p. 26).

Assim, os dados preliminares obtidos parecem refletir as principais perspectivas da Ecologia Social: a) Interdisciplinaridade; b) Teoria e Prática; c) Relação com as comunidades; d) Olhar para fora dos muros da universidade; e) Natureza e cultura. Diante desses preceitos preliminares que orientam o debate conceitual a partir das principais referências em Ecologia Social,

Pode-se ver o EICOS como uma escola de pensamento: reúne diversas disciplinas, enfocando-as nos diferentes problemas e, principalmente, na questão do desenvolvimento, entendido segundo uma concepção mais extensa que apenas a econômica: social, política, cultural, de gênero, educacional; enfim, humana (...) Percebe-se, à medida que se acompanham os seus cursos, que existe uma bibliografia de base, onde Anthony Giddens, Bruno Latour, Darcy Ribeiro, Edgar Morin, Georg Simmel, Gilberto Freyre, Gilberto Velho, Guerreiro Ramos, Ignacy Sachs, Michel Maffesoli, Milton Santos, Otávio Ianne, Roberto da Matta, Serge Latouche, Serge Moscovici, Sérgio Buarque de Holanda, Silvia Lane e Zigmunt Bauman são lidos, estudados e discutidos. No entanto, não há uma rígida orientação ideológica, pois, em primeiro lugar, é um programa interdisciplinar. Cada membro se expressa individualmente, sem, entretanto, deixar de estar harmoniosamente identificado com o grupo nas suas preocupações fundamentais (MOREIRA, 2004, p. 122).

Com todas essas influências, um dos primeiros doutores pelo Programa, ao relembrar sobre sua atuação na construção e alimentação do Banco de Dados do EICOS, ainda na época da graduação em Psicologia na UFRJ como bolsista de apoio técnico, afirmou que essa atividade possibilitava o aprofundamento de conhecimentos, por conta do acesso direto a docentes, a publicações e demais documentos do Programa, conforme relato a seguir:

Foi lá que tive a oportunidade de conhecer, aprender e me comprometer com uma série de temáticas com as quais nunca imaginei aproximação no domínio da Psicologia. Aparentemente tratava-se de discussões no campo da Psicologia Social, mas o fato é que elas eram muito diferentes de tudo aquilo que eu já havia estudado na área. As discussões sobre gênero, comunidades, psicossociologia, animação

social, lazer, ecodesenvolvimento, e tantas outras descortinavam um mundo novo para mim e me levaram a repensar tudo aquilo que eu julgava saber no âmbito da Psicologia (CARVALHO, 2018, p. 70).

Assim, Glória Moreira (2004), uma das primeiras doutoras pelo programa EICOS, em sua tese intitulada “Por uma "Ecologia Social": uma aproximação da noção de desenvolvimento aos princípios éticos do desenvolvimento humano durável”, afirma que estudos desta amplitude demandam uma leitura interdisciplinar. E defende uma Ecologia Social que abarque aspectos psicológicos (Psicologia Social) e sociológicos (Psicossociologia), ocorrendo no contexto comunitário, sendo essa a inspiração para o nome do Programa EICOS, de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

No ano seguinte, a tese de Carvalho (2005), intitulada “Raízes da Ecologia Social: O percurso interdisciplinar de uma ciência em construção”, representa um convite para estudos futuros, por conta de sua amplitude, a partir de uma perspectiva complexa e holística. O percurso constitutivo da Ecologia Social é apresentado visando fornecer elementos para uma análise epistemológica desse campo, além de seus limites e possibilidades.

Ao definir Ecologia Social como “uma ciência para espíritos livres”, Carvalho (2005) se inspira em Nietzsche (1879), que considera espírito livre quem pensa de maneira diversa do esperado, com base em sua procedência, seu meio, posição ou função, ou ainda, nas opiniões predominantes no seu tempo: “geralmente o testemunho da maior qualidade e agudeza intelectual do espírito livre está escrito em seu próprio rosto” (CARVALHO, 2005, p. 35).

Nessa perspectiva, Gudynas e Evia (1993) afirmam que as tarefas de quem trabalha com Ecologia Social demandam uma boa preparação intelectual e afetiva, sendo fundamental alegria e paixão para a realização das atividades. Defendem ainda que a práxis é incompatível com a concepção utilitária de trabalho, o que dialoga com a perspectiva de Krenak (2020), no livro “A vida não é útil”. O pensador indígena ressalta a importância de aprender com povos originários a experimentar a vida como um dom e o mundo como um lugar maravilhoso, ensinando a pisar de forma leve sobre a terra.

Carvalho (2005) defende, ainda, que sem a adoção de um “espírito livre”, a Ecologia Social pode ser compreendida como uma justaposição de ideias inconsistentes e radicais. Diante das tensões envolvidas na relação sociedade e natureza, a Ecologia Social representa um campo de questionamento dos modos insustentáveis de viver e de existir na sociedade contemporânea. Para tal, o desenvolvimento da Ecologia Social demanda a atuação de espíritos livres para enfrentar a lógica do cientificismo radical e do economicismo vigente, para promover lógicas próprias, mais críticas e harmônicas para promover novas formas de

relação entre a humanidade e a natureza. Portanto, a Ecologia Social brasileira pode ser definida como um

conceito incômodo, e isto tem sua razão de ser, na medida em que esses elementos não estão suficientemente esclarecidos, seja pelas transformações que este sofre constantemente, seja pela carência de estudos e pesquisas na área, voltados para a elucidação desse campo, cujas marcas mais significativas, destacadas neste estudo, são a complexidade, a interdisciplinaridade, a subversão e a esperança (CARVALHO, 2005, p. 37).

Em outra inspiração para ilustrar reflexão sobre Ecologia Social, a partir da noção de “espíritos livres”, Carvalho (2005) menciona Paulo Freire a respeito de uma perspectiva temporal e o futuro, temas fundamentais para orientar a presente tese, que se propõe a discutir os “amanhãs desejáveis”:

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos (FREIRE, *apud* CARVALHO, 2005, p. 35).

Como sugere Paulo Freire, o olhar para o “ontem”, por meio do resgate histórico do campo da Ecologia Social e do Programa EICOS, e das dissertações e teses desenvolvidas, pode indicar o “processo” de construção da lente da Ecologia Social que temos “hoje”, para contribuir na criação de “amanhãs” desejáveis e sustentáveis.

Com base nessas múltiplas inspirações para se refletir sobre os “amanhãs desejáveis”, e nesse exercício retrospectivo sobre a emergência e a consolidação do pioneiro campo da Ecologia Social no Brasil, diante dos variados temas de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), o próximo capítulo tem como objetivo transpor esse debate para o campo da Psicologia Ambiental, identificada como uma das referências e influências para o campo da Ecologia Social. E assim, complementar o debate e indicar caminhos possíveis para fundamentar e orientar a discussão sobre a noção de sustentabilidade no âmbito do Ensino Superior, proposta da presente tese.

3.3 Transposição do debate para a Psicologia Ambiental

*Vou plantar um pé de sonho, planto um pé de esperança,
um pé de riso risonho, vou plantar pé de lembrança,
planto um pé de alegria, um grande pé de amor,
para não quebrar a magia eu não planto pé de dor.
Choveu no dia de São José, vou correr, limpar a terra,
vou plantar com muita fé*

([Plantação](#). Everardo Sena. Maio de 2016, Aracaju/SE)



Seguindo a ilustração adotada na presente tese, envolvendo o ciclo do cultivo, uma das técnicas voltadas à ampliação da diversidade de espécies em um terreno é denominada *transposição do banco de sementes do solo*. Adotada, sobretudo, no processo de regeneração florestal, essa estratégia possui papel fundamental na restauração ecológica e na conservação da terra. Potencializado pela chuva, esse tratamento pode favorecer o surgimento de diversas formas de vida no ambiente (SOUSA et al., 2020).

Com base nessa inspiração, este tópico busca promover uma transposição do conteúdo discutido ao longo deste capítulo, como uma espécie de “banco de sementes do solo” oriundo do campo da Ecologia Social, a partir do qual se propõe refletir sobre uma estratégia para o fluir de “diversas formas de vida” no campo da Psicologia Ambiental. Essa “biodiversidade” metafórica, impulsionada pelo processo de transposição proposto, busca ampliar o olhar para conexões possíveis entre esses campos do conhecimento.

Nesse sentido, cabe aqui resgatar alguns antecedentes que podem contribuir para facilitar o entendimento sobre a complexidade envolvida nesse debate. Nesta perspectiva, assim como ocorreu com a Ecologia Social, a Psicologia Ambiental também se originou nas primeiras décadas do século XX. Constituída com base em dois eixos centrais de reflexão – os problemas referentes à degradação ambiental e a discussão crítica sobre projetos dirigidos aos ambientes construídos – ao longo de seu desenvolvimento como campo da Psicologia, inúmeras outras nuances de interesse reflexivo e acadêmico passaram a ser por ela assimilados, entre as quais, o debate sobre sustentabilidade (FERREIRA, 2014).

Considerando a Psicologia como terreno de produção de conhecimento, a Psicologia Ambiental teve o seu início após a Segunda Guerra Mundial, por volta de 1945, com enfoque dirigido aos ambientes construídos. Assim, se originou a partir da necessidade de se planejar a reconstrução de espaços de habitação e de convivência social no pós-guerra. Ao mesmo tempo, esse campo emerge no sentido de oferecer contribuições à engenharia e à arquitetura, transcendendo o olhar sobre projetos arquitetônicos, para se voltar à reflexão crítica envolvendo a dignidade humana e a necessidade de desenvolvimento de valores coletivos

para a sociedade. Com base em um compromisso ético e social, Proshansky, um de seus pioneiros, afirma ter sido essa uma oportunidade para que a Psicologia pudesse oferecer respostas à sociedade, visto que, em sua análise, à época, a Psicologia Social estaria se afastando dos problemas essenciais da vida humana e do compromisso com a transformação social (FERREIRA, 2014).

Nesse contexto, um segundo eixo da Psicologia Ambiental passou a se relacionar aos estudos sobre as questões socioambientais, foco da presente tese. A denominada *Psicologia Ecológica*, considerada como precursora da Psicologia Ambiental, teve origem no início dos anos 1940. Seu objetivo envolvia articular teoricamente os acontecimentos da vida cotidiana, diferenciando-os das situações artificiais, geradas ou manipuladas por experimentadores. Desenvolvida por Barker e Wright, a *Psicologia Ecológica* tem como inspiração o modelo de *espaço vital*. Proposto na década de 1930 por Kurt Lewin¹²⁴, esse modelo compreendendo que o ambiente é percebido como um campo subjetivo (CARNEIRO; BINDÉ, 1997).

Com relação às diferentes nomenclaturas, para Carneiro e Bindé (1997)

As denominações Psicologia Ecológica ou Ecopsicologia utilizadas nos países de idioma germânico (originalmente ökologische Psychologie e, respectivamente, Ökopsychologie), correspondem ao que na esfera anglo-americana é designado como Psicologia Ambiental (do inglês Environmental Psychology). No âmbito anglo-americano (visto globalmente), a Psicologia Ecológica se caracteriza como aqueles trabalhos que são relacionados e orientados quase que exclusivamente à escola barkeriana (Barker, 1968; Barker & Schoggen, 1973; Barker & Wright, 1954). Já nos países de idioma tudesco a terminologia Psicologia Ambiental (sob a denominação Umweltpsychologie), se refere a todos os esforços da Psicologia como um todo, em relação aos grandes problemas ambientais de nosso tempo (Kaminski, 1986). Quando nos remetemos à história dos países de idioma alemão, constatamos que a Psicologia do período posterior à Segunda Guerra Mundial, atentou com grande interesse ao sentido ecológico da Psicologia (aqui especificamente embasada em Barker). Com isso, um grupo de psicólogos criou junto à Sociedade de Pesquisa Alemã (Deutsche Forschungsgemeinschaft - DFG), um programa de pesquisa que em meados de 1978, iniciou suas atividades com projetos ecopsicológicos (Kaminski, 1986). Barker teve, e possui ainda, um enorme significado neste âmbito. Porém, o que atualmente se entende por Psicologia Ecológica na versão germânica, avança o modelo barkeriano, incluindo, igualmente, as críticas e os desenvolvimentos posteriores a este, correspondendo, portanto ao que, na esfera anglo-americana é chamado de Psicologia Ambiental (CARNEIRO; BINDÉ, 1997, pp. 365-366).

Tendo como objeto de estudo as inter-relações entre as pessoas em seu contexto físico e social, a Psicologia Ambiental busca compreender a forma pela qual as pessoas percebem e interagem em seu ambiente, considerando que as condições ambientais têm efeitos sobre o

¹²⁴ Psicólogo social alemão, criador da *Teoria de Campo*, e considerado pela revista *General Psychology*, de 2002, como o 18º psicólogo mais citado do século XX. American Psychological Association. Eminent psychologists of the 20th century. *Monitor on Psychology*, 33(7), 2002. Disponível em <<https://www.apa.org/monitor/julaug02/eminent>>

comportamento humano. Essa concepção representa uma perspectiva alternativa de leitura de um mundo globalizado, e de se compreender, de maneira mais ampla, o desenvolvimento humano e social (GÜNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2014; SWIM et al., 2011).

As pesquisas em Psicologia Ambiental são fundamentadas na integração entre teoria-prática, tendo como principal característica a articulação com os mais variados campos, como *Ecologia Humana*, *Geografia*, *Pedagogia*, *Arquitetura e Urbanismo*, entre outros (CAVALCANTE; ELALI, 2018). Essa articulação está na base de constituição da Psicologia Ambiental, originada a partir de duas grandes raízes teóricas, uma externa e outra interna à própria Psicologia, com ambas interferindo na formação de sua identidade teórica. Enquanto a sua raiz externa é oriunda da *Arquitetura*, da *Geografia* e das *Ciências Bio/Ecológicas*, a interna, tem inspiração na *Psicologia da Percepção*. Esta define o ambiente em termos físicos e perceptuais, considerando tanto o indivíduo percebedor, como a realidade percebida, como partes de um mesmo processo. Inspira-se, também, na *Psicologia Social*, que considera os comportamentos em relação a outros sujeitos presentes no mesmo contexto social (DINIZ; PINHEIRO, 2014). Essa perspectiva de *práxis* interdisciplinar, que também representa uma premissa essencial da Ecologia Social, como já discutido anteriormente, constitui uma via analítica chave para se refletir sobre questões socioambientais, em geral, e a temática da sustentabilidade, em particular.

Mas foi no final dos anos 1960 que esse debate passou a incluir o reconhecimento da insustentabilidade nos modos de produção e de consumo da sociedade contemporânea. Associado ao reconhecimento do efeito de ameaça ao futuro da espécie humana no planeta, causada por sua própria desconexão com a natureza, a Psicologia reconhece a necessidade de abordar a problemática socioambiental, desde então, como mais um tema de reflexão (FERREIRA, 2014).

Para Pinheiro (1997), algumas características fundamentais nesse sentido seria o desenvolvimento de estratégias e ferramentas de intervenção que contribuam para uma mudança essencial no modo de relação de indivíduos com a vida no planeta. Uma delas seria a busca pelo desenvolvimento de modelos explicativos integrados, ou seja, integrar conceitos de diferentes disciplinas, como territorialidade, espaço pessoal e conflito. Outra característica envolve a variabilidade da escala espacial, vinculada à necessidade de se compreender o comportamento humano com relação às questões ambientais globais.

A compreensão das percepções, atitudes e significados ambientais, considerando os comportamentos a elas associados, são discutidos por Jerônimo e Souza (2015), com base nas categorias de espaço e lugar, sendo o primeiro associado à liberdade e o segundo à segurança.

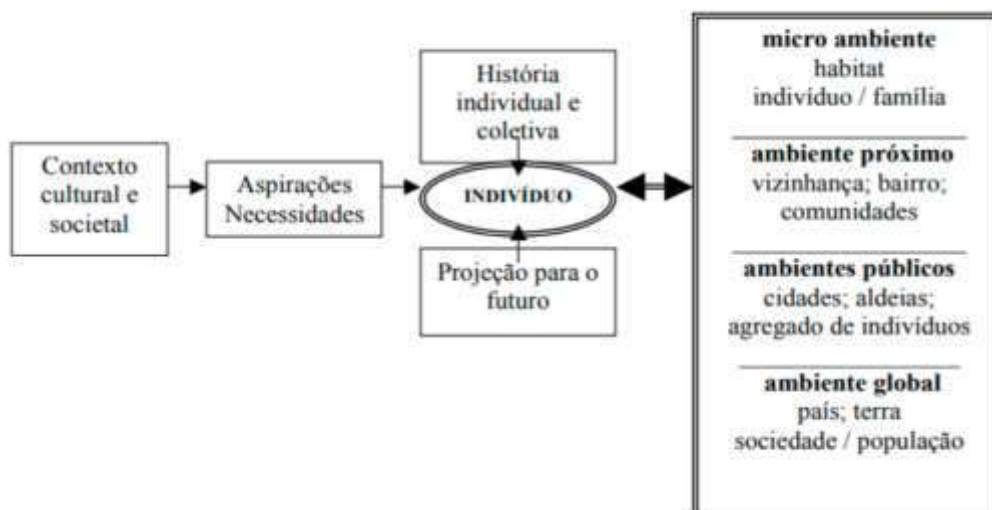
Para as autoras, a Psicologia Ambiental descreve que os lugares traduzem a subjetividade do sujeito, manifestam sua obra simbólica, contemplam a emoção, a afetividade e as lembranças. O lugar está, portanto, relacionado à identidade e à singularidade das pessoas.

Assim como na Psicologia em geral, as raízes da Psicologia Ambiental são também históricas. No entanto, suas amplas ramificações, em função dos múltiplos métodos de investigação e da diversidade dos temas envolvidos, representam alguns dos desafios para a sistematização e a definição dessa área do conhecimento. Este vem se consolidando tanto como uma disciplina da Psicologia, como em termos de um complexo campo interdisciplinar (GÜNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2014).

De acordo com Moser (1998), uma das principais referências em Psicologia Ambiental, duas abordagens essenciais caracterizam esse campo: uma experimental e outra que busca realizar a análise sistemática da inter-relação pessoa-ambiente, sem privilegiar uma das partes desse binômio isoladamente, pois se compreende que ambas compõem um todo, um sistema.

No artigo *La Psicología Ambiental en el Siglo 21: El Desafío del Desarrollo Sustentable* (MOSER, 2003), é ressaltada a necessidade de um olhar atento para as diferenças interculturais e a dimensão temporal na relação indivíduo e ambiente, conforme esquematizado na Figura 13, apresentada a seguir.

Figura 13: Relação indivíduo e ambiente em função de sua posição temporal e cultural



Fonte: Moser (2003); e versão traduzida para o português em Moser (2018, p. 27)

Essa imagem reflete a necessidade de reintegração de temas fundamentais para a discussão sobre desenvolvimento sustentável, em um mundo globalizado, considerando as

perspectivas de futuro. Com isso, o autor amplia a definição tradicional de Psicologia Ambiental, para compreendê-la como “o estudo das inter-relações entre o indivíduo e o seu ambiente físico e social, dentro de suas dimensões espaciais e temporais” (MOSER, 2003, p. 14). Ao agregar dinâmicas interculturais e temporais, essa leitura permite envolver temáticas como solidariedade intergeracional, conhecimento de povos e comunidades tradicionais e emergência climática (MOSER, 2003).

A partir dessa perspectiva ampliada, o autor estabelece quatro níveis de análise, que devem ser considerados de maneira interrelacional, conforme Quadro 7, apresentado a seguir:

Quadro 7: Aspectos físicos e sociais dos níveis de ambiente na Psicologia Ambiental

Níveis de Ambiente	Ambiente físico	Ambiente social	Tipo de espaço e controle
Nível I	micro-ambiente, habitat, espaço de trabalho	nível individual, família	Espaços privados, controle estendido
Nível II	ambientes próximos, espaços abertos ao público	nível interindividual, comunidades, usuários, clientes	espaços semi-públicos, controle compartilhado
Nível III	ambientes urbanos, públicos, cidades, povos	habitantes, conglomerados de indivíduos	espaços públicos, controle mediado
Nível IV	ambiente global	sociedade, população	país, nação, planeta, ausência de controle

Fonte: Moser (2003), em tradução livre.

Em uma análise semelhante, Valera (1996) define quatro perspectivas no desenvolvimento da Psicologia Ambiental: a individualista, a interacionista, a organísmica e a transacionalista, a partir das “visões de mundo” em psicologia de Altman e Rogoff (1987). Nesse sentido, na presente tese se decidiu adotar a perspectiva transacionalista (ou transacional), que compreende pessoa e ambiente como elementos de uma unidade holística de análise e não como partes ou elementos separados (FREIRE; VIEIRA, 2006).

No transacionalismo, o ambiente se materializa para atribuir significados, promover identidades e localizar as pessoas pelas perspectivas social, cultural e econômica (MOSER, 2003). Por outro lado, Stokols (1995) distingue teorias situacionistas e interacionistas, que são lineares e unidirecionais, de teorias transacionalistas, que enfatizam a reciprocidade das inter-relações pessoa-ambiente. Sobre a abordagem metodológica, a concepção transacionalista constitui característica marcante do campo em foco, pois proporciona uma contextualização abrangente, em termos espaciais, temporais e socioculturais (PINHEIRO, 1997).

Diante dessa discussão sobre alguns dos preceitos básicos da Psicologia Ambiental, em busca de um alinhamento com o campo da Ecologia Social, o próximo tópico aborda o contexto nacional desse campo em foco.

3.3.1 Desenvolvimento desse campo no Brasil

No cenário brasileiro, apesar de identificadas algumas produções em Psicologia Ambiental na década de 1970, esse campo somente se fortaleceu a partir dos anos 1990. Com a integração entre as pesquisas desenvolvidas no final do século XX, a consolidação da Psicologia Ambiental vem ocorrendo por meio de sua inserção em eventos acadêmicos, reunindo pesquisadoras/es de diversas instituições, abordagens, formações acadêmicas e atuações profissionais, ressaltando, assim, o caráter interdisciplinar desde a sua origem.

Como marco temporal, cabe destacar o *1º Encontro Brasileiro de Psicologia Ambiental*, evento paralelo à *10ª Reunião Anual da Associação Brasileira de Psicologia Social* (Abrapso), realizado em São Paulo, em 1999. No ano seguinte, o trabalho conjunto envolvendo pesquisadoras/es desse campo resultou no *1º Seminário Internacional sobre Psicologia e Projeto do Ambiente Construído: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo*, sediado no campus da Praia Vermelha, na UFRJ, no Rio de Janeiro (GÜNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2014). Com a presença de quase 200 participantes, nacionais e internacionais, esse evento teve como objetivo mapear o campo de estudo compartilhado pela Psicologia, a Arquitetura e o Urbanismo, apoiando e direcionando esforços para o seu desenvolvimento (DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002).

É importante ressaltar, o envolvimento do Programa Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ), como denominado à época, nesse *1º Seminário*, realizado em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Considerado como um evento pioneiro no campo da Percepção Ambiental, os resultados e os debates desse Seminário Internacional foram publicados na obra *Projeto do Lugar*. Apesar de ter tido a edição esgotada, em 2020, a editora *Contra Capa* disponibilizou a versão digital¹²⁵ da obra. Ainda que a realização do referido evento tenha ocorrido na virada do século, a referida publicação tem como objetivo propor projeções e contribuições para os amanhã desejáveis, sendo, assim, uma inspiração para a presente tese.

Na apresentação do eixo temático *Inovações e visões para o novo milênio*, Paulo Rheingantz (2002), um dos organizadores da obra mencionada, destacou a conferência da professora Tânia Maciel, proferida durante o evento, na qual discutiu os desafios para as inovações sustentáveis no século XXI. Na ocasião, a pesquisadora representante do Programa

¹²⁵ PROJETO DO LUGAR: Colaboração entre a Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://prolugar.fau.ufrj.br/projeto-do-lugar-colaboracao-entre-a-psicologia-arquitetura-e-urbanismo/>>

EICOS¹²⁶ e uma das suas fundadoras, defendeu que o ser humano deve ser compreendido em sua integralidade, fundamentado nas bases da sustentabilidade, e de suas raízes sociais e culturais. A palestrante apresentou, ainda, como um novo paradigma desse século que se iniciava à época, o retorno “ao saber das culturas indígenas que aqui habitavam, cujo modelo, ritmo e desenvolvimento estavam muito mais próximos daquilo que hoje denominamos desenvolvimento durável sustentável” (RHEINGANTZ, 2002, p. 303). Cabe enfatizar que essa visão dialoga com a perspectiva adotada na presente tese, na qual se reconhece e se defende o saber tradicional e o conhecimento ancestral como essenciais ao debate sobre a temática de sustentabilidade, conforme discutido no âmbito deste capítulo.

Nesta breve retrospectiva, é importante destacar que a conferência mencionada contou, ainda, com um diálogo entre o “ambiente real” apresentado por Maciel, e o “ambiente virtual”, pelo psicólogo e doutor em comunicação André Parente, no qual se apresentou o *Visorama*, um protótipo de computação gráfica de um sistema de realidade virtual tridimensional. Essa ferramenta, como se fosse um observatório cibernético, foi criada com o objetivo de transcender o espaço imediato para criar outros mundos possíveis, com base na ideia de que a realidade é capaz de alterar os espaços mentais. De acordo com esta perspectiva, “o sistema nos permite visualizar ou destruir neuroses ou ‘muros mentais’ cristalizados em nossas mentes, dificultando ou impedindo a visão do novo ou do que dele emerge” (RHEINGANTZ, 2002, p. 302). Quase duas décadas depois, esse enfoque foi apresentado pelo psicólogo Ambiental, Daniel Stokols (2018), na obra *Ecologia Social na Era Digital*, como apresentado no subcapítulo anterior da presente tese, o que tende a ilustrar como as questões refletidas no evento realizado no início da década de 2000 já se expressavam como atuais e inovadoras naquela época.

Em contrapartida, na discussão sobre o “ambiente real”, apresentada por Maciel, com base nas perspectivas do campo da Ecologia Social, foi refletido sobre como o espaço construído se funde à ética com o objetivo de atender os interesses gerais. A palestrante recorreu, ainda, ao pensamento complexo de Morin para ressaltar a importância da Ecologia Social na redefinição de novos paradigmas para o próximo milênio, visando à melhoria da qualidade de vida sem desrespeitar as diferenças culturais, éticas e a solidariedade. Assim, “como visões inovadoras para o século XXI, propôs que se considere o homem por inteiro,

¹²⁶ A obra contou com a participação da professora Tânia Maciel, do Programa EICOS, em um capítulo e no Conselho Científico. E com a pensadora francesa de referência em pesquisa social, Denise Jodelet, parceira do EICOS, entre as/os principais conferencistas do evento.

assentado sobre todas as bases da sustentabilidade, sobre suas raízes culturais e sociais” (RHEINGANTZ, 2002, p. 303).

Após esse evento de referência realizado na UFRJ, na virada do milênio, a consolidação desse intercâmbio entre pesquisadores e profissionais que atuam com Psicologia Ambiental passou a ser conduzida, no âmbito do *Grupo de Trabalho em Psicologia Ambiental*, vinculado à *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*¹²⁷ (GT-PA/Anpepp). Criado em 2000, com o objetivo de construir, estruturar e fortalecer essa área no contexto brasileiro, o GT-PA vem trabalhando na ampliação do entendimento sobre conceitos relacionados aos saberes e fazeres da Psicologia Ambiental. Entre as temáticas abordadas, o grupo considera que a discussão sobre sustentabilidade exige reflexões interdisciplinares, a partir de questões sociológicas, de governança, econômicas, entre outras, devendo, ainda, envolver questões dirigidas ao comportamento humano, perspectiva que também orienta o campo da Ecologia Social.

Os diferentes campos de pesquisa e de atuação de membros do GT-PA representam dois grupos principais: pesquisadores inseridos em áreas contíguas da Psicologia (Psicologia Social, Comunitária, do Desenvolvimento, Educacional, do Trânsito, entre outras), ressaltando o caráter interdisciplinar da Psicologia Ambiental dentro do campo da Psicologia. Envolve, ainda, pesquisadores de outras áreas (Arquitetura, Administração, Pedagogia, Direito e Ciências Ambientais, por exemplo), que buscam a perspectiva psicológica para orientar as suas abordagens sobre a relação entre pessoa e ambiente.

E para possibilitar uma visão mais ampla sobre a diversidade de campos de atuação da Psicologia Ambiental, o GT-PA/Anpepp elaborou dois livros, em forma de coletânea, com a apresentação e discussão sobre os principais temas dessa área do conhecimento. Com capítulos subdivididos em três grupos, tanto o primeiro, publicado em 2011, como o segundo, em 2018, ressaltam a diversidade temática e ilustram a riqueza desse campo de estudos, indicando, também, a viabilidade de aplicabilidade prática de seus fundamentos, em outras áreas, conforme sintetizado no Quadro 8, apresentado a seguir.

¹²⁷ Organização fundada em 1983, durante a XXXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com o objetivo de congregar programas de pós-graduação para fomentar e estimular a formação de profissionais para pesquisa e pós-graduação em Psicologia. Os principais meios para alcançar esse objetivo estão relacionados à realização de "Simpósios Brasileiros de Pesquisa e Intercâmbio Científicos" a cada dois anos, e de encontros para discussão de temas específicos sobre o desenvolvimento e avaliação da Pós-graduação em Psicologia, denominados de "Seminários Novos Horizontes".

Quadro 8: Temas Básicos em Psicologia Ambiental.

Classificação dos temas em grupos	25 Temas, por Cavalcante e Elali (2011)	23 Temas, por Cavalcante e Elali (2018)
Temas amplos e não exclusivos da Psicologia Ambiental, mas que podem ter importantes contribuições dessa área para desenvolver novos olhares para estudos.	<u>Ambiente</u> , Biofilia e biofobia, <u>Desenvolvimento sustentável</u> , <u>Gestão Ambiental</u> , <u>Interdisciplinaridade</u> , Multimétodos e Pesquisa-ação.	<u>Justiça ambiental</u> , Mobilidade, Paisagem, Permacultura e <u>Sustentabilidade</u> .
Temas trabalhados pelas Ciências Humanas e Sociais, mas que podem ter contribuições importantes da Psicologia Ambiental	Apropriação, Cognição ambiental, Espaço e lugar, Identidade de lugar, Identidade social urbana, Percepção ambiental e Valores ecológicos.	Ambiência, Conscientização, Escolha ambiental, Enraizamento, Espaço defensável, <i>Open spaces</i> , Perambular, Percepção de Risco, Territorialidade e <i>Wayfinding</i> .
Temas originados na própria Psicologia Ambiental e desenvolvidos a partir dela	<i>Affordance</i> , Ambientes restauradores, Apego ao lugar, Arranjo espacial, <i>Behavior setting</i> , <u>Compromisso pró-ecológico</u> , <u>Comportamento ecológico</u> , <u>Comportamento socioespacial humano</u> , Estresse ambiental, <u>Perspectiva temporal</u> e <u>Pressão ambiental</u> .	<u>Crenças e atitudes ambientais</u> , Docilidade ambiental, Emoções e afetividade ambiental, Escala e experiência ambiental, Espaço pessoal, Privacidade, <u>Responsabilidade socioambiental</u> , <u>Validade ecológica</u> .

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Cavalcante e Elali (2011; 2018), com grifo nosso.

Entre os temas discutidos na primeira coletânea, os termos grifados no Quadro 4 representam aqueles que fundamentaram e inspiraram, de alguma forma, a presente pesquisa. Dentre os quais, vale destacar Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental, Interdisciplinaridade, que, apesar de sua amplitude e complexidade, podem ter contribuições da Psicologia Ambiental. E, também, como temáticas oriundas da própria Psicologia Ambiental, e desenvolvidas a partir dela, é importante destacar para a presente pesquisa Compromisso pró-ecológico, Comportamento ecológico, Comportamento socioespacial humano, Estresse ambiental, Perspectiva temporal e Pressão ambiental.

Ainda sob o enfoque de resgate histórico, como parte dos eventos organizados pelo grupo, a atividade *Anpepp do Futuro*, realizada durante o Simpósio de 2018, teve como objetivo a aproximação dos membros do GT-PA, e demais participantes do Simpósio. Esse encontro presencial representou uma importante oportunidade de intercâmbio do GT-PA com membros do GT *Psicologia, Sustentabilidade e Ética nas Práticas Institucionais - SustentaPsi*¹²⁸.

¹²⁸ GT criado em 2018, sob a coordenação, à época, da professora Marta de Azevedo Irving (EICOS/IP/UFRJ), com o objetivo de ampliar as oportunidades de diálogo sobre as interfaces entre Psicologia e Sustentabilidade, tendo em vista os desafios enfrentados para o desenvolvimento científico na contemporaneidade, sobretudo àqueles referentes à justiça social em uma perspectiva socioambiental construída em bases mais sustentáveis.

Como mais um resultado do trabalho dessa rede de pesquisadores que compõem o GT-PA, o amadurecimento, a cada edição dos Simpósios da ANPEPP, culminou na fundação da *Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA)*¹²⁹, em 2018. No ano seguinte, ampliando sua visibilidade, foi realizado o *1º Congresso Brasileiro da ABRAPA*, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como um evento paralelo à *49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP)*.

Vale ressaltar que um recorte da presente pesquisa de doutorado, apresentado neste importante evento pioneiro, referência na área, recebeu menção honrosa. Intitulado “A ação universitária à Luz da Agenda 2030: uma leitura pela lente da Psicologia Ambiental” (FAICO; IRVING; OLIVEIRA, 2019), o trabalho foi contemplado com um certificado de premiação (ANEXO C) e uma carta de congratulações de Daniel Stokols, criador da *Escola de Ecologia Social da Universidade da Califórnia*, e parceiro da ABRAPA (ANEXO D).

Diante da urgência do debate sobre o contexto de crise civilizatória, essa perspectiva vem sendo mencionada desde a primeira coletânea do GT-PA, “Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente” (GÜNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2004). No texto de apresentação dessa obra foi intitulada “Psicologia Ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável?”. De autoria dos organizadores da obra, esse texto representa uma importante inspiração para a presente pesquisa, considerando as perspectivas futuras na busca por amanhãs desejáveis, tema que demanda conquistar cada vez mais visibilidade na Psicologia.

Na referida obra, ao defenderem a importância da interlocução entre as diferentes áreas do conhecimento, e, também entre as diversas áreas Psicologia, os autores afirmam ser essa a única saída possível para o avanço da ciência e para o seu significado social. Nesse sentido, projetam questões a respeito do lugar da Psicologia Ambiental na realidade brasileira. Seria este um campo específico dentro da Psicologia? Suas temáticas inerentes deveriam ser abordadas pelas subáreas que já existem na Psicologia? Mas por outro lado, advogam que não seria ideal restringir a Psicologia Ambiental a uma área específica, já que esta pode ser inserida em campos interdisciplinares do conhecimento, como a Ecologia Social e os Estudos de Lugar, por exemplo. Por sua complexidade, esse tipo de questionamento parece permanecer até o presente momento gerando novas reflexões sobre o papel da Psicologia Ambiental no Brasil, como observado presencialmente em discussões durante o Congresso da ABRAPA, em 2019.

¹²⁹ <https://abrapa-rpa.org/inicial-1?blogcategory=1%C2%BA+Congresso+da+ABRAPA>

E diante desses questionamentos apresentados até aqui, é inegável a necessidade de ampliação do olhar da Psicologia, em articulação com outros campos do conhecimento, sobre questões políticas e institucionais que estão na base da crise civilizatória contemporânea. E a crescente demanda social pela contribuição da Psicologia diante da problemática socioambiental instiga um reconhecimento sobre a necessidade de uma maior disseminação sobre o campo da Psicologia Ambiental e sobre as suas possibilidades de atuação nesse contexto. Assim, esse pode ser um dos caminhos possíveis nesse sentido, pois as “gerações futuras nos espreitam, aguardando ansiosas que encontremos maneiras de enfrentar os graves problemas humano-ambientais (...) e que colocam em sério risco a sustentabilidade necessária para sua existência” (GÜNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2014, p. 10 e 11).

Sobre essa perspectiva intergeracional questionadora, o 2º Congresso da ABRAPA, realizado em dezembro de 2021, contou com a participação de uma das principais lideranças jovens do Brasil e uma das vozes mais relevantes em defesa da Floresta Amazônica na luta contra a crise climática. Txai Suruí, a única brasileira a discursar na abertura da 26ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-26), sediada em Glasgow, Escócia, em 2021, ressaltou, diante de centenas de chefes de Estado, que a única chance de frear e reverter a crise climática passa por ouvir os povos indígenas e seus saberes milenares sobre a natureza.

Tendo em vista a importância que os debates aqui apresentados vêm conquistando no âmbito dos Simpósios da ANPEPP, considerou-se importante sistematizar no Quadro 9, apresentado a seguir, os principais resultados alcançados pelo GT de Psicologia Ambiental (GT-PA), em uma trajetória trilhada entre 2000 e 2022, nesse contexto de reflexão acadêmica e profissional:

Quadro 9: Matriz-síntese de resultados do GT-PA nos Simpósios Anpepp (2000 a 2020)

Ano	Principais produtos associados às Reuniões do GT-PA nos Simpósios da Anpepp		
2000	Criação de <i>website</i> e lista de discussão REPALA (Rede de Psicologia Ambiental Latino-Americana – www.cchla.ufrn.br/repala)		Publicação da coletânea “Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente” (Günther, Pinheiro & Guzzo, 2004)
2002	Publicação de número especial da revista Estudos de Psicologia (Natal), v. 8(2), 2003, contendo artigos de autores nacionais (dos quais 06 de membros do GT) e estrangeiros sobre Psicologia Ambiental (organização: J. Q. Pinheiro)		
2004	Publicação da coletânea Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente (Pinheiro & Günther, 2008), com 12 capítulos de membros do GT.		
2006	Participação de integrantes do GT em eventos acadêmicos nacionais e internacionais.	03 artigos de membros do GT relacionando Psicologia Ambiental e Psicologia do Desenvolvimento publicados na revista Paidéia (Ribeirão Preto), v. 18(3), 2008.	Publicação da coletânea Temas Básicos em Psicologia Ambiental (Cavalcante & Elali, 2011), com 22 dos capítulos desenvolvidos por membros do GT.
2008	Participações no 20th IAPS Conference, Roma, 2008; participações no 10º Congresso de Psicologia Ambiental, Lisboa, 2009; participações no XXXII Congreso Interamericano de Psicología (Guatemala, 2009); Participações no VI CONPSI, Belém, 2009.		
2010	Participações no 21th IAPS Conference, Leipzig, Alemanha, 2010; participações no VII CONPSI,		

	Salvador/2011; participações no Tercer Encuentro Latinoamericano de Psicología Ambiental, México; participações no XXXIII Congreso Interamericano de Psicología (Medellín, Colômbia, julho/2011); participações no XI Congreso de Psicología Ambiental (Almería – Espanha, fevereiro/2011).			
2012	Participações no VIII CONPSI, Fortaleza- CE, em maio 2013; participações no XXXIV Congreso Interamericano de Psicologia (Brasília-DF, julho/2013); participações no XII <i>Congreso de Psicología Ambiental</i> (Barcelona – Espanha, outubro/2013).			
2014	Participações no I Congresso Brasileiro de Psicologia Positiva (Porto Alegre-RS, outubro/2014); participações no I Congresso Brasileiro de Promoção da Saúde (Maringá-PR, novembro/2014); participações no XIII <i>Congreso de Psicología Ambiental</i> (Granada-Espanha, junho/2015).			
2016	Realização da palestra intitulada “Psicologia Ambiental: mais uma Psicologia?” durante o Simpósio, voltada para estudantes de Psicologia, como parte da proposta do Diálogos ANPEPP-Sociedade.	Livro “Temas Básicos em Psicologia Ambiental II”, em fase de revisão, a ser publicado no ano seguinte.	Proposta do novo livro “A Psicologia Ambiental nos diversos contextos sociais brasileiros”.	Proposta de criação da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental – ABRAPA
2018	Visita ao Jardim Botânico de Brasília para uma trilha ao ar livre, para confraternização do GT, onde foi assinada a Ata de criação da ABRAPA e plantados dois ipês, que, simbolicamente, representaram um o passado (a colega Mara, falecida no ano anterior) e outro o futuro (a ABRAPA) da Psicologia Ambiental brasileira.		Realização da atividade "GT EM AÇÃO - Psicologia Ambiental na Contemporaneidade: Desafios, diálogos e contribuições", da programação do ANPEPP do Futuro.	
2020	Proposta de publicação de um livro sobre a interface entre a Psicologia Ambiental e outras áreas do conhecimento, organizado pelas atuais coordenadoras do GT.			
2022	Discutir a criação de disciplinas interinstitucionais de Psicologia Ambiental a serem ministradas em programas de pós-graduação em psicologia brasileiros, nos moldes de disciplina semelhante, organizada pelo GT em 2021, vinculada à UFPR.		Avaliar as duas publicações produzidas durante o biênio passado, e organizar a publicação de ao menos uma obra sobre os impactos da pandemia para o campo da psicologia ambiental.	
	Discutir a criação de uma revista brasileira de psicologia ambiental, iniciativa que deverá ser conduzida conjuntamente pelo GT e pela ABRAPA.		Estruturar novas e reestruturar antigas articulações institucionais para ampliar o campo da psicologia ambiental brasileira.	

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Relatório do GT-PA disponível no *website* da Anpepp (2022, https://www.simpósio2022.anpepp.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=94).

O quadro apresentado, além de indicar pesquisadoras/es de referência na área, também sintetiza, de forma sistemática e objetiva, a origem de algumas das referências bibliográficas adotadas para fundamentar a presente investigação. Nesse contexto, se destacam livros, artigos, anais em eventos acadêmicos e as publicações da *Rede de Psicologia Ambiental Latino-americana* (REPALA). Implantada no Dia Mundial do Ambiente, 5 de Junho, do ano de 2001, essa Rede foi criada com o objetivo de utilizar os recursos e ferramentas disponíveis na internet para ampliar a integração de pessoas que atuam com Psicologia Ambiental, por meio de um *website* e de uma lista de discussão distribuída por e-mail (GÜNTHER; PINHEIRO; GUZZO, 2014).

Quanto às informações de 2022 que se referem à proposta do GT submetida ao 19º Simpósio da ANPEPP, previsto para ser realizado de 26 a 29 de setembro de 2022, como até o momento de finalização da pesquisa o evento ainda não havia sido realizado, não foi possível ter acesso ao Relatório do referido GT.

Com relação à disciplina desenvolvida pelo GT-PA (Seminários em Psicologia VI - Psicologia Ambiental), em 2021, junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPR, de acordo com a proposta ao 19º GT da ANPEPP, foi gerado um conjunto de textos de divulgação científica¹³⁰ a serem apresentados, em formato *ebook*, durante o Simpósio ANPEPP 2022.

Além dessa publicação, como “sementes futuras” desse campo, de acordo com a proposta do GT ao 19º Simpósio, a partir de agosto de 2021, o GT-PA passou a integrar um GT de Psicologia Ambiental criado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP)¹³¹. Integrado por conselheiros do CFP, membros da diretoria da ABRAPA e membros do GT-PA da ANPEPP, o GT tem como objetivo planejar e desenvolver ações para mobilizar a categoria a pensar sobre as contribuições da Psicologia Ambiental, e fomentar a formação e o interesse dos estudantes. Para tal, o grupo está construindo um *Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental*¹³² para ampliar a visibilidade de ações de psicólogos/as e estudantes relacionadas à temática da Psicologia Ambiental. O e-book está previsto para ser lançado ainda em 2022.

Com base nessas raízes da Psicologia Ambiental discutidas até aqui, e com a colheita dessas sementes lançadas para o futuro, como as propostas de publicações pelo GT-PA e pelo CFP, além da proposta de criação de uma revista brasileira de Psicologia Ambiental e de disciplinas específicas para cursos de pós-graduação, observa-se esse campo do conhecimento como dinâmico e em crescente desenvolvimento. E em mais um exercício, nesse sentido, o próximo tópico busca identificar alguns alinhamentos possíveis, como resultado de todo o debate discutido ao longo do capítulo e da imersão na pesquisa sobre o tema realizados.

3.3.2 Germinando conexões: Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental

Partindo desta imersão, processo do qual foi possível extrair influências de autores de referência em Ecologia Social e Psicologia Ambiental, além da base conceitual adotada nesta tese, as premissas envolvidas no debate que propõe uma leitura sobre as conexões possíveis entre esses dois campos do conhecimento estão sistematizadas neste tópico. Inicialmente, se

¹³⁰ A disciplina foi cursada pela pesquisadora, possibilitando mais uma oportunidade de aproximação com integrantes desse grupo que estão construindo a Psicologia Ambiental no Brasil. Além dos textos produzidos, foi também criado o canal Psicologia Ambiental PPGPSI UFPR, no YouTube, para a divulgação científica de vídeos criados por discentes da disciplina. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCyanx-XYx32SxBAvYq-YMAQ>>

¹³¹ <<https://site.cfp.org.br/cfp-institui-grupo-de-trabalho-sobre-psicologia-ambiental/>>

¹³² Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-recebe-ate-25-de-julho-relatos-de-experiencias-sobre-psicologia-ambiental-e-relacoes-pessoa-ambiente/>> Acesso em 25 jul. 2022.

destacam três referências fundamentais para a Ecologia Social, identificadas ao longo da pesquisa, com os quatro postulados que contribuem para caracterizar esse campo. Essa síntese está apresentada no Quadro 10, a seguir:

Quadro 10: Postulados centrais da Ecologia Social

Nº	Quatro axiomas centrais básicos (GUDYNAS; EVIA, 1993)	Quatro pressupostos (CAVES, 2005)	Quatro princípios básicos (STOKOLS, 2018)
1º	O ambiente é complexo e heterogêneo no tempo e no espaço.	Multidimensionalidade de ambientes , quanto às qualidades subjctivas ou objetivas , à proximidade com indivíduos ou grupos, adotando múltiplos níveis de análise (individual, grupal, organizacional ou populacional) para investigar comportamentos.	Ambientes humanos consistem em múltiplas dimensões (naturais, construídas, socioculturais e virtuais/digitais), sendo algumas diretamente observáveis e outras percebidas subjetivamente.
2º	A interação entre os sistemas humanos e ambientais é dinâmica e se desenvolve no tempo e no espaço.	Ambientes caracterizados como um conjunto de contextos alinhados , em que as configurações locais são inseridas em outras mais distantes. Uma estrutura socioecológica considera as interdependências entre essas camadas.	A interação entre as pessoas e o seu entorno ocorre em múltiplos níveis, e são alinhadas dentro dos limites dos contextos ambientais (como casas, ambientes de trabalho, comunidades, regiões, nações), que são interconectadas através de várias escalas geográficas, sociais e temporais.
3º	A delimitação do ambiente depende do modo como é definido o sistema humano.	Foco na interação entre atributos individuais e grupais nas facetas das configurações ambientais.	Ambientes e seus habitantes são sistemas dinâmicos , em que indivíduos e grupos reagem às mudanças em seu entorno , que, por sua vez, modificam ativamente o ambiente para melhor se adequar às suas necessidades.
4º	O ser humano interage intensa e continuamente com o ambiente. Nem um nem outro podem ser estudados isoladamente , pois é mutuamente que são determinados os aspectos de sua estrutura e funcionamento.	Adoção de conceitos da Teoria dos Sistemas para captar a dinâmica natural da relação entre ambiente e comportamento. O ambiente pode moldar o comportamento individual e coletivo , bem como ações individuais e coletivas também podem transformar o ambiente.	Ecologia Social é inerentemente transdisciplinar em sua abordagem para compreender as relações humanas com seu entorno. Está baseada em conceitos, teorias e métodos de inúmeros campos, com ênfase em orientações de pesquisas voltadas para ação, por meio da integração da academia e de perspectivas não acadêmicas para uma análise mais efetiva e para um gerenciamento dos complexos problemas sociais.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Gudynas e Evia (1993), Caves (2005) e Stokols (2018), com grifo nosso e em tradução livre.

Esse exercício de sistematização dos postulados, já discutidos anteriormente nesse capítulo, foi realizado para fins didáticos e para orientar o aprofundamento na discussão. Apesar dos limites fluidos envolvidos entre cada pressuposto, o que se busca a partir dessa imersão, é contribuir para um alinhamento de ideias centrais do campo da Ecologia Social.

Nesse sentido, os quatro axiomas centrais básicos, estabelecidos por Gudynas e Evia (1993, p. 19) “*para delimitar a la ecología social, desde una perspectiva latinoamericana*”,

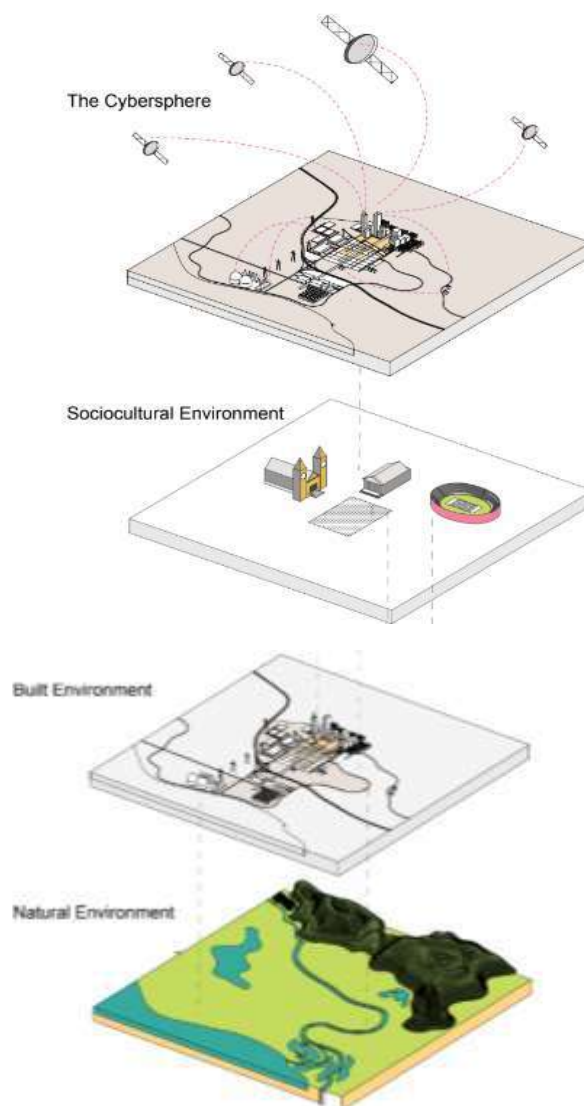
estão relacionados aos quatro pressupostos da Ecologia Social no *Encyclopedia of the city*, de Caves (2005). E essas premissas também se relacionam aos quatro “*Core Principles of Social Ecology*”, de Stokols (2018, p. 67), publicados 25 anos após a obra de referência de Gudynas e Evia. Todos os postulados mencionados envolvem, em geral, atributos centrais da *práxis* em Ecologia Social, tais como interdisciplinaridade, perspectiva multidimensional, multinível e multimétodos, além de abordagem translacional, que se refere à criação de pontes entre o conhecimento científico e o desenvolvimento de produtos/processos inovadores, na busca por soluções concretas, por exemplo.

A síntese do primeiro postulado, estabelecido por essas três referências em Ecologia Social, pode ser definido como **“O ambiente é complexo, heterogêneo, multidimensional e com multinível de análise, podendo ser observável diretamente ou percebido subjetivamente, no tempo e no espaço.”** Ao abordar a complexidade e a heterogeneidade do ambiente, envolve diferentes dimensões, tanto aquelas que podem ser observáveis como as percebidas subjetivamente, em uma relação entre tempo e espaço. Entre as dimensões ambientais, o psicólogo ambiental Daniel Stokols (2018) acrescenta que, para além dos ambientes naturais, construídos e socioculturais, o ambiente digital vem despontando nesse debate, por conta do avanço tecnológico e das discussões sobre o futuro planetário e da humanidade. Assim, as interconexões entre esses ambientes, para orientar debates sobre o desenvolvimento e as consequências desse novo fenômeno relacionado às tecnologias cibernéticas, estão ilustrados na Figura 14, a seguir:

Figura 14: Conexões entre esferas natural, construída, sociocultural e cibernética do ambiente



Fonte: Stokols (2018, p. 13)



Fonte: Stokols (2018, pp. 13 e 14)

Vale ressaltar que, no ano seguinte a essa publicação de Stokols (2018), o ambiente cibernético passou a ser ainda mais central nessa reflexão, em razão do contexto da *Pandemia da Covid-19* e das medidas de restrições e de distanciamento físico para reduzir a circulação do vírus. Essa crise sanitária conduziu à necessidade de adaptação ao modelo de comunicação remoto emergencial de funcionamento para muitas camadas da sociedade, tanto para o trabalho, como para os estudos e as demais formas de inter-relações sociais.

Mas é importante mencionar que o distanciamento também serviu como lente de aumento para as desigualdades sociais, cada vez mais crescentes, tendo em vista que nem todos os grupos sociais tiveram condições socioeconômicas de seguir essas recomendações de segurança. Como discutido por Morin (2021, p. 29), “a pandemia acentuou dramaticamente as desigualdades socioespaciais”. Por essa razão, esse debate vem gerando e deverá promover ainda mais pesquisas acadêmicas nas próximas décadas sobre tal fato marcante na história da

humanidade. O enfrentamento da Pandemia nesse contexto de avanço tecnológico contemporâneo representa apenas uma das muitas discussões possíveis.

Vale ressaltar que os múltiplos níveis de análise (individual, grupal, organizacional ou populacional) para investigar comportamentos, propostos nesse primeiro pressuposto da Ecologia Social por Caves (2005), podem também ser relacionados aos “espaços concêntricos de interação pessoa-ambiente”, estabelecidos por Moser (2018, p. 11), outra importante referência para a Psicologia Ambiental. Seus quatro níveis de análise socioespaciais estão representados no Quadro 11, a seguir:

Quadro 11: Níveis de análise socioespaciais, por Moser (2018)

	Ambiente físico	Ambiente social
Nível 1 Microambiente	Espaço privativo: alojamento, espaço de trabalho.	Nível individual e familiar
Nível 2 Mesoambiente (ambiente próximo)	Espaços compartilhados: espaços semi-públicos, <i>habitat</i> coletivo, bairro, lugar de trabalho, parques, espaços verdes.	Nível interindividual e das coletividades de proximidade
Nível 3 Macroambiente (ambiente público)	Ambientes públicos coletivos, cidades, aglomerações, aldeias, paisagem, o campo.	Pessoa/coletividade: comunidade, habitantes; agregados de pessoas
Nível 4 Ambiente global	Ambiente na sua totalidade: ambiente construído e natural; recursos naturais.	Nível societal: sociedade, população

Fonte: Moser (2018, p. 22)

Considerando o enfoque da presente pesquisa, vale ressaltar a importância de reflexão sobre o segundo nível do referido Quadro, que envolve os espaços institucionais entre os territórios partilhados, por se considerar que as Instituições de Ensino Superior representam um exemplo desse mesoambiente mencionado. E entre as perspectivas voltadas para esse nível de análise, se destacam a “afeição” e o “sentido de coletividade”, relacionadas à forma como indivíduos ou grupos se vinculam ao local onde estão inseridos. Nesse sentido, quanto mais forte a relação pessoa-ambiente, maior tenderá a ser o seu envolvimento emocional e afetivo, e, também, o seu sentimento de pertencimento, de acordo com referências que inspiram esta tese. Nesse sentido, cabe enfatizar a observação de Moser (2018, p. 122), para quem “a disposição dos ambientes de trabalho tem de ter em conta, ao mesmo tempo, os objetivos da organização e suas aspirações culturais, necessidades dos empregados, exigências do trabalho e desempenho”, de modo a se relacionar à cultura organizacional e à satisfação das pessoas da instituição. Se compreende que tais ideias contribuem para a compreensão da importância da internalização dessas questões nos ambientes das IES.

Complementarmente, esses quatro níveis de análise socioespaciais de Moser (2018) podem indicar caminhos para a compreensão do segundo princípio da Ecologia Social,

sistemizado no Quadro 5: **“A interação entre pessoas e ambiente é dinâmica e interdependente, e ocorre em contextos alinhados e interconectados em escalas geográficas, sociais e temporais”**. Essa perspectiva de conexão entre escalas da Ecologia Social pode ser ilustrada pela Figura Esquemática de Moser (2018), criada para representar o objeto de estudo da Psicologia Ambiental, que essa referência define como “o estudo das interrelações entre o indivíduo e seu ambiente físico e social, nas suas dimensões espaciais e temporais” (p. 281).

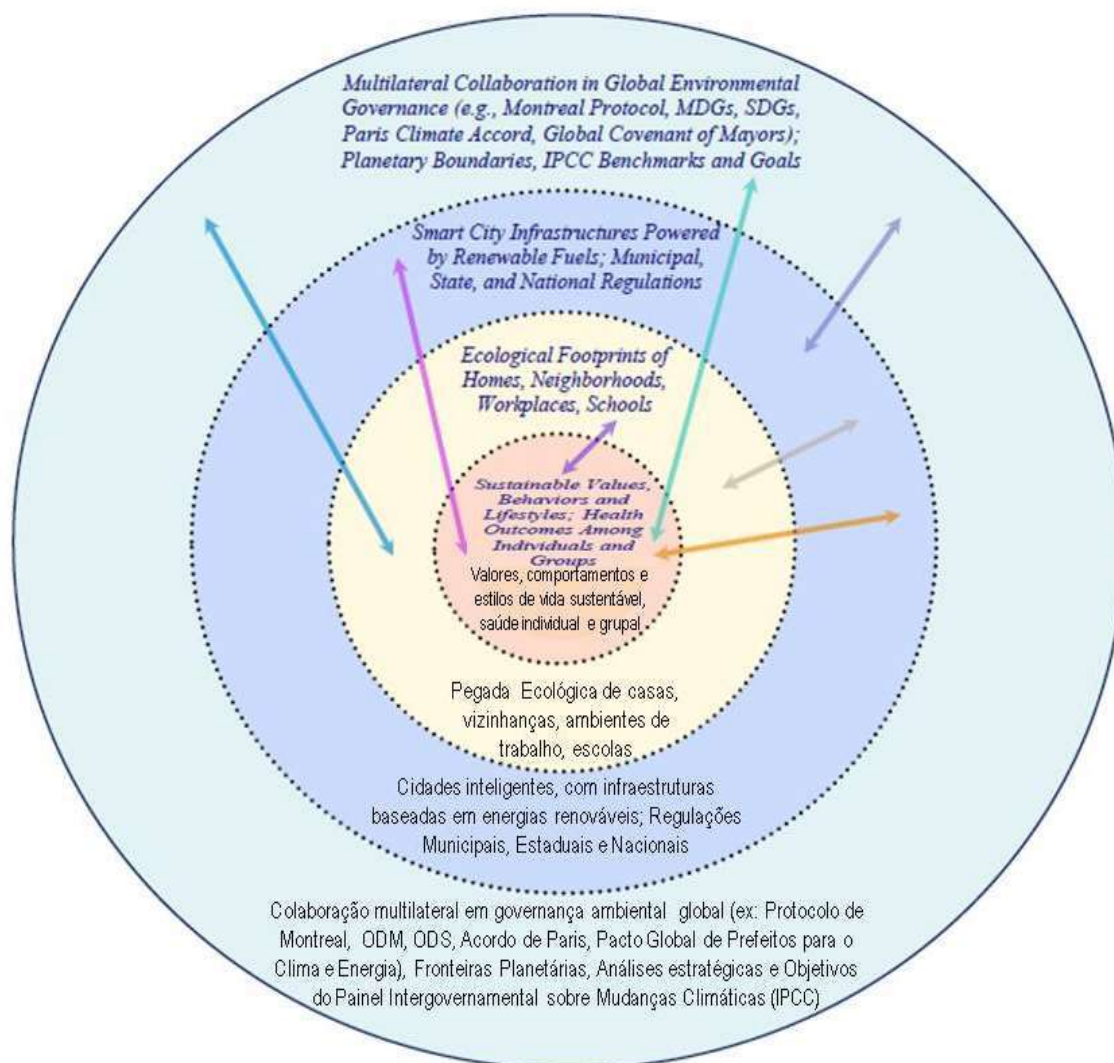
Na presente tese, os temas que envolvem as questões relacionadas ao debate sobre sustentabilidade, foco central de investigação da pesquisa, referem-se a diferentes níveis de interação, que partem de uma perspectiva mais individual (pode ser denominada como micro), relacionada a valores, comportamentos, estilos de vida sustentável e saúde individual. Ampliando-se essa escala, são envolvidos temas como Pegada Ecológica¹³³ em domicílios, vizinhanças, ambientes de trabalho, e escolas.

Em seguida, a escala segue se ampliando para o contexto de infraestruturas de cidades, podendo envolver discussões baseadas em energias renováveis reguladas por políticas públicas Municipais, Estaduais e Nacionais, por exemplo, até chegar a uma escala global. Nessa última, de alcance macro, podem ser mencionadas colaborações multilaterais para uma governança ambiental, incluindo pactos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015), o Acordo de Paris (ONU, 2015), as Conferências das Partes (COP) – órgão supremo de tomadas de decisão no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (ONU, 1992) – e inúmeros outros acordos internacionais que serão discutidos posteriormente, no capítulo sobre a Agenda 2030 da presente tese.

Essa perspectiva das múltiplas dimensões e escalas ambientais, do micro ao macro, para orientar o debate sobre a noção de sustentabilidade por meio de múltiplos pontos de vista, está ilustrada na Figura 15, a seguir:

¹³³ Método criado para contabilizar e avaliar a pressão que a sociedade exerce sobre os recursos naturais.

Figura 15: Conectando as multiescalas de influências em sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Stokols (2018), em tradução livre.

O debate sobre sustentabilidade também envolve a noção de comunidades saudáveis. Para essa discussão, o psicólogo ambiental Stokols (2018) menciona *o Mapa de Saúde para Planejamento Urbano*, de Barton (2005), elaborado com o objetivo de estabelecer um modelo conceitual para assentamentos saudáveis e sustentáveis, sobretudo para ambientes construídos. Pesquisas nas áreas de saúde pública e de sustentabilidade vêm investigando os impactos na qualidade de vida e no estado de saúde das populações, por conta das condições ambientais de uma região, devido às emissões de carbono, à contaminação por plástico e por agrotóxicos, ao esgotamento dos recursos naturais, entre outros problemas socioambientais.

Nesse sentido, em referência à Eda Tassara, psicóloga ambiental brasileira¹³⁴, Moser (2005, p. 290) afirma que "os desenvolvimentos próprios à globalização demandam uma Psicologia Ambiental do futuro com base em novos paradigmas que considerem a

¹³⁴ Fundadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção, da USP, em 1998.

emancipação humana”. E assim, essa área do conhecimento tem potencial para contribuir com profissionais da área de planejamento urbano voltados aos desafios de criar comunidades sustentáveis e saudáveis.

O terceiro axioma central da Ecologia Social – **“Indivíduos e grupos afetam e são afetados pelo ambiente, assim como a delimitação ambiental é configurada na interação com o sistema humano”** – está voltado à inter-relação entre ambientes e seus habitantes, considerando esses como sistemas dinâmicos. Essas interações entre os sistemas sociais e naturais, em termos teóricos e metodológicos, cientificamente sólidos, representam um importante fundamento no campo da Ecologia Social.

Baseado em diferentes tradições científicas para oferecer uma perspectiva coerente sobre as interações entre sociedade e natureza, essa ilustração busca contribuir com o desenvolvimento de pesquisas voltadas para as consequências ambientais decorrentes das atividades humanas. E, também, busca orientar investigações desenvolvidas no referido Instituto de Ecologia Social, na Áustria, sobre aspectos ecológicos e socioeconômicos do desenvolvimento sustentável, em níveis local, nacional e global.

O quarto e último princípio da Ecologia Social, sistematizado a partir do Quadro 5 – **“A Ecologia Social demanda uma abordagem essencialmente transdisciplinar, e pesquisas voltadas para a ação, a práxis, na integração entre a academia e perspectivas não acadêmicas, compreendendo que o ser humano e o ambiente não podem ser estudados separadamente”** – está relacionado aos inúmeros conceitos, teorias, métodos e campos do conhecimento que tangenciam o debate, como discutido no tópico anterior deste capítulo. A complexidade intrínseca desse campo permite a adoção, como objeto de estudo, do conjunto das relações entre o mundo humano e o mundo não humano, com um raio de ação abrangente (CARVALHO, 2005).

Para a atuação nesse complexo campo do conhecimento, além da integração entre problemas científicos e sociais, e entre teoria e prática (conjunção referente ao conceito de *práxis*), Gudynas e Evia (1993), em uma perspectiva latino-americana, defendem a necessidade de integração, também, do componente de intencionalidade, como um propósito que emerge a partir da reflexão teórica. Compreendida segundo uma visão ampla, a reflexão integra tanto a teorização como também os componentes vivenciais e afetivos que devem acompanhar esses processos de teoria e prática.

Assim, a perspectiva de Ecologia Social, defendida na presente tese, transcende o conceito de *práxis* amplamente difundido, para envolver, nesse debate, as relações que os seres humanos mantêm entre si, incluindo nesse processo, as interfaces com outros seres

vivos, como animais, plantas e demais elementos do ambiente. Com o objetivo de compreender a relação dos seres humanos em seu contexto ambiental, esse campo do conhecimento visa contribuir para a busca de novas nuances sobre esse enfoque, sem, no entanto, predizer os caminhos pelos quais serão alcançadas e nem definir precisamente as formas pelas quais essas conexões serão estabelecidas. E assim, “*ello es parte de un sueño utópico que mueve a la praxis*”¹³⁵ (GUDYNAS; EVIA, 1993, p. 192).

O quarto e último princípio da Ecologia Social envolve a integração do conhecimento acadêmico com o não acadêmico. Considerando o foco da presente pesquisa, voltado para o contexto das Instituições de Ensino Superior, Boaventura de Sousa Santos (2011) defende a busca por uma reorientação solidária da relação universidade-sociedade. Um dos caminhos possíveis para essa mudança de rota, rumo à democratização da ciência, é representado pela Ecologia de Saberes, que

consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade (...) forçando o conhecimento científico a confrontar-se com outros conhecimentos, leigos, filosóficos, de senso comum, éticos e mesmo religiosos. Por esta confrontação passam alguns dos processos de promoção da cidadania ativa crítica. A ecologia de saberes são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo (SANTOS, 2011, pp. 76-77).

Essa articulação das ciências está diretamente relacionada ao denominado Diálogo de Saberes, proposto por Enrique Leff (2012, p. 57, grifo do autor), que afirma ser a crise ambiental uma “*crise de civilização produzida pelo desconhecimento do conhecimento*”. Ao fundamentar sua epistemologia pautada na complexidade ambiental, Leff (2012, p. 64) advoga que

A complexidade ambiental gera o inédito no encontro com o Outro, no entrelaçamento de seres diferentes e na diversificação de identidades culturais. Abre-se assim um diálogo de saberes e uma hibridação entre ciências, tecnologias e saberes populares que atravessam o discurso e as políticas do desenvolvimento sustentável. O saber ambiental abre um novo campo de nexos interdisciplinares entre as ciências e um diálogo de saberes; é a hibridação entre uma ciência objetivadora e um saber que condensa os sentidos que têm sido forjados no ser cultural através do tempo no qual se forja a história dos povos. O saber ambiental desloca o corpo rígido e o sentido unívoco do discurso científico, olha para os horizontes invisíveis da ciência, abre os caminhos do impensável da racionalidade modernizadora e faz escutar as novas rimas e harmonias que surgem da poesia da palavra e da música do mundo, no diálogo de saberes.

¹³⁵ “Isso faz parte de um sonho utópico que se move para a práxis”, em tradução livre.

Com a inspiração dessa importante referência para a Ecologia Social na América Latina, a promoção da ecologia/diálogo de saberes nas Instituições de Ensino Superior busca responder às demandas da sociedade, por meio do desenvolvimento de projetos de interesse público, como a solução de problemas sociais, ambientais, econômicos, de oferta de emprego, de consumo, de saúde pública, além daqueles voltados à participação social e à promoção de debates.

E em meio a essas demandas por interdisciplinaridade, para a compreensão das complexidades envolvidas nesse debate, Moser (2018) busca especificar a identidade da Psicologia Ambiental frente às outras disciplinas relacionadas aos fenômenos ambientais. No caso da Ecologia, o autor afirma serem campos de estudo complementares, em razão de que ambas “constroem um saber indispensável para compreender e adaptar os espaços e o quadro de vida às necessidades dos seres vivos” (MOSER, 2018, p. 20). E para diferenciar das demais disciplinas,

sua originalidade reside em levar em conta a pessoa por meio da análise das percepções, cognições, representações e comportamentos relativos ao contexto no qual ela interage. De fato, tal introdução da dimensão individual e social é específica da Psicologia Ambiental e indispensável tanto para a compreensão dos fenômenos ambientais, como para a ação em termos de gestão nesse âmbito (MOSER, 2018, p. 20).

Ainda com relação ao quarto princípio da Ecologia Social, que destaca a *práxis* e as pesquisas voltadas para a ação, no caso da Psicologia Ambiental, Moser (2018, p. 21) a define como uma Psicologia aplicada, visto que sua “orientação é teórica e, ao mesmo tempo, voltada para a solução dos problemas concretos (...) ela é também tanto uma subdisciplina da Psicologia como uma profissão em que pesquisa e *práxis* estão intimamente ligadas”. Mas para essa referência (2018, p. 21), não se trata de ser apenas uma mera aplicação da Psicologia, pois “as suas problemáticas são com frequência resultantes da demanda social em sentido lato e seus resultados concretos contribuem para a tomada de decisões em questões do ambiente”.

Além disso, Moser (2005) defende, ainda, a existência de três modos de funcionamento na Psicologia Ambiental, interdependentes, que remetem a práticas profissionais específicas: 1) perspectiva acadêmica, voltada para a sistematização dos conhecimentos sobre a relação indivíduo-ambiente; 2) atuação voltada à demanda social, a partir de uma *práxis* de peritagem, com base em pesquisa aplicada; 3) engenharia socioambiental, relacionada a uma pesquisa orientada, voltada ao acompanhamento das mudanças introduzidas por esse campo, “intervém no nível do diagnóstico, da aplicação e da

avaliação pós-intervenção e tem em vista, na medida do possível, o conjunto das populações implicadas” (MOSER, 2018, p. 81).

Diante da construção, ao longo do capítulo, e em um esforço de análise de conexões possíveis entre os dois campos, a transposição da Ecologia Social para a Psicologia Ambiental está expressa no Quadro 12, a seguir:

Quadro 12: Transposição da Ecologia Social para a Psicologia Ambiental

	Princípios da Ecologia Social (CAVES, 2005; GUDYNAS E EVIA, 1993; STOKOLS, 2018)	Transposição para o campo da Psicologia Ambiental (CAMPOS-DE-CARVALHO; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011; MOSER, 2005, 2018; TASSARA, 2005)
1º	O ambiente é complexo , heterogêneo, multidimensional e com multinível de análise, podendo ser observável diretamente ou percebido subjetivamente, no tempo e no espaço.	“Para a Psicologia Ambiental, ambiente é um conceito multidimensional , compreendendo o meio físico concreto em que se vive, natural ou construído, o qual é indissociável das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas daquele contexto específico” (CAMPOS-DE-CARVALHO; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).
2º	A interação entre pessoas e ambiente é dinâmica e interdependente, e ocorre em contextos alinhados e interconectados em <u>escalas geográficas, sociais e temporais</u>	“A Psicologia Ambiental estuda as interrelações da pessoa com o ambiente em suas dimensões físicas e sociais ” (MOSER, 2018, p. 22) e “nas <u>dimensões espaciais e temporais</u> ” (MOSER, 2005, p. 281; MOSER, 2018, p. 22)
3º	Indivíduos e grupos afetam e são afetados pelo ambiente , assim como a delimitação ambiental é configurada na interação com o sistema humano	“Esta indissociação reveste de complexidade os atos de pensamento sobre as questões ambientais, originada da complexificação do conceito de ambiente, visto como determinado e determinante das ações humanas em uma dinâmica histórica, cultural e política” (TASSARA, 2005, p. 296)
4º	A Ecologia Social demanda uma abordagem essencialmente inter/transdisciplinar , e pesquisas voltadas para a ação, a práxis , na integração entre a academia e perspectivas não acadêmicas, compreendendo que o ser humano e o ambiente não podem ser estudados separadamente	“A Psicologia Ambiental é necessariamente uma disciplina interdisciplinar (...) não pode haver uma teoria ou metodologia universal capaz de dar conta do conjunto destes aspectos e de sua complexidade” (MOSER, 2005, p. 286-287). “O caráter não-exclusivo da relação pessoa-ambiente (...) obriga a Psicologia Ambiental a buscar o equilíbrio entre a monodisciplinaridade – necessária à pesquisa e à construção de teorias – e a confrontação pluri ou multidisciplinar indispensável a qualquer intervenção ambiental ” (MOSER, 2018, p. 79). “(...) ela é também tanto uma subdisciplina da Psicologia como uma profissão em que pesquisa e práxis estão intimamente ligadas” (MOSER, 2018, p. 21).

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Caves (2005), Campos-de-Carvalho; Cavalcante; Nóbrega (2011), Gudynas e Evia (1993), Moser (2005; 2018), Stokols (2018) e Tassara (2005), com grifo nosso e em tradução livre.

Segundo Moser (2018, p. 233), “promover a compreensão dos desafios planetários e a adoção de comportamentos favoráveis ao ambiente é uma das maiores problemáticas a serem enfrentadas pela Psicologia Ambiental”. E ainda, “as preocupações ambientais globais exigem que as pessoas ajam em relação à população global em patamar planetário” (MOSER, 2018, p. 234).

Apesar da crescente inclusão da temática socioambiental e da noção de sustentabilidade nas discussões contemporâneas, em diversas áreas do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, esse debate representa um campo de pesquisa ainda pouco abordado no campo da Psicologia, em geral. Esse fato, identificado nos estudos preliminares para a elaboração do estado da arte que fundamentou a presente pesquisa, também foi observado ao longo da trajetória acadêmica, em níveis de graduação e de pós-graduação.

Por essa razão, e para a construção dessa investigação no doutorado, o próximo capítulo tem como objetivo realizar uma imersão na temática da sustentabilidade, pelo viés da Ecologia Social e com contribuições também da Psicologia Ambiental. Essa busca visa materializar as possíveis aproximações entre esses campos, para a construção de pontes, e para o estabelecimento de uma perspectiva para fundamentar a análise dos dados a serem pesquisados no presente estudo. Os dados obtidos podem indicar caminhos nesses campos do conhecimento para orientar a construção teórica e metodológica do debate sobre sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

4 SUSTENTABILIDADE: enraizando futuros no horizonte da Agenda 2030



*E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar,
Não tem tempo nem piedade, nem tem hora de chegar
Sem pedir licença muda nossa vida, depois convida a rir ou chorar
Nessa estrada não nos cabe conhecer ou ver o que virá
O fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar
Vamos todos numa linda passarela
de uma aquarela que um dia, enfim, descolorirá*
([Aquarela](#). Toquinho, 1983)

A humanidade mudará mais, nos próximos vinte anos, do que já mudou nos três últimos séculos¹³⁶. Ao discutir sobre os avanços tecnológicos e os desafios de suas consequências na transformação dos modos como os seres humanos se relacionam com o ambiente, o futurista alemão Gerd Leonhard¹³⁷ afirma que tecnologia e humanidade estão se fundindo, cada vez mais, sendo necessário garantir as raízes da essência humana, mas considerar, também, os benefícios tecnológicos para o futuro da vida em sociedade.

Porém, por mais que a tecnologia avance, Leonhard (2020) afirma não ser possível, para máquinas, a compreensão da humanidade em profundidade, e nem das emoções humanas, que estão relacionadas às diferentes culturas. Computadores não cuidam das pessoas como podem fazer outros seres humanos, nem podem ter compaixão ou empatia. Da mesma forma, a imaginação, a criatividade, a improvisação e as relações interpessoais são algumas das habilidades exclusivamente humanas. Assim, Leonhard, um dos principais futuristas da Europa, considera a tecnologia como neutra, apenas, até o momento em que passa a ser utilizada, sendo necessário adotá-la de maneira que toda a sociedade seja beneficiada pelos avanços tecnológicos.

Diante dos desafios globais, como a fome, a desigualdade social, os problemas de saúde e a emergência climática, por exemplo, o referido futurista-humanista afirma serem os próximos dez anos decisivos para o avanço da tecnologia e para a definição do destino da humanidade. É necessário que os seres humanos moldem o seu futuro, para que não sejam moldados por ele. No entanto, vale ressaltar, que a perspectiva adotada na presente tese, detalhada nesse capítulo, compreende os benefícios dos recursos e dos avanços tecnológicos

¹³⁶ LEONHARD, Gerd. Entrevista à Casa Firjan, realizada durante o evento Converge Capital Conference 2020, publicada na seção Pílulas de conteúdo - Lab de tendências, em 14/04/2020. Disponível em <<https://casafirjan.com.br/lab-de-tendencias/estudos-e-pesquisas/gerd-leonhard-e-muito-importante-protetger-o-que-nos-torna>> Acesso em 05 set. 2021.

¹³⁷ LEONHARD, Gerd. *Website* oficial. Disponível em <<https://www.futuristgerd.com/>> Acesso em 05 set. 2021.

não apenas para a humanidade, mas envolvendo, também, todas as formas de vida, humana e não humana.

Nessa reflexão sobre os benefícios dos avanços tecnológicos, Mia Amor Mottley declarou “se conseguimos encontrar a vontade de enviar pessoas à lua e resolver a calvície masculina, poderemos resolver problemas como deixar o nosso povo comer a preços acessíveis”. Em um discurso marcante, na Assembleia Geral da ONU, em 2021, Mottley afirmou ainda que: “temos os meios para investir na proteção dos mais vulneráveis em nosso planeta contra a mudança no clima, mas optou-se por não fazê-lo. Não é porque não há o suficiente, mas não há a vontade de distribuir o que se tem”¹³⁸.

Dois meses após esse emblemático discurso, Barbados deixou de ser uma ilha submissa à coroa inglesa, na busca por romper com o passado colonial, passando a ser presidida por Sandra Mason, uma mulher negra que vem se destacando por conquistas históricas em seu país. Também em novembro de 2021, a ilha se tornou o primeiro país a adquirir um “terreno” virtual para a criação de uma embaixada no Metaverso, um mundo paralelo totalmente digital, baseado em realidade aumentada, desenvolvido por empresas de tecnologia, como *Facebook* e *Microsoft*. O Ministério de Relações Exteriores da referida ilha considera essa como uma oportunidade para expandir suas missões diplomáticas para mais de 190 países, por meio da diplomacia tecnológica, envolvendo o comércio de arte, música e cultura. Mas apesar de ser o primeiro país a reconhecer a soberania das terras digitais, Barbados também representa uma das ilhas caribenhas direta e profundamente ameaçadas pela emergência climática global (BASSI, 2021).

Ainda que mundos paralelos estejam sendo criados, com base em uma tecnologia digital orientada para o futuro, o debate sobre emergência climática é cada vez mais urgente, e tem sido levantado por jovens preocupados com as ações no presente. A ativista Greta Thunberg afirmou que “não há Planeta B, nem Planeta blá-blá-blá”¹³⁹, na conferência *Youth4Climate: driving ambition*. Nesse encontro com jovens de mais de 200 países, às vésperas da 26ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU (COP-26), em 2021, a militante sueca denunciou os “trinta anos de blá-blá-blá” e o sentimento de traição das gerações atuais e futuras. Apelando aos líderes mundiais para um despertar sobre a crise climática, Thunberg afirmou que “nossas esperanças e nossos sonhos estão afogados em suas promessas bonitas com palavras vazias”. Nesse mesmo evento, o presidente da COP-26, Alok

¹³⁸ Discurso de Mia Amor Mottley, primeira-ministra de Barbados, na 76ª Sessão da ONU. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wz_IDnay3H8> Acesso em 26 set. 2021.

¹³⁹ Greta Thunberg questions world leaders' climate talks: “30 years of blah blah blah”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=wpo33oLne-Y>> Acesso em 30 set. 2021.

Sharma confessou sentir vergonha por sua geração, mencionando os resultados de uma pesquisa realizada pela UNICEF sobre as perspectivas da juventude, em que mais da metade dos jovens temem que a humanidade esteja condenada.

E no evento oficial da COP-26, em Glasgow, Escócia, Txai Suruí, única representante do Brasil a discursar na abertura da Conferência, ressaltou como caminho para reverter a crise climática o conhecimento de povos tradicionais e de saberes ancestrais sobre a natureza: “A Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo (...) Precisamos tomar outro caminho com mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora!” afirmou a jovem indígena.

Esse discurso de Txai ressalta a relevância das raízes ancestrais para projeções de futuros sustentáveis e regenerativos. Os inúmeros desafios para essa Década envolvem temas que não podem ser desconsiderados ao abordar a noção de sustentabilidade. O papel das mulheres, da juventude e de povos originários devem ser protagonizados no processo de transformação da sociedade, além do desenvolvimento tecnológico e do movimento contra o colonialismo, o sistema capitalista e a desigualdade social. Ao abordar justiça ambiental e climática, as perspectivas de classe, raça e gênero envolvem a inclusão de pessoas pobres, pretas e de países periféricos como as populações mais afetadas pelas consequências da crise contemporânea.

Esse panorama introduz a discussão central que inspira este capítulo, fundamentado na reafirmação de uma condição de crise civilizatória, resultante de um modelo econômico que traduz o significado do ambiente natural como recurso ou insumo para a manutenção de um sistema insustentável de produção e de consumo. Esse debate tem se ampliado para dar conta das incertezas e das demandas globais urgentes sobre o futuro da vida no planeta, visto que os modos de produção e de consumo vigentes, resultantes da Revolução Industrial e de seus desdobramentos, além dos avanços recentes da informática e das telecomunicações, vêm instigando inúmeros questionamentos sobre a dinâmica contemporânea, e também sobre os seus rebatimentos no significado da relação entre sociedade e natureza, conforme discutido no capítulo anterior.

Com base nessas inspirações iniciais, o primeiro subcapítulo parte de reflexões sobre as raízes da polissêmica noção de sustentabilidade, oriunda de transformações globais desencadeadas pelas mudanças na dinâmica planetária. As discussões estão pautadas no reconhecimento da gravidade do contexto de crise civilizatória, decorrente da insustentabilidade dos modelos vigentes de desenvolvimento, pedagogicamente ilustrados pela *Pandemia da Covid-19* e pela crise climática, além da ampliação das desigualdades

sociais, da degradação ambiental e redução dos padrões de qualidade de vida. E nesse contexto, uma imersão no papel da Psicologia Ambiental foi realizada para identificar as reflexões e ações no âmbito da sustentabilidade.

No segundo subcapítulo, a Agenda 2030 é discutida pela perspectiva do Rizoma, ressaltando as interrelações entre os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma análise sobre cada ODS foi realizada, problematizando e identificando lacunas para orientar reflexões sobre o pós-2030, como uma perspectiva de futuro a ser construída o quanto antes, a partir da proposta dos Objetivos de Bem Viver (OBV).

Na terceira e última parte desse capítulo, a discussão foi fundamentada a partir de pensadores brasileiros, tendo como inspirações as utopias e as práxis de Ailton Krenak e Paulo Freire. Diante da boniteza dos inéditos viáveis de Freire (2021) para a leitura de um mundo voltado à “Regeneração de Gaia” (SCARANO, 2019), as vias encontradas indicam que “o futuro é ancestral” (KRENAK, 2021; MOURÃO, 1997; RIBEIRO, 2020).

4.1 Raízes da polissêmica noção de sustentabilidade

O termo sustentabilidade, polissêmico e plural, representa um campo instigante e desafiador. como argumentado por Guattari (1990), Morin e Kern (2000), Moscovici (2007), entre outros autores contemporâneos de referência nesse debate

O campo da sustentabilidade constitui um terreno interdisciplinar pulsante (...) essa terminologia traduz um sentido polissêmico que transcende o debate ambiental ou a mera intenção de se buscar uma resposta funcional aos riscos evidentes de uma sociedade em crise. Por essa razão, representa uma ideia força (...) pressupondo um posicionamento político e um exercício de projeção de cenários (IRVING, 2018, p. 133)¹⁴⁰

Com essa inspiração inicial, a problematização da noção de sustentabilidade, no plano teórico, é também conduzida por Ferreira e Tavares (2017) e Irving e Oliveira (2012). Para os referidos autores, essa terminologia transcende o significado de um conceito estático, sendo essa uma noção ainda em construção, e sujeita, portanto, a diversas críticas e contradições. Esse campo complexo envolve, portanto, embates teóricos que expressam diferentes ideologias e percepções distintas de mundo.

Mas, ainda que esse termo esteja atualmente banalizado, por sua ampla utilização pela via do mercado, sem um aprofundamento teórico e reflexivo, ele traduz uma “ideia-força”

¹⁴⁰ IRVING, M. A. Por que a Psicossociologia e a Ecologia Social? Em busca de alternativas para a produção de conhecimento no campo da sustentabilidade. In: MACIEL, T. B.; SOUZA, C. M. (Org.) Inovação e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade. Curitiba: Appris, 2018. p. 132-145.

associada a inúmeras implicações éticas, políticas e ideológicas sobre o modo de existir em sociedade. Essa perspectiva inspira o debate crítico sobre os rumos possíveis para uma civilização em crise, e o compromisso intergeracional associado ao processo de desenvolvimento (LOUREIRO, 2012; IRVING, 2014; IRVING; OLIVEIRA; 2012).

E para fazer um contraponto à tradicional perspectiva do *Triple Bottom Line*, ou tripé de sustentabilidade, ilustrado pelas dimensões social, ambiental e econômica, Alledi (2012, n.p.) se inspira no indiano Satish Kumar, que adota o *Soil, Soul & Society* (Solo, Ser & Sociedade). Compreendendo a relação com a natureza não como de posse, mas de tutela para as futuras gerações, esse modelo pode indicar caminhos para promoção de uma vida sustentável.

Alledi (2013, n.p.) resgata, ainda, as palavras de Fritjof Capra, de que “uma comunidade sustentável deve ser desenvolvida de forma que a nossa forma de viver, nossos negócios, nossa economia, tecnologias e estruturas físicas não interfiram na capacidade da natureza de sustentar a vida”.

Vale ressaltar, ainda, que a Ecologia Social fornece uma visão inter e transdisciplinar da pesquisa em sustentabilidade, sendo bem equipada para responder a esses desafios. No entanto, não é um monólito conceitual, mas compreende diferentes escolas de pensamento (KRAMM et al, 2017, p. 1)

Mas conceito de Desenvolvimento Sustentável, estabelecido no *Relatório Brundtland*, da *Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas*, em 1988 vem sendo criticado por inúmeros intelectuais e grupos progressistas por considerarem uma teoria vaga, contraditória e que não está completamente construída, tanto do ponto de vista acadêmico como de seu referencial cognitivo, sendo necessário construir formulações conceituais sólidas para esse debate. A perspectiva generalista desse conceito permite a sua introdução na prática política-ideológica de maneira reducionista, generalizante e acaba se desviando de sua concepção original, “pintando de verde” o capitalismo neoliberal para transmitir uma imagem “ecológica” (RODRÍGUEZ, 2014).

Em uma leitura crítica a esse conceito, Gudynas e Evia (1993) afirmam que, apesar de coincidir com a preocupação da Ecologia Social pela vida, não é possível pensar em um futuro sustentável alinhado a uma nova era de crescimento econômico. Para os movimentos sociais, esse conceito deve implicar grandes mudanças, que permitem iniciar um caminho de desenvolvimento com qualidade e não quantidade, voltado para a justiça social, a equidade, a solidariedade, entre outros valores fundamentais para a manutenção de todas as formas de vida.

Quadro 13: Definição de sustentabilidade, com base em Gudynas (2019)

A sustentabilidade não é incorporada		Ideologia do progresso, metas de crescimento econômico, artificialização do meio ambiente, rejeição de limites ecológicos. Corresponde às posturas prevalentes nas distintas variedades de desenvolvimento contemporâneo.
Incorpora sustentabilidade	a	
	Sustentabilidade fraca	Os temas ambientais são aceitos. Reformismo que busca articular o progresso a uma gestão ambiental. Os limites ecológicos são aceitos, mas são considerados modificáveis. Ênfase na valoração econômica; capital natural. Enfoque técnico.
	Sustentabilidade forte	Maiores críticas ao ideal do progresso. Economização da Natureza, mas com exigências de preservar o capital natural crítico. Enfoque técnico-político.
	Sustentabilidade superforte	Crítica substantiva à ideologia do progresso; busca de novos estilos de desenvolvimento; pós-materialismo. Conceito de patrimônio natural. Ética biocêntrica. Enfoque político.

Fonte: Gudynas (2004) Apud Gudynas (2019)

¿Cómo llevar a cabo un cambio radical que ponga un freno a la marcha de la historia hacia un desastre ecológico de escala planetaria? Como no es posible “ecologizar” el capitalismo, para frenar la degradación de la naturaleza y defender el buen vivir del ser humano en el ambiente del cual forma parte, se debe erradicar el capital de las relaciones sociales y construir un mundo nuevo, justo, igualitario y ambientalmente sostenible (RODRÍGUEZ, 2014, p. 19).

Com esse questionamento seguido de afirmação, Rodríguez (2014) introduz seu livro “*La dimensión espacial del desarrollo sostenible: una visión desde América Latina*”¹⁴¹, obra que recebeu o *Premio de la Crítica Científico-Técnica*, em 2012, e o *Premio Academia*, em 2013. Como diretor do *Centro de la Universidad de La Habana para el Medio Ambiente* no período entre 1992 até 2002, o presidente da *Sociedade Cubana de Geografía* representa uma importante inspiração para a presente tese, que buscou discutir a noção de sustentabilidade no contexto universitário, por uma perspectiva latino-americana.

O referido livro é dividido em quatro eixos, sendo o primeiro voltado para os fundamentos teóricos-metodológicos da noção de desenvolvimento sustentável e a incorporação da sustentabilidade ambiental no processo de desenvolvimento. O segundo eixo é dedicado aos estudos aplicados e às análises empíricas de planejamento ambiental, em pesquisas realizadas em Cuba e no Brasil. O terceiro eixo tem como foco o debate sobre o papel das políticas públicas, da cultura e da educação ambiental para a construção do desenvolvimento sustentável. E o quarto eixo analisa a fundamentação teórica-metodológica da incorporação da noção de sustentabilidade ambiental nos estilos de desenvolvimento de quatro países latino-americanos (Brasil, Venezuela, Cuba e Bolívia), a partir da geopolítica. Diante dessa apresentação, “el profesor Mateo nos convida en su libro a hacer la revolución

¹⁴¹ Obra adquirida pela pesquisadora durante a participação e apresentação de trabalho no *Congreso Latinoamericano de Extensión Universitaria* (CLEU), em 2015, em La Habana, Cuba.

ambiental, a compartir nuevos caminos y nuevas visiones, a beber de nuevos saberes y de todos los saberes, a tener esperanza, a luchar para cambiar lo que puede” (RODRÍGUEZ, 2014, p. 12). Assim, nos encaminha para a construção de um mundo mais justo igualitário e sustentável para todos, com cuidado e respeito pelo planeta. O livro oferece referenciais teóricos e metodológicos para lutar pela sustentabilidade ambiental, oferecendo conceitos e instrumentos “por lo que se convierte en lectura obligatoria para todos los que quieran trabajar por el Desarrollo Sostenible en América Latina y por el buen vivir del pueblo” (RODRÍGUEZ, 2014, p. 13)

Definidas como instrumentos legais e institucionais, as políticas ambientais consistem em um conjunto de princípios doutrinários que descrevem as aspirações sociais e/ou governamentais, relacionadas à regulamentação do uso, controle, proteção e conservação dos sistemas ambientais. Assim, para Rodríguez (2014), um dos mais importantes geógrafos da América Latina, uma sociedade sustentável deve incorporar a noção de sustentabilidade ao seu processo de desenvolvimento, por meio de políticas públicas intersetoriais, multidimensionais, de caráter transversal e complexo, conforme sistematizado no Quadro 14, a seguir:

Quadro 14: Políticas públicas de sustentabilidade, intersetoriais e multidimensionais

Políticas	Descrição
Política de uso da terra	Viver em harmonia sustentável com a terra que nos sustenta
Política de recursos hídricos	Viver em harmonia sustentável com os recursos hídricos
Política agrícola	Garantir o abastecimento de alimentos sobre uma base equitativa e economicamente sustentável
Política de habitação	Garantir habitação com dignidade para toda a população
Política de desenvolvimento econômico e comércio	Estimular a consolidação de um setor econômico e comercial diverso, que utilize de maneira apropriada os serviços ambientais e da tecnologia
Política energética	Promover um abastecimento seguro e sustentável de energia, a custo razoável, que permita desenvolvimento sem danos ambientais
Política de saúde pública	Alcançar o potencial humano da população visando à longevidade, e um desenvolvimento digno, com satisfatória qualidade de vida
Política cultural	Criar um mundo com diversas culturas, dentro e entre nações diferentes, em que se respeitem as diferenças, e em que cada pessoa aprenda com as diferenças das outras pessoas, sem perder a sua própria identidade
Política educacional	Promover um mundo de cidadãos educados, que possam pensar criticamente e atuar responsabilmente, de modo a permitir a consolidação da cultura ambiental na população
Política de comunicação	Visualizar um mundo interconectado, em que a informação seja trocada livremente
Política de transporte	Transitar de modo eficiente à uma infraestrutura que promova a mobilidade necessária, conservando a natureza para as gerações futuras
Política de desenvolvimento social	Consolidar uma ordem social coesa, em que todos os habitantes possam viver com dignidade e igualdade política
Política jurídica e legal	Formar uma sociedade dinâmica e responsável, que proteja os direitos ambientais e encontre um equilíbrio entre o individual e o coletivo
Política de defesa e	Promover um mundo seguro, em que as nações desenvolvam uma

segurança nacional	capacidade de defensiva adequada, que reforce o desenvolvimento social e a incorporação da sustentabilidade ambiental
Política ambiental	Consolidar uma sociedade responsável, que conserve o ambiente, como base para a sustentabilidade do desenvolvimento, em que se articulem todas as facetas das tarefas humanas

Elaborado pela autora (2021) com base em Rodríguez (2014)

Diante dessa complexidade de políticas, a sustentabilidade ambiental se torna um objetivo a ser conquistado, um propósito utópico. E para passar do nível utópico para um horizonte real, o planejamento e o ordenamento territorial são alguns dos caminhos possíveis. Por meio de definições precisas de ações direcionadas a esse objetivo, ordenar um território ambientalmente significa buscar uma relação harmônica entre os grupos sociais que habitam o território e seu entorno. Um propósito fundamental do ordenamento ambiental é a definição do modelo territorial e dos sistemas ambientais, como uma expressão concreta das formas de organização social e política que determinam a apropriação do espaço físico (RODRÍGUEZ, 2014). Essa perspectiva indica caminhos para a análise dos dados obtidos no campo da presente pesquisa.

Assim, Rodríguez (2014) afirma que a implementação da concepção de sustentabilidade ambiental demanda uma reformulação civilizatória, com base em uma nova consciência e uma nova ética de solidariedade. E em sua busca por caminhos para a construção da sustentabilidade do desenvolvimento, o autor indicou que a incorporação dessa noção está determinada pelo seguinte conjunto de fatores, em caráter global, conforme sistematizado no Quadro 15:

Quadro 15: Fundamentos para a sustentabilidade do desenvolvimento em caráter Global

1	Necessidade de fontes de recursos financeiros	Os impactos da dívida externa mobilizam os países subdesenvolvidos a intensificar a exploração irracional dos seus serviços ambientais, causando o aumento da pobreza, o que é uma expressão da insustentabilidade. Vale ressaltar a profunda exploração ecológica dos países do Sul Global pelos países do Norte colonizador, que têm uma extensa dívida ecológica com o restante do mundo.
2	Transferência de tecnologia e criação de condições para o uso de tecnologias ecológicas	Nos países desenvolvidos, em geral, são adotadas tecnologias mais limpas, reduzindo o consumo de energia e aumentando a eficiência ecológica. Os países subdesenvolvidos têm mais dificuldade de acesso a essas tecnologias limpas, e são mais caras e, em geral, produzidas nos países desenvolvidos.
3	Implementação de políticas produtivas ambientalmente sustentáveis	As condições para implementar sustentabilidade somente são possíveis reduzindo a assimétrica distribuição de terra e renda, sendo fundamental a transmissão econômica-social no interior dos países, promovendo produções mais sustentáveis
4	Consumo excessivo e desigual	Consumo excessivo por países desenvolvidos, causando um impacto nos sistemas ambientais. A diferença entre os níveis de consumo entre países é grande. Por exemplo, nível de consumo de um habitante da Suécia é quarenta vezes maior do que um habitante da Somália. Os hábitos da “Sociedade do Consumo” se vendem como uma receita cultural a todos os habitantes do globo, alterando as

		formas de adaptação cultural entre os sistemas naturais e sociais locais
5	Perda da heterogeneidade cultural	Resultado da submissão das culturas a um propósito único de acumulação da cultura das massas, em um sistema unificado de exploração globalizada do ambiente natural. A relação sociedade-natureza é substituída por relações de humanos-máquinas ou humanos-artefatos, em que os fluxos de informação, econômicos e culturais sofrem pela falta de referências ambientais
6	Substituir a globalização neoliberal pela globalização solidária	As contradições do atual período histórico são marcadas pela revolução tecnológica, que ampliou a globalização da produção e do consumo, dando ao capitalismo um alcance planetário. Como resultado dessa globalização neoliberal, está a fragmentação social, cultural e espacial, causando uma artificialização da natureza e dos seres humanos.
7	Mudança de mentalidade	Reajuste dos comportamentos humanos e das formas de organização social, com novas percepções e condutas, em harmonia entre humanos, sociedade e a natureza. Pensar e atuar “ambientalmente”, considerando o horizonte temporal de presente e futuro, o meio em sua dimensão natural, cultural e política, transpor as disciplinas e os limites temporais e espaciais, compreendendo o espaço como multidimensional.

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em Rodríguez (2014)

Diante desses itens mencionados, é possível compreender que a temática ambiental não pode ser um tema exclusivo de ambientalistas nem apenas de especialistas. Como o ambiente é onde vivem todos os seres humanos, estes devem ser incluídos em todas as esferas da realidade e de discussões. Mas para isso, é fundamental que se ampliem os conhecimentos, reflexões, criação de uma percepção, consciência, comportamento, um imaginário ambiental, uma nova cultura simbólica, uma nova espiritualidade. Segundo Rodríguez (2014), esse caminho é longo e difícil, e demanda criatividade e uma nova ética de conhecimento, para promover uma nova sociedade ambientalmente responsável. Vale ressaltar que esse caminho, indicado no sétimo ponto sobre mudança de mentalidade, será discutido em maior profundidade no próximo capítulo da presente tese, sobre Psicologia Ambiental.

Assim, Rodríguez (2014) defende que o Desenvolvimento Sustentável se constitui como o projeto que levará a humanidade a sua própria salvação, sendo uma alternativa necessária e realizável, que tem como objetivo o bem viver geral, mencionando as seguintes palavras do líder Cubano Fidel Castro, entoadas em 1992:

Si quisiéramos salvar a la humanidad de la auto destrucción, hay que distribuir mejor las riquezas y la tecnología disponibles en el planeta. Menos lujo y menos desperdicios en algunos pocos países para que haya menos pobreza y menos hambre en gran parte de la Tierra. No más transferencias al Tercer Mundo de estilos de vida y de hábitos de consumo que no armonicen con el medio ambiente (...) Páguese la deuda ecológica y no la deuda externa. Desaparezca el hambre y no el hombre (RODRÍGUEZ, 2014, p. 248).

“Sustentabilidade como um padrão ético e moral de vivência e de existência, mas o mundo corporativo tem que se submeter a ela, e não a gente ficar navegando nos conceitos que eles criam para justificar a ampliação de seus lucros” (PIETRICOVSKY, 2021, online, minuto 48). Ela defende que os ODS não são suficientes para fazer a transformação necessária, mas acredita que podem ser adotados como instrumentos na negociação e na luta pela defesa da dignidade humana, da natureza e dos territórios. Outros conceitos devem ser incluídos, como agroecologia, defesa dos territórios de povos originários. Mas é necessário ter audácia e ambição para uma efetiva transformação no planeta, a um sistema mais solidário e digno de preservação ambiental, em uma relação ética e estética com a vida. Os ODS podem ser adotados como uma forma de defesa e de luta política, mas é insuficiente para enfrentar o modelo de desenvolvimento insustentável vigente.

Thiago Ávila compreende que os ODS são meros pontos de partida, mas que é preciso avançar muito mais, a partir dos povos, e não do Estado capturado pelo sistema econômico e pelas elites (ÁVILA, 2021, online, minuto 54)

4.1.1 Policrise civilizatória: “Pandemia climática” e a “pedagogia do Antropoceno”

No contexto de crise civilizatória, de uma sociedade *Pandêmica*, as questões da saúde humana e do equilíbrio planetário passam a estar no centro dos debates, tendo em vista a necessidade de superação de desafios, em caráter emergencial, como o enfrentamento das consequências das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade, para que se possa assegurar o futuro da humanidade (ONU News, 2020).

Assim, o tema da sustentabilidade adquire visibilidade ainda maior na discussão de caminhos possíveis para o desenvolvimento no processo de reestruturação socioeconômica após essa crise sanitária, o que certamente deverá influenciar novas escolhas estratégicas, tanto nas políticas públicas, como no campo das organizações.

Mas ainda que 2020 represente o ano em que se iniciou o processo global de vacinação para o combate à *Pandemia da Covid-19*¹⁴², é fundamental um amplo debate colocando em pauta discussões sobre a distribuição de vacinas entre países ricos e pobres. Essa desigualdade aprofunda a crise sanitária, que tem como consequência o risco de

¹⁴² CNN Brasil. Veja quais países iniciaram a vacinação contra a Covid-19; Brasil está fora. 24/12/2020. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/12/24/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19>>

surgimento de novas variantes¹⁴³, além de causar impactos sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais sem precedentes na história.

Ao refletir sobre o futuro no contexto da *Pandemia do novo coronavírus*, e das utopias necessárias para o enfrentamento dessa crise global, Boaventura de Sousa Santos (2021)¹⁴⁴ estabelece três metáforas ilustrativas para essa discussão. A primeira, que compreende o vírus como inimigo, centraliza o combate à Pandemia nas ações do Estado, transmitindo a ideia de que há uma guerra a ser enfrentada. Essa perspectiva implica que tudo voltará à “normalidade” quando a guerra contra o vírus foi vencida pela humanidade. Porém, se os modelos de desenvolvimento, de consumo e de civilização atuais não forem alterados, outras pandemias poderão surgir. Portanto, Santos (2021) defende que a compreensão do vírus como inimigo, ideia que expressa uma pulsão de morte, não contribui para imaginar sociedades melhores.

A segunda metáfora do sociólogo representa o vírus como mensageiro, e também está centrada em atitudes para a sua eliminação, por transmitir uma notícia dolorosa. No entanto, essa busca por sua destruição não proporciona a possibilidade de tentar decodificar a mensagem enviada, e nem de refletir sobre as formas de se confrontar os modos de vida contemporâneos a partir do conteúdo transmitido no recado do mensageiro. Assim, esse caminho pode até servir para defender a humanidade no presente, todavia, também não garante a sua defesa no futuro.

A terceira metáfora, por sua vez, concebe o vírus como pedagogo, possibilitando uma compreensão ampliada sobre as motivações para a ação deste patógeno, de modo a buscar respostas sociais que possam reduzir as chances de outras pandemias no futuro. Esse pedagogo cruel pode conduzir a uma nova percepção sobre a relação entre sociedade e natureza, indicando pontos de convergência para o convívio entre seres humanos e não humanos.

Nesse sentido, Santos (2021) propõe uma escuta profunda do vírus, ciente de que esta é uma tarefa complexa, considerando os vícios dos seres humanos com a visão antropocêntrica, dificultando a comunicação. Mas de que forma seria possível essa tradução de linguagens de universos tão distantes? Seriam realmente distantes, considerando a interferência direta do vírus na vida humana, como uma ameaça existencial? A ideia de co-

¹⁴³ OMS alerta que desigualdade na vacinação está levando a uma “pandemia de duas vias”. 08/07/2021. <https://brasil.un.org/index.php/pt-br/130595-oms-alerta-que-desigualdade-na-vacinacao-esta-levando-uma-pandemia-de-duas-vias>

¹⁴⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2021, 426 p.

presença pode contribuir para a elaboração de um código semiótico na condução dessa comunicação:

Estou me referindo ao fato de o vírus ser uma co-criação entre humanos e natureza, uma co-criação decorrente do modo como os seres humanos têm interferido nos processos naturais, sobretudo desde o século XVI. Essa longa duração é a mesma do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado modernos. A exploração sem limites dos recursos naturais e a apropriação e discriminação contra tudo o que foi considerado mais próximo da natureza, fossem escravos, mulheres ou povos indígenas, interferiram de tal maneira com a natureza que o que hoje consideramos natureza é, em boa parte, produto dessa interferência. Sendo assim, a natureza é tão humana quanto nós, ainda que de modo radicalmente diferente (SANTOS, 2021, p. 41).

Essa perspectiva de indissociabilidade entre humanidade e natureza, também discutida por Guattari (1990), Morin e Kern (2000), entre outras/os pensadoras/es fundamentais para este capítulo, indica a compreensão de que o ser humano, que hoje é infectado pelo vírus, é o mesmo que infectou e degradou a natureza, durante séculos. E a percepção de que esses processos estão interligados pode contribuir para aproximar essa comunicação. Isso porque a pré-condição para a comunicação parte do compartilhamento do mesmo campo visual. Portanto, se é possível haver a comunicação, existe, também, a possibilidade de haver aprendizagem (SANTOS, 2021).

Diante desse caminho para possibilidades de transformação pela educação (em sua perspectiva mais ampla), o aspecto do mundo Pós-covid-19 depende diretamente das decisões tomadas para orientar as ações nesse contexto. Nesse caso, Yuval Harari (2020) afirma que o maior risco a ser enfrentado não está relacionado ao vírus, mas à forma de reação da humanidade diante da Pandemia. Ao reagir com propagação de ódio (culpando estrangeiros), de ganância (aproveitando a crise para obter lucros) e de ignorância (acreditando e espalhando teorias da conspiração), essa forma de lidar com a crise torna o mundo mais desunido, empobrecido e violento. Por outro lado, a humanidade pode optar por reagir de forma positiva, acreditando na ciência e agindo com generosidade, compaixão e sabedoria. Assim, o historiador defende a cooperação internacional, a solidariedade e a troca de informações científicas confiáveis como verdadeiros antídotos para essa, e também, para outras pandemias.

Apostando na fraternidade para resistir à crueldade do mundo, Edgar Morin (2019) ressalta a urgência da criação de uma consciência sobre nossa comunidade humana de destino, considerando uma identidade antropológica comum. Ainda que cada ser humano seja único e diferente dos outros, existem pontos de convergência, como as estruturas da linguagem, de cultura, de música, de artes. Além disso, todos são mortais, e a mortalidade comum deveria inspirar uma fraternidade mútua de compaixão. A unidade humana, expressa na diversidade dos indivíduos e das culturas, indica que compreender as outras pessoas

demanda um reconhecimento da nossa humanidade comum e um respeito às nossas diferenças. Ao refletir sobre fraternidade planetária, Morin, assim como outras/os pensadoras/es brasileiros e de outros países, já alertavam sobre o contexto de crise civilizatória, ainda décadas antes da *Pandemia da Covid-19*, fato que ilustrou pedagogicamente as múltiplas crises contemporâneas.

4.1.2 Desbravando esse debate no terreno da Psicologia Ambiental

Com o objetivo de investigar esse contexto de degradação ambiental pela perspectiva da Psicologia, ainda na década de 1960, a *American Psychological Association* (APA) encaminhou essa demanda ao grupo responsável por discussões sobre crescimento populacional. Vale ressaltar que essa conjugação de temas representou também uma discussão central no Clube de Roma, organização criada em 1968 para discutir e sistematizar as informações sobre o nível de degradação ambiental no planeta. Ao publicar o relatório *Limites do Crescimento*, em 1972, os pesquisadores denunciaram as graves consequências do processo de industrialização, e dos modos de produção e consumo da sociedade contemporânea (FERREIRA, 2014).

Na época, houve grande repercussão e críticas de lideranças mundiais afirmando que o Clube tinha interesse em frear o crescimento econômico. Mas apesar dos avanços nesse debate desde a publicação desse relatório, exatamente meio século depois, em 2022, ano de publicação da presente tese, esse tema se torna cada vez mais urgente e demanda ações imediatas, sendo fundamental ampliar esse debate considerando as desigualdades sociais e as diferenças de produção e de consumo entre países. E também, envolver no debate a população mais afetada com as consequências da crise socioambiental, como discutido no próximo capítulo.

Seguindo essa perspectiva de relacionar a Psicologia a essas discussões cada vez mais fundamentais, a APA publicou a edição temática sobre psicólogos e sustentabilidade, em sua revista *Psychology in the Public*, em 2000. Com o intuito de complementar o que advoga como questão fundamental para esse debate, Raven (2001) menciona essa publicação de referência, buscando complementar a discussão abordando o ambiente organizacional como fundamental para a atuação na interface entre Psicologia e Sustentabilidade. O referido autor situou o papel de profissionais da Psicologia no âmbito das organizações como essencial para atuar em atividades como: o desenvolvimento de arranjos organizacionais, a descrição dos cargos institucionais, o desenvolvimento de novas formas de pensar sistemicamente, e, ainda,

nos processos e sistemas de avaliação pessoal que considerem os compromissos com a sustentabilidade para que seja possível pensar caminhos para o futuro da humanidade no planeta.

Uma década depois, a edição especial de maio/junho de 2011 do periódico *American Psychologist*, principal revista da American Psychological Association (APA) abordou o debate decorrente de um relatório produzido na interface entre Psicologia e Mudanças Climáticas. Os sete artigos da edição temática foram elaborados por psicólogos oriundos de diversas áreas da Psicologia. Os títulos dos artigos, em tradução livre, são: “Contribuições da psicologia para entender e lidar com as mudanças climáticas globais”, “Contribuições comportamentais humanas à mudança climática: direcionamentos psicológicos e contextuais”, “Os impactos psicológicos das mudanças climáticas globais”, “Adaptando-se e enfrentando a ameaça e os impactos das mudanças climáticas”, “Os dragões da inação: barreiras psicológicas que limitam a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas”, “Contribuições da psicologia para limitar as mudanças climáticas”, “Compreensão pública das mudanças climáticas nos Estados Unidos”.

No artigo introdutório dessa edição especial, Swim et al (2011) defendem que a temática das mudanças climáticas permite a integração entre diferentes abordagens da Psicologia, e, também entre as ciências sociais, humanas e da natureza. Com o objetivo de ampliar o debate entre psicólogos/os, os autores ilustraram o modo pelo qual o conhecimento do campo da Psicologia pode contribuir com discussões, pesquisas e iniciativas em políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas.

Uma década após essa publicação, o documento global “A humanidade precisa de Psicologia” (Sociedade Brasileira de Psicologia, 2020) (ANEXO A) foi elaborado para destacar as principais contribuições do campo da Psicologia e da comunidade psicológica mundial, tal documento versa acerca da relevância desses profissionais e da ciência psicológica no contexto de crise global. Criado a partir da necessidade de compartilhar informações sobre as múltiplas experiências no campo da Psicologia durante o contexto da Pandemia, essa rede de profissionais, e instituições signatárias, pretende seguir com essa colaboração global, a partir dessa experiência, para continuar compartilhando práticas relacionadas a essa área do conhecimento.

Sendo assim, a investigação sobre a noção de sustentabilidade pelo viés da Psicologia Ambiental, na presente pesquisa, parte da busca por perspectivas em direção a amanhã desejáveis, e por essa razão, “a psicologia tem um papel central a desempenhar para acelerar a

transição para um futuro sustentável, porque um aspecto central da sustentabilidade é a mudança de comportamento” (MCKENZIE-MOHR, 2000, p. 531, em tradução livre).

Nesse sentido, é possível estabelecer correlações entre Psicologia e Sustentabilidade ao identificar algumas propostas de revisão teórica sobre as interfaces entre esses dois campos no âmbito das organizações, desenvolvidas, por exemplo, por Glavas (2016), Lülfs e Hahn (2014), Mckenzie-Mohr e Oskamp (1995), Oskamp (2000a, 2000b), além de Pol (2003), com uma abordagem específica do campo da Psicologia Ambiental.

Foram identificados, ainda, estudos de caso que abordam a relação entre a temática da sustentabilidade e o campo da Psicologia no ambiente organizacional, como as investigações de Mckenzie-Mohr (2000), ou na área da pesquisa experimental de Merriman et al (2016), Rose (2014) e Rotolo e Church (2012), além de Swin et al. (2011), que apresentou uma discussão voltada, especificamente, para a relação entre a Psicologia e as mudanças climáticas.

No entanto, a pesquisa bibliográfica a respeito de problemas ambientais no âmbito da Psicologia, realizada por Ferreira (2014) identificou que a Psicologia Ambiental ainda não abarca todos os pesquisadores envolvidos com questões ambientais e nem integra todas essas pesquisas, muito menos esgota os problemas relacionados à degradação ambiental. Nesse sentido, “Das referências bibliográficas levantadas sobre o problema, cerca de 70% espalham-se por mais de cinquenta periódicos, diferentes daqueles dedicados especificamente ao assunto ou administrados por pesquisadores identificados como subárea” (p. 23).

Complementarmente, Higuchi e Pato (2018) dedicam um capítulo da obra “Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente” à temática da sustentabilidade. Ao definirem esse tema como um “conceito sistêmico que emerge no contexto da globalização e da crise ambiental” (p. 217), as referidas autoras questionam os modos de produção e consumo contemporâneos, fundamentadas no pensamento do sociólogo ambientalista e filósofo mexicano, Enrique Leff (2001), referência central aos campos da Ecologia Social e Política, no que tange à discussão sobre a necessidade de uma reorientação do processo civilizatório da humanidade.

E com relação aos eventos internacionais de referência, a temática da sustentabilidade na área de Psicologia, tais como o *VII Congresso Latinoamericano de Psicologia (ULAPSI)*, realizado em julho de 2018, na Costa Rica, que teve como tema central “*Aportes da diversidade e da equidade: Psicologia para a paz entre pessoa, sociedade e natureza*”. E também a *VIII Convenção Intercontinental de Psicologia, HOMINIS 2018*, cujo tema foi

“*Bem-estar humano e desenvolvimento sustentável: o lugar da Psicologia*”, realizado em novembro de 2018, em Cuba.

No âmbito nacional, vale ressaltar que, ainda em 2011, o *XX Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental* abordou, como tema central o “Comportamento humano para um desenvolvimento sustentável”. Segundo os organizadores desse evento, é imprescindível discutir essa temática como forma de se mudar atuais paradigmas: “(...) a mudança de padrões comportamentais éticos, de consumo, de preservação, de convivência e respeito ao próximo, etc. Tudo isso diz respeito à nossa ciência, em suas diferentes áreas de aplicação” (ANAIS DO XX ENCONTRO BPMC 2011, p. 15). Em 2014, no *IV Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão* (CBP), considerado como um dos principais eventos brasileiros nesse campo, abordou em um de seus três eixos temáticos o tema “Psicologia e Sustentabilidade: cidadania, diversidade e modelos sociais”¹⁴⁵.

E no período da presente pesquisa, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) inseriu a discussão sobre sustentabilidade como temática central de alguns de seus principais eventos. Em 2019, o eixo inspirador do 6º Seminário Novos Horizontes foi “Ciência, Sustentabilidade e Democracia: horizontes da política científica no Brasil”, realizado em Belo-Horizonte-MG. Em 2020, por sua vez, o tema do 18º Simpósio da ANPEPP foi “Justiça social e contextos sustentáveis: a transversalidade e a pesquisa em psicologia”, realizado de modo online devido à *Pandemia da Covid-19*.

Nesse mesmo período, a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) também se comprometeu com a temática de sustentabilidade. Em 2019, internacionalmente, ao assinar a declaração de compromisso com a colaboração contínua na aplicação da ciência psicológica para o avanço para o progresso de questões globais críticas, tais como a Agenda 2030, no *The International Summit on Psychology and Global Health: A Leader in Climate Action*. Esse pioneiro evento global, organizado pela *American Psychological Association* (APA) e a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), contou com a participação de aproximadamente 50 associações internacionais de Psicologia, com o objetivo de debater o papel de psicólogas/os nos desafios sociais globais, sobretudo relacionados às mudanças climáticas¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Duas pesquisas sobre os trabalhos apresentados nesse IV CBP foram desenvolvidas e apresentada pela pesquisadora, em eventos acadêmicos, em 2018. Em uma Mesa-redonda, no V CBP (<http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/cbp/2018/anais/detalhe.cfm?id=20981>) e em um GT no V *Simpósio Internacional de Psicologia Social*, o trabalho intitulado “Polissemias e complexidades: um olhar sobre o eixo Psicologia e Sustentabilidade do IV Congresso Brasileiro de Psicologia inspirado na Agenda 2030” (<http://www.adepts.com.br/vsips/gtrabpost.html>).

¹⁴⁶ Disponível em <<https://www.psychologyandglobalhealth.org/>>

E em 2021, a SBP participou da Conferência da *Global Psychology Alliance* (GPA)¹⁴⁷: "Psicologia em Ação: Liderando pelo Clima", que ocorreu após a *Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima* (COP-26). Com enfoque no papel da Psicologia para apoiar mudanças organizacionais e políticas públicas, o evento teve como objetivo analisar os resultados da COP-26, apresentando contribuições psicológicas para políticas e programas sobre a mudança climática.

No âmbito nacional, a SBP é signatária da *Carta da Cidade de Natal*, resultado da 72ª Reunião Anual da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), com o tema "Ciência, Educação e Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI", em 2020. Esse manifesto tem como princípios a defesa da ciência e tecnologia, da educação de qualidade em todos os níveis, do ambiente, do desenvolvimento sustentável e da democracia no País.

Com base nesses compromissos firmados, em 2021 foi criada a série de *webinars Psico Sustentável*¹⁴⁸ como uma parceria da SBP com a Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA) e a Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção da Saúde (BRAPEP). Essa iniciativa tem como objetivo ampliar o debate sobre as ações da Psicologia nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E em 2022, a 52ª Reunião Anual da SBP adotou como tema "Psicologia na Agenda 2030", alinhando todos os trabalhos apresentados no evento aos 17 ODS dessa agenda global, que será mais detalhada no próximo tópico, a seguir.

Essa breve exposição sobre a recente inserção da discussão sobre sustentabilidade como tema orientador em eventos dessa magnitude para a Psicologia brasileira ilustra, claramente, as potencialidades de contribuição desse campo para a temática da sustentabilidade.

¹⁴⁷ <<http://www.sbponline.org.br/2021/11/psychology-in-action-leading-for-the-climate>>

¹⁴⁸ Disponíveis em <<https://www.youtube.com/c/SBPSociedadeBrasileiradePsicologia/videos>>

4.2 Agenda 2030 como rizoma global no pluriverso da Década da Ação

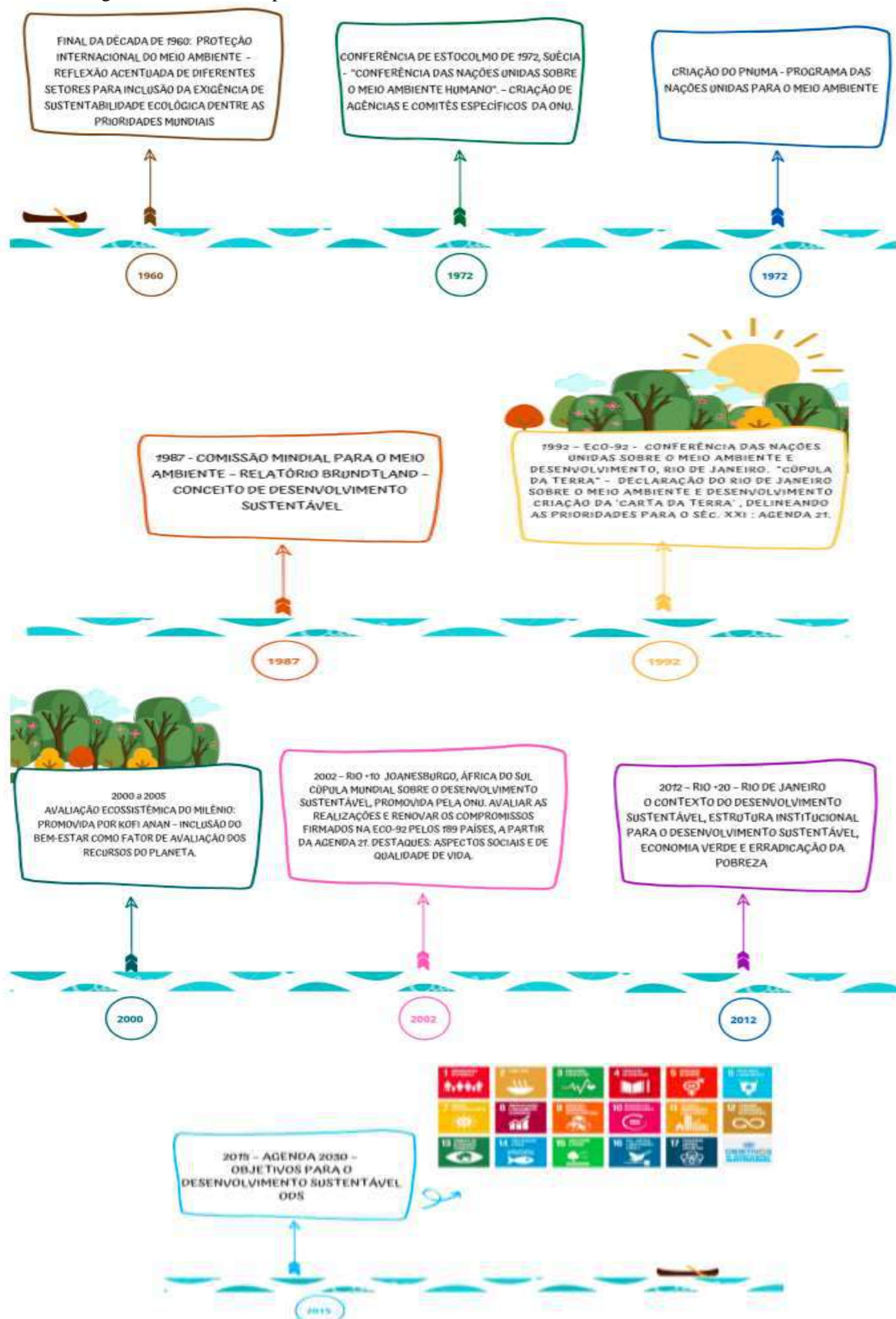


*Luz do sol que a folha traga e traduz em verde novo
 Em folha, em graça, em vida, em força, em luz
 Céu azul que vem até onde os pés tocam a terra
 E a terra inspira e exala seus azuis
 Reza, reza o rio córrego pro rio e o rio pro mar
 Reza a correnteza, roça a beira, doura a areia
 Marcha o homem sobre o chão, leva no coração uma ferida acesa
 Dono do sim e do não diante da visão da infinita beleza
 Finda por ferir com a mão essa delicadeza
 A coisa mais querida, a glória da vida*
 (Caetano Veloso, [Luz do Sol](#). Álbum Caetanear, 1985)

A *Agenda 2030*, pactuada em 2015 pelos países membros da *Organização das Nações Unidas* (ONU), busca envolver inúmeros segmentos da sociedade no alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até o ano de 2030. Os Objetivos dessa agenda global podem ser traduzidos a partir da noção de Rizoma, de Deleuze e Guattari (1995), em continuidade à ilustração do ciclo de cultivo, proposta na presente pesquisa. Isso porque, entre as principais características de um rizoma estão os “princípios de conexão e de heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 4). Assim, os 17 ODS se relacionam de maneira interconectada e indissociável.

Mas para abordar a origem da Agenda 2030, é importante fazer um breve resgate histórico sobre alguns dos principais marcos globais relacionados à sustentabilidade, destacando a relevância do Brasil nesse debate internacional sobre questões socioambientais. Nesse sentido, uma ilustração sobre os principais marcos temporais de acordos no âmbito da ONU foi idealizada por Marlise Bassani (2020, p. 175), organizadora da obra “Diálogos entre Psicologia, Espiritualidade e Meio Ambiente”, como um “Rio do Tempo para sustentabilidade e o bem-estar humano”. Essa ilustração, adotada na presente pesquisa para irrigar as raízes do cultivo proposto, identifica “os diferentes portos que marcaram decisões, na esperança de que a imagem dos Rios Brasileiros conduza todos e todas nós à concretização das metas para o Cuidado de Nossa Casa Comum, como disse o Papa Francisco, em 2015” (BASSANI, 2020, p. 175). Inspiração ilustrada na Figura 16, a seguir:

Figura 16: Rio do Tempo sobre Sustentabilidade e as decisões internacionais da ONU



Fonte: BASSANI, 2020, p. 176 e 177

Diante desses marcos temporais, Bassani (2020) afirma serem inúmeros os desafios, mas também incontáveis as contribuições da Psicologia para a reversão dos problemas humano-ambientais. No entanto, é preciso “dedicação e perseverança na construção de estudos e pesquisas que tragam conhecimento para reversão e melhoria de vida as pessoas e dos demais habitantes do Planeta Terra!” (BASSANI, 2020, p. 174). Nesse sentido, a autora defende o Tempo como elemento essencial nesse debate, no capítulo “Psicologia ambiental e as dimensões temporais: tempo de cuidar?”, e alerta para o atraso no cumprimento desses urgentes acordos globais.

Nessa perspectiva de dimensão temporal, a presente pesquisa, orientada para projeções de futuro, se debruça sobre esses marcos temporais do passado para compreender as demandas do presente, entre as quais as Metas da Agenda 2030, cujo prazo está cada vez mais curto e os desafios, maiores a cada ano.

Há exatos 50 anos, a *Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano*, realizada de 5 a 16 de junho de 1972, na Suécia, teve como documento final a *Declaração de Estocolmo*. Na busca por uma visão global para orientar a humanidade no cuidado com a vida no planeta, foram estabelecidos 26 princípios comuns com alguns temas ainda atuais e cada vez mais urgentes. Como destaque, na presente tese, o Princípio 17 dispõe sobre o papel das instituições nacionais na planificação, administração e controle do ambiente para uma melhor qualidade de vida, e os Princípios 18, 19 e 20, que abordam educação, ciência e tecnologia para solucionar problemas socioambientais (ONU, 1972). Vale ressaltar que esse documento foi a base para publicar o livro infantil “Azul e Lindo: Planeta Terra, nossa casa” (ROCHA; ROTH, 1990), obra que vem inspirando a pesquisadora desde sua infância.

Em continuidade a essas conferências globais com debates sobre o futuro da vida no planeta, o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), de 1987, consagrou o polissêmico e controverso termo “desenvolvimento sustentável”.

Nesse breve resgate temporal, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, teve a Declaração do Rio (ONU, 1992) como seu documento final, que, entre seus 27 Princípios, destaca o papel das mulheres, da juventude, dos povos originários e comunidades tradicionais para a conservação da natureza e para o desenvolvimento sustentável. Vale ressaltar que, durante a Rio-92, foi proposta a elaboração da *Carta da Terra*, uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa,

sustentável e pacífica. Construída coletivamente como uma iniciativa global da sociedade civil, seu documento final foi publicado em 2000, contendo 16 princípios gerais.

Entre os inúmeros resultados dos eventos paralelos à Rio-92, vale destacar o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Concebido de forma dinâmica e participativa, o Tratado foi pactuado por pessoas de todo o mundo, que reconheceram o papel da educação na transformação social. Reafirmando o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental (EA), o documento tem como princípio a crença de que a raiz da crise civilizatória está no modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na superprodução e no superconsumo por alguns, e no subconsumo pela grande maioria das pessoas (FORUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1992).

Considerando esses desafios globais e visando projetar futuros desejáveis, os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) foram estabelecidos, no ano 2000, de forma pioneira no âmbito da *Organização das Nações Unidas* (ONU). Os oito ODM abordavam temas como erradicação da fome e da pobreza, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, saúde, educação e parcerias (ONU, 2015a).

No entanto, como algumas das profundas transformações nos modos de vida em sociedade, propostas pelos ODM não foram efetivadas no prazo estipulado, como teria sido desejável e necessário, uma nova agenda global passou a ser discutida como seu desdobramento, a partir da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (Rio+20), realizada em 2012, também no Rio de Janeiro. O seu documento final, *O Futuro que Queremos* (UN, 2012), reafirmou os princípios das conferências mencionadas anteriormente e avança nessa discussão. A Rio+20 representa o marco simbólico para a construção dos debates coletivos para o estabelecimento da Agenda 2030.

Após uma ampla discussão global, desde então, a Agenda 2030 foi pactuada, em 2015, por líderes de 193 países, estabelecendo 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), e 169 metas, no documento: *Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (UN, 2015). Com a necessidade de que sejam compreendidos de maneira integrada, os ODS representam uma continuidade dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (2000-2015), ampliando e aprofundando os seus objetivos.

A representação gráfica que melhor ilustra a interrelação dos 17 ODS, como o rizoma proposto na presente pesquisa, foi apresentada por Rockström e Sukhdev, que ficou conhecida como “bolo de noiva” (Figura 17). As três camadas superpostas possibilitam a compreensão da integração entre os 17 ODS, diferente das figuras expostas lado a lado, apresentada em geral, o que dificulta essa percepção, conforme ilustrado na Figura 17:

Figura 17: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ilustrados no modelo “bolo de noiva”



Fonte: ROCKSTRÖM; SUKHDEV, 2016. Tradução para o português.

Considerando os inúmeros desafios para essa década decisiva na história da humanidade no planeta, e das consequências do Antropoceno e da Grande Aceleração, o ano de 2020 representa o marco estabelecido pela ONU para a contagem regressiva para o cumprimento dos ODS. Nesse sentido, sob o lema “dez anos para transformar o mundo”, a *Década da Ação* representa um impulso adicional ao esforço global, com o propósito de acelerar o cumprimento dos ODS, considerando que esses não vinham avançando na velocidade necessária, antes mesmo da crise sanitária, que vem transformando o mundo, desde o primeiro trimestre de 2020. E, evidentemente, no contexto atual, como seria de se esperar, o processo de implementação da Agenda 2030 vem sendo diretamente afetado pelos imprevisíveis e profundos impactos decorrentes da *Pandemia da Covid-19*.

É importante enfatizar que, meses antes do alerta global sobre a disseminação do novo coronavírus, ainda em setembro de 2019, o secretário-geral da ONU já havia convocado todos os setores da sociedade a se mobilizarem para os desafios da década seguinte. Esse movimento foi fundamentado em três níveis de ação: a) *Ação Global*, para fortalecer as lideranças e promover soluções criativas rumo ao alcance dos ODS; b) *Ação Local*, para incorporar as transições necessárias ao fortalecimento das políticas públicas, além da organização dos recursos orçamentários e da estruturação dos governos e das cidades para, igualmente, cumprir os ODS; e c) *Ação Popular*, a ser empreendida por e para jovens, pela sociedade civil organizada, por profissionais da mídia, pelo setor privado, pelos sindicatos, assim como pelas universidades e por demais interlocutores dos movimentos

sociais¹⁴⁹. Todas essas ações são motivadas por um objetivo comum: ampliar os resultados positivos e ultrapassar os obstáculos ainda existentes para o êxito da Agenda 2030.

O termo “Territorialização”, ou “localização”, significa a tradução da agenda global para o contexto local, de modo que ela faça sentido em cada cidade, município, bairro ou comunidade. O termo territorialização permite uma compreensão mais ampla e flexível, pois possibilita trabalhar não apenas com o desenvolvimento local (comunidade ou município), mas também engloba outras formas de compreensão do território (desde microrregiões até o nível estadual ou de macrorregiões). Devido a essa flexibilidade, para a presente tese foi adotado do termo territorialização para fazer referência a esse processo de compreender a Agenda 2030 a partir do contexto local.

Esse o processo de considerar os contextos subnacionais para colocar em prática a Agenda 2030 envolve tanto com relação ao estabelecimento de objetivos e metas como para determinar os meios de implementação e utilizar os indicadores para mensurar, acompanhar o processo e avaliar o seu sucesso. E para isso, alguns elementos foram estabelecidos, tais como a participação e coordenação, os prazos, estabelecimento de metas locais intermediárias e finais, integrar essas metas aos planos e às políticas locais e adequar os meios de implementação, e criar formas de acompanhamento. Assim, alguns movimentos globais vêm sendo também estabelecidos pela ONU para os próximos dez anos. Assim, a “Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável¹⁵⁰”, a “Década da Restauração dos Ecossistemas¹⁵¹” e, a “Década da Ação¹⁵²” representam alguns caminhos nessa conjugação de esforços rumo ao cumprimento dos ODS no horizonte de 2030.

No contexto brasileiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) coordenou, em 2018, o processo governamental de adaptação das metas estabelecidas na Agenda 2030 às prioridades do Brasil, levando em conta as estratégias, os planos e os programas nacionais, bem como os desafios do país para garantir o desenvolvimento sustentável na próxima década. Essa elaboração contou com a participação, na primeira etapa, de 75 órgãos governamentais e centenas de gestores e técnicos do governo federal. Após esse trabalho coletivo, que envolveu debates e o envio de sugestões para a criação das metas nacionais, a proposta foi submetida à consulta pública, que buscou agregar, também, as sugestões apresentadas, dentro do possível.

¹⁴⁹ Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/decade-of-action/>

¹⁵⁰ Mais informações em: <http://decada.ciencianomar.mctic.gov.br/>

¹⁵¹ Mais informações em: <https://www.decadeonrestoration.org/pt-br/sobre-decada-da-onu>

¹⁵² Mais informações em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/decade-of-action/>

Ao identificarem que, apesar do crescimento de eventos, cursos e publicações acadêmicas voltadas ao reforço científico e intelectual sobre os ODS, a maior parte das atividades (salvo algumas exceções identificadas na pesquisa do projeto), evitou analisar criticamente esses Objetivos globais (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018), o que pode ser considerado como uma lacuna na produção acadêmica.

Oriundos do sistema ONU, os ODS não costumam ser questionados com base nos elementos fundamentais das sociedades ocidentais, como a modernidade, o capitalismo e o antropocentrismo, em oposição às perspectivas decolonialistas, pós-capitalistas e biocentristas. Nesse sentido, a técnica adotada para a realização da crítica proposta no projeto foi a aplicação da diferença (*différance*, a partir de Derrida, 1967), de modo que seja possível suspender o significado dos ODS para focar em suas incoerências. Esse caminho indicou a possibilidade de uma dupla leitura dos ODS, sendo uma positiva, em que grande parte de intelectuais atuam nesta perspectiva, acreditando que o alcance dos ODS conduzirá ao bem-estar da humanidade, nas bases do desenvolvimento sustentável moderno (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018).

A leitura negativa, por sua vez, coloca o foco nas inconsistências dos ODS, observando a impossibilidade da condução ao bem-estar da humanidade fora da perspectiva de transdesenvolvimento transmoderno:

o ponto de vista do transdesenvolvimento transmoderno (decrecimento e bem viver) (...) sustenta que o bem-estar da humanidade, [é] entendido como aquele modo de vida que permite a nós, seres humanos, coexistir em harmonia com outros seres da natureza, em harmonia com os outros seres humanos e em harmonia com nós mesmos, alcançado por meio de processos de decolonialidade - despatriarcalização - deheteronormalização do poder - saber - ser, dos processos de transformação socioeconômica e processos de transição socioecológicos, que geram sociedades interculturais e plurais, pós-capitalistas e biocêntricas (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018, p. 18)¹⁵³.

Mas ainda que a análise crítica apresentada esteja voltada para as inconsistências dos ODS em contribuir para o bem-estar da humanidade, “a Agenda 2030 representa um progresso significativo em relação às agendas de desenvolvimento anteriores e a cooperação internacional (...) têm virtudes importantes como proposta de contribuir para o bem-estar da

¹⁵³ *el punto de vista del transdesarrollo transmoderno (decrecimiento y buen vivir); dicho punto de vista sostiene que el bienestar de la humanidad, entendido como aquella forma de vida que nos permitan a los seres humanos coexistir en armonía con los demás seres de la naturaleza, en armonía con los demás seres humanos y en armonía con nosotros mismos y nosotras mismas, se alcanza por medio de procesos de decolonialidad - despatriarcalización - desheteronormalización del poder - saber - ser, de procesos de transformación socioeconómica y de procesos de transición socioecológica, que generen sociedades interculturales y plurales, poscapitalistas y biocéntricas* (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018, p. 18).

humanidade¹⁵⁴” (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018, p. 19). Porém, essas virtudes não foram objeto da análise do projeto de pesquisa sobre os ODS-OBV.

Ao argumentar que os ODS não questionam o atual modelo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, denominado como *maldesarrollo*, a publicação sobre o projeto parte da reflexão de autores da escola crítica de desenvolvimento, como Piketty (2013), de que as políticas econômicas, sociais, culturais e ambientais desses países, pautados na concepção moderna de desenvolvimento, ao invés de gerar um aumento do bem-estar em suas populações, têm os conduzido a crises, pautadas na desigualdade social capitalista e na insustentabilidade socioeconômicas e socioecológicas. Enquanto os países em desenvolvimento, além dessas, também acumulam crises políticas e culturais pautadas na heteronormalidade, na patriarcalidade, na colonialidade de poder, de saber e de ser.

Essas políticas de desenvolvimento têm causado um mal desenvolvimento em todos os países do mundo, sendo essa a razão da crítica aos ODS, para que não seja perpetuado esse modelo de desenvolvimento. Isso porque um dos eixos, além do social e ambiental, é o viés econômico, apesar dos inúmeros alertas de cientistas de várias áreas do conhecimento de que quanto maior o crescimento econômico, menor o bem-estar dos habitantes do Planeta. Sendo assim, para enfrentar as crises mencionadas, devem ser desenvolvidos estilos de vida sociais que possibilitem a harmonia consigo mesmo, com outros seres humanos e os demais seres da natureza, como defendem os teóricos do Bem Viver.

Considerando essa agenda global como uma valiosa proposta de articulação internacional no horizonte de 2030, a crítica partiu da discussão sobre o polissêmico conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecido no Relatório Brundtland de 1987.

Quadro 16: Análise crítica das lacunas dos ODS, com base em Hidalgo-Capitán et al. (2018).

ODS	Algumas das incongruências identificadas nos ODS, a partir da leitura crítica pela lente do transdesenvolvimento transmoderno e do Bem Viver
ODS 1: Erradicação da Pobreza	A pobreza não deve ser mensurada apenas em termos monetários, mas pela capacidade de satisfazer as necessidades humanas fundamentais (materiais e imateriais), considerando o seu aspecto multidimensional. Além disso, os ODS não abordam diretamente as causas relacionadas à “distribuição desigual de renda, emanada pelo funcionamento dos mercados capitalistas e pela falta de ação redistributiva efetiva dos Estados (Piketty, 2013)” (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018, p. 26). Também não questionam a patriarcalidade e a colonialidade do poder, que concentra a pobreza em mulheres e em grupos minoritários.
ODS 2:	O problema da fome não está relacionado à produção de alimentos, mas sim, à sua distribuição. Atualmente, a capacidade de geração para a garantia adequada da nutrição

¹⁵⁴ *la Agenda 2030 supone un avance significativo respecto de las anteriores agendas del desarrollo y la cooperación internacional (...) tienen importantes virtudes como propuesta para contribuir al bienestar de la humanidad.*

Fome zero e agricultura sustentável	mundial é suficiente. Assim, não é possível alcançar “Fome Zero” sem regular o mercado de alimentos, pois “segurança alimentar só é possível se há ‘soberania alimentar’ (...) para garantir o fornecimento de alimentos a longo prazo, em termos nutricionais, ambientais, sociais e culturais” (Ibid, p. 28). Nesse sentido, a expansão da fronteira agrícola não deve estar direcionada ao mercado e nem ser intensificada pela exploração da terra, com o uso de agrotóxicos ou a sobrecarga com o excesso de produção.
ODS 3: Saúde e bem-estar	Garantir uma vida saudável envolve uma cobertura sanitária e farmacêutica universal e acessível. Por meio de sistemas nacionais adequados às especificidades de cada país, essa cobertura não deve gerar empobrecimento de usuários, e deve incluir medicina preventiva e curativa. Além disso, saberes e práticas de povos originários têm sido invisibilizados na medicina moderna, que é altamente farmacologizada, sendo fundamental o “reconhecimento, juntamente com a medicina moderna, de outras formas de medicina tradicional milenar e holística, adaptadas às especificidades culturais dos diferentes povos do mundo e tratar pessoas e não doenças (OMS, 2013)” (Ibid, p. 29).
ODS 4: Educação de Qualidade	O modelo de educação implícito nos ODS tem um viés ocidental, baseado na colonialidade do ser e do saber. No entanto, a educação deve estar pautada em critérios de interculturalidade, integrando conhecimentos ocidentais com diferentes identidades étnicas, religiosas, de povos originários e de gênero. Deve, ainda, transpor a mera ideia de qualificação para fins econômicos e de trabalho, visto que “não se trata de formar trabalhadores e empresários, mas educar as pessoas para que elas saibam como funcionar em seus ambientes econômicos, políticos, sociais e culturais” (Ibid, p. 30).
ODS 5: Igualdade de Gênero	Para acabar com todas as formas de misoginia, discriminação e violência, deveria ser incluído nesse ODS o combate à discriminação a todos os gêneros, como homofobia, transfobia, entre outros. Além disso, as desigualdades a serem combatidas devem estar relacionadas às oportunidades e à distribuição de poder; considerando os papéis sociais que cada gênero desempenha em uma sociedade, sem impor critérios universais sobre esses papéis sociais. E ainda, “eliminar a legislação, os mecanismos e as estruturas institucionais que discriminam diferentes gêneros, em todos os países” (Ibid, p. 31).
ODS 6: Água potável e saneamento	“Os ODS não questionam a mercantilização da água produzida em muitos países do mundo, nem o seu uso, depositando a maior disponibilidade de água potável em uma maior captação, e não em uma distribuição mais equitativa” (Ibid, p. 31). Como um recurso escasso, a água limpa, doce e salgada, deveria ser considerada um bem público e sua utilização deveria ser objeto de regulação pelo Estado, tanto para garantir o acesso justo e universal, como para reduzir a contaminação.
ODS 7: Energia limpa e acessível	Os combustíveis fósseis deveriam ser abordados pelos ODS por meio da proposta de impostos mais altos, e de moratórias sobre novas explorações. Os ODS também não consideram o conceito de soberania energia, definida como “a produção, distribuição e consumo de energia baseada na compatibilidade entre necessidades sociais, econômico e ambiental, que vai além dos mecanismos de alocação de recursos pelo mercado” (Ibid, p. 32). Essa soberania se baseia em múltiplas ferramentas de integração energética, passando pela geração de conhecimento e tecnologias diretamente relacionadas com os ciclos de vida da natureza, possibilitando uma energia mais acessível
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	Os ODS assumem o crescimento como positivo, contrariando os alertas de cientistas, há décadas, sobre os Limites do Crescimento (Meadows et al., 1972). Considerando que, atualmente, todo crescimento é insustentável, Piketty (2013) é mencionado ao afirmar que o crescimento da economia sob o capitalismo exclui de seus benefícios uma grande parte da população mundial, sendo essa a razão e não ser possível conciliar crescimento e inclusão social sob o capitalismo atual. Vale ressaltar, nesse contexto, a visão excessivamente mercantil e lucrativa do trabalho nesse ODS, não envolvendo outras formas, como a economia social e solidária, depositando a responsabilidade da criação de emprego nas mãos das empresas capitalistas, que visam lucro, o que pode reforçar os empregos informais, precários, indo contra os princípios de trabalho decente. “Nenhuma meta dos ODS aborda a harmonização e a melhoria das condições laborais

	no mundo com prazos e indicadores (Ibid, p. 34)”.
ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura	Apesar de abordar sobre a importância das infraestruturas, os ODS não tratam sobre o seu uso efetivo e inclusivo. Não adianta ter uma boa infraestrutura se grande parte da população não consegue utilizá-la por conta do valor de sua tarifa. Os ODS também compreendem como indissociável a relação entre industrialização e desenvolvimento, reforçando a materialidade do consumo, “quando, atualmente, as sociedades mais avançadas caracterizam-se por terem um setor industrial em retração e um setor de serviços em crescimento que reforça a desmaterialização do consumo (Unceta, 2015b) (Ibid, p. 34)”. E com relação à inovação, nos ODS a temática da privatização do conhecimento não é abordada, e nem a função social da inovação, que deveria estar a serviço do bem-estar da humanidade e não do lucro das empresas investidoras, ainda que estas recebam recompensa e retorno por seu esforço e investimento.
ODS 10: Redução das desigualdades	Os ODS não questionam o capitalismo, sistema econômico dominante no Planeta. “A renda que emana do livre mercado tende a se concentrar em poucas mãos, gerando grande desigualdade tanto entre os países quanto entre as pessoas dentro de cada país (Piketty, 2013) (Ibid, p. 35)”. Para reduzir as desigualdades, os ODS deveriam contemplar a distribuição da renda derivada do mercado de forma mais equitativa, o que demanda a regulação dos mercados de trabalho para estabelecer faixas salariais homogêneas em todo o planeta, e a redução dos altos níveis de informalidade nos mercados de trabalho. Assim, as políticas redistributivas, nacionais e internacionais, não são suficientes para reduzir as desigualdades, sobretudo se não considerarem, de maneira explícita, políticas de discriminação positiva e ações afirmativas.
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	Os ODS não questionam o tamanho dos assentamentos humanos e nem mencionam as megalópoles, essencialmente insustentáveis, inseguras, aglomeradas e não inclusivas, por concentrarem os principais problemas que afetam os assentamentos humanos. Sem um planejamento urbano para frear o crescimento das cidades, e um redimensionamento das grandes cidades, esse objetivo fica inalcançável. Os dois grandes problemas das cidades são o sistema de transporte e a gestão de resíduos, sendo necessária a redução tanto no uso de veículos baseados na combustão, como na produção de resíduos, iniciando na redução do consumo, na reutilização, reciclar e estimular a compostagem. “Por outro lado, os ODS não mencionam o direito de autodeterminação dos povos originários em seus próprios territórios, assumindo assim as regras de governança derivadas da colonialidade do poder (Quijano, 2000) (Ibid, p. 36)”
ODS 12: Consumo e produção responsáveis	Nos ODS, a redução da produção e do consumo não é abordada para a melhoria da qualidade de vida, como defendem teóricos do decrescimento, e já alertou o Relatório Os Limites do Crescimento (Meadows, 1972). Aumentar a produção e o consumo é insustentável. No entanto, torna-se necessária uma avaliação global, considerando a redução da produção e do consumo de habitantes dos países desenvolvidos e as classes média e alta dos países em desenvolvimento, de modo que seja possível que as classes mais baixas dos países em desenvolvimento possam aumentar seus níveis de consumo, já que, atualmente não satisfazem suas necessidades humanas fundamentais. Portanto, o consumo sustentável deve garantir a satisfação das necessidades humanas fundamentais da população mundial, reduzindo o consumo supérfluo, que satisfaz as ansiedades e não as necessidades.
ODS 13: Ação contra a mudança global do clima	“Combater a mudança climática significa pará-la, e não apenas mitigar os seus efeitos ou adaptar-se a eles, conforme proposto pelos ODS” (Ibid, p. 37). A redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) é inevitável para frear as mudanças do clima, no entanto, os ODS não abordam essa temática, mas direcionam suas ações para a resiliência, o que implica, na prática, desistir do combate às alterações climáticas, e apostar na sua mitigação e adaptação. A maior parte dos países desenvolvidos resiste em reduzir suas emissões de GEE por conta dos impactos econômicos, “baseado nos interesses econômicos das grandes empresas, e ignorando os princípios básicos de uma sustentabilidade super forte e biocêntrica (Gudynas, 2010)” (Ibid, p. 37).
ODS 14:	O extrativismo no oceano e nos mares não é questionado nos ODS, que consideram a

Vida na água	pesca como mais uma atividade econômica, e apenas deve ser regulamentada por seus impactos ambientais. Uma gestão biocêntrica, nesse contexto, precisa envolver a eliminação progressiva da pesca industrial e esportiva, e transformar a pesca em uma atividade artesanal de pequena escala, com fins alimentícios e compatível com a manutenção dos ecossistemas marinhos. Outro tema não abordado claramente nos ODS está relacionado à compreensão de mares e do oceano como sumidouros de resíduos da atividade humana, sobretudo resíduos sólidos e plásticos. A conservação de recursos marinhos deve envolver, nesse sentido, todas as águas despejadas nos mares e oceano, diretamente ou pelos rios.
ODS 15: Vida terrestre	Em uma perspectiva biocêntrica, o uso sustentável da terra demanda que os ecossistemas selvagens sejam considerados como áreas naturais protegidas, evitando a urbanização ou a transformação desses espaços para fins agrários. Além disso, o extrativismo de recursos naturais (pesca, caça, extração de madeira), para fins industriais, deve ser eliminado, sendo essas atividades permitidas apenas de modo compatível com a manutenção de ecossistemas terrestres silvestres. E para frear a degradação da terra e a desertificação, devem ser eliminados: a) o uso de agroquímicos que poluem terras e aquíferos, sendo a agricultura e a pecuária ecológicas; b) as grandes monoculturas de exportação de regime extrativista; c) o uso de ecossistemas como sumidouros de resíduos da atividade humana; d) a mineração a céu aberto; e) a produção de alimentos transgênicos, por seu impacto nas variedades naturais da mesma espécie e, potencialmente, na saúde humana a longo prazo. No entanto, os ODS não abordam essas temáticas urgentes.
ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes	A promoção de sociedades pacíficas pressupõe, no âmbito global, ceder ao monopólio do uso da força ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, e eliminar armas de destruição em massa em todos os países que as possuem, sob a supervisão da ONU. Para tal, é imprescindível a reforma do Sistema das Nações Unidas, de modo que se torne mais inclusivo e eficaz, para além das decisões que coincidam com os interesses das grandes potências. Para tal, devem melhorar sua legitimidade por meio da eliminação dos direitos de veto e de voto com base em contribuições econômicas, adotando critérios demográficos e de qualidade da democracia, entre outras ações inclusivas. Do mesmo modo, a justiça internacional somente será justa se todos os países aceitarem a jurisdição de tribunais internacionais criados pela ONU. Se os princípios básicos de lei, ordem e justiça não se aplicam no arena global, todo o direito internacional público e privado torna-se uma simples moralidade, que só tem força legal quando a sua aplicação beneficia o grandes poderes.
ODS 17: Parcerias e meios de implementação	Os ODS depositam grande confiança no investimento estrangeiro. No entanto, as empresas transnacionais estão voltadas para o lucro, sem se importar tanto com os efeitos econômicos, sociais ou ambientais de suas ações. E apesar da necessidade do envolvimento do Estado, da sociedade civil e do setor privado para o alcance dos ODS, este último apenas avançará se os primeiros o forcarem ou encorajarem a fazê-lo, ainda que, com uma visão de longo prazo. Além disso, a Aliança Global para o Desenvolvimento Sustentável requer uma liderança clara das Nações Unidas, que devem direcionar os recursos financeiros, os aspectos humanos e institucionais da cooperação multilateral para os ODS. E isso passa por uma profunda reforma da ONU, aspecto ignorado nos ODS. E ainda deveria incluir o compromisso dos países a dedicarem os fundos de sua cooperação bilateral ao cumprimento dos ODS.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Hidalgo-Capitán et al. (2018).

Portanto, de acordo com Hidalgo-Capitán e colaboradores (2018), as consequências do desenvolvimento moderno implícito nos ODS, pautado nas três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), mas sem um consenso global, podem ampliar o *apartheid*

global (discriminação étnico-social), o modo de vida imperial (deterioração socioecológica), a desigualdade e a dominação socioeconômica e política.

Sendo assim, os autores concluem que os ODS, da forma como estão, podem não ser suficientes para contribuir com a melhoria no bem-estar da humanidade, em seus aspectos socioculturais (por não abordar decolonialidade, despatriarcalização, deseteronormalização), aspectos socioeconômicos (por não abordar limites ao poder de mercado, com a regulação do uso de fatores produtivos, e dos bens e serviços estratégicos, e nem recomendar o limite de acumulação em poucas mãos, não abordando a soberania alimentar e energética como proposto por um desenvolvimento social e solidário) e aspectos socioecológicos (não assumir a era do Antropoceno, nem os limites do crescimento e também não abordam a natureza como sujeito de direitos, com valores intrínsecos para além de sua utilidade aos seres humanos).

Os aspectos mencionados por Hidalgo-Capitán e colaboradores (2018), sobre as lacunas dos ODS, são essenciais em todas as dimensões do bem-estar humano. Portanto, com base no viés do transdesenvolvimento transmoderno, e alinhado aos preceitos e sustentabilidade e Ecologia Social de Gudynas (2019) adotado na presente tese, o aumento do bem-estar da humanidade deve ser associado a partir de conceitos como biocentrismo, interculturalidade, pluralidade e pós-capitalismo.

Se assumirmos que o bem-estar da humanidade será alcançado quando conseguirmos implementar formas de vida que nos permitem seres humanos convivem em harmonia com os demais seres da natureza, em harmonia com outros seres humanos e em harmonia com nós mesmos e nós mesmos, então o que precisamos, em vez de alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são alguns Objetivos do Bem Viver (OBV).

4.2.1 Dos ODS aos Objetivos de Bem Viver (OBV): imaginando o pós-2030

Inspirado pelo trecho da Declaração Universal do Bem Comum da Humanidade (HOUTART, 2012), o projeto de pesquisa “*Los Objetivos del Buen Vivir como propuesta alternativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenible*”¹⁵⁵ teve como um de seus resultados a publicação da obra “*Los Objetivos del Buen Vivir a escala global: una crítica de los a los Objetivos de Desarrollo Sostenible y una propuesta alternativa transmoderna*” (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018).

¹⁵⁵ Projeto “Os Objetivos do Bem Viver como uma proposta alternativa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”

Como parte do “*Proyecto integral de cooperación interuniversitaria entre la UHU (España) y la UCE (Ecuador) en materia de investigación, formación y sensibilización sobre OBV y ODS*”¹⁵⁶, o projeto de pesquisa foi elaborado com um duplo objetivo. O primeiro buscou “questionar o inquestionável” (Ibid, p. 11), por meio de uma análise crítica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujos argumentos foram apresentados e sistematizados no tópico anterior, contendo a leitura crítica e análise das lacunas identificadas.

O segundo objetivo do referido projeto partiu do controverso conceito de desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987), questionado por povos originários desde a sua criação, estabelecendo, como alternativa, a noção de Bem Viver¹⁵⁷. Como um marco de referência para políticas públicas de desenvolvimento, oriunda de países andinos, e dos princípios de *sumak kawsay*, “esta proposta tem sua origem na ideia de construir o bem-estar das pessoas inspirado no modo de vida dos povos nativos da Abya Yala (América Latina)” (Ibid, p. 51), e complementada com contribuições da teoria crítica do desenvolvimento, e, também, de autoras/es ecologistas, indigenistas, pós-desenvolvimentistas e socialistas.

Assim, essa noção vem ganhando espaço nos debates internacionais sobre desenvolvimento desde a década de 1990, propondo políticas públicas orientadas para a implantação de formas de vida em harmonia com todos os seres da natureza, com seres humanos e consigo mesmo. Partindo da crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável pela noção de Bem Viver, a ideia de elaborar os Objetivos do Bem Viver (OBV), em uma escala global, como alternativa aos ODS:

(...) não pretendeu destruir a proposta institucional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas tem a intenção de gerar uma consciência coletiva na academia, em movimentos sociais e atores da cooperação internacional que permite propor uma nova Agenda Pós-2030, com base em objetivos que nem sequer foram incluídos na Agenda 2030¹⁵⁸ (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2018, p. 12, grifo nosso).

Visando essa contribuição para o âmbito da academia, o referido projeto de pesquisa se constitui como uma importante inspiração para a presente tese, que partiu de uma leitura

¹⁵⁶ “Projeto integral de cooperação interuniversitária entre a UHU (Espanha) e a UCE (Ecuador) em matéria de pesquisa, formação e aumentar a conscientização sobre OBV e ODS”, desenvolvido pelo Grupo de Investigación Transdisciplinarios de la Universidad de Huelva (UHU) e pela Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Central del Ecuador (UCE), financiado pela Agencia Andaluza de Cooperación Internacional para el Desarrollo de la Junta de Andalucía (AACID).

¹⁵⁷ “En este trabajo se interpreta el buen vivir en sentido amplio (buen vivir, vivir bien, *sumak kawsay*, *suma qamaña*, socialismo del buen vivir, decrecimiento, *transdesarrollo*, construcción sociocultural múltiple histórica y territorialmente determinada, etc.)” (Ibid, p. 53)

¹⁵⁸ “Esta reflexión no ha tenido la intención de destruir la propuesta institucional de los Objetivos de Desarrollo Sostenible, sino la intención de ir generando una conciencia colectiva en la academia, en los movimientos sociales y en los actores de la cooperación internacional, que permita plantear una nueva Agenda Post-2030, a partir de unos objetivos que ni siquiera fueron incluidos en la Agenda 2030.”

crítica dos ODS pela lente da Ecologia Social. Vale ressaltar que Gudynas representa uma das referências comum, tanto para a presente pesquisa como para o Projeto OBV-ODS. Se buscou, ainda, na tese, uma contextualização da Agenda 2030 a partir da América Latina e do Brasil, de modo a propor amanhã desejáveis, no horizonte de 2030 e no Pós-2030.

Assim, o ponto de partida para o Projeto OBV-ODS foi a realização de grupos de discussão, no ano de 2017, em Quito (Equador) e em Salamanca (Espanha). Entre as/os 22 especialistas participantes desses grupos estavam representadas treze nacionalidades: Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos, Itália, México e Nicarágua. Não houve participação brasileira nessas discussões preliminares, mas após a sugestão do grupo sobre nomes de especialistas nas temáticas de Bem Viver, Decrescimento e Transdesenvolvimento, o Brasil aparece entre as 22 nacionalidades das/os 112 entrevistados. Desse total de indicados, 51 mulheres e 61 homens compuseram o perfil envolvendo pesquisadoras/es, acadêmicas/os, consultoras/es, agentes de cooperação internacional e ativistas.

Como resultado da pesquisa, além do livro de referência, foram também publicados dois documentos de trabalho relacionados ao duplo objetivo do projeto, sendo um voltado para a crítica e desconstrução dos ODS e outro com a proposta dos OBV, partindo do princípio de que o conceito de Bem Viver foi criado como uma alternativa ao conceito de Desenvolvimento Sustentável. Esse debate foi, também, publicado na edição 8.1 da *Revista Iberoamericana de Estudios del Desarrollo* (RIED), em maio de 2019 (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019), além da apresentação da pesquisa em eventos acadêmicos internacionais.

Esse primeiro passo para a construção de um Bem Viver em escala global está mais focado na definição dos objetivos do que em detalhar metas e indicadores, a princípio. E a partir dessa construção, se busca envolver a participação da sociedade civil, do setor privado e do setor público, nos âmbitos local, nacional, regional ou global, para promover um debate acadêmico e social para construir, no futuro, uma agenda global de Bem Viver oriunda da participação social.

No entanto, os autores defendem que a institucionalidade hegemônica da ONU, da forma como está em funcionamento, é incompatível com a construção do Bem Viver global proposto. Portanto, é fundamental que seja realizada uma profunda reforma do Sistema das Nações Unidas para a formação de um quadro institucional alternativo ao atual, como já mencionado anteriormente. Mas vale ressaltar, entre as sugestões mencionadas para essa reforma, a eliminação da figura de membros permanentes, do direito a veto e a voto com base

em contribuições econômicas, além do direito ao voto por critérios demográficos e de qualidade da democracia, para melhorar seus níveis de legitimidade, inclusão e eficácia, independente dos interesses das grandes potências mundiais.

A proposta partiu da seguinte pergunta: “Quais devem ser os objetivos das políticas públicas nacionais e internacionais para avançar rumo a um Bem Viver em escala global?” (Ibid, p. 52). Para responder a essa questão, foi realizada uma investigação de natureza normativa, articulada em quatro fases. A primeira consistiu na realização de dois grupos de discussão, com 24 especialistas na temática, oriundos de países europeus e da América. A segunda etapa está relacionada à elaboração de uma proposta provisória de Objetivos do Bem Viver (OBV) e a terceira consistiu na validação dessa proposta por meio de uma pesquisa online dirigida a especialistas, convidados por meio de uma amostragem de bola de neve virtual não probabilística. E a quarta e última etapa foi a elaboração da redação final dos OBV, com base nas avaliações e recomendações de especialistas.

Com base nessas etapas e na análise crítica dos ODS do primeiro objetivo do Projeto, os OBV foram criados pautados em três objetivos gerais interrelacionados – sustentabilidade biocêntrica (harmonia com todos os seres da natureza), equidade social (harmonia com todos os seres humanos) e satisfação pessoal (harmonia consigo mesma/o) – além de 21 objetivos específicos e integrados para o alcance das três harmonias que devem caracterizar o Bem Viver em escala global, conforme Figura 18, a seguir:

Figura 18: Objetivos de Bem Viver (OBV) em escala global



Fonte: HIDALGO-CAPITÁN et al. (2018, p. 85)

Apesar de inter-relacionados, os três objetivos gerais dos OBV são simultâneos e demandam uma hierarquia. A sustentabilidade biocêntrica fundamenta o alcance da equidade social, e essas duas juntas oferecem meios para alcançar a satisfação pessoal. Assim, a natureza vem em primeiro lugar, seguida da sociedade, e por último a pessoa, “pois a pessoa faz parte da sociedade e a sociedade é parte da natureza¹⁵⁹” (Ibid, p. 55).

Os três Objetivos Gerais do Bem Viver em escala global (OBV) – sustentabilidade biocêntrica (harmonia com todos os seres da natureza); a equidade social (harmonia com todos os seres humanos); e a satisfação pessoal (harmonia consigo mesma/o) – propostos por Hidalgo-Capitán *et al.* (2018), se relacionam diretamente com a Figura 4 proposta por Weil (1993, p. 41), apresentada no capítulo anterior, sobre a base conceitual da Ecologia Social.

A sustentabilidade biocêntrica, primeiro objetivo geral dos OBV, está relacionada à harmonia com todos os seres da natureza, e foi elaborada com base no Biocentrismo de Gudynas (2010) e Taylor (1986). Essa concepção busca uma valorização plural da natureza,

¹⁵⁹ “(...) *la persona es parte de la sociedad y la sociedad es parte de la naturaleza*”.

para além sua dimensão econômica, como capital natural, atendendo a outras dimensões, como patrimônio natural, ecológico, estético, cultural, religioso, entre outros. Assim, esse objetivo visa “Deter a perda da biodiversidade dos ecossistemas, da biodiversidade das espécies e da biodiversidade genética, acomodando ao mesmo tempo a pegada ecológica humana à biocapacidade do planeta¹⁶⁰” (Ibid, p. 55). Isso porque o ser humano deve compartilhar a biosfera com outras 10 milhões de espécies, o que significa que a pegada ecológica humana média (que já ultrapassa 2,8 Ha) deve ser inferior a 1,7 Ha por pessoa. Vale ressaltar que essa biocapacidade pode variar conforme o aumento da população mundial e a redução (ou aumento) do espaço biologicamente produtivo do planeta.

O segundo objetivo geral dos OBV, Equidade Social, tem como princípio a redução das desigualdades de capacidades e de oportunidades no mundo, seja “entre países, regiões, territórios rurais e urbanas, etnias, confissões religiosas, classes sociais, gêneros, identidades sexuais, bem como os níveis de desigualdade de bem-estar social alcançada” (Ibid, p. 56)¹⁶¹. A noção de equidade implica em um tratamento diferente às pessoas diferentes para compensar as desigualdades, como um critério de justiça social, em termos de capacidades, oportunidades e bem-estar, entre: países desenvolvidos e em desenvolvimento; regiões ricas e pobres; zonas rural e urbano; grupos étnicos; grupos com diferentes confissões religiosas; classes sociais; gênero e orientação sexual; e entre as pessoas em geral, independentemente de seu local de residência ou de sua participação em um determinado grupo social.

E o terceiro objetivo geral refere-se à satisfação pessoal, ou seja, “Aumentar os níveis de satisfação das pessoas com sua própria vida, em diferentes contextos territoriais, reduzindo ao mesmo tempo a distância entre os níveis de satisfação das pessoas mais satisfeitas e menos satisfeitas” (Ibid, p. 57)¹⁶², tema que, ainda mais do que o dos dois objetivos anteriores, pode ressaltar a relevância da Psicologia para esse debate. Isso porque, satisfação com a própria vida, satisfação vital, bem-estar subjetivo ou felicidade podem se referir à medida em que uma pessoa considera os resultados de bem-estar obtidos, em um momento de sua vida, em relação aos objetivos desejados. É importante mencionar que os critérios para que uma pessoa se considere satisfeita são subjetivos, e variam de pessoa para pessoa, e de cultura para

¹⁶⁰ “Detener la pérdida de biodiversidad de ecosistemas, de biodiversidad de especies y de biodiversidad genética, acomodando al mismo tiempo la huella ecológica humana a la biocapacidad del planeta”.

¹⁶¹ Reducir los niveles de desigualdad de capacidades y oportunidades de la población mundial, entre países, regiones, territorios rurales y urbanos, etnias, confesiones religiosas, clases sociales, géneros, identidades sexuales y personas, así como los niveles de desigualdad de bienestar social alcanzados.

¹⁶² “Aumentar los niveles de satisfacción de las personas con su propia vida, en sus diferentes contextos territoriales, reduciendo al mismo tiempo la distancia entre los niveles de satisfacción de las personas más satisfechas y las personas menos satisfechas.”

cultura, ainda que existam fatores gerais que contribuem para o aumento dessa satisfação, como saúde, amor, educação, cultura, liberdade e espiritualidade.

Cada um dos três objetivos gerais foi complementado por sete objetivos específicos, enumerados por ordem de relevância, e compreendidos de maneira simultânea e inter-relacionada. Assim, os objetivos gerais não podem ser alcançados sem o alcance dos específicos. Diante dessa importante referência para a presente tese, esses objetivos, gerais e específicos, foram sistematizados no Quadro 17 a seguir, em relação aos ODS, de modo a contribuir com essa lente crítica e propositiva a partir de referências do campo da Ecologia Social, para inspirar as análises da presente pesquisa, e complementar as lacunas dos ODS:

Quadro 17: Contribuições dos Objetivos de Bem Viver (OBV) para a análise dos ODS

Objetivos de Bem Viver (OBV)		Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Objet. Gerais	Objetivos Específicos	
1. Harmonia com todos os seres da natureza	1.1 - Cuidar dos ecossistemas - Parar a deterioração dos ecossistemas aquáticos e terrestres, em âmbito local, regional, nacional, transnacional e global, iniciando seu processo de recuperação, com políticas de restauração para contribuir com o desenvolvimento de ambientes seguros para a vida.	15 – Vida sobre a Terra 14 – Vida na Água
	1.2 - Economia sustentável - Transitar para sistemas de produção, consumo e trabalho que gerem menor consumo de recursos naturais, menor produção de resíduo e uma maior disponibilidade de tempo livre, de forma que seja possível melhorar a qualidade de vida das pessoas e de demais seres da natureza. Transformar os padrões de consumo e redefinir as necessidades, num movimento de redução e simplicidade.	8 – Emprego digno e cresc. econômico 12 – Produção e consumo responsáveis 2 – Fome Zero e agricult. sustentável
	1.3 - Extração sustentável - Limitar a extração de recursos naturais renováveis e não renováveis a nível local, regional, nacional e global, condicionando-os à capacidade de reprodução dos recursos naturais renováveis substitutivos nas mesmas áreas, de modo que os estoques de recursos naturais locais, regionais, nacionais e mundiais se mantenham relativamente estáveis.	7 – Energia limpa 8 – Emprego digno e cresc. econômico 9 – Indústria, Inov. e Infraestrutura 12 – Produção e cons. responsáveis
	1.4 - Transições pelo clima - Começar transições para sistemas energéticos, baseados exclusivamente em fontes de energia renovável, que ajudam a mitigar os efeitos da mudança climática global, rumo à sistemas de habitação, de produção e de consumo que possam se adaptar de maneira não traumática a essa mudança.	7 – Energia limpa e acessível 13 – Combate às alteraç. climáticas 9 – Indústria, Inov. e Infraestrutura
	1.5 - Direitos da natureza - Aprovar uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza e reconhecer constitucionalmente esses direitos e seus mecanismos tutela dentro de cada país, de forma que seja levado em consideração o valores intrínsecos da natureza. Esses direitos devem ser reconhecidos a nível internacional, no âmbito da ONU, articulados com a Declaração dos Direitos Humanos.	15 – Vida sobre a Terra 14 – Vida na Água 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes 17 – Parcerias em prol das Metas
	1.6 - Economia circular - Promover sistemas de gestão de resíduos dos processos de produção e consumo sob critérios de economia circular, que contribuam para reduzir pressão sobre a capacidade de geração de recursos natureza e a capacidade de absorção como sumidouros dos ecossistemas locais, regionais, nacionais,	12 – Produção e cons. responsáveis 8 – Emprego digno e cresc. econômico 15 – Vida na Terra

	transnacionais e globais.	14 – Vida na Água
2. Harmonia com todos os seres humanos	1.7 - Habitats ideais - Otimizar a escala de habitats locais para aproveitar as economias aglomeração e evitar as deseconomias de aglomeração, reduzindo a pressão sobre a capacidade de carga do ecossistemas locais.	11 – Cidades e comunidades sustentáveis 6 – Água Limpa e Saneamento
	2.1 - Produção local - Incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas de pequena escala e de âmbito local, com base em produtos locais ou de cadeias curtas de valor para reduzir o impacto com transporte e os mercados intermediários, respeitando o ciclo natural dos alimentos produzidos, de modo a contribuir para a redução dos níveis de pobreza e de desigualdade social no interior dos países.	1 – Erradicação da Pobreza 2 – Fome Zero e agricult. sustentável 8 – Emprego digno e cresc. econômico 10 – Redução das desigualdades 12 – Produção e consumo respons.
	2.2 - Soberania alimentar - Implementar políticas produtivas e comerciais, com critérios agroecológicos e culturais, que permitam uma transição rumo à soberania alimentar dos países e das comunidades locais. A luta contra a fome e contra a superalimentação não está apenas relacionada à produção e consumo de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes, mas em critérios ecológicos e culturais. A soberania alimentar implica que cada país e comunidade local deve definir suas próprias políticas agrárias, fortalecendo a capacidades de se manter, sem depender de mercados transnacionais e das grandes potências econômicas	1 – Erradicação da Pobreza 2 – Fome Zero e agricult. sustentável 9 – Indústria, Inov. e Infraestrutura 10 – Redução das desigualdades 12 – Produção e consumo respons.
	2.3 - Democracia participativa e pacífica - Desenvolver mecanismos de participação política de pessoas e de resolução pacífica de conflitos, em âmbitos local, regional, nacional, internacional e global, que permitam uma transição da democracia liberal representativa para uma pluridemocracia participativa e pacífica, inclusiva e adaptada a cada contexto para contribuir no aumento da equidade social.	16 – Paz, justiça e instituições eficazes 17 – Parcerias em prol das Metas
	2.4 - Progressividade tributária - Implementar sistemas de impostos progressivos, que redistribuam a renda gerada nos mercados internos dos países, bem como compromissos obrigatórios de auxílio oficial para o Bem Viver entre países, que redistribuem a renda gerada em mercados internacionais. Assim, o sistema tributário, as políticas de transferência e os gastos públicos, incluindo uma renda básica universal, tornariam a distribuição de renda mais equitativa, e evitaria a acumulação de riqueza em poucas mãos. A eliminação dos paraísos fiscais internacionais é essencial, uma vez que a opacidade desses países contribuem para a fraude fiscal e escondem fortunas obtidas ilicitamente.	1 – Erradicação da Pobreza 10 – Redução das desigualdades 16 – Paz, justiça e instituições eficazes
	2.5 - Economias alternativas - Promover a satisfação das necessidades fundamentais da pessoas por meios alternativos ao mercado, que gerem uma distribuição de renda e de riqueza de forma mais equitativa. O trabalho deve ser central, antes do capital, priorizando mais a satisfação das necessidades fundamentais do que a acumulação de capitais.	8 – Emprego digno e cresc. econômico 10 – Redução das desigualdades 12 – Produção e consumo responsáveis
	2.6 - Regulação de mercados - Regular os mercados locais, nacionais, transnacionais e globais, por meio dos poderes públicos locais, nacionais e internacionais, que evitem a concentração do poder de mercado nas mãos de poucos.	8 – Emprego digno e cresc. econômico 10 – Redução das desigualdades
2.7 - Discriminação positiva - implementar, dentro dos países, políticas de discriminação positiva, que aumentem as capacidades e as oportunidades iniciais de pessoas menos favorecidas, e políticas de limites econômicos e sociais, que reduzam a renda e o bem-estar de pessoas mais favorecidas.	5 – Igualdade de Gênero 10 – Redução das desigualdades	

3. Harmonia consigo mesmo/o	<p>3.1 - Interculturalidade - Reconhecer, respeitar e promover as diferentes identidades étnicas e as práticas culturais existentes dentro cada país, e entre os países, bem como o direito de mobilidade transfronteiriça e a convivência harmônica entre os diferentes grupos étnicos sob os critérios de interculturalidade, de forma a contribuir para o florescimento de todas as culturas.</p>	<p>10 – Redução das desigualdades</p> <p>16 – Paz, justiça e instituições eficazes</p>
	<p>3.2 - Identidades diversas - Reconhecer e respeitar as diversas e plurais identidades de gênero, sexuais, étnicas e fenotípicas, despatriarcalizando, desheteronormalizando e descolonizando as relações sociais, de modo a reduzir as discriminações sociais por identidade.</p>	<p>5 – Igualdade de Gênero</p> <p>10 – Redução das desigualdades</p>
	<p>3.3 - Educação contextual - Reconhecer, respeitar e promover as diversas formas de alfabetização, aprendizagem e educação ao longo da vida, em função de capacidades específicas das pessoas e de seu contexto social e ambiental, de forma que estas possam se realizar como pessoas. A educação é um elemento chave para a realização plena das pessoas, “dado que a aquisição de conhecimentos permite-lhes adaptar-se melhor aos diferentes e mutáveis ambientes em que vivem e até transformar o referido meio (Freire, 1968).” (Ibid, p. 78)</p>	<p>4 – Educação de Qualidade</p>
	<p>3.4 - Vida simples - Reconhecer, respeitar e incentivar estilos plurais de vida simples (minimalismo), que permitam as pessoas a satisfazerem suas necessidades humanas fundamentais em seus diferentes contextos territoriais. Isso porque os desejos ilimitados são estimulados pela publicidade, e a tentativa de satisfazer as nossas ansiedades ou falsas necessidades, ao invés de tentar satisfazer nossas necessidades fundamentais, aumenta a infelicidade.</p>	<p>3 – Saúde e Bem-estar</p> <p>11 – Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>12 – Produção e consumo responsáveis</p>
	<p>3.5 - Espiritualidades - Reconhecer e respeitar, sob critérios de laicidade, as diversas confissões religiosas e práticas espirituais (e da não confessionalidade) de pessoas e o seu direito a desenvolvê-las no âmbito público e privado, sem condicionar as práticas religiosas e espirituais de outras pessoas, de maneira que todos possam desenvolver livre e plenamente a sua espiritualidade. Todos os Estados devem ser laicos e manter uma neutralidade sobre as crenças dos residentes em diferentes países, garantindo a convivência harmoniosa entre confissões religiosas e práticas espirituais.</p>	<p>3 – Saúde e Bem-estar</p> <p>4 – Educação de Qualidade</p> <p>10 – Redução das desigualdades</p>
	<p>3.6 - Plurinacionalidade - Reconhecer constitucionalmente e respeitar as diversas nacionalidades e nações, podem haver dentro de cada país, ou conjuntamente no interior de vários países, bem como a sua capacidade para autogestionar determinadas competências políticas, de modo a aumentar os níveis de autonomia coletiva de povos.</p>	<p>16 – Paz, justiça e instituições eficazes</p>
	<p>3.7 - Saúde Integral - Reconhecer, respeitar e incentivar, sob critérios de eficácia científico-social, as diversas formas de medicina, que contribuam para melhorar, em cada contexto territorial, a saúde das pessoas, entendidas como um conceito holístico, envolvendo as dimensões de saúde física, psíquica, emocional, espiritual e social. A medicina científica ocidental é “cara, especializada, curativa, privatizada, tecnificada e farmacologizada, não está ao alcance de todas as pessoas, e sua eficácia científica não corresponde a sua eficácia social” (Ibid, p. 83). Mas a OMS reconhece outras formas de medicina, tradicional e complementar, mais barata, holística, preventiva, comunitária, rudimentar e à base de medicamentos naturais, devendo ser reconhecidos e incentivados, sob critérios de eficácia científica e/ou social, regulando sua práxis com base em critérios éticos específicos.</p>	<p>3 – Saúde e Bem-estar</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Hidalgo-Capitán et al. (2018); ONU (2015).

No Projeto OBV-ODS, inicialmente os ODS foram analisados criticamente, e na segunda etapa foram elaborados objetivos gerais e específicos para representarem a proposta dos OBV. E na presente tese, essa publicação foi adotada como referência para a análise da Agenda 2030, partindo-se do princípio de que os objetivos dos OBV podem representar uma lente para uma leitura crítica e propositiva dos ODS, em um exercício de aproximação dessas duas perspectivas, de modo a iniciar o necessário processo de transição na Década da Ação, identificando caminhos rumo a uma sustentabilidade biocêntrica global, para a ruptura do modelo de desenvolvimento insustentável vigente.

Sistematizados para fins pedagógicos nesta análise, ainda que ciente de que os objetivos de ambos devem ser compreendidos de maneira integrada, os OBV contribuem tanto para complementar como também para rejeitar algumas metas contraditórias dos ODS, que podem prejudicar o próprio alcance de suas metas, como o caso do crescimento econômico, por exemplo, que é contrário aos limites do crescimento que vêm sendo alertado por cientistas há mais de meio século.

Portanto, ainda que seja compreensível a relevância dos ODS para ampliar o debate global sobre sustentabilidade, ficou claro que o alcance de seus objetivos não é suficiente para a transformação necessária rumo à sociedades sustentáveis, pela perspectiva biocêntrica da Ecologia Social. Nesse sentido, os OBV podem representar caminhos fundamentais para uma discussão global nessa arena de disputas, na Década da Ação e no Pós-2030.

Assim, os cursos universitários podem ter esses preceitos como referência para o planejamento de seus currículos e disciplinas, direcionar o seu conhecimento científico e tecnológico a serviço das questões urgentes do contexto de crise civilizatória, como a emergência climática, por exemplo, para conseguir, no menor prazo possível, ampliar o fornecimento de energia de fontes renováveis (solar, eólica, geotérmica, hidráulica, maremotriz e biomassa).

4.3 O futuro é ancestral: a *boniteza* dos inéditos viáveis para adiar o fim do mundo

O período de desenvolvimento da tese foi marcado por expressivos centenários no âmbito da educação: Edgar Morin e Paulo Freire, como importantes referências, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como campo de investigação. O Patrono da educação brasileira faria 100 anos em 19 de setembro de 2021, sendo realizadas inúmeras celebrações no Brasil e no exterior para homenagear um dos mais notáveis pensadores da

história da educação mundial. Entre as produções sobre sua vida e obra nesse centenário, um documentário apresentou imagens de uma entrevista em que Paulo Freire menciona suas perspectivas sobre o futuro:

Nós, mulheres e homens, somos seres, ou até eu acho que é melhor dizer, viramos seres na história, que não prescindem do amanhã. Quer dizer, nós somos seres em busca sempre de um amanhã que, por sua vez, não está ali à espera da gente, mas que é o resultado do que a gente faz pela transformação do presente que a gente vive com a iluminação do ontem que a gente viveu. Ora, se nós somos seres incapazes de abandonar a perspectiva de um amanhã que tem que ser feito por nós, como tirar da nossa experiência histórica o sonho? Não é possível viver sem sonho. Sem sonho enquanto projeto, enquanto programa, enquanto curiosidade, enquanto querer ser diferente (PAULO FREIRE, 2021, min. 27)¹⁶³.

O sonho também representa uma importante inspiração para a peça de teatro “Paulo Freire, o Andarilho da Utopia”, fundamentada em seu último texto: “não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, ofendendo a vida, destruindo sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FOLHA, 1997)¹⁶⁴. Referência no meio acadêmico e artístico, a peça foi indicada ao prêmio Shell de 2019, na categoria inovação, tendo sido assistida por mais de 52 mil pessoas, em 12 estados brasileiros, até então¹⁶⁵. O roteiro cenopoético envolve cantigas, poemas e trechos de livros, com o objetivo de propagar esperança, misturando elementos das linguagens de circo, de palhaçaria e do teatro de rua. No contexto da *Pandemia da Covid-19*, caminhos alternativos foram encontrados para que a peça permanecesse viva (considerando que o teatro se constitui como a arte da presença), sendo reinventada para se adaptar ao modelo remoto.

Com uma sensibilidade que emociona e impulsiona, em uma das belas cenas do espetáculo, “Paulo Freire”, brincando com uma borboleta imaginária, e interagindo com uma bola azul flutuando levemente pelo ar (Figura 3), mencionou:

Eu acho um absurdo querer dominar a natureza. Para mim todas as coisas gozam do mesmo sopro. O ar compartilha seu espírito e sustenta tudo o que há. Cada quintal dessa terra é sagrado. Cada inseto que zure, cada pulso de mar, cada fruto da floresta. **O que acontece com a Terra, acontece a todos os filhos da Terra.** O que acontecerá quando todas as araras azuis forem exterminadas? As onças pintadas todas apagadas? O que acontecerá quando os cantos secretos da floresta forem bloqueados pelo [trecho inaudível] de muitos homens?

¹⁶³ PAULO FREIRE, 100 anos. Documentário. (30 min.) Publicado pela TV Cultura, em 19 de setembro de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tG_pVkhzr1c> Acesso em 19 set. 2021.

¹⁶⁴ FOLHA de São Paulo. Leia último texto do educador. 11 de maio de 1997. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/11/cotidiano/6.html>> Acesso em 19 set. 2021.

¹⁶⁵ Disponível em <<https://www.sympla.com.br/produtor/paulo-freire-o-andarilho-da-utopia>> Acesso em 19 set. 2021.

[...] Onde estará a águia? Desapareceu. E o que falar do quati? Tamanduá-bandeira? **Será o fim da vida e o princípio da sobrevivência?** (PAULO FREIRE, 2019, n.p.¹⁶⁶)

Permeado por complexos questionamentos, reflexões e poesias, ao final das sessões são promovidos círculos de conversa com o diretor e o ator, para ampliar o diálogo inspirado nas ideias e nos ideais do patrono da educação brasileira. Nessas discussões, o “andarilho” é mencionado como um sujeito em movimento, e a “utopia” representa o movimento da alma, o impulso pela busca, ciente de que sempre existe algo novo a ser descoberto.

Resultado de um complexo processo pedagógico, desde o estranhamento da realidade até a percepção crítica das pessoas envolvidas, os inéditos viáveis representam uma etapa que antecede a ação. A obra freiriana de práxis, alinhadas à noção de projetos, futuridades, sonho, utopia e esperança, fundamentam as bases de compreensão dos inéditos viáveis a partir do coletivo (PARO; VENTURA; SILVA, 2020).

Esse trecho transcrito da peça de teatro foi inspirado nas palavras da Carta do Cacique Seattle, chefe do povo *Duwamish*, para o Presidente dos Estados Unidos, em 1854, documento mencionado no capítulo de Ecologia Social. Como uma manifestação de um sonho, nesta carta, reconhecida como uma das primeiras inspirações do movimento ambientalista¹⁶⁷, está estabelecida a seguinte recomendação: “Ensina aos seus filhos a pisar suavemente sobre a terra. Se vocês continuarem no mesmo ritmo que estão seguindo, vocês vão produzir tantos detritos que, em algum tempo, vão sucumbir, vão morrer sobre esses detritos” (KRENAK, 2021, p. 6).

Com essas inspirações preliminares, esse subcapítulo se constitui como o resultado da busca por referências para fundamentar a Ecologia Social a partir do contexto brasileiro. A perspectiva biocêntrica na relação entre sociedade e natureza, como apresentada no subcapítulo anterior sobre uma visão do Sul Global, representa um caminho por onde essa discussão foi conduzida.

Ainda com relação ao último fragmento que inspirou a peça mencionada, o texto iria compor o livro "Cartas Pedagógicas", em elaboração pelo educador antes de falecer, no dia 02 de maio de 1997. O texto está marcado pela indignação por conta do assassinato do Indígena Pataxó Galdino Jesus dos Santos, por um grupo de jovens de Brasília que atearam fogo em

¹⁶⁶ PAULO FREIRE, Andarilho da Utopia. Transcrição do trecho da Peça de Teatro pela pesquisadora. Richard Riguetti, Luiz Antônio Rocha e Junio Santos. Teatro Popular Oscar Niemeyer, Niterói, em 6 de novembro de 2019, 20h35min, Arquivo Pessoal da pesquisadora, que assistiu ao espetáculo, presencialmente, por duas vezes, em Teatros de Niterói-RJ.

¹⁶⁷ KRENAK, Ailton. Carta do Chefe Seattle comentada por Ailton Krenak. Cadernos SELVAGEM, publicação digital, Dantes Editora Biosfera, 2021. Disponível em <http://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2021/07/CADERNO26_SEATTLE.pdf> Acesso em 28 set. 2021.

seu corpo enquanto ele dormia. (SCHLEGEL, 1997¹⁶⁸) A indignação diante das injustiças, sentimento que motivou Freire por toda sua vida, ficou registrada em suas últimas palavras do manuscrito inacabado:

se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros

E Freire mencionou, ainda, que “gostaria de ser lembrado como um sujeito que amou profundamente o mundo e as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, e a vida”¹⁶⁹. E nessa luta em favor da vida, o pensador indígena Ailton Krenak vem levantando a sua voz em defesa da justiça e dos direitos da natureza, compreendendo-a como indissociável ao ser humano. Ainda antes da *Pandemia da Covid-19*, Krenak já circulava por diferentes locais, recebendo convites para dar palestras, sobretudo após o lançamento de seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, em 2019, e até setembro de 2021 já havia sido traduzido para 11 idiomas diferentes.

Na UFRJ, o líder indígena esteve presente com Suely Rolnik no Fórum de Ciência e Cultura (FCC/UFRJ), em 10 de outubro de 2019, com um público de mais de 500 pessoas¹⁷⁰. Foram abertos outros dois salões no FCC para a transmissão ao vivo das apresentações, que também ficaram lotados. Ao final, formaram-se duas grandes filas para a compra dos livros de Krenak, de título já mencionado, e de Rolnik, intitulado “Esferas da insurreição”, momento em que os exemplares da pesquisadora foram adquiridos. Entre as discussões do evento “Constelações insurgentes: fim do mundo e outros mundos possíveis”, os modelos atuais de sociedade e de educação foram questionados, ressaltando a necessidade da criação de outros modos de existência, para resistir, encarar e transformar os perigos de nosso tempo em potência de ação (FORUM UFRJ, 2019).

¹⁶⁸ SCHLEGEL, Rogério. Indignação recheia último texto de Freire. Folha de São Paulo. Publicado em 11 de maio de 1997. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/11/cotidiano/5.html>> Acesso em 19 set. 2021

¹⁶⁹ Disponível em <<https://www.centenariopaulofreire.org/>> Acesso em 19 set. 2021.

¹⁷⁰ FORUM UFRJ. Novas subjetividades, novas possibilidades de existir e resistir. 11/10/2019 Disponível em <<https://forum.ufrj.br/index.php/reetrospectiva/2019/1024-novas-subjetividades-novas-possibilidades-de-existir-e-resistir>> Acesso em 19 set. 2021.

Figura 19: Salão do Fórum de Ciência e Cultura, UFRJ, na palestra de Krenak e Rolnik



Fonte: Everaldo Carneiro. (FÓRUM UFRJ, 2019).

Assim, Krenak sugeriu que ideias como natureza, educação, sustentabilidade, subjetividade e do próprio capitalismo neoliberal sejam repensadas. E ao questionar a noção de “natureza”, o professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) afirma que esta foi forjada no século passado, como parte de uma abstração civilizatória que nega a diversidade e a pluralidade das diferentes formas de vida. Afirma ainda, que

o próprio pensamento ambientalista do século XXI continua reproduzindo a mesma metáfora de natureza, como se não se tocassem que esse caminho tem causado dano, prejuízo e destruição das paisagens, onde as nossas vidas se abrigam, onde nossas vidas se realizam como projetos criativos (...) Essa civilização reproduz, de maneira cada vez mais acelerada, um mundo em que as pessoas não precisam decidir mais nada. O inconsciente já está dominado por desejos, necessidades inventadas e outras pirações, não inspirações. Se a gente tem uma sociedade que está rodando uma esfera em torno de si mesma e que não consegue criar outras perspectivas de mundo, é porque a subjetividade das pessoas, que é o único canteiro de produção de mundos, está esgotada (KRENAK, 2019)¹⁷¹.

Na sequência da fala de Krenak, a psicanalista Suely Rolnik reflete sobre a permanência da humanidade nesse estado de aparente colapso. A crítica de arte defende que esse fato decorre de uma subjetividade marcada por uma relação de blindagem ao contato subjetivo com o outro. Ao resgatar o período da colonização no Brasil, Rolnik afirma que “O outro é um campo de forças que nos afeta, que nos fecunda e produz em nós um embrião de

¹⁷¹ KRENAK, Ailton. Gravação do evento “Constelações insurgentes: fim do mundo e outros mundos possíveis”. 10/10/2019. Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Disponível em <<https://youtu.be/k5SP0GHjWfw>> Acesso em 19 set. 2021.

futuro (...) Se funda num tipo de subjetividade reduzida à nossa experiência sociocultural e totalmente blindada para nossa experiência”. Assim é necessária uma abertura afetiva ao outro para que seja possível produzir outros mundos a partir desses atravessamentos interpessoais (FORUM UFRJ, 2019).

Ainda com relação à subjetividade na cultura global racionalista, que insiste na adoção de valores de um mundo insustentável, Krenak afirmou: “Chega de mesmice e dessa óbvia necessidade de ter certeza das coisas e um medo enorme de habitar a incerteza!”. Essa perspectiva aproxima o líder indígena do quinto “saber necessário à educação do futuro”, estabelecido por Morin (2005), relacionado ao enfrentamento das incertezas. O centenário francês argumenta que as incertezas incitam a coragem para compreender que a aventura humana não é previsível, mas também, o imprevisto não precisa ser totalmente desconhecido. Isso porque essa consciência do risco de erros de futuras decisões pode contribuir para o estabelecimento de estratégias para correções, durante o próprio processo das ações, com base nos imprevistos e nas informações disponíveis.

As incertezas diante da crise civilizatória contemporânea, ainda antes da *Pandemia da Covid-19*, já impulsionavam um grande público rumo às ideias de Krenak para “adiar o fim do mundo”, obra que se tornou um *best-seller*. No contexto da Pandemia, considerando a necessidade de distanciamento físico devido às condições de restrição sanitária, Krenak tem se destacado como um dos brasileiros mais celebrados no mundo online. Em setembro de 2020, quando recebeu da *União Brasileira de Escritores* o prêmio Juca Pato, Krenak mencionou que estava participando de uma média de três a cinco *Lives* por dia. Seja para palestras em redes sociais ou para conversas com diferentes públicos (estudantes, docentes e indígenas de várias partes do Brasil), o mundo remoto possibilitou a ampliação ainda maior do alcance de suas ideias. Como exemplo, uma palestra ministrada em 2019, no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, registrou a presença de 400 pessoas. E a edição online desse evento, realizada de maneira remota por conta da pandemia, somente entre os meses de maio e junho de 2021, já havia registrado 44 mil visualizações (NUNES, 2021)¹⁷².

Diante de tantas *Lives* e conteúdos que representam uma inspiração e também um alerta para promover outros caminhos possíveis no enfrentamento à crise civilizatória, a comunidade Selvagem, um ciclo de estudos sobre a vida, se organizou para catalogar e tornar acessíveis as falas de Ailton Krenak. Essa biblioteca virtual colaborativa vem reunindo e

¹⁷² NUNES, Mônica. Biblioteca Ailton Krenak: “uma biblioteca irreverente, que fala, que não pede silêncio”, celebra o pensador indígena. Conexão Planeta, em 15/06/2021. Disponível em <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/biblioteca-ailton-krenak-uma-biblioteca-irreverente-que-fala-que-nao-pede-silencio-celebra-o-pensador-indigena/#fechar>> Acesso em 20 set. 2021.

sistematizando um acervo online como um resgate da sabedoria da oralidade¹⁷³. Ao receber esse presente, em uma *Live* realizada em 11 de junho de 2021¹⁷⁴, quando já haviam sido organizadas no acervo mais de 150 horas de falas, desde o ano de 2012, Krenak afirmou:

Eu vejo como uma provocação, num certo sentido, a gente chamar de biblioteca um acervo de falas, imagens, que não estão obrigatoriamente editadas, no sentido bíblico, de biblioteca. Mas que têm uma fluidez, que permite uma conversa com aquele lugar que ficou muito configurado como a biblioteca no sentido da pesquisa, da academia, do status de biblioteca (NUNES, 2021, online).

Essa iniciativa inovadora remete ao passado, quando, há quarenta anos, o Programa EICOS teve em suas raízes o Laboratório de Imagens do Instituto de Psicologia da UFRJ, como será visto no próximo subcapítulo. Com um trabalho pioneiro de resgate da sabedoria da oralidade, por meio de metodologias audiovisuais, ainda na década de 1980, as bases da Ecologia Social se formavam no Brasil, e mais especificamente na UFRJ, como foi apresentado no primeiro subcapítulo.

Entre os 190 materiais disponíveis na Biblioteca do Ailton, composta por vídeos, *Lives* e entrevistas para públicos do Brasil e do exterior, além de livros e demais produções organizadas até setembro de 2021, cinco tratam diretamente sobre sonhos e utopias, principais temas deste subcapítulo. A conversa com o neurocientista Sidarta Ribeiro, autor da obra “O oráculo da noite”, sobre a relevância do sonho ao longo de nossa história, foi intitulada “Sonhos para adiar o fim do mundo”¹⁷⁵. A editora Cia das Letras, promotora da *Live*, que já está com mais de 130 mil visualizações no *Youtube*, descreve Ailton Krenak como um dos mais destacados ativistas do movimento socioambiental, que vem criticando a maneira como os seres humanos se relacionam com a natureza — como algo separado de nossa existência.

Em uma entrevista para a Associação Cultural *Biennial of Contemporary Arts* (BoCA), de Lisboa, em Portugal, intitulada “Temos de ocupar os vazios com afeto”¹⁷⁶, Krenak, ao mencionar sobre o seu livro “O amanhã não está à venda” afirmou que o novo coronavírus ocupou um espaço vazio dos nossos afetos. Segundo ele, esse lugar vazio foi construído pela humanidade nas últimas décadas, em uma experiência de individualismo. Nessa *Live*, o líder indígena defende, ainda, o sonho como prática de intervenção no cotidiano.

¹⁷³ Biblioteca do Ailton Krenak. *Selvagem – ciclo de estudos sobre a vida*. Disponível em <<http://selvagemciclo.com.br/biblioteca/>> Acesso em 20 set. 2021.

¹⁷⁴ Lançamento Biblioteca do Ailton - Ailton Krenak e Mari Pelli. 11/06/2021. Disponível em <<https://youtu.be/D2u7SMLKoGg>> Acesso em 20 set. 2021.

¹⁷⁵ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=95tOtpk4Bnw>> Acesso em 22 set. 2021

¹⁷⁶ Disponível em <<https://youtu.be/h2IZK09KCgE>> Acesso em 22 set. 2021

Essa perspectiva de sonho se conecta à esperança do verbo esperar, de Paulo Freire¹⁷⁷ (2019), relacionada à busca pela capacidade de união entre as pessoas para encontrar outras formas de agir, de modo a reagir ao que parece não ter saída. Assim, a educação para outros mundos possíveis parece ser uma via potente, construída a partir da percepção de que o contexto histórico é constituído como possibilidade e não como fatalidade, conforme argumenta Moacir Gadotti¹⁷⁸ (2011). Para ele, a beleza existe porque o ser humano é capaz de sonhar. E o sonho, para Paulo Freire, não pode ser realizado se não for compartilhado com outras pessoas.

Assim, nas “ideias para adiar o fim do mundo”, Krenak (2019, p. 65) defende que o lugar onde o sonho é possível seria “um outro lugar que a gente pode habitar além dessa terra dura: o lugar do sonho. (...) O sonho como experiência de pessoas iniciadas numa tradição para sonhar”. Esse lugar está em conexão com o mundo que partilhamos. Não é um mundo paralelo, mas possui uma potência diferente para sonhar com outros mundos possíveis, que serão deixados para as próximas gerações, a partir da ideia da Terra como um organismo vivo.

“Qual será o papel do ensino superior universitário ao longo do próximo século? Dentre os desafios colocados para o ensino está a atualização dos currículos dos cursos, que demandam cada vez mais transdisciplinaridade e atualização frente às novas tecnologias e mudanças no mundo do trabalho. Isso também gera impactos sobre a formação inicial e continuada dos professores que irão atuar nesse ambiente.

“Quando perguntamos se somos mesmo a humanidade, essa é uma oportunidade de refletirmos sobre a sua real configuração. Se ela convoca nossas redes e conexões desde a antiguidade, se a contribuição que aquele pessoal nas cavernas deu ao inconsciente coletivo, esse oceano que nunca se esgota, se liga com os nossos terminais aqui nessa era distante. Se ao invés de olhar os nossos ancestrais como aqueles que já estavam aqui há muito tempo, e invertamos esse binóculo, seremos percebidos pelo olhar deles” Livro Krenak A vida não é útil (ver ano e número de página)

Conferência de encerramento: Ideias para adiar o fim do mundo (Ailton Krenak) uma conversa entre “Paulo Freire” e Krenak.

a nossa origem, a origem da Terra, a origem dos rios, das montanhas, das florestas, das matas, a origem do homem em comunhão com a natureza, com os peixes, os pássaros. Nós não somos seres superiores, e precisamos todo dia escrever no espelho, nós somos apenas um entre tantos seres sagrados que nós temos que aprender a respeitar. E eu

¹⁷⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Ed. Paz e Terra, 2019.

¹⁷⁸ GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

tenho certeza de que esse aprendizado vai trazer também muito respeito a cada um de nós. E sim, um muito é possível, e ele precisa ser criado (Richard Riguetti, 2020, 2h16min.).

Em uma referência à história da Ilha de Páscoa, Waldman (2018) resgata o caso de extinção de sua civilização tradicional causada pela grave crise ambiental pela destruição e o esgotamento dos recursos naturais. Para o antropólogo e militante ambientalista¹⁷⁹, a civilização contemporânea tem conduzido o planeta Terra a um destino semelhante ao da sociedade remota da Ilha do Pacífico, que diante de um cenário de crise civilizatória, está “ilhada” sem ter para onde ir, considerando não existir outro planeta habitável. Com base nessa ilustração, Waldman (2018, p. 15) defende que apenas “repensando os padrões de funcionamento da economia e da criação de novas modalidades padrões de consumo e estilos de vida que a continuidade da sociedade humana no Planeta poderá se tornar uma assertiva viável”.

Uma das consequências desse cenário pode ser ilustrada pela pesquisa *The Changing Childhood Project*¹⁸⁰, elaborada pela UNICEF, em parceria com a Gallup, que entrevistou mais de 21 mil pessoas, em 21 países, no período entre fevereiro e junho de 2021. A pesquisa envolveu duas populações diferentes, adolescentes e jovens (15 a 24 anos) e adultos (40 anos ou mais), para ressaltar a diferença entre gerações, perguntando suas opiniões sobre as condições de vida no mundo contemporâneo. Em geral, o primeiro grupo populacional tende a ser mais otimista (57%) do que o segundo, com apenas 39% de adultos acreditando em um futuro melhor. No entanto, os resultados com o público brasileiro indicaram que apenas 31% dos adolescentes e jovens, e 19% dos adultos acreditam que o mundo está se tornando um lugar melhor para as próximas gerações. Com esse percentual, o Brasil se destacou como o país com o segundo menor índice de otimismo, ficando apenas à frente de Mali, um país da África ocidental. Vale ressaltar que a pesquisa foi conduzida no pior momento da Pandemia da Covid-19, no Brasil (UNICEF, 2021).

Ainda assim, esses dados ilustram algumas das causas do pessimismo contemporâneo: “mudança climática, pandemia, pobreza e desigualdade, aumento da desconfiança e crescimento do nacionalismo” (UNICEF, 2021, n. p.). Mas entre os motivos de otimismo, é possível destacar que adolescentes e jovens seguem esperançosos, na busca por “tornar o mundo um lugar melhor. Eles se preocupam com o futuro, mas se veem como parte da solução” (UNICEF, 2021, n.p.)

¹⁷⁹ Prof. Maurício Waldman. Disponível em <http://mw.pro.br/mw_mw/> Acesso em 04 set. 2021.

¹⁸⁰ Disponível em: <<https://changingchildhood.unicef.org/pt>> Acesso em 04 dez. 2021

Por outro lado, o estudo revelou, entre os países pesquisados, um aumento nos problemas de saúde mental maior entre adolescentes e jovens do que em adultos. No primeiro grupo, 36% afirmaram sentir-se nervosos, preocupados ou ansiosos, e 19% deprimidos ou com pouca vontade de realizar atividades cotidianas, enquanto no grupo de adultos o percentual ficou em 30% e 15% nas questões mencionadas. No caso brasileiro, os dados também se destacaram, com 48% de adolescentes/jovens (41% meninos e 54% meninas) nervosos e ansiosos, e 22% (15% meninos e 28% meninas) deprimidos e desanimados, contrastando com 39% e 11%, respectivamente, entre adultos.

Além desse resultado, a pesquisa também identificou que adolescentes e jovens ressaltaram a importância do investimento em saúde mental, além de demonstrarem interesse em participar de decisões que impactam sua vida, tais como a urgência de ações governamentais para reverter as mudanças climáticas. Nessas questões, o resultado do Brasil ficou acima da média com relação aos outros países, sobre o interesse na participação social para um futuro melhor. Essa diferença geracional também indicou que adolescentes e jovens são mais propensos a se identificarem enquanto cidadãos globais e defenderem a cooperação internacional para o enfrentamento de crises sanitárias e pandemias do que adultos, defendendo o trabalho governamental de maneira coordenada com outros países (UNICEF, 2021).

Outra informação relevante na pesquisa está relacionada ao fato de que “os brasileiros estão entre os que mais acreditam que a qualidade da educação melhorou na última geração. O Brasil é, também, o segundo país que mais acredita no poder da educação para a transformação social”. O percentual indica que 59% dos adolescentes e jovens brasileiros, e 74% dos adultos, mencionam a educação como fator prioritário para o sucesso, em comparação com 36% e 34%, da média dos 21 países pesquisados (UNICEF, 2021). Esses dados representam uma importante inspiração para a presente pesquisa, indicando que o povo brasileiro acredita na educação, e ressaltando a importância do investimento no público de qualidade para a transformação da sociedade e a construção de um futuro sustentável. Nesse caso, as universidades emergem como um espaço possível para o desenvolvimento de jovens para se capacitarem a atuar na construção de seus presentes e futuros.

5 UNI(pluri)VERSIDADES: regenerando mudas para futuros sustentáveis

Greta: Sabe que a ONU já iniciou o seu programa “Um trilhão de árvores”? Dá pra fazer, os cientistas dizem, pois tanta área ainda temos ao nosso dispor. Mas isso só tem sentido se não queimamos mais carvão e petróleo, mas deixamos tudo no solo (...)

Harry: A saída que resta: floresta presta!

Rosa: Mudas na terra, que o clima recupera...

Ira: Mudas de mudança, a nossa esperança!

(Climapocalipso: A peça para mudança. Trecho da peça de teatro “climusal” de Konrad Yona Riggemann, 2020, p. 56)

Para germinar futuros sustentáveis e regenerativos são necessárias “mudas de mudança”. E estas representam “nossa esperança”, como entoadado em *Climapocalipso: A peça para mudança*. Na introdução dessa obra teatral, o autor resgata sua trajetória de socioambientalista, desde o seu primeiro discurso no colégio (aos 16 anos, no final da década de 1960), com base no clássico *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. Ao mencionar a sensibilidade de algumas pessoas capazes de “cheirar o futuro” (RIGGENMANN, 2020, p. 5), por seu forte senso de justiça e receptividade, o autor exemplificou com o caso da jovem Greta Thunberg, em seu discurso na Conferência Mundial do Clima, em 2018. Tendo a ativista pela justiça climática como inspiração, a referida peça de teatro juvenil foi criada de maneira lúdica, considerando que “com música se pode fazer muito” (Ibid, p. 85). Assim, o “climusal” teve como objetivo “ativar e, em vez de deprimir, sensibilizar” o público (Ibid, p. 4).

Essa peça escolar representa uma inspiração na busca por caminhos alternativos rumo a uma educação voltada para sensibilizar as sociedades e as juventudes¹⁸¹ sobre temas urgentes no contexto contemporâneo. Assim, para que se possa gerar futuros sustentáveis, torna-se cada vez mais fundamental uma profunda transformação do presente, sobretudo, no ambiente acadêmico.

Nesse sentido, ao longo de sua carreira docente, bell hooks¹⁸² (2021, p. 290) tem compartilhado a sua “crença no poder da imaginação profética”, visto que “ao sonharmos com o futuro, com criar comunidades de amor onde não haja dominação, ‘o que precisa ser ganha prioridade sobre o que é’” (Ibid).

¹⁸¹ Juventudes, no plural, para ressaltar toda a potência e diversidade desse grupo social, como enfatiza Amanda Costa, ativista climática brasileira, embaixadora da ONU, conselheira do Pacto Global-ONU, destaque como liderança pela Forbes Under 30, ecofeminista e antirracista.

¹⁸² “Escritora, teórica feminista, professora, crítica cultural e ativista, bell hooks nasceu em uma cidade rural no sul dos EUA. Batizada Gloria Watkins, adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à avó, uma mulher indígena, e a grafia se dá minúscula (...) ‘o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu’” (MIRANDA, 2021, online, grifo nosso).

Para hooks, essa imaginação profética, assim como a imaginação poética, “ou o sonho profético, ao manter visões vivas, é o que estimula grupos diversos a se tornar uma cultura de vida, biofilia, uma cultura de amor à vida” (hooks, 2021, p. 290). Partindo dessa premissa, a escritora valoriza o aprofundamento do diálogo e uma maior aproximação entre universidade e o seu entorno, como caminhos possíveis para a promoção de “conexões entre teoria e prática” (Ibid, p. 292). Nesse sentido, na obra *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*, hooks (2021, p. 283) defende que “mudança é processo”. Segundo a sua visão, a escritora e ativista feminista afirma que:

Para mim, a vontade de mudar e de ser mudada, de estar sempre aberta, é um princípio definidor da vida intelectual. É um modo de abordar ideias que conflita com a estratégia prevalente na academia, na qual uma pessoa encontra uma posição, a defende e se agarra a ela (hooks, 2021, p. 285).

Ao destacar a importância de hooks em reflexões sobre a relação entre a academia e a sociedade, o decano da universidade onde ela atuou como docente ressaltou o seu papel na promoção de “diálogos profundos e verdadeiros”. Entre as suas contribuições, hooks instigava estudantes a “desafiar seus pressupostos, desconstruí-los e então reconstruí-los de um modo diferente (...) ensinar é isso, não se trata apenas de fornecer informação, mas de nos envolver e de nos transformar de dentro para fora” (Ibid, p. 285).

E estimulando essa forma de pensamento crítico, hooks (2021) defende a abertura da mente como via para uma “educação como prática da liberdade” (Ibid, p. 290). Essa frase, título do livro em que Paulo Freire¹⁸³ apresenta uma visão global de suas ideias pedagógicas, indica a influência desse brasileiro como uma das inspirações da autora em sua trajetória. Vale ressaltar que hooks (2021) adotou, na epígrafe de seu livro (cujo subtítulo é uma outra obra de Freire: *Pedagogia da Esperança*), a citação do livro freiriano *À sombra desta mangueira*, a seguir transcrito: “É imperioso mantermos a esperança, mesmo quando a dureza ou aspereza da realidade sugeriram o contrário”.

Considerando a necessidade de se esperar¹⁸⁴ diante dos urgentes e complexos desafios contemporâneos, como discutido no capítulo anterior, essa forma de hooks

¹⁸³ Paulo Freire, que faria 100 anos em 2021, e teve seu centenário celebrado mundialmente, é o Patrono da Educação brasileira, de acordo com a Lei Nº 12.612, de 13 de abril de 2012. “Considerado o brasileiro mais vezes laureado com títulos de doutor honoris causa pelo mundo. No total, ele recebeu homenagens em pelo menos 35 universidades, entre brasileiras e estrangeiras (...) Em 1986, Freire recebeu o Prêmio Educação para a Paz, concedido pela Unesco (...) seu livro fundamental, 'Pedagogia do Oprimido', escrito em 1968, é o terceiro mais citado em trabalhos acadêmicos na área de humanidades em todo o mundo” (VEIGA, 2019)

¹⁸⁴ “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com

questionar o ambiente acadêmico tem claro alinhamento com alguns dos preceitos da Ecologia Social. A conexão entre teoria e prática, por exemplo, representa uma base de ancoragem para a presente pesquisa, na compreensão da interrelação necessária entre universidades e sociedades, diante das rápidas mudanças de um mundo em constante transformação.

A relação entre teoria e prática se constitui como uma premissa básica da Ecologia Social, compreendida de maneira *essencialmente transdisciplinar, com pesquisas voltadas para a ação, a práxis*. Além disso, a necessidade de aproximação entre a universidade e o seu entorno está alinhada ao preceito voltado para a *integração entre a academia e perspectivas não acadêmicas*. E ainda, à concepção de que a *interação entre pessoas e ambiente é dinâmica e interdependente, e ocorre em contextos alinhados e interconectados, em escalas geográficas, sociais e temporais*. E, assim como discutido no capítulo de Ecologia Social, *indivíduos e grupos afetam e são afetados pelo ambiente*.

Essas interrelações, que fundamentam as rápidas transformações no mundo contemporâneo, como mencionado por hooks (2021), também têm clara conexão com o preceito da Ecologia Social, adotado na tese, de que: *O ambiente é complexo, heterogêneo, multidimensional e com multinível de análise, podendo ser observável diretamente ou percebido subjetivamente*.

Também alinhado a essas premissas da Ecologia Social, Edgar Morin¹⁸⁵ aprofunda sua visão transdisciplinar na obra *Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, publicada originalmente no ano 2000, a partir de uma solicitação da Unesco, diante dos desafios globais da virada do milênio.

Ao discutir os “Sete Saberes” como eixos e caminhos para inspirar uma educação comprometida eticamente com o futuro, Morin (2005) teve como base os quatro pilares fundamentais da educação contemporânea – aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer – representando a educação integral do ser humano, inspirado no Relatório Delors (1998), *Educação: um tesouro a descobrir*, da *Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*.

E entre as *Lições de um Século de Vida* (MORIN, 2021) desse pensador centenário, os seus *Sete Saberes* (MORIN, 2005) buscam indicar *A via para o futuro da humanidade* (MORIN, 2015), considerando que *É Hora de Mudarmos de Via* (MORIN, 2021) rumo à

outros para fazer de outro modo” (Paulo Freire, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*)

¹⁸⁵ Um dos maiores pensadores da humanidade, completou 101 anos em 08 de julho 2022.

Fraternidade para Resistir à Crueldade do Mundo (MORIN, 2019). Esses títulos de algumas das obras de Morin podem representar inspirações para se pensar os ambientes voltados para a educação do futuro, como as universidades. Nesse contexto, os *Sete Saberes* de Morin (2005) buscam abordar a sociedade e a cultura como um todo, considerando e valorizando a pluralidade, as diversidades e as particularidades de cada uma.

Essa perspectiva de projeções de futuros também orienta a análise de Boaventura de Sousa Santos (2011) sobre *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. O autor questiona o conhecimento universitário e discute sobre a emergência do que denomina como conhecimento pluriversitário. Como uma nova via de interpretação, este seria “um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada” (SANTOS, 2011, p. 42). Considerando a importância do diálogo com outros tipos de conhecimento, de maneira interdisciplinar e heterogênea, a formulação de problemas passa a se voltar para fora dos muros das universidades, de maneira aplicada, pela *práxis*.

Com essas inspirações para enfrentar os complexos obstáculos a serem superados para uma educação dirigida aos Amanhãs Desejáveis, o presente capítulo, dividido em três partes além dessas reflexões iniciais, busca ampliar o debate sobre o papel das universidades no contexto da policrise civilizatória, e dos desafios dessa década decisiva para diversas formas de vida no planeta.

O primeiro subcapítulo apresenta um panorama global sobre o papel das universidades, diante das transformações do mundo contemporâneo, em busca de vias sustentáveis, regenerativas e plurais para contribuir no processo de transformação da sociedade. No contexto da Década da Ação (estabelecida pela ONU no período entre 2020 e 2030, para acelerar com o cumprimento das Metas dos ODS), tem sido cada vez mais fundamental a ampliação de ações rumo às mudanças urgentes, considerando, ainda, a necessidade de se projetar vias para além da *Agenda 2030*, pela perspectiva do Sul Global.

O segundo subcapítulo, em alinhamento à discussão sobre a *práxis* acadêmica, envolve a relação entre teoria e prática, tendo como foco os instrumentos de avaliação e de promoção de práticas sustentáveis em Instituições de Ensino Superior (IES). Assim, três dispositivos internacionais, dirigidos à sustentabilidade em universidades, foram identificados e analisados, tendo como resultado dessa pesquisa o mapeamento das IES brasileiras consideradas como referência global no tema. Em seguida, uma tecnologia social nacional recém-criada é apresentada, com base na demanda de territorialização dos ODS e da

contextualização de seus indicadores, diante da diversidade brasileira e de demandas da Década da Ação para a *Agenda 2030*.

E o terceiro subcapítulo materializa os resultados da pesquisa sobre os principais desafios no âmbito das universidades públicas brasileiras, a partir um de um mapeamento midiático sobre o tema, em relação às edições do *Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 no Brasil*, publicadas entre 2017 e 2022. Identificadas no período de realização da pesquisa, essas matérias jornalísticas possibilitaram um olhar atualizado para os obstáculos do presente, ilustrando os desafios futuros, para projetar amanhã sustentáveis e regenerativos no contexto universitário brasileiro.

5.1 Pluriversidades regenerantes no contexto da Década da Ação

*A regeneração de Gaia – o planeta Terra –
envolve cicatrizar a fratura que existe
entre as diferentes formas de interpretar a realidade.
Requer a criação de uma pele de ideias e intenções capaz de conectar
essas visões de mundo
que foram reduzidas a módulos, partes separadas cristalizadas em
rochas brilhantes, mas que são duras e inflexíveis como os seres no
mundo de cristal de Ballard*
(Fábio Scarano. Regenerantes de Gaia. 2019, p. 11)

Em *O Mundo de Cristal*, romance de ficção científica, publicado em 1966 por J. G. Ballard¹⁸⁶, os seres vivos são cristalizados em pedras preciosas, em um contexto pós-apocalíptico. Decorrente dos distúrbios causados pelo ser humano à natureza, essa cristalização representa a desconexão entre os objetos e as partes anteriormente integradas. Nesse cenário, o estado mental dos humanos sobreviventes estava envolvido em fobias e obsessões. E assim, se “como propunha Jung, o indivíduo emerge como tal a partir do encontro e da conciliação do inconsciente com o consciente, do id com o ego, o humano pós-apocalíptico de Ballard está perdido e desconectado” (SCARANO, 2019, p. 80).

E para cicatrizar e curar o planeta desses males causados por parte da humanidade, Scarano (2019, p. 89) considera curioso imaginar “Gaia no divã”. Compreendendo sustentabilidade como um caminho de regeneração e de cura, em outra analogia a Jung, o autor propõe que esse processo psicanalítico pode ser como “um mergulho no inconsciente coletivo que, agora em harmonia com o inconsciente e o consciente individuais, implicaria

¹⁸⁶ J. G. Ballard (1930-2009), escritor nascido na China e criado em Londres, é considerado como um dos pioneiros na literatura de ficção científica pós-moderna. Seus quatro primeiros romances são conhecidos como “Quarteto dos Elementos”, em referência a cenários pós-apocalípticos causados por quatro elementos da natureza: ar, água, fogo e terra. O nome da obra relacionada à terra é “The Crystal World”, ou “O Mundo de Cristal” (SCARANO, 2019).

uma reconexão humana para consigo, uns com os outros, com a sua ancestralidade e com a natureza” (SCARANO, 2019, p. 89), tendo como inspiração valores de povos tradicionais.

Com essa mesma perspectiva, na obra *O Futuro Ancestral*, Mourão (1997) articula o pensamento de Jung com concepções transdisciplinares nos campos da Biologia, da Psicologia, da Ecologia Humana e das Ciências Sociais para refletir sobre o futuro da humanidade, como espécie conectada à natureza. Na busca pela emergência cultural de um ser humano mais integrado consigo mesmo e com a sabedoria ancestral, “o pressuposto de Jung refere-se à possibilidade de uma relação criativa entre o indivíduo, a cultura e a natureza, por meio do dinamismo psíquico” (MOURÃO, 1997, p. 44).

Ao defender a reintegração do ser humano à natureza, a autora define ser essa a preocupação central da Ecologia Humana: “religar emoção e razão, corpo e mente, psíquico e simbólico, natureza e cultura” (MOURÃO, 1997, p. 83). Ela ressalta, ainda, uma educação transdisciplinar e transcultural, no sentido de que “cada parte esteja grávida do Todo, e onde a compaixão seja o leme intuitivo na direção de uma ‘comunidade humana’ (...) onde a vivência psíquica da Natureza religue o humano ao seu lar planetário e cósmico” (p. 87).

Para Scarano (2019), essa relação entre ser humano e natureza pode ser representada por um formato de dupla hélice, como o DNA. Em alguns momentos e locais, podem estar muito próximas, convergentes, e em outros, estão afastadas, e divergentes. Na Grécia antiga, por exemplo, as hélices estavam próximas, mas a distância foi aumentando com o iluminismo e alcança o “ponto máximo na modernidade, com o Antropoceno e a grande aceleração (...) Essa narrativa diz respeito ao que seria decerto a realidade da maior parte dos países que compõem o chamado ‘mundo ocidental’” (SCARANO, 2019, p. 53). Também denominado como “mundo capitalista”, a forma de vida majoritária nesse contexto se difere de outras cosmovisões em que ser humano e natureza continuam próximos, como povos tradicionais e indígenas.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento econômico vigente desde a década de 1980, baseado no neoliberalismo, vem gerando retrocessos progressivos das políticas públicas sociais do Estado, tais como educação, saúde e previdência. Esse retrocesso vem ocorrendo, também, no âmbito do ensino superior, associado à globalização neoliberal das universidades públicas, o que representa uma das principais causas das múltiplas crises nesse contexto, conforme analisado por Santos (2011). Isso porque o modelo de desenvolvimento, voltado para a mercantilização e a mercadorização da educação superior, vem estabelecendo inúmeros desafios, sobretudo para se pensar a universidade pública nos países periféricos, no século XXI.

Além dos problemas conjunturais, problemas estruturais vêm sendo, cada vez mais, identificados no contexto universitário, globalmente, sobretudo na relação entre conhecimento e sociedade. Santos (2011) afirma que, apesar de continuar sendo a instituição por excelência de conhecimento científico, as universidades têm perdido sua hegemonia, se transformando em alvo fácil de crítica social. Para ele, ao longo do século XX, a produção do conhecimento acadêmico, geralmente de caráter disciplinar, acabou descontextualizada e afastada das demandas sociais e de outras formas de conhecimento.

Esse modelo de universidade moderna, “masculino, colonialista, monocultural e eurocêntrico” (SANTOS, 2015, n.p.), exportado para as colônias europeias, vem também gerando culturas institucionais peculiares. Mas, desde o final dos anos de 1990, esse modelo vem se transformando na direção do que Santos (2011, p. 42) caracteriza como “a transição por passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário”. E essas duas forças contraditórias representam, no primeiro caso, uma base para um modelo hegemônico universalizador, e no segundo, um espaço para a promoção de saberes ecológicos, plurais e contra-hegemônicos (SANTOS, 2015).

Essa visão ampliada, plural e diversa possibilita a compreensão de que “o planeta exige um pensamento policêntrico capaz de apontar o universalismo, não abstrato, mas consciente da *unidade/diversidade* da condição humana; um pensamento policêntrico nutrido das culturas do mundo” (MORIN, 2005, p. 64). Diante do cenário complexo, sobretudo nessa década, essa forma de educar para o futuro demanda “trabalhar na era planetária, para a identidade e a consciência terrenas” (MORIN, 2005, p. 64).

Nessa perspectiva, Scarano (2019) defende um pensamento planetário, que pode emergir dos conscientes e dos inconscientes individuais e coletivos, seja humanos e não-humanos, de maneira interconectada, e com apoio de uma tecnologia bem utilizada. Em sua visão biocêntrica de futuro, estão encadeadas, por meio da arte, da ciência e da espiritualidade, perspectivas de regeneração, de convergência, de consciência e de transcendência. E assim, o autor propõe que essa “‘mutação’ de atitude e de estado mental no ser humano permitirá no presente estendido, até 2030, regenerar Gaia, trabalhando, para esse fim, junto a seres não humanos, como as plantas, os animais e os micro-organismos” (SCARANO, 2019, p. 14).

Para se avançar nessa reflexão, no contexto da Década da Ação para a Agenda 2030, se parte, também, dos *Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, propostos por Morin (2005), e listados a seguir: a) As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; b) Os

princípios do conhecimento pertinente; c) Ensinar a condição humana; d) Ensinar a identidade terrena; e) Enfrentar as incertezas; f) Ensinar a compreensão; g) A ética do gênero humano.

Ainda que esses saberes sejam indissociáveis, conforme defende Morin (2005), na presente tese será ressaltado que “(...) o reconhecimento da identidade terrena, que se tornará cada vez mais indispensável a cada um e a todos, devem converter-se em um dos principais objetos da educação” (MORIN, 2005, p. 15). Assim, entre os princípios do conhecimento pertinente, a educação voltada para os problemas globais e fundamentais é cada vez mais necessária, para neles se inserir os conhecimentos parciais e locais. Ao sugerir a adoção de métodos que possibilitem o estabelecimento de “relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo” (MORIN, 2005, p. 14), para o pensador centenário:

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2005, p. 38).

Vale ressaltar, nesse contexto de projeções de futuros, a análise de Yuval Harari¹⁸⁷ (2018) sobre a Educação, na obra *21 Lições para o Século 21*. O historiador afirma que “a mudança é a única constante” (p. 319), alinhado ao Saber de Morin (2005) voltado para o enfrentamento das incertezas. Ao refletir sobre as transformações contemporâneas, Harari (2018, pp. 322-323) discute que, “como não temos ideia de como o mundo e o mercado de trabalho serão em 2050, na realidade não sabemos de quais habilidades específicas vamos precisar”. Ainda assim, o historiador afirma que especialistas em educação defendem o ensino dos “quatro Cs”: pensamento crítico, comunicação, colaboração e criatividade.

Tais habilidades, voltadas para propósitos genéricos na vida, parecem indicar que “o mais importante de tudo será a habilidade para lidar com mudanças, aprender coisas novas e preservar seu equilíbrio mental em situações que não lhe são familiares” (HARARI, 2018, p. 323). Assim, Harari valoriza a capacidade de se lidar com o inesperado e com o desconhecido, pois “para sobreviver e progredir num mundo assim, você vai precisar de muita flexibilidade mental e de grandes reservas de equilíbrio emocional. Terá que abrir mão daquilo que sabe melhor e sentir-se à vontade com o que não sabe” (Ibid, p. 327).

¹⁸⁷ Professor e historiador israelense, fundador da *Sapienship*, empresa de impacto social, com projetos educacionais voltados ao debate público sobre os atuais e futuros desafios globais.

Nessa perspectiva, o sexto Saber de Morin (2005), *Ensinar a Compreensão*, dialoga com a visão de hooks (2021) para o ensino, de que este não envolve apenas a transmissão de informações, mas de uma transformação de dentro para fora. Tendo essa visão sobre o ensino, Harari (2018) afirma que

Num mundo assim, a última coisa que um professor precisa dar a seus alunos é informação (...) as pessoas precisam de capacidade para extrair um sentido da informação, perceber a diferença entre o que é importante e o que não é, e acima de tudo combinar os muitos fragmentos de informação num amplo quadro do mundo (...) E agora o nosso tempo se esgotou. As decisões que tomarmos nas próximas poucas décadas vão moldar o próprio futuro da vida, e só podemos tomar essas decisões com base na visão atual do mundo. Se esta geração não tiver uma visão abrangente do cosmos, o futuro da vida será decidido aleatoriamente (HARARI, 2018, p. 322).

Essa visão ampla, aliada ao avanço tecnológico, vem potencializando a disseminação da informação e da comunicação. E assim, contribuir para viabilizar ao conhecimento pluriversitário, pela via da interatividade no lugar da unilateralidade, característica da institucionalidade universitária. Com esse movimento, “a sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência” (SANTOS, 2011, p. 42).

Para Santos (2011, p. 22), “à medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência”. E em uma perspectiva de “comunidade de destino” na “Terra Pátria” (MORIN; KERN, 2000), a “via para o futuro da humanidade” (MORIN, 2015) está pautada na ética da “fraternidade planetária”, bem como na afetividade e na solidariedade, para resistir às adversidades das múltiplas crises contemporâneas (MORIN, 2019). E nesse sentido, a educação para a sustentabilidade representa uma base essencial para fundamentar a construção de sociedades sustentáveis (MORIN, 2000).

Assim, o conhecimento pluriversitário vem se concretizando não apenas com parcerias entre universidades e o setor privado, mas com outros setores não mercadológicos, como organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos, cooperativas etc. Tal *práxis* inclusiva no âmbito universitário “obriga o conhecimento científico a confrontar-se com outros conhecimentos e exige um nível de responsabilização social mais elevado às instituições que o produzem e, portanto, às universidades” (SANTOS, 2011, p. 44).

Considerando essa responsabilização e o seu papel social, universidades sustentáveis são definidas por Velazquez et al. (2006) como:

Uma instituição de ensino superior, como um todo ou em parte, que busque a promoção, a nível regional ou global, da minimização de impactos negativos ambientais, sociais, econômicos e à saúde gerados pelo uso dos seus recursos quando do cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa, extensão e

manutenção, de forma a ajudar a sociedade a fazer a transição para estilos de vida sustentáveis (VELAZQUEZ et al., 2006, p. 812)¹⁸⁸.

A partir dessa definição, e como uma forma de materializar essas reflexões e inspirações, no próximo tópico será discutido o papel social das Instituições de Ensino Superior (IES) no âmbito dos compromissos globais pactuados na *Agenda 2030*. Com o propósito de “não deixar ninguém para trás”, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos em 2015, no âmbito da ONU, na busca por uma agenda para equacionar os problemas contemporâneos (ONU, 2015). De modo a orientar a implementação de políticas públicas e demais ações da sociedade, em níveis global, nacional, regional e local, é necessária a busca pela territorialização das Metas da Agenda 2030, considerando as pluralidades locais, e a urgência de acelerar esse debate no contexto da Década da Ação.

5.1.1 A territorialização da *Agenda 2030* no contexto da educação superior

*A construção de uma sociedade planetária
que alcance o bem-estar geral é a missão mais importante que cabe
às gerações vivas hoje*
(Sidarta Ribeiro. Sonho Manifesto. 2022, p. 125)

A educação, como um campo eminentemente social, é atravessada por inúmeras perspectivas e disputas, que demandam uma luta constante para que não seja submetida aos interesses mercadológicos, e nem a discriminações socioeconômicas, mas que seja garantido o direito ao acesso e à permanência, em um contexto científico-cultural inclusivo (CHAUI, 2018). Mas, de acordo com o *Relatório Luz*, elaborado pelo *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030* alerta que “o Brasil se distancia de uma educação de qualidade e sofre ameaça de retrocesso na oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, e no fomento à pesquisa” (GTSC A2030, 2020, p. 28).

Assim, *Agenda 2030*, como um dispositivo para orientar políticas públicas, pode indicar caminhos para a articulação entre diferentes setores da sociedade, rumo a futuros sustentáveis. Apesar das inúmeras contradições dessa agenda global, conforme já discutido no capítulo anterior, as Instituições de Ensino Superior (IES) podem ocupar um lugar estratégico para esse esforço coletivo no enfrentamento das principais demandas globais contemporâneas. Não somente pelo seu protagonismo na produção de conhecimento aplicado, mas, também,

¹⁸⁸ Tradução livre, do original “A higher educational institution, as a whole or as a part, that addresses, involves and promotes, on a regional or a global level, the minimization of negative environmental, economic, societal, and health effects generated in the use of their resources in order to fulfill its functions of teaching, research, outreach and partnership, and stewardship in ways to help society make the transition to sustainable lifestyles.”

pelo papel das IES na promoção do diálogo de saberes e fazeres, na articulação com os demais segmentos da sociedade.

No plano internacional, a *Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável* (SDSN, *Sustainable Development Solutions Network*, na sigla em inglês), foi criada no âmbito da ONU, em 2012, com o objetivo de mobilizar conhecimentos técnicos e científicos da academia, da sociedade civil e da iniciativa privada para buscar respostas visando à construção de bases sustentáveis para o processo de desenvolvimento em escalas global, nacional e local. Até 2022, a SDSN Global contabilizou 47 redes nacionais e regionais, com mais de 1.600 membros, de 137 países, engajados no compartilhamento de experiências para enfrentar os inúmeros desafios contemporâneos¹⁸⁹.

E com o objetivo de apoiar a internalização da Agenda 2030 no âmbito da Educação Superior, a Rede SDSN Austrália, Nova Zelândia e Pacífico, em parceria com o Australasian Campuses Towards Sustainability (ACTS), publicou o e-book intitulado *Como começar com os ODS nas universidades* (SDSN, 2017). Esse documento, concebido como uma ferramenta para viabilizar trocas de experiências, visa assegurar resultados concretos por meio da ampliação do alcance das ações em curso. E com base na demanda da Década da Ação, este e-book foi expandido, atualizado e refinado em 2020, intitulado *Acelerando a educação para os ODS nas universidades: um guia para universidades, faculdades e instituições de ensino superior* (SDSN, 2020). Para a elaboração desse documento, a Universidade Técnica de Madrid e a Universidade Monash (Austrália) foram envolvidas, além de contar com inúmeras contribuições de outras IES, de países ao redor do mundo.

Entre as propostas apresentadas nesses documentos de referência, a interrelação entre as IES e os ODS para o alcance das Metas da *Agenda 2030* está ilustrada na Figura 20, a seguir:

¹⁸⁹ Disponível em: <<https://www.unsdsn.org/about-us>> Acesso em 11 jul. 2022.

Figura 20: Razões para o compromisso universitário com os ODS



Fonte: SDSN (2017, p. 08)

Essa Figura ilustra o papel chave das IES em relação aos ODS, o apoio a todas as disciplinas e abordagens de pesquisa constitui um ponto fundamental quando se considera a amplitude dos desafios da *Agenda 2030*. No entanto, para dar conta da complexidade dessa temática, a orientação do Guia sugere a adoção de novas ideias e práticas, pautadas nos seguintes itens: a) ciência da sustentabilidade; b) abordagens interdisciplinares; c) abordagens de coprodução; d) abordagens inclusivas; e) assessoria política relevante.

A emergência de um novo ramo de pesquisa, voltado para a compreensão das interações entre sistemas naturais, sociais e econômicos, na busca por resultados sustentáveis, pode se constituir como Ciência da Sustentabilidade. A perspectiva de interdisciplinaridade, nesse contexto, envolve não apenas a integração entre as disciplinas, mas também dos setores e dos tipos de conhecimento (tradicional, profissional, cidadão, entre outros). Com relação à coprodução, tanto as pessoas envolvidas como os responsáveis por políticas públicas precisam trabalhar articulados em parcerias, desde o início dos

projetos, participando do planejamento, da metodologia e da execução das ações. De modo semelhante, as abordagens inclusivas defendidas reconhecem a diversidade de culturas, ideologias e as inúmeras formas de visão de mundo, passando a considerar o conhecimento de grupos como povos indígenas e comunidades tradicionais em pesquisas acadêmicas, por exemplo. E com o intuito de colocar em prática as teorias e os conhecimentos abordados nas pesquisas realizadas nas universidades, a assessoria política tende a ser fundamental, orientando os responsáveis na compreensão das inúmeras vertentes desse campo, e para criar novas políticas (SDSN, 2017).

Considerando o reconhecimento da importância da educação nesse debate, o ODS4 (Educação de Qualidade) foi pactuado na *Agenda 2030* com o objetivo de “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Nesse sentido, o ODS4 representa um eixo estruturante para o alcance dos demais objetivos da *Agenda 2030*, que devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva integrada e transversal.

E entre as metas propostas com esse direcionamento, no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), a Meta 4.7¹⁹⁰, em particular, representa uma importante inspiração para a discussão proposta, uma vez que nela se inserem temas como estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz, cidadania global, entre outros debates fundamentais no contexto da educação superior. Vale ressaltar, ainda, que a referida meta está entre aquelas que tiveram a redação do texto inalterada no processo de adequação das metas globais às metas nacionais, liderado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), por sua abrangência e sintonia às especificidades da realidade brasileira.

Assim, e com o propósito de ampliar o debate sobre a *Agenda 2030*, ao longo da Década de Ação, a SDSN objetiva se constituir como plataforma para apoiar as universidades de todo o mundo visando “compartilhar conhecimento, aprender com outros e conectar iniciativas a fim de promover transformações profundas” (SDSN, 2020, p. 43). Com esse direcionamento, além da referida publicação em 2020, foi também lançado um *website*¹⁹¹, para o compartilhamento de Estudos de Caso envolvendo inúmeros exemplos

¹⁹⁰ “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

¹⁹¹ Disponível em: <https://blogs.upm.es/education4sdg/>

inspiradores sobre o modo como as IES, em vários países, vêm contribuindo para o processo de implementação dos ODS.

Para o levantamento dos Estudos de Caso, a rede SDSN vem convidando universidades de todo o mundo a apresentarem suas experiências inovadoras sobre a implementação da *Agenda 2030*, e sobre o apoio à educação, no plano dos ODS. Essa proposta está voltada ao desenvolvimento de habilidades na busca por soluções para os desafios socioambientais complexos da contemporaneidade, sendo essa reconhecida como uma das vias potenciais pelas quais as IES podem contribuir para o alcance dos ODS. Os Estudos de Caso, por sua vez, estão organizados no *website* da instituição, de acordo com o público-alvo, envolvendo estudantes, funcionários das universidades e as comunidades do entorno. Por meio de abordagens aplicadas, a cada contexto, a publicação tem ainda o propósito de inspirar as IES a agir, além de apoiá-las no processo de implementação da Agenda 2030.

Em uma leitura geral sobre as informações disponíveis no *website*, a respeito das ações das IES registradas no banco de Estudos de Caso, é possível ainda observar que, em geral, a temática da *Agenda 2030* é abordada por meio das atividades tradicionais de ensino. No entanto, essas ações precisariam ainda ser ampliadas, rumo ao desenvolvimento de novos caminhos para a aprendizagem, que considerem a abordagem interdisciplinar e transversal como alternativa pedagógica. Além disso, é fundamental que se invista no fortalecimento das parcerias das universidades com demais setores da sociedade, sendo a extensão universitária um caminho potente para a ação engajada e para a promoção de alternativas dirigidas ao equacionamento dos problemas socioambientais locais.

Para territorializar o debate ao caso brasileiro, é mencionado nesse *website*¹⁹² um levantamento das produções acadêmicas voltadas aos ODS, publicadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM), vinculado ao Núcleo do Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E também, a proposta do *Newton Smart Campus*, do Centro Universitário Newton Paiva, em Belo Horizonte (MG), com o objetivo de identificação dos problemas sociais decorrentes da intensificação da urbanização, buscando-se, nesse caso, soluções por meio da utilização do campus como um espaço de prototipagem e aprendizagem.

¹⁹² Disponível em: <https://blogs.upm.es/education4sdg/?s=brazil>

Como forma de registro e, para ampliar a visibilidade das ações aplicadas, desenvolvidas por IES brasileiras, o *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (CABRAL; GEHRE, 2020), publicado em 2020, ilustra também alguns casos com essa perspectiva. Considerando os desafios da Década da Ação, essa publicação visa promover o compartilhamento de estratégias capazes de engajar educadores, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e a sociedade civil, em geral, nas ações relacionadas à *Agenda 2030*. Isso porque os caminhos dirigidos a esse tipo de articulação poderão, futuramente, não apenas assegurar maior visibilidade às experiências em desenvolvimento com esse enfoque, mas inspirar, também, a construção de novas pontes de diálogo e mobilização com instituições que ainda não se envolveram nesse movimento.

Tendo como inspiração esse convite ao cumprimento dos pactos consolidados na *Agenda 2030* para a próxima década, esse Guia para a Educação Superior no Brasil parte de articulações globais e de iniciativas locais de IES para promover ações que viabilizem a territorialização dos ODS ao contexto brasileiro. A partir de reflexões críticas e propositivas, e, com o objetivo de “ressignificar” a *Agenda 2030* pela perspectiva do Sul Global, nesta publicação foram propostos três novos ODS: Igualdade Racial (ODS18); Arte, Cultura e Comunicação (ODS19); e Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (ODS20), como ilustrado na Figura 21, a seguir:

Figura 21: Proposta de três ODS: Igualdade Racial (ODS18); Arte, Cultura e Comunicação (ODS19); e Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (ODS20).



Fonte: Iconografia dos ODS 18, 19 e 20, ilustrada por Lucas Melara (CABRAL; GEHRE, 2020).

Essa ilustração busca traduzir o debate em curso para as questões críticas no caso brasileiro, confrontado com temas essenciais no combate à discriminação e à desigualdade social histórica.

Esses temas, fundamentais para o debate crítico sobre a *Agenda 2030*, foram também abordados por uma perspectiva inclusiva no Guia da SDSN (2017). O reconhecimento dos saberes e dos direitos de grupos sociais, como povos e comunidades tradicionais, foi ressaltado na referida publicação como um caminho para possibilitar a abordagem dos complexos desafios representados pelos ODS, no âmbito das IES. Para tal, esse caminho

deve considerar as “diversas culturas, cosmovisões, ideologias e formas de conhecimento, como os conhecimentos tradicionais, que estão frequentemente sub representados na pesquisa” (SDSN, 2017, p 20).

Considerando a importância de uma reflexão crítica sobre o debate em foco, no contexto das IES, na edição de 2021 do *Relatório Luz da Agenda 2030* é enfatizada, ainda, a relevância da ampliação da política de cotas raciais e sociais na educação superior, bem como de recursos para bolsas de auxílio permanência. Nesse documento, a ênfase é também dirigida à necessidade de se investir em inclusão, “adequadamente no ensino superior, em ciência e tecnologia, nas agências de fomento à pesquisa (...) restaurando as bolsas de pesquisa cortadas” (GTSC A2030, 2021, p. 33).

Nesse sentido, essa agenda global, criada para promover um mundo pós-2030, poderia, também, ser analisada pela perspectiva do *Bem Viver*, que tem como propósito imaginar outros mundos possíveis na América Latina. E assim, buscar a realização de uma efetiva promoção de melhoria nas condições de vida da humanidade, em conexão consigo mesma e com a natureza, com base na “reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades” (ACOSTA, 2016, p. 33).

Vale enfatizar que a perspectiva do *Bem Viver*, de imaginar um outro futuro possível, está fundamentada nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, e, nesse sentido, o acesso à educação de qualidade representa um dos Direitos Humanos fundamentais. Não por acaso, as diretrizes referentes ao ODS4, da *Agenda 2030*, dirigido à educação, traduzem esse termo em toda a sua complexidade, considerando não apenas a dimensão informativa do processo, mas também aquelas dirigidas ao próprio desenvolvimento da personalidade humana e de sua dignidade, além do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais.

No contexto brasileiro, especificamente, algumas IES representam importantes aliadas na elaboração dos denominados Relatórios Luz, elaborados anualmente, desde 2017, pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a *Agenda 2030* (GTSC A2030), para discutir os desafios socioeconômicos e ambientais para o alcance dos ODS no país, a partir de uma abordagem crítico-propositiva, como será discutido no último subcapítulo, que contextualiza e atualiza o debate sobre a Educação Pública Superior no Brasil.

Apesar desses retrocessos em políticas de educação, as IES públicas brasileiras vêm atuando, ativamente, para o enfrentamento da *Pandemia da Covid-19*¹⁹³, e em inúmeras

¹⁹³ Conforme dados disponíveis no projeto “Ciência Popular”, criado com o objetivo de mapear, concentrar e disponibilizar informações detalhadas sobre as ações das IES brasileiras no combate à Pandemia. Disponível em https://cienciapopular.org/?fbclid=IwAR07DqnASiZgqDH3MFv0ycqzIn0UREkQ6_BxQ_HyxLJIV1sIrIQBqWQim9A

outras ações no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando cumprir o seu papel no processo de transformação social.

5.2 Instrumentos de colheita: dispositivos para avaliar práxis sustentáveis

A ciência e a razão não têm a missão providencial de salvar a humanidade, porém, têm poderes absolutamente ambivalentes sobre o desenvolvimento do futuro da humanidade.
(Edgar Morin, 2010, p. 125).

Para promover o germinar do objetivo específico da tese, se buscou o mapeamento das universidades brasileiras consideradas como referência em sustentabilidade. Mas antes disso, nesse subcapítulo se propõe à contextualização dos instrumentos dirigidos à mensuração de ações e práticas sustentáveis em Instituições de Ensino Superior (IES). Nessa investigação, foram identificados três dispositivos globais voltados à avaliação e à análise do compromisso de sustentabilidade em IES: *Sustainability Tracking, Assessment & Rating System (STARS)*; *Universitas Indonesia GreenMetric World University Ranking* e *Times Higher Education (THE) Impact Ranking*.

Entre as convergências dessas três organizações analisadas, podem ser mencionadas a participação voluntária, e o acesso livre e gratuito às ferramentas de mensuração das práticas sustentáveis nas universidades. As informações desses dispositivos estão sistematizadas, com as principais características de cada um, destacando as semelhanças e as diferenças entre as plataformas, na Matriz-Síntese 18, a seguir.

Quadro 18: Matriz-síntese sobre dispositivos internacionais de sustentabilidade em IES

Dispositivos	Sistema STARS	<i>Ranking GreenMetric</i>	<i>THE Impact Ranking</i>
Criação em	2006	2010	2019
Visão Geral	Estrutura de auto-relato para universidades medirem seu desempenho de sustentabilidade, por meio de quatro níveis de avaliação.	<i>Ranking</i> para capacitar as IES a mensurar, aprimorar a implementar políticas e programas de sustentabilidade	<i>Ranking</i> para mensurar as universidades a partir de indicadores relacionados aos ODS
Participação	1.093 IES registradas, sendo 682 classificadas conforme indicadores STARS, de 48 países em 2022, sendo a grande maioria dos EUA.	956 IES, de 79 países na classificação mais recente, de 2021.	1.406 IES, de 106 países, na classificação de 2022.
Custos para participar	Acesso gratuito a uma ferramenta online de relatórios. Sem custo para publicar o relatório online e ganhar reconhecimento com o selo STARS. Há opção de assinatura paga para informações exclusivas.	Acesso gratuito à pesquisa online. Sem custo para ser incluído nas classificações anuais.	Acesso gratuito a um Portal de coleta de dados online. Sem custo para ser incluído na classificação anual.
Custo de acesso às pontuações e aos dados	Todas as pontuações e os dados subjacentes estão disponíveis gratuitamente no site STARS. Ferramentas que facilitam a análise dos	Todas as pontuações são gratuitas e acessíveis. Os dados subjacentes não são acessíveis para todos os	Todas as pontuações são gratuitas e acessíveis. Os dados subjacentes são acessíveis, com o

pelos participantes	dados são fornecidos para Membros AASHE.	participantes.	pagamento de taxa.
Administradores	A AASHE, sem fins lucrativos, com sede nos EUA, é uma organização com a missão de inspirar e catalisar o ensino superior a liderar a transformação global sustentável.	Até 2020, a <i>Universitas Indonesia</i> (UI), Estadual em Jacarta. A partir de 2021 o financiamento foi reduzido e o <i>ranking</i> será autogerenciado.	<i>Times Higher Education</i> (THE), em Londres, é uma corporação com fins lucrativos, que gere outros <i>rankings</i> em IES.
Governança	O processo de engajamento envolve um <i>Stakeholder</i> de multinível, que inclui um comitê diretor, composto por representantes do campus, com autoridade na tomada de decisão sobre os critérios do programa, além de um comitê de consultoria, e contém mecanismos abertos para o <i>feedback</i> do público.	Gerenciado pela UI, com <i>feedback</i> de um conselho de revisão independente, de um comitê diretor composto por coordenadores nacionais de membros das universidades, e aberto aos comentários dos participantes.	A metodologia é desenvolvida pela THE, em conjunto com parceiros, como o <i>Vertigo Ventures</i> e <i>Elsevier</i> , e com consultoria e contribuição de universidades, grupos setoriais e acadêmicos.
Escopo e estrutura	Focado em um amplo e inclusivo conceito de sustentabilidade, e estruturado em 17 áreas de impacto: 1) Currículo; 2) Pesquisa; 3) Engajamento no Campus; 4) Engajamento público; 5) Ar e Clima; 6) Edifícios; 7) Energia; 8) Alimentação; 9) Motivos 10) Aquisição; 11) Transporte; 12) Resíduos; 13) Água; 14) Coordenação e Planejamento; 15) Diversidade e Acessibilidade; 16) Investimento e Finança; 17) Bem-estar e trabalho.	Focado em torno da sustentabilidade ambiental, social e econômica, e estruturado em 6 categorias: 1) Espaços e infraestrutura; 2) Energia e Mudanças Climáticas; 3) Resíduos; 4) Água; 5) Transporte; 6) Educação.	Focado e estruturado em torno dos 17 ODS. Cada ODS tem uma série de métricas, que são usadas para avaliar o desempenho das universidades analisadas.
Metodologia	Os participantes preenchem os indicadores, e uma avaliação é gerada com base no percentual de pontos contabilizados. Além disso, as instituições podem reivindicar pontos de bônus para iniciativas exemplares e inovadoras. A metodologia é atualizada de acordo com a política de desenvolvimento técnico, que está disponível para a consulta do público.	O desempenho em cada categoria é avaliado a partir de indicadores e métricas, atualizadas anualmente. Os participantes enviam os dados e os revisores avaliam para atribuir pontuações, que são contabilizadas para fornecer o cálculo final.	Desempenho avaliado com base em métricas para cada ODS, atualizadas anualmente. O THE publica uma classificação geral, e também de cada ODS. As universidades devem fornecer dados sobre o ODS 17 e de outros três ODS para o <i>ranking</i> .
Prazos e processos	O relatório pode ser submetido a qualquer momento e deve ser publicado ao menos uma vez a cada três anos.	Os dados devem ser submetidos anualmente, em um sistema online, entre maio e outubro.	Um relatório é requerido para ser incluído em cada <i>ranking</i> anual.
Verificação de dados	Auto-relatado e sujeito a mecanismos de precisão de dados, incluindo a revisão da equipe AASHE e um processo de consulta de dados públicos.	Auto-relatado e sujeito ao processo de verificação de dados pelos revisores da <i>UI Green Metric</i> .	Auto-relatado, exceto para publicações acadêmicas, que são obtidas por meio do <i>Elsevier</i> .
Benefícios aos participantes	- Reconhecimento público positivo para todas as instituições participantes, incluindo um relatório público no site STARS e oportunidade de ser destaque no <i>Índice Anual do Campus Sustentável</i> , da AASHE's; - Estrutura para o planejamento e a definição das metas em sustentabilidade; - Suporte aos <i>Stakeholders</i> envolvidos	- Reconhecimento público positivo para as melhores performances no <i>ranking</i> - Uma página da web para exibir a pontuação do desempenho da instituição - Oportunidades para partilha de experiências sobre as pontuações - Assinatura gratuita na	- Reconhecimento público positivo para os melhores executores em cada um dos 17 ODS e no geral. - Estrutura para compilar informações sobre as contribuições das instituições para os ODS - Oportunidades para o compartilhamento de

	na construção do processo; - Oportunidades para compartilhar experiências sobre as métricas de desempenho, para a aprendizagem mútua sobre as melhores práticas entre as IES envolvidas.	Rede <i>UI GreenMetric</i> , que inclui oportunidades para colaborar e aprenda com as melhores práticas entre as IES envolvidas.	experiências sobre as métricas de desempenho, para a aprendizagem sobre as melhores práticas entre as IES envolvidas.
--	---	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022), traduzido e adaptado com base em AASHE (2020)¹⁹⁴.

STARS: rastreando, avaliando e classificando sustentabilidades em IES

Em um breve resgate histórico, é importante mencionar que a *Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education*¹⁹⁵ (AASHE), criada em 2005, representa a primeira associação independente de ensino superior para sustentabilidade no contexto das universidades, na América do Norte. E nesse mesmo ano, foi criado o *Higher Education Associations Sustainability Consortium*¹⁹⁶ (HEASC), por líderes de várias associações de ensino superior norte-americanas, com o objetivo de apoiar e ampliar o papel social das universidades, na criação de um futuro saudável, justo e sustentável. Compreendendo como missão a abordagem ampla, sistêmica e colaborativa em sua atuação, o HEASC, conforme seu *website*, tem o propósito de compartilhar boas práticas e iniciativas inovadoras para a promoção de sustentabilidade.

Nesse movimento, em 2006, o HEASC desafiou AASHE a criar um sistema de avaliação voltado para sustentabilidade no ambiente universitário, demanda essa que representou a semente para a origem da *Sustainability Tracking, Assessment & Rating System* (STARS). No ano seguinte, foi iniciada a sua versão teste para, em 2008 ser lançado o projeto piloto. E, enfim, em 2010, o seu lançamento oficial foi anunciado ao público, em geral. Como um sistema de classificação com objetivos voltados para a sustentabilidade no ensino superior, esta proposta envolveu a busca por um sistema “padrão” para orientar a comunidade acadêmica nos seguintes aspectos: a) Fornecer um roteiro com um conjunto comum de referências e metas, para que se pudesse avançar em uma direção sustentável; b) Oferecer um sistema anual de avaliação de progresso rumo à sustentabilidade; c) Permitir comparações entre as IES; d) Assegurar incentivos para que as instituições de ensino superior promovam sustentabilidade em todos os setores¹⁹⁷ (HEASC, 2006)

¹⁹⁴ Documento publicado em 17 de julho de 2020. Disponível em <<https://stars.aashe.org/wp-content/uploads/2020/07/Higher-Education-Sustainability-Assessment-Frameworks-Compared.pdf>>

¹⁹⁵ Mais informações disponíveis em <<https://www.aashe.org/>>

¹⁹⁶ Mais informações disponíveis em <<https://www.aashe.org/partners/heasc/>>

¹⁹⁷ Disponível em <<https://stars.aashe.org/wp-content/uploads/2019/03/HEASC-call.pdf>>

Assim, o STARS se constitui como um dispositivo para a autoavaliação de desempenho em práticas sustentáveis no ambiente universitário, por meio de 17 indicadores, listados na Matriz-Síntese no início desse tópico. Considerando que algumas IES realizam avaliações detalhadas sobre seu progresso em sustentabilidade, enquanto outras mensuram os avanços em setores específicos ou segundo parâmetros diversos (reciclagem, consumo de água, energia, por exemplo), o STARS tem como objetivo assegurar a sistematização dessas atividades. Esse sistema de gestão adota quatro dimensões de sustentabilidade (saúde, social, econômica e ecológica) para avaliar todos os setores e funções no ambiente universitário, o que inclui tanto o conteúdo curricular, como as instalações, as operações e as redes de colaboração com as comunidades do entorno e a sociedade.

Importante ressaltar, ainda, esta ferramenta como um dispositivo possível para o “autoconhecimento” das próprias instituições, por meio de indicadores voltados para o avanço de melhores práticas de sustentabilidade nas universidades. No entanto, deve-se considerar que este instrumento não seja adotado apenas para ser mais um relatório burocrático a ser preenchido, sem sair do papel, ou correr o risco de ser implementado como uma espécie de Lavagem Verde (*Greenwashing*) no ambiente universitário. Para tal, o acesso às informações disponibilizadas não deve ficar restrito a apenas um grupo de pessoas, mas se tornar uma ferramenta para impulsionar ações, mensurar práticas, compartilhar experiências e avaliar as atividades realizadas.

Vale ressaltar que, uma década após a criação da AASHE, a publicação *Sustainable Campus Index*¹⁹⁸ foi lançada pela associação, em 2015, para divulgar as ações de alto desempenho em universidades, com base nos 17 indicadores do STARS. E no ano seguinte, o *Campus Sustainability Hub*¹⁹⁹ foi criado como uma biblioteca para membros da AASHE acessarem publicações, exemplos de ferramentas e coleções de recursos sobre sustentabilidade no ensino superior, desde produções acadêmicas até questões de operações e governança. As publicações disponíveis na biblioteca virtual são categorizadas em: conteúdo curricular, pesquisa, engajamento, ar, clima, construções, energia, alimentos, transportes, resíduos, água, planejamento, diversidade, acessibilidade e bem-estar, entre outros.

A criação dos *Centers for Sustainability Across the Curriculum*, em 2017, representou, também um esforço para ampliar a acessibilidade e a diversidade, por meio de treinamentos voltados para o corpo docente, sobre a temática da sustentabilidade. Com esses objetivos, as instituições designadas pela AASHE devem organizar ao menos um *workshop*, anualmente,

¹⁹⁸ Publicações disponíveis desde 2015 <<https://www.aashe.org/sustainable-campus-index/>>

¹⁹⁹ Biblioteca disponível em <<https://hub.aashe.org/>>

para apoiar a integração da temática da sustentabilidade ao currículo. Nesse processo, até julho de 2022, 13 Centros foram implantados nos EUA, sendo um no Havaí, dois no Canadá, e um em Hong Kong²⁰⁰.

Pelas razões discutidas, no ano de 2018, a AASHE foi reconhecida pelo *International Living Future Institute* (ILFI) como a primeira Organização JUST atuante no setor de ensino superior. Descrito como um “rótulo nutricional” pela ILFI, o JUST se constitui como uma plataforma de transparência para que organizações socialmente justas e equitativas divulguem informações sobre suas operações, por meio de relatórios com indicadores e métricas. Segundo informações no *website* da AASHE, a associação optou por participar do JUST devido ao seu compromisso com justiça social, diversidade, equidade, inclusão e sustentabilidade, na busca pela melhoria contínua de suas ações²⁰¹.

Nesse mesmo ano, foi criada a *College Sustainability Summit Series*, uma série de Podcasts²⁰², para compartilhar conhecimentos e histórias de sustentabilidade em universidades²⁰³. E, em 2020, foi publicado o *STARS Aligned: Using the Sustainability Tracking Assessment & Rating System to Report on Contributions to the U.N. Sustainable Development Goals*²⁰⁴, sobre a relação entre os 17 indicadores do STARS e os 17 ODS.

Como uma rede de compartilhamento de experiências e práticas, com diferentes recursos para conectar associados e criar parcerias para trabalhos em colaboração, a AASHE organiza eventos e publicações, como o já mencionado *Índice de Campus Sustentável*, que vem sendo publicado, anualmente, para registrar os melhores desempenhos de universidades em todo o mundo. E bianualmente, é produzido um relatório sobre a carreira profissional de gestão sustentável no Ensino Superior, voltado para a realidade dos cargos. Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre esse campo de atuação profissional, que, segundo a AASHE, está em constante expansão (apesar dessas informações serem majoritariamente dos EUA), as experiências compartilhadas podem influenciar e inspirar outras IES, globalmente.

Importante mencionar que, segundo o documento de referência da AASHE, se reafirma que a crise existencial da humanidade compõe a policrise contemporânea, em alinhamento com as premissas de Ecologia Social que inspiram a presente tese. Assim, uma

²⁰⁰ Disponível <<https://www.aashe.org/partners/centers-for-sustainability-across-the-curriculum/>>

²⁰¹ Disponível em <<https://www.aashe.org/aashe-earns-recognition-as-a-just-organization/>>

²⁰² Em parceria com o Green Guy, um *talk show* e podcast sobre sustentabilidade, apresentado por Eric Moncrief desde 2014, com a missão de promover, informar e inspirar sobre o tema. Entrevistando mais de 200 convidados na área de sustentabilidade, o programa vem sendo transmitido na plataforma de rádio, com planos futuros de ser transmitido, também, pela televisão. Disponível em: <https://www.listennotes.com/podcasts/talk-with-green-guy-green-guy-eric-moncrief-WhFgK8_kJ3y/> Acesso em 08 jun. 2022.

²⁰³ Disponível em <<https://www.aashe.org/category/college-sustainability-summit-series/>>

²⁰⁴ Disponível em <<https://www.aashe.org/wp-content/uploads/2021/05/STARS-SDGs6.pdf>>

forte cultura de sustentabilidade não apenas representa o melhor caminho, mas a via mais inteligente para se pensar o futuro. E, nesse caso, as universidades representam laboratórios vivos de experimentações para se promover soluções diante dos complexos desafios presentes e futuros (AASHE, 2017) de uma sociedade em crise.

Esse documento estabelece, ainda, seis razões principais para justificar práticas sustentáveis em IES. Isso porque, a educação para a sustentabilidade: a) prepara estudantes para a cidadania responsável, para o diálogo cívico, e para o sucesso profissional, promovendo, inclusive, empregos do futuro; b) melhora a eficiência organizacional, reduz os custos e os riscos operacionais; c) catalisa o aumento de doações e novas fontes de financiamento; d) ajuda a atrair, reter e motivar melhores alunos e funcionários; e) fortalece as relações comunitárias e facilita novas parcerias; f) pesquisas e educação em sustentabilidade contribuem para a abordagem crítica sobre os grandes desafios contemporâneos, além de colaborar para a integração no ambiente universitário em torno de um propósito comum e compartilhado, na busca por contribuições tangíveis para resolver problemas do mundo real (AASHE, 2017).

Vale ressaltar, também, que nesse documento é mencionado o crescimento progressivo de pesquisas em sustentabilidade, de maneira mais evidente e com o aumento de citações, se comparadas com a pesquisa em geral. E ainda ressalta ser o campo da sustentabilidade inerentemente interdisciplinar, demandando níveis mais complexos de coordenação na gestão dos campi para o enfrentamento de seus desafios. Assim, ações e pesquisas dirigidas à sustentabilidade podem contribuir para estimular a inovação e catalisar melhorias no desempenho organizacional, se as universidades puderem liderar esforços globais para um futuro sustentável para discentes, docentes, funcionários, comunidades envolvidas e a sociedade, em geral. E esse futuro não pode ser compreendido como um horizonte em espera, mas “deve ser forjado ativamente na comunidade acadêmica na busca por saúde, felicidade, qualidade ambiental e bem-estar econômico para gerações atuais e futuras” (AASHE, 2017, p. 4, em tradução livre).

Esse histórico sobre a Associação responsável pela criação do STARS, um dos três dispositivos adotados para o levantamento das universidades brasileiras de destaque em sustentabilidade, sistematizadas no próximo tópico do capítulo, traz importantes referências para fundamentar a pesquisa.

GREENMETRIC: pioneirismo global em métricas verdes para IES

O *UI GreenMetric World University Ranking*, segundo dispositivo mapeado na pesquisa, representa o primeiro *ranking* mundial de classificação universitária em sustentabilidade. Esse sistema internacional foi criado pela *Universidade da Indonésia* (UI), em 2010, com a finalidade de medir os esforços de sustentabilidade em IES, por meio de programas e de políticas de sustentabilidade em universidades, de todo o mundo.

Mas no ano anterior à criação desse *ranking*, a UI sediou a Conferência Internacional do *World University Rankings*, convidando inúmeros especialistas para o debate, quando, também, foi identificado que os critérios vigentes adotados para classificar as universidades não valorizavam, por exemplo, as instituições mobilizadas em um esforço para a redução de sua pegada de carbono, ou para o combate às mudanças climáticas globais. Nesse evento, foram também reconhecidos os esforços de inúmeras universidades e de cooperações de grupos de IES comprometidas com práticas sustentáveis.

Na ocasião, foi também mencionado o sistema de classificação *College Sustainability Report Card*, o primeiro sistema de avaliação comparativa e independente de melhores práticas de sustentabilidade no ambiente universitário, na América do Norte. Esse dispositivo foi desenvolvido para fornecer informações acessíveis a discentes, docentes e funcionários, sobre a adoção de políticas de sustentabilidade mais eficazes, por meio de práticas voltadas para nove eixos de ação: Administração, Mudanças Climáticas e Energia, Alimentos e Reciclagem, Construção Verde, Envolvimento Estudantil, Transporte, Transparência de Doações, Prioridades de Investimento e Engajamento de Acionistas. Mas apesar da metodologia robusta e do engajamento de parcerias com outras organizações nesse dispositivo, foram apenas publicadas edições entre 2007 e 2011. O projeto está suspenso, sem ter as razões divulgadas, e nem previsão de retorno para futuras pesquisas²⁰⁵.

Além disso, durante esse evento internacional realizado na Universidade da Indonésia, foi mencionado que tal sistema de classificação por nota (A a F) não seria ideal para a avaliação desejada. Assim, foi discutida a proposta da criação de um sistema que permita a construção de um *ranking*, voltado para as diversas IES do mundo, possibilitando comparações entre instituições com relação ao compromisso de sustentabilidade e impacto socioambiental.

²⁰⁵ Disponível em: <<https://www.endowmentinstitute.org/our-initiatives/report-card/>>

Diante dessa demanda, o *GreenMetric* foi criado com o objetivo de sistematizar os resultados sobre o contexto atual e sobre as políticas de sustentabilidade em universidades, de todo o mundo. Mas para além de se configurar como um sistema de classificação, espera-se, com esse *ranking*, chamar a atenção de lideranças universitárias sobre a urgência no combate às mudanças climáticas, na conservação da biodiversidade, na reciclagem de resíduos, além das questões de mobilidade urbana sustentável e de mudanças comportamentais na relação entre a comunidade acadêmica e suas IES.

Com relação à identidade organizacional, o *GreenMetric* tem como Visão “ser um *Ranking* mundial de universidades, aberto e respeitado, que traga impactos sustentáveis para universidades de todo o mundo” (em tradução livre). E suas Missões são: “1) organizar anualmente o *World University Rankings* sobre sustentabilidade; 2) incentivar práticas sustentáveis em IES de todo o mundo; 3) fornecer serviços voltados à sustentabilidade a essas IES; 4) facilitar a parceria internacional em sustentabilidade” (em tradução livre)²⁰⁶.

De acordo com o *website* do *GreenMetric*, a metodologia adotada para a criação do instrumento buscou ser simples e prática, para que o processo de preenchimento de dados na plataforma pudesse ser realizado com pouco esforço, fornecendo informações relevantes sobre 39 indicadores, baseados em 6 critérios: Ambiente e Infraestrutura; Energia e Mudanças Climáticas; Resíduos e reciclagem; Água; Sistema de Transporte; e Educação e Pesquisa.

Esses critérios foram concebidos de modo a possibilitar a realização de um exame crítico das instituições universitárias para provocar insights capazes de contribuir com melhorias nas IES. A participação no *ranking* está atrelada ao preenchimento do formulário de pesquisa *online* com os dados das IES e, o cálculo das pontuações é publicado por meio de classificações numéricas, no mês de dezembro de cada ano. Mas a evolução da metodologia do *GreenMetric* tem sido contínua. Em 2010, foram estabelecidos 23 indicadores e cinco categorias de análise, que foram se aprimorando ao longo do tempo.

O questionário é elaborado com inspiração em um tema anual. No ano de 2022, o mais recente da série, foi estabelecido como tema “Ações Coletivas para Transformar Universidades Sustentáveis no Pós-Pandemia”. Vale ressaltar que a Agenda 2030 foi representada em duas edições como tema central do questionário. Em 2018, intitulado “Universidades, Impactos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” e, em 2020, com o título “Responsabilidade das Universidades pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Desafios do Mundo Complexo”. Nesse sentido, a inserção dos ODS

²⁰⁶ Missão e Visão do GreenMetric, disponível em: <<https://greenmetric.ui.ac.id/about/welcome>>

no *GreenMetric* pode também ser observada por meio de seus seis critérios analíticos, conforme Figura 22, a seguir:



Fonte: GreenMetric Guideline (2022)

Para a ampliação desse debate, uma aba para recursos úteis está disponível no *website* do *GreenMetric*. Entre os conteúdos, há uma biblioteca virtual com dois livros e 141 artigos acadêmicos (dados obtidos em julho de 2022). E ainda, um Guia com as principais informações sobre o *GreenMetric*, o próprio questionário para a participação no *ranking*, além do template para captar os dados de maneira padronizada, inspirando a elaboração de relatórios de sustentabilidade em IES. Esse relatório de evidências tem sido obrigatório no processo desde 2020, visando apoiar a análise, podendo ser enviadas comprovações por meio de imagens, gráficos, tabelas, entre outros elementos, contendo o detalhamento das informações, padronizadas no idioma inglês.

De acordo com o Guia de 2022, no ano de 2010, 95 universidades, de 35 países diferentes participaram do processo, sendo 18 da América, 35 da Europa, 40 da Ásia e 2 da Austrália. E na edição mais recente do *ranking*, de 2021, 956 universidades de 80 países ao redor do mundo já estavam envolvidas nessa dinâmica, o que ilustra o reconhecimento desse dispositivo após 12 anos de existência. Assim, a equipe do *GreenMetric*, em 2022, atua no gerenciamento e no processo de revisão e avaliação, sendo oriundas de diferentes áreas de formação e experiências acadêmicas, como Ciências Ambientais, Engenharia, Arquitetura, Urbanismo, Design, Saúde Pública, Estatística, Química, Física, Linguística e Estudos Culturais.

No Manual de 2022, foram consolidados os objetivos do *GreenMetric*:

a) contribuir para discursos acadêmicos sobre sustentabilidade na educação e no campus; b) promover uma mudança social liderada pelas universidades com relação aos objetivos de sustentabilidade; c) se constituir em uma ferramenta de autoavaliação de sustentabilidade no campus para IES em todo o mundo; d) informar governos, agências ambientais internacionais e locais, e a sociedade, em geral, sobre os programas de sustentabilidade no ambiente universitário (GREENMETRIC, 2022, em tradução livre).

A participação no *GreenMetric* torna as IES automaticamente parceiras da *UI GreenMetric World University Rankings Network* (UIGWURN). Criada em 2017, esta rede possibilita o compartilhamento de experiências, a interação entre diversos países²⁰⁷. A rede realiza os *UI Workshop Internacional GreenMetric* anuais²⁰⁸, além de *workshops* regionais, nacionais e locais, organizados por IES anfitriãs, visando “transformar questões de sustentabilidade em ação” (GREENMETRIC, 2022).

Considerando os 12 anos de experiência desse *ranking*, no Guia de 2022 é ressaltado que o *GreenMetric* compreende

a diversidade de tipos de universidades, suas missões e seus contextos, que podem dificultar sua metodologia. Estamos plenamente conscientes do fato de que as universidades diferem em seus níveis de conscientização e compromisso com a sustentabilidade, seus orçamentos, a quantidade de cobertura verde em seu campus e muitas outras dimensões. Essas questões são complexas, mas a *UI GreenMetric* está comprometida em melhorar continuamente o *ranking* para que seja útil e justo para todos (GREENMETRIC, 2022, p. 7, em tradução livre)²⁰⁹.

THE Impact Ranking: impactos positivos a partir da Agenda 2030

De maneira distinta ao *GreenMetric*, que desde a sua origem adota critérios para valorizar práticas sustentáveis em IES, o *Times Higher Education* (THE) apenas a partir de 2019 passou a publicar um *ranking* específico sobre sustentabilidade, com base nos Objetivos da *Agenda 2030*. Originalmente, o THE se constitui como uma organização que busca elaborar *rankings* com critérios gerais voltados para orientar estudantes na decisão sobre a escolha de sua universidade. Mas os resultados dos *rankings* elaborados pelo THE também estão dirigidos a docentes que buscam informações sobre carreira acadêmica, com base no desempenho das IES. Essa classificação global também visa contribuir com a definição e o

²⁰⁷ A coordenação nacional da rede no Brasil é liderada pela Universidade de São Paulo (USP).

²⁰⁸ O 5º *Workshop Internacional UI GreenMetric World University Rankings*, foi realizado em 2019, na University College Cork, na Irlanda. Devido à pandemia, de 2020 a 2022 os *Workshop* foram realizados online, sendo em 2022 na Universidade Nacional de Pingtung, em Taiwan.

²⁰⁹ *The goal of creating a world university sustainability ranking was done with an understanding that the diversity of types of universities, their missions, and their contexts would pose problems for the methodology. We are fully aware of the fact that universities differ in their levels of awareness and commitment to sustainability, their budgets, the amount of green cover on their campus, and many other dimensions. These issues are complex, but UI GreenMetric is committed to continually improving the ranking so that it will be both useful and fair to all.*

monitoramento de estratégias, prioridades e políticas, direcionando líderes universitários e governamentais.

De acordo com Watkins e Wong (2022), o THE está apoiado em cinco valores fundamentais, cujas iniciais, em inglês formam a palavra “TRAITS”, (interpretada pelo termo “característica”, em tradução livre). Compreendendo que os dados e as análises podem impactar o mundo real e influenciar a decisão de lideranças nas IES, primeiro valor do THE é *Truthfulness* (Veracidade), relacionado à atuação com assertividade para garantir e disponibilizar as melhores informações possíveis. O segundo valor, *Relevância*, reflete a busca por um trabalho significativo e relevante, com metodologias e processos que considerem as condições e peculiaridades de cada local, em um envolvimento contínuo com a comunidade acadêmica no sentido de manter um canal aberto para o diálogo com a sociedade. No caso de *Accountability* (Responsabilidade), por sua vez, refere-se ao comprometimento de que, quando houver erros nos dados, informações ou nos cálculos, serão emitidas notas de correção, e aviso às partes afetadas. *Independência*, o quarto valor do THE, representa o comprometimento de que os *rankings* são construídos sem influência comercial, garantindo que o trabalho desenvolvido seja livre de preconceitos culturais, linguísticos, geográficos, políticos e pessoais. E por fim, *Transparência* é o valor relacionado à forma de atuar em seus processos, metodologias e políticas, na busca por se comunicar de maneira clara.

Assim, desde 2004, com a publicação do primeiro *World University Rankings*, o THE vem avaliando o desempenho das melhores universidades do mundo. Por meio de uma metodologia de avaliação com base em 13 indicadores, envolvendo ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectivas internacionais, é criado no *website do THE* um perfil detalhado de cada universidade avaliada, com suas pontuações e dados complementares.

Para ressaltar a dimensão desse dispositivo, de acordo com as informações disponibilizadas no *website* do THE, apenas no ano de 2022, foram sistematizados universos complexos de dados, oriundos de mais de 1.900 IES, além de realizar uma pesquisa global de reputação acadêmica com mais de 22.000 lideranças universitárias. Foram, ainda, analisadas 86 milhões de citações de 13,6 milhões de publicações acadêmicas (do banco de dados Scopus da Elsevier), publicadas no período de cinco anos, entre 2015 e 2019.

Por conta desse extenso banco de dados, o THE vem aproveitando essas informações para criar uma série de classificações derivadas do *World University Rankings*, na busca por fornecer *insights* mais aprofundados sobre regiões específicas e temas prioritários, tais como: 1) Universidades da Ásia; 2) IES da América Latina; 3) Universidades Árabes; 4) Universidades dos EUA (parceria com o *Wall Street Journal*); 5) Universidades do Japão

(baseado na *THE Japan Student Survey*); 6) *Ranking* de Reputação Mundial (com base em pesquisas de opinião acadêmica); 7) *Ranking* de jovens universidades (IES com 50 anos ou menos); 8) *Teaching rankings* (focado na missão universitária específica do ensino); 9) *Impact Ranking* (baseado nos ODS da *Agenda 2030*).

De maneira distinta dos demais *rankings* do THE, mais voltados para indicadores de excelência em pesquisa, ensino e no sucesso de estudantes, o *THE Impact Rankings* está diretamente relacionado ao impacto das IES com relação a temas como a erradicação da pobreza, das desigualdades, da degradação ambiental; a ação contra as mudanças climáticas; paz e justiça. Vale ressaltar, ainda, que as métricas específicas para as IES, criadas para os diferentes ODS, possibilitam uma maior flexibilidade para a análise dos dados enviados pelas IES, de modo a contemplar melhor a diversidade de universidades e suas missões, em diferentes partes do mundo (THE, 2022).

O *Impact Ranking* conta com um Conselho Consultivo, recrutado em 2020 para orientar e supervisionar sua metodologia, seguindo o compromisso de transparência nos processos, de acordo com seus valores “TRAITS”, para apoiar, criticar, sugerir melhorias para assegurar uma atuação responsável²¹⁰.

E com base em seus valores fundamentais, a atuação do THE parte do princípio que as universidades podem contribuir para o alcance dos ODS de quatro maneiras: 1) *Pesquisa*, buscando novas soluções e conhecimentos relacionados aos ODS; 2) *Gestão*, sendo responsável pelo seu próprio consumo e ações em sustentabilidade; 3) *Alcance*, trabalhando diretamente com as comunidades, regiões e nações envolvidas; 4) *Ensino*, fomentando a mentalidade sustentável em estudantes e ex-alunos.

E ainda que esses *rankings* sejam frequentemente associados à promoção de competição entre as IES, o *THE Impact Ranking* está voltado para a colaboração, seja na pesquisa, na atuação em comunidades envolvidas e na ação além das fronteiras para apoiar o alcance dos ODS (ROSS, 2019).

Assim, o *THE Impact Ranking*, lançado em 2019 como o único *ranking* global a avaliar IES em relação à *Agenda 2030* e seus possíveis impactos na sociedade, analisa o progresso das IES no alcance de cada um dos ODS. Para tal, foram criados indicadores específicos, adaptando as Metas dessa agenda global ao contexto acadêmico, elaborados de modo a possibilitar comparações abrangentes, com base em quatro grandes áreas: gestão,

²¹⁰ Entre os dez membros do Conselho, de diversos países, o professor Luiz Costa, ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa e ex-vice-ministro da educação no Brasil foi nomeado, considerando o seu impacto significativo na educação no Brasil e no mundo (ROSS, 2021).

pesquisa, ensino e divulgação. E assim como no *GreenMetric*, todos os dados das IES devem ser inseridos em inglês na Plataforma do *THE Impact*, tornar as informações acessíveis. Porém, os documentos comprobatórios podem ser fornecidos em outros idiomas, caso não haja versão disponível em inglês (THE, 2022).

Na edição mais recente do *THE Impact Ranking*, publicada em abril de 2022, foram identificadas 1.256 universidades, em 105 países, que oferecem programas educacionais voltados à temática da sustentabilidade, seja em nível de graduação ou em cursos eletivos, representando 87% das IES participantes. Essa informação foi obtida por meio de uma métrica criada para a edição 2022 do *ranking*, sendo os países de destaque nesse quesito Reino Unido, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia, Alemanha, Suécia, Japão, EUA e Índia (ELLIS, 2022).

No Reino Unido, por exemplo, a Universidade de Liverpool mapeou a oferta educacional para os ODS e, desenvolveu cursos sobre sustentabilidade no intuito de “capacitar estudantes com habilidades e conhecimentos necessários para se tornarem agentes de mudança no mundo”, visto que os ODS “fornecem um foco importante para os desafios globais que enfrentamos” (ELLIS, 2022, online, em tradução livre).

No caso da Universidade de Newcastle, na Austrália, onze cursos são dirigidos especificamente à temática em questão, seja de graduação ou de pós-graduação. Isso porque, segundo o vice-reitor dessa instituição, sustentabilidade está “no coração” dos valores e das prioridades estratégicas da universidade. Segundo a sua leitura, “como organização, estamos comprometidos em criar um futuro melhor e mais justo, e queremos que nossa pesquisa e ensino beneficiem todas as nossas comunidades” (ELLIS, 2022, online, em tradução livre).

No contexto do *Impact Ranking 2022*, foram, também, abordadas as consequências da *Pandemia da Covid-19* nas IES, com a tendência de aumento global nas políticas de trabalho remoto, sobretudo na América do Sul. No período entre 2019 e 2020, o número de universidades que adotaram essa política aumentou de 453 para 509 e, em 2021 saltou para 583. Na América do Sul, em 37 das 47 IES participantes, é incentivado o trabalho remoto, o que significa um aumento de 68% com relação às 22 instituições em 2019. No Brasil, essa política de trabalho remoto dobrou, de 42% em 2019 para 81% em 2020. Também foi registrado um aumento no México (de 50% para 70%), no Chile (de 50% para 83%) e na Espanha (de 67% para 89%). E entre os países com todas as IES registradas contendo políticas de trabalho remoto, os EUA foram de 91% para 100%, e o Reino Unido, que já adotava essa forma de atuação entre as IES registradas antes mesmo da *Pandemia da Covid-19*.

Vale ressaltar que essa métrica está relacionada especificamente ao ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), visto que as políticas e práticas de teletrabalho, trabalho remoto, ou a redução do tempo de trabalho presencial, para se buscar reduzir o deslocamento de trabalhadores. Portanto, as políticas de trabalho remoto são fundamentais para a mobilidade urbana sustentável, considerando o setor de transporte um dos maiores causadores de emissões de carbono no âmbito universitário. No ODS 11, são também analisadas a administração de recursos, bem como o compromisso da universidade para a sustentação e preservação do patrimônio das comunidades envolvidas.

Nesse sentido Patton (2022), diretor da *Alliance for Sustainability Leadership in Education* (EAUC), do Reino Unido, questiona o papel das universidades no combate à crise climática, mencionando o grave cenário divulgado no último relatório do *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* (IPCC), publicado em abril de 2022. Apesar da tendência de desaceleração da taxa de crescimento no plano global, as emissões médias anuais de gases de efeito estufa estão sistematizadas em níveis extremamente altos na história da humanidade. Considerando a produção do conhecimento climático obtida graças às universidades e institutos de pesquisa, as políticas de emissões nas IES seriam consistentes com a ciência nelas desenvolvida? Seu nível de descarbonização seria suficiente para limitar a crise climática, conforme pactuado no *Acordo de Paris*?

Ao discutir o comprometimento das universidades com a redução de emissões, Patton (2022) questiona como a diversidade do escopo, prazos e a forma como as metas estão sendo definidas. Sem querer sugerir *greenwashing*, ele apenas busca compreender se a ciência está de fato comprometida com a definição das metas de redução de emissões nas IES. Isso porque, diante da emergência climática, a universidade se constitui como “espaço para novos pensamentos, inovação, perspectivas interdisciplinares, laboratórios vivos no campus e soluções lideradas por estudantes para responder aos grandes desafios de nossos dias” (PATTON, 2022, online).

Com a intenção de garantir a credibilidade e a boa reputação do setor da educação superior, visto ser esse o contexto em que a ciência do clima é produzida, Patton (2022) sugere a adoção de Metas Baseadas na Ciência (SBTs, na sigla em inglês). Nesse sentido, as SBTs vêm representando vias cada vez mais reconhecidas pela liderança institucional, como caminho para o alcance de metas estabelecidas para orientar a redução necessária de emissões, capaz de manter o aquecimento global abaixo de 2°C. Isso porque, para o diretor da EAUC, “há um risco enorme em usar outras abordagens para reduzir as emissões de gases de

efeito estufa e estabelecer metas de descarbonização, que podem não estar de acordo com a ciência” (Ibid).

Considerando a inexistência de uma metodologia específica para avaliar emissões em IES, Patton (2022) sugere a criação de uma “SBT universitária”, capaz de ser aplicada, de forma consistente, nas diversas IES em todo o mundo. Diante dessa demanda urgente, ele se comprometeu a atuar, por meio da EAUC e de seus parceiros, em ações climáticas, de modo que a gestão universitária esteja alinhada com preceitos da própria ciência nela produzida.

5.2.1 As universidades brasileiras de referência: caminhos em construção



*Deixa a gente trabalhar, estudar e construir
o futuro da nação passa por aqui,
Sou da universidade, nunca vamos desistir.
Chega aí, chega aí, chega aí, vai
Ninguém solta a minha mão e ninguém sai
Queremos qualidade, queremos liberdade,
queremos a universidade pública*

(Queremos universidade. Margareth Menezes e Roberto Brito, canção de Paulo Costa Lima. 2019)

A partir dos três instrumentos internacionais voltados para sustentabilidade em universidades anteriormente apresentados – *Sustainability Tracking, Assessment & Rating System (STARS)*; *Times Higher Education (THE) Impact Ranking*; e *Universitas Indonesia (UI) GreenMetric* – se pretende, a seguir, delinear o panorama nacional, considerando as Instituições de Ensino Superior (IES) de referência, tanto no âmbito da pesquisa, como do ensino, da extensão e da gestão. Esse levantamento visa inspirar e instigar estudos futuros sobre o tema, no país, além de buscar valorizar práticas sustentáveis na gestão dessas instituições brasileiras, de modo a identificar potencialidades, inovações em curso nessas instituições, e caminhos para ampliar essas experiências em nível nacional.

Nesse sentido, é importante contextualizar o cenário nacional da educação superior. Assim, foi realizado um mapeamento das IES brasileiras, antes de analisar especificamente os dados mapeados a partir dos dispositivos internacionais específicos voltados para a temática da sustentabilidade. Assim, o universo de IES públicas brasileiras envolve tanto universidades quanto os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Um primeiro passo para orientar o levantamento proposto é contextualizar o quadro atual das IES públicas no Brasil, conforme sistematizado no Quadro 19, a seguir:

Quadro 19: Instituições públicas de Ensino Superior no Brasil

Região	Tipo	Nº	Siglas das Instituições de Ensino Superior
Norte 7 estados Total 24 IES	Federais	11	Universidades Federais: UFAC; UNIR; UFRR; UNIFAP; UFAM; UFPA; UFOPA; UFT; UFRA; UNIFESSPA; UFNT
		7	Institutos Federais: IFAC; IFAP; IFAM; IFPA; IFRO; IFTO; IFRR
	Estaduais	5	Universidades Estaduais: UEA; UEAP; UEPA; UERR; UNITINS
	Municipais	1	Universidades Municipais: UnirG
Nordeste 9 estados Total 46 IES	Federais	20	Universidades Federais: UFBA; UFRB; UNILAB; UFPB; UFCA; UFAL; UFCG; UFPE; UFS; UFC; UFMA; UFOB; UFPI; UFRN; UFSB; UNIVASF; UFRPE; UFERSA; UFDPar; UFAPE
		11	Institutos Federais: IFAL; IFBA; IF Baiano; IFCE; IFMA; IFPB; IFPE; IF Sertão PE; IFPI; IFRN; IFS
	Estaduais	15	Univ. Estaduais: UNEAL; UNCISAL; UNEB; UEFS; UESC; UESB; UECE; UVA; URCA; UEMA; UEMASUL; UEPB; UPE; UESPI; UERN
Centro-Oeste 3 estados + DF Total 18 IES	Federais	8	Univ. Federais: UnB; UFG; UFJ; UFCat; UFGD; UFMS; UFMT; UFR
		5	Institutos Federais: IFB; IFMT; IFMS; IFG; IFGoiano
	Estaduais	3	Universidades Estaduais: UEG; UNEMAT; UEMS
	Municipais	1	Universidades Distritais: UnDF
Sudeste 4 estados Total 41 IES	Federais	19	Universidades Federais: UNIFAL-MG; UNIFEI; UFJF; UFLA; UFMG; UFOP; UFSCar; UFSJ; UNIFESP; UFU; UFV; UFABC; UFES; UNIRIO; UFRJ; UFTM; UFVJM; UFF; UFRRJ
		9	Institutos Federais: IFES; IFRJ; IFF; IFMG; IFNMG; IFSUDESTEDEMINAS; IFSULDEMINAS; IFTM; IFSP
		2	Centros Federais de Educação Tecnológica: CEFET-RJ; CEFET-MG
	Estaduais	9	Universidades Estaduais: UEMG; UNIMONTES; UERJ; UENF; USP; UNICAMP; UNESP; UNIVESP; UnAC
	Municipais	2	Universidades Municipais: UNITAU; USCS
Sul 3 estados Total 27 IES	Federais	11	Universidades Federais: UFFS; UNILA; UFCSPA; UFPel; UFSC; UFSP; UNIPAMPA; UFPR; FURG; UFRGS; UTFPR
		6	Institutos Federais: IFRS; IFFarroupilha; IFSUL; IFPR; IFSC; IFC
	Estaduais	9	Universidades Estaduais: UEL; UEM; UNESPAR; UEPG; UNICENTRO; UENP; UNIOESTE; UERGS; UDESC
	Municipais	1	Universidades Municipais: FURB
TOTAL		156 Instituições públicas de Ensino Superior no Brasil	

Fonte: Elaborado pela Autora (2022), com dados até julho de 2022, com base no MEC.

Conforme dados disponibilizados no *website* do Ministério da Educação (MEC), foi sistematizado foram mapeadas 156 IES públicas brasileiras, sendo 109 Federais (69 universidades, 38 IFs e dois CEFETs), 41 Estaduais, cinco Municipais e uma Distrital.

Com relação à distribuição regional, 46 IES estão situadas na Região Nordeste, que envolve nove estados da federação e contém uma população estimada de 57 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano

de 2021²¹¹. Na região Sudeste, com quatro estados e população residente estimada de 89 milhões, foram identificadas 41 IES. A Região Sul, por sua vez, conta com 27 IES em seus três estados, com população estimada de 30 milhões de pessoas. O Norte do Brasil possui 24 IES entre os seus sete estados, para uma população estimada de 18 milhões de pessoas. E na Região Centro-Oeste, com 16 milhões de pessoas, residindo em seus três estados e no Distrito Federal, são registradas 18 IES.

Partindo desse breve panorama sobre as IES públicas no Brasil, a seguir são discutidos os resultados do mapeamento dos três dispositivos internacionais de referência em sustentabilidade – *STARS*, *GreenMetric* e *THE Impact* – adotados para identificar as IES brasileiras envolvidas na temática.

STARS: sistema de sustentabilidade em IES ainda desconhecido no Brasil

Como anteriormente discutido, o *Sustainability Tracking, Assessment & Rating System*²¹² (STARS) se constitui como um sistema de autoavaliação e certificação de IES, apresentado em formato diferente de *ranking*, com informações sistematizadas em uma lista única. Nesse dispositivo, as IES são classificadas por meio de diferentes certificações – *Reporter*²¹³, *Bronze*, *Silver*, *Gold* ou *Platinum* – de acordo com o resultado do preenchimento de seus indicadores. E apesar das IES participantes ficarem registradas na lista STARS, para que permaneçam certificadas, é necessária a atualização dos dados, considerando o período de validade de sua certificação. Sendo assim, a classificação das IES não é publicada de forma periódica, como ocorre com os *rankings* anuais, por exemplo. No STARS, cada IES, individualmente, passa a ser certificada a partir do momento em que submete suas informações ao sistema, ficando com a certificação ativa até a sua data de validade.

No mapeamento geral²¹⁴, foram identificadas apenas cinco IES brasileiras entre as 1.093 IES no total, conforme dados obtidos em julho de 2022. E desse total, somente 682 IES estavam com certificação atualizada, sendo apenas uma do Brasil. Vale ressaltar que, dos 48

²¹¹ De acordo com a legislação brasileira, o Censo Demográfico do IBGE deve ser realizado a cada dez anos, mas foi adiado por conta da Pandemia. Iniciado no segundo semestre de 2022, esse Censo representa a principal fonte de referência sobre as condições de vida da população nacional, para orientar políticas públicas, dados diversos serão levantados (educação, deslocamento para estudos, migração, identificação étnico-racial, trabalho, entre outros), para aproximadamente 215 milhões de habitantes, nos 5.570 municípios do país.

²¹² Sistema de Rastreamento, Avaliação e Classificação de Sustentabilidade (STARS)

²¹³ Classificação STARS *Reporter*: acesso gratuito, permitindo ao usuário o acompanhamento de seu desempenho, o gerenciamento de dados e o envio de um relatório público. Para o monitoramento da pontuação provisória, o avanço nas demais classificações STARS, e o acesso a informações exclusivas da AASHE, é necessário o pagamento de assinatura anual. São oferecidos descontos especiais a IES de países com renda média e baixa, de modo a contribuir para ampliar a participação e a acessibilidade das instituições.

²¹⁴ Lista de IES no STARS. Disponível em: <<https://reports.aashe.org/institutions/participants-and-reports/?sort=country>> Acesso em 08 jul. 2022.

países representados entre as 1.903 IES registradas no STARS, a quantidade de instituições de países da América do Norte é predominante, apesar do incentivo à participação de demais países, para ampliar o escopo de instituições registradas. Apesar de sua inegável relevância, torna-se interessante a difusão e a ampliação dessa rede, de modo que IES de outros países possam compartilhar as suas experiências, para diversificar e aprimorar a variedade dos relatos registrados.

No caso brasileiro, as cinco IES registradas no STARS são: a) Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); b) Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); c) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS); d) Universidade do Estado do Pará (UEPA); e) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Porém, somente a UEPA está com certificação vigente, tendo submetido suas informações na Plataforma STARS em 06 de abril de 2022, com certificação *STARS Reporter* válida até 07 de abril de 2025. O relatório da única IES Estadual brasileira com registro ativo entre as outras quatro IES Federais registradas, submetido gratuitamente, está aberto ao público²¹⁵.

Essa representação mínima de IES brasileiras parece indicar ser essa uma ferramenta importante, mas ainda desconhecida no país, diferente da participação nacional no segundo dispositivo, analisado e discutido a seguir.

GreenMetric: ranqueando a agenda verde em IES brasileiras desde 2010

Ao contrário da representação inexpressiva do Brasil no STARS, o segundo dispositivo analisado na presente pesquisa, *GreenMetric Ranking*, elaborado pela *Universidade da Indonésia (UI)*, teve o registro de 45 IES brasileiras, no período entre 2010 e 2021. No mapeamento realizado para a presente pesquisa, três informações merecem destaque: a representação do Brasil, pela primeira vez, na décima colocação mundial do *ranking*, entre 956 IES, em 2021; o posicionamento das IES brasileiras entre as 100 melhores do *ranking*, globalmente; e, a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), campo empírico adotado para o aprofundamento do debate, na presente pesquisa. Assim, a representação do Brasil em todo o período de publicação do *ranking GreenMetric* está sistematizada Quadro 20, a seguir:

²¹⁵ Relatório da UEPA disponível em: <reports.aashe.org/institutions/universidade-do-estado-do-para-UEPA/report/2022-04-06/> Acesso em 08 jul. 2022.

Quadro 20: Classificação das universidades brasileiras no UI *GreenMetric* Ranking (2010-2021)

	Universidades brasileiras mencionadas no <i>GreenMetric</i>	UF	Região	Pública ou Privada	Colocação das universidades no Ranking internacional <i>GreenMetric</i>											Total	
					2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020		2021
1	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Sudeste	Estadual	27	79	101	101	200	254	278	28	23	18	13	10	12
2	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	RJ	Sudeste	Privada	55	66	93	93	158	192	157	213	297	228	226	445	12
3	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	SP	Sudeste	Federal	63	142	178	178	287	315	379	476	591	641	687	776	12
4	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	MG	Sudeste	Federal	0	0	70	70	26	39	38	35	38	29	30	48	10
5	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (PUC-RS)	RS	Sul	Comunitária	0	0	186	186	272	307	245	362	312	307	506	562	10
6	Universidade Federal de Itajubá	MG	Sudeste	Federal	0	0	0	0	292	365	386	465	411	340	286	321	8
7	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	SP	Sudeste	Privada	0	0	0	0	281	308	403	534	563	474	514	481	8
8	Universidade Federal de Pernambuco	PE	Nordeste	Federal	0	150	190	190	324	391	492	598	684	0	0	0	8
9	Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN	RN	Nordeste	Privada	0	0	0	0	0	0	297	137	154	149	166	270	6
10	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	139	187	220	162	206	285	6
11	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	MG	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	217	325	283	235	101	94	6
12	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	SC	Sul	Comunitária	0	0	0	0	0	0	345	312	372	260	378	593	6
13	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	Sul	Federal	0	0	0	0	0	0	0	357	350	349	224	330	5
14	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	Sul	Federal	0	0	0	0	0	0	0	462	378	361	490	578	5
15	Universidade Estadual de Londrina	PR	Sul	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	354	478	395	530	588	5
16	Universidade Positivo	PR	Sul	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	100	73	197	425	4
17	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	MG	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	311	313	362	327	4

	(UFTM)																
18	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PR	Sul	Privada	0	0	0	0	0	0	0	348	425	435	541	0	4
19	Universidade Federal de Alfenas	MG	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	458	479	515	460	4
20	Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Departamento Nacional)	RJ	Sudeste	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	472	405	436	361	4
21	Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	497	398	317	447	4
22	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	SP	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	209	0	0	507	357	399	4
23	Universidade Estadual de Maringá	PR	Sul	Estadual	0	0	0	0	0	0	428	0	0	604	537	505	4
24	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	352	430	576	0	3
25	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	SP	Sudeste	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80	100	65	3
26	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	MS	Centro-Oeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	238	242	163	3
27	Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	Nordeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	529	532	579	3
28	Instituição Toledo de Ensino	SP	Sudeste	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	731	813	816	3
29	Universidade Federal do ABC (UFABC)	SP	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	475	600	0	0	0	2
30	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)	RN	Nordeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	656	773	0	2
31	Centro Universitário Facens	SP	Sudeste	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	256	201	2
32	Universidade do Vale do Taquari	RS	Sul	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	322	260	2
33	Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto (FHO)	SP	Sudeste	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	439	440	2
34	Universidade de Passo Fundo	RS	Sul	Comunit.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	456	461	2
35	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	Sul	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	524	517	2
36	Universidade de Sorocaba	SP	Sudeste	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	657	581	2

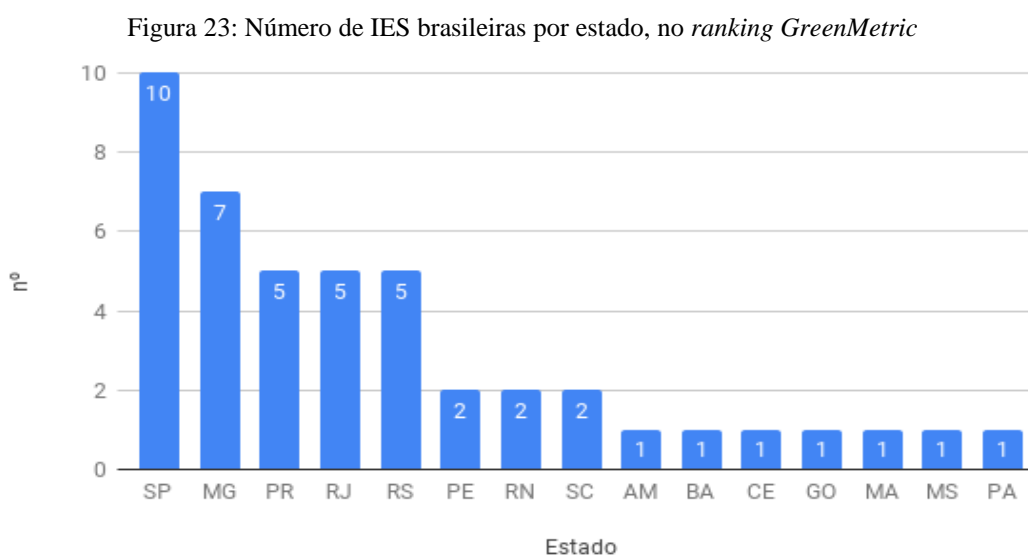
37	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	MA	Nordeste	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	722	717	2
38	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	PA	Norte	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	761	751	2
39	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG)	MG	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	834	902	2
40	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	AM	Norte	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	855	937	2
41	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	PR	Sul	Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	641	1
42	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)	RJ	Sudeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	646	1
43	Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	Centro-Oeste	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	686	1
44	Faculdade Santo Agostinho (Unidade Itabuna-Bahia)	BA	Nordeste	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	947	1
45	Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico - Asces-unita	PE	Nordeste	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	800	1
	Total de universidades brasileiras				3	4	6	6	8	8	14	17	23	28	38	40	
	Total de universidades do mundo				95	178	215	215	361	407	516	619	719	780	911	956	
	Percentual de representação do Brasil				3,1%	2,2%	2,7%	2,7%	2,2%	1,9%	2,7%	2,7%	3,2%	3,5%	4,1%	4,1%	

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos *rankings* anuais publicados pelo *GreenMetric*.

Importante enfatizar, nesse mapeamento, que apenas três universidades brasileiras participaram da primeira edição do *ranking* em 2010, mas esse quadro vem evoluindo significativamente desde então, com o registro de quarenta IES brasileiras, em 2021. Vale ressaltar, também, que os resultados desse *ranking* são divulgados, anualmente, no mês de dezembro, sendo essa a razão pela qual os dados de 2022 não puderam ser analisados²¹⁶.

O fortalecimento da representação brasileira no *ranking* é ilustrado pelo aumento progressivo do número de IES no contexto global. Assim, no intervalo analisado, a participação das IES brasileiras, em relação ao total de instituições mapeadas a nível global, aumentou de 3.1% em 2010, para 4.1% em 2021.

Quanto à representação em termos de estados da federação, os dados obtidos com o mapeamento estão ilustrados na Figura 23, a seguir:



Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

O estado de São Paulo se destacou no *ranking* (com dez IES), seguido por Minas Gerais (com sete instituições). Os estados do Paraná, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul tiveram cinco IES mencionadas nesse dispositivo, cada um, e Pernambuco, Rio Grande do Norte e Santa Catarina com duas. Os estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Pará tiveram apenas uma IES no *ranking*.

Com relação à permanência das IES no *ranking*, ao longo do período analisado, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) se destacaram nesse dispositivo por sua presença ininterrupta, desde a primeira edição do *ranking*, em 2010, até o ano de 2021. Vale ressaltar a

²¹⁶ A submissão dos dados pelas IES participantes é realizada entre maio e outubro, e em novembro é efetivada a validação das informações submetidas no ano vigente.

importância da USP, representando não apenas o Brasil, mas também o Sul Global, nas TOP 10 IES mais sustentáveis do mundo em 2021. Na página principal do *website* do *GreenMetric*, a USP, que alcançou a 10ª colocação (entre as 965 IES participantes), estava em destaque, conforme ilustrado na Figura 24, a seguir:

Figura 24: Brasil nas TOP 10 IES mais sustentáveis do mundo, no *GreenMetric*, em 2021



Fonte: GreenMetric (2022, online)

A USP se destacou, também no *ranking*, por ter representado o melhor posicionamento brasileiro, ao longo de todo o período analisado, com evolução marcante em 2016, quando ocupava a 278ª colocação, e em 2017 já havia alcançado a 28ª posição nesse dispositivo.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA-MG) também merece destaque por seu desempenho no *ranking*, com os melhores posicionamentos, variando entre a 26ª e a 70ª colocação, ininterruptamente, no período analisado. Esse resultado se constitui como diferenciado no contexto em que a maior parte das IES brasileiras ocupa posições acima da 100ª colocação no *GreenMetric*.

No caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apesar de se destacar em outros *rankings* universitários²¹⁷, apenas teve registro no *GreenMetric* por três vezes, entre 2018 e 2020, pois não submeteu o relatório para o ano de 2021. Outras duas IES também enviaram o relatório em 2020, mas deixaram de submeter no ano seguinte. Seria essa lacuna

²¹⁷ A UFRJ foi considerada como a melhor universidade do Brasil e a 2ª melhor da América Latina pelo *Webometrics Ranking of World Universities*, em 2021. Pelos critérios do *Ranking* Universitário Folha (RUF), a UFRJ alcançou a primeira colocação do Brasil nos anos de 2016 e 2017. Em 2018, ocupou o segundo lugar, e em 2019, a terceira colocação desse *ranking*.

na participação reflexo do impacto da *Pandemia da Covid-19* no funcionamento dessas IES?²¹⁸

Ainda que não seja possível responder a essa questão, foi observado, na presente pesquisa, que apesar dessa ausência no *GreenMetric*, a UFRJ, em 2021, enviou o relatório²¹⁹ para participar da edição de 2022 do *THE Impact Ranking*, terceiro dispositivo analisado na pesquisa, como discutido a seguir.

THE Impact: ranking recente, mas com participação crescente no Brasil

O mapeamento das IES brasileiras no *THE Impact Ranking* envolve o resultado das quatro edições, publicadas anualmente, desde a sua criação. Entre 2019 e 2022, os dados que merecem destaque realçados são: o posicionamento das IES entre as 100 melhores colocações; e, a participação da UFRJ, foco da presente pesquisa. E, ainda, estão destacados em azul os números referentes às IES registradas apenas no *THE Impact*, e em lilás, a única universidade mencionada simultaneamente, pelos três dispositivos analisados na presente pesquisa. Os números das IES não realçadas em cores referem-se àquelas registradas nos dois *rankings* analisados. Com essas informações iniciais para orientar a leitura do mapeamento realizado, a participação brasileira no *THE Impact* está sistematizada no Quadro 21, a seguir:

²¹⁸ No caso da UFRJ, em particular, a instituição não submeteu o relatório ao *GreenMetric* no ano de 2021, e por essa razão esteve ausente do *ranking*, para não obter uma pontuação que não condiz com a sua realidade, conforme informações obtidas durante as entrevistas realizadas para a pesquisa, cuja síntese está no próximo capítulo.

²¹⁹ Diferentemente do *GreenMetric*, que publica o *ranking* no final do ano em que o relatório é enviado, no *THE Impact*, o relatório é enviado no ano anterior, com a publicação do *ranking* nos meses iniciais do ano seguinte.

Quadro 21: Instituições de Ensino Superior brasileiras participantes do THE *Impact Ranking* (2019-2022)

					Resultado anual				
	Universidades brasileiras no <i>THE Impact Ranking</i>	UF	Região	Pública ou Privada	2019	2020	2021	2022	Total
1	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	SP	Sudeste	Federal	101-200	101-200	301-400	401-600	4
2	Universidade Federal de Itajubá	MG	Sudeste	Federal	300+	401-600	401-600	601-800	4
3	Universidade Estadual de Londrina	PR	Sul	Estadual	201-300	91	201-300	401-600	4
4	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PR	Sul	Privada	301+	201-300	301-400	401-600	4
5	Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	Nordeste	Federal	101-200	201-300	401-600	601-800	4
6	Universidade Federal do ABC (UFABC)	SP	Sudeste	Federal	101-200	201-300	201-300	401-600	4
7	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	Sul	Federal	301+	201-300	401-600	401-600	4
8	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	SP	Sudeste	Privada	101-200	301-400	201-300	601-800	4
9	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	CE	Nordeste	Estadual	301+	401-600	801-1000	801-1000	4
10	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	PR	Sul	Estadual	301+	401-600	601-800	801-1000	4
11	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	RN	Nordeste	Federal	301+	401-600	401-600	801-1000	4
12	Universidade Unisinos	RS	Sul	Privada	301+	401-600	601-800	801-1000	4
13	Universidade de Vila Velha	ES	Sudeste	Privada	301+	401-600	801-1000	1001+	4
14	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Sudeste	Estadual		14	48	62	3
15	Universidade Federal de Pernambuco	PE	Nordeste	Federal		301-400	301-400	601-800	3
16	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	Sul	Federal		301-400	401-600	401-600	3
17	Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	Sudeste	Federal		201-300	401-600	601-800	3
18	Universidade Estadual de Maringá	PR	Sul	Estadual		101-200	201-300	301-400	3
19	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	MS	Centro-Oeste	Federal		401-600	401-600	301-400	3

20	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	RS	Sul	Federal		301-400	401-600	401-600	3
21	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	SP	Sudeste	Estadual		101-200	201-300	201-300	3
22	Universidade Federal do Espírito Santo	ES	Sudeste	Federal		101-200	101-200	301-400	3
23	Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	Norte	Federal		201-300	301-400	301-400	3
24	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	Sul	Federal		401-600	201-300	301-400	3
25	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	PR	Sul	Federal	301+	401-600	401-600		3
26	Universidade de Franca	SP	Sudeste	Federal		401-600	601-800	601-800	3
27	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	MG	Sudeste	Privada		401-600	401-600	801-1000	3
28	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	MG	Sudeste	Federal			601-800	601-800	2
29	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (Pucrs)	RS	Sul	Comunitária		401-600	801-1000		2
30	Universidade Estadual de Santa Cruz	BA	Nordeste	Estadual	301+	401-600			2
31	Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	SC	Sul	Comunitária			601-800	801-1000	2
32	Universidade Federal do Piauí	PI	Nordeste	Federal		401-600	401-600		2
33	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	Nordeste	Federal			801-1000	1001+	2
34	Universidade Federal de Sergipe	SE	Nordeste	Federal			601-800	601-800	2
35	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	Sudeste	Federal			301-400	401-600	2
36	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	MG	Sudeste	Federal			301-400	401-600	2
37	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	MG	Sudeste	Federal			1001+	1001+	2
38	Universidade Federal do Tocantins	TO	Norte	Federal			1001+	1001+	2
39	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	SP	Sudeste	Federal				1001+	1
40	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Sudeste	Federal				801-1000	1
41	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	SP	Sudeste	Estadual				101-200	1

42	Universidade de Passo Fundo (UPF)	RS	Sul	Comunitária				1001+	1
43	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	MA	Nordeste	Estadual				1001+	1
44	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	AM	Norte	Estadual				1001+	1
45	Universidade Federal Rural de Pernambuco	PE	Nordeste	Federal				801-1000	1
46	Universidade de Brasília	DF	Centro-Oeste	Federal				201-300	1
47	Universidade Estadual de Ponta Grossa	PR	Sul	Estadual				801-1000	1
48	Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	CE	Nordeste	Privada				401-600	1
49	Cogna Educação	SP	Sudeste	Privada			1001+		1
50	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	MG	Sudeste	Federal				1001+	1
51	Inspira - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)	SP	Sudeste	Privada				1001+	1
52	Centro Universitário de Jaguariúna	SP	Sudeste	Privada				1001+	1
53	Centro Universitário Max Planck	SP	Sudeste	Privada				1001+	1
Total de IES brasileiras mencionadas no <i>ranking</i>					15	30	38	48	
Total de IES do mundo mencionadas no <i>ranking</i>					467	768	1117	1410	
Percentual de IES brasileiras em relação ao quantitativo mundial total					3.21%	3.91%	3.4%	3.4%	

Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

Legenda: Apenas no *THE Impact Ranking*; *THE Impact* e no *GreenMetric* Mencionada no *THE Impact*, no *GreenMetric* e no STARS.
 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

No *THE Impact*, das quinze IES brasileiras participantes da primeira edição, em 2019, treze delas permaneceram no *ranking*, ininterruptamente, até 2022. No segundo ano de publicação desse dispositivo, o número de IES brasileiras dobrou para trinta participantes no *ranking*, mantendo o crescimento ao longo do período analisado, com 38 IES em 2021 e, 48 no ano seguinte. No caso da UFRJ, a instituição está entre as 14 estreantes na edição de 2022.

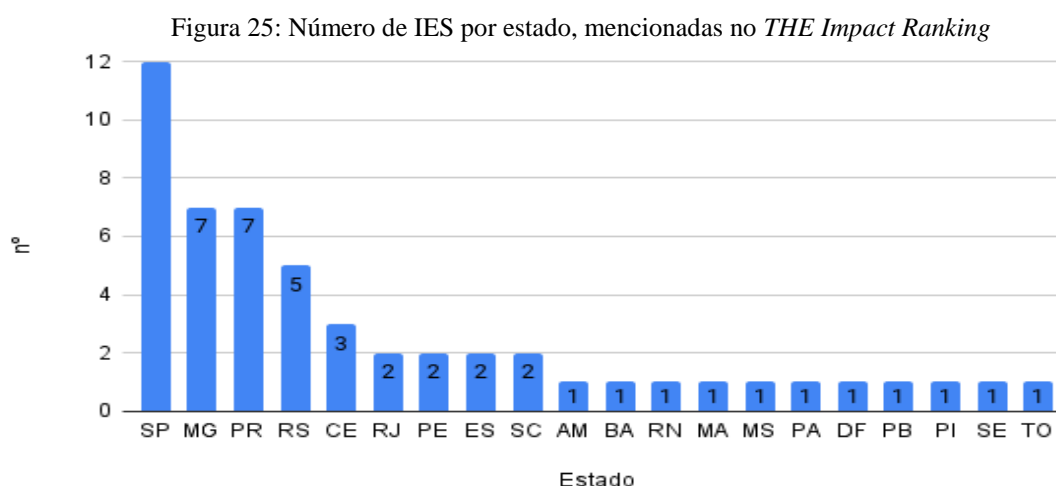
Considerando a representação do Brasil no universo das instituições mapeadas pelo *THE Impact*, houve uma leve evolução da representatividade do país, de 3.21% do total global de IES em 2019, para 3.91% em 2020. Mas nos dois anos seguintes, a representação se manteve em 3.4% do total de IES mapeadas globalmente. Tal resultado equivale à representatividade brasileira no *Greenmetric*, aproximadamente, com IES representando entre 3.1% e 4.1% do total, ao longo do período analisado.

Foi possível observar, ainda, nesse contexto, uma maior variedade de países nos dois *rankings* de sustentabilidade em comparação ao sistema STARS. Enquanto em 2022 foram registradas 1.093 IES no STARS, entre apenas 48 países (com participação majoritária dos EUA), no *GreenMetric*, as 956 universidades estão distribuídas entre 79 países. Ou seja, uma diferença mínima na quantidade de IES participantes (1.093 para 956), mas que em relação ao número de países, se destaca (48 para 79). No *THE Impact*, por sua vez, das 1.406 IES, de 106 países diferentes mencionados em 2022, o que também ressalta uma maior proporção de diversidade nos países envolvidos.

Ainda seguindo a tendência do *GreenMetric*, a USP teve destaque no *THE Impact* em relação às demais universidades do país, e, ainda que não tenha participado na primeira edição do *ranking* (2019), no ano seguinte (2020), a USP já havia alcançado a 14^a colocação mundial (em um total de 768 universidades, entre as quais 30 são brasileiras). Nos dois anos seguintes, embora tenha perdido algumas posições no *ranking* (48^o de 1.117 no total, em 2021; e 62^o de 1.410, em 2022) a USP foi a única IES do Brasil entre as 100 melhores colocações nesse dispositivo.

No caso da UFRJ, com estreia na edição de 2022, sua participação foi registrada em uma tímida colocação. Considerando a sua dimensão, como a maior, a mais antiga e uma das melhores universidades federais do Brasil, conforme discutido no próximo capítulo da presente tese, qual seria a sua potencialidade e o seu alcance se a instituição se inspirasse nos indicadores desses dispositivos para orientar as suas ações voltadas para práticas sustentáveis? Essa questão justifica e inspira os caminhos metodológicos trilhados na presente pesquisa.

Quanto à representação de IES no *THE Impact*, por estados da federação, no Brasil, os dados obtidos estão ilustrados na Figura 25, a seguir:



Fonte: Elaborado pela Autora (2022), com base no *THE Impact Ranking*

Assim como no *GreenMetric*, o estado de São Paulo também se destacou no *THE Impact*, com doze IES, seguido por Minas Gerais e Paraná, com sete instituições cada. O Rio Grande do Sul teve cinco IES mencionadas, seguido do Ceará, com três. Os estados do Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina tiveram apenas duas IES mencionadas no *THE Impact*. Nesse caso, o estado fluminense teve participação inferior em relação às cinco IES representadas pelo Rio de Janeiro, no *GreenMetric*, como sistematizado no Quadro 22, a seguir, sobre a relação entre a representação estadual e os três dispositivos adotados na pesquisa:

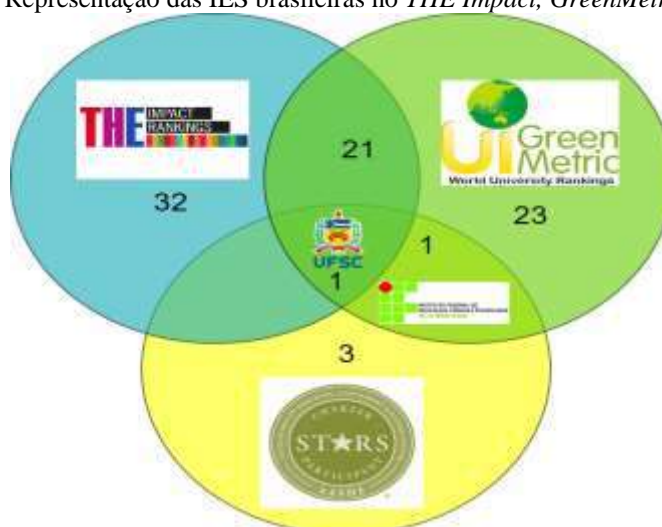
Quadro 22: Representações de IES brasileiras por estados, nos dispositivos analisados

Ranking/UF	SP	MG	PR	RS	RJ	PE	SC	RN	CE	ES	1 ocorrência/UF	Total
<i>GreenMetric</i>	10	7	5	5	5	2	2	2	1	0	6 (AM, BA, GO, MA, MS, PA)	45
<i>THE Impact</i>	12	7	7	5	2	2	2	1	3	2	10 (AM, BA, MA, MS, PA, DF, PB, PI, SE, TO)	53
STARS	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3 (PB, BA, PA)	5

Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

Apesar do resultado aparentemente semelhante nos dois *rankings* sobre a representação das IES por estados brasileiros, foi observado, no mapeamento realizado, que as IES não são as mesmas. Assim, para que seja possível conhecer o universo total de IES participantes nos dispositivos analisados, o *Diagrama de Venn* pode ilustrar a relação entre as instituições mencionadas nos três dispositivos. Dessa forma, é possível identificar as IES participantes de um ou mais dispositivos, conforme sistematizado na Figura Esquemática 26, a seguir:

Figura 26: Representação das IES brasileiras no *THE Impact*, *GreenMetric* e STARS



Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

Essa Figura ilustra que apenas 21 IES são mencionadas tanto no *GreenMetric* quanto no *THE Impact*. E ainda que o *GreenMetric* tenha sido criado em 2010 (com 12 edições até o momento), a quantidade de IES participantes apenas do *THE Impact* (publicado uma década depois, em 2019, com apenas 4 edições), é bem maior (32 IES) do que as participantes apenas do *GreenMetric* (23 IES). Com relação ao STARS, três IES estão registradas apenas nesse dispositivo, sendo o *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais* (IFSULDEMINAS) coincidente somente com o *GreenMetric*. A única instituição mencionada nos três dispositivos analisados foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vale ressaltar que essa foi também a IES que sediou o *19º Colóquio Internacional de Gestão Universitária*²²⁰ (CIGU), em novembro de 2019, em Florianópolis, adotando como tema central “Universidade e Desenvolvimento Sustentável”²²¹.

A Figura 35 ilustra, ainda, o número total de 80 IES mencionadas nos três dispositivos analisados, e, portanto, sintonizadas, de alguma forma, com a temática da sustentabilidade. Cada qual com suas particularidades, mas todas com potencial para ampliar suas experiências de intercâmbio umas com outras. Diante da necessidade, cada vez maior, de compartilhar essas práticas entre as IES brasileiras, esses dados apontam a dimensão do campo a ser ainda alcançado no Brasil.

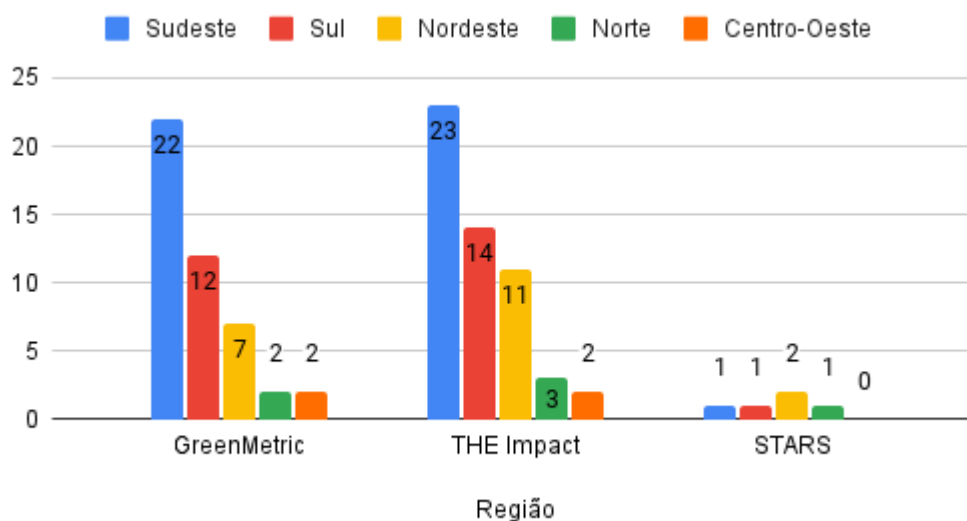
E entre as 80 instituições mapeadas, quanto à representatividade das regiões brasileiras, o Sudeste se destaca nos *rankings GreenMetric* e *THE Impact*, seguido da Região Sul do país. O Nordeste teve destaque no STARS, sendo a única região com duas ocorrências

²²⁰ Informações disponíveis em: <<https://cigu2019.ufsc.br/>> Acesso em 06 mai. 2022.

²²¹ A participação da pesquisadora nesse evento (registrada na lista do Apêndice A) possibilitou um intercâmbio de experiências nacionais e internacionais dirigidas à gestão universitária e à educação superior, voltadas ao compartilhamento de práticas sustentáveis em IES.

nesse dispositivo. As Regiões Norte e Centro-Oeste, por sua vez, tiveram menor representação, conforme ilustrado na Figura 27, a seguir:

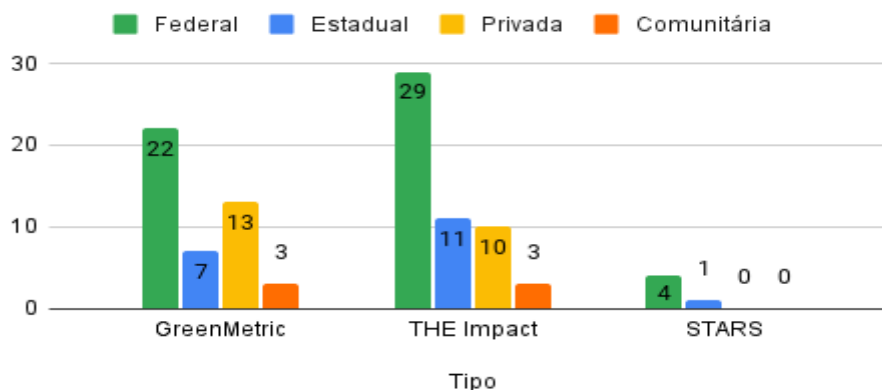
Figura 27: Representação das IES de referência em sustentabilidade, por região do Brasil



Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

E no universo de 80 IES mapeadas, buscou-se sistematizar o mapeamento realizado pelas categorias de IES: federais; estaduais; privadas; e, comunitárias, conforme ilustrado na Figura 28, a seguir:

Figura 28: IES brasileiras de referência (federais, estaduais, privadas ou comunitárias)



Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

Considerando o levantamento de 156 IES públicas existentes no Brasil – 109 Federais (69 universidades, 38 IFs e 2 CEFETs), 41 Estaduais, 5 Municipais e 1 Distrital – no mapeamento foi identificado um destaque das Federais nos três dispositivos. As Estaduais, na sequência, tiveram maior recorrência no *THE Impact* e no *STARS*, assim como ocorreu com as IES privadas no *GreenMetric*,

Entre as instituições estaduais, duas importantes universidades públicas mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo – Universidade de São Paulo (USP) e, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – figuraram nos *rankings* com destaque.

A USP, em 2021 integrou o TOP 10 do *GreenMetric*, e, se mantém entre as 100 mais sustentáveis, no *THE Impact*. A identificação da USP como um dos destaques nacionais converge com um resultado obtido na pesquisa bibliográfica, a partir da publicação intitulada *Sustentabilidade na USP* (LEMOS et al., 2018). Essa obra sintetiza as ações ambientais, projetos piloto e políticas de sustentabilidade desenvolvidas na instituição, além do posicionamento oficial da USP no cenário internacional, no contexto das principais organizações sintonizadas com o compromisso de promoção de sustentabilidade em universidades, no plano global.

A Unicamp, por sua vez, apesar de somente ter iniciado a sua participação no *GreenMetric* em 2019, vem se posicionando entre as cem primeiras IES em todas as suas edições (80º em 2019; 100º em 2020; e, 65º em 2021). Vale ressaltar o fato de a Unicamp ter sediado o 4º *Workshop Nacional do Ranqueamento Mundial UI GreenMetric para Universidades Brasileiras*²²², em 2020, voltado à integração da dimensão de sustentabilidade à agenda das IES, tanto em termos de planejamento estratégico como em ensino, pesquisa, extensão e, no plano da gestão.

Incorporando apenas nos últimos anos o *THE Impact*, a Unicamp enviou o relatório somente para a edição de 2022. No entanto, a sua colocação (no intervalo entre 101-200, conforme sistema de classificação do *THE Impact*) indicou o seu destaque em relação à maioria das IES brasileiras nesse *ranking* global, cujos indicadores estão baseados nos ODS. Mas a Unicamp já havia iniciado o seu engajamento com a Agenda 2030 anos antes, na ocasião do evento de recepção de estudantes, em 2019 (Apêndices A e B).

Assim, a *Calourada da Unicamp* passou a adotar, em 2019, a Agenda 2030 como tema central do evento, integrando docentes, discentes e funcionários da instituição, em torno desse debate. Os 17 ODS foram materializados por meio de atividades lúdicas, dinâmicas e práticas, para sensibilizar o corpo social da instituição sobre a importância da territorialização dessa agenda global ao contexto local, com o objetivo de territorializar o debate e, inserir a temática na formação acadêmica e nas práticas institucionais.

²²² Links de transmissão do evento disponíveis em: Dia 1: <<https://youtu.be/564XUATpkc8>> e Dia 2: <<https://youtu.be/cDAGfs-q1I8>>. Anais do evento disponível em: <https://www.depi.unicamp.br/wp-content/uploads/2020/10/ANAIS_NWGM.pdf>.

Na ocasião, ocorreu, também, uma programação especial para a recepção de ingressantes oriundos do 1º Vestibular indígena da Unicamp. Realizado em cinco cidades dos estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e São Paulo, esse exame inédito de ingresso buscou “ampliar a interlocução da universidade pública comprometida com o desenvolvimento da sociedade brasileira” (SANGION, 2018). Com 611 inscritos, de 23 etnias diferentes, um dos 68 aprovados afirmou: “Sou militante de movimentos sociais, gosto de ler e de criticar. Gosto de desafios e lutei muito para estar aqui”. Também por essa razão, Lauretti (2019) reafirma que as políticas de vestibular indígena e de cotas para pessoas negras representam uma conquista, “um elo com um passado difícil”.

Entre as poucas instituições privadas e comunitárias mapeadas entre as IES brasileiras, na presente pesquisa, cinco são as *Pontifícias Universidades Católicas* (PUC), localizadas em Campinas, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sendo, nesse caso, instituições filantrópicas, sem fins lucrativos.

No caso da PUC-Rio, um exemplo de seu envolvimento com a temática da sustentabilidade pode ser representado pela participação na *21ª Conferência do Clima* (COP-21), em Paris, em 2015²²³. A PUC-Rio sedia, ainda, por meio do *Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente* (NIMA), a Secretaria Executiva da SDSN Brasil (*Sustainable Development Solutions Network*, ou Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável). Criada em 2012, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a SDSN Global visa mobilizar o conhecimento científico e tecnológico mundial para promover soluções práticas para o desenvolvimento sustentável, tendo, também, como prioridades a implementação dos ODS e do Acordo de Paris.

Assim, a PUC-Rio se constitui como sede da SDSN Brasil, uma das regionais dessa rede global, lançada em 2014 com o objetivo de propor soluções para o desenvolvimento urbano sustentável, sobretudo voltado ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). A princípio, a atuação da Rede Brasileira parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com o objetivo de expandir-se para todo o país, a médio prazo, orientando-se por metas e indicadores baseados, sobretudo, na Agenda 2030, para o avanço da territorialização dos ODS

²²³ Na ocasião, o Reitor da instituição ministrou uma palestra sobre a *Encíclica Laudato Si'*, distribuindo aos participantes os livretos denominados *Pensamentos Ecológicos do Papa Francisco*. A ministra do Meio Ambiente do Brasil, à época, ressaltou a relevância da Encíclica quanto às questões socioambientais, e o Reitor acrescentou que “não se trata de um documento técnico, é um documento na linha da reflexão filosófica, teológica e social. É mensagem para os católicos, outras religiões e, também, para os não crentes”. Vale ressaltar a identificação desse documento como uma referência para a Ecologia Social. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/reitoria/laudatosi/index.html>> Acesso em 03 mai. 2022.

no país. Atualmente, a SDSN Brasil conta com mais de 40 instituições-membro, e entre estas, a UFRJ²²⁴.

Conforme já discutido anteriormente, vale ressaltar que entre as ações dessa Rede global voltadas ao contexto das IES, a SDSN Austrália/Pacífico publicou o Guia “*Como começar com os ODS nas universidades*”, (SDSN, 2017). E considerando os desafios da Década da Ação, agravados pela emergência climática e as consequências da *Pandemia da Covid-19*, uma nova edição foi publicada, intitulada “*Acelerando a Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas Universidades*” (SDSN, 2020)²²⁵. Essas obras, traduzidas para diversos idiomas, também contou com a versão em português, e contém uma abordagem prática, orientando e demonstrando caminhos e metodologias para implementação dos ODS nas IES, de maneira rápida e em profundidade²²⁶.

Diante dessas referências, vale ressaltar que a sistematização das IES brasileiras nesses três dispositivos internacionais foi, também, realizada em razão da lacuna de instrumentos brasileiros com esse enfoque, à exceção de uma proposta idealizada pela Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o *Instituto Selo Social*. Esse projeto, desenvolvido em 2021, teve por objetivo a criação de uma Tecnologia Social brasileira para estimular a participação das IES brasileiras no alcance das metas da Agenda 2030. A experiência de participar dos cinco Encontros Regionais, e demais atividades envolvidas, realizados para apoiar a criação dessa ferramenta.

Assim, algumas das IES apresentadas como referência nesse tópico também se destacaram nas reuniões para a criação do Selo ODS IES, representam instituições que podem inspirar outras IES brasileiras na busca pelo cumprimento do compromisso de sustentabilidade, ainda que considerando as diferenças locais e regionais inerentes às IES em todo o Brasil.

5.2.2 Brotando ODS em IES no Brasil: Tecnologia Social de raiz nacional

*Mas renova-se a esperança, nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto, pra que a vida nos dê flor e fruto
Coração de estudante, há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo, tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho, espalhados no caminho
Verdes planta e sentimento, folhas, coração, juventude e fé*
(Milton Nascimento e Wagner Tiso. [Coração de Estudante](#). 1983, grifo nosso)



²²⁴ Informações disponíveis em seu website, em pesquisa realizada no mês de julho de 2022.

²²⁵ Disponível em: <<http://sdsnbrasil.nima.puc-rio.br/noticias-e-eventos/sdsn-lanca-nova-edicao-do-guia-acelerando-a-educacao-para-os-ods-nas-universidades/>> Acesso em 03 mai. 2022.

²²⁶ Como complemento, a obra conta com um *website* com exemplos de implementação da “Educação para os ODS” em diversas IES, de vários países do mundo.

Como anteriormente mencionado, ao longo da presente pesquisa, foi evidenciada a necessidade de um olhar ampliado para as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, no contexto de uma leitura territorializada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com esse propósito, o *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030*²²⁷ (GTSC A2030), devido ao seu objetivo de “tornar a palavra acordada em ação efetiva” (GTSC A2030, s.d., online), representa uma importante referência para o cultivo dessa tese. Isso porque, como na inspiração da epígrafe, “há que se cuidar do broto” para que as *mudas de futuros* possam *florescer e frutificar*.

Na busca pela implementação dos ODS no Brasil, o GTSC A2030 foi estabelecido em setembro de 2014 (ainda durante o processo de discussões sobre os objetivos e metas dessa agenda global), e vem atuando, desde então, na mobilização da sociedade civil, no envolvimento político e nos espaços de tomada de decisão com esse direcionamento. Voltado para a difusão, a promoção e o monitoramento dos ODS no contexto brasileiro e, no próprio Sistema ONU, esse GT vem divulgando o impacto dos ODS sobre as pessoas, os territórios e as políticas públicas. Para tal, esse grupo vem sistematizando, analisando e produzindo um importante conteúdo para apoiar ações de controle social, como o denominado *Relatório Luz*, publicado, anualmente, desde 2017.

Considerando a importância da atuação de organizações da sociedade civil para a defesa e o fortalecimento de direitos universais para o combate às desigualdades e às injustiças sociais e, o respeito aos limites do planeta, o GTSC A2030 envolve, aproximadamente, 50 interlocutores, de diferentes setores e instituições, e opera por meio da parceria entre ONGs, movimentos sociais, universidades e demais instituições de ensino e pesquisa, além de diversos fóruns relacionados ao tema em foco.

Nesse sentido, uma das ações do GTSC A2030, no âmbito das IES, no Brasil, envolveu a parceria entre o Programa UnB 2030, o Instituto Selo Social, o Instituto Abaçai Brasil, o Projeto FIB 2030 e, o Projeto de Extensão Roda das Minas. Como resultado desse trabalho conjunto, o *Projeto Selo ODS e as Universidades Brasileiras: Proposta de Tecnologia Social para o fortalecimento do Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para Agenda 2030* foi submetido pelo GTSC a um edital da União Europeia, tendo sido aprovado.

De acordo com Gehre e Martins (2021), buscou-se, com esse projeto, estimular a compreensão sobre as interações entre as pessoas, as instituições, e os ambientes,

²²⁷ Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/>> Acesso em 01 jul. 2022.

considerando a demanda de mudanças de atitudes, valores, práticas e comportamentos, diante do contexto de crise civilizatória. Esse projeto buscou delinear intervenções crítico-propositivas com relação às Metas dos ODS específicas para o Brasil, “historicamente marcado pelas desigualdades econômicas, de gênero e raça, o que é fundamental num contexto no qual, não apenas pela pandemia da Covid-19, observamos o país na vanguarda do retrocesso mundial” (GEHRE; MARTINS, 2021, p. 15).

Com base nesses fundamentos, entre os principais resultados do projeto podem ser mencionados a criação do Selo ODS IES e, a publicação do *Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030: para uma Educação Transformadora*, adotados, na presente tese, para fundamentar o debate sobre o tema, conforme discutido nas páginas a seguir.

Selo ODS IES: encontros regionais como base para construções plurais

O *Selo ODS IES* se constitui como uma certificação criada com o objetivo de estimular a participação efetiva de Instituições de Ensino Superior (IES) no alcance das Metas da Agenda 2030, no Brasil²²⁸. Construída como tecnologia social voltada para o reconhecimento de boas práticas e de soluções desenvolvidas pelas IES envolvidas, essa certificação foi desenvolvida a partir da constatação de que grande parte das IES brasileiras ainda não implementa e nem sistematiza ações e projetos relacionados aos ODS. Portanto, esse Selo adota a premissa do engajamento da comunidade acadêmica em práticas sustentáveis, como uma chave para a sensibilização da sociedade sobre ações efetivas para um mundo mais justo e inclusivo, para todas as formas de vida.

Esse projeto está fundamentado na percepção de que, apesar da inegável contribuição da Agenda 2030 para inspirar caminhos rumo a sociedades sustentáveis, tende a ser ainda essencial transcender objetivos e metas, para que se possa desenvolver ações práticas com esse direcionamento. De acordo com esse projeto, diante das particularidades do Sul Global e, do Brasil, em particular, a metodologia adotada em dispositivos internacionais, como o *THE Impact Ranking*, ainda apresenta limitações para abordar a complexidade dos ODS nas IES brasileiras. Isso porque, segundo informações do projeto, a própria Agenda 2030 precisa ser compreendida de maneira ampliada, para que seja possível inspirar transformações para problemas estruturais do Brasil. Nesse caso, a territorialização e contextualização dos ODS

²²⁸ Disponível em: <<https://www.seloods.org/>>

são fundamentais para abranger as complexas demandas contemporâneas diante das diferenças regionais e institucionais brasileiras (UNB 2030, 2021; SCARANO *et al.*, 2021).

Por essa razão, é importante enfatizar a inovação associada à construção metodológica para a elaboração do Selo ODS IES no Brasil, por meio da realização de cinco Encontros Regionais virtuais, entre março e junho de 2021. Com o objetivo de apreender as diferentes perspectivas relacionadas aos contextos de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tais Encontros proporcionaram a oportunidade para o compartilhamento de experiências entre representantes de IES das diferentes regiões do país. Em busca de uma construção inclusiva e democrática, um dos propósitos relacionados ao projeto foi a formação de uma rede de engajamento, para um exercício coletivo de adequação das Metas associadas aos ODS, no contexto das IES brasileiras.

Considerando as diferenças regionais do país, e entre as próprias IES, essa construção coletiva buscou interpretar as diversas realidades envolvidas, para a criação de indicadores territorializados no contexto nacional e institucional, baseados nos ODS. Assim, esses cinco Encontros Regionais, assim como os três Workshops do Guia de Interseccionalidades, e demais eventos do Projeto Selo ODS IES estão listados no Quadro 23, a seguir, e representaram momentos privilegiados para o intercâmbio de informações sobre a Agenda 2030 no âmbito das universidades, sobre a proposta de criação do Selo ODS IES e sobre a criação do Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030 para uma educação transformadora:

Quadro 23: Eventos relacionados à construção do Selo ODS IES e do Guia de Interseccionalidades

Eventos do Projeto Selo ODS IES	Datas	Temas ou links
1º Encontro Regional Nordeste	29/03/2021	Sensibilizar, implementar e reconhecer
1º Workshop do Guia de Interseccionalidades da Agenda 2030	31/03/2021	Identities, opressões e outros discursos para pensar a Agenda 2030
2º Encontro Regional Centro-Oeste	26/04/2021	Ouvir diferentes perspectivas
2º Workshop do Guia de Interseccionalidades da Agenda 2030	28/04/2021	Decolonialidade, identidades raciais e de gênero, relações de poder e micro-política.
3º Encontro Regional Sudeste	24/05/2021	Discutir e refletir acerca das vivências
3º Workshop do Guia de Interseccionalidades da Agenda 2030	26/05/2021	Consolidação e encerramento
4º Encontro Regional Sul	10/06/2021	Aprimorar ideias
Reunião interna para teste da Plataforma	18/06/2021	Reunião online para discutir o teste na Plataforma
5º Encontro Regional Norte	21/06/2021	Ampliar o comprometimento com a Agenda 2030
Lançamento do Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030: para educação transformadora	17/09/2021	https://www.youtube.com/watch?v=Ku2nwE3Uy3I https://gtagenda2030.org.br/2021/09/17/baixar-o-guia-da-agenda-2030-para-uma-educacao-transformadora/
Lançamento do Selo ODS IES	09/12/2021	https://www.youtube.com/watch?v=ooytNoULWIo
Abertura das inscrições Selo ODS IES	31/08/2022	

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No plano metodológico da tese, a observação direta e a sistematização das informações compartilhadas nesses eventos tiveram por objetivo contextualizar a análise das entrevistas com interlocutores institucionais da UFRJ, conforme será discutido no próximo capítulo. Apesar da participação em todos os eventos listados, apenas o relatório do Encontro Regional Sudeste foi disponibilizado para consulta à/aos participantes, tendo como tema *Construção coletiva, participação democrática, sustentabilidade e exclusividade*. Os relatórios dos demais Encontros, bem como o Relatório Geral do Projeto, até a data da entrega da presente pesquisa, não tinham ainda sido disponibilizados publicamente. Assim, o relatório do Encontro Sudeste foi priorizado, na presente pesquisa, considerando estar no Sudeste o campo empírico da tese.

Entre as IES presentes no Encontro Regional Sudeste, é importante mencionar aquelas pertencentes ao estado do Rio de Janeiro (como a UFRJ, a UFF, a UFRRJ, o IFRJ e a Unigranrio). Do estado de São Paulo, participaram da iniciativa universidades públicas federais e estaduais (como USP, Unifesp, UNESP e UFSP) e universidades particulares (como FACAMP e UNISO). No caso de Minas Gerais, institutos federais (como IFSULDEMINAS, IF Sudeste MG, IFMG e IFTM) e universidades públicas (como UFMG e UNIFAL) representaram o conjunto de IES no evento (UNB 2030, 2021). Não houve o registro da participação de IES do Espírito Santo nesse Encontro.

Importante mencionar que todos os debates promovidos nos Encontros Regionais foram intermediados por meio de plataforma digital, o que possibilitou a formação de grupos, com pontos focais em cada sala virtual, para conduzir e dinamizar a discussão. Para isso, foram propostas três perguntas orientadoras, também adotadas na presente pesquisa como eixos centrais de análise: a) Quais as oportunidades para a implementação dos ODS em sua IES/território? b) Quais os desafios a serem enfrentados com esse direcionamento? c) O que poderia ser feito para mudar a situação? Assim, as principais reflexões decorrentes do debate estão sistematizadas nos tópicos, a seguir.

A) Compartilhando oportunidades: as vias para a adoção dos ODS em IES

Nos debates realizados durante os Encontros Regionais, foram identificadas inúmeras oportunidades para a implementação dos ODS em IES, no caso brasileiro. Inicialmente, a própria inserção da Agenda 2030 como eixo orientador de políticas institucionais, tais como o *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)* e o *Plano Diretor*, por exemplo, representa um caminho reconhecido para a integração dessa agenda global ao contexto institucional. Entre as

experiências compartilhadas, a Agenda 2030 já integrava, por exemplo, naquela ocasião, o PDI da USP e da UNIFAL-MG. Ainda tiveram casos em que os ODS se expressam apenas pontualmente, ou inseridos de maneira geral, entre tópicos voltados para sustentabilidade no PDI, como a UFRJ e o IFSULDEMINAS. Na Unifesp, por sua vez, os ODS estavam em processo de inserção *a posteriori* ao PDI, de modo a complementar o documento institucional já publicado. O IFMG ainda não vinculou os ODS ao PDI, e a UFMG estava se mobilizando para incorporar essa agenda global em suas políticas institucionais (UNB 2030, 2021).

Outro caminho possível, com esse direcionamento, está voltado para a criação de comissões responsáveis pela implementação dos ODS nas IES. Isso porque o estabelecimento e o gerenciamento dessas práticas associadas à estratégia organizacional têm sido realizados por meio de comissões específicas, como, por exemplo, a *Superintendência de Gestão Ambiental* (SGA), na USP; as comissões responsáveis pela Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), *Plano de Logística Sustentável* (PLS) e pela Coleta Seletiva Solidária, no IFRJ; e a Comissão Gestora do PLS, no IFSULDEMINAS. Além dessas comissões, a Cátedra Sustentabilidade²²⁹, da Unifesp, tem como objetivo a sistematização das práticas institucionais, em parceria com o Escritório de Dados Estratégicos (EDADOS), que desenvolve ações voltadas ao preenchimento de *rankings* (UNB 2030, 2021). Esse gerenciamento de informações nas IES, pode, também, representar uma importante oportunidade para o aprimoramento de práticas sustentáveis. E, tanto os *rankings* (*THE Impact* e *GreenMetric*), como os relatórios de sustentabilidade (PLS, A3P²³⁰, Relatório de Gestão Anual) representaram importantes ferramentas adotadas para sistematizar esse tipo de ação. Os canais oficiais de notícias institucionais e, o banco de dados referente às ações de Extensão foram, também, mencionados como caminho para o mapeamento e dimensionamento dessas iniciativas em curso.

Com relação aos benefícios potenciais do Selo ODS IES para as instituições, foram mencionadas a ampliação de sua visibilidade e de seu reconhecimento voltados ao seu desempenho no campo da sustentabilidade. E, também, para a sensibilização e o incentivo à participação do seu corpo social no processo, valorizando as práticas sustentáveis nas instituições em foco. Por essas razões, esse selo vem sendo interpretado como uma via potencial para viabilizar devolutivas acessíveis à sociedade sobre as ações engajadas da

²²⁹ De acordo com informações durante o Encontro, a Cátedra Sustentabilidade, da Unifesp, estava ainda em fase de implantação, tendo a elaboração desse mapeamento de práticas institucionais associadas à Agenda 2030 como uma de suas demandas prioritárias.

²³⁰ Os dados da A3P são sistematizados na plataforma RESSOA.

universidade, favorecendo a sua “imagem organizacional”, por meio da integração dos ODS às políticas institucionais e às atividades desenvolvidas nas IES (UNB 2030, 2021).

Como tecnologia social essencialmente brasileira, a partir do reconhecimento das diversidades regionais de um país continental, o Selo ODS IES parece representar uma ferramenta potencial para promover a sistematização das informações com esse objetivo nas IES brasileiras. E assim, contribuir para ampliar as parcerias locais, regionais e nacionais, transpondo os muros das universidades, visando à territorialização da Agenda 2030.

B) Desafios e resistências para a implementação do Selo ODS

Diante das potencialidades reconhecidas para o Selo ODS IES, mencionadas anteriormente, alguns desafios são, também, voltados ao enfrentamento de possíveis dificuldades para sua implementação, principalmente em função das resistências institucionais a mudanças necessárias. Sendo assim, o comportamento do corpo social das instituições de ensino e a cultura organizacional são questões essenciais a serem consideradas nesse contexto. A necessidade de articulação estratégica entre as ações nos campi, para o gerenciamento de iniciativas sustentáveis, em IES com extensa população, foram recorrentemente apontados como desafios a serem transpostos com esse objetivo. Vale ressaltar o cenário preocupante de escassez orçamentária, por conta dos progressivos cortes de verbas dos últimos anos, por agências federais vinculadas aos Ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia.

Esse contexto crítico tende a potencializar resistências do corpo social das IES, já sobrecarregado com as demandas excessivas de trabalho, acúmulos de funções, agravadas pelo contexto da *Pandemia da Covid-19*. Assim, pode haver resistência de alguns quanto às demandas de preenchimento de informações sobre o processo na Plataforma Selo ODS IES, se este for compreendido como mais uma tarefa burocrática a ser cumprida, com a exigência de mais relatórios técnicos a serem elaborados. A percepção equivocada de que o alcance dos ODS representa apenas um objetivo “externo”, sem um corpo social engajado, se constitui como uma outra fonte potencial de resistência na busca por caminhos sustentáveis, no horizonte do marco de 2030 (UNB 2030, 2021).

Além do desafio do engajamento do corpo social no processo, foi, também, identificada nos Encontros Regionais a falta de apoio administrativo, que dificulta a integração das práticas sustentáveis já realizadas nas IES, mas ainda implementadas de maneira isolada das demais. Os problemas na comunicação interna e na divulgação das ações relativas à Agenda 2030 tendem a prejudicar a internalização dos preceitos da Agenda 2030 à

cultura organizacional, e aos documentos e às políticas institucionais estratégicas. Cabe mencionar, ainda, a dificuldade de vincular os ODS à prática cotidiana, buscando transcender apenas a teoria e as justificativas de projetos que se dizem alinhados às Metas dessa agenda global (UNB 2030, 2021).

O alinhamento na Reitoria, nas políticas institucionais e nos orçamentos representaram, também, uma possibilidade de caminho para contribuir com a gestão nesse processo de implementação, adotando a Agenda 2030 como eixo central. Assim, uma lacuna clara a ser equacionada diz respeito à falta de um diagnóstico de base para orientar a definição de estratégias institucionais, e a ausência de uma cultura de registro de dados nas IES, tende a prejudicar, também, o estabelecimento de metas para orientar as práticas da gestão (UNB 2030, 2021).

C) Imaginando alternativas para o aprimoramento de ações sustentáveis

No intuito de imaginar e propor sugestões para o aprimoramento de práticas sustentáveis em IES, a criação de redes, grupos de trabalho e pontos focais regionais representam importantes iniciativas para a ampliação e promoção de diálogos e compartilhamentos de experiências. Com uma agenda pré-estabelecida, esses encontros podem envolver ações de capacitação, além do apoio pedagógico voltado ao corpo social. E, ainda, envolver, nesses espaços, estudantes bolsistas e, graduados, que não tiveram oportunidades de atuar com pesquisa e extensão durante a graduação.

Mas para além de uma certificação, tal como o Sistema STARS (analisado nos tópicos anteriores desse capítulo), entre as sugestões para o aprimoramento do dispositivo, está a de que o Selo ODS IES poderia se orientar por indicadores que permitissem uma classificação em formato de *ranking*. Por meio da vinculação das Metas dos ODS a cada indicador ou ação do PDI, e às práticas da A3P, por exemplo, a Agenda 2030 poderia se tornar uma base para inspirar ensino, pesquisa, extensão e gestão em cada IES engajada nesse processo.

No plano acadêmico, os ODS poderiam orientar, ainda, currículos, projetos pedagógicos e planos de cursos de graduação e pós-graduação, de maneira transversal. As disciplinas transversais poderiam, por exemplo, contribuir para a reflexão crítica sobre temas complexos, tais como direitos humanos, questões socioambientais, ética nas relações sociais e desafios para a superação das desigualdades, essenciais no contexto brasileiro. Essas iniciativas poderiam, ainda, contribuir para sensibilizar e engajar o corpo social e as

comunidades do entorno das IES, ampliando a visibilidade de projetos existentes, viabilizando, ainda, trocas para promover novas iniciativas como resultado da adesão.

Quanto à comunicação institucional, a implementação da Agenda 2030 poderia contribuir para a divulgação à comunidade acadêmica e administrativa de práticas sustentáveis já realizadas pelas IES, visto que muitas dessas ações não são reconhecidas como parte do esforço institucional para o alcance dos ODS. Além disso, a sugestão sobre a adoção de uma linguagem de Comunicação para a Paz em campanhas publicitárias, eventos e materiais que resultam das ações das IES, poderia reforçar o papel da comunicação assertiva nesse contexto. Isso porque,

para que a Agenda 2030, um plano de ação internacional com dimensões transversais e aspectos complexos que causam rupturas em estruturas de poder-resistência, seja implementada, a comunicação precisa além de coordenar todas as atividades apresentadas num canal sistemático de comunicação e informação, garantir que os públicos e atores tenham participação e exerçam uma cidadania comunicativa (VERONEZI, 2021, p. 59, grifo nosso)²³¹.

Para contribuir com a construção dessa “cidadania comunicativa”, o engajamento do corpo social e das comunidades envolvidas em eventos acadêmicos, artísticos e culturais relacionados à Agenda 2030 tende a ser fundamental²³².

Outro ponto de reflexão discutido nesse encontro foi a necessidade de se inserir, na leitura da Agenda 2030, as ações e a difusão de informações sobre as Ações Afirmativas, e em especial dos *Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* (NEABIs)²³³. Os desdobramentos da questão racial, reconhecida como problema estrutural no Brasil, assim como a necessidade de garantia dos direitos de povos originários e comunidades tradicionais, que vem sendo sistematicamente ameaçados, foram mencionados de maneira recorrente. Tendo em vista a importância desse tema,

²³¹ Trecho do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências da Comunicação, de um dos bolsistas do Projeto Selo ODS IES.

²³² Tendo os ODS como eixo inspirador para a ação institucional, um importante evento nesse sentido foi o evento de recepção de estudantes da Unicamp, em 2019, que teve importante papel para sensibilizar o corpo social da instituição e os estudantes ingressantes, em particular, sobre temáticas relacionadas à sustentabilidade, no início da vida acadêmica, servindo como inspiração para escolhas futuras e, trajetórias acadêmicas/profissionais. Importante mencionar, ainda, entre os intercâmbios de experiências durante os debates em grupos no Encontro Regional Sudeste, o relato da representante de uma IES de Minas Gerais sobre os projetos de sua instituição com foco, principalmente, no ODS 3 (saúde e bem-estar). O papel social dessa universidade foi fundamental no apoio às comunidades vulnerabilizadas no contexto dos crimes socioambientais ocorridos em Mariana-MG e Brumadinho-MG, e vem se destacando na região, por conta da geração de recursos para a redução dos prejuízos causados às famílias afetadas.

²³³ Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) têm o objetivo de promover estudos e ações sobre as relações étnico-raciais na instituição educacional, com base nas Leis Nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, e o Ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas.

Os ODS não podem ser a única métrica de ação sustentável, pois eles também possuem limitações e direcionar toda a agenda da Universidade para obtenção de selos ou bons posicionamentos em *rankings* pode gerar distorções e engessar a autonomia e a definição de políticas públicas (UNB 2030, 2021, p. 11).

Por essa razão, a proposta para atender a essa lacuna já havia sido discutida no *Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade* (CABRAL; GEHRE, 2020), obra publicada no ano anterior por um dos coordenadores do *Projeto Selo ODS IES*. Nessa publicação, foram propostos três ODS complementares, no caso brasileiro, além dos 17 pactuados no plano global: Igualdade Racial (ODS 18); Arte, Cultura e Comunicação (ODS 19) e Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (ODS 20). Além da inclusão desses três ODS no debate, uma releitura crítica e propositiva dos 17 ODS da Agenda 2030 tende a ser, também, essencial, considerando as especificidades do Sul Global, e do Brasil, em particular.

Vale ressaltar que a proposta de ampliar os ODS aos *Objetivos de Bem Viver* (OBV), discutidos no capítulo anterior, tende a ser um caminho promissor sobre projeções de futuros possíveis, em diálogo com demais cosmovisões, indicando caminhos a serem trilhados no presente, rumo ao pós-2030 (HIDALGO-CAPITÁN *et al.*, 2018).

Interseccionalidades e transversalidades nas universidades brasileiras

Manifesto: Á todas as pessoas que atuam com amor e cuidado pela educação. Principalmente a quem dá vida às Instituições de Ensino Superior preenchendo de significado o papel social das IES na busca por um país mais justo e equitativo, sem deixar ninguém para trás (GEHRE, MARTINS, 2021, p. 27)

Tendo esse manifesto como dedicatória, e com base em uma leitura crítica e propositiva dos ODS, o *Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030: para uma Educação Transformadora*²³⁴ (GEHRE; MARTINS, 2021), se constitui como um resultado direto do *Projeto Selo ODS IES*. Tendo como inspiração os três *Workshops para o Guia de Transversalidades e Interseccionalidades*, promovidos pelo *Projeto de Extensão Roda das Minas - políticas públicas para meninas* e o *Programa UnB 2030*, no primeiro semestre de 2021, essa publicação foi construída como uma estratégia para a divulgação científica inclusiva, a ser promovida em espaços de ensino formal (ambiente acadêmico e escolar) e não-formal (museus e centros de ciência, por exemplo).

De acordo com o glossário dessa publicação voltada para uma educação transformadora, *Interseccionalidade* se refere a uma “ferramenta metodológica que se propõe

²³⁴ Publicação disponível em <<https://gtagenda2030.org.br/2021/09/17/baixar-o-guia-da-agenda-2030-para-uma-educacao-transformadora/>> Acesso em 01 jul. 2022.

a refletir questões sociais a partir da ideia de inseparabilidade estrutural das opressões (...) não há primazia de uma opressão sobre a outra, mas que estas se retroalimentam” (GEHRE; MARTINS, 2021, p. 64). E, *Transversalidade*, segundo o glossário dessa obra, se constitui como “um instrumento de aprendizagem com o objetivo de contextualizar temas e questões sociais a partir de analogias. Permite a identificação de origens, causas e consequências de diversas problemáticas sociais de forma real” (GEHRE; MARTINS, 2021, p. 64).

Tendo essas duas premissas conceituais como base, esse *Guia da Agenda 2030* foi elaborado com o objetivo de representar uma lente para a compreensão abrangente sobre a Agenda 2030. A conexão dos ODS às diferentes realidades sociais pretende contribuir para a melhoria na qualidade de vida da população, para identificar falhas em políticas públicas e mobilizar o coletivo para o alcance das metas. Isso porque, a sociedade brasileira se caracteriza por meio de marcadores de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, entre outras nuances que devem ser consideradas na análise de Objetivos e Metas da Agenda 2030.

A perspectiva da interseccionalidade consiste em compreender as intersecções das identidades e marcadores sociais, criando, assim, uma correlação entre dimensões que, apesar de terem características distintas, se interseccionam por conta de seus processos históricos, que geram opressões multifacetadas. Dentro disso, a lógica transversal vem com a finalidade de atravessar e conectar essas múltiplas realidades a fim de promover uma construção coletiva para a formulação e implementação de políticas públicas. Resumidamente, a transversalidade é a atuação concreta para que a interseccionalidade cumpra seu papel (GEHRE; MARTINS, 2021, p. 25).

Essa publicação incorpora, também, os três ODS propostos no *Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade*, definidos para abarcar algumas das lacunas reconhecidas nesse pacto global no contexto brasileiro, como mencionado anteriormente. Assim, a institucionalização brasileira da Agenda 2030, por meio dos ODS 18, 19 e 20, e da adoção do *Guia de Interseccionalidades*, visa, ainda, contribuir para orientar o trabalho de pesquisa, ensino, extensão e gestão nas IES. Isso porque é fundamental o esforço de integração de:

conhecimentos e produções científicas institucionalizados aos saberes tradicionais e tecnologias ancestrais de manejo do solo, relação com a natureza e manutenção de águas e biomas. Enquanto não descolonizarmos nossas epistemologias, estaremos perdendo valiosas possibilidades de aprendizado (GEHRE; MARTINS, 2021, p. 28).

Nessa perspectiva inclusiva, e considerando a potência desse diálogo de saberes e fazeres, o evento²³⁵ *online* para o lançamento do *Guia de Interseccionalidades* ocorreu, em setembro de 2021, junto à *Campanha Desenvolvimento Sustentável sob o Olhar das*

²³⁵ Evento de lançamento disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Ku2nwE3Uy3I>>

*Juventudes*²³⁶, ambos promovidos pelo GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030. Esse evento virtual buscou ampliar o debate sobre esse tema, considerando que:

é preciso capacitar os cidadãos para serem produtores de informações que possibilitem um diálogo participativo, incentivando que o processo de deliberação seja integrativo. Só no contato com essas diversidades existentes de realidades, garantidos pela integratividade do processo, na segurança da pluralidade de condições de acessibilidade e vulnerabilidades, que se pode de fato ter efetividade visto o grau impacto que a Agenda 2030 proporciona (VERONEZI, 2021, p. 57).

Assim, Gehre e Martins (2021, p. 27) reconhecem ser urgente a criação de estratégias para a mobilização da sociedade, considerando a lente interseccional, para promover ações transversais, na busca por uma construção coletiva de um mundo que respeite todas as diferentes formas de vida, “expandindo oportunidades e possibilitando sonhos”.

A territorialização pretendida dos ODS no contexto brasileiro tende a permitir um olhar mais sensível sobre as relações políticas, econômicas, sociais e culturais envolvidas na temática da sustentabilidade no plano das IES. Assim, busca-se, também, possibilitar caminhos para a promoção de uma educação voltada para a autonomia e a emancipação – e, por extensão, uma sociedade – mais consciente e democrática diante dos desafios globais cada vez mais complexos, para os quais soluções urgentes são necessárias.

Mas para isso, é fundamental se conhecer a realidade do tempo presente. Assim, os *Relatórios Luz*, produzidos pelo GTSC A2030, podem “iluminar” a leitura das matérias jornalísticas dirigidas ao contexto da Educação Pública Superior no Brasil, como será discutido, a seguir.

5.3 Iluminando os inúmeros desafios nacionais para nutrir a esperança

A luta pela esperança significa a denúncia franca, sem meias-palavras, dos desmandos, das falcaturas, das omissões. Denunciando-os, despertamos nos outros e em nós a necessidade, mas o gosto também, da esperança.
(Paulo Freire. *À sombra desta mangueira*. 2015, p. 215)

No ciclo de vida das plantas, a luz solar se constitui como o fator mais importante para a fotossíntese, processo desenvolvido para a transformação de energia luminosa em energia química, para a produção de seu próprio alimento. A ilustração desse processo de nutrição se traduz, nesta etapa da pesquisa, pelas edições do *Relatório Luz* do *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 no Brasil* (GTSC A2030). Publicadas, anualmente, desde 2017, as seis edições desse relatório inspiram a pesquisa para iluminar a análise do

²³⁶ Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/2021/09/30/acesse-o-material-da-campanha-institucional-desenvolvimento-sustentavel-sob-o-olhar-das-juventudes/>> Acesso em 11 jul 2022.

contexto da educação superior brasileira, no sentido de uma “luta pela esperança”, como proposta por Paulo Freire (2015), na epígrafe.

No processo de construção desta tese, as referidas publicações foram consultadas como complemento à imersão no debate realizado sobre sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES), no horizonte da Agenda 2030 (ONU, 2015). Nesse contexto, se compreendeu ser impossível desconsiderar o insustentável panorama sociopolítico da educação pública no Brasil, no período de realização da presente pesquisa (2018-2022).

Como ilustração clara desse panorama, na edição do *V Relatório Luz*, de 2021, por exemplo, foi constatado que, com a transição do governo federal, no contexto das Instituições públicas de Ensino Superior no Brasil, “desde 2019 o corte acumulado soma 25% do orçamento das instituições” (GTSC A2030, 2021, p. 32). Assim, a partir de 2019, notícias como essa vêm ganhando destaque na mídia nacional e global.

Essa constatação motivou a realização de um mapeamento de matérias jornalísticas sobre a situação do ensino superior, no Brasil, com o objetivo de se apreender a realidade do tempo presente, no contexto da educação pública, para que seja possível projetar perspectivas de futuros desejáveis, a partir dos resultados obtidos na tese.

O cenário preocupante enfrentado, atualmente, pelo país, em razão do contexto de instabilidade política, e suas repercussões em todos os setores, dentre os quais, a educação pública e, conseqüentemente, nas IES, foi enfatizado na apresentação do *VI Relatório Luz*, de 2022. A publicação, que teve como título “Brasil, 2022: na vanguarda do retrocesso”, destacou a “realidade gravíssima” em que o país se encontra, considerando o “contexto de crise sanitária e climática de ordem global, o aumento da pobreza, da fome, da perda de biodiversidade e da qualidade de vida no Brasil” (GTSC A2030, 2022, p. 4). E ainda, “como alertamos desde 2017, o pior já aconteceu: chegamos em 2022 com 33 milhões de pessoas sem comida e com a vergonhosa volta do país, uma potência global na produção de alimentos, ao Mapa da Fome” (Ibid), em referência ao ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável).

Vale enfatizar que, na apresentação do *V Relatório Luz*, já havia sido ressaltado que “não há uma meta sequer com avanço satisfatório” (GTSC A2030, 2021, p. 4) entre os 17 ODS analisados no documento. Foi destacado, ainda, que “a educação superior (meta 4.b²³⁷) vem sendo afetada pelos desmontes e a meta segue em retrocesso” (GTSC A2030, 2021, p. 32).

²³⁷ Meta 4.b “Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos (...)”.

No ano seguinte, a análise dessa mesma Meta, foi assim apresentada:

“A meta 4.b (...) manteve-se em retrocesso. O corte acumulado do orçamento das instituições entre 2019 e 2021 foi de 25%, colocando diversas delas sob ameaça de fechamento. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) tiveram vetos no valor de R\$ 12 milhões e R\$ 9 milhões, respectivamente (GTSC A2030, 2022, p. 28)”.

Diante desse panorama preocupante, e para oferecer uma visão geral sobre esse contexto, foi realizado um acompanhamento das notícias publicadas em trinta mídias digitais brasileiras sobre a educação superior pública no Brasil, de modo a manter a atualização dos argumentos da pesquisa. Ainda que sem a pretensão de se esgotar o tema, pela dimensão e complexidade do debate em foco, esse levantamento exploratório buscou complementar o levantamento bibliográfico e documental realizado, conforme descrito no capítulo de Metodologia da tese.

Considerando o contexto de turbulência político-institucional do país, mencionado anteriormente, se buscou interpretar como essa questão vem sendo apreendida na mídia nacional. Para tal, nesse universo de publicações, decorrente de 70 matérias jornalísticas, veiculadas por 30 mídias digitais brasileiras, 48 matérias estão associadas a veículos de comunicação de massa, onze reportagens são de mídias de produção independente, sete notícias publicadas em portais de universidades e instituições científicas, além de quatro matérias publicadas em *websites* governamentais (APÊNDICE C).

Conforme detalhado no capítulo de metodologia, esse exercício foi realizado por meio da ferramenta de busca *Google Notícias*, com as palavras-chave: universidade; ensino superior; educação superior; educação pública; e, educação no Brasil, tendo como recorte temporal o período entre janeiro de 2019 (início do atual governo) e julho de 2022 (finalização da pesquisa)²³⁸.

A análise crítica desse mapeamento foi realizada à luz das seis edições do *Relatório Luz*, publicadas pelo GTSC A2030, entre 2017 e 2022, com base em cinco eixos temáticos – cortes orçamentários; instabilidade ministerial na educação brasileira; democratização do ensino superior; ataques às universidades; e, o destaque das IES em *rankings* internacionais. Os dados obtidos nessa análise estão resumidos, a seguir.

A) Cortes orçamentários num cenário de turbulência político-institucional

²³⁸ Para a seleção das matérias, se buscou diversificar os veículos, de modo a abranger a maior representatividade midiática possível, ainda que, diante da repercussão dos fatos ocorridos, uma mesma notícia tenha sido veiculada por diferentes mídias. E os eixos analíticos foram definidos *a posteriori*, a partir dos resultados obtidos com a análise das principais notícias repercutidas na mídia, no período analisado

Um dos temas de maior recorrência na cobertura jornalística pesquisada foi o corte de verbas públicas para a educação superior (Ref. 3, 5, 7, 8, 10, 22, 25, 35, 36, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 60, 62). Importante mencionar que o *V Relatório Luz*, em um alerta sobre o impacto do desmonte na educação pública no ensino superior, ressalta os prejuízos diretos ao desempenho das Metas do ODS 4 (Educação de Qualidade). Nessa publicação, foi mencionado que, “no ensino superior a execução financeira, em 2020, foi de R\$ 34 bilhões, contra R\$ 38 bilhões em 2016, valor já considerado baixo em relação a anos anteriores” (GTSC A2030, 2021, p. 30). Segundo essa fonte:

Desde 2019 o corte acumulado soma 25% do orçamento das instituições. O corte foi de mais de 18% no orçamento de custeio das universidades federais. Somado aos cortes acumulados desde 2019, a redução de 25% no orçamento nos últimos dois anos e o orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), responsável pela maioria das bolsas de graduação e pós-graduação caiu 50% entre 2015 e 2019 - de R\$ 9 bilhões para R\$ 4,5 bilhões (GTSC A2030, 2021, pp. 32-33).

Mas vale ressaltar que os alertas sobre esses cortes orçamentários vêm sendo ressaltados desde o *II Relatório Luz*, publicado em 2018. Com relação à Meta 12.a²³⁹ da *Agenda 2030*, foi, também, evidente a redução no investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) “por conta da crise política e econômica dos últimos anos, tanto em âmbito privado como público. Exemplos disso foram os cortes orçamentários do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em 44% em 2017” (GTSC A2030, 2018, p. 57).

Considerando a interdependência entre educação e cultura, na edição do Relatório do ano seguinte (2019) foram discutidas, ainda, as consequências e os prejuízos desses cortes orçamentários na proteção do patrimônio natural e cultural, conforme demanda da Meta 11.4²⁴⁰ da *Agenda 2030*. A extinção do Ministério da Cultura, e sua transferência ao Ministério da Cidadania, apesar do acúmulo de responsabilidades, foi afetada com um contingenciamento de recursos, ameaçando a salvaguarda de prédios históricos e acervos culturais e naturais. No Relatório Luz de 2019, foi mencionado que esses “ataques já atingiram, com incêndios, o **Museu Nacional**, o **Palácio Universitário (ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro)** e a Cinemateca Brasileira em São Paulo” (GTSC A2030, 2019, p. 53, grifo nosso).

²³⁹ Meta 12.a “Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo à padrões mais sustentáveis de produção e consumo”.

²⁴⁰ Meta 11.4 “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

No caso do Museu Nacional, esse corte no orçamento fica ainda mais discrepante considerando o levantamento da ONG Contas Abertas, especializada em acompanhar os gastos do governo, por exemplo. De acordo com um cálculo dessa ONG, o investimento no Museu Nacional, no ano de 2018, equivale, por exemplo, a menos de 15 minutos de gastos do Congresso Nacional em 2017. A comparação com o Poder Judiciário fica ainda mais desfavorável, pois a verba do Museu, em 2018, seria capaz de manter a máquina judiciária funcionando por menos de 2 minutos em 2017. Outra comparação pode ser feita com a verba para a reforma de seu vizinho, o estádio do Maracanã, nos preparativos para a Copa de 2014, sendo o total gasto 5.022 vezes maior que o investimento no Museu Nacional até setembro de 2018 (SHALDERS, 2018).

Vale ressaltar, nesse contexto, que apesar de contar com o acervo mais importante de história natural e antropologia da América Latina, um ano após esse incêndio, as doações arrecadaram apenas R\$ 316 mil para a sua recuperação. Em comparação com o incêndio da catedral de Notre-Dame, em Paris, as doações somaram 750 milhões de euros, apenas nos dez primeiros dias após a tragédia, chegando ao ponto de a instituição francesa solicitar a interrupção do envio de mais dinheiro (FRANCO, 2019)²⁴¹.

Nesse contexto, a análise dessa mesma Meta 11.4, e em reflexões sobre o incêndio nesse Museu, dois anos depois, no *Relatório Luz* de 2021, foi enfatizado que:

as manifestações da sociedade civil contra as nomeações sem qualificação técnica no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a tentativa de transferir o **Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para um projeto turístico dedicado à família imperial**, enquanto os sucessivos cortes no orçamento da União desde antes do **incêndio** que destruíram o prédio em 2018 mitigam as verbas necessárias à manutenção de **um dos maiores patrimônios arquitetônicos, históricos, científicos e antropológicos do país** (GTSC A2030, 2021, p. 71, grifo nosso).

A menção direta à UFRJ (foco de análise da presente tese) nesses Relatórios, associadas às demais matérias sistematizadas nesse mapeamento, tais como o texto intitulado “Universidade fica inviável” (Ref. 44) publicado no Jornal O Globo, em maio de 2021, pela Reitora e o Vice-Reitor da UFRJ, que ganhou grande repercussão nacional. Ao ressaltarem

²⁴¹ Segundo o paleontólogo e diretor do Museu Nacional, a discrepância nas doações tem motivos geopolíticos, comparando um país europeu e outro do Sul Global, mas também está relacionado à ausência de uma cultura no empresariado e na sociedade brasileira de doação para áreas culturais e científicas. E ainda, porque no Brasil não há incentivo fiscal para essas doações, como ocorre nos EUA e em países europeus, bem como a preocupação com a forma como o dinheiro das doações será usado, diante de um contexto de corrupção no país. Apesar da limitada doação para o Museu Nacional, sua inegável importância se dá por inúmeras justificativas, como o fato de que o “material etnográfico que representava tribos distintas. A existência dessas tribos se resumia a um exemplar que estava na nossa coleção. Essas tribos correm o risco de serem riscadas da história”, o que, nas palavras do diretor do Museu, a “humanidade perdeu mais com incêndio do Museu Nacional do que na Notre-Dame” (FRANCO, 2019).

que até o ano de 2013, “o investimento no ensino superior passou a ser um dos mais efetivos agentes promotores da diminuição da desigualdade social, tornando-se um importante programa social do Estado brasileiro”, alertam que, com os progressivos cortes no orçamento dos últimos anos, “universidade está sendo inviabilizada” (Ref. 44). Essa reflexão pode lançar algumas luzes capazes de inspirar a análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas, realizadas para complementar essa investigação, discutidas no próximo capítulo, específico sobre a UFRJ.

Ainda como parte das consequências dos cortes orçamentários nas universidades brasileiras, uma reflexão se dirige, também, ao papel das universidades em relação ao ODS 14 (Vida na Água):

as universidades também têm papel importante na área socioambiental, com a responsabilidade de fornecer conhecimento científico de qualidade (Meta 14.a²⁴²) para mudar procedimentos que afetam negativamente a relação dos seres humanos com a natureza. Agravam o cenário os cortes orçamentários e o controle ideológico que estão sendo impostos às Universidades Públicas e Institutos Federais, os quais dificultam que o conhecimento científico seja gerado e fortalecido em prol do ODS 14 (GTSC A2030, 2019, p. 66).

Segundo o Relatório Luz de 2020, essa “redução significativa no investimento federal em educação de 2018 para 2019, passando de R\$122 bilhões para R\$107 bilhões” (GTSC A2030, 2020, p. 28), tem sido reflexo da “Emenda Constitucional 95²⁴³, seguida dos sucessivos contingenciamentos orçamentários que levaram milhares de pessoas às ruas em 2019” (GTSC A2030, 2020, p. 28).

Motivada pelos inúmeros protestos estudantis em defesa da educação em 2019, no Brasil, a escritora e jornalista Eliane Brum, em sua coluna no jornal *El País*, levanta diversas questões para interpretar o contexto dos cortes orçamentários e suas consequências para o país: “Como pesquisa o estudante sem bolsa? Como ensina o professor sem condições de trabalho? Como se mantém a universidade sem recursos? Como vive no presente o trabalhador sem perspectiva de futuro (...)?” (Ref. 6). Inspirada pelo poeta e pescador Elio da Silva, Brum enfatiza, ainda, na matéria, o poder da união e alguns caminhos possíveis para lidar com essas desafiadoras questões no caso brasileiro.

Assim, os percalços causados pelas restrições orçamentárias vêm dificultando a oferta de educação de qualidade, contrariando o ODS 4, devido aos retrocessos na educação pública,

²⁴² Meta 14.a “Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha (...)”.

²⁴³ A Emenda Constitucional 95 “instituiu Novo Regime Fiscal e limitou a capacidade de investimento das unidades federativas e da União até 2036, enquanto manteve a remuneração dos juros, amortizações e serviços da dívida pública” (GTSC A2030, 2020, p. 8).

gratuita e de qualidade, e no fomento à pesquisa, na contramão, também, do que propõe Chaui (2018). Nesse contexto de inúmeras conturbações político-institucionais, as discontinuidades no Ministério da Educação, ao longo do período analisado, representam o segundo eixo analisado.

B) “Troca-troca” na gestão: a dança das cadeiras no Ministério da Educação

Além do cenário preocupante de constantes cortes orçamentários, como anteriormente discutido, a pasta da educação vem enfrentando recorrentes mudanças em seus titulares e orientações, a ponto de ser registrada a nomeação de cinco ministros em apenas três anos de governo, o que significa “a maior rotatividade da Esplanada dos Ministérios no atual governo” (Ref. 69).

As controvérsias, protagonizadas por sucessivos ministros da Educação ilustram um dos temas mais recorrentes, sendo destaque, também, em grande parte das matérias jornalísticas analisadas no plano das contradições da Educação Nacional (Ref. 2, 12, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 31, 40, 66, 67, 68, 69). A recorrência desse tema nas matérias jornalísticas mapeadas ilustra que “a troca frequente de gestores no nível do governo federal beira a insensatez e a incoerência, prevalecendo aspectos políticos partidários e interesses de certo grupo do que noções e prerrogativas técnicas e científica” (PAIXÃO; MERCALI; PAIXÃO, 2021, p. 103).

Uma ilustração nesse sentido se refere ao ministro da Educação que exerceu o cargo de 1º de janeiro (início do governo) a 8 abril de 2019. Mesmo tendo passado apenas quatro meses na função, o professor colombiano, naturalizado brasileiro, ganhou destaque na mídia durante a sua participação em audiências públicas, no Senado (Ref. 2) e na Câmara dos Deputados²⁴⁴, para explicar as principais ações da pasta. Sem sucesso em seus argumentos, alguns dias após esses eventos, foi substituído por um outro ministro, que permaneceu responsável pela pasta entre abril de 2019 e junho de 2020 (apenas 14 meses), sendo, também, alvo de inúmeras situações entendidas como polêmicas (Ref. 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 26, 27, 28, 30), dentre as quais, declarações acusando as universidades de promoverem “balbúrdia”²⁴⁵.

²⁴⁴ Ministro da Educação responde a parlamentares. Audiência pública em 27/03/2019. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GHfn8ZM1a-c>>

²⁴⁵ O Ministro da Educação, à época, afirmou que cortaria a verba de universidades que promovessem “balbúrdia”, gerando intensa discussão, envolvendo juristas, acadêmicos e políticos, que ressaltaram a clara

E entre as inúmeras controvérsias envolvidas nessa pasta, em 2022, um suposto esquema de corrupção no Ministério da Educação ficou conhecido como “Bolsolão do MEC” (Ref. 65, 66, 67, 68, 69). Considerado como o maior escândalo de corrupção do governo vigente, durante a atuação do quarto ministro da Educação, cuja gestão foi a mais duradoura em relação aos anteriores (entre julho de 2020 e março de 2022), esse esquema de propinas parece relacionado à liberação de verbas do *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE) para prefeituras parceiras do atual governo. O Ministro, que já havia se envolvido em inúmeras outras controvérsias, desde pronunciamentos elitistas até o disparo acidental de um tiro, por arma de fogo, ferindo uma funcionária de um aeroporto (Ref. 66), foi preso preventivamente, em junho de 2022, por suspeita de operar esse esquema fraudulento. Apesar de ter sido solto no dia seguinte, seguem as investigações sobre esse “gabinete paralelo” dentro do MEC (Ref. 69).

Além disso, entre os pronunciamentos controversos dos titulares da pasta no atual governo, dois ministros da Educação externaram publicamente visões claramente elitistas sobre as IES, conforme repercutido nas matérias analisadas (Ref. 1, 56, 57, 58, 59). Nesse contexto, o primeiro ministro da pasta afirmou que "A ideia de universidade para todos não existe", devendo ser reservada para uma “elite intelectual” (sic) (Ref. 1, 57, 59). O quarto ministro, por sua vez, declarou publicamente que a "universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade", e ainda: "Tenho (sic) muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego, porque tem uma demanda muito grande" (Ref. 55, 56, 57).

Tais posicionamentos claramente retrógrados e elitistas sobre o papel das universidades públicas reafirmam, ainda, o desconhecimento da pauta e da legislação vigente ressaltando que o ensino superior é destinado apenas a uma pequena parcela da sociedade brasileira. Além disso, o grande problema nacional não parece estar relacionado ao excesso ou ao funcionamento das universidades, mas sim à falta de empregos e de oportunidades no país (Ref. 55), conforme também discutido por Chauí (2018) e Santos (2011).

C) Democratização do acesso e da permanência na educação superior

As narrativas abordadas no eixo anterior parecem, também, traduzir algumas das desigualdades no contexto da educação superior brasileira, discutidas nas matérias mapeadas

inconstitucionalidade da medida anunciada, sob os princípios constitucionais da Autonomia Universitária e da Impessoalidade (SARAIVA, 2019).

(Ref. 1, 8, 13, 34, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 63). Isso porque, segundo o VI Relatório Luz, de 2022, além dos cortes orçamentários já mencionados, se verificou o aumento da elitização e embranquecimento na educação superior, ameaçando o limitado, mas contínuo, crescimento do ingresso da população negra que vem acontecendo desde 2005 (GTSC A2030, 2022, p. 27).

Com relação a esse tema em particular, no *III Relatório Luz*, de 2019, foi ressaltado o restrito acesso ao ensino superior, e a dificuldade com relação ao alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014. O *IV Relatório Luz*, por sua vez, menciona que, embora o acesso ao ensino superior venha se ampliando, desde 2014, à taxa média de 0,7 ponto percentual ao ano, para que a Meta 12 do PNE seja alcançada no prazo estabelecido, essa taxa bruta deve ter um aumento anual médio de 1,6% e, a taxa líquida, de 1,1% (GTSC A2030, 2020, pp. 25-26).

Diante desse grave panorama, o ano de 2021 ficou marcado na história do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) devido ao número de inscritos (3,1 milhões), índice mais baixo dos últimos 16 anos, desse exame que já teve 8,7 milhões de inscritos, em 2014²⁴⁶ (Ref. 52). E ainda “teve uma participação 50% menor de pessoas pretas, pardas e indígenas” (GTSC A2030, 2022, p. 27). Além disso, em 2020, a manutenção do ENEM “em meio à pandemia contribuiu para a abstenção recorde na série histórica da prova (51,5% no primeiro dia de provas e 55,3% no segundo dia)” (GTSC A2030, 2021, p. 27).

Como principal porta de entrada de jovens para a educação superior no Brasil, esse panorama reafirma o estudo do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, mencionado em uma das matérias jornalísticas analisadas (Ref. 52), sobre o risco de um legado das consequências da crise sanitária para jovens no plano de décadas. Isso porque, antes mesmo dessa crise de saúde pública global, uma condição histórica de desigualdade social já afetava a juventude brasileira, que precisava deixar os estudos em busca de trabalho, fato esse agravado com as consequências da *Pandemia da Covid-19*.

Nesse sentido, uma das professoras entrevistadas para a matéria publicada pela BBC (Ref. 52) menciona ter iniciado um projeto de preparação para o ENEM motivada pela percepção de que “parte dos alunos de baixa renda não se sentia pertencente ao universo do ensino superior”. Diante da crise socioeconômica, agravada pela *Pandemia da Covid-19*, na

²⁴⁶ “Embora estudantes de baixa renda, de escolas públicas e bolsistas de escolas particulares tenham direito à isenção na taxa, muitos dos que estavam inscritos na edição passada do Enem e faltaram na prova por medo da covid-19 – a edição 2020 teve abstenção de mais de 55% no segundo dia de prova – perderam o direito à isenção na edição 2021. Para efeitos comparativos, o Enem 2020 teve 4,8 milhões de inscritos isentos, contra 1,7 milhões na edição atual” (Ref. 52).

matéria, ela “lamenta o ‘abismo que aumentou em quilômetros de profundidade’ entre os jovens que cursam o ensino privado e os que cursam o ensino público no Brasil” (Ref. 52).

Nesse contexto complexo relacionado à *Pandemia*, “em 2021, o presidente da República vetou um projeto de lei que visava preparar a educação para o ensino a distância e híbrido, garantiria infraestrutura em banda larga para as escolas e universidades públicas” (GTSC A2030, 2021, p. 96), o que ilustra, uma vez mais, o descaso com a educação pública no Brasil.

A gravidade desse cenário foi ressaltada na *Pesquisa ConVid Adolescentes*, desenvolvida pela Fiocruz no ano de 2020, identificando que “quase a metade dos jovens entrevistados dizia sentir-se preocupado, nervoso ou mal-humorado, na maioria das vezes ou sempre. Esses sentimentos eram mais fortes justamente na faixa etária de 16 a 17 anos” (Ref. 52). Nesse sentido, “a motivação dos estudantes passa por resgatar o espírito de curiosidade e criatividade (...) competências essas que, por sinal, serão cada vez mais importantes para os trabalhos do futuro” (Ref. 52). Assim, um cenário de tensões e incertezas que parece distanciar, cada vez mais, a educação brasileira dos desafios contemporâneos a serem enfrentados.

Vale ressaltar, nesse contexto, o exemplo de uma iniciativa inclusiva mencionada no *V Relatório Luz*, a respeito da democratização na educação. Com o “Programa UnB 2030, levou-se conhecimento sobre desenvolvimento sustentável a estudantes em situação de vulnerabilidade social, como indígenas e mulheres negras, da UnB e comunidades do Distrito Federal” (GTSC A2030, 2021, 119).

Com relação à inclusão de mulheres, a análise da Meta 4.3²⁴⁷ dos ODS sinaliza para uma controvérsia relacionada à disparidade de gênero, no âmbito da educação superior, em relação à posterior oferta de empregos. Isso porque, “mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, mas também menos chances de conseguir emprego” (Ref. 13). Esses dados indicaram um destaque da prevalência feminina brasileira em relação aos outros 45 países analisados no Relatório *Education at Glance* (OCDE, 2019), divulgado pela *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE), cuja edição de 2019 teve como foco a educação superior.

Essa disparidade de gênero também está registrada na primeira edição do *Relatório Luz*, de 2017, em uma discussão sobre o predomínio masculino em cursos das áreas de

²⁴⁷ Meta 4.3: “Até 2030, é preciso assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade”.

tecnologia, fato que, segundo o documento, tende a ser naturalizado culturalmente. Ao apresentar dados de 2015, foi mencionado que “apenas 38 das 330 pessoas ingressantes do curso de Computação da USP, uma das maiores universidades do país, eram mulheres. Cenários análogos se repetem nas diversas instituições de ensino do país” (GTSC A2030, 2017, p. 103).

No relatório do ano seguinte, esses dados foram atualizados, registrando que “em 2017, elas representavam apenas 11,3% das 250 pessoas ingressantes da carreira de Computação na Universidade de São Paulo. Segundo a PNAD²⁴⁸, entre mais de 580 mil profissionais de TI no país, apenas 20% são mulheres” (GTSC A2030, 2018, p. 25). Essa discussão relacionada à Meta 5.b²⁴⁹, do ODS 5 (Igualdade de Gênero), ressalta, segundo dados deste relatório, o desafios para as políticas públicas de gênero, fundamentais no âmbito da Agenda 2030.

Importante mencionar, nesse contexto, que “o recorte racial apresenta desigualdade no acesso e permanência na educação” (GTSC A2030, 2018, p. 20), visto que, de acordo com dados do *Relatório Luz* 2018, do percentual total da população brasileira, em relação às pessoas com ensino superior completo, 23,5% são mulheres brancas. No caso de homens brancos, estes representam 20,7% da população do Brasil com ensino superior. Entre as mulheres negras, esse grupo constitui 10,4% do total nacional, e homens negros com graduação representam apenas 7% da população brasileira (GTSC A2030, 2018, p. 20).

Além desse debate sobre desigualdade de gênero e racial no acesso e permanência na educação superior, uma análise baseada na Meta 17.16²⁵⁰ dos ODS alerta sobre a necessidade de democratização do conhecimento acadêmico, por estar “fechado em silos compartimentalizados. A Universidade pouco chega à sociedade como fonte de inovação e comunicação de conhecimento em construção. O acesso ao conhecimento acadêmico é restrito” (GTSC A2030, 2017, p. 163).

Esse fato ilustra o caminho ainda a ser percorrido rumo ao conhecimento pluriversitário, “que promove os saberes ecológicos, plurais e contra-hegemônicos” (SANTOS, 2015, p. 202). Conforme discutido por Santos (2011, 2015), é fundamental

²⁴⁸ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisa uma amostra de domicílios brasileiros para investigar diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho.

²⁴⁹ Meta 5.b “Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres”.

²⁵⁰ Meta 17.16 “Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento”

transpor os muros da universidade e estabelecer alianças com a sociedade, como parceiros “que lutam contra as mesmas estruturas de poder que impuseram a mercantilização do conhecimento e da formação universitários, isto é, o capitalismo cognitivo” (SANTOS, 2015, p. 205). Assim, alguns dos elementos dessa disputa estão discutidos no próximo eixo de análise das matérias jornalísticas analisadas.

D) Universidades públicas brasileiras sob ataque

Quanto ao tema “ataques às universidades”, também muito recorrente no mapeamento realizado (Ref. 4, 5, 11, 14, 15, 19, 20, 40, 43, 48, 70), vale ressaltar a matéria publicada pela BBC News (Ref. 19), em dezembro de 2019, sobre o destaque brasileiro no Relatório Internacional *Free to Think*²⁵¹ (SAR, 2019). Elaborado pela *Scholars at Risk* (SAR)²⁵² (“Acadêmicos em risco”), essa referência sobre o tema vem sendo publicada, anualmente, e adotou o caso brasileiro para estampar a capa da edição de 2019.

Nesse relatório internacional, o capítulo dedicado ao Brasil aborda os cortes nos investimentos públicos, tanto para as instituições como para disciplinas específicas, como filosofia e sociologia. Nesse contexto, foi ressaltada, também, a tentativa de restrição da autonomia das universidades em cenário de uma mudança de conjuntura político-institucional. Na matéria analisada (Ref. 19), se menciona que “pressões significativas no ensino superior brasileiro aumentaram na véspera e no período posterior às eleições presidenciais de 2018’. Nas edições anteriores, o Brasil não foi mencionado”.

Importante mencionar, na capa da edição de 2019 desse relatório internacional, a imagem de uma manifestante com o cartaz da Associação dos Docentes da UFRJ e Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (AdUFRJ-SSind), no qual constava a mensagem “Eu defendo a educação”. As capas das edições anteriores do Relatório foram ilustradas com imagens sobre o Irã e a Turquia, países do Oriente Médio marcados por distúrbios políticos e embates militares. Nessas edições foram destacadas, também, imagens do Egito e do Paquistão, que guardam algumas semelhanças político-culturais com países do Oriente Médio, embora estejam localizados na África e na Ásia, respectivamente.

²⁵¹ Relatório Livre para pensar, tradução livre. Disponível <<https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf>> Acesso em 10 fev. 2022.

²⁵² *Scholars at Risk* (SAR), organização sem fins lucrativos e rede internacional com 20 anos de existência, localizada na Universidade de Nova York, criada para monitorar episódios de perseguição sofridos por acadêmicos e universidades, globalmente.

A proporção desse declínio acadêmico no Brasil chegou ao ponto dessa organização internacional formalizar um documento à Organização das Nações Unidas (ONU)²⁵³ sobre o tema, em julho de 2022. Isso porque, segundo a *Scholars at Risk* (SAR), “entre as questões mais problemáticas estão as invasões governamentais à autonomia universitária e à expressão acadêmica”. E ainda, de acordo com o *Academic Freedom Index* (AFi)²⁵⁴, entre 175 países e territórios, uma pesquisa com mais de 2 mil especialistas em todo o mundo revelou que “o Brasil é um dos quatro países (ao lado de Hong Kong, Índia e Turquia) que viu os maiores declínios na liberdade acadêmica” (Ref. 70).

Nessa matéria, a repercussão internacional por conta da publicação da revista científica *The Lancet* foi destacada devido aos desafios para a pesquisa brasileira, a partir de 2019. De acordo com essa fonte, “apesar da resistência dos pesquisadores brasileiros, a pesquisa no Brasil tem sido prejudicada (...) [com] crescentes cortes orçamentários, ataques à autonomia das universidades e uma política geral de negação da ciência” (Ref. 70). A revista *Science* também se manifestou sobre os prejuízos das restrições orçamentárias nas IES brasileiras: “Esses cortes ameaçam os projetos de ciência e tecnologia em andamento e os futuros (...) esses jovens pesquisadores não terão escolha a não ser abandonar sua carreira acadêmica ou deixar o país” (Ref. 70).

Esse debate foi identificado na Apresentação do *Relatório Luz 2019*, com a questão “qual futuro construímos hoje?”, diante do crescente desrespeito aos direitos sociais, ambientais e econômicos em curso no Brasil:

crece a (o)pressão sobre a sociedade civil organizada e as universidades. No mês de abril, por exemplo, os colegiados da administração pública federal criados por decreto foram extintos ou tiveram sua composição modificada, sem que nenhuma justificativa técnica tenha sido disponibilizada ao público. Neste bojo eliminou-se, inclusive, a Comissão Nacional dos ODS. O governo também cortou orçamento e tem desqualificado institutos produtores de dados que, ao longo de décadas, foram responsáveis por informar e alimentar as políticas nacionais (GTSC A2030, 2019, p. 5).

Essa discussão sobre os riscos à autonomia universitária encontra ressonância no *V Relatório Luz*, publicação na qual se menciona que “também ameaçam o ODS as tentativas do governo federal de impor a nomeação de reitores e reitoras, desconsiderando as listas tríplices das universidades” (GTSC A2030, 2021, p. 27).

Debates como esse foram, também, registrados no *V Relatório Luz*, sobre a nomeação de “fundamentalistas, militares e defensores da privatização” para integrarem o *Conselho*

²⁵³ Disponível em: <<https://www.scholarsatrisk.org/2022/04/brazil-decline-in-academic-freedom-requires-uns-attention/>> Acesso em 25 jul. 2022.

²⁵⁴ Disponível em: <<https://www.fau.eu/2022/03/03/news/research/academic-freedom-on-the-decline/>> Acesso em 25 jul. 2022.

Nacional de Educação (CNE), medida que, segundo essa fonte, sinalizaria para uma situação de risco ao “direito à memória, à verdade e reparação no âmbito educacional e o ensino com respeito à diversidade, raça, religiosidade, territorialidade e região” (GTSC A2030, 2021, p. 27).

Nesse contexto, o “Future-se”, projeto formulado pelo MEC e apresentado, em junho de 2019, teve grande repercussão na mídia por suas controvérsias. Como um programa de incentivo à adoção de recursos privados por IES federais, são levantadas inúmeras questões sobre esse projeto, considerado “improvisado e unilateral”, em matéria publicada no jornal *El País* (Ref. 9). Segundo essa referência, é ressaltada a

improvisação no desconhecimento, por parte de quem elaborou o projeto, sobre aspectos legais e detalhes do funcionamento do sistema federal de ensino superior. A falta de diálogo fica evidente na medida em que reitores, comunidade acadêmica, entidades representativas dos docentes e técnicos administrativos nunca foram consultadas(os) para participar da elaboração do programa, o que denota uma condução unilateral do ministério da Educação (Ref. 9).

Assim, diferentemente do “Future-se”, compreende-se que projeção de futuros, no contexto da educação superior, não passa por projetos de cunho mercadológicos, podendo culminar em privatização das IES públicas. Isso porque, apesar do crescimento no acesso ao ensino superior desde 2014, no Brasil, “é necessário ainda desconcentrar a expansão na rede privada. Até 2018, apenas 12,7% das novas matrículas previstas no PNE haviam sido criadas na rede pública, muito abaixo do mínimo estabelecido de 40%” (GTSC A2030, 2020, pp. 25-26, grifo nosso)

Assim, para se projetar amanhã desejáveis, é necessário investimento de qualidade em políticas públicas para a educação superior, com o intuito de impulsionar todo o potencial da ciência e da tecnologia brasileira em níveis nacional e internacional, como discutido no próximo eixo de análise, apresentado a seguir. Essa demanda de investimento público, também fortemente ressaltada nas recomendações do GTSC A2030 para o ODS 4, está sistematizada no final deste subcapítulo.

E) *Rankings* de universidades como vitrine internacional de boas práticas

O quinto e último eixo de análise desta etapa da pesquisa está relacionado ao destaque de universidades brasileiras em *rankings* internacionais, tema também identificado como um dos mais recorrentes em matérias jornalísticas analisadas (Ref. 29, 32, 33, 35, 50, 61). Assim, mesmo diante da situação político-institucional conturbada e de limitações financeiras, como mencionado nos eixos de análise anteriores, as IES brasileiras vêm sendo reconhecidas

internacionalmente por seu potencial. No entanto, no mapeamento realizado foi apontado que, apesar dessas IES serem mencionadas nos *rankings* globais, seus resultados, em geral, não alcançam as colocações de maior destaque.

A ressonância desse enfoque, identificada dentre os dispositivos analisados, se expressa, por exemplo, no *Relatório Luz* 2018, no qual é mencionado que “apesar do Brasil ser o 13º país no *ranking* mundial de produção científica, está na 69ª posição no *Global Innovation Index*, que trata de inovação científica” (GTSC A2030, 2018, p. 57). Esse mesmo resultado contraditório já havia sido registrado no *Relatório Luz* 2017. A atualização dessa informação, no *Relatório Luz* de 2019, indicou que

o país apresentou pequena melhora no Índice Global de Inovação – dado criado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), cuja medição utiliza, entre outras variáveis, **o acesso ao ensino superior**, taxas internas e externas de **investimento**, mercado de crédito e impacto de **novas patentes** no crescimento da economia. De 2017 para 2018, o país subiu 5 posições, saindo do 69º lugar para o 64º. Entretanto, o desempenho do país segue aquém do necessário, com pontuação abaixo da mediana do estudo, impactando o cumprimento da Meta 9.4²⁵⁵ (GTSC A2030, 2019, p. 46, grifo nosso).

Vale ressaltar, na presente pesquisa, que a adoção de *rankings* para ilustrar os resultados das análises dos ODS vem sendo registrada em todas as edições do *Relatório Luz*, podendo essas referências representar um instrumento importante para o monitoramento de políticas públicas e para a formulação de recomendações, visando o seu aprimoramento. No caso de dispositivos para avaliação da educação superior, além desses já mencionados, foi, também, registrada a experiência da criação do *Selo ODS*, processo ocorrido durante a presente pesquisa, e discutido no tópico anterior deste capítulo:

Com o Programa UnB 2030, está em curso o alinhamento das universidades públicas à Agenda 2030, em parceria com o Instituto Abacáí Brasil, o Projeto FIB 2030 e o coletivo extensionista Roda das Minas, por meio da adaptação da tecnologia de certificação chamada Selo Social para o Selo ODS Universidades²⁵⁶ (GTSC A2030, 2021, p. 119).

E para o registro dos avanços e destaques das IES, sobretudo no combate à *Pandemia da Covid-19*, foram criados, no período investigado, dois espaços destinados à produção jornalística universitária. O “Projeto Colabora: Universidades²⁵⁷” se constitui como um *website* voltado para a publicação de matérias de estudantes de Jornalismo da PUC-Rio e da

²⁵⁵ Meta 9.4 “Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades”.

²⁵⁶ De acordo com informações obtidas ao longo dos Encontros Regionais realizados online, em 2021, a nomenclatura do Selo foi alterada de Selo ODS Universidades para Selo ODS IES, de modo a incluir, além das universidades, também os Institutos Federais e os CEFETs.

²⁵⁷ Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/especial/colabora-universidade/>>

UFRJ, sob orientação de docentes. E o “Projeto Colabora: Balbúrdia Federal²⁵⁸” é uma coletânea de matérias publicadas sobre as universidades públicas brasileiras, apresentando inúmeros casos e experiências nacionais referentes aos desafios contemporâneos no contexto da educação superior. E nesse tom propositivo, e de experiências positivas sobre o tema em foco, no próximo tópico estão sistematizadas e discutidas as recomendações elaboradas pelo GTSC A2030, ao longo das edições do *Relatório Luz*, que tendem a contribuir para o aprofundamento do debate sobre o tema em foco.

Lançando *Luz* sobre os desafios identificados na pesquisa

Considerando que a presente tese busca discutir futuros desejáveis para as universidades públicas brasileiras, em geral, e a UFRJ, em particular, de que forma seria possível pensar em uma perspectiva de longo prazo para o tema em foco, em um cenário de turbulências e conturbações, conforme o recorte ilustrado e discutido ao longo desse subcapítulo?

Essa questão pode ser iluminada pela proposta crítico-propositiva do GTSC A2030 para a elaboração do *Relatório Luz*, que, ao longo de suas edições, vem elaborando recomendações para todos os ODS analisados. Essas propostas para o avanço do Brasil no alcance das Metas da Agenda 2030 vêm sendo elaboradas por inúmeros representantes da sociedade civil brasileira, de modo a orientar as políticas públicas no país.

No caso do ODS 4 (Educação de Qualidade), a lista dessas recomendações para o aprimoramento do alcance de suas Metas, no Brasil, vem sendo publicada desde a segunda edição do *Relatório Luz*, em 2018, sendo registradas entre sete e dez proposições para o ODS 4, a cada edição, com algumas permanecendo e sendo aprimoradas a cada edição.

Assim, as recomendações para o ODS 4 voltadas para o contexto da educação superior, em todas as edições do *Relatório Luz*, foram sistematizadas, de modo a buscar uma correlação com os eixos de análise definidas na presente pesquisa, a partir do mapeamento midiático realizado. Conforme discutido ao longo desse tópico, os eixos de análise são: A) cortes orçamentários; B) instabilidade ministerial na educação brasileira; C) democratização do ensino superior; D) ataques às universidades; e, E) o destaque das IES em *rankings* internacionais. Com essa base analítica da discussão realizada nesse tópico, as relações entre estes cinco eixos e as recomendações do GTSC A2030 para a educação superior no

²⁵⁸ Disponível em: <<https://projetcocolabora.com.br/tag/balburdia-federal/#>>

ODS 4, com as devidas referências sobre as diferentes edições do *Relatório Luz*, estão sistematizados no Quadro 24, a seguir:

Quadro 24: Interface entre os eixos de análise e recomendações do GTSC A2030 para o ODS 4 (2018-2022).

Recomendações do GTSC A2030 para o ODS4	R. Luz	Eixo
Revogar a Emenda Constitucional 95/2016 e disponibilizar recursos adequados para garantir o direito à educação de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal e no Plano Nacional de Educação (2014-2024).	II, III, IV, V e VI	A
Garantir a oferta de educação pública de qualidade, a formação inicial e continuada e a valorização dos(as) profissionais da educação.	II III	A C
Investir adequadamente e aumentar investimentos em políticas públicas, garantindo o direito à educação para todas(os) como um bem público, desde a infância até o ensino superior, com qualidade socialmente referenciada, e reter o avanço da privatização da área, que ameaça o direito à educação.	II, III, IV, V e VI	A C
Efetivar a gestão democrática da educação e, em conjunto com a comunidade escolar, desenvolver estratégias para que a educação pública retome as atividades presenciais em segurança, garantindo investimentos em infraestrutura e saneamento, acesso à internet, aparelhos e tecnologias da informação.	V VI	A C
Criar indicador e mecanismo de coleta de informações via pesquisa (em Censo e/ou PnadC) para acesso às informações sobre o desenvolvimento da educação em todos os níveis, de forma desagregada.	IV V VI	A E
Investir adequadamente no ensino superior, preparando estudantes para o ingresso e progressão no mercado de trabalho. Investir em ciência e tecnologia, nas agências de fomento à pesquisa, como a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – restaurando as bolsas de pesquisa cortadas –, e na formação de professores(as) de todos os níveis.	V e VI	A
Garantir o financiamento adequado para o ensino superior, em termos de pesquisa, ensino e extensão, restaurando as bolsas de pesquisa cortadas.	IV VI	A
Efetivar um intenso processo de Educação Ambiental que dialogue com a sociedade, esclareça e guie as ações de implementação da Agenda 2030, orientado pelo Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.	II III	C
Resgatar, fortalecer e valorizar metodologias participativas e Coletivos relevantes na luta histórica do campo socioambiental brasileiro: os Fóruns DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável), os Núcleos Territoriais para Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os processos de Agenda 21 Local e Escolar.	II III	B C D
Reativar o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC) e inserir a Educação Ambiental no Ensino Formal, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (Res. CNE nº 2, de 15/06/ 2012).	IV V	B C D
Contemplar as questões de raça, regionalidade, pertencimento religioso e local de moradia (campo/cidade) nas ações pedagógicas, para superar as desigualdades de acesso, desenvolvimento escolar e de habilidades dos estudantes e preparar o adequado ingresso e progressão no mercado de trabalho, e assegurar e ampliar a política de cotas raciais e sociais, com recursos para bolsa auxílio permanência, para garantir os direitos da população negra.	IV V VI	A C
Garantir o direito à educação plena, com políticas públicas que promovam equidade nos projetos político-pedagógicos, revogando propostas curriculares conteudistas e limitadas, que invisibilizam as diversas desigualdades (raça, etnia, pertencimento religioso, territórios, gerações, gênero e deficiências) e realidades educacionais do país.	VI	C

Elaborado pela autora (2022), com base nas edições II, III, IV, V e VI do *Relatório Luz*.

Entre as recomendações sistematizadas, anteriormente, as mais recorrentes estão associadas aos eixos de análise A e C, relacionados, respectivamente, ao investimento orçamentário no ensino superior e, à garantia do acesso e permanência, visando à democratização da educação como um direito.

Os resultados obtidos também apontaram para a importância da mídia para ampliar a visibilidade dos problemas relatados. E, ainda, a contribuição para a atualização do debate, com questões identificadas no mapeamento realizado em ressonância com outras referências pesquisadas no levantamento bibliográfico, sobretudo com Chauí (2018) e Santos (2011, 2015), o que reforça a necessidade de se aprofundar esse debate fundamental.

Vale ressaltar, também, nesse contexto, uma das recomendações para o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), sobre a importância de se “promover o maior acesso à escolarização, formação técnica-profissional e ensino superior para toda a população, com bolsas de estudo, revogando os cortes no orçamento da educação nacional” (GTSC A2030, 2021, p. 57), uma ênfase clara à relação de interdependência desses temas em foco.

Nesse contexto cabe enfatizar, ainda, que as matérias jornalísticas analisadas ilustram a relevância do papel dos veículos de comunicação para ampliar o alcance das informações qualificadas sobre os desafios para a educação pública no cenário político-institucional atual. Essas questões recentes, identificadas a partir desse levantamento midiático, além de reforçarem o sentido de atualidade da pesquisa, sinalizam também para a importância de acompanhamento da sociedade sobre o processo de tomadas de decisão da gestão pública, elemento considerado central para se fortalecer a noção de sustentabilidade nas universidades públicas e se pensar em futuros desejáveis para essas instituições.

Diante desse debate, no próximo capítulo, além de aterrar na UFRJ, contextualizando o objeto da presente pesquisa, também estão sistematizadas as principais questões discutidas por entrevistadas/os, interlocutoras/es institucionais estratégicos. Conforme poderá ser observado, os principais dados obtidos a partir das perspectivas desses atores sociais consultados tendem a ser complementares ao levantamento de informações realizado nesta etapa da presente pesquisa e a lançar outras luzes sobre o tema em foco.

Diante do contexto conturbado no atual cenário político-institucional das IES públicas, e da educação superior no Brasil, as recomendações do *Relatório Luz parecem* representar uma energia luminosa capaz de nutrir o ciclo de cultivo da presente tese, que busca gerar sementes transformadoras para disseminar amanhã desejáveis, no horizonte da Agenda 2030.



*Apesar de você amanhã há de ser outro dia
Inda pago pra ver o jardim florescer qual você não queria (...)
Você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar poesia...
(Chico Buarque, Apesar de você, 1978)*

6 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: a colheita no jardim da pesquisa



*Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão, e se fartar de pão
Decepar a cana, recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel
Afagar a terra, conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação e fecundar o chão*
([Cio da Terra](#), Milton Nascimento e Chico Buarque, 1976)

A colheita no jardim da pesquisa representa, simbolicamente, mais uma etapa do ciclo de cultivo. De modo a responder à questão de investigação e, para alcançar os objetivos propostos, o presente capítulo está dividido em quatro subseções: “o jardim centenário de Minerva”; “as flores do ‘campus’”; “as ervas daninhas do jardim”; e, “as sementes colhidas para a regeneração de novos plantios”. Partindo dessa inspiração, o capítulo se constrói com base em levantamento bibliográfico, análise de documentos de referência, além da apreensão de diferentes perspectivas sobre o tema durante as entrevistas realizadas com interlocutoras/es institucionais estratégicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)²⁵⁹.

Tendo como símbolo a figura mitológica de Minerva, a UFRJ se constitui como a maior, a mais antiga e uma das melhores universidades federais do Brasil. A flor *Amarílis Minerva* representa, assim, a inspiração para a breve retrospectiva histórica sobre esse imenso jardim representado pela UFRJ, desde a sua “pré-história” até a celebração de seu primeiro centenário, em 2020. Por meio desse olhar para o passado, se busca a inspiração para projetar perspectivas futuras para a instituição, no campo da sustentabilidade.

Nesse complexo “jardim”, as *flores do “campus”* buscam traduzir as iniciativas, as ações em curso e as práticas sustentáveis identificadas durante a investigação, com enfoque prioritário na gestão institucional e na pesquisa. Partindo da percepção sobre o significado de sustentabilidade para alguns atores chave da instituição, a investigação desse desabrochar das iniciativas em curso foi orientada, entre outros espaços de discussão sobre a UFRJ, pela imersão no GT *Meio Ambiente, Áreas Verdes e Infraestrutura Urbana* (GT2), um dos seis Grupos Temáticos do Plano Diretor UFRJ 2030²⁶⁰.

²⁵⁹ Conforme descrito no capítulo de Metodologia, cada entrevistada/o foi identificada/o tendo como inspiração nomes de flores, simbolizando o “Jardim da UFRJ”.

²⁶⁰ O Plano Diretor UFRJ 2030 é um instrumento voltado para orientar o desenvolvimento da UFRJ, nos próximos 10 anos, nos planos físico-territorial e patrimonial. O seu processo de desenvolvimento e elaboração

As reuniões remotas semanais nesse ambiente online de debate possibilitaram uma imersão profunda no campo investigado, ao longo de 18 meses, apesar das condições de distanciamento físico, devido à *Pandemia da Covid-19*. Além disso, a atuação engajada no Projeto “Sustentabilidade e Transformação Social: Rumo à Agenda 2030”, da CAPES/PrInt, voltado para estimular a criação de *Programas Institucionais de Internacionalização* (PII) nas IES brasileiras, possibilitou a compreensão do panorama estratégico de Pesquisa e Pós-Graduação na instituição, direcionado ao debate sobre sustentabilidade²⁶¹.

O terceiro tópico desse capítulo incide sobre as “ervas daninhas”, as questões problemáticas no *jardim de Minerva*, representadas pelas inúmeras dificuldades a serem ainda enfrentadas e os desafios a serem confrontados para o alcance dos compromissos de sustentabilidade, assim como para o avanço em práticas sustentáveis e para a capacidade da instituição em influenciar a sociedade com esse objetivo.

Assim, como sementes colhidas na pesquisa, para regenerar novos cultivos, o quarto e último tópico busca reunir os sonhos, os desejos e as projeções de futuros, para imaginar uma UFRJ sustentável e regenerante. Ao compreender a temática abordada na tese como um processo dinâmico, em permanente construção, desconstrução e reconstrução, esse subcapítulo busca indicar caminhos possíveis para que sementes sejam plantadas, de forma a inspirar a produção de futuras pesquisas e ações institucionais, gerando, assim, jardins férteis e capazes de ampliar a reafirmação da “sociobiodiversidade” brasileira.



*Tu és meu Brasil em toda parte,
Quer na ciência ou na arte, portentoso e altaneiro
Os homens que escreveram tua história,
Conquistaram tuas glórias, epopeias triunfais
E quero neste pobre enredo,
Revivê-los glorificando os nomes teus
Levá-los ao Panteon dos grandes imortais,
Pois merecem muito mais
Não querendo levá-los ao cume da altura
Cientistas tu tens e tens cultura, e nestes rudes poemas destes pobres vates
Há sábios como Pedro Américo e César Lattes*

(Ciência e Arte. Composição: Cartola e Carlos Cachça, 1947.

Vídeo [Parabéns à UFRJ por seu centenário](#), produzido por Lírio Ferreira e Kassin, 2020)

envolve atores diversos da comunidade acadêmica, tendo em vista sua sustentabilidade pela inclusão comunitária e pelo comprometimento institucional.

²⁶¹ A temática interdisciplinar da sustentabilidade representa o eixo orientador adotado pela UFRJ para estruturar o seu PII.

6.1 O jardim de Minerva: aprofundando as raízes no campo da pesquisa

Minerva, a deusa da sabedoria, das artes e das estratégias de guerra, representa o símbolo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na história dessa figura mitológica romana, Minerva nasceu já adulta, formada a partir do cérebro de seu pai, o deus Júpiter, portando escudo, lança, armadura e capacete. Este símbolo, como identidade visual, vem inspirando os caminhos trilhados pela UFRJ rumo à excelência em conhecimentos acadêmicos e artísticos, mas também, em termos de protagonismo na construção de estratégias para o enfrentamento dos inúmeros desafios contemporâneos, em seu primeiro século de existência.

Com base nessa reflexão introdutória, a ilustração o ciclo de cultivo, que vem orientando a presente tese, adotou como inspiração a beleza da flor *Amarílis Minerva*, conhecida popularmente como Tulipa Brasileira, para simbolizar a UFRJ como campo empírico para a pesquisa, conforme ilustrado pela Figura 29, apresentada a seguir.

Figura 29: *Amarílis Minerva* representando, na pesquisa, a flor símbolo do “Jardim da UFRJ”



Fonte: SANTOS (2019)

Como “uma planta que possui uma excelente adaptação, visto que pode ser encontrada em vários habitats” (SANTOS, 2019, p. 18), a *Amarílis Minerva* floresce o ano todo. Essa analogia pode, ainda, ser compreendida como um chamado à luta constante pela melhoria das condições de autossustentação da UFRJ, para o cumprimento do seu relevante papel no processo de transformação da sociedade brasileira. Com “diferentes habitats” pode-se entender a necessidade de um olhar atento para a diversidade e a inclusão duradoura de docentes, discentes e funcionários da UFRJ, para que estes possam “florescer o ano todo” como agentes de transformação social.

Inspirada por essa ilustração e simbologia, a UFRJ foi adotada como campo empírico de observação para a presente pesquisa tendo como base três principais argumentos, que

orientam os próximos tópicos para contextualizar a instituição: ser a primeira e mais antiga universidade brasileira, a maior universidade pública do Brasil, além de ser uma das melhores universidades federais do país, de acordo com respeitadas *rankings* acadêmicas internacionais.

6.1.1 Da “pré-história” ao florescimento de seu primeiro centenário

A história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é narrada, no *website* dedicado ao seu centenário²⁶², desde o início do Século XX. Por meio de fotos, vídeos, depoimentos, ilustrações em quadrinhos, uma carta comemorativa, uma linha do tempo pedagógica e um mapa, alguns pontos importantes de sua retrospectiva são resgatados e apresentados via mídia radiofônica. As informações nesse *website* ilustram, também, como a biografia da UFRJ atravessa a própria trajetória do país.

A UFRJ foi institucionalizada em 1920, a partir da fusão daquelas que podem ser consideradas como as primeiras instituições de ensino superior do país. São elas, a Escola Politécnica, fundada em 1792 (apontada como a sétima Escola de Engenharia mais antiga do mundo e, a primeira das Américas); a Faculdade Nacional de Medicina, criada em 1808; e, a Faculdade Nacional de Direito, instituída em 1891 (BOECKEL, 2020; FRANÇA, 2021). Esses marcos históricos a colocam como a primeira IES oficial do Brasil.

Esse processo de fusão ocorreu no período em que o Brasil se aproximava de seu primeiro centenário, como nação politicamente independente (em 1922). Não se pode desconsiderar, ainda, que a UFRJ se originou institucionalmente, também, no contexto devastador da gripe espanhola, reafirmando a sua importância como instituição, à época, por meio de esforços consideráveis no combate àquela pandemia. Esse panorama inspirou a produção do documentário “Centenária: a Universidade do Brasil entre duas pandemias”²⁶³, lançado recentemente para a celebração dos seus 100 anos, no contexto da própria *Pandemia da Covid-19*. No documentário, são retratados, ainda:

detalhes pouco conhecidos da primeira instituição federal de ensino superior do país, desde sua criação, em 7 de setembro de 1920, em meio à visita do Rei Alberto da Bélgica, passando pelo pioneirismo de Carlos Chagas Filho e o contexto que impulsionou a pesquisa dentro da universidade, até sua atuação a favor do ensino superior gratuito durante a redemocratização e a mudança de perfil dos estudantes de graduação com a criação das cotas, em 2012 (100 ANOS UFRJ).

²⁶² Website dedicado ao centenário da UFRJ. Disponível em <<https://100anos.ufrj.br/>>

²⁶³ Documentário dos 100 anos da UFRJ disponível em <<https://youtu.be/e11pcdw5Jqw>>

Como as raízes da UFRJ precedem o ano de 1920, se buscou lançar um olhar, também, para a sua pouco conhecida “pré-história”. Suas raízes mais distantes se originam, efetivamente, no denominado “Brasil Colônia”, período em que foi fundada a *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*, em 1792, por iniciativa do vice-rei D. Luís de Castro. As imagens do processo de transformação daquela instituição de ensino, ao longo dos séculos, até se tornar a atual Escola Politécnica da UFRJ, estão ilustradas na sequência da Figura 30, apresentada a seguir:

Figura 30: Imagem do primeiro prédio da UFRJ, de 1792, e dos prédios da Escola Politécnica



Fonte: (POLI UFRJ, online, <http://poli.ufrj.br/a-politecnica/historia/>)

Na época do “Brasil Colônia”, poucos países possuíam escolas para a formação regular de engenheiros, tendo a Real Academia representado, assim, uma exceção no contexto da política portuguesa. Até então, as inúmeras propostas para a criação de escolas de ensino superior no Brasil haviam sido impedidas, pois a metrópole priorizava o fornecimento de bolsas de estudo em Portugal, com o objetivo de manutenção de seu poder, também, por meio da produção de conhecimento acadêmico. A proibição na oferta de cursos superiores na colônia, naquela época, representava uma forma de conter as ameaças aos interesses da Corte. Por essa razão, por lei, os filhos das elites colonial e imperial deveriam se dirigir às universidades europeias para concluir os seus estudos (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

Localizada na Casa do Trem, onde, atualmente, está situado parte do Museu Histórico Nacional (instalado na Praça Mal. Âncora, Centro do Rio de Janeiro), a referida academia foi sucedida e substituída, em 1810, pela *Academia Real Militar*. Criada com o objetivo de ministrar um curso completo de nível superior, essa abrangia disciplinas de ciências

matemáticas, ciências de observações (física, química, mineralogia, metalurgia e história natural, com reinos vegetal e animal), e ciências militares (tática, fortificação e artilharia), entre outras. O programa desse curso, com sete anos de duração, tinha como modelo as instituições de ensino superior europeias, sobretudo, com inspiração na Universidade de Coimbra e na Escola Politécnica de Paris (ARQUIVO NACIONAL, 2020, online).

Em 1812, essa Academia teve sua sede transferida para o Largo de São Francisco de Paula, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Nesse prédio, o primeiro no Brasil construído especificamente para abrigar uma Escola de Ensino Superior, a Academia Militar funcionou até 1858. E, em 1874 foi transformada em Escola Politécnica. Esta, em 1966, transformou-se em Escola de Engenharia, quando foi transferida para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, no mesmo ano em que o antigo prédio passou a ser ocupado pelos Institutos de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e de História da UFRJ (POLI UFRJ, online; IFCS UFRJ, online).

Nessa trajetória, é importante resgatar que, com a transferência da Corte de Portugal para o Brasil, em 1808, foram promovidas profundas mudanças políticas, administrativas, econômicas, militares e judiciárias no país, para atender às demandas da nova sede da monarquia portuguesa. Como consequência, foram organizados cursos especializados, de caráter prático, voltados às necessidades mais urgentes da administração da Corte. Naquela época, foram criados, ainda, importantes instituições de ensino superior, “como a Escola de Cirurgia da Bahia (1808), a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro (1808), a Real Academia dos Guardas-Marinhas (1808) e a própria Academia Real Militar (1810)” (ARQUIVO NACIONAL, 2020, online).

No lastro desse processo, entre essas instituições, a *Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia* (que posteriormente se tornaria a Faculdade de Medicina da UFRJ) foi criada pelo príncipe regente D. João, por Carta Régia, assinada em 5 de novembro de 1808, sendo instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo. Mas, naquela época, a estratégia colonial era dificultar o acesso ao ensino superior, por considerá-lo como uma ameaça aos interesses da Corte, sendo os médicos, na colônia, apenas poucos brasileiros graduados na Europa e raros europeus que atuavam no Brasil. Isso porque, apesar de a Escola ter se desenvolvido e ter sido substituída pela *Academia Médico-Cirúrgica*, em 1813, apenas em 29 de setembro de 1826 foi autorizada, por Decreto-Lei de Dom Pedro I, a emissão de diplomas e certificados para médicos/as que faziam o curso no Brasil (MEDICINA UFRJ, online).

Construída a partir dos desdobramentos desse processo histórico, a UFRJ foi criada, oficialmente, pelo governo federal, em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto n.º

14.343, institucionalizada pela fusão da Escola Politécnica (1792), da Faculdade Nacional de Medicina (1808) e da Faculdade Nacional de Direito (1891).

Outro marco nesta retrospectiva foi a data de 5 de julho de 1937, quando a UFRJ foi reorganizada e transformada em Universidade do Brasil (UB) pela Lei n.º 452/1937, com a missão de se tornar um modelo a ser seguido pelas instituições universitárias, a partir de então. Sendo assim, para garantir o ingresso dos melhores alunos do país, os critérios para tal deveriam ser rigorosos. Também por essa razão, desde então, a antiga UB vem sendo caracterizada, até os dias atuais, pelo seu gigantismo, sendo, por vezes, criticada em sua trajetória, como elitista.

Mas tem sido, também, incessantes as transformações no Ensino Superior do país, desde então. Nessa trajetória, em tempos mais recentes, em 1965, por intermédio da Lei n.º 4.759, o governo federal passou a padronizar a nomenclatura das instituições universitárias federais, renomeando a UB como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esse breve resgate histórico sobre o cenário para a criação da universidade mais antiga do Brasil inspirou a elaboração de uma lista dos principais documentos e marcos de criação dessa pré-história, estão sistematizados por decretos de organização e antecedentes (APÊNDICE F).

Diante dessa imersão na pré-história da UFRJ, vale ressaltar, também, a sua relevância no plano patrimonial. O Museu Nacional²⁶⁴, por exemplo, é um dos mais antigos e emblemáticos edifícios da instituição, sendo originado de um casarão do século XVII, como sede da fazenda jesuítica de São Cristóvão. Mas em 1759, essa propriedade foi segmentada em várias fazendas e leiloadas. A edificação, doada ao príncipe regente Dom João, em 1809, passou, então, por inúmeras reformas, como a ampliação feita por D. Pedro II, a partir de 1850, onde viveu por um longo período, sendo o edifício testemunha de inúmeros momentos históricos do país e da própria instituição. Com a República, foi adotado como sede para as reuniões do Congresso Constituinte e, em 6 de junho de 1818, se tornou o Museu Nacional²⁶⁵, sendo incorporado à UFRJ no ano de 1946.

²⁶⁴ Museu Nacional <http://www.etu.ufrj.br/imoveis_tombados/8>

²⁶⁵ Com um prédio de estilo neoclássico, um dos mais significativos da arquitetura brasileira, o Museu Nacional contava com um dos maiores acervos científicos da América Latina. As peças selecionadas para a composição das exposições abertas ao público representam parte dos 20 milhões de itens das coleções que vinham sendo conservadas e estudadas pelos departamentos de Antropologia, Botânica, Entomologia, Invertebrados, Vertebrados, Geologia e Paleontologia, entre de laboratórios de pesquisa e cursos de pós-graduação da UFRJ. Mas um incêndio, em setembro de 2018, três meses após o no Museu Nacional completar 200 anos, representou um trágico capítulo na história da instituição e do próprio do país.

No período de realização da presente pesquisa, o Brasil viu parte de sua própria história se queimar e se perder nos escombros desse Museu emblemático, que vem buscando se reerguer das cinzas.

Dentre as edificações históricas da instituição, cabe, também, mencionar o edifício da Faculdade de Direito, tombado em 1988, construído no início do século XIX, como residência do último vice-rei do Brasil, Conde dos Arcos. Após a Independência, esse prédio foi comprado pelo Governo e reformado para sediar o Senado Imperial. Com a Proclamação da República, em 1889, tornou-se sede do Senado Republicano, até 1924. Entre 1926 e 1937, foi ocupado por repartições federais, como o Departamento Nacional de Educação e do Ministério da Saúde. A partir de 1938 passou a abrigar a antiga Faculdade Nacional de Direito, nome atual Faculdade de Direito da UFRJ²⁶⁶.

O Palácio Universitário, por sua vez, tombado em 1972, foi inaugurado em 1852, tendo sido construído para abrigar o Hospício Pedro II como o primeiro hospital especializado no tratamento de doenças mentais no Brasil. Nesse local de formação de médicos nos estudos de psiquiatria foi instada a primeira cátedra dessa especialização na Faculdade de Medicina, onde, também, foram iniciadas as primeiras pesquisas sobre psicanálise no país. A beleza e a perfeição dos detalhes artísticos e técnicos desse prédio fizeram com que o edifício fosse considerado como o "palácio neoclássico mais belo do país"²⁶⁷, e um marco da construção civil do novo reinado.

Importante mencionar que, além de sua relevância arquitetônica e cultural, o patrimônio construído da UFRJ está também associado a importantes simbologias da luta política no país. Durante a Ditadura Militar, por exemplo, o campus da Praia Vermelha, onde está inserido o referido Palácio Universitário, representou um dos espaços de resistência, tendo sido, em 1966, invadido pelos militares, que derrubaram o portão e ocuparam o prédio onde estavam cercados cerca de 600 estudantes. Concentrados no terceiro andar do Palácio, os jovens foram obrigados a atravessar um corredor polonês, sendo espancados até a saída do imóvel. Esse primeiro grande confronto entre as forças da repressão e os estudantes da UFRJ, após o golpe militar de 1964, ficou conhecido como o "Massacre da Praia Vermelha"²⁶⁸. Além desse lamentável episódio na história do país, outro momento difícil ocorreu, mais recentemente na Praia Vermelha, em 2011, quando um incêndio atingiu o Palácio Universitário da UFRJ, mesmo ano da defesa de uma tese de doutorado adotada como referência na presente pesquisa, intitulada "A casa de Minerva: entre a ilha e o Palácio. Os discursos sobre os lugares como metáfora da identidade institucional" (OLIVEIRA, 2011).

²⁶⁶ http://www.etu.ufrj.br/imoveis_tombados/3

²⁶⁷ http://www.etu.ufrj.br/imoveis_tombados/7

²⁶⁸ <http://memorialdademocracia.com.br/card/pm-comanda-o-massacre-da-praia-vermelha>

No caso do prédio da Escola de Música, tombado em 1992, esse imóvel foi adquirido, em 1855, pelo Governo Imperial, para receber o acervo da Biblioteca Nacional. Mas após a mudança para a Avenida Rio Branco, também no Centro do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Música foi transferido para o local, em 1913, e incorporado à UFRJ em 1931. Essa edificação, com o Salão de Concertos Leopoldo Miguez (com acústica considerada entre as melhores do país) e sua imponente fachada em estilo italiano, por sua importância arquitetônica e histórica, foi tombada como Patrimônio Histórico Municipal²⁶⁹.

Com relação ao Conjunto Paisagístico do Observatório do Valongo (OV), tombado ainda em 1938, esse foi criado como Observatório da Escola Politécnica, em 1881. No topo do Morro da Conceição, o OV abriga, atualmente, o curso de Astronomia da UFRJ, primeira graduação do país, que, ao longo de 50 anos, foi também a única IES a oferecer o curso, no Brasil. O seu acervo histórico conta com documentos e instrumentos de observação, entre os quais, o primeiro telescópio fabricado no Brasil, produzido em 1880. A partir de 2002, o OV se tornou, oficialmente, um instituto da UFRJ, com a sua incorporação ao Departamento de Astronomia do Instituto de Geociências (IGEO)²⁷⁰.

O prédio do Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA)²⁷¹, tombado desde 1983, foi inaugurado em 1879, por Dom Pedro II, como o Asylo de Mendicidade, único exemplar de arquitetura panóptica²⁷² da América Latina. Em 1920 o asilo foi transformado em Hospital Escola, e passou a compor o complexo médico-hospitalar da UFRJ a partir de 1945. Mas em 1978, foi desativado, sendo reaberto dez anos depois, em 1988.

Nesse contexto, cabe destacar a importância do edifício-sede do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE), tombado desde 1989. De estilo eclético, foi construído, em 1922, para abrigar o Hotel Sete de Setembro. Localizado no bairro do Flamengo, Zona Sul carioca, esse prédio foi idealizado para a hospedagem de turistas e de autoridades visitantes durante a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Em 1926, se tornou o Núcleo Residencial da Escola de Enfermagem Anna Nery, sendo desativado e ocupado pela Casa do Estudante Universitário, a partir de 1973, também um marco de resistência durante a Ditadura Militar no Brasil. Mas, devido ao estado de degradação avançada do prédio, pelo abandono de muitos anos, em 1995, a UFRJ retomou a posse do imóvel, iniciando um longo

²⁶⁹ Escola de Música da UFRJ <http://www.etu.ufrj.br/imoveis_tombados/6>

²⁷⁰ http://site.mast.br/pdf_volume_1/observatorio_valongo_historia_ensino_superior.pdf

²⁷¹ <<http://www.hesfa.ufrj.br/inc/bookflip/index.php?revista=ebook&pgs=40>>

²⁷² “A arquitetura panóptica permite ser usada em praticamente qualquer lugar e instituição. Ela permite que o olhar vá para além de suas fronteiras: a escola pode observar os pais, o trabalho pode observar o momento de diversão e assim por diante”. Disponível em <<http://shre.ink/mJMJ>> Acesso em 21 ago. 2022.

processo de restauração do patrimônio para abrigar o CBAE como um centro de excelência da Universidade, vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura (FCC).²⁷³.

Quanto ao Edifício Jorge Machado Moreira (JMM), tombado em 2016, o imóvel foi projetado em 1957, na Ilha do Fundão, Cidade Universitária, concebido como um novo paradigma arquitetônico. Esse prédio se destaca arquitetonicamente, no conjunto patrimonial da UFRJ, por sua composição e volumetria. Seus ambientes livres, projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx, têm a mesma relevância dos espaços edificados, ressaltando a percepção indissociável desses elementos. Não por acaso, esse conjunto está em processo de tombamento, primeiramente dos jardins projetados por Burle Marx e do painel em concreto que compõe sua fachada principal, em 2009 (ano do centenário do paisagista), e do edifício propriamente dito, em 2016, imediatamente após o incêndio ocorrido no seu 8º andar²⁷⁴.

Diante desse resgate histórico sobre o patrimônio arquitetônico da UFRJ, vale ressaltar a criação da própria Cidade Universitária, onde está inserida a edificação JMM. Idealizada pelo Ministro da Educação e Saúde à época, Gustavo Capanema, ainda em 1935, foram iniciadas pesquisas para o projeto do campus em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, e apenas em 1944 começou efetivamente o seu desenvolvimento, com a criação do Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB), atual Escritório Técnico da Universidade (ETU)²⁷⁵.

Mas o ETUB, naquela época, fazia parte do Departamento Administrativo do Governo Federal, “portanto, quem projetou a Cidade Universitária não era a universidade. Vinha de fora da universidade. Isso tem muito a ver com a lentidão, o desenvolvimento da Cidade Universitária, e com a forma como ela foi feita”, ressaltou o pesquisador Luiz Antônio Cunha, em uma entrevista para a série de vídeos publicados por ocasião do centenário da UFRJ. O pesquisador se refere à conformação fragmentada do espaço do campus de acordo com o urbanismo moderno, que concebe o território tendo como base a setorização das atividades, em função das faculdades predominantes, sobretudo na engenharia e medicina²⁷⁶.

²⁷³ O CBAE busca atuar como órgão de integração e cooperação interna e externa, com o objetivo de promover o conhecimento nacional, difundir experiências internacionais e promover o uso social do conhecimento, por meio de conferências, seminários, atividades artísticas, entre outros eventos abertos ao público. Disponível em <http://www.etu.ufrj.br/imoveis_tombados/1>

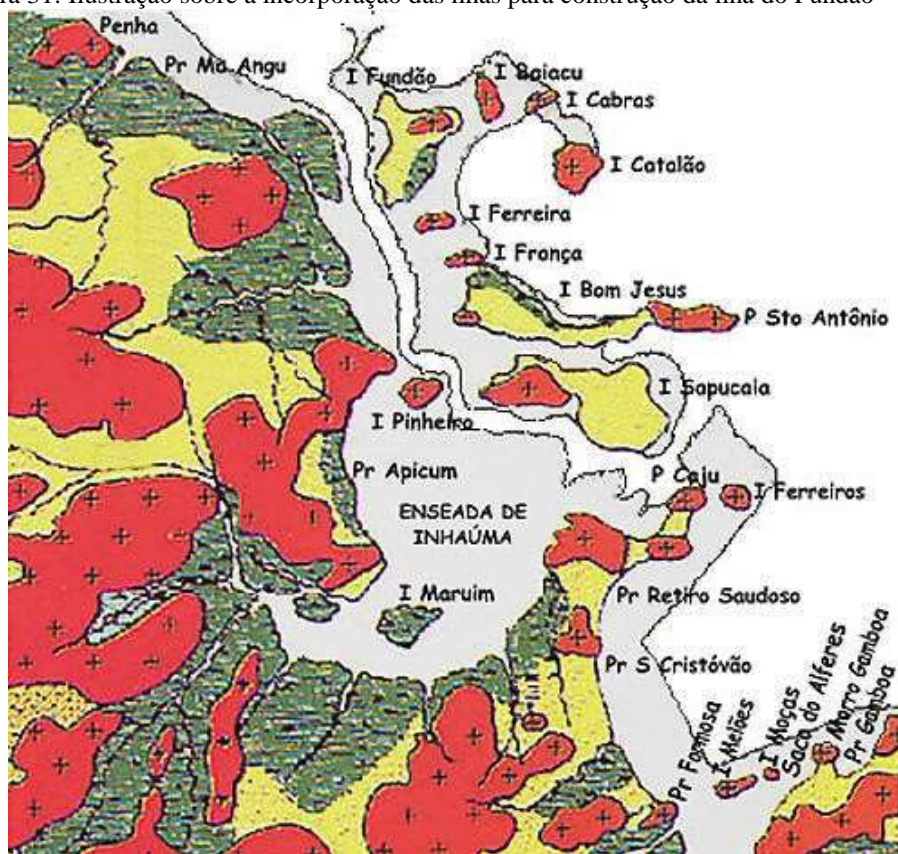
²⁷⁴ “O tombamento provisório do edifício teve por objetivo sua proteção, impedindo que a reconstrução deste pavimento, após o incêndio, comprometesse a composição original de suas fachadas. Contudo, somente com um Plano de Conservação, aprovado junto aos órgãos competentes, será possível a obtenção do tombamento definitivo, primeiro em instância municipal e posteriormente em instância federal, sendo assim reconhecido como patrimônio nacional” <http://www.fau.ufrj.br/historia-e-patrimonio/>

²⁷⁵ <http://www.fau.ufrj.br/historia-e-patrimonio/>

²⁷⁶ https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-luiz-antonio-cunha/

Uma das premissas para a escolha do local para a construção do Campus Universitário foi a busca pela menor interferência possível na geografia da cidade, já considerada, à época, como uma ocupação caótica, sem áreas livres. Assim, a Cidade Universitária foi projetada sobre uma ilha criada artificialmente, a partir de um arquipélago na Baía de Guanabara, entre 1948 e 1952. Localizada na Enseada de Inhaúma, Zona Norte carioca, a região foi nomeada como Ilha do Fundão, uma das ilhas dessa Baía, conforme ilustração na Figura 31, a seguir.

Figura 31: Ilustração sobre a incorporação das ilhas para construção da ilha do Fundão



Fonte: AMADOR (1997), no *website* do Projeto Orla Sem Lixo

Assim, o projeto urbano da Cidade Universitária e os projetos arquitetônicos de seus edifícios, foram elaborados, em 1949, pelo Arquiteto Jorge Machado Moreira, tendo como inspiração o urbanismo moderno, voltado para um traçado que priorizava as vias de transporte automotor, com avenidas largas e vários estacionamentos.

No entanto, o aterramento para a configuração definitiva da Ilha do Fundão causou degradação da cobertura vegetal e dos manguezais das ilhas vizinhas. Além disso, esses manguezais recebem o aporte de lixo conduzido pelas marés e “pelas águas fluviais da bacia hidrográfica que abrange 16 municípios e que drenam para a Baía de Guanabara, impactando tanto a fauna como a flora dos manguezais, prejudicando o funcionamento do ecossistema”

(PROJETO ORLA SEM LIXO, 2022). Mas alguns projetos recentes de recuperação ambiental na ilha vêm ampliando o espaço ocupado por manguezais, tais como a criação das áreas no canal do Fundão, que entre os anos de 2003 e 2014, ampliaram em 92% a área deste ecossistema. Além disso, em 2022 foi iniciado o Diagnóstico Participativo das Comunidades Pesqueiras situadas na Ilha do Fundão, de modo a estreitar os vínculos com esses grupos e criar ambientes nos quais possa emergir um processo de troca de saberes e fazeres, na busca por soluções conjuntas para a problemática de coleta e transporte do lixo flutuante no entorno da Ilha.

Importante mencionar que, além das unidades da UFRJ no estado do Rio de Janeiro, a *Estação Biológica de Santa Lúcia* (EBSL)²⁷⁷, no Espírito Santo, também pertence à instituição, em parceria com o *Museu de Biologia Professor Mello Leitão* e a *Sociedade de Amigos do Museu Nacional*. Criada em 1939, por Augusto Ruschi, considerado o patrono da Ecologia brasileira, com o objetivo de aliar preservação ambiental e respeito histórico ao intenso trabalho de investigação científica nos remanescentes florestais da Mata Atlântica, essa reserva está situada em uma área de 339 hectares, sendo reconhecida como um patrimônio natural da UFRJ, por sua extraordinária biodiversidade, ainda pouco estudada.

E no estado do Ceará, o *Polo Casa da Pedra* compõe, ainda, o *Instituto de Geociências* (IGEO) da UFRJ²⁷⁸. Localizado em Santana do Cariri, esse Polo foi inaugurado em 2016, com o objetivo de apoiar estudantes e pesquisadores do IGEO, possibilitando a consolidação de um programa de “educação pela pedra”, para o desenvolvimento de trabalhos de campo nesta região, considerada como um sítio geológico e paleontológico de relevância mundial. Como resultado de uma parceria entre a UFRJ e a Prefeitura do município cearense, esse Polo também representa uma estrutura de apoio e de alojamento para a própria cidade.

Embora os campi, institutos e unidades da UFRJ estejam mapeados²⁷⁹, as informações sobre a instituição estão em processo de levantamento e atualização, com o apoio do *software ArcGIS*²⁸⁰, um sistema de informação geográfica disponível *online*. Essa sistematização vem sendo liderada pelo *Escritório Técnico da Universidade* (ETU), órgão responsável pela

²⁷⁷ Localizada entre os distritos de Valssugana Velha e Santa Lúcia, no município de Santa Teresa, no Espírito Santo, essa área protegida possui diversos projetos de pesquisa em andamento nos campos da biologia e da antropologia. Entre as pequenas infraestruturas nos limites da propriedade, se destacam uma ponte pênsil para travessia do rio Timbú e um reservatório de captação de água para abastecimento dos alojamentos e laboratório, localizados fora da EBSL. Disponível em <<https://www.samn.org.br/ebsl>>

²⁷⁸ Mais informações em <<https://igeo.ufrj.br/instituto/casa-da-pedra/>>

²⁷⁹ https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1kcK8huhTX2qgHkL_6kdajPvuNU&ll=-22.951856684271895%2C-43.275474916363606&z=11

²⁸⁰ *ArcGIS* da UFRJ. <<https://universidade-federal-do-rio-de-janeiro-ufrj.hub.arcgis.com/>>

elaboração de planos, projetos, além de execução de obras e serviços relativos à construção, manutenção e à conservação dos imóveis e do patrimônio da UFRJ.

Esse breve panorama apresentado, para conhecer o percurso histórico e a importância patrimonial da UFRJ, universidade mais antiga do país, permitiu uma visita guiada pela própria História do Brasil, visto que, em diversos momentos essas trajetórias se entrecruzam.

6.1.2 O retrato da UFRJ: “uma universidade do tamanho de uma cidade”

A construção de uma imagem organizacional está fundamentada em elementos que compõem a identidade da própria organização, expressa, de maneira geral, pelo conjunto Missão, Visão e Valores. Essas diretrizes, após pactuadas na esfera estratégica da instituição, devem ser, em tese, compartilhadas com seu corpo social, e, transmitidas ao público externo. E, dependendo da forma como é construída ou propagada, pode até mesmo ser defendida pelo seu público como os seus próprios valores pessoais (ARANTES et al., 2013; BARRETO JÚNIOR et al., 2013; FERNANDES et al., 2009; LOBATO et al., 2009; SCORSOLINI-COMIN, 2012; VIEIRA; LEMOS, 2014).

No caso da UFRJ, campo de observação na presente tese, a Missão, a Visão e os Valores foram publicados em seu Plano de Conduta e de Integridade, em 2020, em conjunto com os objetivos estratégicos da instituição. Esse documento “representa para a sua comunidade acadêmica e administrativa a efetivação de ações e programas que, certamente, contribuirão ainda mais para a cultura da ética na Instituição” (UFRJ, 2020, p. 5). Discutido e aprovado na sessão do dia 26 de março de 2019, pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva²⁸¹, “órgão de coordenação da estrutura superior da Universidade, este documento foi conduzido em articulação com os objetivos da UFRJ, com a autonomia universitária e com princípios da administração pública” (UFRJ, 2020, p. 5), devendo estar aberto a colaborações, em constante construção, de forma contínua e dinâmica.

Cabe ressaltar que o conjunto de Missão, Visão e Valores da UFRJ, ao longo do desenvolvimento da presente tese, foi atualizado no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, tendo passado o documento pelo crivo de consultas públicas no ano de 2020, e tendo sido aprovado pelo Conselho Universitário (Consuni), em 20 de abril de 2021. Assim, a Missão da UFRJ foi estabelecida no sentido de “*Contribuir para o avanço*

²⁸¹ A aprovação do documento ocorreu em momento anterior ao contexto de Pandemia e, certamente, contribuiu para o enfrentamento dos desafios institucional, quando as atividades da instituição tiveram que ser reorganizadas para atender aos critérios de segurança estabelecidos pelos órgãos de saúde.

científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária”. No caso da Visão, no PDI UFRJ 2020-2024 ficou definido que a instituição visa:

Posicionar-se entre os líderes mundiais na produção de conhecimento e na formação emancipadora em diferentes áreas do saber, integrando-as de maneira a construir respostas para os inúmeros desafios do nosso século e destacando-se como um veículo transformador da realidade socioeconômica e ambiental (PDI UFRJ, 2021).

Os Valores da UFRJ, por sua vez, estão pautados nos seguintes pilares: *a) Excelência acadêmica; b) liberdade de pensamento e expressão; c) responsabilidade social e ambiental; d) ética e transparência; e) diversidade, acessibilidade e inclusão social; f) autonomia universitária, didático-científica, administrativa e de gestão.*

Além desses elementos que configuram a identidade da UFRJ, e se refletem em sua imagem organizacional, a visão estratégica relacionada às estruturas de Gestão e Governança da universidade, em sua versão atual, publicada no PDI UFRJ 2020-2024, estão sistematizadas no Organograma, ilustrado na Figura 32, a seguir:

Figura 32: Organograma da UFRJ, no Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI UFRJ 2020-2024



Fonte: PDI UFRJ (2021)

Especificamente com relação ao compromisso de sustentabilidade, no PDI UFRJ 2020-2024, a Agenda 2030 (ONU, 2015) é mencionada no item 2.9.4 desse documento, intitulado “Contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas”. Nesse item, inserido após a consulta pública à comunidade acadêmica, no eixo “2.9 Responsabilidade Social da UFRJ”, algumas ações em curso na universidade foram pontuadas, relacionando as práticas da UFRJ aos ODS. Porém, o termo Agenda 2030 foi mencionado apenas duas vezes em todo o documento, tendo sido apresentado, pontualmente, como uma das metas da Extensão Universitária.

Nesse PDI foi ressaltado, no entanto, o envolvimento da UFRJ em praticamente todos os 17 ODS, no documento em questão foi, também, mencionado um recente levantamento, realizado por meio da ferramenta *SciVal*, da *Elsevier*, que analisou publicações nacionais e internacionais da UFRJ relacionadas aos ODS. Entre os de maior destaque, em termos de enfoque institucional, podem ser mencionados: o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), o ODS 8 (Emprego Digno e Crescimento Econômico), o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

No documento, no âmbito da UFRJ, foram listadas, ainda, algumas das principais ações relacionadas aos ODS, conforme sistematizado no Quadro 25, a seguir:

Quadro 25: Iniciativas institucionais relacionadas aos ODS, pontuadas no PDI UFRJ 2020-2024

ODS	Iniciativas institucionais relacionada à Agenda 2030 na UFRJ
ODS 1 Erradicação da Pobreza	a) Ações de política estudantil voltadas à concessão de bolsas auxílio, que possibilitam a inclusão de discentes de baixa renda no ensino superior; b) Viabilização de benefícios relacionados à alimentação, transporte, educação infantil, material didático e moradia; c) Ações de inovação e empreendedorismo social lideradas pela Agência UFRJ de Inovação e pela Pró-Reitoria de Extensão; d) Incubadora tecnológica de cooperativas populares para a geração de negócios que beneficiam a renda de famílias mais vulneráveis e impactam positivamente o entorno da Universidade.
ODS 2 Fome Zero	a) Trabalho de grupos de pesquisa para a geração de produtos relacionados à agricultura sustentável, como bioinoculantes e biofertilizantes; b) Restaurantes universitários nos campi que proporcionam alimentação balanceada, de qualidade, e com opções vegetarianas para todo o corpo social da instituição.
ODS 3 Saúde e Bem-Estar	a) Oferecimento de 16 cursos na área da Saúde, com um significativo número anual de egressos, que contribuem com a saúde pública e privada no país; b) Complexo hospitalar contendo nove unidades, com diferentes focos na Saúde, incluindo um hospital de nível terciário, referência para diversas patologias infecciosas e crônico-degenerativas no Estado do Rio de Janeiro; c) Atuação de discentes como agentes de saúde em unidades básicas de atendimento e no internato em Saúde da Família, fazendo buscas ativas em várias comunidades e atuando na prevenção de doenças prevalentes, como a hipertensão arterial e o diabetes.
ODS 4 Educação de Qualidade	a) Destaque da UFRJ no último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); b) Oferecimento de 31 cursos de licenciatura, formando docentes para a educação básica em diferentes áreas, tanto para o ensino público quanto particular; c) Abertura das instalações de

	diversas unidades para receber discentes do ensino básico durante as férias em seus cursos de verão, nos quais as crianças são incentivadas a conhecer mais sobre a Ciência e seu impacto para solução de problemas locais e globais; d) 17 museus, coleções e espaços de Ciência abertos à visitação de grupos escolares, que podem usufruir de material diversificado e inclusivo.
ODS 5 Igualdade de Gênero	a) estímulo ao engajamento de alunas em disciplinas e cursos de Ciências Exatas, onde elas são historicamente minoria; b) Resoluções colegiadas que exprimem o respeito à orientação sexual e à gravidez, maternidade e puerpério; c) Atendimento a docentes, técnicos-administrativos e discentes na escola de educação infantil, mas há, ainda, a necessidade de expansão no número de vagas para todos os campi.
ODS 6 Água Potável e Saneamento	Tema fortemente contemplado nas linhas de pesquisa da instituição e identificados em iniciativas pontuais, mas ainda carente de políticas institucionais com foco específico nessas temáticas.
ODS 7 Energia Limpa e Acessível	Tema fortemente contemplado nas linhas de pesquisa da instituição e identificados em iniciativas pontuais, mas ainda carente de políticas institucionais com foco específico nessas temáticas.
ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico	De acordo com o PDI UFRJ 2020-2024, “Por ser uma instituição pública federal, cujos servidores seguem o Regime Jurídico Único (RJU), o ODS 8 torna-se menos aplicável à instituição” (PDI UFRJ, 2021).
ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura	a) Destaque na interação com empresas por meio do edital de Doutorado Acadêmico para Inovação (DAI), do CNPq, com projetos em andamento, envolvendo cinco Programas de Pós-graduação e seis empresas; b) Edital de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação11 (MAI-DAI), do CNPq, recebendo nota 9,5; c) Protagonismo evidenciado pelo número de convênios de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento vigentes (mais de 1 mil projetos, com valores totais que ultrapassam 2 bilhões de reais); d) A quantidade de empresas-filhas é crescente e inclui fortemente as de base tecnológica.
ODS 10 Redução das Desigualdades	a) A inserção de discentes que são os primeiros em suas famílias a cursar o ensino superior está diretamente ligada à adesão da UFRJ à política de cotas a partir de 2010, que contempla a população de baixa renda, proveniente de escolas públicas, os pretos, pardos e indígenas e as pessoas com deficiência (PcD); b) O número de ingressantes PcD é crescente desde 2016, em função da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015); c) Destinação de parte de suas vagas de concurso de servidores para PcD; d) Obras de adequação de infraestrutura da UFRJ para a garantia de acessibilidade em todos os Centros e campi.
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	a) Abertura dos espaços da UFRJ (quadras poliesportivas, seus 17 museus, coleções e espaços de Ciência, além dos próprios espaços ao ar livre dos campi) para a comunidade; b) O campus do Fundão é via de passagem para os que se dirigem do subúrbio para o Centro do Rio de Janeiro, sendo uma via alternativa que contribui para a redução dos constantes engarrafamentos; c) O transporte no campus do Fundão conta com um sistema de bicicletas compartilhadas, uma iniciativa possível por meio do Fundo Verde; d) Circula no campus, de forma experimental, o H2+2 – um ônibus híbrido, cuja pilha a combustível é alimentada com hidrogênio, projeto que pode ser expandido, contribuindo significativamente para a redução de emissão de gás carbônico; e) Com a <i>Pandemia da Covid-19</i> , iniciou-se a prática de trabalho remoto, que deverá ser avaliada como alternativa a determinados grupos de funcionários, cuja jornada semanal pode ser condensada, reduzindo seu desgaste e contribuindo para a melhoria da mobilidade urbana.
ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis	Adoção de políticas de reciclagem de resíduos pelos Centros, com coletores espalhados pelos corredores e educação continuada do pessoal terceirizado de limpeza. Como exemplo, o Projeto Recicla CCS, em funcionamento desde 2011, está inserido no programa de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Centro de Ciências da Saúde (CCS), simultaneamente com a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Há, no entanto, muito trabalho a ser feito na UFRJ em relação ao tema.
ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima	a) Correlação entre as ações citadas para o ODS 11; b) As medidas contra a mudança do clima e seus impactos são representadas pelo <i>UFRJ Ambientável</i> , evento da Engenharia Ambiental criado para discutir as questões ambientais e seus desafios; c) Diversos eventos do Instituto de Biologia voltados ao público interno e externo à UFRJ sobre o tema.

ODS 14 Vida na Água	Ações relacionadas podem ser identificadas em inúmeros eventos da UFRJ, na participação em desafios e prêmios. Tais ações precisam ser mais bem sistematizadas para evidenciar a efetiva participação da UFRJ nesse ODS.
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Ações relacionadas podem ser identificadas em inúmeros eventos da UFRJ, na participação em desafios e prêmios. Tais ações precisam ser mais bem sistematizadas para evidenciar a efetiva participação da UFRJ nesse ODS.

Fonte: Elaborado pela Autora (2022) com base no PDI UFRJ (2021).

Ainda que não envolva todos os 17 ODS, o Quadro acima teve o objetivo de sistematizar, preliminarmente, as informações disponíveis no PDI (UFRJ, 2021) sobre algumas das iniciativas da UFRJ em curso, com relação à Agenda 2030. Mas, diante da dimensão da instituição, como sendo a mais antiga e a maior universidade federal do Brasil, essas informações parecem ainda não refletir toda a potencialidade de contribuições da UFRJ no sentido dos compromissos estabelecidos na Agenda 2030.

Vale ressaltar que o *Times Higher Education (THE) Impact Ranking*, mencionado no capítulo anterior, desde 2018 dispõe de uma metodologia, que vem sendo aprimorada, anualmente, com o objetivo de contribuir para a sistematização das práticas sustentáveis no contexto das universidades. Nesse sentido, com base em indicadores específicos direcionados ao ambiente universitário, para cada um dos 17 ODS, o relatório do *THE Impact* foi elaborado pela UFRJ, pela primeira vez, em 2022, e pode representar, no futuro, um importante instrumento para contribuir com essa sistematização de práticas sustentáveis na instituição.

Entre os ODS escolhidos pela UFRJ, para a análise do *THE Impact*²⁸² (conforme metodologia do *ranking*, que avalia apenas quatro ODS, por universidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) obteve a maior pontuação no dispositivo, em relação aos outros três ODS analisados com as informações da UFRJ. No entanto, e contraditoriamente, no PDI, esse mesmo ODS foi considerado como “menos aplicável à instituição”, conforme ilustrado no Quadro anterior. Os outros dois objetivos escolhidos pela UFRJ, para análise do *THE Impact 2022*, foram o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), além do ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), obrigatório para todas as universidades, de acordo com a metodologia do *THE Impact Ranking*.

Para 2023, com relação aos três ODS escolhidos pela UFRJ para viabilizar a sua participação no *THE Impact ranking*, o ODS 8 foi mantido, mas os ODS 10 e 16 foram substituídos pelo ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e o ODS 14 (Vida na Água). Mas até o fechamento da presente pesquisa, as informações necessárias para o relatório do referido *ranking* ainda estavam em fase de preenchimento.

²⁸² <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/federal-university-rio-de-janeiro>

Como anteriormente mencionado, embora a participação da UFRJ seja, ainda, incipiente em *rankings* internacionais sobre a temática da sustentabilidade em universidades, conforme já discutido no capítulo anterior, a instituição tem tido grande visibilidade, nos últimos anos, em função de sua excelência e ação engajada nesse campo pulsante, na atualidade. Como exemplo, nesse sentido, vale destacar a sua menção no *Webometrics Ranking of World Universities 2022*, elaborado pelo *Conselho Superior de Investigações Científicas* (CSIC), maior órgão público de pesquisa da Espanha, que considerou a UFRJ como a melhor IES federal do Brasil.

Um outro *ranking* a ser mencionado é o britânico *QS Latin America*²⁸³, que, em 2022, considerou a UFRJ como a melhor universidade federal brasileira, além de a nona melhor IES da América Latina, com base em cinco critérios de avaliação: impacto e produtividade da pesquisa, compromisso docente, empregabilidade, impacto online e internacionalização (QS LATIN AMERICA UNIVERSITY RANKINGS, 2022b). Nesse *ranking*, a UFRJ foi, também, considerada, em termos de alcance, como “a maior universidade federal do Brasil” (QS LATIN AMERICA UNIVERSITY RANKINGS, 2022c).

Além de sua posição nesses *rankings*, o que ilustra a dimensão da UFRJ, em seu próprio *website* oficial, na sessão “Fatos e Números”²⁸⁴, atualizada em abril de 2022, algumas informações associam a instituição a uma estrutura semelhante à de um município brasileiro de médio porte. Isso porque o corpo social da UFRJ conta com mais de 53 mil discentes de graduação, cerca de 15 mil discentes de pós-graduação, mais de 5 mil docentes e 9 mil funcionários técnico-administrativos, incluindo mais 10 mil pessoas, entre aposentados e pensionistas, tendo a instituição uma população total estimada de 92 mil pessoas.

Considerando as cidades do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a UFRJ ocuparia o 31º lugar, entre os 92 municípios fluminenses, com uma população maior do que Seropédica, Rio Bonito e Guapimirim (na Região Metropolitana do Rio de Janeiro), Três Rios (na Região Norte do estado), além de Valença (na Região Sul do estado), de Búzios e Arraial do Cabo (na Região dos Lagos) e Paraty (na Costa Verde), apenas para mencionar alguns exemplos, conforme estimativa populacional para 2021 (IBGE, 2022). Essas estatísticas fortalecem, uma

²⁸³ O *QS Latin America University Rankings* avaliou 418 instituições em 2022, sendo esse o maior *ranking* da América Latina. Com o maior destaque, o Brasil teve 95 universidades mencionadas, seguido do México, com 64 IES e da Colômbia com 61 instituições. Vale ressaltar que as IES estaduais, USP e UNICAMP, obtiveram as duas primeiras colocações brasileiras, e a UFRJ ocupou o terceiro lugar (QS LATIN AMERICA UNIVERSITY RANKINGS, 2022a).

²⁸⁴ Disponível em <<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/fatos-e-numeros/>>

vez mais, o argumento quanto à escolha desse campo empírico de observação para a pesquisa, por ser essa a maior universidade federal do Brasil.

Apenas na Cidade Universitária, cerca de 100 mil pessoas circulavam, diariamente, nesse campus, antes da *Pandemia da Covid-19*, de acordo com informações disponíveis na sessão “Fatos e Números”, no *website* da UFRJ. Mas essa estimativa de sua abrangência tende a ser ainda maior se for considerada a circulação nos outros três *campi*: da Praia Vermelha, no bairro da Urca; do Complexo Avançado de Xerém, em Duque Caxias; e do Centro Multidisciplinar, em Macaé. E se amplia ainda mais, ao se acrescentar, nesse total, a movimentação de pessoas em outros ambientes institucionais como nas denominadas unidades isoladas da instituição²⁸⁵.

Vale ressaltar que, durante a imersão nas reuniões do GT2, do Plano Diretor, foi possível registrar que a UFRJ é proprietária de 20 imóveis nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará, além de demais benfeitorias nessas localidades. Com relação ao conjunto patrimonial mapeado, fazem parte dessa infraestrutura física cerca de 15 edificações tombadas, quatro imóveis cedidos a terceiros, além de três edificações em processo de invasão e reintegração de posse. Além disso, a UFRJ utiliza, ainda, em seu cotidiano institucional, 11 imóveis cedidos por terceiros, entre edificações e terrenos. Tais informações estão detalhadas, atualizadas e sistematizadas no Apêndice V do PDI UFRJ 2020-2024.

Cabe enfatizar, que, no referido PDI, estão identificados 1.456 laboratórios na UFRJ, nas diferentes unidades e em diversos campos do saber. Entendidos no sentido lato do termo, ou seja, com graus de institucionalidade e denominações diferentes, a maioria está hospedada “no CCS (418), seguido por CCMN (250), CT (231), CFCH (186), CLA (121), FCC (65), Macaé (60), multiunidades (53), CCJE (46), multicentros (18) e Duque de Caxias (8)” (PDI UFRJ, 2021, p. 291), conforme sistematizado no Apêndice T do PDI.

Com relação aos Museus pertencentes à UFRJ, 22 entes museais foram listados no Quadro 5 do PDI, já incluindo o Museu do Laboratório do Instituto de Psicologia, recém-criado e ainda em processo de integração. Assim, o Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio Cultural (SIMAP), vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura (FCC)²⁸⁶ da UFRJ, foi criado em

²⁸⁵ Localizadas no centro do Rio de Janeiro, estão a Escola de Música, a Faculdade Nacional de Direito, o Instituto de História, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, a Escola de Enfermagem Anna Nery, o Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis e, o Centro de Arte Hélio Oiticica. Já na Zona Sul da cidade estão localizados o Colégio Brasileiro de Altos Estudos, a Maternidade Escola e o Colégio de Aplicação da UFRJ, enquanto no bairro carioca de São Cristóvão se situam o Museu Nacional e o Observatório do Valongo. No estado do Espírito Santo, está localizada a Estação Biológica de Santa Lúcia (EBSL) e no Ceará a Casa da Pedra.

²⁸⁶ De acordo com o Regimento da UFRJ, “Art. 12 - O Fórum de Ciência e Cultura, com categoria de Centro Universitário, tem por finalidade: a) o debate e a síntese dos estudos referentes ao progresso dos vários setores

2018 com o objetivo de construir uma política e um sistema integrado de gestão desse patrimônio de valor inestimável da UFRJ.

O esforço dirigido à busca pela preservação de sua memória e de seu legado científico-cultural, materializados em acervos variados, edificações e registros diversos da Arte, Ciência e Cultura, ressalta, uma vez mais, a relevância dessa universidade centenária, detentora de acervos e patrimônios construídos muito antes de sua própria existência formal (UFRJ, 2021).

Com toda essa estrutura institucional, têm sido inúmeros os desafios a serem enfrentados pela instituição. Por essa razão, o incêndio no Museu Nacional²⁸⁷, assim como as limitações referentes ao processo de gestão de seu patrimônio, mobilizou, além do referido SIMAP/FCC/UFRJ, a criação da Superintendência-Geral de Governança, integrada à Superintendência-Geral de Patrimônio e à Divisão de Gestão de Cessão de Uso, ambas vinculadas à Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6).

O Apêndice R do PDI contém um quadro geral de estruturas e/ou instâncias institucionais envolvendo 44 bibliotecas e um *Centro de Documentação de Línguas Indígenas* na UFRJ. Organizadas de forma sistêmica, essas 45 unidades de informação são coordenadas pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI)²⁸⁸. Além disso,

O acervo bibliográfico da UFRJ compõe mais um dos dados que dão a dimensão da Universidade como um todo, e apresenta indicativos impressionantes e desafios logísticos compatíveis com seu tamanho. Atualmente, a Universidade conta com 1.846.564 livros dispostos entre suas unidades acadêmicas em meio a um total de 4.002.524 itens apenas em acervo físico e em constante expansão (PDI UFRJ, 2021, p. 285).

Em seu acervo, a UFRJ envolvia, até a data de publicação do PDI, 54.987 teses e dissertações na Biblioteca Central da Memória Acadêmica²⁸⁹. Além disso, o repositório

do conhecimento, bem como dos problemas brasileiros; b) a difusão científica e cultural; c) a preservação e expansão do patrimônio histórico, cultural, artístico e da natureza brasileira”. Diferente dos demais centros da UFRJ, orientados por campos do conhecimento, o FCC é estruturado de maneira interdisciplinar e transversal, como um centro estratégico da política institucional na relação universidade-sociedade, e na articulação entre a administração central e os demais centros e suas unidades, em uma perspectiva integradora e pluridisciplinar.

²⁸⁷ Segundo o diretor do Museu Nacional, apesar do incêndio ocorrido, se tornar independente da UFRJ não representa a melhor opção para a gestão do Museu. De acordo com sua experiência profissional e acadêmica, é ideal que museus fiquem inseridos na academia por conta do espaço privilegiado para a formação de pesquisadores e da circulação de ideias (FRANCO, 2019). Com a tragédia no Museu Nacional (MN), a reitora da UFRJ passou a fazer parte de um GT de museus universitários, criado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Com o objetivo de acompanhar o GT interministerial, criado por demanda do Tribunal de Contas da União (TCU), com representantes da Casa Civil e dos ministérios que possuem museus federais, além do Instituto Brasileiro de Museus, esse GT interministerial foi originado para elaborar um plano de ação geral para o conjunto de museus federais (PDI UFRJ, 2021, p. 94).

²⁸⁸ A instituição ainda oferece o serviço de Comutação Bibliográfica, que possibilita aos usuários a obtenção de cópias ou versões digitais de documentos indisponíveis nos acervos da UFRJ

²⁸⁹ Grande parte desse acervo está disponível em texto completo na base Minerva. < <https://minerva.ufrj.br/> >

institucional Pantheon e o Portal de Revistas da UFRJ dispõem de 59 títulos correntes indexados no Portal Capes (PDI UFRJ, 2021).

Sustentabilidade como eixo do Programa Institucional de Internacionalização da UFRJ

Diante de um cenário desafiador de cortes de verbas e, ao mesmo tempo, da necessidade de se ampliar a visibilidade das IES e da pesquisa brasileira no cenário global, uma iniciativa clara da instituição com o compromisso de sustentabilidade vem sendo desenvolvida pela instituição por meio do Programa de Internacionalização Capes-PrInt. O PrInt pode ser considerado, na atualidade, como um marco inovador e decisivo para a internacionalização das universidades brasileiras. Dessa forma, busca promover a mobilidade acadêmica para o desenvolvimento de projetos cooperativos com outros países, conforme disposto no *Guia de Internacionalização Institucional*, elaborado a partir de um repositório de experiências da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da CAPES e do primeiro Relatório do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES-PrInt, entre 2018 e 2020, de modo a contribuir com o planejamento das ações de internacionalização das IES brasileiras.

Para que uma instituição possa ser enquadrada em um processo efetivo de internacionalização, a avaliação do ensino e da pesquisa devem incorporar, como diretrizes, os padrões internacionais às rotinas dos seus Programas de Pós-Graduação, buscando a excelência acadêmica da instituição. Assim, no referido Guia foi estabelecida como metodologia, com esse direcionamento, um conjunto de critérios, a partir dos quatro principais sistemas de ranqueamento internacional²⁹⁰.

Nesse processo de internacionalização, foram consideradas pelo CAPES-Print as diferentes realidades da Pós-Graduação no Brasil, optando-se por não adotar, inicialmente, os critérios de um sistema internacional específico. Isso porque, para o CAPES-Print, é fundamental que sejam reconhecidas as especificidades de cada IES no país, para que seja possível a concepção de critérios realistas pelos sistemas de avaliação nos processos (CAPES, 2020)²⁹¹. Assim, foram estabelecidos quatro níveis para o avanço na internacionalização das IES brasileiras, conforme representação esquemática ilustrada na Figura 33, a seguir:

²⁹⁰ THE – Times Higher Education: World Universities Ranking; QS – World Universities Ranking – Global; Ranking Web of Universities; Academic Ranking of World Universities; e U-Multirank

²⁹¹ Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional com foco na Pós-graduação Stricto sensu. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf> Acesso em 09 fev. 2022.

Figura 33: Figura esquemática dos processos de Internacionalização da IES em Nível da Pós-Graduação



Fonte: (CAPES, 2020, p. 12)

A incorporação dos critérios internacionais no planejamento do Programa Institucional de Internacionalização (PII), se efetiva também por meio de um alinhamento ao cenário mundial, a partir de cinco critérios para a padronização de universidades de nível internacional (*World Class Universities*): 1. Reputação no ensino; 2. Reputação na pesquisa; 3. Influência científica (Citações internacionais); 4. Presença de Parcerias Internacionais; e 5. Colaboração Internacional (CAPES, 2020). No entanto, esses critérios ainda aparentam estar mais voltados à produtividade acadêmica, não envolvendo o necessário impacto social das instituições, como seria de se esperar, haja vista o papel das IES na própria sociedade diante das demandas urgentes da crise civilizatória contemporânea.

Com relação ao Programa CAPES PrInt, é importante, também, mencionar que, no âmbito de seu Edital 41/2017, 36 instituições de ensino superior foram inicialmente selecionadas, com a proposição de 581 projetos envolvendo 197 temas estratégicos para o desenvolvimento de atividades em 86 países parceiros, no período entre 2018 e 2022. Cabe ressaltar que esse foi o mesmo período de realização da presente pesquisa do doutorado. E, dentre as IES selecionadas, a UFRJ adotou “Sustentabilidade” como eixo estratégico para orientar os seus projetos, sendo esse um dos caminhos priorizados pela presente pesquisa para buscar desvendar o processo e os esforços de inserção dessa temática na instituição.

Nesse eixo estratégico e interdisciplinar, dois subtemas orientaram os projetos de internacionalização na UFRJ: “Sustentabilidade e proteção à vida”, reunindo pesquisas voltadas para os campos de saúde, bem-estar, ambiente, ecossistemas, entre outros; e,

“Sustentabilidade, crescimento e combate à desigualdade”, envolvendo pesquisas relacionadas a áreas de tecnologia, inovação, ocupação do espaço, organização social, educação, gênero, entre outras temáticas.

A inserção desses dois eixos no Programa Institucional de Internacionalização parece indicar, com clareza, que a UFRJ adotou o compromisso de sustentabilidade como inspiração para sua projeção internacional.

6.1.3 Percepções, afetos e implicações: “a UFRJ por ela mesma”

Ao longo do processo das entrevistas realizadas para a presente pesquisa, ainda que não houvesse uma pergunta direta sobre o que representa a UFRJ no roteiro semiestruturado, foi observado, por meio dos dados obtidos, que cada entrevistada/o, em algum momento da conversa, menciona sua percepção sobre a dimensão dessa instituição. Como discutido no tópico anterior, o reconhecimento de ser a UFRJ ser a maior universidade federal do Brasil foi recorrente durante as falas, em diversos contextos, ao longo da entrevista, tais como “A universidade é gigantesca (...) do tamanho de uma cidade” (Alisson); “A UFRJ é um mundo, né?”; “uma universidade tão grande...” (Azaleia), “Porque a gente é gigante”; “realmente é um mundo a universidade” (Daisy).

Diante da grandiosidade da UFRJ em termos de patrimônio histórico, científico, artístico, natural e cultural, ressaltado tanto na fase de Observação Participante, durante a imersão no *Grupo Temático 2: Meio Ambiente, Área Verdes e Infraestrutura Urbana*, do Plano Diretor UFRJ 2030, como nas entrevistas realizadas, cabe ressaltar, também, o seu patrimônio humano.

Muitos relatos narravam vínculos com a UFRJ desde a graduação, passando pela pós-graduação, antes mesmo de atuar profissionalmente na instituição. No caso de *Rosa*, docente já aposentada, mas ainda ativamente atuante na instituição, sua trajetória foi apresentada de maneira afetiva, com a UFRJ atravessando sua história pessoal, iniciada ainda na infância, quando cursou a educação básica no Colégio de Aplicação da UFRJ.

Esse contato inicial possibilitou um resgate das histórias vinculadas à instituição, como uma oportunidade de imersão e um olhar para sua trajetória percorrida, despertando afetos que a rotina e as múltiplas demandas de trabalho acabam dificultando. Esse exercício introdutório durante as entrevistas realizadas também possibilitou um olhar para suas práticas profissionais e acadêmicas por meio de suas implicações com seus temas de pesquisa e áreas de atuação na instituição.

Após essa visita guiada sobre o passado da UFRJ, por meio de um mergulho em sua pré-história, conhecendo os seus diferentes patrimônios (nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará), e vislumbrando o seu retrato atual, com os números que ressaltam a dimensão da instituição, é possível afirmar que a UFRJ se constitui como a mais antiga e a maior universidade federal do Brasil.

Diante dessa constatação, o próximo tópico está voltado para o tempo presente da instituição, por meio de ações com foco nos compromissos de sustentabilidade em sua Gestão Estratégica. Assim, elementos como imagem e identidade organizacional serão discutidos para fundamentar a visão estratégica da universidade, de modo a orientar suas projeções de futuro, considerando horizontes desejáveis para a UFRJ. Em seguida, o compromisso de sustentabilidade se constitui como foco de análise sobre as ações de sustentabilidade, conforme delimitado, descrito e justificado no capítulo de metodologia.

6.2 Flores do *campus*: desabrochando compromissos de sustentabilidade

*Queremos saber o que vão fazer com as novas invenções
Queremos notícia mais séria sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações na emancipação do homem, das grandes populações
Homens pobres das cidades, das estepes, dos sertões (...)
Queremos saber, queremos viver, confiantes no futuro
Por isso se faz necessário prever qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder, pois se foi permitido ao homem tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam o que pode acontecer*

([Queremos Saber](#). Gilberto Gil, 1976, regravada em 2022 por ocasião da celebração de seu aniversário de 80 anos)



O movimento de desabrochar, das “flores do *campus*”, está expresso, sobretudo, nas reflexões que emergiram a partir das dezessete entrevistas realizadas com os interlocutores institucionais estratégicos da UFRJ sobre a temática da pesquisa. Entre questões sobre o significado de sustentabilidade, discussões acerca do compromisso da UFRJ com relação ao tema e, contribuições da instituição para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, as ideias compartilhadas transitaram, em geral, entre os eixos de gestão e de ações sustentáveis na UFRJ.

Assim, as respostas “colhidas” nessa imersão foram sistematizadas, nesse subcapítulo, a partir dos seguintes eixos principais: a) O significado de sustentabilidade; b) Contexto da Gestão sustentável na UFRJ: dos “Ps” à *práxis*; c) Ações de sustentabilidade na UFRJ; e, d) Contribuições da UFRJ para o cumprimento dos ODS da Agenda 2030. Esses eixos analíticos estão discutidos nos próximos tópicos, a seguir.

6.2.1 Afinal, o que é sustentabilidade? Polissemias e contradições de um termo complexo

A “colheita de impressões” dos atores institucionais estratégicos sobre o tema em foco se orientou por três principais eixos de discussão: a) gestão ambiental na UFRJ, b) contexto social e, c) reflexões e inspirações orientadas para o futuro.

Pode-se afirmar, a partir das entrevistas realizadas, um claro caleidoscópio de perspectivas interpretativas sobre o tema em foco, segundo as diferentes áreas do conhecimento, o que ilustra, claramente, as polissemias envolvidas nesse debate de grande complexidade na contemporaneidade.

Cabe, ainda, destacar que foi recorrente a dificuldade de muitas/os entrevistadas/os em definir precisamente o significado de sustentabilidade, tendo em vista as discussões e contradições históricas associadas ao uso do termo, originado por um binômio relacionado à

noção de desenvolvimento. O desafio de sintetizar as múltiplas demandas socioambientais da contemporaneidade em uma só palavra foi outra questão apontada nesse contexto.

A maior parte dos interlocutores consultados atrelou a ideia de sustentabilidade à faceta ambiental, trazendo reflexões sobre a necessidade de coexistência da humanidade com os demais seres vivos, questão emergente diante da degradação contínua da natureza, panorama que ameaça todas as formas de vida na Terra, dentre as quais, as humanas. No entanto, a análise realizada, a partir dos dados obtidos, apontou para contradições sobre o próprio significado desse viés mencionado, tendo em vista que, nessa leitura crítica foram identificadas diferentes visões sobre os aspectos de conservação do ambiente natural e do uso da natureza como recurso. Além disso, foi apreendida a percepção de que a temática em foco também representa um movimento que carrega em si a capacidade de transformação de realidades.

Nessa perspectiva, as impressões obtidas pelas entrevistas realizadas sinalizam com diferentes significados para a tradução da própria noção de natureza. Nesse contexto, parte das entrevistas expressou uma visão mais operacional da temática em foco, ao abordar a noção de sustentabilidade a partir das práticas de gestão ambiental da UFRJ, como o manejo das áreas verdes, a gestão dos recursos hídricos, energéticos e de resíduos sólidos. Compreendendo a relevância dos impactos da universidade nos ambientes em que se insere, essa ótica mais voltada à própria atuação da instituição pode envolver ações tecnológicas inovadoras em gestão sustentável para mitigar a sua “pegada ecológica”.

Na ótica de *Hortênsia*, “sustentabilidade é um caminho justamente para otimizar recursos humanos, recurso financeiro, recursos naturais”. Nessa mesma linha, para *Alisson*, sustentabilidade “envolve a preservação das vegetações do campus, a economia de energia, a economia de água, a segurança no uso do urbano, para evitar perdas tanto no sentido da vegetação, quanto no sentido das edificações”.

Ações individuais foram, também, pontuadas, em visões que consideram importante a internalização de novos valores que orientem o relacionamento do corpo social da universidade com o ambiente. Isso reflete o reconhecimento da necessidade de uma mudança de comportamento das pessoas que transitam na UFRJ, tanto na vida pessoal como no cotidiano profissional exercido nas suas instalações, em relação à gestão dos próprios resíduos sólidos, nos lares das pessoas, além da adoção por opções de deslocamento urbano mais limpas.

Outra reflexão expressa nas entrevistas envolve a noção intergeracional de sustentabilidade, perspectiva que se relaciona ao compromisso da sociedade contemporânea

com “os cuidados que temos que ter com o mundo, para deixá-lo, pelo menos igual, ou ainda, melhor para as próximas gerações” (*Rosa*). Essa visão pode ser influenciada pelo contato diário com discentes, jovens, em sua maioria.

Por outro lado, avaliações mais críticas sobre esse debate foram, também, colhidas durante as entrevistas realizadas. Para *Violeta*, por exemplo, há uma incompatibilidade da noção de sustentabilidade, vigente em algumas discussões internas, na UFRJ, com as reais demandas socioambientais: “Eu tenho um pé atrás muito grande com o termo, porque ele virou um jargão, virou um carimbo e ninguém sabe exatamente muito bem o que quer dizer isso”. Em sua avaliação, a compreensão do termo, apenas pela ótica do domínio da natureza pelo ser humano, pode refletir uma visão antropocêntrica. No entanto, a entrevistada pondera que “ser sustentável é tentar ser o máximo conservacionista possível, por conta dos nossos recursos materiais, humanos, sociais, cognitivos. Então, quanto mais a gente conseguir manter o que tem, e recuperar o que a gente perdeu, melhor” (*Violeta*).

Em um contraponto à visão de ecoeficiência relacionada ao tema em foco, *Violeta* ressalta que inovações arquitetônicas, tais como teto verde ou reaproveitamento de água de chuva, não refletem a noção de sustentabilidade desejável e necessária. Em sua perspectiva, sustentabilidade passa por uma questão de justiça social, distribuição de renda, diversidade sociocultural e de gênero, além de outros requisitos que compõem esse universo complexo: “Eu acho que é um tema muito profundo. Acho que a grande questão desse termo é a visão extremamente antropocêntrica, que não enxerga os demais seres terrestres como sendo parceiros. Eu acho que esse é um grande problema do nosso tempo” (*Violeta*).

Nesse contexto, é importante ressaltar que há um amplo entendimento da noção de sustentabilidade enquanto pilar da sociedade, em perspectivas que envolvem tanto a noção disseminada por pactos globais, no plano diplomático da ONU, tais como ODS (ONU, 2015) e Acordo de Paris (ONU, 2016). E, também, inspirações viabilizadas por perspectivas que problematizam a vida em sociedade, como as disseminadas pelas obras de referências contemporâneas, como os filósofos Bruno Latour, Edgar Morin, Zygmunt Bauman, envolvendo correntes de pensamento como ecossocialismo e decrescimento econômico, além da visão ancestral de povos originários.

É importante destacar, ainda, visões apreendidas durante as entrevistas realizadas que consideram sustentabilidade como um futuro desejável a ser alcançado e um movimento nesse sentido. Assim, *Melissa* ponderou que:

eu entendo como um horizonte. Eu entendo como uma possibilidade de uma sociedade justa e, eu entendo como um caminho para a construção de uma nova civilização, um novo paradigma. Sustentabilidade, para mim, é mais do que um

conceito. Para mim é o horizonte na construção de sociedades sustentáveis e representa um movimento. É um movimento que está se construindo (*Melissa*).

Em sua avaliação, não se sabe, ao certo, qual é o ponto de chegada desse movimento, tendo em vista a dinâmica permanente dos processos envolvidos. No entanto, o seu sentido é a mudança e a transformação. E diante da urgência do debate sobre a manutenção da vida no planeta, *Melissa* defende a necessidade de se adotar “como pressuposto a ética da equidade, a ética da diversidade, a ética da transformação e de construção de um mundo que a gente ainda não conhece, mas que vai ser necessário construir”. Portanto, na opinião da entrevistada, “sustentabilidade não pode ser magicamente, anatomicamente, traduzida em um conceito, isso fecharia as opções de transformação que estão, na verdade, inerentes a todo esse debate”.

Ao exemplificar como importantes acordos globais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (1993), no âmbito da ONU, tendem a contribuir para o fortalecimento dessa agenda no plano internacional, a interlocutora entrevistada expressa a possibilidade de se abordar a temática como “um movimento para a construção de uma civilização ecológica. Ou ainda, se a gente resgatar o Edgar Morin, seria um movimento para a construção de uma comunidade de destino, no sentido da ‘*Terra Pátria*’” (*Melissa*). Esse pensador, na obra mencionada, referência para a presente pesquisa, discute criticamente sobre a origem controversa da temática em questão: “a ideia de ‘desenvolvimento sustentável’ põe em dialógica a ideia de desenvolvimento, que comporta aumento das poluições, e a ideia de meio ambiente, que requer limitações das poluições” (MORIN; KERN, 2000, p. 74).

Portanto, é fundamental que essas inspirações teóricas direcionem práticas e “projetos portadores de futuros” (*Melissa; Rosa*) na UFRJ. Isso porque sustentabilidade é uma noção “abrangente, que indica um caminho de sermos racionais, de sermos cuidadosos, de termos compaixão pelas pessoas, de olhar o entorno de forma carinhosa, inclusive o dinheiro” (*Hortênsia*).

Conforme apreendido nas entrevistas realizadas, esse é um debate que deve inspirar os próprios documentos institucionais, no âmbito de uma Gestão orientada para o futuro, viabilizada, por exemplo, pela construção do Plano Diretor e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Segundo *Alisson*, “sustentabilidade tem que estar como um princípio norteador. É por isso que o Comitê Técnico do Plano Diretor (CTPD) se pauta pelos princípios norteadores da Agenda 2030, da ONU”. Nesse sentido, no tópico a seguir, são sintetizadas as principais impressões sobre o compromisso de sustentabilidade no âmbito da Gestão da UFRJ.

6.2.2 Gestão sustentável na UFRJ: dos “Ps” à *práxis*

No percurso da presente pesquisa, três importantes documentos de planejamento da instituição encontravam-se em processo de construção: o Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024)²⁹², o Plano Diretor UFRJ 2030²⁹³ e o Plano de Logística Sustentável²⁹⁴, com seu primeiro relatório publicado em 2022, conforme já discutido anteriormente. Além da Observação Participante, realizada em alguns grupos de trabalho para a construção desses Planos, esse tópico tem, também, como inspiração a colheita de opiniões das entrevistas com interlocutores institucionais estratégicos, na busca por transcender a análise documental dos “Ps”, relacionados aos Planos, em direção à *práxis* em relação ao tema em foco.

Voltada ao entendimento sobre o “compromisso de sustentabilidade na UFRJ”, foi possível observar que as visões de algumas/alguns entrevistadas/os podem estar direcionadas por sua participação ativa nos debates para a construção dos planos institucionais supracitados. O processo de elaboração de tais estratégias demandaram discussões profundas sobre o aspecto gerencial da UFRJ, em debates sobre o futuro da temática de sustentabilidade da instituição no tempo presente.

As respostas obtidas sobre os aspectos de Gestão da UFRJ, no que tange à materialização da noção de sustentabilidade em suas ações, transitaram entre o gerenciamento organizacional da instituição, as potencialidades de melhorias e alguns exemplos de iniciativas correlatas ao tema, desenvolvidas na instituição.

Sobre o primeiro aspecto identificado, foram colhidos aspectos considerados como positivos nesse direcionamento, mas também, alguns desafios a serem enfrentados na gestão da instituição. Assim, na avaliação de parte das/os entrevistadas/os, a atuação da UFRJ, em relação à gestão de sustentabilidade em suas práticas, é ainda incipiente. Esse tom crítico foi dirigido às instituições públicas, em geral, por *Hortênsia*, e, não somente no Brasil, mas também na América Latina, como um todo. Podem ser tomados como exemplos de suas críticas os investimentos em projetos de infraestrutura considerados como dispendiosos e ineficientes, tais como as edificações inacabadas nos *campi* da UFRJ, e a dragagem do Canal do Fundão, na Cidade Universitária, citados pela entrevistada.

²⁹² <https://pdi.ufrj.br/>

²⁹³ <https://planodiretor.ufrj.br/>

²⁹⁴ <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>

Os investimentos realizados, sobretudo, na construção de alguns prédios na Ilha do Fundão, que nunca foram concluídos (alguns sem condições de continuidade, devido ao desgaste e à precariedade), podem refletir uma falta de planejamento e de gestão, além de causar impacto negativo na imagem da instituição perante os seus públicos interno e externo. Nesta perspectiva, há, também, a obsolescência de unidades, causada pela ausência de manutenção, com algumas estruturas físicas que precisaram ser implodidas, ilustrando o desperdício de verba pública em uma instituição que depende desses investimentos para se manter em funcionamento. Além disso, o prejuízo causado por esses problemas foge tão somente às esferas financeira, de infraestrutura, e de danos causados à imagem institucional, abrangendo ainda questões emocionais, de percepção do espaço e do sentimento de pertencimento relacionado à UFRJ, por parte dos próprios docentes, discentes, e funcionários, mas também, da sociedade, em geral.

Essa perspectiva foi complementada pela avaliação de *Jasmin*, de que as ações da UFRJ, no que se refere à sustentabilidade, devem ser faseadas, ou seja, hierarquizadas sob uma ordem de urgência. Isso porque, a prioridade de ações não pode comprometer a totalidade orçamentária ou de recursos humanos, cuidando-se, assim, das demandas no presente sem prejudicar as do futuro, exatamente como expresso no próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

Corroborar com essa análise a reflexão de *Violeta*, a qual defende uma visão não expansionista no que se refere a novas construções de prédios nos *campi* sem antes considerar as suas condições de manutenção. Em suas palavras, “para quê nós vamos expandir o campus, utilizando recursos públicos, com novas edificações, quando, na verdade, nós precisamos manter o que temos, e gastar o recurso na manutenção dos prédios”.

Nesse direcionamento, outros pontos que receberam críticas por parte de alguns interlocutores entrevistados dizem respeito à deficiência na gestão de resíduos sólidos, ao desperdício de energia elétrica e demais recursos, aos investimentos mal aplicados, assim como aos projetos executados sem levar em consideração os estudos e os conhecimentos técnicos e acadêmicos gerados na própria instituição

O desconhecimento dos compromissos de sustentabilidade da UFRJ, por parte de alguns entrevistados, sinalizou, ainda, para uma lacuna existente no que tange à comunicação e à disseminação de informações sobre o tema, dentro da própria instituição. Essa questão foi, também, recorrentemente abordada durante as reuniões do GT2 PD 2030, oportunidades em que os participantes ressaltaram a dificuldade de conhecimento interno sobre essas ações e

iniciativas. Frases como “A UFRJ não conhece a UFRJ”, apreendidas nesse ambiente de encontros *online*, também expressam essa visão.

Por outro lado, essa questão pode estar mais interpretada sob a ótica de narrativa do que aplicada na prática. Na visão de *Melissa*, “o que a gente vê na UFRJ são alguns discursos que facilmente são incorporados no cotidiano da universidade, por exemplo, interdisciplinaridade, sustentabilidade, são determinados termos que, em algum momento, começam a ter algum efeito de vitrine”. Em sua avaliação, há uma considerável diferença entre narrativa e *práxis*. Apesar de reconhecer a existência de pesquisadores de referência no debate sobre questões críticas da sustentabilidade na UFRJ, e a ampliação desse tema em sala de aula, em níveis de graduação e de Pós-Graduação, as práticas institucionais de sustentabilidade estão ainda começando nessa perspectiva apreendida. A entrevistada reitera, porém, que apesar de ainda não se refletir amplamente no plano institucional, essas ações vêm ocorrendo por vontade individual, por sonhos, ideais individuais de alguns pesquisadores, alguns técnicos e alguns gestores da universidade.

Mas é importante ressaltar, nesse contexto, que parte significativa das respostas obtidas durante as entrevistas mencionou o *Parque Tecnológico* como um possível catalisador de sustentabilidade na UFRJ. Com o objetivo de “fortalecer a UFRJ e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade”, o *Parque Tecnológico* foi criado em 2003, para abrigar centros de pesquisas de empresas de pequeno, médio e grande porte, nacionais e multinacionais, *startups*, além de oferecer espaços para o desenvolvimento de empreendedorismo e a integração entre laboratórios (UFRJ, 2022). Interlocutores entrevistados relacionaram essa infraestrutura a um ambiente de inovação dentro da UFRJ, criado para promover a interação entre a universidade e as empresas, como uma espécie de fábrica de soluções no atendimento às demandas contemporâneas. Essa percepção parece estar atrelada à proposta do Parque de funcionar como um impulsionador capaz de gerar conexões para potencializar a transformação do conhecimento em inovação.

A ideia de atrelar sustentabilidade a inovações tecnológicas tem fomentado diversos debates sobre soluções socioambientais contemporâneas, sendo consideradas fundamentais para o enfrentamento das questões climáticas. Fortemente vinculada ao campo das Ciências Exatas e da Terra, a tecnologia vem sendo permeada pelas Ciências Humanas e Sociais, com soluções interdisciplinares, inclusivas e participativas, o que também vem mobilizando, cada vez mais, a pesquisa acadêmica.

Com esse direcionamento, há considerações apreendidas durante as entrevistas que alinham os aspectos sociais, econômicos e tecnológicos, na perspectiva da gestão de

sustentabilidade, na UFRJ. Parte dos interlocutores mencionou como exemplo o caso do *Smart City Living Lab*, um programa da UFRJ que busca a implementação de soluções inovadoras para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade do Rio de Janeiro, modelo potencial a ser exportado para outras cidades do país. O projeto está em fase de desenvolvimento com o apoio do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Coppead) e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Outra iniciativa mencionada durante parte das entrevistas foi o *Fundo Verde*, voltado para a promoção e o desenvolvimento de tecnologias autossustentáveis, sobretudo no âmbito da produção de energia limpa, e principalmente, energia solar. Mas o *Fundo Verde* também atua em projetos direcionados à redução do consumo energético nos *campi* da UFRJ. Segundo *Alisson*, “existem ideias e iniciativas na UFRJ, talvez ainda um pouco pulverizadas, mas que partindo do Escritório Técnico Universitário (ETU), setor que pensa a UFRJ em um sentido técnico, de uma forma geral, passa a ser uma ação conjunta”.

Após a síntese das respostas coletadas sobre a Gestão sustentável na instituição, o próximo tópico está voltado para a Produção Acadêmica sobre sustentabilidade na UFRJ.

6.2.3 Ações de sustentabilidade na UFRJ

A compreensão sobre o compromisso de sustentabilidade na UFRJ foi entendida a partir de diferentes perspectivas, pelos interlocutores entrevistados, de maneira tão polissêmica quanto o próprio significado desse termo em questão, considerado como complexo e controverso pela literatura consultada para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Na busca por contribuir com a presente tese, *Açucena* informou compreender a UFRJ como “extremamente engajada nisso e vou te dar alguns caminhos, inclusive pra você buscar documentos complementares depois para a sua pesquisa. Porque a minha fala vai sinalizar algumas coisas, mas os documentos dão um caráter institucional para o que a UFRJ tem feito”. Além de mencionar o PDI, o PD 2030 e o Relatório do PrInt, a entrevistada destacou que “existem iniciativas das unidades acadêmicas, e existem iniciativas que caminham da Reitoria para as unidades”. No entanto, *Açucena* reconhece que “a maior dificuldade que nós temos é exatamente fazer esse mapeamento. Ainda tem muita coisa que a gente sabe que acontece, que a gente não faz nem ideia (...) Mas a gente faz muito mais do que sabemos”.

Entre as ações para atender essa demanda, *Açucena* destacou duas ferramentas com potencial para contribuir com o desafio de mapear as inúmeras pesquisas desenvolvidas, tais como o *Conecta UFRJ*, “uma plataforma que a PR2 criou, junto com o Parque Tecnológico,

que cadastrou todos os laboratórios de pesquisa da UFRJ, ou grande parte deles, grupos de pesquisa, também tem vínculo com o Lattes dos pesquisadores”. A *SciVal*, outra importante ferramenta mencionada pela entrevistada, cuja licença bianual foi adquirida pela instituição, é “uma plataforma da *Scopus* que consegue fazer uma busca por toda a UFRJ, por palavras-chaves, e aí você vai ver a produção científica que está indexada no *Scopus* a respeito do tema. Então, essas são formas de você identificar iniciativas que estão acontecendo na UFRJ”.

Ao destacar o potencial da instituição com a temática da sustentabilidade, *Açucena* também menciona que “a Coppead é a única unidade certificada para fazer o treinamento GRI. É uma das únicas no Brasil, e está dentro da UFRJ também”. A entrevistada se refere à *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização internacional com o objetivo de contribuir com empresas, governos e instituições a comunicar e divulgar o impacto de suas ações sustentáveis de maneira geral. O que parece indicar que a UFRJ vem contribuindo com importantes práticas sustentáveis para fora de seus muros, e que teria um potencial para aplicar esse conhecimento internamente, em sua própria gestão.

Mas em uma reflexão sobre a forma como a noção de sustentabilidade deve ser efetivamente apreendida no papel da universidade, *Daysi* questiona sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão: “onde entra sustentabilidade aí? Não sei. Entraria em qualquer dos três pés do tripé. Mas, a princípio, não faz parte da missão. Então, depende muito de quem está conduzindo e como está conduzindo para isso ter maior ou menor importância”. Vale ressaltar que o termo sustentabilidade não está diretamente mencionado na Missão, nem na Visão e tampouco nos Valores da UFRJ, atualizados no PDI, em 2021.

Além da importância sobre se assimilar a noção de sustentabilidade na Missão, um dos elementos da identidade organizacional da UFRJ, e em suas políticas e práticas institucionais, identificadas nas respostas coletadas sobre a Gestão sustentável na instituição, os eixos do tripé ensino, pesquisa e extensão, foram, também, abordados entre os interlocutores entrevistados. Compreendidos como indissociáveis, na presente pesquisa, esses pilares serão divididos, a seguir, apenas para fins de sistematização de informações, e, ainda, para ilustrar de maneira pedagógica, qual eixo está mais associado às iniciativas mencionadas durante as entrevistas.

Com relação ao pilar Ensino, as respostas transitaram, principalmente, sobre a necessidade de rompimento dos muros disciplinares, sendo a temática da sustentabilidade compreendida como transversal aos cursos e disciplinas. Trata-se de mais um desafio, mas também, uma potencialidade, diante da diversidade ressaltada por *Daysi*, de que, “segundo a funcionária da divisão de ensino da PR2, só tem duas áreas de conhecimento que a UFRJ não

cobre, que é veterinária e teologia. O resto todas ela cobre. Realmente é um mundo a universidade!”

No contexto do pilar Pesquisa, *Gerânio* recordou sobre a vinculação da temática de sustentabilidade ao Programa de Internacionalização CAPES/PrInt, da UFRJ, o que, segundo o entrevistado, pode indicar o compromisso institucional com o tema, no âmbito da Pós-Graduação e da Pesquisa. A resposta de *Azaleia* complementou essa reflexão, de que o PrInt está “voltado para produzir um conhecimento que dê capacidade para que diversas áreas, diversos setores, inclusive da sociedade civil, possam ter efetivamente a sua *práxis* sustentável. Eu acho que o PrInt é o bastidor da coisa, a produção do conhecimento que vem antes da *práxis*”.

No âmbito da extensão, *Daysi* lembrou que no “ano passado, teve esse seminário no CCMN”. O referido evento, *1ª MOVIP - Mostra Virtual de Projetos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Desenvolvimento dos Territórios*, foi realizado de 16 a 18 de junho de 2021, pelo Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), integrando os campi de Caxias e de Macaé, e com a parceria do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), que tem como meta a territorialização e a aceleração dos ODS, até 2030. Identificado entre as/os demais entrevistadas/os como a primeira iniciativa voltada para a integração de ações relacionadas aos ODS na UFRJ, a 1ª MOVIP teve o objetivo de divulgar a Agenda 2030 para sociedade e as instituições, de modo a apontar caminhos para propor e implementar projetos e novas iniciativas. Buscou, ainda, divulgar os indicadores dos ODS nos três municípios envolvidos no evento: Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Macaé.

Açucena considerou esse evento como uma “sementinha” para incentivar práticas comprometidas com a Agenda 2030 na instituição. Assim, um dos objetivos do evento estava relacionado à criação de um Banco de Boas Práticas, instalado no *website* oficial da 1ª MOVIP ODS. Devido a sua relevância e reconhecimento como marco histórico, os referidos projetos foram sistematizados, no Quadro 26, a seguir:

Quadro 26: Matriz-Síntese do Banco de Boas Práticas da 1ª MOVIP ODS da UFRJ.

	Projeto	Palavras-chave	ODS
1	Projeto RECICLAB: Química Verde e Sustentabilidade	Economia Circular, Consumo Consciente, Química Sustentável	6, 12, 13
2	Ares novos para a primeira infância	Material particulado, saúde, qualidade de vida	3, 11, 17
3	Segurança e proteção do recém-nascido, da criança e sua família em diferentes Contextos	Segurança do Paciente; Recém-nascido; Família; Proteção; Enfermagem.	3, 2, 1
4	ifmFramework - Uma Abordagem Prática do Método de Financiamento Incremental Aplicado	Agronegócio; Retorno do Investimento; Método de Financiamento	2, 12 e 15

	a Projetos Sustentáveis de Agronegócio	Incremental.	
5	Projeto Escola Solar: Energia Renovável, Futuro Sustentável	Energia Renovável. Sustentabilidade. Células Solares Orgânicas. Transdisciplinaridade	4, 7, 11
6	Conexão ODS e Encontro Empresarial Local	Desenvolvimento Local, Educação corporativa, condomínios, Empresas, agência de fomento local.	8, 11, 12, 17.
7	Drones ao resgate: um estudo sobre as percepções dos especialistas	Drones; Emergência; Tecnologia; Colaboração	11, 13, 15
8	Ensino e divulgação online da Química Verde nas atividades do ACS UFRJ Student Chapter	Química Verde; divulgação científica; ensino; sustentabilidade	4
9	Aproveitamento e aumento do valor agregado dos resíduos e coprodutos agroindustriais para produção de diferentes produtos biotecnológicos	resíduos agroindustriais; produtos biotecnológicos; biorrefinaria	9, 11, 12
10	Uma abordagem para gestão sustentável e eficiente de dados do solo	Ciência dos solos, Sistemas Agrícolas, Blockchain, Proveniência FAIR	3, 6, 12
11	Adoção de tecnologias para alunos com TDAH: uma proposta de framework para o Ensino Público Brasileiro	TDAH; Adoção de Tecnologias; Ensino.	4
12	Universo acessível: Ensinando Astronomia a quem não pode ver com os olhos	Deficiência visual; Ensino de ciências; Astronomia; Material tátil; Livro Falado	4, 10
13	Divulgando a Agenda 2030 pelo Instagram para alunos da Rede Pública da Zona Norte do Rio de Janeiro	Educação Ambiental, Ensino de Química, Ensino Remoto, Educação Básica	4, 10, 13
14	Voos: registrando e divulgando a biodiversidade	aves; biodiversidade; ecologia	4, 15
15	Injustiças Ambientais de Duque de Caxias - TOXIC TOUR	Áreas ambientalmente degradadas (Toxic Tour); Poluição ambiental; Duque de Caxias.	11, 13, 15
16	ODS nas escolas de Duque de Caxias: Uma proposta de atividade extensionista na área de Educação ambiental	Sustentabilidade; Educação Ambiental, ODS.	4 e 11
17	SER CIENTISTA: educação científica para estudantes e professores da educação	Educação científica, Ciências, experimentação	4 e 10
18	Projeto: Envelhecimento, Nutrição e Promoção da Saúde	envelhecimento, nutrição, promoção da saúde	3, 1, 4
19	PANCS: Plantas Alimentícias Não Convencionais. Alimentação Saudável e Nutritiva	Alimentação, Alternativa, Saudável, Benefícios, Nutritivo	2
20	Fazendas de água: impacto produtivo e ambiental de novas tecnologias sociais em propriedades rurais com remanescentes florestais de Mata Atlântica.	Nexus água, energia e alimento; saneamento rural descentralizado; tecnologias sociais; segurança alimentar e nutricional; controle e garantia da qualidade da água e de alimentos;	2, 6, 7
21	Irrigasol – Irrigação inteligente e sustentável	Irrigação; energia solar; dados meteorológicos; agricultura familiar	2, 6, 7
22	WC&WC - Wetland Construída para o tratamento ecológico de esgotos	Saneamento, wetlands construídas, jardins filtrantes, tratamento descentralizado, wetland.	6, 11
23	A criação do dispositivo móvel para o controle de sinais e sintomas oncológicos	Sinais e Sintomas; Neoplasias; Enfermagem; Tecnologia	3
24	Aleitamento materno itinerário na atenção básica: desafios para desenvolvimento sustentável do milênio nas cidades de Macaé, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.	aleitamento materno; saúde da mulher; saúde da criança; segurança alimentar.	1, 2, 3, 4, 5, 13

25	Internações hospitalares por diarreia e gastroenterite de origem infecciosa em crianças de 0 a 4 anos no município de Macaé/RJ	Saúde da criança; Saneamento básico; Meio ambiente e Saúde pública.	3, 6
26	Nasceu e Agora? Educação em Saúde para o Cuidado Materno com o Bebê	Enfermagem Materno-Infantil; Enfermagem Neonatal; Educação em Saúde; Projeto de Extensão	3
27	CidadOn - gestão participativa cidadã & inovação social na criação de políticas públicas através de dados, gerar impacto positivo nas cidades.	Gestão participativa; inovação social; transformação social; Impacto social	9, 11, 16
28	A atuação da enfermagem na saúde materno-infantil frente à vivência do puerpério na Pandemia do Covid-19.	Prevenção e tratamento; saúde mental e bem-estar; Período pós-parto; Covid-19.	3
29	Promoção à saúde da pessoa com deficiência: ações educativas para atividades da vida diária	Pessoa com Deficiência; Inclusão Social; Acesso à informação.	4
30	Workshop Gestando Sonhos e Tendências de maneira criativa	Empreendedorismo, Criatividade, Sustentabilidade, Comunicação, Inclusão Social	3, 4, 8
31	A construção de indicadores de saúde ambiental na atenção materna e infantil no município de Macaé/RJ	Saúde materna, saúde infantil, meio ambiente, saúde pública	3
32	Mapeamento dos casos de epilepsia associado a malformações encefálicas nos indivíduos acometidos pela infecção congênita por Zika Vírus na cidade de Macaé.	Epilepsia; Síndrome Congênita do Zika Vírus; Malformações Encefálicas.	3, 4, 16
33	Gênero, Água e Saneamento - O empoderamento da mulher no meio ambiente	Água; Gênero; Saúde; Saneamento	3, 5, 6
34	MAR SAQUA	Educação Ambiental; Limpeza de Praias; Consumo Consciente	3, 13, 14

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em no Banco de Projetos do evento Agenda 2030 na UFRJ, disponível em <<http://agenda2030.ccmn.ufrj.br/banco-de-projetos/>>

Os 14 primeiros projetos estão localizados no município do Rio de Janeiro. Os três seguintes são de Duque de Caxias, seguidos de outros 15 na região de Macaé e de dois últimos, em Saquarema. Entre os setores da sociedade envolvidos nessas iniciativas, a grande maioria está vinculada à própria UFRJ, sendo alguns realizados em parcerias com uma universidade privada (Universidade Veiga de Almeida - UVA) e uma pública (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ). Integram essa aliança, a rede pública de educação básica (FAETEC e escolas municipais), prefeituras municipais, além de um museu (Museu Vivo de São Bento). As ações também envolvem organizações do terceiro setor, empresas (turismo, eventos e jornalismo), produtores agrícolas, coletivos e movimentos sociais, e até moradores de condomínios, ressaltando, assim, a inserção social desses projetos inseridos na UFRJ e a sua relação com à Agenda 2030.

Entre os Objetivos mais recorrentes nos 34 projetos submetidos à 1ª MOVIP, o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) obteve o maior destaque, com 14 menções, seguido do ODS 4 (Educação de Qualidade), com 13 referências. O ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) foi inspiração para nove projetos, enquanto o ODS 6 (Água potável e saneamento) está relacionado a sete iniciativas. E tanto o ODS 2 (Fome Zero) como o ODS

13 (Ação contra mudanças no clima) estão relacionados a seis projetos. Já o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) foi mencionado em cinco ações apresentadas.

Até a conclusão da presente pesquisa, não foram identificadas informações sobre a continuidade do evento, que adotou no título “primeira mostra”, dando a ideia de que serão realizadas próximas edições. Ainda que não tenha sido objetivo desta investigação verificar o andamento dos projetos, essa pode ser uma sugestão para futuros estudos com esse enfoque.

Sendo assim, esse tópico do “jardim” investigado buscou indicar os compromissos de sustentabilidade no âmbito do tripé ensino, pesquisa e extensão na UFRJ. Em linhas gerais, alguns interlocutores entrevistados parecem não perceber essa temática como uma diretriz institucional. No entanto, a coletânea de ações e de projetos correlacionados aos ODS na 1ª MOVIP indicou a existência de ações em curso na instituição, em parceria com diferentes setores da sociedade, ilustrando que algo pode estar em andamento na UFRJ com essa iniciativa inspiradora. Esse fato pode indicar, em conexão com o tópico anterior, que abordou a falta de visibilidade dessas ações na instituição, que, em geral, nem o corpo social e nem a sociedade conseguem enxergar muito claramente as ações de sustentabilidade da instituição. Apesar das várias iniciativas, a falta de conhecimento mencionada anteriormente poderia estar sinalizando para uma falha de comunicação? Ou um gap na sistematização das informações capazes de dar a visibilidade necessária?

Ainda diante dessa “colheita” de respostas das entrevistas relacionadas ao compromisso de sustentabilidade na UFRJ, que permeou questões gerenciais e de produções acadêmicas, o que, inevitavelmente, acabou abordando os ODS na instituição, como o evento supracitado, no próximo tópico estão sistematizadas as respostas sobre as questões diretamente relacionadas à Agenda 2030.

6.2.4 A UFRJ e o cumprimento dos ODS da Agenda 2030

Como abordado no capítulo anterior, o contexto pandêmico, relacionado, sobretudo ao ODS 3 (Saúde e Bem-estar), demandou ações inéditas de governos e instituições no combate à disseminação do vírus SARS-CoV-2 e as suas consequências. Nesse sentido, cabe ressaltar que não somente a UFRJ, mas também, todas as IES públicas brasileiras tiveram um papel fundamental no combate à *Pandemia da Covid-19*. Ao disponibilizar seu corpo de pesquisadores para atuar diretamente no enfrentamento da crise sanitária, inúmeras ações foram desenvolvidas tanto no desenvolvimento de vacinas e testes para diagnóstico, como no

atendimento aos pacientes infectados em hospitais universitários. Houve, ainda, uma grande mobilização institucional no sentido de formação de redes para viabilizar o intercâmbio de conhecimentos e experiências, com o intuito de descobrir as melhores formas de lidar com essa situação. Essa força-tarefa envolveu parcerias entre as IES brasileiras e estrangeiras, em um esforço conjunto que ilustra, uma vez mais, que a contribuição contínua dessas instituições, de maneira interdisciplinar, sobretudo na área da saúde, estabelecendo um compromisso efetivo inclusive para o alcance do ODS 3 (Saúde e Bem-estar).

Além do engajamento para o enfrentamento da crise sanitária, comum a todas as IES brasileiras no contexto pandêmico, os interlocutores entrevistados da UFRJ apontaram, também, outras ações da instituição inerentes à dinâmica de operação de uma universidade pública, associadas ao alcance das metas pactuadas no âmbito da Agenda 2030. Assim, a formação de recursos humanos, a geração contínua de conhecimento, a pesquisa nos campos da saúde e tecnologia, os projetos de extensão, e a gestão de resíduos, são alguns dos eixos reconhecidos de atuação da UFRJ, diretamente relacionadas aos 17 ODS da Agenda 2030.

A capacidade da UFRJ em contribuir para o alcance dos ODS foi reconhecida com entusiasmo pelas/os entrevistadas/os, a sua potencialidade intelectual e acadêmica materializada na própria instituição. No entanto, considerando a dificuldade de operacionalização desse compromisso em razão de sua magnitude, uma gestão alinhada com as demandas de sustentabilidade e comprometida com a melhoria do território no qual está inserida, poderia trazer benefícios evidentes para a sociedade, em geral, para além de seus muros. Essa percepção permeou todas as entrevistas, indicando, dessa forma, a necessidade de integração de agendas estratégicas na instituição com os planos de desenvolvimento do município e do próprio estado do Rio de Janeiro.

Assim, associados à agenda ambiental, como questões a serem aprimoradas na instituição, como por exemplo, a coleta seletiva de lixo, o consumo sustentável de energia, o reaproveitamento e reuso de água e efluentes e a arborização nos *campi*. Foi, também, consensual a avaliação de que a instituição explora pouco esse potencial.

Com relação às políticas institucionais, ao refletir sobre o compromisso de sustentabilidade na UFRJ, *Daysi* avalia que “se pensou pouco sobre isso. Tanto é que no último PDI não tinha nada escrito sobre os ODS. Fui eu que inseri, mas... já está sendo pensado”. Ao resgatar, também, a 1ª MOVIP (evento apresentado no tópico anterior), a entrevistada ressaltou a demora para a internalização da Agenda 2030, no contexto da instituição, mencionando o atraso dessa iniciativa com relação ao momento de estabelecimento desse acordo global, ainda em 2015.

As/os entrevistadas/os enfatizaram, ainda, o impacto das mudanças e alterações climáticas nas próprias atividades da UFRJ, bem como em sua dinâmica de operação. Nesse sentido, se mencionou, por exemplo, as perspectivas de aumento do nível do mar, fenômeno que afetará as cidades costeiras brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro, estado no qual a instituição possui a maior parte das suas instalações, sobretudo os *campi* da Ilha do Fundão e da cidade Macaé, ambos em áreas que podem ser impactadas por essa dinâmica. Diante dessa demanda urgente, se ressaltou a importância de algumas pesquisas em andamento capazes de contribuir para o enfrentamento de tais desafios na instituição, seja com projetos de adaptação e resiliência, alinhados ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), bem como associados ao ODS 13 (Ação da Mudança Global do Clima), dentre outros.

Sob esse enfoque, *Angélica* lembrou que as consequências das mudanças climáticas vão impor profundos desafios às sociedades contemporâneas, agravando ainda mais as desigualdades e problemas sociais já existentes, não sendo esse contexto diferente no cenário fluminense. Esse panorama complexo deverá se refletir na busca por soluções que envolvam as diferentes áreas do conhecimento da instituição, demandando, ainda, pesquisas interdisciplinares na própria UFRJ.

Também alinhada à perspectiva de adaptação climática no contexto regional, *Violeta* ressaltou que o território onde a UFRJ se insere, especialmente o *campus* da Ilha do Fundão, cumpre uma função de extrema importância na composição dos fragmentos florestais que ainda existem na região, em especial a área circunscrita à Baixada de Inhaúma, na Zona Norte fluminense. De acordo com a entrevistada, o espaço ejetado do campus constitui uma área de forração. Sendo assim, “Ela pode ser considerada como laje e um vazio [por quem não conhece]. Não é isso. Ele é um espaço que cumpre uma função ecossistêmica muito importante naquele recorte específico”. Para potencializar as ações de cunho ambiental na área e contribuir para a manutenção do microclima da região, *Violeta* abordou a necessidade de “uma política de arborização que é simples, barata e eficiente. Um campus arborizado teria uma função muito importante para quem está nele, uma baixa de temperatura, de umidade. Seria muito mais agradável”.

A entrevistada considera, também, que o aumento da cobertura vegetal no campus traria mais bem-estar para as pessoas que transitam na Ilha do Fundão, permitindo a realização de mais atividades ao ar livre e o deslocamento a pé de uma unidade à outra. Além disso, inúmeras ações nesse sentido poderiam ser iniciadas para tornar a UFRJ não apenas mais sustentável, mas também mais agradável para quem transita em seus espaços, o que vale para o campus Praia Vermelha. Para ela, “Transformar um pouco mais daquele espaço em um

ambiente mais receptivo para todos, então também contribuindo muito fortemente para aquele microclima” (*Violeta*). Essas ações estariam em sintonia com o ODS 15 (Vida sobre a Terra).

Vale ressaltar, nesse contexto, a importância de conservação dos manguezais na Ilha do Fundão, ecossistema reconhecido globalmente por suas diversas funções ecológicas. Considerado como berçário para inúmeras espécies da fauna, os manguezais também fornecem proteção da linha de costa contra a erosão marinha, contribuem para o sequestro e estoque de carbono, de maneira ainda mais evidente, por hectare do que as florestas tropicais mais produtivas, conforme informações divulgadas pelo *Projeto Orla Sem Lixo*²⁹⁵. Essa iniciativa, desenvolvida no âmbito do Parque Tecnológico da UFRJ, em parceria com o setor empresarial, foi apresentada em uma das reuniões do GT 2, de Meio Ambiente do Plano Diretor 2030, e está alinhada, sobretudo, ao ODS 13 (Combate às Alterações Climáticas), ao ODS 14 (Vida na Água) e ao ODS 15 (Vida na Terra).

As contribuições da UFRJ nos territórios onde está inserida a instituição (ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis) foi, também, abordado com um aspecto que pode contribuir para a melhoria da dinâmica local. A instalação de um *campus* no Município de Macaé, por exemplo, mudou a configuração da cidade no que tange, sobretudo, ao acesso à saúde e à educação (ODS 3 e ODS 4), contribuindo para a justiça e a inclusão social. Conforme salientou *Angélica*, essa unidade, inaugurada há dezesseis anos, vai começar a ter a primeira geração de filhos de alunos formados na instituição ingressando na universidade

Também com relação ao ODS 11, *Violeta* ressaltou a necessidade de uma maior integração entre a UFRJ e os municípios onde ela está instalada. Segundo essa entrevistada, “o estado do Rio de Janeiro concentra a maior universidade federal do Brasil, mais antiga, de maior capacidade. Em nenhum momento esse papel é cumprido. Se nós não valorizamos esse papel junto à cidade, como é que a gente quer que o oposto aconteça também?”. Com esse questionamento, a entrevistada defendeu, em seu depoimento, uma presença mais efetiva da UFRJ nas discussões da cidade, o que tende a envolver, também, a adequação de seus planos orientadores estratégicos.

Essa integração, para *Violeta*, deve envolver não apenas a UFRJ, mas também outras IES públicas, como a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e os Institutos Federais do Rio de Janeiro (IFRJ), além de uma gama de IES particulares, com objetivos dirigidos às

²⁹⁵ <https://orlasemlixo.com/>

dinâmicas socioeconômicas do estado. De acordo com a entrevistada, “essa densidade intelectual e de formação de recursos humanos é muito grande. É quase uma Califórnia brasileira, no sentido da formação em tecnologia”. Ao se referir ao *Vale do Silício*, denominação internacionalmente reconhecida, na baía de São Francisco, nos EUA, onde estão concentradas inúmeras indústrias de alta tecnologia, *Violeta* reiterou que considera o estado fluminense um reduto de capital intelectual. Por meio da criação de redes e parcerias, poderiam ser desenvolvidas as bases para uma indústria de tecnologia limpa e inteligência artificial, por exemplo, para solucionar os principais problemas do país. Em sua opinião:

Enquanto a gente ficava focado na extração de petróleo, isso afundou o Rio de Janeiro nos últimos 40 anos. Enquanto o petróleo for a única vertente econômica, eu não vejo muita solução prestada. Mas se a gente olhar um pouquinho mais com cuidado, poderíamos ser, de fato, um núcleo de indústria limpa, e empregar as pessoas que se formam profissionais em várias áreas. Como é que a gente faz para empregar esses jovens? Eu acho que, no fundo, é um pouco pensar em um papel mais estratégico. Agora, tem que jogar isso na política da economia, do Estado (*Violeta*).

Essa potencialidade viabilizada pela integração das IES, diretamente relacionada ao ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) foi, também, ressaltada por *Angélica*, em uma perspectiva nacional. Ao exemplificar com o caso da área de Ciências Ambientais da CAPES, que originou a publicação da obra “Impacto das ciências ambientais na Agenda 2030 da ONU” (SAMPAIO; PHILIPPI JR., 2021), recomendado pela entrevistada, *Angélica* destacou que “Faz três anos que essa área da Capes tem buscado se ancorar nos 17 ODS, da Agenda 2030, e fazer essa reflexão junto aos 141 programas de Pós-graduação. De que forma eles vêm abordando os ODS como um retorno para a sociedade?”. Segundo a entrevistada, essa questão vem estimulando os Programas de Pós-graduação (PPG) dessa grande área a orientar as suas práticas com base nos ODS, e a atuarem de maneira integrada, criando redes de parceria entre esses programas nas diferentes regiões do Brasil. Assim, *Angélica* relatou: “estou interagindo com um professor coordenador de um programa do Ceará, com outro do interior da Paraíba, com outro de Blumenau, com outro do Mato Grosso. Então juntou coordenadores. Nós fizemos reuniões semanais para discutir sobre os ODS em nossos PPG”. Diante dessa experiência positiva, *Angélica* convidou para a participação, no dia seguinte à realização da entrevista, do evento híbrido e aberto ao público, realizado no Instituto de Estudos Avançados (IEA), na USP, em São Paulo, que teve, entre seus objetivos, avançar nas

discussões para fundamentar a produção da segunda edição do livro recomendado, sobre os impactos dessa área da CAPES na Agenda 2030²⁹⁶.

Ao destacar uma das ações propostas, a partir dessas parcerias, *Angélica* afirma que, para além da questão já existente, sobre a associação dos pré-projetos aos ODS, no processo de seleção do Programa, pretende incluir outra pergunta, mais objetiva e prática sobre os possíveis produtos gerados para contribuir com a Agenda 2030, por meio das produções acadêmicas geradas no PPG. Um dos resultados já vislumbrados pela entrevistada foi a análise da relação com os ODS, no minigrupo de PPG da CAPES, a partir da questão aos docentes dos PPG: “E qual dessas teses ou dissertações que tu orienta tocam nos ODS? Então eu construí como se fosse uma teia alimentar, no caso, saindo de cada programa, indo para os ODS. Incrivelmente, dentro desse grupo de seis PPG, todos os 17 ODS são abordados!”. Assim, *Angélica* concluiu que “Então isso mostra o quanto esses programas interdisciplinares tocam na questão do desenvolvimento sustentável, dos objetivos da Agenda 2030”.

A forma de ampliar a comunicação sobre essa agenda global foi, também, evidenciada na etapa de entrevista, de modo a estimular a sua territorialização e assimilação pelo público, e ser melhor internalizada na universidade. Essa agenda, pactuada no âmbito da ONU, poderia ser considerada como uma bandeira, um balizador para as ações e reflexões no âmbito da instituição que precisaria estar em evidência, estando claros os compromissos da instituição com suas Metas e Objetivos. *Hortênsia* ressaltou, ainda, que esse engajamento poderia ampliar a visibilidade da instituição, contribuindo para promover a efetiva internalização dos ODS no plano cotidiano do corpo social, influenciando comportamentos no interior e fora da universidade. Para *Hortênsia*, a própria divulgação interna dos ODS poderia ter um caráter lúdico, ilustrativo e pedagógico, o que facilitaria a sua leitura e compreensão²⁹⁷, visto que “se a gente for ver, os objetivos são quase óbvios, né? Óbvio que aquilo lá deveria ser assunto diário, mas não é. Deveria, mas não é. Então, eu acho que é importante você ter objetivos simples, de leitura simples e que norteiam todas as atividades”.

Sobre a forma de comunicação dos ODS, e sua importância para contribuir com a ampliação do conhecimento das ações da própria instituição, a entrevistada defende que:

eu acho que a UFRJ pode fazer o uso dessas bandeiras para aprofundar e para melhorar a sustentabilidade dentro da própria UFRJ. Então, uma das coisas que a gente está tentando, que eu tenho falado no PD 2030 é ‘a UFRJ não conhece a UFRJ’. Nós não sabemos quem somos, não nos conhecemos. O primeiro passo é

²⁹⁶ Urbansus - II Encontro Acadêmico: Impacto das Ciências Ambientais na Agenda 2030. Disponível em < <http://www.iea.usp.br/eventos/ii-encontro-academico-agenda-2030>>

²⁹⁷ A entrevistada se refere aos ícones e cores adotados pela ONU para comunicar os ODS, que despertam o interesse e facilitam a compressão de seu propósito, por indivíduos de dentro e de fora da universidade.

colocar em evidência as coisas que acontecem, o que são as coisas boas que são produzidas na universidade. Tem que aparecer, né? Mas as coisas ruins também têm que aparecer para a gente poder melhorar nessas... Então, é isso, acho que [os ODS] é uma bandeira... Como bandeira, ela tem que aparecer, tem que ser explícita, né? Enfim, colocar isso em evidência para a universidade trilhar esse caminho (*Hortênsia*)

Diante da urgente e relevante demanda de internalização dos ODS à UFRJ, associada à necessidade de se conhecer, também, os desafios para a instituição alcançá-la, inúmeras foram, também, as dificuldades apontadas com esse objetivo durante as entrevistas. Esses complexos desafios a serem enfrentados pela UFRJ rumo a futuros desejáveis, discutidos a partir da perspectiva de interlocutoras/es estratégicas/os entrevistadas/os na pesquisa, apontam, também, para algumas potencialidades que podem favorecer essa universidade centenária nesse processo. Esses desafios estão sistematizados no subcapítulo, a seguir.

6.3 As “ervas-daninhas”: desafios futuros diante de um presente insustentável

O planeta está enfermo. É preciso ‘rejardiná-lo’
(Antônio Nobre)

A ilustração das “ervas-daninhas” simboliza, na presente pesquisa, a diversidade dos problemas que dificultam a intencionalidade da UFRJ em criar, manter e avançar em suas práticas sustentáveis. Nesse contexto, se inserem problemas históricos, que têm se perpetuado ao longo do tempo, desafiando as ações em curso no cenário atual, e que precisam ser enfrentados de maneira crítica e propositiva, na busca pela transformação desejada rumo a um futuro desejável, sustentável e regenerativo na instituição.

No caso dos desafios que transcendem os muros da universidade, cabe destacar que o processo de produção da presente pesquisa foi atravessado por um problema de proporções globais, a *Pandemia da Covid-19*, primeira crise sanitária dessa envergadura vivida pela maior parcela das sociedades contemporâneas. No contexto das dinâmicas da própria UFRJ, não foi e nem poderia ter sido diferente. Conforme pontuado ao longo dessa tese, essa problemática vem impactando o direcionamento de inúmeras pesquisas e projetos acadêmicos em andamento, além de todas as demais rotinas da instituição. Diante desse panorama global, segundo *Açucena*, “a gente teve uma pandemia que mudou um pouco o foco da gestão para um outro caminho. Não era bem por aí, mas de pensar a questão de como a gente pode usar as nossas pesquisas para melhorar a qualidade de vida nos nossos campi”.

Ao ser considerada como a materialização de um alerta científico reiteradamente enfatizado, no âmbito dos debates sobre as consequências das inúmeras dimensões da crise

civilizatória, essa questão segue como um importante desafio ainda no presente. Esse tema está no cerne da percepção de alguns interlocutores sobre o contexto atual durante as entrevistas: “mudanças climáticas não é só derreter o gelo e aumentar o nível de mar (...) Envolve questões de saúde, de migração de pessoas, abrir portas para pessoas de locais que vão virar refugiados climáticos” (*Angélica*).

Além disso, não se pode desconsiderar que esse cenário tem prognósticos dramáticos para as próximas décadas, caso não seja revertido o funcionamento da sociedade contemporânea, operado por uma lógica insustentável, segundo as referências nas quais essa tese se inspira e se ancora. Assim, *Angélica*, ao destacar o papel da universidade, ressaltou a necessidade de integração das ciências para solucionar esses problemas globais, mas com interferências locais. Para ela, “tem toda a importância dos cientistas sociais e dos cientistas que trabalham com planejamento de território, em relacionar com as questões que são as decorrências das mudanças climáticas, na forma de catástrofes”.

Nesse sentido, a expectativa dos interlocutores entrevistados, em linhas gerais, esteve centrada, principalmente, na necessidade de fortalecimento de ações integradas e do estabelecimento de parcerias, para que seja possível lidar com o complexo cenário que vem se agravando no panorama político-institucional brasileiro, nos últimos quatro anos, e que tende a possibilitar a projeção de *policrises* nacionais e globais, às quais a instituição não está imune e tampouco pode ignorar.

Conforme os argumentos anteriormente apresentados, os processos de tomadas de decisão, decorrentes especificamente do panorama político-institucional brasileiro têm sido, também, prejudiciais às agendas estratégicas do país, em particular, pelo fato de terem sido as pastas de Educação e Meio Ambiente fortemente impactadas pela escassez de recursos financeiros e humanos, tendendo esse cenário tanto à inviabilização de ações em curso, como ao esgarçamento moral das instituições brasileiras, com ênfase no plano da gestão do Executivo federal. Na opinião de *Azeleia*, “o desafio nesse momento é realmente um desinvestimento muito grande na área de ciência e tecnologia, na área de educação, que faz com que a universidade sofra muito”. Nessa perspectiva, *Alisson* ressaltou que “um desafio grande é a questão da verba”, que vem sendo reduzida, sistematicamente, ao longo dos anos.

Não por acaso, o processo de tomada de decisões governamentais, com ênfase no Ministério da Educação (MEC), foi apontado como problematicamente *top-down* pelas/os entrevistadas/os. Esses interlocutores consideram, em linhas gerais, que as estratégias governamentais têm sido desalinhadas da realidade das Instituições de Ensino Superior no país. Nesse sentido, *Violeta* destaca a importância de “uma grande mudança de mentalidade.

Se não mudar a mentalidade, a gente vai continuar nos próximos dez anos mingando por conta disso”. A entrevistada se refere, nesse caso, à escolha da destinação de verbas do governo federal para as universidades, sem que as próprias instituições possam decidir as suas prioridades. Em alguns casos, a verba está atrelada a novas edificações (denominada verba de capital) e, não, dirigida à manutenção, restauração e reforma (denominada verba de custeio para prédios já existentes), o que seria desejável diante das urgências institucionais.

Ela ressalta, ainda, que “foram abertos novos cursos na ânsia de conseguir dinheiro, vieram, abriram-se novos cursos, abriram novas vagas e construíram-se novas edificações, quase todas de péssima qualidade” (*Violeta*). Quando o que realmente era necessário seria a destinação de verba “ao custeio, para manutenção, recuperação estrutural, recuperação das instalações elétricas, das instalações de lógica das instalações, cobertura, impermeabilização, estrutura etc.” (*Violeta*).

Além disso, outra questão que interfere drasticamente nas dinâmicas institucionais para esses atores, se refere à perspectiva de mudanças de rota que podem ocorrer nas instituições federais de ensino superior, conforme resultado dos pleitos eleitorais quadriênais para a presidência do país, o que dificulta o desenho de projetos de longo prazo e, por conseguinte, amplia o cenário de incertezas em relação ao futuro das universidades, dentre as quais, a UFRJ. Para *Margarida*, “o subfinanciamento que temos aqui impacta tanto pelo fato do dinheiro em si, mas como pelo e pelo desgaste que diretamente causa”.

Essa questão se vincula, ainda, a dificuldades para a execução de recursos financeiros, apontado pelas/os entrevistadas/os. Isso se refere ao número reduzido de profissionais disponíveis para executar as ideias e propostas advindas do capital intelectual da UFRJ. Esse desafio está relacionado à dificuldade de contratação de pessoal qualificado, que permita “sair do plano estratégico para o plano operacional, o que demanda gente, capacitação e programa de fomento” (*Açucena*). Assim, em um cenário de impossibilidades de contratação de pessoal qualificado, via concursos públicos, o atendimento das demandas existentes, com quadros profissionais cada vez mais reduzidos, vem gerando acúmulo de tarefas e exaustão do corpo docente e técnico da instituição, condição essa agravada pelas consequências da *Pandemia*.

Os interlocutores entrevistados apontaram, ainda, a discrepância da destinação de verbas entre os diversos setores da UFRJ como um problema a ser enfrentado nos próximos anos. Setores relacionados à inovação tecnológica e às áreas de saúde, por exemplo, recebem maior aporte de verbas, enquanto outras áreas ficam descobertas, fato que ficou ainda mais evidente por conta da necessidade de ações para o combate à *Pandemia da Covid-19*. O reconhecimento da necessidade de uma distribuição equânime e plural de recursos para que

haja, no futuro, uma justa destinação de verbas foi, assim, apontado como um real desafio a ser superado na busca por iniciativas alinhadas com os amanhãs desejáveis na UFRJ.

Também com relação à pauta orçamentária, *Hortência* reforçou a crítica sobre as dificuldades de acesso aos recursos financeiros, porém, destacou a necessidade de transparência da instituição, sobretudo, nos processos licitatórios e na execução orçamentária. Além disso, ela apontou a necessidade de maior clareza sobre a realidade político-institucional vivenciada diante das instabilidades de gestão política brasileira, sendo fundamental, nesse caso, agir com maior cautela, no que tange à execução dos recursos advindos do Ministério da Educação. Nesse caso, foi enfatizado que a atual forma de gestão da pasta não se reflete ao real compromisso de Estado, dificultando, portanto, o desenvolvimento de projetos de longo prazo, com a educação em razão das recorrentes trocas de comando da pasta no Poder Executivo. Além disso, foi ressaltado como fundamental “direcionar recursos, mesmo que poucos, na direção certa para ser coerente com a ideia de sustentabilidade” (*Hortência*).

A burocracia que perpassa a dinâmica das atividades da UFRJ também foi um tema recorrentemente apontado nas entrevistas, representando outro dilema a ser enfrentado e superado no futuro, uma vez que vem inviabilizando a realização de inúmeras ações consideradas como potentes para transformar a própria instituição e a sociedade, de maneira mais abrangente. Na opinião de *Margarida* “eu acho que a gente tem uma morosidade administrativa, uma dificuldade de implementar as medidas que eu não sei a que se deve, mas eu acho que isso é um fato. Relatos de vários lugares em que as pessoas falam”. Essa burocracia vem dificultando a captação e a utilização de recursos que poderiam ser aplicados em diferentes frentes voltadas para o campo da sustentabilidade. Como um outro aspecto central relacionado a essa problemática, foi pontuado também nas entrevistas que o atendimento de demandas burocráticas requer muitas horas de trabalho do corpo funcional, que poderiam ser aplicadas em atividades mais úteis às necessidades da instituição e da sociedade, para o cumprimento do papel social da universidade.

Associado a essas dificuldades, a dimensão (tanto espacial como populacional) da UFRJ, já abordada no início do capítulo, foi, também, apontada, por grande parte dos interlocutores entrevistados como um real desafio para ações em sustentabilidade. *Alisson* ressaltou o desafio de gerenciar “uma universidade do tamanho de uma cidade, visto que só a Cidade Universitária é uma pequena cidade, mas se você juntar com a Praia Vermelha, que é um bairro, se juntar com as outras unidades isoladas, Caxias, Macaé, Xerém”. Com relação à

reflexão de *Gerânio* sobre os desafios, “isso tudo requer investimento. E pelo tamanho da UFRJ, aí o nome já diz, uma Cidade Universitária, para remodelar isso não é fácil”.

Ainda com relação aos desafios internos no âmbito do funcionamento da própria instituição, face à questão de limitação orçamentária, a necessidade de garantia de transparência na gestão dos recursos financeiros foi abordada como uma forma de institucionalizar demais ações de sustentabilidade no futuro da UFRJ. Parte dos interlocutores considera a questão financeira dos projetos em andamento como um pilar fundamental a ser fortalecido. Para isso, o Plano Diretor UFRJ 2030 foi apontado como ferramenta potencial para viabilizar o desenvolvimento mais harmonioso da instituição, evitando ações dispendiosas e improdutivas, no futuro. Na análise de *Hortência*, “mesmo com todas essas restrições orçamentárias e tal, eu acho que há uma discussão mais aprofundada em relação à necessidade de ordenar a casa”. Nas palavras da entrevistada: “Acho que tem uma semente que está sim, está crescendo, mas não é um caminho assim tão fácil. As coisas não saem em um estalo de dedos”, indicando o compromisso da UFRJ com a temática da sustentabilidade.

Com relação ao compromisso da instituição, projetado nos documentos institucionais, como o Plano Diretor e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), segundo *Daysi*,

os desafios são muitos. Acho que a gente tem dois limitantes, que são, um a cultura de você colocar isso como parte da missão. Então, você tem que introspectar que isso é alguma coisa para qual a universidade tem que contribuir. E a outra, tem uma restrição financeira. Porque a gente não consegue fazer tudo o que a gente gostaria.

Ainda sobre a necessidade de mudança na cultura organizacional, “a gente precisa criar uma cultura. Não é fácil. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é muito complicado você mudar a cultura, mudar a cabeça das pessoas” (*Lírio*) Isso porque, “tem coisas que não dependem só de recursos financeiros. Dependem de mentalidade você mudar a cabeça para mudar a sua forma de agir, de encarar o consumo de recursos que a gente tem” (*Lírio*).

Mas para alguns entrevistados, os desafios para a internalização do compromisso de sustentabilidade foram destacados como um objetivo ainda distante da instituição, visto que “de um lado, um orçamento que vai diminuindo ano a ano, e de outro, a necessidade cada vez maior de verbas para você poder funcionar. Então, se está difícil a gente funcionar da forma adequada, mais difícil ainda é a gente investir em ações de sustentabilidade” (*Alisson*). Segundo *Hortência*, “nós estamos muito antes disso. Fazer coisas minimamente racionais, investimento que a universidade, com o seu orçamento, consiga manter e consiga ter funcionalidade”.

Entre os problemas urgentes, que acabam minando esforços para o comprometimento da instituição em práticas sustentáveis, *Alisson* destaca que “o nosso retrato da UFRJ em

termos de segurança não é nada bom. Por conta dos muitos problemas com edificações, segurança, pessoal etc., não há fôlego para aprofundar nos alinhamentos sobre sustentabilidade”. O entrevistado ressaltou, complementarmente, em seu depoimento, um tema também discutido durante algumas reuniões do GT 2 de Meio Ambiente para a construção do Plano Diretor, relacionada à biossegurança. Para ele:

A questão da biossegurança foi pautada a partir das consequências de construções inadequadas, da necessidade de espaços adequados para o despejo de materiais especiais, que causam danos à natureza, como os transformadores que usam óleo ascarel, por exemplo, que ainda existem na UFRJ. Esse é um tipo de óleo que lubrifica sistemas do transformador, mas ele é tóxico à natureza (*Alisson*)

Esse exemplo ilustra alguns dos desafios relacionados à manutenção de edificações muito antigas, construídas quando não havia estudos sobre edificações sustentáveis. E em alguns casos, ainda não tinham as regulamentações prediais, tais como mencionado por *Gerânio*: “agora que está caindo a ficha que nunca foi habitável. E agora, então, em tempos de Pandemia, pior ainda. Um prédio sem habite-se porque não tem saída de incêndio”.

Outro exemplo apontado sobre as condições inadequadas para o funcionamento de alguns prédios, sob a ótica de saúde e bem-estar, se refere a algumas edificações projetadas sem janelas, com a expectativa de instalação de um sistema central de ar-condicionado, o que não ocorreu, por falta de recursos. A falta de circulação de ar nesses prédios vem resultando em gastos adicionais com equipamentos dispendiosos, além de demandarem maior gasto em eletricidade por não contarem com o aproveitamento da luz natural. Tais problemas vêm impactando, significativamente, as contas de energia da instituição. Em linhas gerais, se reconhece, no entanto, que a readequação dessas estruturas prediais, para as atuais possibilidades viabilizadas por inovações em sustentabilidade, no plano arquitetônico, seria dispendiosa e esbarraria em tetos orçamentários, questão desafiadora que merece ser amplamente debatida na instituição.

Além disso, a UFRJ é responsável pelo gerenciamento de um patrimônio histórico e cultural de quinze edificações tombadas. Essas unidades se encontram em funcionamento, atendendo não apenas aos discentes e docentes, mas à sociedade, em geral. Nesse sentido, se reconhece o duplo desafio de preservar o valor histórico dessas estruturas prediais e, torná-las sustentáveis e resilientes, sem gerar paralisações que comprometam a sua função social. Ao refletir sobre esses complexos desafios estruturais, *Dália* mencionou que a UFRJ “é uma universidade centenária. Então ela foi formada numa época em que essas discussões não existiam, né? (...) o nosso desafio é primeiro manter as nossas memórias, porém adaptando, e nos adaptando a essas mudanças necessárias”.

Nesse contexto, cabe exemplificar as consequências da falta de manutenção dos prédios administrados pela UFRJ com os casos mais graves, que resultaram em incêndios. *Lis* ressaltou a importância histórica do edifício Jorge Machado Moreira, na Cidade Universitária, destacando que “durante muito tempo funcionou a arquitetura, Belas Artes, a Reitoria, quatro Pró-Reitorias, o Centro de Letras e Artes, o Ippur e a Procuradoria Geral. Onde pegou fogo? Tudo isso aí” ressaltando a importância de se considerar a “dimensão sustentável dos edifícios”. Nessa perspectiva, *Violeta* reafirmou a importância da destinação de recursos financeiros para a manutenção das edificações já existentes na instituição:

Os recursos deveriam ter sido voltados à manutenção do que nós já tínhamos e não para construções que ficaram ali. Hoje são os esqueletos. Também falo do Fundão, mas isso vai encontrar a Praia Vermelha, vai encontrar Macaé, vai encontrar em Caxias, nos outros campi e, também no próprio Museu Nacional, que pegou fogo por uma simplesmente falta de manutenção da parte dos aparelhos de ar-condicionado (*Violeta*).

Entre os incêndios nos últimos anos, podem ser resgatados aqueles ocorridos em uma sala do Hospital do Fundão (2022), no prédio da Reitoria (2021), e no Museu Nacional (2018), sem contar outros episódios recorrentes nas instalações da UFRJ, que não alcançaram repercussão midiática. Vale ressaltar, nesse histórico de sinistros, que além do Museu Nacional, em 2018, com ampla visibilidade no plano internacional, outros dois incêndios ocorreram naquele mesmo ano (um laboratório da COPPE e um andar do Hospital Universitário). Mas em 2017, esse problema havia atingido o alojamento estudantil; e em 2016, parte do Edifício Jorge Machado Moreira - JMM, onde estão abrigados a Reitoria e os cursos de Arquitetura e Belas Artes. Outros registros de fogo em instalações da instituição datam de 2014, no Centro de Ciências da Saúde (CCS); em 2012, na Faculdade de Letras; e, em 2011, no Palácio Universitário, no campus da Praia Vermelha, prédio tombado pelo Iphan.

O incêndio do Museu Nacional pode ser tomado como o caso mais emblemático do descaso para com o patrimônio brasileiro. Tombado por seu valor histórico e cultural, se constitui como o mais antigo museu do Brasil, fundado em 1818, por Dom João 6º, e havia acabado de completar 200 anos quando foi incendiado²⁹⁸.

Os desafios a serem enfrentados na instituição, no contexto cultural foram, também, ressaltados na análise de *Hortência*, sobre os complexos problemas institucionais que abrangem não apenas a UFRJ, mas o país em geral. Para ela, “Nós temos dificuldade de nos

²⁹⁸ No entanto, uma pesquisa revelou que o número de brasileiros que visitaram o Louvre, museu em Paris, na França, em 2017, foi 50,5% superior à visitação total de brasileiros ao Museu Nacional, naquele mesmo ano, por exemplo. Apesar de contar com um dos mais ricos acervos de antropologia e história natural da América Latina, o Museu Nacional teve apenas 192 mil visitantes em 2017, menos da metade do público do Museu Imperial, em Petrópolis, que recebeu 400 mil visitantes no mesmo ano, por exemplo (BARIFOUSE, 2018).

organizar como instituição. Acho que reflete a falta de organização do país. Não temos um projeto de país muito claro”. Nesse sentido, a entrevistada complementa a sua reflexão ressaltando as inúmeras “contradições da sociedade brasileira, com profundas raízes na escravidão, no modelo que deixou o império português de herança” (*Hortência*).

Além dessa discussão crítica no âmbito da própria gestão da instituição, o modelo de universidade europeia, que fundamenta a raiz de grande parte das universidades brasileiras, foi questionado por alguns entrevistados. A partir da ideia dos “feudos de poder”, *Melissa* problematiza esse debate com a necessidade de se romper as barreiras nos campos disciplinares, esses espaços herméticos, que criam entraves epistêmicos que dificultam a busca pela construção de soluções e de caminhos sustentáveis. Diante desse histórico, segundo *Melissa*, para que a universidade possa avançar, ela precisa ser criativa e viabilizar o intercâmbio de conhecimento, criando, por exemplo, núcleos estratégicos, colégios de altos estudos e centros de desenvolvimento capazes de romper essas barreiras. No caso da UFRJ, seguindo esse caminho proposto, a entrevistada acredita na possibilidade de que a instituição passe a adotar uma nova dinâmica de integração e de realismo com relação às demandas contemporâneas.

Outro desafio que se revelou recorrente nos depoimentos apreendidos nas entrevistas, e, também nas reuniões do GT2 do Plano Diretor UFRJ 2030, foi a necessidade de enfrentamento das falhas e lacunas nas ações de comunicação institucional, questão que ganhou novos contornos após o distanciamento físico demandado pelo combate à disseminação do vírus causador da Covid-19. *Rosa* complementou esse argumento, afirmando que o pensamento está ainda confinado em estruturas departamentais, que não dialogam entre si e com a própria instituição de forma geral. Para ela,

Um desafio é a comunicação. O outro desafio é o isolamento, o fato de que você ainda tem muito pensamento confinado em estruturas departamentais, que eu chamo “de precisamos derrubar as paredes”. Se fizessem um novo projeto, uma nova arquitetura, em que você tem alicerces muito bem construídos e que essas paredes que separam os campos do conhecimento pudessem realmente ser superadas, porque elas se integram hoje de uma maneira muito maior. Por outro lado, esse pensamento, que é interdisciplinar, e esse olhar interdisciplinar, não pode prescindir da disciplinaridade porque a disciplinaridade dá a base (*Rosa*).

Mas para além da necessidade de um diálogo interdisciplinar, outro ponto identificado nas entrevistas foi a necessidade de construção de parcerias com os demais segmentos da sociedade. Isso permitiria o compartilhamento do conhecimento gerado e de projetos em andamento com potencial para solucionar os complexos problemas do país. *Ivy*, por exemplo, acredita na potência dos “projetos sendo desenvolvidos em parceria entre as próprias unidades

e centros. Porque eu não consigo pensar. Eu acho que a gente tem que fortalecer todos, porque não adianta eu ter uma unidade de excelência se tem outras que não têm o básico”.

Sob a perspectiva da construção de sociabilidades, alguns aspectos foram abordados sobre as questões emocionais e psicológicas dos públicos da UFRJ. Nesse contexto, a temática de afetos é considerada delicada, pois envolve, entre outros pontos, a projeção da esfera de autoestima de docentes, discentes, pesquisadores e funcionários, além de traduzir algumas práticas arraigadas na instituição. Não por acaso, o histórico elitista das universidades brasileiras foi reiterado no âmbito de algumas entrevistas, sendo ainda ilustrado no breve resgate histórico da presente pesquisa. Em linhas gerais, se considera que esse aspecto vem gerando dissonâncias éticas e de valores, que acabaram sendo internalizadas nas múltiplas culturas que se desenvolveram, também, na UFRJ. Nesse sentido, falsas hierarquias foram estabelecidas, criando relações de abusos de poder, baseadas na desqualificação das capacidades de grupos e/ou indivíduos, com base em seu *background* acadêmico, profissional e social. Essa questão, ainda pouco discutida institucionalmente, vem causando graves problemas de saúde mental aos indivíduos que vivenciam esse tipo de situação no cotidiano acadêmico. E ainda, vai de encontro à pretendida pluralidade e dos amanhãs desejáveis, projetados para essa universidade centenária, como será discutido no próximo tópico, a seguir.

6.4 Sementes colhidas para cultivar uma UFRJ sustentável e regenerante

A utopia está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se distancia dez passos mais além.

Para que serve a utopia?

Serve para isso: para caminhar

(Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano em ‘Las palabras andantes?’)

O presente subcapítulo teve o propósito de responder parte do último objetivo específico da tese: *Indicar caminhos possíveis para a ação sustentável na UFRJ, na Década da Ação, tendo como horizonte a Agenda 2030.*

Tendo como inspiração o cultivo de uma UFRJ sustentável e regenerante, que valorize a conexão entre as pessoas, e o ambiente, é fundamental a compreensão de que “educação, ensino e aprendizagem são mais do que juntar informações ou arrumar um emprego: A educação está relacionada a cura e totalidade. Tem relação com empoderamento, libertação, transcendência e renovação da energia vital” (hooks, 2021, p. 268). As universidades, portanto, não podem ser compreendidas apenas como “espaços para educar pessoas para

terem sucesso na sociedade como ela é. Devemos ter coragem de educar pessoas a fim de curarem este mundo para o que ele pode vir a ser'. Essa é a visão da educação transformadora, da educação como prática da liberdade" (hooks, 2021, p. 271).

Com essa inspiração, esse subcapítulo foi dividido em dois tópicos. O primeiro sistematiza os sonhos, desejos e aspirações de interlocutores entrevistados, ao imaginarem futuros sustentáveis para a UFRJ, tendo como inspiração bell hooks (2021, p. 277), quando ela afirma que "a imaginação foi o combustível para minha esperança". Com esse combustível, o segundo tópico sistematiza as reflexões desenvolvidas em todo o capítulo, e ilustra, por meio da pluralidade de significados da Minerva, símbolo da UFRJ, as potencialidades para o desabrochar de novos caminhos para a instituição.

6.4.1 Imaginando "inéditos viáveis" na UFRJ para preparar novos plantios

O exercício de imaginar uma UFRJ sustentável, durante as entrevistas realizadas, teve como objetivo apreender projeções de futuros desejáveis para essa universidade centenária, a partir de vivências pessoais, profissionais, acadêmicas, além da inserção institucional dos interlocutores entrevistados. Essa inspiração se aproxima da questão inicial que orientou o roteiro de entrevista, partindo também das experiências vivenciadas por esses atores estratégicos, envolvendo, nesse contexto, relatos sobre suas trajetórias na instituição, a partir do resgate de um olhar para o passado e para as suas próprias implicações nas áreas de atuação nas quais se inserem. Com esse propósito, se buscou compreender a UFRJ a partir da perspectiva de hooks (2021, p. 274), como "um espaço onde o paraíso pode ser concretizado, um lugar de paixão e possibilidade, um lugar onde o espírito tem valor, onde tudo o que aprendemos e tudo o que sabemos nos leva a uma conexão ainda maior, a uma compreensão maior da vida em comunidade".

A questão – *como você imagina uma UFRJ sustentável?* –, a última do roteiro de entrevista, buscou motivar reflexões das/dos entrevistadas/os, sobre a realidade da instituição, com o intuito de proporcionar, a partir dos relatos obtidos, um ambiente para a criação de novas percepções sobre soluções possíveis, mas despercebidas no cotidiano, para fazer emergir os denominados *inéditos viáveis* (FREIRE, 2016). Essa terminologia freiriana está pautada nas dimensões de *práxis* (ação e reflexão) e, ao mesmo tempo, de sonhos e de utopias, para projeções de futuros diferentes, visto que "A educação crítica é a 'futuridade' revolucionária. Sendo profética – enquanto tal, portadora de esperança –, corresponde à

natureza histórica do homem (...) para poder construir o futuro com mais sabedoria” (FREIRE, 2016, p. 134).

Sendo assim, diante da necessidade de superação das *situações-limite* (FREIRE, 2016), no contexto da UFRJ, esse tópico buscou a materialização do significado que envolve o ato de sonhar coletivamente, como um movimento transformador na dialética freiriana da denúncia e do anúncio, com o objetivo de contribuir para a construção de uma UFRJ sustentável e, também, regenerante.

Nesse sentido, uma parte considerável dos interlocutores entrevistados mencionou a melhoria da mobilidade urbana, sobretudo na Cidade Universitária, como um dos principais aspectos para que se possa imaginar uma UFRJ sustentável. Ainda que essa demanda não esteja diretamente vinculada à responsabilidade da instituição, mas da Prefeitura da cidade e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, foram várias as aspirações expressas pelos interlocutores entrevistados sobre a necessidade de oferta de transporte público de qualidade, seja pelos modais rodoviários, ferroviários ou aquaviários. Além do aumento das linhas de ônibus, foi mencionado, recorrentemente, a importância de se assegurar meios de transportes movidos a fontes de energia limpa para a integração dos *campi* com as cidades onde se inserem. Para tanto, *Margarida* compreende que “tem uma coisa que não depende de nós, mas que faria toda diferença se tivéssemos um Metrô (...) São muitas pessoas que circulam no Fundão, por exemplo”, reafirmando, assim, a questão da densidade populacional da instituição previamente mencionada nesse capítulo da tese.

Entre esses sonhos “colhidos” fora dos “jardins da UFRJ”, com relação ao transporte aquaviário, *Dália* mencionou, a mobilidade urbana como ponto principal para que se possa imaginar uma UFRJ sustentável. A entrevistada deseja ver concretizados investimentos em “transporte pela Baía de Guanabara, não só pelas rodovias, mas pelo mar mesmo. A gente poderia ter um sistema de barcas aqui para facilitar [o acesso] da Baixada Fluminense, Niterói, mais alternativas para evitar esses engarrafamentos terríveis, né?”.

Nesse contexto de mobilidade no modal aquaviário, *Antúrio*, além de mencionar a necessidade de melhorias nas condições do trânsito, também ressaltou o potencial turístico com esse possível investimento na Ilha do Fundão. Considerado como um berço do conhecimento no país, esse campus possui uma localização geográfica estratégica na cidade, como ressaltado pelo entrevistado: “fica a dez minutos do Museu do Amanhã. E [poderia] fazer uma conexão científica entre o Museu do Amanhã e um percurso dentro da universidade”. E assim, complementa: “se isso acontecesse com qualidade”, uma das formas de divulgação para a valorização da ciência no Brasil seria a apresentação, ao turista, de que

“não [se] pode deixar, em um dos dias no Rio de Janeiro, de visitar a ‘grande Cidade Universitária’. Eventualmente, podia fazer um Museu Marítimo aqui”. Com esse exemplo, *Antúrio* sugere o investimento nesse modal de transporte como uma forma de integração do conhecimento científico desenvolvido na UFRJ com moradores da cidade e turistas, valorizando inclusive o papel social da universidade. E, ainda, integrando parte da cidade pela Baía de Guanabara, via transporte aquaviário, um dos cartões-postais do próprio país.

Vale ressaltar que, de acordo com o *Movimento Baía Viva*, ONG que defende o ecossistema e a conservação da biodiversidade da Baía de Guanabara, desde 2020, inúmeras instituições vêm se mobilizando na campanha “Barcas na Ilha do Fundão”, solicitando a interligação entre a Praça XV, a Cidade Universitária e o Aeroporto Internacional Tom Jobim - RIOgaleão. Isso porque a grande circulação de pessoas na região vem causando e agravando os engarrafamentos cotidianos e, conseqüentemente, atrasos no acesso ao campus. Agrava a situação, também, o fluxo intenso de veículos em decorrência do referido aeroporto, vizinho à universidade²⁹⁹.

Ainda com relação a essa complexa questão de mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro, mas, nesse caso, na alçada da universidade, *Azaleia* sonha com “uma UFRJ que desse acesso a tudo, para todos, de forma igualitária”. De acordo com a sua análise, é preciso considerar o estado de bem-estar para o corpo social da instituição e “garantir um transporte sustentável para as pessoas, sabe? Que desse uma qualidade de vida e que queimasse menos combustível”.

Em outra menção sobre a necessidade de melhoria das condições de mobilidade urbana como primeiro desejo para uma UFRJ sustentável, *Alisson* lembrou do “Plano Diretor anterior [2010-2020], que tinha o *Maglev* atravessando toda a Cidade Universitária. Tinha [a previsão de] um metrô”, entre outros exemplos relacionados à questão do transporte público no campus. Vale ressaltar que o *Maglev-Cobra*, trem de levitação magnética, foi desenvolvido pela Coppe/UFRJ, sendo movido a energia elétrica, sem emitir gases de efeito estufa. Criado para deslizar sobre uma passarela suspensa, sem competir com o já congestionado espaço das grandes cidades, a sua construção dispensa as dispendiosas e impactantes obras civis necessárias à construção de infraestrutura de metrô e trens de superfície convencionais³⁰⁰.

²⁹⁹ De acordo com Sérgio Ricardo, fundador da ONG, desde 2014 está em vigor uma decisão judicial para a oferta da linha aquaviária, porém “a CCR Barcas exige uma absurda indenização de R\$ 1 bilhão para sair do negócio, o que diante do impasse gerado tem mantido os insulanos refém dos acordos ilegais e escusos firmados ao longo das últimas décadas”. <https://diariodoporto.com.br/ong-quer-barcas-entre-centro-e-ilha-do-governador/>

³⁰⁰ Mas apesar de suas vantagens, não foram identificados, na presente pesquisa, quaisquer avanços sobre o protótipo apresentado da Conferência Rio+20 como um destaque dessa tecnologia inovadora brasileira, gerada

Sob esse enfoque, foram recorrentes as menções sobre a necessidade de investimentos em ciclovias e demais meios de transportes ativos no campus. Nesse caso, *Azaleia* lamenta sobre “uma iniciativa nessa área que era o uso de bicicletas, né? Que a gente tinha conseguido implementar aqui antes da Pandemia, e agora as bicicletas sumiram”³⁰¹

No contexto da discussão em foco, não se pode desconsiderar que as origens desses problemas de mobilidade podem estar associadas, também, ao próprio histórico tanto de criação da UFRJ como de planejamento urbano do Rio de Janeiro. Isso porque, uma das premissas para a escolha da localização para a construção da Cidade Universitária, em frente à região carioca de Manguinhos, foi a busca pela menor “interferência possível na geografia da cidade, já considerada nesta época ocupada de forma caótica, sem áreas livres” (FAU UFRJ, n. d.). Assim, o projeto urbano do campus foi elaborado, no final dos anos de 1940, sob influência do denominado urbanismo moderno, visto que “o traçado rodoviário era a base para todas as implantações dos edifícios da futura cidade universitária. Era um desenho racional que priorizava as vias de transporte de automóveis, com avenidas largas, rotatórias e previsão de vastos estacionamentos” (FAU UFRJ, n. d.).

No entanto, décadas após a idealização desse projeto para a região, que priorizava a circulação de veículos particulares, pesquisas interdisciplinares sobre mobilidade urbana ressaltariam a importância de que o planejamento das cidades deveria considerar o investimento em transporte público de qualidade. E ainda, em estruturas para o incentivo de práticas de transporte ativo, para que venha a ser viabilizada a desejada mobilidade urbana sustentável (CAVALCANTE; MOURÃO; FERREIRA, 2018)³⁰².

Sendo assim, diante dos relatos proporcionados pelas entrevistas e da experiência de observação participante em grupos criados para se pensar sobre o futuro da instituição, a recorrência da temática da mobilidade urbana no campus, sobretudo na Cidade Universitária,

no “Jardim da UFRJ”. Disponível em < <https://www.coppe.ufrj.br/pt-br/planeta-coppe-noticias/noticias/comecam-obras-do-trem-de-levitacao-magnetica-da-coppe>> Acesso em 20 jun. 2022.

³⁰¹ Não foi possível compreender, a partir da presente pesquisa, a razão dessa desmobilização. No entanto, pode-se inferir, com base nesse cenário apresentado durante entrevistas, a necessidade de amplos investimentos para viabilizar a continuidade desses projetos de mobilidade sustentável nos campi da UFRJ.

³⁰² Vale enfatizar que, entre as inúmeras publicações interdisciplinares para orientar esse debate urgente e inspirar ações nesse contexto, as Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de mobilidade humana e trânsito, foram elaboradas, no âmbito do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), tendo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável entre os seus documentos orientadores. Publicado em 2018, no âmbito do Conselho Federal de Psicologia (CFP), esse documento destaca que a “Psicologia do Trânsito é vista como uma área de aplicação da Psicologia Ambiental e da Psicologia Social” (CFP, 2018, p. 63), sendo um campo interdisciplinar que demanda um intercâmbio de saberes. Isso porque, a análise de mobilidade urbana, como um fenômeno complexo, envolve “fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e estruturais que influenciam o sistema de funcionamento, gestão, organização e fiscalização do trânsito” (CFP, 2018, p. 64).

se destacou como um tema de grande relevância para a construção de uma UFRJ sustentável, segura e acolhedora para o seu corpo social e para as pessoas que circulam pelos *campi* da instituição.

Não se pode desconsiderar nessa análise, que “cerca de 100 mil pessoas circulavam diariamente pelo campus Cidade Universitária, aproximadamente, antes da *Pandemia da Covid-19*” (UFRJ, 2022). Esses números expressivos, associados aos resultados obtidos com a pesquisa, ressaltam a importância de um olhar atento para essa questão, de modo a se pensar sobre melhores condições de mobilidade para o corpo social da instituição. Isso porque, se com todos esses desafios e obstáculos mencionados, a Cidade Universitária já se destaca por sua excelência acadêmica, como poderiam ser esses resultados caso a instituição oferecesse maior qualidade no acesso e no conforto para o seu corpo social? E quais os caminhos possíveis para a criação de políticas de mobilidade urbana sustentável na UFRJ? E caso não houvesse essa demanda urgente, que parece afetar grande parte do corpo social da instituição, quais outros os sonhos e desejos poderiam emergir ao se imaginar uma UFRJ sustentável?

Nesse contexto, apesar de as entrevistas realizadas e a observação participante envolverem apenas relatos de atores estratégicos da instituição, tais desafios de mobilidade tendem a ser ainda maiores para discentes. Sendo assim, de que maneira a UFRJ poderia se articular junto à Prefeitura da Cidade e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para que seja possível oferecer maior qualidade em mobilidade para o seu corpo social? Não se pode esquecer, nesse caso, a densidade populacional da UFRJ, comparável ao 31º maior município do estado fluminense. Essas questões podem ser abordadas em associação às Metas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), inspirando pesquisas, e direcionando ações voltadas para essa temática fundamental no contexto da instituição, na Década da Ação para a Agenda 2030.

Mas para além da questão da mobilidade, um outro aspecto discutido, recorrentemente, nas entrevistas como alicerce para um futuro desejável na UFRJ, envolve a necessidade de que a universidade aproveite melhor e amplamente o conhecimento construído por meio de pesquisas e, ainda, os ensinamentos compartilhados em salas de aula sobre temáticas como sustentabilidade, energia, transporte, meio ambiente, redução da pobreza e de desigualdades e saneamento. Segundo *Gerânio*, “Se tudo isso que a gente ensina em sala de aula, essas boas práticas, essas boas ideias, fossem postas em prática na própria universidade, com certeza a gente chegaria lá”. Para esse entrevistado, os conhecimentos gerados e essas iniciativas, aplicadas à própria instituição, poderiam ser apreendidas pela sociedade como uma espécie de “vitrine” de práticas sustentáveis.

Nesse sentido, *Antúrio* imagina a UFRJ como “um grande Laboratório Vivo”. Na mesma linha, *Violeta* propõe que o ideal seria “transformar o campus num parque urbano, um parque contemporâneo, com todas as questões que podem ser advindas de convívio, de bem-estar, de educação”. Pela sua perspectiva, o conceito de campus como um parque deveria transpor a ideia de um espaço específico para o desenvolvimento de inovações e iniciativas, tais como o *Parque Tecnológico*, considerado por essa entrevistada como uma espécie de “ilha da fantasia” nos limites da Ilha do Fundão. Com a mudança desse olhar limitado para o potencial do campus como um todo, e não apenas para áreas específicas, esse conceito se resignificaria para o que se poderia pensar ser um “parque inclusivo”.

Nessa perspectiva de inclusão, *Angélica* acredita na potência da UFRJ para ampliar o bem-estar de seu corpo social, promovendo mudanças em sua infraestrutura. A ideia seria desenvolver e implementar soluções que permitam, por exemplo, uma alimentação adequada, saudável e sustentável, atrelada ao desenvolvimento de tecnologias sociais que evitem o desperdício de alimentos e criem alternativas responsáveis e sustentáveis para todos os tipos de resíduos gerados em suas instalações. Assim, o seu corpo social teria as suas necessidades essenciais supridas enquanto estivessem nas instalações da UFRJ e a instituição cuidaria da destinação e reciclagem de resíduos.

Esse estado de bem-estar individual e coletivo poderia, ainda, influenciar o sentimento de pertencimento do corpo social da UFRJ, tema abordado por *Margarida* em seu depoimento: “eu acho que o mais importante seria que a gente conseguisse fazer a incorporação desse sentimento: ‘Isso aqui é nosso’, porque você ganha, você conquista todas as outras pequenas coisas que são importantes”. Esse sentimento foi, também, ressaltado por *Angélica* em sua análise sobre a atuação da instituição no contexto da Pandemia: “a UFRJ foi pioneira nesse sentido e com muito orgulho. Hoje vem um deputado estadual aqui entregar uma homenagem para o nosso diretor atual”. Mas ela acrescenta que “Eu dei um exemplo da saúde, mas a universidade, ela é essa fábrica de conhecimento e de formar pessoas” (*Angélica*). Nessa perspectiva, *Açucena* ressalta que “a gente tem coisas maravilhosas sendo produzidas, inovações dos mais diferentes [tipos] de aproveitamento de energia, de água, e vou falar de inclusão, de governança, de transparência”.

Com esse sentimento de pertencimento à instituição, além da compreensão sobre o seu valor para o desenvolvimento do país, por representar um centro de geração da ciência nacional, na opinião de *Antúrio*, a UFRJ poderia se tornar, também, um importante atrativo turístico na cidade do Rio de Janeiro. Em sua avaliação, “seria ótimo se esta questão tivesse a atratividade e a percepção que se tem em países desenvolvidos. Um núcleo que gera e

mantém o conhecimento é um núcleo que deve ser visto e tratado pela sociedade como algo positivamente diferenciado, visitado e recorrido”.

Mas, diante desse sonho compartilhado, é fundamental que se reafirme a garantia de que a UFRJ permaneça como uma universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática, socialmente referenciada, com autonomia e liberdade de pensamento e de cátedra, sendo, justamente, por essas razões, o motivo de orgulho. Isso porque, no âmbito global, muitas universidades de ponta, em países desenvolvidos, são instituições privadas. E no Brasil, mesmo com todas as dificuldades e os desafios, já mencionados, as instituições públicas de ensino superior se destacam como referência na produção do conhecimento, no cumprimento de seu papel social, bem como, nos próprios *rankings* de sustentabilidade, como discutido no capítulo anterior.

Tendo essa reflexão como base, se as políticas públicas de educação pudessem ser estabelecidas em horizontes de longo prazo, sendo atreladas a ações estratégicas de demais ministérios, a universidade poderia transcender o seu papel essencial de produção e disseminação de conhecimento, além de promoção de ações de extensão universitária, para alcançar, como proposto por *Antúrio*, o duplo status de local de divulgação científica e de atrativo turístico. Isso poderia resultar, também, na obtenção de verbas para a manutenção de estruturas prediais, recuperação das antigas e viabilização de novos espaços, que não apenas atenderiam aos docentes e discentes, mas atrairiam visitantes para conhecer as instalações existentes e compartilhar com a instituição a construção dos amanhãs desejáveis. Isso porque, além da própria potência da instituição para a produção do conhecimento, o seu patrimônio construído tem valor para a sociedade brasileira. Entre eles, com potencial de visitação pública, podem ser mencionados Museus, Casas da Ciência, planetários, observatórios, parques, bosques, áreas verdes, além do próprio acervo histórico, artístico e cultural.

O engajamento e a criatividade da juventude foram também mencionados por *Gerânio* como caminho para a construção de uma UFRJ sustentável. Para ele, ao relembrar um aprendizado pessoal de que “com relação aos jovens, só o que a gente tem que fazer é sair da frente (...) Eles podem resolver o problema antes que a gente possa imaginar”. Portanto, *Gerânio* ressalta a importância do envolvimento, de todas as gerações no processo, cada qual

com seu papel, na busca pela concretização de inovações e soluções sustentáveis³⁰³, em razão de sua crença no potencial transformador da juventude³⁰⁴.

Nesse contexto, se compreende que considerar e valorizar a opinião de estudantes demanda o desenvolvimento de um canal de escuta ativa da instituição para viabilizar o entendimento às suas expectativas e projeções, em curto e médio prazos. Para *Violeta*, por exemplo, “se a gente não enxerga o que eles querem para si próprios, como é que a gente vai orientar as nossas políticas de formação? A gente faz escuta ativa com as crianças com a rede municipal, mas eu acho que vale fazer uma escuta ativa também com os nossos estudantes”³⁰⁵.

Outro caminho, nesse contexto para sonhar uma UFRJ sustentável, está relacionado à construção de um pensamento interdisciplinar na instituição³⁰⁶. Nessa perspectiva, *Melissa* sonha com uma universidade aberta e democrática, compreendendo que “democracia implica em entender as várias posições sobre o mundo e a pluralidade de opiniões, de interesses, de atores. Sem a gente entender e reafirmar essa pluralidade, a universidade vai continuar sendo elitista”. Segundo a entrevistada, é fundamental que a sociedade entenda o papel da universidade, para transcender a burocratização e vivenciar a interdisciplinaridade como prática e não apenas como narrativa. Para tal, defende ser necessária a construção de pontes de diálogos, compreendendo os “outros saberes além do saber acadêmico, que são tão

³⁰³ Nessa perspectiva, Carvalho (2018) distingue criatividade de inovação, ressaltando a primeira como a capacidade de criar e elaborar produções originais, e a segunda, como a aplicação prática, retirando as ideias do campo da imaginação para que se tornem realidade.

³⁰⁴ Vale ressaltar, nesse exercício de imaginação de inéditos viáveis, um dos exemplos “colhidos” durante as entrevistas, relacionado à iniciativa da Faculdade de Arquitetura, o denominado Projeto Campus dos Sonhos. Essa estratégia definiu os estudantes dessa unidade como protagonistas das reflexões sobre o futuro da universidade, ainda no início dos anos 2000. O intuito desse projeto foi construir perspectivas para a UFRJ em novas bases, descolada da visão de docentes e da gestão, considerada por *Violeta* como “majoritariamente branca e da Zona Sul” (da cidade do Rio de Janeiro, área que concentra os moradores de maior poder aquisitivo do estado). Segundo a entrevistada, uma extensa matéria sobre essa iniciativa foi publicada em um jornal de grande circulação, à época. No entanto, não foi possível o acesso a essa publicação por não estar disponibilizada gratuitamente nas mídias digitais para buscas. Mas tal ação tem um claro alinhamento com as perspectivas de amanhã desejáveis, trabalhadas na presente tese, e, ainda, com a necessidade de sonhar outras possibilidades para a UFRJ.

³⁰⁵ Essa opinião de *Violeta* foi embasada pela experiência vivenciada em um exercício de projeção de futuros com crianças de 734 escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Essa parceria com a Prefeitura possibilitou a realização de um extenso mapeamento afetivo, realizado no Dia Mundial do Urbanismo, em 08 de novembro de 2019, permitindo que as crianças refletissem sobre o espaço em que habitavam e os percursos transitados até o local da escola, estimulando entendimentos e visões sobre a relação com a cidade. Com essa ação, foram gerados 20.000 documentos coletados, fundamentando subsídios para o *Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, publicado em 2021.

³⁰⁶ O denominado Espaço Alexandria, mencionado por *Rosa*, está voltado à promoção de “um diálogo da universidade com a dinâmica atual do conhecimento. É baseado na cooperação interdisciplinar entre grupos de pesquisa que possuem interesses comuns em diferentes eixos temáticos” (Rosa). A iniciativa envolve valores como descobrir, inventar e pensar criticamente, e valoriza um modelo descurricularizado, sem amarras departamentais, aberto à reflexão e à proposição de novas ideias. <<https://espacoalexandria.ufrj.br/>>

importantes quanto estes. A gente trabalha muito com essa perspectiva de integração de saberes e fazeres, porque o campo da sustentabilidade se constrói exatamente pelo reconhecimento de outros saberes e fazeres que não são os acadêmicos” (*Melissa*).

A interdisciplinaridade pode orientar o desenho e a implementação de “projetos portadores de futuro” (*Rosa; Melissa*). A articulação entre teoria e prática tem o potencial de viabilizar a realização de ações em uma “perspectiva de projeção e, também numa visão de prognóstico, não só análise de diagnósticos, de situações de problemas, mas também projetando soluções” (*Melissa*). Ao refletir sobre a sua própria fala durante a entrevista³⁰⁷, *Rosa* teve um *insight* sobre a nomenclatura que vem defendendo em sua atuação na UFRJ: “projetos portadores de sustentabilidade! Pode ser muito mais interessante se a gente dissesse que os projetos portadores de futuro são, necessariamente, projetos portadores de soluções sustentáveis!”. A entrevistada complementou o seu argumento ao expressar que “a gente quer que eles sejam portadores de futuro sustentável. Não é qualquer futuro!”.

Essa reflexão remete à visão de Paulo Freire sobre o potencial da educação crítica para a transformação profunda e revolucionária do futuro das sociedades. De maneira profética, assim como defende hooks (2021), a educação crítica se constitui como “portadora de esperança” (FREIRE, 2016, p. 134).

Diante dessas inspirações, as palavras de *Melissa* expressam as denúncias e os anúncios freirianos, diante de *situações-limite*, para a construção de *inéditos viáveis*, afirmando: “meu voto de esperança para que a UFRJ realmente faça uma autocrítica profunda e tenha coragem para fazer as mudanças necessárias para assumir a liderança que ela pode ter nesse processo de transformação da sociedade, na transição para uma sociedade sustentável”.

Tendo como base de fundamentação essa “colheita” dos amanhãs desejáveis, nos “jardins da UFRJ”, essas vias possíveis serão discutidas e interpretadas a seguir, pela ótica da pluralidade, tendo como inspiração principal o seu símbolo: a Minerva.

6.4.2 A pluralidade de significados da Minerva e o desabrochar das Camélias

A figura de Minerva, símbolo da UFRJ, representa uma inspiração para ilustrar o presente capítulo, construído com base na seguinte questão de pesquisa: *De que forma o compromisso de sustentabilidade se materializa na Universidade Federal do Rio de Janeiro*

³⁰⁷ Em tom animado, *Rosa* celebrou o desenvolvimento dessa reflexão: “Que boa ideia essa. Toda vez que faço uma entrevista, eu ganho!”. Esse comentário representa a receptividade e a dedicação de todos os dezessete interlocutores entrevistados em participar da presente pesquisa, com o intuito de contribuir com a UFRJ sobre o tema em foco.

(UFRJ)? A partir dessa indagação, se buscou responder ao último objetivo específico da tese: *Investigar o contexto e indicar caminhos possíveis para a ação sustentável na UFRJ, na Década da Ação, tendo como horizonte a Agenda 2030.*

Ao adotar a flor *Amarílis Minerva* para ilustrar a ideia do ciclo de cultivo, proposta na presente tese, este capítulo apresenta os principais resultados sistematizados da pesquisa realizada sobre a UFRJ por meio da “colheita no jardim centenário de Minerva”. Sob essa inspiração, este subcapítulo foi dividido em duas sessões principais. A primeira está voltada à reflexão sobre o compromisso de sustentabilidade da UFRJ no âmbito da gestão institucional. A segunda, por sua vez, tem como inspiração as polissemias sobre sustentabilidade para lançar reflexões sobre o tema em foco, a partir da perspectiva da pluralidade associada à figura de Minerva. E assim, inspirar o desabrochar de novos cultivos, tendo como terreno teórico de reflexão o campo da Ecologia Social, por meio de uma leitura crítica e propositiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela perspectiva brasileira.

Com relação ao compromisso de sustentabilidade na gestão da UFRJ, alguns questionamentos emergiram dessa imersão e vêm ao encontro dos objetivos propostos nesta investigação. Nesse sentido, em que condições, essa instituição centenária poderia vir a se posicionar, no futuro, como referência no campo da sustentabilidade? E diante das questões nevrálgicas sobre o tema em foco, identificadas pelos interlocutores institucionais, quais seriam os caminhos possíveis com esse direcionamento, considerando a importância das IES públicas no contexto de uma década decisiva para o enfrentamento de um grave cenário de *policrise* civilizatória?

Mas há uma outra questão fundamental, que precisaria também ser abordada, relacionada aos desafios que a UFRJ precisa enfrentar, para que venha a ser reconhecida como uma instituição de ponta em sustentabilidade. Para tal, uma questão a ser respondida é de que maneira a universidade poderia ser valorizada pela própria sociedade, extramuros, se, internamente, parte do seu corpo social ainda não conhece as suas diretrizes e ações em sustentabilidade? Esse distanciamento foi evidenciado nas entrevistas realizadas e, também, durante o acompanhamento das atividades para a construção do Plano Diretor UFRJ 2030.

Diante de tais dilemas, é possível afirmar que, tanto o processo de sistematização de informações sobre essas ações, como o exercício de comunicá-las amplamente ao público externo, representam grandes desafios para a instituição. Entretanto, cabe enfatizar que, disseminá-las para o público interno não representa uma missão menos desafiadora. Para tal, se reconhece como fundamental a necessidade de se direcionar investimentos ao desenvolvimento de estratégias de comunicação institucional. Essas iniciativas poderiam ser

beneficiadas pelo uso das ferramentas já existentes e, também, por meio de alguns dispositivos já mencionados anteriormente, dentre outras medidas que poderiam vir a ser internalizadas com esse propósito, uma vez que inúmeras as práticas com enfoque em sustentabilidade que já ocorrem na instituição. Mas essas, por vezes, estão isoladas em departamentos e institutos, sem alcançar, portanto, a amplitude desejada, em âmbito interno e na própria sociedade.

Entre as ações voltadas para a territorialização da Agenda 2030 no contexto institucional da UFRJ, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PR2 vem se destacando como liderança de iniciativas sobre o tema em foco. Apesar de ainda incipientes, os relatórios para a participação da UFRJ em *rankings* de sustentabilidade, por exemplo, vêm sendo realizados no âmbito da PR2. Como dispositivos estratégicos, essas ferramentas tendem a contribuir para a sistematização das ações ainda fragmentadas pelas inúmeras instâncias da UFRJ, podendo apoiar tanto a sua integração como a divulgação dessas práticas, conforme discutido no capítulo anterior. No entanto, para tal, é fundamental que a visão da instituição transcenda a proposta de apenas ser inserida nessas “vitrines” de sustentabilidade, e avançar para internalizar esses compromissos em sua própria identidade, em sua visão estratégica, e em seus valores institucionais.

Tais dispositivos poderiam viabilizar a possibilidade de sistematização de suas práticas sustentáveis, fato identificado como um dos grandes desafios nas IES brasileiras, em geral, e na UFRJ, em particular. Essa metodologia para a organização de suas informações, tende a permitir às universidades “um mergulho” nelas mesma, de modo a identificar os seus aspectos gerenciais no que tange a temas fundamentais relacionados à internalização do compromisso de sustentabilidade em suas estratégias organizacionais e em suas práticas institucionais. Esses *rankings* viabilizam, ainda, uma visão de cooperação entre as IES, por meio da criação de redes para a discussão sobre os desafios e potencialidades de inserção da temática da sustentabilidade em suas práticas e estratégias institucionais, para contribuir com o desempenho do papel social das universidades.

Vale ressaltar que o mapeamento das universidades nos *rankings* internacionais não teve como objetivo a comparação e nem a competição entre instituições, haja vista a individualidade e a particularidade de cada IES brasileira. Considerando que cada universidade é um universo, ou um pluriverso em si, com suas diferenças sociais, econômicas, regionais e ambientais, esse levantamento buscou ressaltar a potencialidade do compartilhamento de experiências e êxitos positivos entre as universidades brasileiras.

Outra decisão estratégica, no âmbito da PR2, pode ser considerada como inédita na instituição, e parece ilustrar, claramente, que a universidade tem como opção se projetar no campo internacional a partir do campo da sustentabilidade. Compreendendo a sua relevância, esse tema foi adotado como eixo orientador do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES PrInt), a partir de 2018, como mencionado anteriormente, o que traduz o reconhecimento estratégico desse debate. Nesse contexto, vale ressaltar a importância de um evento internacional realizado entre maio e junho de 2021, intitulado “Amanhãs Desejáveis e propostas para o Brasil”³⁰⁸, organizado conjuntamente pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos (Fórum de Ciência e Cultura) e pelo PrInt/PR2 com esse enfoque. Esse evento materializou a intenção de projeção da UFRJ nesse debate, no plano internacional.

Mas apesar do desenvolvimento de tais iniciativas estratégicas, de fundamental importância para a instituição, essas ações são ainda incipientes, uma vez que o compromisso de sustentabilidade ainda parece passar ainda as diretrizes e dinâmicas da universidade como um todo. Um exemplo nesse sentido se refere ao próprio processo de sistematização de informações para fins de posicionamento institucional em *rankings* internacionais com esse enfoque. Tal desafio deveria estar sendo enfrentado a partir de ações mais estruturadas no plano institucional e em um horizonte de médio e longo prazos. Mas, ao contrário, vem sendo enfrentado a partir da atuação engajada de docentes e pesquisadores envolvidos nesse debate. Independentemente do desejo de contribuir para os avanços na UFRJ, tal contexto tende a gerar um processo de acumulação de funções e demandas, que, somadas às atribuições cotidianas em seus campos de atuação, podem estar na base de resistências a qualquer nova iniciativa da instituição com esse objetivo.

Assim, é fundamental que esse tema seja adotado como uma decisão estratégica da instituição para os anos vindouros, para que possa ser considerado de maneira transversal, como discutido no capítulo anterior. Dessa forma, no plano organizacional, seria necessário o estabelecimento de uma instância acadêmica junto à própria instituição, um setor vinculado à Reitoria, envolvendo pesquisadores de referência que atuem diretamente com essa agenda, que possam contribuir para estruturar e fortalecer as diretrizes dirigidas à internalização do compromisso de sustentabilidade na UFRJ. Como aparentemente vem sendo realizado nas IES de referência nacional e internacional, no contexto da Agenda 2030, a institucionalização desse campo no plano estratégico poderia, também, ter, como consequência, a transmissão

³⁰⁸ Disponível em <<https://desirabletomorrows.org/>> Acesso em 02 ago. 2022.

desse compromisso por meio da própria imagem institucional, para os seus públicos internos e externos.

Com esse direcionamento, se expressou claramente pelas vozes dos atores consultados, a necessidade urgente de internalização da noção de sustentabilidade nos documentos estratégicos de referência institucional, assim como na própria identidade organizacional, que pode ser expressa pela Missão, Visão e Valores. Dessa forma, essa decisão estratégica poderia passar a orientar os processos de tomadas de decisão em todos os segmentos e instâncias da universidade e, também, ser assimilado como inspiração para o engajamento de seus públicos interno e externo.

Não se pode desconsiderar nesse debate, que as entrevistas realizadas tornaram perceptíveis as polissemias envolvendo os próprios significados de sustentabilidade. Nesse sentido, cabe refletir, em que medida essas múltiplas interpretações sobre o tema representariam uma riqueza de possibilidades de abordagem, ou um complicador na mobilização de esforços e engajamento do corpo social da instituição. Conforme discutido no início do capítulo, essas diferentes perspectivas sobre o mesmo tema resultam das bases que orientam as diferentes áreas de conhecimento e visões de mundo dos interlocutores entrevistados.

Cabe enfatizar que a figura de Minerva, como marca institucional e identidade visual, foi concebido em 1935, como principal símbolo da UFRJ (FONSECA, 2021), e vem sendo adotado, ao longo desses anos, pelo seu corpo social para identificar a instituição perante os seus públicos interno e externo.

E tendo como inspiração a reflexão proposta de *Reimaginar a Agenda 2030*, o que seria o ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação), defendida no caso brasileiro do *Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade* considerando que “tanto a comunicação quanto a arte integram práticas culturais humanas, formas de compartilhar experiências e sentimentos com o coletivo de modo a impactarem e serem impactadas pelo meio cotidianamente” (CABRAL; GERHE, 2020, p. 173).

Sua imagem institucional centenária expressa o potencial para que a transmissão aos seus públicos da intenção de impulsionar novos caminhos, nos anos vindouros, no horizonte dos amanhãs desejáveis. Frente à urgência de uma profunda reconstrução do país, tendo em vista o contexto de desmonte na educação pública, conforme discutido no capítulo anterior, a necessária resistência encontra, nessa figura mitológica emblemática, uma inspiração para combater a ignorância e o negacionismo em tempos de ataques à universidade pública e à própria democracia.

Sob essa inspiração, o capacete de Minerva parece representar, simbolicamente, a proteção do conhecimento produzido na universidade. Nessa interpretação, o escudo e a armadura dessa figura emblemática poderiam expressar o sentido de resistência do corpo social dessa instituição democrática, frente ao contexto de desmonte das políticas públicas dirigidas à educação pública brasileira. A lança, por sua vez, ilustraria um instrumento de luta para contribuir para o enfrentamento aos modos de vida insustentáveis na contemporaneidade, a partir do conhecimento construído e compartilhado em novas bases. Sendo capaz de alcançar longas distâncias, ao ser arremessada, a lança poderia ainda simbolizar engajado da comunidade universitária, no diálogo entre a ciência cartesiana e os saberes tradicionais e populares, intercâmbio esse fundamental para a internalização da reflexão sobre sustentabilidade em suas práticas institucionais e acadêmicas.

E entre as inúmeras formas de adotar a Minerva para expressar a projeção de sustentabilidade na instituição, às vésperas do primeiro centenário da UFRJ, esse símbolo adquiriu ainda mais cores, como uma marca comemorativa lançada em 2016, para iniciar a contagem regressiva para a celebração do seu aniversário de 100 anos. Elaborado pelo Laboratório Gráfico de Comunicação Visual (LabGraf) da Escola de Belas Artes (EBA/UFRJ), essa nova configuração do logotipo foi criada com o objetivo de ilustrar a trajetória da instituição em seu primeiro século de existência, como uma construção “bloco a bloco” (UFRJ, n.d., online), ilustrada na Figura 34, apresentada a seguir:

Figura 34: Marca comemorativa do centenário da UFRJ, versão colorida, tema da diversidade



Fonte: UFRJ (n.d., online)

A busca pela pluralidade na UFRJ também está representada nessa identidade visual, como uma “síntese do cubo mágico: os blocos se reorganizam com várias experimentações e possibilidades” (UFRJ, n.d., online), sobretudo na versão concebida especialmente para o uso com relação ao reconhecimento da diversidade na universidade³⁰⁹. A busca pela diversidade, pela pluralidade e pelo compromisso de ampliação do acesso à UFRJ pode representar o início de um caminho institucional rumo à perspectiva de *Pluriversidade*, conforme discutido previamente (GUILHERME; DIETZ; SANTOS, 2015; SILVA; HERBETTA, 2018;

³⁰⁹ Disponível em <<https://ufrj.br/comunicacao/manuais-e-modelos/marca-100-anos/>> Acesso em 20 mar. 2022

SZANIECKI; COSTARD, 2019; SANTOS, 2015). E ainda, expressa um alinhamento a uma das visões de futuro propostas pela narrativa vinculada ao ODS 19, relacionado à “garantia de uma cultura da diversidade e pluralidade, respeitando e observando o valor da multiplicidade do ser e das tradições dos diferentes povos” (CABRAL; GEHRE, 2020, p. 174).

Sob esse enfoque, vale ressaltar que um dos desafios a serem enfrentados pela UFRJ é exatamente se constituir como uma universidade plural. Embora esse tema não tenha sido diretamente abordado nas entrevistas, a observação cotidiana durante a pesquisa permite alguns *insights* sobre o tema. No caso da UFRJ, por exemplo, apesar da oferta de quase 200 cursos de graduação, apenas 24 desses são cursos noturnos, o que representa mais um obstáculo para a inclusão de estudantes que precisam cumprir uma jornada de trabalho durante o dia. Mas para a inclusão desses estudantes que precisam trabalhar, é fundamental que sejam direcionados investimentos em recursos humanos, infraestrutura, segurança, entre outras demandas essenciais para assegurar a ampliação da oferta de vagas para a população que necessita conciliar trabalho e estudo.

Ainda com relação à marca comemorativa do centenário, é importante mencionar que ela estampou os materiais de divulgação do *Seminário A UFRJ faz 100 anos*³¹⁰, realizado ainda em 2017, como uma forma de demarcação institucional da contagem regressiva para o centenário da UFRJ, em 2020. Como uma oportunidade de unir a comunidade acadêmica para promover reflexões sobre o resgate do passado, o presente e a projeção de futuro da UFRJ, vale ressaltar que foi na ocasião desse Seminário que a semente da presente pesquisa foi apresentada, como uma proposta de inserção da Agenda 2030 na construção do Plano Diretor UFRJ 2030 (ANEXO E).

Essa “semente” partiu da inquietação de que, apesar da potencialidade da UFRJ como liderança no campo da sustentabilidade, a universidade ainda não conhece amplamente as suas próprias ações e nem o seu real compromisso com práticas sustentáveis. Outra “semente” de inquietação teve como inspiração os resultados da pesquisa realizada por Castro (2017), no Programa EICOS, em uma análise sobre a produção acadêmica em sustentabilidade, desenvolvida na UFRJ. A dissertação do pesquisador identificou a competência do corpo docente da instituição como de reconhecimento nacional e internacional, no entanto, há “carência de diálogo, tanto conceitualmente quanto no quesito vivencial, entre os pesquisadores desta Universidade, torna-se claro que ainda existe um caminho a ser percorrido para que os avanços gerados na produção do conhecimento repercutam os avanços

³¹⁰ <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/seminario-100-anos/>.

do tema sobre a noção de Sustentabilidade” (CASTRO, 2017, p. 138). Os resultados no contexto da pesquisa mencionada dialogam amplamente com os resultados obtidos e apresentados na presente tese.

Considerando, ainda, a sua história centenária, além das inúmeras ações em curso que vêm contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país, com a proposta do trabalho apresentado no *Seminário A UFRJ faz 100 anos* e as demais sementes de inspiração e inquietação sobre o tema, e, após a realização da presente pesquisa de tese, ficou ainda mais evidente a necessidade de uma real internalização do compromisso de sustentabilidade no processo de gestão estratégica da UFRJ em suas diretrizes institucionais, para que seja possível a sua orientação no horizonte da Agenda 2030.

Para se pensar os caminhos possíveis para a internalização da Agenda 2030 na UFRJ, outro compromisso da instituição poderia estar relacionado ao significado do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). No contexto da *Pandemia da Covid-19*, como uma forma de comunicação com seus públicos internos e externos, a Minerva, símbolo oficial da instituição, foi ilustrada com máscara de proteção contra o coronavírus, e a sua lança foi transformada em uma seringa para a aplicação da vacina, conforme ilustrado na Figura 35, apresentada a seguir:

Figura 35: Minerva de máscara de proteção e com a vacina, durante a *Pandemia da Covid-19*



Fonte: UFRJ, 2020

Vale ressaltar, ainda, que a UFRJ, assim como todas as IES públicas brasileiras, vem protagonizando, desde o início, o enfrentamento à *Pandemia da Covid-19* e suas consequências, em médio e longo prazos. Entre as ações da instituição com esse objetivo, cabe reconhecer do desenvolvimento da vacina UFRJvac³¹¹, divulgado em agosto de 2021, com ampla repercussão na mídia nacional, indicando, uma vez mais, a relevância do papel social da instituição.

O cenário da pandemia ilustrou, também, a excelência de seu corpo científico na resolução de problemas globais, sendo as principais publicações e atividades desenvolvidas

³¹¹ <https://conexao.ufrj.br/2021/08/ufrj-desenvolve-vacina-contr-a-covid-19-ufrj/>

pelo *Grupo de Trabalho Multidisciplinar da UFRJ sobre a Covid-19* sistematizadas e apresentadas em um *website* específico para tal³¹².

Cabe aqui reiterar o destaque da instituição, por suas contribuições ao desenvolvimento da ciência nacional, enfatizado no documentário mencionado no início do capítulo, lançado por ocasião do centenário da UFRJ. Nessa produção cinematográfica (sobretudo relacionada aos ODS 3 e 19), uma breve retrospectiva dos mais de 100 anos de história da maior IES federal do Brasil foi apresentada, ressaltando os primórdios da instituição no contexto da gripe espanhola, sendo a passagem do seu centenário permeada pela *Pandemia da Covid-19*.

Com relação ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), alinhado ao *Guia de Interseccionalidades na Agenda 2030 para a Educação Transformadora* (GEHRE; MARTINS, 2021), a Minerva foi também transformada em mulheres inspiradoras brasileiras, na Série “Nossas Honoris”³¹³, conforme ilustrado na Figura 36, apresentada a seguir:

Figura 36: Mulheres homenageadas pela UFRJ na Série “Nossas Honoris”



Fonte: UFRJ (2022)

Em uma perspectiva que pode se alinhar às visões de futuro associadas ao ODS 18 (Igualdade Racial) e ODS 20 (Povos Originários e Comunidades Tradicionais), do *Guia Agenda 2030* (CABRAL; GEHRE, 2020), em dezembro de 2021 foi criado o *Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas* (Neabi)³¹⁴, como um órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da UFRJ. Os denominados Neabis constituem exemplos de políticas afirmativas criadas para o cumprimento das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, em

³¹² <https://coronavirus.ufrj.br/>

³¹³ De 2018 a 2022, a UFRJ concedeu 13 títulos a doutores *honoris causa* em todo o mundo. Desses títulos, apenas 4 foram destinados a mulheres, que foram homenageadas em março de 2022. Assim, no Dia Internacional das Mulheres, do ano de 2022, a primeira homenageada foi a sergipana Maria Beatriz Nascimento, “mulher negra e transatlântica”, historiadora, poeta e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres brasileiras. Na sequência, Eliane Potiguara é apresentada como “a voz da mulher indígena do Brasil”, e considerada a primeira escritora indígena a publicar um livro no país. Helena Nader, terceira homenageada, é caracterizada por sua luta pela ciência, como uma das cientistas brasileiras mais reconhecidas, tendo alcançado a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a vice-presidência da Academia Brasileira de Ciências (ABC), além de ser membro da Academia Mundial de Ciências. A quarta e última homenageada é Carolina Maria de Jesus, mulher negra, escritora, poeta e mãe, que passou parte da vida como catadora de papel, morando da favela do Canindé, na cidade de São Paulo. Tem sido cada vez mais reconhecida por ter produzido uma obra literária de referência, na luta antirracista, ainda em uma época esvaziada de debate sobre essa problemática nacional.

³¹⁴ <https://conexao.ufrj.br/2021/12/implantacao-do-nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas-neabi/>

todo o país (CABRAL; GEHRE, 2020). Essa iniciativa, ainda que tardia, parece indicar um posicionamento institucional claro para o enfrentamento das desigualdades raciais no ensino superior do país, rumo à consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas nos espaços universitários.

Por essa razão, a importância do caráter transversal e interdisciplinar do Neabi/UFRJ foi ressaltado em depoimento recente, da professora Tatiana Roque, coordenadora do FCC:

O Neabi não irá restringir seu trabalho de combate ao racismo e incorporação de referências não eurocêntricas somente às áreas sociais ou humanas. Essa é uma característica muito importante. O projeto é que essa desconstrução de referências canônicas, muitas delas racistas, seja feita em todas as áreas do conhecimento representadas no Fórum, como a Biologia, a Matemática e a Física. Todas essas áreas estarão envolvidas nos objetivos do Núcleo (SILVA; FIGUEIREDO, 2021).

Entre as inúmeras ações do Neabi, são destacadas a “revisão e o questionamento de epistemologias eurocentradas e tradicionalmente discriminatórias, (...) a investigação e disseminação de saberes e conhecimentos diversos, oriundos de experiências africanas, afrodiáspóricas e indígenas e das singularidades das relações étnico-raciais no Brasil” (SILVA; FIGUEIREDO, 2021). Além dos ODS 18 e 20, essa iniciativa pode ser, ainda, articulada às denominadas Metas dos *Objetivos de Bem Viver* (OBV), proposta anteriormente discutida na presente tese como uma proposição de transição dos ODS para os OBV para a construção do horizonte Pós-2030.

Com todas essas inspirações e reflexões, uma outra releitura possível de Minerva poderia ser associada ao ODS 18, proposto no *Guia Agenda 2030*, como realizado por um grupo de docentes negras/os, que se mobilizou para discutir os resultados de um levantamento do Censo do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (Inep). Realizado em 2019, esse Censo identificou um percentual de apenas 15,8% na representação de docentes negras/os nas universidades federais brasileiras. Essa iniciativa, no ano do centenário da UFRJ, teve como objetivo a construção coletiva de ações afirmativas frente ao que foi considerado, por esse grupo, como expressões de racismo na UFRJ³¹⁵.

Com base nessas inquietações, o grupo propôs, pedagógica e simbolicamente, uma releitura do símbolo da Minerva. Em uma análise sobre a imagem representativa da instituição, a deusa romana está apoiada em um suporte que aparenta um “ornamento barroco, em estilo vitoriano, numa referência à tradição europeia-colonial que esteve na origem e

³¹⁵ Para tal, foi criado um grupo de trabalho para oferecer suporte mútuo a docentes e discentes com esse direcionamento, sendo essa ação inspirada pelo poema “Os Feijões”, de Carolina Maria de Jesus: “Nas grandes universidades, o feijão preto não pode ingressar, será que existem as seleções, preto pra cá e branco pra lá? E nas grandes reuniões, o feijão preto é vedado entrar?” (FONSECA, 2021).

permanece até os dias de hoje na Universidade, marca de sua branquitude” (FONSECA, 2021). Como uma releitura nesse sentido, foi sugerido por esse grupo, a ilustração da imagem de uma mulher preta, usando colares, brinco, turbante e pintura corporal, com um padrão da etnia Karajá, conforme ilustrado na Figura 37, apresentada, a seguir:

Figura 37: Proposta de releitura da Minerva pelo grupo de docentes negras/os da UFRJ



Fonte: FONSECA (2021), concebida por Alexandre Brasil (Nutes/UFRJ), Carolina Guilherme (Macaé/UFRJ), Celso Sanchez (FE/Unirio) e Tamiris Rizzo (Nutes/UFRJ)³¹⁶

Nesse desenho, a constelação do Cruzeiro do Sul e a silhueta do Morro do Corcovado foram mantidas, mas a lança da Minerva foi substituída pelo chocalho indígena *Mbaraká*³¹⁷, cujos sons emitidos transmitem a circulação da sabedoria, de acordo com a mitologia Guarani *Nhadeva*.

Essa reflexão pode, também, estar associada às visões de futuro do ODS 20 (Povos Originários e Comunidades Tradicionais), do *Guia Agenda 2030*, entre as quais: “Valorizar as ciências e saberes originários, como epistemologias e ontologias igualmente importantes, verdadeiras e eficazes; inclusive garantindo o retorno aos povos originários de toda utilização de seus conhecimentos ao longo dos séculos” (CABRAL; GEHRE, 2020, p. 183). Assim, os elementos indígenas da referida ilustração da Minerva ressignificada estão resumidas a seguir:

No arco superior do emblema em formato oval foi incluído grafismo padrão džawaražoriwa (onça) dos Asurini, vetorizado a partir de desenho a mão livre de Džakundá e coletado por Berta Ribeiro. As pinturas e padrões gráficos têm um importante e amplo papel para as comunidades indígenas. Um dos aspectos envolvidos é que os processos de pintura estão marcados por práticas de ensino-aprendizagem no interior da comunidade e que envolvem os mais novos e os mais velhos. A prática de pintura corporal é um tipo de processo educativo (FONSECA, 2021).

³¹⁶ <https://conexao.ufrj.br/2021/01/uma-marca-para-docentes-negras-e-negros-da-ufrj/>

³¹⁷ Esse instrumento musical é amplamente usado nas Américas com o nome de “maraca”, representando, esse elemento, na composição do símbolo, uma referência à Pátria Grande, à Amefricanidade.

Nessa perspectiva, cabe enfatizar ainda que a regeneração de Gaia, segundo Scarano (2019) tem como fundamento uma educação baseada nos princípios do Bem Viver dos povos originários, que faz brotar sonhos e lança sementes regenerantes capazes de contribuir para um mergulho para dentro de si.

Diante dessas inspirações, nesse debate interdisciplinar, como transpor essa discussão para a práxis da Psicologia Ambiental, terreno de aterrissagem profissional no pós-tese de doutorado? Uma pista vem das recém-publicadas *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas*, lançadas em agosto de 2022, na Universidade de Brasília (UnB), no Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas. Com orientações sobre a atuação nesse campo, no âmbito universitário, se menciona que:

cabe à psicologia defender, com o movimento estudantil, o direito dos estudantes indígenas a uma alimentação adequada à sua cultura, ou seja, defender “que o indígena possa ser quem é” na universidade. Outra questão emblemática nesse âmbito diz respeito ao Bem Viver indígena, ou seja, os princípios vitais étnico-culturais na vida estudantil (CFP, 2022, pp. 158-159).

Nesse sentido, o referido documento defende “como dever ético-político da Psicologia Brasileira estar ao lado das diversas nações indígenas, de suas comunidades, de seus modos de viver” (CFP, 2022, p. 25). No âmbito das universidades brasileiras, apesar das políticas de ações afirmativas, o percentual de pesquisadores representativos desses grupos é mínimo. Sendo assim, é fundamental reiterar a necessidade de ampliação de políticas públicas não apenas para o acesso, mas também para a permanência de acadêmicos indígenas nas IES brasileiras. Para tal, não se pode desconsiderar o “corte estrutural de bolsas de assistência estudantil e de pesquisas nas pós-graduações, prejudicando massivamente a presença dos povos no sistema nervoso central da sociedade ocidental capitalista” (CFP, 2022, p. 157).

Com essas provocações, na ilustração do símbolo ressignificado da UFRJ, mencionado anteriormente, a ponta da lança no desenho original da Minerva foi substituída por um ramo de camélias, mesma flor ilustrada em uma das dobras do turbante, na proposta. Importante ressaltar, ainda, que essas flores simbolizam a luta por liberdade e pelo enfrentamento à escravidão, sendo o ramo nas costas da mulher a representação da luta do passado, mas que permanece ainda necessária, no presente. Essa alusão à adoção de uma postura antirracista, a ser assumida por todas as pessoas, tem como inspiração o ramo da camélia, que “surge do meio da moldura, brota de uma fresta. Algo que nos interessa é essa beleza que surge de locais não esperados. Essa esperança que nasce diante das dificuldades” (FONSECA, 2021).

E assim, nesse jardim em cultivo na presente pesquisa, a camélia representa uma flor fundamental para o cultivo de “uma UFRJ mais próxima da realidade brasileira e com melhores condições de oferecer uma educação de qualidade, pública, gratuita, laica e socialmente referenciada” (FONSECA, 2021). Essa proposta vem sendo construída por meio de iniciativas, tais como os “Diálogo de Saberes: a inclusão de saberes e mestres populares na UFRJ”, por exemplo.

Com a potência do significado das Camélias brotando no “Jardim de Minerva”, a UFRJ poderia emergir como uma “pluriversidade”, firmada em raízes ancestrais, e orientada para futuros sustentáveis e regenerativos para todas as formas de vida, humana e não humana, rumo aos amanhãs desejáveis, na Década da Ação. Mas entre os inúmeros desafios e potencialidades para a construção de uma UFRJ sustentável e inclusiva, muitas questões permanecem ainda pulsantes.

Assim, diante da imersão realizada, nesse processo de construção da presente tese, se pode afirmar que, apesar dos inúmeros problemas apontados na pesquisa, a UFRJ vem despontando como uma liderança potencial nesse debate sobre sustentabilidade, no país. Mas para tal, é preciso que a instituição esteja atenta à inserção dessa temática em sua visão estratégica, em sua identidade e imagem organizacional.

Nesse caso, a definição de uma instância estratégica de sustentabilidade seria essencial na instituição, com o aporte de profissionais dedicados a sistematizar as informações disponíveis sobre a ação acadêmica e, também, a monitorar o que na atualidade, ainda se expressa como ações fragmentadas, embora potentes, no âmbito da instituição. Assim, seria necessário definir e disseminar diretrizes institucionais de sustentabilidade para que a “UFRJ conheça a UFRJ”, e possa, dessa forma, transmitir sua imagem alinhada a esse compromisso no horizonte da Agenda 2030. A partir de uma “escuta ativa” de seu corpo social, a instituição poderia encontrar os melhores caminhos para a internalização do compromisso de sustentabilidade em suas estratégias e ações institucionais.

Vale resgatar, nesse contexto, o objetivo geral da presente pesquisa: *Investigar, a partir do terreno teórico de ancoragem da Ecologia Social, de que forma o compromisso de sustentabilidade vem sendo cultivado nas universidades brasileiras, considerando as projeções de caminhos desejáveis no horizonte da Agenda 2030, tendo como campo empírico de observação a Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

Buscando responder a essa questão, a tese defendida, a partir da presente pesquisa é: Globalmente, o papel das universidades é central para o alcance do compromisso de sustentabilidade e para a consolidação da Agenda 2030, mas no caso brasileiro,

especificamente, esse movimento é ainda incipiente, apesar de algumas ações em andamento e da potencialidade dessas instituições com esse direcionamento, no futuro. No contexto específico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essa é a mais antiga e maior universidade federal do Brasil, além de ser, também, uma das melhores Instituições de Ensino Superior (IES) do país, em desempenho acadêmico em alguns *rankings* universitários internacionais. E como tal, teria toda a potencialidade para vir a se tornar liderança em sustentabilidade, nos planos nacional e internacional. No entanto, a instituição parece ainda não ter atingido essa posição, entre outras razões, por esse compromisso não estar ainda internalizado em sua estratégia organizacional e pelo fato de as ações desenvolvidas sob esse enfoque ainda estarem fragmentadas no âmbito da instituição.

7 CONSIDERAÇÕES: lançando as sementes para os amanhãs desejáveis

Imagem a paz e o amor, diferenças de credo ou de cor
Esquecer todo o ódio e rancor que existe entre nós
Imagem um mundo sem guerra onde a arma usada é o amor
Todos juntos unidos num só em um só coração
É só imaginar um mundo melhor que a estória eu já sei de cór
Esperar, conseguir um final feliz,
É só imaginar
Só lembrar que um poeta escreveu,
Eu não sou apenas um sonhador
Sei que já não estou mais sozinho, nesse sonho bom
Se você quiser compreender o futuro depende de nós
De mãos dadas seguir o caminho, o caminho da paz
É só imaginar um mundo melhor que a estória eu já sei de cór
Esperar, construir um final feliz
(É só imaginar. Banda Praieira³¹⁸)



O ciclo de cultivo, imagem adotada para ilustrar o desenvolvimento da presente tese, simbolizou o caminho trilhado para responder às seguintes questões de investigação: *Como se expressa o compromisso de sustentabilidade no contexto das universidades brasileiras, no âmbito da Década da Ação, e tendo a Agenda 2030 como horizonte? E, de que forma esse compromisso se materializa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)?*

No entanto, essa tese foi cultivada no momento inusitado de uma crise sanitária global, agravada por um cenário reconhecido como de grandes retrocessos no âmbito das políticas públicas de educação no Brasil, com fortes reflexos nas universidades brasileiras, não sendo diferente na UFRJ.

Diante de um contexto conturbado pela *Pandemia da Covid-19*, e, também atravessado pela crise político-institucional vivenciada pelo país, nos últimos anos, essas questões também se refletiram, diretamente, na dinâmica de produção da pesquisa. E nesse momento de grande efervescência, no cenário global e no contexto nacional, que demanda uma série de reflexões, se buscou discutir a *policrise* civilizatória e, a necessidade de construção de caminhos possíveis para sociedades sustentáveis e regenerativas.

Com base nesse contexto complexo, a tese foi concebida e idealizada com o objetivo de *investigar, a partir do terreno teórico de ancoragem da Ecologia Social, de que forma o compromisso de sustentabilidade vem sendo cultivado nas universidades brasileiras, considerando as projeções de caminhos desejáveis no horizonte da Agenda 2030, tendo como campo empírico de observação a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

³¹⁸ As músicas da Banda Praieira, de Ubatuba, exaltam a beleza e estilo de vida da cidade, apresentada como inspiração na espiral de implicação da pesquisa, na Introdução da tese.

Partindo do aprofundamento da discussão crítica sobre o compromisso de sustentabilidade nas universidades brasileiras, a Ecologia Social constituiu o terreno de ancoragem para esse processo pulsante de cultivo.

Nessa trajetória, se buscou o enfrentamento da *policrise*, que vem sendo traduzida, sobretudo, pela emergência climática, pela perda da biodiversidade, pela crescente desigualdade social, acentuada pela insegurança sanitária e geopolítica. Esse cenário de incertezas enfatiza a necessidade de uma profunda transformação do insustentável sistema neoliberal de produção e de consumo das sociedades contemporâneas, no sentido de uma transição rumo a sociedades sustentáveis e regenerativas.

Nesse caso, não se pode desconsiderar alguns marcos globais, como ilustrado pela comemoração dos 50 anos da Conferência de Estocolmo, realizada no âmbito da ONU, em 1972, e os 30 anos da Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que permearam o desenvolvimento da pesquisa. Esses importantes eventos internacionais ilustram o sentido de inquietação e urgência na busca de soluções para a *policrise*, que vem se agravando, há pelo menos meio século, no âmbito global.

E como um pacto de alcance internacional para orientar ações dirigidas ao enfrentamento desse contexto preocupante, a Agenda 2030, acordada em 2015, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), traduz os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no contexto da Década da Ação (2020-2030), instituída para impulsionar o cumprimento desse dispositivo global. No sentido de uma leitura crítica e propositiva dos ODS e, para a sua territorialização, as universidades têm um papel fundamental, tanto na produção de conhecimento aplicado, como na promoção do diálogo com os demais segmentos da sociedade e, principalmente, na condução de um debate ético sobre o desenvolvimento, em novas bases.

Nessa direção e, na busca por soluções para esses complexos desafios contemporâneos, a mobilização social nunca foi tão essencial. E para dar sentido a esse necessário projeto coletivo de sociedade, a noção de inéditos viáveis, fundamentada na *práxis* freiriana, representa uma via rumo à “futuridade”, ao sonho, à utopia e à esperança, por meio do verbo “esperançar”.

Pelas razões mencionadas, na busca pela articulação entre teoria e prática, e entre reflexão e ação, a Ecologia Social emerge como um fértil terreno interdisciplinar, para abordagem engajada sobre os desafios planetários, na reconexão entre sociedade e natureza. Um passo essencial também para a transposição desse debate para o campo da Psicologia Ambiental, o terreno de ancoragem futura da *práxis* profissional para a discussão crítica da

polissêmica noção de sustentabilidade. Isso porque essa pesquisa parte, também, da implicação pessoal e profissional, no contexto de uma universidade pública brasileira, e como psicóloga de formação. E assim, em busca de uma atuação pautada tanto no *Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*, como no *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Nesse sentido, o compromisso com a transformação social constitui uma real inspiração, a partir do compromisso de integração de saberes e fazeres, com o propósito de contribuir para a construção de uma sociedade justa e sustentável.

Partindo da ancoragem teórica da Ecologia Social, no plano metodológico, a pesquisa de viés qualitativo, foi realizada entre 2018 e 2022, e envolveu, nesse percurso, levantamento bibliográfico e documental, sobre o tema em foco, além de Observação Participante em instâncias específicas de gestão, e entrevistas com interlocutores estratégicos do corpo social da UFRJ, campo empírico de observação da pesquisa.

A UFRJ foi adotada, nessa investigação, para ilustrar e materializar o debate sobre sustentabilidade no contexto universitário. Considerada como a maior e a mais antiga universidade federal brasileira, a instituição é também, reconhecida, internacionalmente, por sua importância em termos de excelência acadêmica e vanguarda em inovação, em importantes *rankings* de alcance global, sendo considerada como uma das melhores IES da América Latina. Essa universidade centenária, que celebrou o seu primeiro século de existência em 2020, durante a realização desta pesquisa de doutorado, abriga, ainda, um patrimônio histórico, cultural e artístico de relevância nacional, sendo a sua trajetória atravessada pela própria história do Brasil.

No desenvolvimento da tese, cabe ressaltar, ainda, o contexto de restrições de circulação de pessoas, causado pelo inusitado e inesperado evento da *Pandemia da Covid-19*, que atravessou grande parte do período da pesquisa, estabelecendo limites para as trocas e contatos, no âmbito do campo empírico de observação e, das próprias instâncias estratégicas da UFRJ. Sendo assim, as inserções no campo somente foram possíveis por meio das interações mediadas pelas tecnologias de comunicação digitais, cenário esse que foi, progressivamente, se transformando durante a própria investigação, no transcurso da crise sanitária. Por outro lado, esse modelo remoto e emergencial de pesquisa favoreceu a participação em inúmeros eventos acadêmicos e, em atividades diversas, em âmbito nacional e internacional, dirigidas ao tema em foco, ampliando, assim, as possibilidades de acesso à informação.

A experiência da pesquisa reafirmou, ainda, uma vez mais, a importância do campo da Ecologia Social como terreno fértil para inspirar o debate crítico sobre sustentabilidade. Seus

preceitos básicos traduzem a necessidade de compreensão do ambiente, em sua complexidade e multidimensionalidade e, da interdependência entre as pessoas e o ambiente, nas dimensões naturais, construídas, socioculturais e virtuais

Nessa perspectiva, a leitura crítica e propositiva sobre a noção de sustentabilidade, e sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito da Agenda 2030, buscou inspirar a reflexão, a partir do Sul Global, e da perspectiva da América Latina, especificamente.

No caso brasileiro, em particular, é importante ressaltar que, apesar da falta de investimentos governamentais na educação e na pesquisa, o que ilustra o processo evidente de desmonte de políticas públicas, conforme apreendido no percurso dessa tese, as universidades públicas brasileiras vêm se afirmando como importantes arenas sociais, tanto na busca por soluções possíveis para o enfrentamento à *Pandemia da Covid-19*, por exemplo, como no próprio processo de transformação da sociedade, movimento esse essencial no debate crítico e na ação em sustentabilidade.

Com essa inspiração, o Selo ODS IES foi proposto, no Brasil, em 2021, no âmbito do *Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030)*, coordenado pela *Universidade de Brasília (UnB)*, em parceria com o *Instituto Selo Social*, como uma certificação voltada para estimular a participação efetiva de IES no alcance das Metas da Agenda 2030.

Os resultados obtidos durante essa imersão na pesquisa reafirmaram que, apesar dos inúmeros retrocessos em políticas públicas no Brasil, nos últimos anos, as universidades públicas brasileiras vêm, progressivamente, avançando no debate sobre sustentabilidade, buscando internalizar a Agenda 2030, em suas ações e visão estratégica. No entanto, esse movimento é ainda incipiente diante da urgência para o equacionamento das inúmeras facetas da polícrise civilizatória e está aquém das reais possibilidades das universidades públicas do país.

Mas vale enfatizar que, no âmbito do mapeamento realizado merece destaque a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a única mencionada nos três *rankings* internacionais analisados. A Universidade de São Paulo (USP), por sua vez, integrou, de maneira inédita, o TOP 10 do *GreenMetric*, no ano de 2021, além de ter marcado presença, de maneira ininterrupta nesse *ranking*, e com uma das melhores colocações, desde a sua primeira edição, juntamente com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Com relação ao *THE Impact*, a USP alcançou, ainda, a melhor colocação entre as IES brasileiras, com um posicionamento de

destaque mundial, o que parece indicar o compromisso em sustentabilidade, associado à sua agenda institucional, tanto em termos de planejamento estratégico, como em ensino, pesquisa, extensão e, também, no plano da gestão.

Outra IES de destaque nesse debate, apreendida na pesquisa, foi a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com posições registradas em dois dos *rankings* mapeados e, em ações de impacto rumo à Agenda 2030.

Adotando esse contexto como ponto de partida e, após toda a trajetória percorrida durante a pesquisa, é possível também afirmar que, muitas das ações e práticas sustentáveis no âmbito da UFRJ ainda não estão sistematizadas, e não estão articuladas estrategicamente, apesar de terem sido identificadas algumas ações em curso com esse direcionamento, nos últimos anos. E, embora essa instituição venha alcançando, progressivamente, destaque nacional e internacional em dispositivos voltados para o desempenho acadêmico, a sua performance nos *rankings* de sustentabilidade analisados ainda não reflete a sua potencialidade como liderança nesse campo, essencial diante dos complexos desafios contemporâneos. Assim, com base no caminho trilhado durante a investigação, se pode afirmar que a UFRJ ainda não ocupa o destaque merecido no conjunto das universidades de referência em sustentabilidade, tais como a USP, a UFSC, a Unifesp e, a Unicamp. Essa afirmação parece ter sido confirmada em todas as fases da pesquisa.

E entre os obstáculos que distanciam a UFRJ dessas universidades de referência em sustentabilidade, merece destaque o fato de ser essa a mais antiga universidade do país e, também, por essa razão, com forte resistências às mudanças, no cenário atual.

Outro desafio recorrente para a instituição, identificado na pesquisa, está relacionado à dimensão da UFRJ. Ocupando a posição de maior universidade federal do Brasil, a instituição, em termos de contingente populacional, poderia estar colocada, no *ranking* das cidades do estado do Rio de Janeiro, na 31ª posição, entre os 92 municípios fluminenses. Assim, pode-se afirmar que, segundo os resultados obtidos na pesquisa, a instituição está ainda iniciando o processo de inserção desse compromisso em sua estratégia organizacional. Apesar de breve, uma referência à Agenda 2030 está registrada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI UFRJ 2020-2024), ferramenta estratégica fundamental para orientar as IES brasileiras. Os ODS foram, também, adotados para inspirar a construção do Plano Diretor UFRJ 2030, ainda em processo de finalização, até o encerramento da presente pesquisa.

No entanto, o compromisso de sustentabilidade não compõe ainda o seu conjunto Missão, Visão e Valores, que caracteriza a identidade organizacional. Vale ressaltar, também,

com esse direcionamento, a elaboração e publicação tardias, apenas em 2022, de seu primeiro Relatório do Plano de Logística Sustentável (PLS). Por outro lado, não foram acessíveis, durante a tese, quaisquer atualizações relativas aos compromissos da instituição com a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), outra importante ferramenta do Ministério do Meio Ambiente para o tema em questão.

Vale mencionar, ainda, que o Fórum Ambiental da UFRJ, instância criada em dezembro de 2018, para promover iniciativas ambientais em diferentes esferas da instituição, vem tentando se mobilizar para inserir essa pauta na gestão institucional por meio de câmaras temáticas, mas ainda vem enfrentando inúmeros percalços com esse objetivo. Sendo assim, são ainda inúmeros e complexos os desafios a serem confrontados pela gestão da instituição, dentre os quais, a falta de recursos humanos para fazer frente a tantas demandas simultâneas.

Com relação aos desejos e sonhos compartilhados pelos interlocutores estratégicos, para uma UFRJ sustentável, é interessante observar que emergiram, frequentemente nos depoimentos obtidos, questões associadas à mobilidade e gestão urbana, com base na leitura de que a UFRJ se constitui como “uma cidade em outra cidade”, principalmente no contexto da Cidade Universitária.

O intercâmbio com alguns atores estratégicos da instituição permitiu, também, a consolidação de um terreno fértil para a geração de novas ideias, a partilha de informações, além de uma oportunidade ímpar para uma reflexão profunda sobre o tema em foco, envolvendo um olhar para o passado, que se reflete no presente, e se projeta para cenários desejados no futuro, com o compartilhamento de sonhos para os “amanhãs” da UFRJ.

Tendo a UFRJ como campo empírico de observação, se defende ainda nesta tese, a necessidade imediata de suspensão dos cortes orçamentários para a Educação, como recorrentemente alertado pela série de Relatórios Luz, publicados entre 2017 e 2022, pelo *GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030 no Brasil*. Recomenda-se ainda, a promoção de uma gestão democrática da educação, e a ampliação de políticas públicas capazes de assegurar o direito à educação, em contraposição à tendência de avanço no processo de privatização do ensino superior.

Importante mencionar, no que tange à projeção de futuros, o lançamento do Selo ODS IES, agendado para agosto de 2022, mês de finalização da presente pesquisa, que tende a representar uma tecnologia social fundamental para o reconhecimento de boas práticas nas universidades públicas brasileiras. Como uma certificação pioneira no país, esse dispositivo poderá, ainda, oferecer soluções para a integração e o engajamento da comunidade acadêmica, diante dos inúmeros desafios que precisam ser enfrentados, de modo a promover uma

articulação entre as próprias instituições e, o estabelecimento de parcerias com outras IES, para o compartilhamento de experiências e boas práticas. Além disso, tal dispositivo para apoiar práticas sustentáveis em universidades poderia contribuir para a própria sistematização das ações institucionais, ainda fragmentadas, e para a comunicação de suas práticas sustentáveis aos seus públicos interno e externo. Todas essas questões têm reflexos na gestão da própria UFRJ, conforme constatado por esta pesquisa.

Nesse sentido, é fundamental que seja priorizada uma gestão sustentável na UFRJ, que transponha as questões orçamentárias ou de gestão governamental, para envolver e internalizar, em suas dinâmicas, os múltiplos conhecimentos produzidos na própria universidade. Cabe ressaltar que esse conhecimento deve ser fruto de uma perspectiva integrada e interdisciplinar, envolvendo os diferentes campos científicos. Além disso, é importante considerar, nesse contexto, a necessidade de se buscar resiliência às intempéries governamentais, em casos de crises na pasta da Educação, e de jogos de interesses que resultem em cortes adicionais aos já prejudicados orçamentos para a área do ensino superior.

Portanto, diante de todas as questões problematizadas no âmbito desta tese, embora com uma ampla gama de ações engajadas, é possível afirmar que a UFRJ ainda não “desabrochou” como a potência que poderia ser em sustentabilidade. Para tal, uma via essencial seria a inserção desse compromisso em sua estratégia organizacional, de modo a possibilitar não apenas o seu reconhecimento como referência pelos seus públicos internos e externos, mas também no sentido de sistematizar e ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas, ainda de forma fragmentada, na atualidade.

A imagem ilustrativa do ciclo de cultivo, adotada na pesquisa, pode agregar, ainda, a simbologia do tempo da natureza e dos imprevistos possíveis entre os períodos de plantio e de colheita. Assim, para além das incertezas e das imprevisibilidades naturais envolvidas no processo de investigação no campo das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo na imersão em temas complexos, como a discussão da polissêmica noção de sustentabilidade, não se pode desconsiderar o próprio contexto inesperado da *Pandemia da Covid-19*, que atravessou o processo de construção da tese, ocasionando, dessa forma, algumas mudanças de rotas e limitações. Não por acaso, as etapas da pesquisa foram alteradas, demandando remanejamentos dos prazos previstos inicialmente, e, também, das ferramentas metodológicas adotadas desde o levantamento de dados até a fase de análise dos resultados obtidos.

Ao longo da investigação, foi, também, realizada uma leitura crítica, a respeito do uso de *rankings* internacionais para a avaliação da performance de universidades brasileiras, no sentido de um estímulo às práticas de produtividade predatória e à competitividade no

ambiente acadêmico. Em uma lógica considerada como elitista e orientada para o mercado neoliberal, os argumentos que embasaram essa reflexão estão voltados para os potenciais riscos da redução da capacidade de produção de conhecimento crítico, livre e independente nas universidades públicas do país.

Mesmo sem perder de vista essa visão crítica, e de reconhecer que existem limitações relacionadas à investigação realizada, na perspectiva da presente pesquisa, os *rankings* de sustentabilidade para as universidades são interpretados a partir dos benefícios de sua utilização, por suas metodologias específicas para o contexto universitário, voltadas para a temática da sustentabilidade, com vistas a gerar um impacto positivo de transformação na sociedade.

Considerando a complexidade envolvida no campo empírico de observação, não seria factível abordar nesta tese os quatro eixos principais de uma universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Sendo assim, uma das limitações da pesquisa foi não conseguir abarcar informações sobre extensão, ensino e pesquisa no levantamento de dados realizado, informações essas que poderiam vir a inspirar estudos futuros no âmbito dessa instituição. Por outro lado, a participação, ao longo de um ano e meio, em reuniões semanais *do GT de Meio Ambiente do Plano Diretor UFRJ 2030*, possibilitou uma visão mais ampla sobre o campo de observação, favorecendo, também, um contato maior com o processo de construção desse instrumento, para orientar a gestão e o planejamento da instituição.

Além disso, a experiência vivenciada no apoio técnico a um dos projetos vinculados ao Programa de Internacionalização da UFRJ (CAPES-PrInt), possibilitou uma aproximação com a *Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR2)*, enquanto o apoio à *Cátedra de Meio Ambiente Bertha Becker*, vinculada ao *Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE-UFRJ)*, contribuiu para a interface com alguns catedráticos, para a realização de entrevistas. Entretanto, se reconhece como parte das limitações da pesquisa, em um contexto de Pandemia, a ausência da participação de interlocutores de demais Pró-Reitorias da instituição que, embora contatados, não responderam à solicitação da pesquisa.

Portanto, embora a investigação tenha buscado ilustrar o debate, com o campo empírico da UFRJ, frente às dimensões dessa universidade, equiparadas ao tamanho de uma cidade de porte médio, a tese pode ser entendida como um esforço inicial com esse objetivo, tendo o compromisso de sustentabilidade como foco. Sendo assim, se recomenda que, no futuro, essa investigação seja ampliada e aprofundada, envolvendo outras Pró-Reitorias e demais setores estratégicos. Complementarmente, seria oportuno que se pudesse realizar um levantamento sistemático das pesquisas e dos programas de extensão, em curso, que se

dirijam direta e/ou indiretamente à temática de sustentabilidade. Nesse caso, a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem representar importantes pontos de partida para a sistematização estratégica das ações da instituição.

Diante dos resultados da pesquisa realizada, nessa *práxis* orientada para o futuro, pautada na conexão entre reflexão e ação, diante da urgência para o alcance das Metas da Agenda 2030, as universidades brasileiras podem representar atores sociais chave, para contribuir para a promoção de ações dirigidas ao equacionamento dos problemas globais, que colocam em risco a própria manutenção da vida na Terra. No contexto da Década da Ação, as universidades podem, também, potencializar o caminho para a territorialização dos ODS em níveis nacional, regional e local, por meio do diálogo de saberes e fazeres, a partir de pactos duradouros com os demais segmentos da sociedade.

Nesse contexto de projeções de futuros, e da necessária transição para novas formas de vida em sociedade, se compreende que as propostas dos *Objetivos de Bem Viver* (OBV) e do *Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade* emergem como possibilidades de vias alternativas a serem consideradas e construídas desde já, na busca por caminhos sustentáveis e regenerativos para o Pós-2030. Nessa trajetória, essas podem ser inspirações importantes para a UFRJ e outras universidades públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

AASHE – Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education. **Beyond the Right Thing to Do: The Value of Sustainability in Higher Education**. Philadelphia: AASHE. October 2nd, 2017. Disponível em: <https://www.aashe.org/wp-content/uploads/2017/10/AASHE_2017_BeyondRightThingToDo_Brochure.pdf> Acesso em 05 mai. 2022.

ALLEDI FILHO, Cid. [Re]Definindo Sustentabilidade. **Drops de Sustentabilidade: Ideias e iniciativas para um mundo mais justo, viável e vivível**. Drops 09. Blogspot. Publicado em 28 out. 2013. Disponível em <<http://dropsdesustentabilidade.blogspot.com/2013/10/redefinindo-sustentabilidade.html>> Acesso em 06 mai. 2022.

ALLEDI FILHO, Cid. Solo, Ser e Sociedade - Satish Kumar. **Drops de Sustentabilidade: Ideias e iniciativas para um mundo mais justo, viável e vivível**. Drops 01. Blogspot. Publicado em 14 nov. 2012. Disponível em <<http://dropsdesustentabilidade.blogspot.com/2012/11/solo-ser-e-sociedade-satish-kumar.html>> Acesso em 06 mai. 2022.

BARIFOUSE, Rafael. Em 2017, mais brasileiros foram ao Louvre, em Paris, do que ao Museu Nacional. **BBC News Brasil**. 03 set. 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45402234>>. Acesso em 20 ago. 2021.

BASSANI, Marlise A. Psicologia ambiental e as dimensões temporais: tempo de cuidar? In: BASSANI, Marlise A. (Org.). **Diálogos entre psicologia, espiritualidade e meio ambiente: o sagrado em perspectiva**. São Paulo: EDUC, 2020. Disponível em: <https://pucsp.br/educ/downloads/dialogos_entre_psicologia.pdf#page=168>. Acesso em 26 set. 2021.

BASSI, Fernanda. Barbados rompe com coroa britânica e nomeia sua 1^a presidente. **Poder 360**. 29 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/barbados-rompe-com-coroa-britanica-e-nomeia-sua-1a-presidente/>>. Acesso em 07 mar. 2022.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

BONINA, Noemi, Gilson Brito Alves; LIMA, Marcelo Jasmim; MEIRIÑO, Luiz Octávio; GAVIÃO, Marcelo Contente; ARESE, Cid ALLEDI FILHO; Sérgio Luiz Braga FRANÇA. Contribuição de Método Multicritério de Apoio à Decisão na Avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e do Pós-2015. **Revista Espacios**. Vol. 38 (Nº 34) 2017, p. 4-19.

BOOKCHIN, Murray. Por que Ecologia Social? **A Batalha**, Lisboa, ano 15, nº 126, out./dez., 1989. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/classicos-anarquistas/murray-bookchin/murray-bookchin-por-que-ecologia-social/>>. Acesso em 29 set. 2021.

BOOKCHIN, Murray. A Filosofia da Ecologia Social. **A Batalha**, Lisboa, ano 23, VI Série, Mar./Abr., 1997. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/ecosocial/04filosofia.htm>>. Acesso em 29 set. 2021.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

CABRAL, Dilma. Academia Real Militar. **MAPA Memória da Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 04 nov. 2016. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar>>. Acesso em 19 mar. 2022.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (Ed.). **Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade**. [livro eletrônico]. São Paulo: Lucas Melara, 2020. Disponível em <<https://www.guiaagenda2030.org/>>. Acesso em 14 jul. 2021.

CAMPOS, Marcio D’Oliveira. **SULear vs NORTEar: representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia**. Série Documenta. Ano VI, nº. 08, 1997, p. 41-70.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Inácia D’Ávila e a história da psicologia social – articulando ecologia, feminismo e desenvolvimento cultural. In: MACIEL; T. M. B.; SOUZA, C. M. (Orgs.). **Inovação e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Appris, 2018, p. 23-38.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**. São Paulo, v. 10, n. 10, p. 23-28. 2007.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. Maria Inácia e a luta contra a imaturidade acadêmica. In: MACIEL; T. M. B.; SOUZA, C. M. (Orgs.). **Inovação e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Appris, 2018, p. 69-84.

CARVALHO, Vilson Sergio de. **Raízes da Ecologia Social: O Percurso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção**. 2005. 382 f. Tese (Doutorado) Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Fernando Ferreira de. **A produção do conhecimento sobre sustentabilidade: investigando a concepção do tema e os desafios para a construção de um diálogo interdisciplinar na UFRJ**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2018. Rio de Janeiro, 2018.

CAVES, Roger W. **Encyclopedia of the city**. London; New York: Routledge, 2005, p. 609-610. Disponível em: <<https://archive.org/details/encyclopediacity00cave/page/n111/mode/2up>>. Acesso em 19 set. 2021.

CLARK, John. **A Social Ecology**. [livro eletrônico]. 2000. Disponível em <<https://theanarchistlibrary.org/library/john-clark-a-social-ecology>>. Acesso em 20 set. 2021.

D’ÁVILA, Maria Inácia. (Org.). **Desenvolvimento Social: Desafios e Estratégias**. Vol. II, Rio de Janeiro: Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável – UFRJ/EICOS; FINEP, 1995.

D’ÁVILA, Maria Inácia. **Ecofeminismo: horizontes contemporâneos**. Série Documenta. Ano VI, Nº 08, 1997, p. 9-26.

D’ÁVILA, M. I. **Paradigmas da Psicologia Social para a América Latina**. Série Documenta. Ano VI, Nº 09, 1999, p. 27-40.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto de Lugar**: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ-FAU-UFRJ, 2002.

DEHEINZELIN, Lala. **Desejável Mundo Novo**: vida sustentável, diversa e criativa em 2042. 1ª Ed. São Paulo: Ed. do Autor, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª Ed. São Paulo: HUCITEC NUPAUB/USP, 2008.

ELLIS, Rosa. Impact Rankings 2022: remote working policies rise post-Covid. **THE Impact Ranking**. 16 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/impact-rankings-2022-remote-working-policies-rise-post-covid>>. Acesso 02 jul. 2022.

ELLIS, Rosa. Impact Rankings 2022: hundreds of universities have SDG courses. **THE Impact Ranking**. 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/news/impact-rankings-2022-hundreds-universities-have-sdg-courses>>. Acesso em 02 jul. 2022.

ENGELMAN, Robert. Além do blablá da sustentabilidade. In: ASSADOURIAN, Erik; PRUGH, Tom (Orgs.). **Estado do mundo 2013**: A Sustentabilidade Ainda é Possível? Washington: Worldwatch Institute, 2013.

FAICO, Graciella F.; IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. Sustentabilidade, uma via possível em Políticas Corporativas? **Revista do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ)**, v.1, p.1-6, 2014.

FAICO, Graciella F. **Políticas de Sustentabilidade na Administração Pública**: Um olhar a partir das vivências no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Universidade Federal Fluminense, 2015.

FAICO, Graciella F. **Sustentabilidade nas organizações**: uma via possível em políticas e estratégias corporativas? Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

FAICO, Graciella F.; IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. **A ação universitária à luz da Agenda 2030**: uma leitura pela lente da Psicologia Ambiental. 1º Congresso da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental (ABRAPA) e na 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, 2019.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo**: um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. A Ecologia Social na América Latina e o papel da universidade: um reencontro com a ética primitiva. In: BORTOLUZZI, Valeria Iensen; ALVES, Marcos Alexandre (Orgs.). **Formação de Professores**: ensino, linguagens e tecnologias. Porto Alegre-RS: Editora Fi, 2018, p. 51-90.

FRANÇA, Victor. UFRJ é a melhor universidade federal do Brasil, avalia ranking britânico. **Conexão UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ. 09 set. 2021. Disponível em:

<<https://conexao.ufrj.br/2021/09/ufrj-e-a-melhor-universidade-federal-do-brasil-avalia-ranking-britanico/>>. Acesso em 16 fev. 2022.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

FRANCO, Luiza. Humanidade perdeu mais com incêndio do Museu Nacional do que na Notre-Dame, diz diretor da instituição brasileira. **BBC News Brasil**. 07 jun. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48550660>>. Acesso em 18 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire: O andarilho da Utopia**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 1998. Disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3279>>. Acesso em 28 jan. 2022.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire**. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 2ª Ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GEHRE, Thiago; MARTINS, Ana P. A. (Orgs.). **Guia de interseccionalidades na Agenda 2030: para uma educação transformadora**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/2021/09/17/baixe-o-guia-da-agenda-2030-para-uma-educacao-transformadora/>>. Acesso em 27 set. 2021.

GOSSERIES, Axel. As teorias de justiça entre as gerações. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 34, n. 1, 2008. Disponível em: <https://dial.uclouvain.be/pr/boreal/object/boreal%3A125944/datastream/PDF_01/view>. Acesso em 28 set. 2021.

GRECU, Valentin; IPIÑA, Nagore. The Sustainable University – A Model for the Sustainable Organization. **Management of Sustainable Development**, Sibiu, Romania, v. 6, n. 2, Dec. 2014. [DOI 10.1515/msd-2015-0002].

GTSC A2030 – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **V Relatório Luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável**. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/>>. Acesso em 14 jul. 2021.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019, 340p.

GUDYNAS, Eduardo; EVIA, Graciela. **Ecología Social: manual de metodologías para educadores populares**. Madrid: Editorial Popular, 1993.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 16, n. 53, p.71-83, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento**, nº 462, p.1-20, 2011.

HEASC – Higher Education Associations Sustainability Consortium. Call for a System for Assessing & Comparing Progress in Campus Sustainability. 2006. Disponível em:

<<https://stars.aashe.org/wp-content/uploads/2019/03/HEASC-call.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2022.

HIGUSHI, Maria Inês Gasparetto; PATO, Claudia Lyra. Sustentabilidade. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice (Orgs.) **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambienta**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Agenda 2030 - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433>. Acesso em 19 jul. 2021.

IRVING, Marta de Azevedo. Por que a Psicossociologia e a Ecologia Social? Em busca de alternativas para a produção de conhecimento no campo da sustentabilidade. In: MACIEL; T. M. B.; SOUZA, C. M. (Orgs.). **Inovação e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Appris, 2018, p. 132-145.

IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. **Sustentabilidade e Transformação Social**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012, 176p.

IRVING, Marta de Azevedo; D'ÁVILA, Maria Inácia; MACIEL, Tânia Maria de Freitas Barros; BEYSSAC, Marie-Louise de. L'approche brésilienne de l'écologie sociale Propos sur la relation nature – société. In: CHARDEL, Pierre-Antoine; REBER, Bernard (Orgs.). **Écologies sociales: Le souci du commun**. Lyon: Parangon, 2014, P. 91-108.

IRVING, M. A.; FERREIRA, G. F.; PENTEADO, I.; LIMA, M. A. G.; OLIVEIRA, M. C. M.; MORAES, E. A. Áreas Protegidas e Inclusão Social: Uma história de 10 anos de extensão. In: **XIII Congresso Latinoamericano de Extensión Universitaria**, Memórias do XIII Congresso Latinoamericano de Extensión Universitaria. Havana, Cuba, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/34111883/Programa_OBSAPIS_um_caminho_possível_para_a_articulação_com_a_Política_Nacional_de_Extensão_Universitária>. Acesso em 09 fev. 2022.

IRVING, Marta de Azevedo; D'ÁVILA NETO, Maria Inácia; MACIEL, Tânia; BEYSSAC, Marie Louise. L'approche brésilienne de l'écologie sociale Propos sur la relation nature - société. In: Pierre-Antoine Chardel; Bernard Reber. (Org.). **Ecologies sociales: Le souci du commun**. 1ed. Lyon: Editions Parangon, 2014, v. 7, p. 91-110.

JODELET, Denise. Inácia D'Ávila Neto: uma prática psicossocial inovadora. In: MACIEL; T. M. B.; SOUZA, C. M. (Orgs.). **Inovação e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Appris, 2018, p. 39-53.

KOTHARI, Ashish et al. **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Isabella Victória Eleonora (Trad.). São Paulo: Elefante, 2021. 576p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Bruno Maia (Org.). Cultura do Bem Viver, 2020.

KRENAK, Ailton. **Carta do Chefe Seattle comentada por Ailton Krenak**. Cadernos Selvagem [livro eletrônico]. Dantes Editora, 2021. Disponível em: <http://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2021/07/CADERNO26_SEATTLE.pdf>. Acesso em 28 set. 2021.

LANDIM, Leilah; LEIS, Héctor Ricardo (Orgs.). Ecologia, Religião, Sociedade. **Comunicações do ISER**, nº 43, ano 11, 1992, 58p. Disponível em: <<https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-43.pdf>>. Acesso em 29 set. 2021.

LATOURE, Bruno. **Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2020.

LAURETTI, Patrícia. Expectativas e acolhida: os calouros indígenas estão chegando. **Unicamp Notícias**. 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/02/19/expectativas-e-acolhida-os-calouros-indigenas-estao-chegando>>. Acesso em 20 nov. 2021.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEVY, André. **O vínculo entre história individual e história coletiva**. Série Documenta. Ano III, Nº 06, 1995, p. 7-20.

LOVELOCK, James. **Novacene: The coming age of hyperintelligence**. Cambridge: The MIT Press, 2019, 139 p.

MACIEL; Tania M. Barros; SOUZA, Cecília Melo. (Orgs.). **Inovação e Trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Appris, 2018.

MACIEL, Tânia. Paradigmas e desafios da Ecologia Social: aplicação das teorias e das práticas de um projeto de desenvolvimento local. In: CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, P. (Orgs.) **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACIEL, R. F. L. A.; CANDIA, A. B.; MARCONDES, F. S.; FAICO, G. F.; ALMEIDA, I. S.; SILVA, R. M.; MARTINS, R. S.; FRANCISCO JUNIOR, R. A.; CONDE, D. L. G. O ensino de psicologia na formação profissionalizante no Rio de Janeiro: os caminhos trilhados e os caminhos possíveis. **Revista do CFCH**, Rio de Janeiro, v.1, p.1-5, 2015.

MARQUES, Juracy; DIAS-LIMA, Artur. (Orgs.). **Ecologia humana & pandemias: consequências da COVID-19 para o nosso futuro**. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2020. 150 p. Disponível em: <<http://www.sabeh.org.br/livros/>>. Acesso em 12 mai. 2022.

MAHAYUDDIN, Zainal; SUWADI, Nur; JENAL, R.; ARSHAD, H.; ADIONO, T. Implementing smart mobile application to achieve a sustainable campus. **International Journal of Supply Chain Management**, n. 7, p. 154-159, 2018. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/326253103>>. Acesso em 22 mai. 2022.

MIRANDA, Júlia. Ouvindo umas verdades com bell hooks: o feminismo é para todos. São Paulo: Editora Elefante. 5 jan. 2021. Disponível em: <<https://elefanteeditora.com.br/ouvindo-umas-verdades-com-bell-hooks-o-feminismo-e-para-todos/>>. Acesso em 09 mai. 2022.

MOREIRA, Gloria Maria de Pádua. **Por uma Ecologia Social**: Uma aproximação da noção de desenvolvimento aos princípios éticos do desenvolvimento durável. Tese de doutorado. Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Fraternidade**: para resistir à crueldade do mundo. São Paulo: Palas Athena, 2019.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via**: lições do coronavírus. Colaboração Sabah Abouessalam. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MORIN, Edgar. **Lições de um século de vida**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza**: para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Instituto Gaia, 2007.

MOSER, Gabriel. A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições. **Psicologia USP**, v. 16, p. 279-294, 2005.

MOSER, Gabriel. **Introdução à Psicologia Ambiental**: pessoa e ambiente. Campinas, SP: Editora Alínea, 2018, 314 p.

MOURA, J. M.; SERAFINI, P. G. (Orgs). **Práticas para a Implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**: Estudos de Caso em Instituições de Ensino. 1ed. Bauru-SP: Gradus Ed. 2021.

MOURÃO, Laís. **O Futuro Ancestral**: tradição e revolução científica no pensamento de C.G. Jung. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, 92p.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. **A pesquisa sob encomenda - a quem serve?** V Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas. 1999.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (Org.) **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 16ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010, p. 100-126.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 09 jul. 2021.

ONU News. Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia. ONU. Mar. 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>>. Acesso em 24 set. 2021.

PASSOS, Juliana. Tese premiada defende negociação entre formas de conhecimento. **FAPERJ**. 26 nov. 2020. Disponível em: <<https://siteantigo.faperj.br/?id=4117.2.4>>. Acesso em 24 set. 2021.

PATTON, Iain. Universities' climate targets are not always led by their science. **THE Impact Ranking**. 22 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/opinion/universities-climate-targets-are-not-always-led-their-science>>. Acesso em 15 mai. 2022.

PDAL – Grupo Psicologia da Descolonização e América Latina. Carta de Dom Pedro Casaldáliga a Psicologia. **Youtube**. 21 out. 2020. 1 vídeo (12 minutos). Disponível em: <<https://youtu.be/9UkNN28g7WA>>. Acesso em 05 fev. 2022.

QS LATIN AMERICA UNIVERSITY RANKINGS. **QS Latin America University Rankings 2022**. 2022a. Disponível em: <<https://www.topuniversities.com/university-rankings/latin-american-university-rankings/2022>>. Acesso em 20 mar. 2022.

QS LATIN AMERICA UNIVERSITY RANKINGS. **QS Latin America University Rankings Methodology**. 2022b. Disponível em: <<https://www.topuniversities.com/latin-america-rankings/methodology>>. Acesso em 20 mar. 2022.

QS LATIN AMERICA UNIVERSITY RANKINGS. **Universidade Federal do Rio de Janeiro. TOP Universities. 2022c**. Disponível em: <<https://www.topuniversities.com/universities/universidade-federal-do-rio-de-janeiro#p2-related-content>>. Acesso em 20 mar. 2022.

RIBEIRO, Katiúscia. O futuro é ancestral. **Le Monde Diplomatique**. 19 de novembro de 2020. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>> Acesso em 05 set. 2021.

RIGGENMANN, Konrad Yona. **Climapocalipso: A peça para mudança**. 1ed. Österreich: Editora Books on Demand, 2020, 74p.

ROCHA, Ruth; ROTH, Otávio. **Azul e Lindo: Planeta Terra, Nossa Casa**. São Paulo: Editora Salamandra, 1990. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxsaXZyb3N0dXJtYWVhbnV9uaWNhfGd4OjVjOWM3NTMyYjVhM2E2OA>>. Acesso em 25 jan. 2022.

RODRÍGUEZ, José Manuel Mateo. **La dimensión espacial del Desarrollo Sostenible: una visión desde América Latina**. La Habana: Editorial UH, Editorial Científico-Técnica, 2014.

ROSS, Duncan. We're including all 17 SDGs in the 2020 University Impact Rankings. **THE Impact Ranking**. 13 out. 2019. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/blog/were-including-all-17-sdgs-2020-university-impact-rankings>>. Acesso em 20 nov. 2021.

ROSS, Duncan. Introducing our new Impact Rankings advisory board. **THE Impact Ranking**. 01 out. 2021. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/introducing-our-new-impact-rankings-advisory-board>>. Acesso em 20 nov. 2021.

SAMPAIO, Carlos A. C.; PHILIPPI JR, Arlindo. (Eds.). **Impacto das ciências ambientais na Agenda 2030 da ONU**. [recurso eletrônico] volume I. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 2021. 598 p.

SANGION, Juliana. Unicamp aplica seu primeiro Vestibular Indígena e faz história. **Unicamp Notícias**. 02 dez. 2018. Disponível em:

<<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/12/02/unicamp-aplica-seu-primeiro-vestibular-indigena-e-faz-historia#:~:text=O%20Vestibular%20Ind%C3%ADgena%20Unicamp%202019,m%C3%BAI%20escolha%20e%20uma%20Reda%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 20 nov. 2021.

SANT'ANNA, Cristina Nunes de. UFRJ: a filha de Minerva completa um século de excelência em conhecimentos. **Cultura em Movimento**. 29 set. 2020. Disponível em: <<https://culturaemmovimento.com.br/ufrj-a-filha-de-minerva-completa-um-seculo-de-excelencia-em-conhecimentos/>>. Acesso: 16 fev. 2022.

SANTOS, Boaventura de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Bruna Kaline de Lima. **Produção de Amarílis submetida a diferentes recipientes e sombreamento nas condições no semiárido pernambucano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Bacharelado em Agronomia. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/2480/1/tcc_brunakalinedelimasantos.pdf>. Acesso em 10 fev. 2022.

SARAIVA, Ilyushin Zaak. Elementos para análise do ataque falacioso contra universidades e serviço público no neoliberalismo brasileiro pós-2015: Balbúrdia, homens pauta- bomba, ataque e recuo. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/06/analise-ataque-falacioso.html>> Acesso em 16 fev. 2022.

SCARANO, Fábio Rubio. **Regenerantes de Gaia**. Rio de Janeiro: Dantes Ed., 2019.

SAR (Scholars at Risk). **Free to Think**. Report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project. ISBN 978-0-9994844-8-7. 2019. Disponível em: <<https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf>> Acesso em 20 mai. 2022.

SDSN. **Acelerando a educação para os ODS nas universidades**: um guia para universidades, faculdades e instituições de ensino superior e terciárias. Nova York: Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN). Sep. 21st, 2020. Disponível em: <<https://resources.unsdsn.org/accelerating-education-for-the-sdgs-in-universities-a-guide-for-universities-colleges-and-tertiary-and-higher-education-institutions>>. Acesso em 28 jul. 2021.

SDSN Austrália/Pacific. **Começar com os ODS nas universidades**: um guia para as universidades, os centros de educação superior e a academia. Edição Austrália, Nova Zelândia e Pacífico. Sustainable Development Solutions Network (SDSN Australia/Pacific). Ricardo Augusto Kong Ormeno (Trad.), Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (SDSN-Amazônia) (Ed.). Nova Iorque: SDSN, 2018. Disponível em: <<https://sdsn-amazonia.org/como-comecar-com-os-ods-nas-universidades/>>. Acesso em 16 jul. 2021.

SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M. (Orgs). **Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Universidades Brasileiras**: Experiências e Desafios. 1ed. São Paulo: Gradus Editora, 2021.

SHALDERS, André. Verba usada no Museu Nacional em 2018 equivale a 2 minutos de gastos do Judiciário e 15 minutos do Congresso. **BBC News Brasil**. 03 set. 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45377267>>. Acesso em 20 ago. 2021.

SOCZKA, Luís. Ecologia Social do risco psicológico em meio urbano. **Psicologia**, v. IV, n. 3, p. 307-346, 1988. Disponível em: <<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/815>>. Acesso em 26 set. 2021.

SOCZKA, Luís. A perspectiva ecológica em psicologia. Contribuição para o estudo da Ecologia Social de um bairro da lata. **Relatório Técnico NS 54**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1989.

SOCZKA, Luís. As raízes da Psicologia Ambiental. In SOCZKA, Luis (Org.) **Contextos humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p.39-66.

SOUSA, Flaubert Queiroga de et al. Transposição do banco de sementes do solo para restauração ecológica da caatinga no Núcleo de Desertificação do Seridó. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 50120-50138, 2020.

STOKOLS, Daniel. **Social Ecology in a Digital Age: Solving Complex Problems in a Globalized World**. London, UK: Academic Press, 2018.

TASSARA. Eda Terezinha. Sincronias e diacronias: um recorte possível da Psicologia Ambiental no contexto contemporâneo das questões ambientais. **Psicologia USP**, v. 16, n. 1/2, 2005.

TIMES HIGHER EDUCATION. Impact Rankings Methodology 2022. Version 1.3. **THE Impact Report**. Disponível em: <https://the-impact-report.s3.eu-west-1.amazonaws.com/Impact+2022/THE.ImpactRankings.METHODOLOGY.2022_v1.3.pdf>. Acesso em 02 jun. 2022

UNICEF. Adolescentes e jovens brasileiros estão mais otimistas quanto ao futuro do que os adultos, e querem ser parte da construção do futuro. **Unicef Brasil**. 18 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/adolescentes-e-jovens-brasileiros-estao-mais-otimistas-quanto-ao-futuro-do-que-os-adultos>>. Acesso em 04 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Manual para Elaboração e Normalização de Trabalhos Acadêmicos**. Sistema de Bibliotecas e Informação. 8. ed. Rio de Janeiro: SiBI, 2022.

VEIGA, Edison. Paulo Freire, 100 anos: como o legado do educador brasileiro é visto no exterior. **BBC News Brasil**. 12 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46830942>>. Acesso em 10 fev. 2022.

VELAZQUEZ, Luís; MUNGUÍA, N.; PLATT, A.; TADDEI, J. Sustainable university: what can be the matter? **Journal of Cleaner Production**, v.14, p.810-819, 2006.

VERONEZI, Kawê da Silva. **Programa estratégico em comunicação para implementação local da Agenda 2030**: uma proposta para o desenvolvimento sustentável. Projeto Experimental Científico de Conclusão do Curso de Relações Públicas. Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2021.

WALDMAN, Maurício. **Eco-Logia**: muito além do “estudo da casa”. Série Meio Ambiente, nº 9. 2ed. São Paulo: Editora Kotev, 2018. Disponível em: <<http://mwtextos.com.br/serie-meio-ambiente/>>. Acesso em 05 ago. 2021.

WATKINS, David; WONG, Billy. Times Higher Education rankings: our core values. **THE Impact Ranking**. 08 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/times-higher-education-rankings-our-core-values>>. Acesso em 02 jul. 2022.

WHITE, Damian. A nova vida de Murray Bookchin. **Jacobin Brasil**. 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/07/a-nova-vida-de-murray-bookchin/>>. Acesso em 25 set. 2021.

WIKIFUTUROS. Movimento Crie Futuros: Criar, Compartilhar e Editar Futuros Desejáveis. **Crie Futuros**. [s.d.]. Disponível em: <http://criefuturos.com/o_que_e_esta_wiki>. Acesso em 20 set. 2021.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **A Pachamama e o Ser Humano**. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2017.

Músicas inspiradoras das epígrafes dos capítulos da Tese:

FAICO, Graciella Ferreira. **REGENERANDO AMANHÃS DESEJÁVEIS NAS UNIVERSIDADES. Playlist Spotify**. Músicas inspiradoras para a Tese. 2022. Disponível em <https://open.spotify.com/playlist/4IffOjKXG3hU6d1nen9QFj?si=HJ-Cc9pfQyCyawJEZ60M_Q>

ANEXOS

ANEXO A



ANEXO B

UCI University of
California, Irvine

Department of Psychological Science
School of Social Ecology
4201 Social and Behavioral Sciences
Irvine, CA 92697-7085

(949) 824-5574 tel.
(949) 824-3002 fax

ps.sococo.uci.edu

October 24, 2019

Professora Zenith Delabrida
Presidente da ABRAPA

Dear Professor Delabrida and Members of ABRAPA,

I want to thank you all for your kind invitation to share my greetings with you from Irvine, California. I congratulate you on launching the 1st Congresso da ABRAPA! I also want to congratulate the prize winners for their outstanding poster presentations at ABRAPA!

I applaud the theme of your Congress, "Atmosphere Matters", and the broad interdisciplinary scope of your meetings addressing people-environment relations at individual and collective levels, and from local to global scales. I share with you all profound concern about the current destabilization of our earth system, and a strong commitment to work with people around the globe to improve the quality of our built, natural, sociocultural, and cyber-mediated environments. We are all facing tremendous ecological and sociopolitical challenges and we must somehow find a way to persevere and work collaboratively toward planetary recovery and biospheric survival, across multiple cultures and regions of the world.

I wrote in the epilogue chapter of my Social Ecology book about the great progress that was made over the past several years in reducing deforestation of the Amazon—so I am of course saddened by the widespread fires that have spread across the Amazon in 2019 and the oil spill that you are facing in your state currently. And, as I write this letter, we are confronting widespread wild fires throughout our state of California and trying to protect shorelines that are threatened by sea rise. But somehow, we will work together to build a better world through environmental research and activism.

I wish that I could be with you all at the Congress, but even though I am not there with you in person, I am thinking of you and am with you in spirit. I very much look forward to learning more about the proceedings of your first Congress. Let's continue to stay in touch.

Congratulations again! I send my very best wishes and warm regards,



Dan Stokols, Ph.D.
Chancellor's Professor Emeritus
School of Social Ecology, UCI

ANEXO C

PORTAL DE CONFERÊNCIAS DA UFRJ, SEMINÁRIO A UFRJ FAZ 100 ANOS

[CAPA](#) [SOBRE](#) [ACESSO](#) [CADASTRO](#) [PESQUISA](#) [EDIÇÕES ANTERIORES](#)
[NOTÍCIAS](#) [PÁGINA DA UFRJ](#) [EDITAL](#) [COMO CHEGAR](#) [FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO INSCRITO](#)
[ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO](#) [TUTORIAL PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS](#)
[TUTORIAL PARA A COMISSÃO DE AVALIADORES](#) [EIXOS TEMÁTICOS](#) [CADERNO DE PROGRAMAÇÃO](#)
[SESSÕES TEMÁTICAS](#) [PROGRAMAÇÃO GERAL](#) [EVENTO NO FACEBOOK](#)

[Capa > Seminário A UFRJ FAZ 100 ANOS > Seminário A UFRJ FAZ 100 ANOS > UFRJ: MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIAS > Irving](#)

Tamanho da fonte:

PLANO DIRETOR UFRJ 2020 E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMO ALINHAR ESSAS AGENDAS RUMO À EVOLUÇÃO DESEJADA PARA UMA UNIVERSIDADE CENTENÁRIA?

Marta de Azevedo Irving, Graciella Faico Ferreira, Elizabeth Oliveira, Edilaine Albertino de Moraes, Claudia Fragelli

Última alteração: 2017-08-18

RESUMO

A Agenda 2030, também denominada Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), foi lançada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um compromisso internacional visando à promoção de modos de vida mais sustentáveis, em escala global. Com esse propósito, "Educação de qualidade" é um dos 17 objetivos a serem alcançados. No que se refere a essa pauta desafiadora, abordagens como educação para o desenvolvimento sustentável, direitos humanos, cultura de paz, cidadania e diversidade cultural devem ser fortalecidas e amplamente disseminadas. Em contrapartida, em escala local, o Plano Diretor UFRJ 2020, aprovado pelo Conselho Universitário em 2009, é outro importante documento com enfoque em educação que também abarca a temática da sustentabilidade em interfaces com questões de mobilidade e integração com a cidade, entre outras. Considerando que diante da atual conjuntura político-econômica nacional, o Plano Diretor UFRJ 2020 vem passando por revisões, a presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre as perspectivas de atualizações de suas diretrizes, à luz das orientações da Agenda 2030 da ONU. Para tal, o percurso metodológico escolhido envolveu a leitura dos ODS, sobretudo com foco nas metas voltadas para a educação, relacionando esse conteúdo com o Plano Diretor UFRJ 2020 e, ainda, com os documentos elaborados a partir de desdobramentos para sua atualização. Assim sendo, foi possível observar que o processo de expansão universitária previsto no Plano Diretor - com a criação de novos cursos e a mudança no perfil social dos estudantes por meio do sistema de cotas - reflete o caráter inclusivo previsto nos ODS. Entretanto, tomam-se necessárias diversas ações para que o modelo adotado seja efetivamente equitativo, como a oferta de serviços de transporte, alimentação e habitação estudantil. Por outro lado, o crescimento do número de estudantes, professores, técnicos administrativos e de cursos, associado à ampliação e à manutenção da infraestrutura da instituição, deve ser realizada com base nos princípios de sustentabilidade social, ambiental e econômica. Ainda no contexto das reflexões que emergem desta pesquisa, se considera a Universidade Federal do Rio de Janeiro, após o seu primeiro centenário, deve buscar se inspirar nas metas e princípios dos ODS, adaptando os próximos passos de mudanças a essa agenda global. Tendo em vista que esse processo ainda está em construção, essa aproximação tende a ser possível.

Palavras-chave: Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Plano Diretor UFRJ 2020.

Seminário A UFRJ FAZ 100 ANOS
Seminário A UFRJ FAZ 100 ANOS

APRESENTAÇÕES

Ferramenta de Leitura

PLANO DIRETOR UFRJ...

Irving, Ferreira, Oliveira, de Moraes, Fragelli

Política de Avaliação
 Exibir biografia do autor
 Como citar este documento
 Exibir metadados
 Versão de Impressão
 Enviar para outros*
 E-mail ao autor*

PESQUISAR NA CONFERÊNCIA

* Requer cadastro

ANEXO D

Recicla Psi no Teste para a criação do Selo ODS IES



PROTOCOLO DE PARTICIPAÇÃO

Participante: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Projeto: Sustentabilidade e novos comportamentos rumo à Agenda 2030: RECICLA PSI

Tipo de projeto: Parceria

Atendimento: 100 pessoas | Crianças: 0 - Adolescentes: 0 - Adultos: 100 - Idosos: 0

Investimento: Não houve investimento.

Impactos sociais:



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



Eu, **Denise Pires de Carvalho**, responsável pela organização **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**, declaro que as informações, declaradas no Balanço Social do programa Selo Social de Brasil (Instituições de Ensino Superior) 2021, acima prestadas são verdadeiras e, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brasil (Instituições de Ensino Superior), 21 de junho de 2021.

DENISE PIRES DE CARVALHO

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro 27: Principais atividades realizadas, cursos e eventos de referência (2018-2022)

Nº	Evento ou cursos	Ano
1	Diálogos Sustentáveis 2018, na Casa da Ciência da UFRJ	2018
2	Recicla Psi, na Casa da Ciência da UFRJ	
3	18º Simpósio da ANPEPP, em Brasília	
4	Anpepp do futuro – GP-PA, em Brasília	
5	Roda de Conversa ONU Mulheres e os ODS, no Palácio Itamaraty, RJ.	2019
6	Diálogos Sustentáveis 2019, na Casa da Ciência da UFRJ	
7	Observação Participante no evento denominado Calourada da Unicamp 2019	
8	VIII Seminário Diálogos para Práticas em Desenvolvimento Sustentável	
9	49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia e 1º Congresso de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente, em João Pessoa-PB	
10	Minicurso no evento Abordagens multimétodo Psicologia Ambiental, na UFPB	
11	Minicurso no evento Psicologia Ambiental e Educação Ambiental, na UFPB	
12	Cultura de Paz: estratégias de transformação social em bases não-violentas	
13	Minicurso História da Psicologia Social Comunitária, na UFRJ	
14	Formação em Terapia Comunitária Integrativa, pelo MISC-RJ	
15	19º Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU), em Florianópolis	2020
16	Diálogos Sustentáveis 2020, online	
17	Curso de Psicologia Ambiental – Abordagens Participativas LOCUS-UFC	
18	19º Simpósio da ANPEPP, online	
19	Abordagens Psicológicas à Ciência Política e Relações Internacionais (USP)	
20	Ecocrítica e Ecologia dos pobres (UFPB)	
21	Educação e saberes ambientais: a construção de outros presentes	
22	A cruel pedagogia do vírus, com Boaventura de Souza Santos	
23	Congresso Internacional Conexões, palestra magna com Edgar Morin	
24	Festival do Conhecimento UFRJ – Universidade Viva	
25	Pandemia e Universidade em Diálogo Internacional	
26	I Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais (UFMG)	
27	I Congresso Internacional de Ciências Sociais Aplicadas (CICSA)	
28	Contributos da análise existencial de Viktor Frankl para o processo de reumanização (UFPB)	
29	As Ciências da Vida e o Mundo Pós Pandemia (Faculdade Alfredo Nasser)	2021
30	Encontro Norte-Nordeste de Psicologia do Esporte, com a coorientação do trabalho apresentado “Sustentabilidade e o sujeito circense: uma análise à luz da Agenda 2030”.	
31	Curso Introdutório de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-ambiente USP	
32	Disciplina de Pós-Graduação do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP	
33	Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade	
34	Encontros Regionais para a construção do Selo ODS IES	
35	Workshop de Interseccionalidades e Transversalidades da Agenda 2030	
36	Palestrante na Jornada 2030 “Educação para sustentabilidade: caminhos possíveis rumo ao horizonte da Agenda 2030”.	
37	Minicurso Entre tramas, círculos e retas: educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável	
38	Grupo de Estudos do Laboratório de Estudo das Relações Humano-Ambientais (LERHA), do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	
39		

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

APÊNDICE B



A ação universitária à luz da Agenda 2030: uma leitura pela lente da Psicologia Ambiental

Autoras: Graciella Faico Ferreira, Elisabeth Oliveira e Marta de Azevedo Irving
Instituição: Programa EICOS/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Agência financiadora: Copes
Contato: graciellafaico@hotmail.com

Problema de Pesquisa

Tendo em vista os desafios da Agenda 2030, pactuada na ONU em 2015, quais seriam as possíveis contribuições das universidades para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) venham a ser internalizados no contexto universitário?

OBJETIVO Refletir sobre caminhos possíveis para a internalização do debate sobre a Agenda 2030 nas universidades.

Justificativa Teórica

A noção de sustentabilidade vem sendo cada vez mais debatida nos diversos campos do conhecimento, dentro os quais a Psicologia Ambiental, fundamentada em uma perspectiva interdisciplinar e na integração teoria-prática. Com base nos estudos sobre a relação entre indivíduo, sociedade e ambiente, esse campo do conhecimento pode contribuir como uma via possível para se refletir sobre os caminhos para a inserção da temática da sustentabilidade nos debates entre os integrantes da comunidade acadêmica.

Relevância Social

Considerando o compromisso das universidades com a geração de conhecimento e o desenvolvimento da sociedade, a Psicologia Ambiental se configura como um campo teórico-metodológico para a promoção de saúde e bem-estar nesses espaços institucionais.

Nesse sentido, a educação acessível, inclusiva e baseada nos princípios da ética socioambiental, constitui um dos alicerces dos ODS, podendo contribuir para o fortalecimento da universidade pública gratuita, democrática e de qualidade, reafirmando, assim, o seu engajamento para a transformação social.

RESULTADOS - O guia "Como começar com os ODS nas universidades" (SDSN, 2017) sugere a adoção de novas ideias e práticas, pautadas nos seguintes itens: ciência da sustentabilidade, abordagens interdisciplinares, abordagens de co-produção, abordagens inclusivas e assessoria política relevante.

- A REDE ODS Universidades Brasil representa uma via possível para adaptar os próximos passos das mudanças em nível local à agenda global (Agenda 2030), em busca de soluções criativas, comprometidas e responsáveis para os desafios contemporâneos no âmbito da educação pública brasileira.

- Envolvimento da comunidade acadêmica (estudantes, professores, técnicos administrativos e terceirizados) no evento da Unicamp, de modo integrativo com os princípios de sustentabilidade social, ambiental e econômica, e com as metas dos ODS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa bibliográfica preliminar para investigar em que medida a Agenda 2030 tem inspirado novas práticas nas universidades brasileiras.

Observação participante do evento para a acolhida de novos estudantes na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em fevereiro de 2019, que teve a Agenda 2030 como inspiração.



Considerações Finais

As premissas defendidas pela Psicologia Ambiental se alinham às que vêm orientando as iniciativas nas universidades brasileiras analisadas, o que, também, estiveram no cerne do evento observado.

A experiência de participação no evento da Unicamp indicou a abordagem dinâmica e transdisciplinar dos ODS por meio de vivências na comunidade acadêmica, possibilitando, dessa forma, a integração de ações que já vinham sendo realizadas na universidade.

Nesse contexto, foi possível observar como as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão alinhadas aos ODS. A vivência também possibilitou ampliar a compreensão sobre como é importante produzir e compartilhar conhecimentos sobre a implementação da Agenda 2030 no ambiente universitário.

Da mesma forma, se compreende como fundamental a criação de espaços para aplicar conceitos, teorias e soluções criativas, assim como a elaboração de um banco de dados de boas práticas, pesquisas e inovações baseadas nos ODS.

Em linhas gerais, se reconhece a importância da permanência dessa temática entre as discussões no campus e ao longo da trajetória acadêmica dos estudantes, independentemente da formação realizada. Dessa forma, tende-se a integrar, transversalmente, os objetivos da Agenda 2030 à capacitação acadêmica e à futura prática profissional.

Por fim, esse exercício preliminar pode indicar o papel da Psicologia Ambiental para orientar novos compartimentos baseados no compromisso de sustentabilidade na comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Maria A. L. (1994) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2000) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2003) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2006) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2009) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2012) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2015) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2018) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.

BRUNO, Maria A. L. (2021) *Psicologia da Educação: Teoria e Prática*. São Paulo: EPU.



APÊNDICE C

Quadro 28: Matriz-Síntese sobre as palestras realizadas no ISOE entre 2012 e 2021

Ano	Título original da palestra	Título em tradução livre	Palestrante
2012 /2013	<i>Nachhaltige Wissensprozesse. Bleibt die Universität ein privilegierter Ort der Wissenschaft?</i>	Processos de conhecimento sustentáveis. A universidade continuará sendo um lugar privilegiado para a ciência?	Prof. Dr. Egon Becker, Goethe-Universität Frankfurt/ISOE
2013 /2014	<i>Was ist – was soll sein. Nachhaltige Wissenschaft und ihre Bezugnahme zur Welt</i>	O que é - o que deveria ser. Ciência sustentável e sua relação com o mundo	Prof. Dr. rer. nat. Heike Egner, Universität Klagenfurt
2014 /2015	<i>Krisendiskurse und Securitization von Wasser: Forschung über gesellschaftliche Naturverhältnisse am Beispiel des Projekts WaterPower</i>	Discursos de crise e securitização da água: pesquisa sobre relações de natureza social usando o exemplo do projeto WaterPower	Prof. Dr. rer.nat. Antje Bruns, Humboldt-Universität zu Berlin
2015 /2016	<i>Transdisziplinäre Forschung in einem neuen Erdzeitalter? Die Debatte um das Anthropozän</i>	Pesquisa transdisciplinar em uma nova era geológica? O Debate Antropoceno	Prof. Dr. Christoph Görg, Alpen-Adria Universität Klagenfurt/Wien/Graz
2016 /2017	<i>Nichtwissen in der Wissensgesellschaft: Zur Rolle von Realexperimenten für eine nachhaltige Entwicklung</i>	Ignorância na sociedade do conhecimento: sobre o papel das experiências reais para o desenvolvimento sustentável	Prof. Dr. Matthias Groß, Helmholtz-Zentrum für Umweltforschung – UFZ
2017 /2018	<i>Social Ecology – Integrative Science for a Complex World</i>	Ecologia Social – Ciência integrativa para um mundo complexo	Prof. Daniel Stokols, University of California, Irvine (USA), Dept. of Psychology and Social Behavior
2018 /2019	<i>Decolonizing Ecology: Umweltgerechtigkeit jenseits dominanter westlicher Naturvorstellungen</i>	Descolonizando a Ecologia: Justiça Ambiental Além dos Conceitos Ocidentais Dominantes da Natureza	Dr. Barbara Muraca, Department of Philosophy, Oregon State University, Oregon (USA)
2019 /2020	<i>Shaping a Better Planet in the Age of Humans</i>	Moldando um planeta melhor na era dos humanos	Erle C. Ellis, Professor für Geografie und Umweltsysteme an der Universität Maryland in Baltimore (USA)
2020 /2021	<i>How to Live Responsibly on a Plastic Planet</i>	Como viver com responsabilidade em um planeta de plástico	Dr. Kim De Wolff, Assistant Professor of Environmental Philosophy, University of North Texas, Denton (USA)

Fonte: Elaborado pela autora (2021), com base em informações do website do ISOE

APÊNDICE D

Quadro 29: Listagem de disciplinas oferecidas pelo *Institute of Social Ecology* (SEC), 2021/2022.

	Período de Inverno 2021/2022	Período de Verão 2022
1	Fronteiras na Ecologia Social e transformações da sustentabilidade	Orientando uma Transição Local das Relações Sociedade-Natureza na ilha de Samothraki (Grécia)
2	Uso de recursos e mercados de recursos	Coragem para se Buscar Sustentabilidade
3	Coragem para se Buscar Sustentabilidade	Sustainicum I. Experimentando e Refletindo sobre Sustentabilidade
4	Sustainicum I. Experimentando e refletindo sustentabilidade	História Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
5	Transformações socioecológica	Ecologia Social: Sustentabilidade das Interações Sociedade-Natureza
6	Política de clima e recursos	Noções básicas de Ecologia Social
7	História ambiental	Métodos de Ecologia Social: Metabolismo Social
8	Ecologia Social e Desenvolvimento Sustentável	Métodos de Ecologia Social: Ciência do Uso do Solo
9	Métodos de Ecologia Social	Métodos de Ecologia Social: Ciências Sociais e Humanas
10	Biomassa e o Sistema Alimentar Global	Uso Sustentável de Recursos
11	Uso da terra e Mudança Global: Interações Socioecológicas	Justiça Ambiental e Climática
12	Modelagem Socioecológica Integrada	Leitura Orientada: Pesquisa Socioecológica de Longo Prazo e História Ambiental
13	Ecologia política do Uso de Recursos	Seminário de Ecologia Social
14	Ecologia Social do Antropoceno	Agricultura e Uso da Terra
15	Pesquisa Socioecológica de Longo Prazo	Biodiversidade e Mudanças no Uso da Terra: Uma Perspectiva Socioecológica
16	Seminário de Doutorado em Ecologia Social I	Jornal Clube T2S II
17	Campos atualmente selecionados da Ecologia Social	Seminário de Doutorado em Ecologia Social II
18	Seminário de pesquisa em Ecologia Social I	Seminário de Pesquisa em Ecologia Social II
19	Elaboração de Projetos Interdisciplinares na Ciência da Sustentabilidade	-

Fonte: *Institute of Social Ecology* (2021), em tradução livre.

APÊNDICE E

Quadro 30: Matérias sobre o contexto da Educação Superior no Brasil, selecionadas para a análise

Ref.	Título da Matéria	Veículo	Data de publicação	Link de acesso à fonte
1	Ideia de universidade para todos não existe', diz ministro da Educação	Valor Econômico	28/01/2019	https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml
2	Vélez é recebido com protesto de estudantes em audiência no Senado	Metrópoles	26/02/2019	https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/velez-e-recebido-com-protesto-de-estudantes-em-audiencia-no-senado
3	Em 4 anos, Brasil reduz investimento em educação em 56%; cortes continuam	UOL	02/05/2019	https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm
4	Punir universidade por conhecimento que não convém ao governo é inconstitucional, diz diretor do Direito da USP	BBC	02/05/2019	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48130548
5	À margem de ideologias, a realidade dos cientistas que tiveram projetos congelados no Brasil	El País	06/05/2019	https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/01/politica/1556673723_670461.html#?prm=copy_link
6	EU + UM + UM + UM+ A responsabilidade de cada um na luta contra a destruição do Brasil	El País	16/05/2019	https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557921007_146962.html#?prm=copy_link
7	Corte ou contingenciamento, quem está certo na guerra de narrativas da educação?	El País	02/06/2019	https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html#?prm=copy_link
8	Quando nem bolsa integral basta para sonho da faculdade: 'Será que vou sobreviver?'	BBC	08/08/2019	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49273096
9	Há mais perguntas que respostas sobre o programa de educação 'Future-se' de Bolsonaro	El País	12/08/2019	https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565582768_087228.html#?prm=copy_link
10	Corte de R\$ 926 milhões na Educação foi para pagar emendas, diz Weintraub	Folha	16/08/2019	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/weintraub-admite-ser-corte-r-926-milhoes-do-orcamento-da-educacao-remanejados-para-pagar-emendas.shtml
11	"Sempre que a ciência for atacada, temos que nos levantar"	Jornal USP	16/08/2019	https://jornal.usp.br/?p=266289
12	Em ofício a Guedes, Ministro da Educação escreve duas vezes 'paralisação' com 'z'	Estadão	29/08/2019	https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,em-oficio-a-guedes-ministro-da-educacao-escreve-duas-vezes-paralisacao-com-z,70002988738

13	Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego	BBC	10/09/2019	https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664
14	Weintraub exige contratação de professor sem concurso e diz que universidades federais têm “politicagem, ideologização e balbúrdia”	Revista Fórum	23/09/2019	https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/weintraub-exige-contratacao-de-professor-sem-concurso-e-diz-que-universidades-federais-tem-politicagem-ideologizacao-e-balburdia/
15	Abraham Weintraub diz que universidades federais têm cracolândia	Carta Capital	23/09/2019	https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/
16	Ministro da Educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC	G1 Globo	24/09/2019	https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml
17	Ministro da Educação imita meme da internet após anúncio de desbloqueio de verba para universidades	O Globo	18/10/2019	https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-da-educacao-imita-meme-da-internet-apos-anuncio-de-desbloqueio-de-verba-para-universidades-1-24027629
18	Docentes da UFG vão ao Supremo contra ministro da Educação	Rede Brasil Atual	25/11/2019	https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/11/docentes-ufg-stf-abraham-weintraub/
19	Relatório denuncia perseguição a acadêmicos e universidades no mundo, com destaque inédito ao Brasil	BBC	10/12/2019	https://www.bbc.com/portuguese/geral-50695248
20	Ministro da Educação reafirma que há plantações de maconha nas universidades	Agência Câmara de Notícias	11/12/2019	https://www.camara.leg.br/noticias/625418-ministro-da-educacao-reafirma-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/
21	Sandices de Weintraub abrem as portas para invasão por universidades estrangeiras, diz ex-Reitor da UFABC	The Intercept Brasil	23/12/2019	https://theintercept.com/2019/12/23/weintraub-abre-portas-universidades-estrangeiras-luiz-bevilacqua/?fbclid=IwAR1YfDxlBymH1KXy1xhLB0wvssM49tjm9gojioqBGWm7UmciKn1wK29wZPQ
22	Governo extingue 27,5 mil cargos e veda concurso a 68 profissões em universidades	Istoé Dinheiro	23/12/2019	https://www.istoedinheiro.com.br/governo-extingue-275-mil-cargos-e-veda-concurso-a-68-profissoes-em-universidades/
23	Bolsonaro impõe novas regras para escolha de reitores de universidades federais	UOL	25/12/2019	https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2019/12/25/bolsonaro-impoe-novas-regras-para-escolha-de-reitores-de-universidades-federais.htm
24	Depois de ‘paralização’ e ‘suspensão’, Weintraub escreve ‘imprecionante’	Veja	09/01/2020	https://veja.abril.com.br/politica/depois-de-paralizacao-e-suspensao-weintraub-escreve-imprecionante/
25	Ministério da Educação limita viagens a eventos, e pesquisadores veem ameaça à ciência nacional	BBC	31/01/2020	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51320027
26	Ministro da Educação volta a errar no português em tuíte	Istoé	17/02/2020	https://istoe.com.br/ministro-da-educacao-volta-a-errar-no-portugues-em-

				tuite/
27	'Qual seu estado?', pergunta Weintraub a internauta de Belo Horizonte	Correio Braziliense	27/02/2020	https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/27/inter_na_politica.830794/qual-seu-estado-pergunta-weintraub-a-internauta-de-belo-horizont.shtml
28	STF abre inquérito contra ministro da Educação por suposto racismo	Agência Brasil (EBC)	29/04/2020	https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-04/stf-abre-inquerito-contra-ministro-da-educacao-por-suposto-racismo
29	Universidades brasileiras ficam fora do top 100 de lista de melhores do mundo	BBC	11/06/2020	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53009650
30	Em vídeo ao lado de Bolsonaro, ministro Abraham Weintraub, da Educação, anuncia saída do cargo	G1	18/06/2020	https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/18/ministro-da-educacao-abraham-weintraub-anuncia-saida-do-cargo-em-video-com-bolsonaro.ghtml
31	Ministro Decotelli cai por maquiagem currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação	El País	30/06/2020	https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiagem-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html#?prm=copy_link
32	Brasil domina <i>ranking</i> de faculdades latino-americanas, mas fica fora do topo	BBC	07/07/2020	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53321468
33	USP lidera 52 brasileiras em <i>ranking</i> global de universidades, mas distante de 'pelotão de elite'	BBC	02/09/2020	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54001382
34	Meu pai foi um dos únicos pretos na escola de Medicina; 32 anos depois, minha formatura foi igual'	BBC	09/09/2020	https://www.bbc.com/portuguese/geral-54082443
35	Universidades federais, que podem perder recursos em 2021, são responsáveis por quase 70% das notas máximas no Enade	G1	20/10/2020	https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/20/universidades-federais-que-podem-perder-recursos-em-2021-sao-responsaveis-por-quase-70percent-das-notas-maximas-no-enade.ghtml
36	Ciência brasileira sofre com cortes de verbas e encara cenário dramático para pesquisas em 2021	El País	30/12/2020	https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-31/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021.html#?prm=copy_link
37	As universidades federais e a superação da pandemia	UFRJ	12/01/2021	https://ufrj.br/2021/01/as-universidades-federais-e-a-superacao-da-pandemia/?fbclid=IwAR0MJJdNaeAcSDvRyxA4h05VdsN6PuLP0F3E7FYAAHnTLUR9E6O0Xzb9z0E
38	Organizada por universitários, revista "Balbúrdia" divulga ensino de ciências	Jornal USP	04/03/2021	https://jornal.usp.br/universidade/organizada-por-universitarios-revista-balburdia-divulga-ensino-de-ciencias/?fbclid=IwAR0XrBo9C4CxIFVzI9IiTvbl-QOelyxg7us_Dkgqrls4ntTHgUIu0WYHU9Q
39	Dossiê faz radiografia da militarização do governo e das	Carta	31/03/2021	https://www.cartacapital.com.br/politica/dossie-faz-radiografia-da-

	intervenções nas universidades	Capital		militarizacao-do-governo-e-das-intervencoes-nas-universidades/#.YGUeOC_Hz1M.whatsapp
40	MPF processa Weintraub por dizer que há “Cracolândia” em universidades	Metropoles	22/04/2021	https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/mpf-processa-weintraub-por-dizer-que-ha-cracolandia-em-universidades
41	Educação é a área mais atingida pelos cortes orçamentários de Bolsonaro	Rede Brasil Atual	23/04/2021	https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/04/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes-orcamentarios-de-bolsonaro/
42	Universidade pública não é negócio	Jornal da Ciência	26/04/2021	http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/28-universidade-publica-nao-e-negocio/
43	O avanço do bolsonarismo nas universidades	Jacobin Brasil	06/05/2021	https://jacobin.com.br/2021/05/o-avanco-do-bolsonarismo-nas-universidades/
44	Universidade fica inviável	O Globo	06/05/2021	https://blogs.oglobo.globo.com/opinioa/post/universidade-fica-inviavel.html
45	Em artigo no Globo, reitora e vice-reitor denunciam que governo inviabilizará a Universidade	UFRJ Médium	06/05/2021	https://ufrjoficial.medium.com/em-artigo-no-globo-reitora-e-vice-reitor-denunciam-que-governo-inviabilizar%C3%A1-a-universidade-10477bb47bd7
46	Ciência e tecnologia acabaram': em 11 anos, orçamento do MEC para as universidades federais cai 37%	G1	12/05/2021	https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/12/ciencia-e-tecnologia-acabaram-em-11-anos-orcamento-do-mec-para-as-universidades-federais-cai-37percent.ghtml
47	Comissão debate corte no orçamento das universidades públicas; acompanhe	Agência Câmara de Notícias	04/05/2021	https://www.camara.leg.br/noticias/765889-comissao-debate-corte-no-orcamento-das-universidades-publicas-acompanhe/
48	Ajude a mapear a perseguição política nas universidades brasileiras	Pública	17/05/2021	https://apublica.org/2021/06/ajude-a-mapear-a-perseguciao-politica-nas-universidades-brasileiras/
49	Roberto Leher: o orçamento das universidades federais e a perigosa combinação de neoliberalismo e neofascismo	Esquerda Online	29/06/2021	https://esquerdaonline.com.br/2021/06/29/roberto-leher-o-orcamento-das-universidades-federais-e-a-perigosa-combinacao-de-neoliberalismo-e-neofascismo/
50	As melhores universidades do Brasil, segundo <i>ranking</i> britânico	BBC	13/07/2021	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57812736
51	Não há meritocracia sem direitos iguais': o desabafo do jovem que ficou famoso ao passar em Medicina estudando sem luz elétrica	BBC	28/07/2021	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57993149
52	Enem: o que explica menor número de inscritos na prova em mais de uma década	BBC	02/08/2021	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58021267
53	O (surpreendentemente?) baixo custo de uma boa universidade	Jornal	03/08/2021	https://jornal.usp.br/?p=441488

	pública	USP		
54	'Apagão na ciência' deixa cientistas sem "documento de identidade"	El País	04/08/2021	https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-04/apagao-na-ciencia-deixa-cientistas-sem-documento-de-identidade.html#?prm=copy_link
55	Quando um engenheiro trabalha como Uber, é preciso melhorar a economia e não fechar universidades	Jornal USP	17/08/2021	https://jornal.usp.br/radio-usp/quando-um-engenheiro-trabalha-como-uber-e-preciso-melhor-a-economia-e-nao-fechar-universidades/
56	Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação e entenda por que elas foram questionadas	G1 Globo	23/08/2021	https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/23/milton-ribeiro-veja-frases-do-ministro-da-educacao-e-entenda-por-que-elas-foram-questionadas.ghtml
57	Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'	G1	10/10/2021	https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml
58	Ministro da Educação defende universidade 'para poucos': "Tem muito engenheiro dirigindo Uber"	Carta Capital	10/10/2021	https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/ministro-da-educacao-defende-universidade-para-poucos-tem-muito-engenheiro-dirigindo-uber/
59	É preciso resistir ao plano de elitização da universidade pública	Carta Capital	13/10/2021	https://www.cartacapital.com.br/opinioao/e-preciso-resistir-ao-plano-de-elitizacao-da-universidade-publica/
60	CCT vai debater corte de R\$ 600 milhões no orçamento da Ciência e Tecnologia	Senado Notícias	21/10/2021	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/21/cct-vai-debater-corte-de-r-600-milhoes-no-orcamento-da-ciencia-e-tecnologia
61	As 2 únicas universidades brasileiras em <i>ranking</i> de reputação global	BBC	27/10/2021	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59045371
62	Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos.	Extra Classe	11/11/2021	https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/11/educacao-publica-perdeu-quase-40-do-orcamento-em-seis-anos/
63	'Ou ia pra aula ou comia': como insegurança alimentar está prejudicando universitários brasileiros	BBC	23/11/2021	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59256787
64	Ministro da Educação diz em áudio que, a pedido de Bolsonaro, repassa verba a municípios indicados por pastores	G1	22/03/2022	https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/22/ministro-diz-em-audio-que-a-pedido-de-bolsonaro-repassa-verba-a-municipios-indicados-por-pastores.ghtml
65	O bolsolão do MEC virou o maior escândalo de corrupção do governo Bolsonaro	Istoé	25/03/2022	https://istoe.com.br/o-mensalao-de-escandalo-bolsonaro/
66	Ministro da Educação pede demissão diante de escândalo de corrupção com pastores	Revista Fórum	28/03/2022	https://revistaforum.com.br/politica/2022/3/28/ministro-da-educacao-pede-demisso-diante-de-escandalo-de-corrupo-com-pastores-112178.html
67	PF abre investigação preliminar sobre tiro acidental disparado por Milton Ribeiro no aeroporto de Brasília	G1	26/04/2022	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/04/26/pf-abre-investigacao-preliminar-sobre-tiro-acidental-disparado-por-milton-ribeiro-no-aeroporto-de-brasilia.ghtml
68	Bolsolão do MEC: o esquema que pode custar a reeleição e dar	The	25/06/2022	https://theintercept.com/2022/06/25/bolsolao-do-mec-milton-ribeiro-

	cadeia	Intercept		bolsonaro-reeleicao-cadeia/
69	Grandes polêmicas e validade curta: os cinco ministros da educação de Bolsonaro. Congresso em Foco	UOL	26/06/2022	https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/grandes-polemicas-e-validade-curta-os-cinco-ministros-da-educacao-de-bolsonaro/
70	Universidade brasileira sob ataque contínuo preocupa entidades internacionais	Le Monde Diplomatique	23/07/2022	https://diplomatie.org.br/universidade-brasileira-sob-ataque-continuo-preocupa-entidades-internacionais/

Fonte: Elaborado pela Autora (2022)

APÊNDICE F

Quadro 31: Marcos da UFRJ: “pré-história”, antecedentes e decretos de organização da instituição

Ano	Documentos ou datas	Referência
1792	Inauguração do Ensino Superior de Engenharia no Brasil, com estatutos aprovados em 17 de dezembro de 1792.	Criação da <i>Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho</i> , sucedendo a antiga Aula de Fortificação do Rio de Janeiro (criada em 1699). A Real Academia passou a ter o caráter de um instituto de ensino superior, com organização comparável aos cursos da época, localizada na Casa do Trem, onde é, atualmente o Museu Histórico Nacional.
1808	Criada por Carta Régia, assinada em 5 de novembro de 1808	Criação da <i>Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia</i> , instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo.
1810	Criada pela Carta Régia assinada em 4 de dezembro de 1810.	A <i>Academia Real Militar</i> substituiu a <i>Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho</i> , sendo transferida, em 1812, para o Largo de São Francisco de Paula, onde é atualmente o IFCS.
1813	1º de abril de 1813	Criação da <i>Academia Médico-Cirúrgica</i> no Rio de Janeiro, substituindo a <i>Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia</i> . Mas apenas em 1826 foi autorizada a emissão de diplomas e certificados para os médicos que faziam o curso no Brasil.
1832	Lei de 3 de outubro de 1832	Transformação das Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e Salvador em Escolas ou Faculdades de Medicina.
1856		Transferência da Faculdade de Medicina para o prédio do Recolhimento das Órfãs, na Rua Santa Luzia, ao lado da Santa Casa de Misericórdia. Funcionando nesse local até 1918, esse prédio passou a chamar-se Instituto Anatômico, oferecendo disciplinas até a década de 1960.
1891		Criação da Faculdade de Direito, criada pela fusão das já existentes Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Faculdade Livre de Direito da Capital Federal.
1918	12 de outubro de 1918	Inauguração do prédio da Faculdade de Medicina, na Praia Vermelha. Vale ressaltar que o prédio foi demolido em 1975, por força do arbítrio do Regime Militar (Governo Médici).
1920	Decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920	“Institui a Universidade do Rio de Janeiro”. Art. 1º Ficam reunidas, em “Universidade do Rio de Janeiro”, a Escola Polytechica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.
1937	Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937	“Organiza a Universidade do Brasil”. Reorganização e a mudança de nome da instituição.
1945	Decreto-Lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945	“Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências”.
1965		A Universidade do Brasil passou a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
1973		Transferência da Faculdade de Medicina, da Praia Vermelha para o Campus da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.
1978	1º de março de 1978	Inauguração do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho

Fonte: Elaborado pela autora, com base em UFRJ (2020), POLI (online, <http://poli.ufrj.br/a-politecnica/historia/>), (ARQUIVO NACIONAL, 2020, online) <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar>, (MEDICINA, online) <https://www.medicina.ufrj.br/pt/conteudos/paginas/historia/principal>

APÊNDICE G

Quadro 32: Atividades desenvolvidas no âmbito do GT2 PD UFRJ 2030

DATA	APRESENTAÇÃO/ATIVIDADE
19/06/2020	Evento do Fórum Ambiental: 1. Suas principais ações (ACC - atividades de extensão para atender soluções ambientais e Plano de logística Sustentável).
	2. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o CT
	3. Projeto CirculaCT
24/06/2020	Apresentação sobre o PDAP (Plano Diretor Ambiental e Paisagístico da Cidade Universitária)
	Apresentação Parque da Orla da ilha do Fundão
01/07/2020	Confirmação do núcleo duro do GT2
	Apresentação sobre a situação física dos espaços atuais do Campus Macaé
	Apresentação do projeto Orla do Parque
	Interesse do Instituto de Biologia para os projetos do Catalão
08/07/2020	Apresentação sobre o histórico de ações realizadas no Parque do Catalão
15/07/2020	Apresentação do PDAP
	Apresentação sobre atividades, metodologias e projetos do NIDES
22/07/2020	Apresentação do projeto Parque da Orla
29/07/2020	Apresentação a tabela de matrizes com temas, objetivos e princípios norteadores do GT2
	Apresentação do projeto Orla sem lixo
05/08/2020	Debate sobre as matrizes, próximos encaminhamentos (Insumos) e princípios norteadores socioambientais
12/08/2020	Apresentação referente a infraestrutura de saneamento e energia da Cidade Universitária
19/08/2020	Apresentação sobre projeto de eficiência energética do Fundo Verde (CT)
	Apresentação sobre alguns projetos em que o Fundo Verde vem atuando
26/08/2020	Apresentação do projeto de geração de energia solar para a Ilha do Fundão (LABCAD)
09/09/2020	Apresentação em questões referentes a reciclagem de Resíduos Sólidos
	Apresentação das ações da Prefeitura Universitária no manejo de resíduos sólidos.
16/09/2020	Apresentação da experimentação com dados de infraestrutura georeferenciados da Cidade Universitária
	Continuação da discussão para perguntas sobre a apresentação das ações da Prefeitura Universitária no manejo de resíduos sólidos.
23/09/2020	Apresentação sobre Fórum Ambiental da UFRJ. Câmara de Resíduos e Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
30/09/2020	Apresentação sobre ações realizadas pelo Parque tecnológico e as informações coletadas em relação aos limites do Parque do Catalão.
07/10/2020	Apresentação sobre questões de saneamento e resíduos sólidos
14/10/2020	Apresentação sobre os projetos do DRHIMA
	Apresentação Reciclagem de plásticos laboratório NERDES.

21/10/2020	Reunião operacional sobre a estrutura do Caderno de Análises e Sínteses
04/11/2020	Unidade isolada Estação Biológica Santa Lúcia (ES)
11/11/2020	Unidade isolada Casa de Pedra - Polo de Santana do Cariri (CE)
18/11/2020	Primeira Fase do Plano de Controle Redução de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade Universitária - no GT1
02/12/2020	Horto Botânico e os Jardins do Palácio do Museu.
09/12/2020	Apresentação de Leila Sales sobre sua pesquisa de mestrado envolvendo a infraestrutura de saneamento na Ilha do Fundão e Ilha do Governador
16/12/2020	Discussões sobre a infraestrutura de água e esgoto e drenagem
13/01/2021	Centro de Tratamento de Resíduos Orgânicos - EcoParque Caju (COMLURB)
27/01/2021	Horto da UFRJ e ações de reciclagem já empreendidas.
03/02/2021	Incompatibilidades do uso e ocupação dos espaços livres com questões ambientais.
24/02/2021	Questionário on-line que o PD2030/ 1ª semana PD2030 / Objetivos do GT2
03/03/2021	Avaliação do questionário/ Geoportal do PD2030 em construção
10/03/2021	Geoportal do PD2030 em construção
17/03/2021	FAU - projetos de Roberto Burle Marx para a Cidade Universitária.
07/04/2021	Reunião técnica conjunta GT2 + GT1, PU e PR6. Análise do caso do CEPEL na Cidade Universitária
14/04/2021	Reunião técnica conjunta GT2 + GT1, PU e PR6. Análise do caso do CEPEL na Cidade Universitária
28/04/2021	Comunidades de pesca no entorno da Ilha
05/05/2021	Apresentação de TCC: pátio-escola de compostagem para a Ilha do Fundão
12/05/2021	Unidade de reciclagem de lixo instalada na área do Hangar
02/06/2021	Apresentação da Rede de Agroecologia da UFRJ
09/06/2021	Apresentação Biodigestor como alternativa na gestão de resíduos orgânicos
16/06/2021	Gerenciamento de resíduos eletroeletrônicos – CETEM
23/06/2021	Sumário do Relatório de Análise e Síntese
07/07/2021	Ações do Plano de Logística Sustentável
21/07/2021	Andamento do diagnóstico
04/08/2021	1. Qualidade do ar na UFRJ. 2. Atividades do Fundo Verde
18/08/2021	Manguezais no entorno do fundão
01/09/2021	Andamento do diagnóstico
22/09/2021	Usina Verde
29/09/2021	1.Qualidade da água: Análises microbiológicas das praias do Fundão 2.Campus como laboratório vivo
06/10/2021	Discussão sobre o diagnóstico do GT2
13/10/2021	Participação no Evento Escutas Plurais PD 2030
20/10/2021	Discussão sobre o diagnóstico do GT2
24/11/2021	Discussão sobre o diagnóstico do GT2

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base nos documentos do GT2 PD 2030.

APÊNDICE E

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE)

Informações às/aos participantes

Você está sendo convidada/o a participar de uma breve entrevista, para contribuir com a pesquisa **“CULTIVANDO AMANHÃS DESEJÁVEIS NAS UNIVERSIDADES: Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental para regenerar sustentabilidades na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”**, desenvolvida por Graciella Faico Ferreira, vinculada ao doutorado do Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Antes de decidir sobre a sua participação, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Vale ressaltar que, por conta das medidas de segurança decorrentes da Pandemia da Covid-19, a entrevista será realizada em um ambiente virtual, e a concordância em participar da pesquisa será feita de maneira remota, por meio deste formulário online, sendo de fundamental importância que, caso aceite participar, guarde em seus arquivos uma cópia deste documento eletrônico que receberá em seu e-mail. Por favor, reserve um tempo para ler, cuidadosamente, as informações a seguir e, caso queira mais informações, envie suas perguntas para o contato disponível no final deste Formulário. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa, mas, caso concorde, a sua anuência será considerada no momento em que você enviar este formulário eletrônico. Ainda assim, você tem o direito de não responder a qualquer questão durante a entrevista, sem a necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

1) O que é o projeto?

Inserido no campo das Ciências Humanas e Sociais, e delineado como uma pesquisa qualitativa, o projeto consiste em identificar a percepção de representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre a noção de sustentabilidade no ambiente universitário, tendo como horizonte a Agenda 2030. A pesquisa visa, ainda, apreender os desejos de interlocutoras/es sobre os rumos para a instituição, identificando os obstáculos e investigando os caminhos possíveis para a promoção de práticas sustentáveis no contexto das universidades brasileiras, e suas perspectivas de futuro.

2) Qual é o objetivo do estudo?

A pesquisa tem como objetivo investigar as trilhas de sustentabilidade para as Instituições de Ensino Superior (IES), a partir do campo da Ecologia Social, de modo a orientar projeções de caminhos desejáveis para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considerando o horizonte da Agenda 2030 no contexto da Década da Ação. Entre outras atividades, pretendemos realizar entrevistas com representantes da UFRJ, de modo a investigar suas perspectivas sobre o papel das universidades brasileiras para a imaginação de outros mundos possíveis.

3) Por que eu fui escolhida/o?

A sua contribuição, como integrante da comunidade acadêmica, será fundamental para a compreensão dos objetivos do estudo, considerando a sua atuação em iniciativas relacionadas ao planejamento da instituição e ao seu interesse na temática da sustentabilidade. Assim, essa investigação será conduzida a partir da realização de uma entrevista online, buscando discutir questões relacionadas ao tema da pesquisa, ou seja, sustentabilidade em universidades brasileiras e a construção de futuros desejáveis.

4) Eu tenho que participar?

A sua participação na pesquisa é voluntária, conforme desejo e autorização. Se decidir participar, você deverá clicar no botão “Enviar” ao final deste formulário, e guardar a confirmação desta assinatura eletrônica, que receberá imediatamente em seu e-mail. É importante mencionar que, mesmo que decida participar, você ainda tem a liberdade de se retirar a qualquer momento, sem justificativa alguma. Isso não afetará a sua participação

em demais atividades e nem causará nenhum prejuízo, e caso ocorra, você receberá uma resposta de ciência de seu interesse em retirar o consentimento em participar da pesquisa.

5) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Caso aceite participar da pesquisa, você receberá um convite individual para a realização de uma entrevista por videochamada, para responder a algumas perguntas, compartilhando as suas vivências, ciente de que não existem respostas corretas ou incorretas, pois o objetivo é compartilhar a sua experiência pessoal. Os tópicos abordados no roteiro de entrevista estão relacionados à sua percepção sobre a universidade, sobre a temática da sustentabilidade, sobre a relação com a sociedade, além de projeções de futuro para a instituição. A entrevista será realizada com privacidade, por meio da plataforma de sua preferência (*Zoom* ou *Google Meet*), e caso permita, a ela será gravada, para posterior transcrição. Somente a pesquisadora e suas orientadoras terão acesso aos seus dados, que serão analisadas em conjunto com outras fontes de informações para compor a tese de doutorado.

6) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Serão exigidos apenas os equipamentos necessários para a chamada de vídeo e a conexão de internet, além do desejo de contribuir com a pesquisa, por meio da disponibilidade de tempo para a realização da entrevista, que terá a duração de aproximadamente uma hora.

7) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Apenas o custo com a sua internet para a transmissão de dados.

8) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

De acordo com as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Desta forma, existem eventuais riscos que você pode vir a ter, como desconforto, constrangimento, entre outros sentimentos desagradáveis. Caso seja identificada alguma situação incômoda, ou havendo qualquer outra necessidade, a entrevista poderá ser interrompida. Ainda existem os riscos característicos das atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas, conforme orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual, do CNS. Mas serão tomadas todas as medidas possíveis para assegurar a confidencialidade dos dados e evitar potenciais riscos de violação, como a inserção de senhas para abrir a pasta onde ficarão arquivadas as suas informações.

9) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Entre os possíveis benefícios em participar da pesquisa, a entrevista poderá viabilizar a realização de uma reflexão mais aprofundada, possibilitando uma elaboração sobre a sua identificação com a temática da sustentabilidade, além de um resgate histórico sobre as suas raízes e as suas vivências na universidade. E ainda, possibilitar o acesso a emoções positivas, ao estimular a imaginação de utopias desejáveis. A pesquisa pode contribuir, também, para os estudos que envolvem o centenário da UFRJ e as suas projeções de futuro, bem como para a territorialização da Agenda 2030 na instituição. Outra contribuição está relacionada à ampliação do debate sobre sustentabilidade nas universidades brasileiras, tema cada vez mais relevante e necessário em um contexto de crise civilizatória, visando à construção de novos caminhos para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

10) O que acontece quando o estudo termina?

Os resultados serão divulgados em eventos acadêmicos, em artigos científicos e na tese, propriamente dita. Ao final da pesquisa, uma cópia impressa da tese de doutorado ficará arquivada no Programa EICOS/UFRJ, e cópias digitais serão disponibilizadas na página oficial do referido programa de pós-graduação, e em bibliotecas da UFRJ. A versão digital ficará disponível, ainda, na página pessoal do portal Academia.edu do Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS) e na página pessoal da pesquisadora responsável. Também estão previstos encontros para a restituição da pesquisa, dirigidos ao público participante para a devolução dos resultados.

11) E se algo der errado?

Você receberá uma cópia deste termo por e-mail, constando o contato pessoal da pesquisadora e do Programa de Pós-Graduação a que está vinculada, que podem ser usados para solicitar informações ou para dirimir possíveis dúvidas relacionadas ao estudo, ou ainda, se desejar cancelar a sua participação na pesquisa. Caso não se sinta confortável, você terá plena liberdade para recusar-se a participar da pesquisa, ou para retirar o seu consentimento durante todas as fases do projeto, sem qualquer prejuízo ou justificativa. Também consta no presente termo o contato do Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH da UFRJ, que pode ser acionado caso você tenha alguma reclamação ou denúncia sobre a pesquisa. Vale ressaltar que a pesquisa apenas será realizada com o consentimento das pessoas envolvidas.

12) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Sua identidade será mantida em sigilo, a menos que você expresse claramente que prefere sair do anonimato, oficializando este posicionamento em documentos cabíveis. Caso contrário, qualquer dado que possa identificar a sua participação será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. Todos os dados (gravações de entrevistas, áudios, transcrições, anotações e imagens) serão guardados com senhas e verificação em duas etapas, para garantir a máxima segurança das informações. Apenas a pesquisadora e as orientadoras terão acesso a esses dados. Uma vez que o estudo esteja concluído, você poderá ter acesso aos resultados.

13) Remunerações financeiras

Nenhum incentivo está previsto pela sua participação nesta pesquisa, e nem recompensa financeira alguma.

Agradeço por ler estas informações até aqui. Se desejar participar deste estudo, e estiver de acordo com os termos deste RCLE, clique em todos os botões das afirmativas abaixo. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página em seu navegador de internet.

- 1 - Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.
- 2 - Entendo que a minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.
- 3 - Declaro que recebi uma explicação satisfatória sobre a pesquisa e sobre os seus objetivos, e concordo em participar da entrevista.
- 4 - Considerando o contexto de pandemia da Covid-19, estou de acordo em assinar, de maneira remota, o presente Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), por meio deste Formulário online.

Informações Pessoais:

Por favor, escreva seu nome completo: _____ e-mail: _____

Para ficar registrado o dia do seu "aceite", por favor, informe a data de hoje: ____/____/____

Caso se sinta à vontade, por favor, me informe o número de seu telefone/celular (preenchimento opcional), caso seja necessário para possíveis contatos para o agendamento da entrevista: _____
(preenchimento não obrigatório)

Preferência para vídeochamada: Zoom Google Meet

Contato para informações adicionais:

O Comitê de Ética em Pesquisa é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos das/os participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

Agradeço por ler as informações até aqui! Ao enviar este formulário, você receberá uma via no e-mail cadastrado durante o preenchimento deste formulário. Para a sua própria garantia, você deverá guardar este documento eletrônico. Caso não receba esta confirmação em sua caixa de entrada ou spam, por favor, entre em contato com graciella@ufrj.br para que possamos recuperar este documento e você possa arquivar a sua via.

Versão do RCLE online disponível no link <https://forms.gle/jaNra7m4A7Wdj5iT7>

APÊNDICE E

Roteiro de entrevista semiestruturada da pesquisa “CULTIVANDO AMANHÃS DESEJÁVEIS NAS UNIVERSIDADES: Da Ecologia Social à Psicologia Ambiental para regenerar sustentabilidades na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).”

Data e local de realização: _____ Horário e duração: _____

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Gênero:

Idade:

Tempo na UFRJ:

Vínculo: Docente () Técnico-administrativo ()

Outro () Especifique: _____

Área de Formação acadêmica:

Área de Atuação profissional:

Titulação:

Tempo na instituição:

Local de atuação:

Grupos ou redes de pesquisa que participa, dentro ou fora da academia:

Participa de algum movimento social:

- 1) Em primeiro lugar, para contextualizar, você poderia contar um pouco sobre como você chegou na UFRJ? Como foi sua história até aqui?
- 2) O que é sustentabilidade para você? (Qual o significado de sustentabilidade para você? O que você entende por sustentabilidade?)
- 3) Para você, existe um compromisso de sustentabilidade na UFRJ? De que forma a instituição está comprometida com essa práxis? (Na sua opinião, como se expressa o compromisso de sustentabilidade na UFRJ?)
- 4) Você já ouviu falar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sobre a Agenda 2030?
- 5) Você acha que a UFRJ pode contribuir para alcançar esses Objetivos? De que forma? Quais os caminhos a serem adotados pela UFRJ para o cumprimento dos ODS no âmbito da Agenda 2030?
- 6) Quais são os desafios que dificultam a UFRJ a seguir em um caminho de sustentabilidade, considerando as demandas da próxima década?
- 7) Se tudo fosse possível, como você imaginaria uma UFRJ sustentável?
- 8) Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre o tema em foco?

APÊNDICE F

Perfil das/os entrevistadas/os

Entrevistadas/os	Perfil
 <p data-bbox="357 669 453 696">Angélica</p>	<p data-bbox="608 416 1358 714">Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com Mestrado e Doutorado em Ciências, pelo programa Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, da Universidade Estadual de Maringá. Desde 2006, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (NUPEM/UFRJ) e docente nos programas de pós-graduação em Ecologia (PPGE/UFRJ no campus do Fundão) e Ciências Ambientais e Conservação (PPG-CiAC/UFRJ no Instituto NUPEM). Desde janeiro de 2021, passei a responder pela coordenação do PPG-CiAC.</p>
 <p data-bbox="363 934 446 960">Antúrio</p>	<p data-bbox="608 723 1358 987">Graduação em Design Industrial pela EBA/UFRJ (1988), mestrado em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ (1995), doutorado em Engenharia Civil pela COPPE/UFRJ (2007), mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação, pelo INPI (2013) e pós-doutorado em Engenharia Econômica e Ambiental, pela PEP/COPPE/UFRJ. Atualmente é Design Manager na PR-2 da UFRJ e Professor Titular da ESPM/RJ, professor Visitante da FGV/RJ. Pesquisador Associado no LabFuzzy da PEP/COPPE/UFRJ.</p>
 <p data-bbox="363 1218 446 1245">Azaleia</p>	<p data-bbox="608 999 1358 1240">Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestra em História Comparada e Bacharel e Licenciada em História pela mesma instituição. Servidora estatutária na UFRJ, lotada na Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, exercendo Função Gratificada de Coordenadora do Núcleo de Apoio a Políticas de Pós-graduação e Pesquisa (NAPs). É membro suplente do Conselho de Relações Internacionais da UFRJ.</p>
 <p data-bbox="373 1487 437 1514">Daisy</p>	<p data-bbox="608 1249 1358 1496">Graduada em Medicina pela UFRJ, com mestrado em Ciências Biológicas e doutorado em Ciências pela mesma instituição. cursou o doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (IE-UFRJ). É Professora Associada da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como Coordenadora de Inovação do Centro de Ciências da Saúde, no Comitê de Inovação e como coordenadora do Programa de Gestão de Indicadores de Desempenho da Pro-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ.</p>
 <p data-bbox="363 1767 446 1794">Alisson</p>	<p data-bbox="608 1514 1358 1756">Graduação em Engenharia Civil pela UFPE, mestrado e doutorado em Engenharia Civil pela UFRJ. É professor da UFRJ, atuando no Departamento de Estruturas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Atua como Professor Convidado no Programa de Engenharia Civil da COPPE/UFRJ coorientando pesquisas de mestrado e doutorado e lecionando disciplinas. Foi Vice Decano do Centro de Letras e Artes em 2020. Atualmente é Coordenador do Escritório de Planejamento de Manutenção do CLA.</p>
 <p data-bbox="357 2031 453 2058">Açucena</p>	<p data-bbox="608 1798 1358 2040">Professora Associada do Instituto Coppead de Administração da UFRJ e Coordenadora adjunta do Centro de Estudos em Negócios Internacionais e membro do Grupo de Pesquisa em Smart Cities na mesma instituição. É Superintendente Acadêmica de Pesquisa da Pró-reitoria de Pós Graduação e Pesquisa da UFRJ. É doutora e mestre em Ciência Política pela USP e graduada em Ciências Sociais pela Unesp. Integra o Conselho de Relações Internacionais e Câmara Técnica de Ética em Pesquisa (CTEP-CEPG) ambos da UFRJ.</p>

 <p>Gerânio</p>	<p>Engenheiro Florestal pela Universidade de Brasília (1986) e Ph.D. em Ecologia pela Universidade de St. Andrews, Escócia (1992). Realizou estágio pós-doutoral no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. É Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (desde 1993) e Catedrático da Cátedra João Barbosa Rodrigues de Futuros Regenerativos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. Foi Coordenador da Área de Ecologia e Meio Ambiente na CAPES/MEC, foi autor principal dos Painéis Brasileiro (PBMC), e Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e autor coordenador para o Painel Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ambientais (IPBES). Foi cofundador e coordenador geral da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES). Pertenceu ao quadro de líderes da ONG <i>Conservation International</i>, onde foi Diretor Executivo para o Brasil e Vice-Presidente Senior para as Américas. Foi Diretor Executivo da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.</p>
 <p>Hortênsia</p>	<p>Doutora em Engenharia Oceânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio na Universidade da Florida onde especializou-se em dinâmica dos sedimentos coesivos. Professora Titular da UFRJ, Coordenadora de projetos de cooperação internacional, como o Projeto Cassino, no RS, com participação de diversas instituições brasileiras e estrangeiras. Coordena a implantação do Curso de graduação em Engenharia Costeira e Oceânica no recém iniciado Campus de Salinópolis, da UFPA.</p>
 <p>Ivy</p>	<p>Professora Titular do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IQ-UFRJ). Graduada em Engenharia Química (1981), Mestre em Ciências – Físico-Química pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA (1985), Doutora em Ciências – Físico Química pela McMaster University e Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). É docente do Programa de Pós-Graduação em Química e do Programa em Ensino de Química, ambos do IQ-UFRJ.</p>
 <p>Jasmin</p>	<p>Doutora em Urbanismo pela UFRJ e Mestre em Urbanismo pela mesma instituição, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ. Foi professora substituta da FAU/ UFRJ, ministrando aulas de Projeto Urbano 1, Urbanismo e Meio Ambiente, Análise da Forma Urbana e da Paisagem 2, disciplinas do DPUR Departamento de Arquitetura e Meio Ambiente. Atualmente é arquiteta e urbanista da UFRJ e trabalha no Escritório Técnico da Universidade na elaboração do plano diretor da instituição.</p>
 <p>Lírio</p>	<p>Graduado em Arquitetura com ênfase em Urbanismo pela UFRJ, com especialização em Logística e mestrado em Engenharia de Transportes pela mesma instituição. Ocupou o cargo de vice-prefeito de no Campus Cidade Universitária entre 2004 e 2012. Atuou como Chefe de Serviços de Manutenção de Ciências Humanas e também atuou como gerente executivo de projetos de arquitetura no Grupo de Manutenção e Desenvolvimento / UFRJ.</p>

 <p>Lis</p>	<p>Arquiteta e Urbanista, Mestre em Artes Visuais e Doutora em Urbanismo pela UFRJ, com Estágio Doutoral em Projeto Urbano e Arquitetônico e pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. É Professora Associada da UFRJ, lecionando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Urbanismo e integrando, como pesquisadora permanente, o Pós-Doutorado do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Faculdade de Letras.</p>
 <p>Margarida</p>	<p>Bacharel em Matemática pela UFRJ, mestrado e doutorado em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada. Atualmente é Professora Titular da UFRJ, onde já atuou como Coordenadora do curso de Bacharelado em Matemática, como Chefe do Departamento de Matemática, como Coordenadora da área de Matemática do Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência - PIBID e como Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Matemática</p>
 <p>Melissa</p>	<p>Professora sênior do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, ambos na UFRJ. Coordenadora da Cátedra de Meio Ambiente do Colégio Brasileiro de Altos Estudos e pesquisadora sênior do INCT. Graduação em Biologia (UFRJ) e em Psicologia (UERJ). Mestrado em Gestão Costeira (Southampton University) e Doutorado em Ciências (Universidade de São Paulo).</p>
 <p>Rosa</p>	<p>Diretora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, vice coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT / PPED) e vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ. Graduação em Ciências Econômicas pela UFRJ, mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado (Universidade da Califórnia, Berkeley, 1999/2000).</p>
 <p>Violeta</p>	<p>Professora Associada da UFRJ e lotada no Departamento de Projetos de Arquitetura e docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Metodista Bennett, Mestrado em Urban Planning, com concentração em Urban Design, pela University of Michigan e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada ao Center of Sustainable Urban Development-CSUD da Columbia University.</p>

Fonte: Fotos no Google Imagem e descrição do perfil no Currículo Lattes